

**A Casa de Atouguia, os Últimos Avis e o Império. Dinâmicas
entrecruzadas na carreira de D. Luís de Ataíde (1516-1581)**

Nuno Luís de Vila-Santa Braga Campos

**Tese de Doutoramento em História, especialidade História dos
Descobrimentos e da Expansão Portuguesa**

(Dezembro, 2013)

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Alexandra Pelúcia

Apoio financeiro da FCT (SFRH/BD/64147/2009) e do FSE no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

[DECLARAÇÕES]

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, de de

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

O(A) orientador(a),

Lisboa, de de

Aos meus pais com amor e estima

AGRADECIMENTOS

Uma tese de doutoramento é o resultado não apenas da investigação e escrita do candidato. Ela espelha também os contactos e experiências que o doutorando manteve durante o período da sua elaboração. Nesse sentido, apesar de ser formalmente assinada pelo candidato, este fica sempre devedor a todas as pessoas que para ele contribuíram de forma mais ou menos directa. Ao terminar este trabalho e na hora de humildemente o submeter à apreciação, estamos conscientes de que respondemos a muitas questões, mas que deixámos muitas outras em aberto, e que tal sucedeu, entre outros motivos, pelas intervenções, em tantos momentos fundamentais, de outras pessoas. Nesta lógica, os agradecimentos se bem que se afigurem como o local certo para agradecer a todos, não deixam, simultaneamente, de nos deixar insatisfeitos pelo sentimento de que nem a escrita poderá manifestar devidamente a gratidão para com todas essas pessoas.

À Professora Alexandra Pelúcia, orientadora desta tese, devo não apenas inúmeras sugestões de interpretação e escrita, mas também uma palavra e um gesto de reconhecimento pela amizade que me votou desde o início. Conhecendo-me melhor do que ninguém e presentindo os sentidos nem sempre claros da minha escrita, contribuiu decisivamente para aclarar diversas secções deste trabalho. A relação que entre nós se estabeleceu em vários momentos foi por nós sentida como de grande sintonia e identificação de ideias, visível em várias sugestões que me fez e que, sem dúvida, contribuíram para enriquecer o que de seguida se apresenta. Mas, mesmo nos momentos em que existiram divergências de opinião, naturais em qualquer trabalho de folgo, não posso deixar de lhe agradecer a forma absolutamente exemplar e empenhada como sempre respeitou a minha opinião, embora nunca deixando de dar a sua e sugerindo melhores caminhos. Em suma, a afirmação anterior relativa à formalidade da tese ser assinada pelo candidato, ocultando os contributos de tantas outras pessoas, aplica-se em primeiro lugar à minha orientadora, para quem, poucas palavras podem exprimir a minha profunda gratidão e consideração.

Ao Professor João Paulo Oliveira e Costa e ao Professor Vítor Rodrigues, agradeço também inúmeras sugestões, as quais procurei integrar nesta tese. Ao Professor João Paulo Oliveira e Costa e à Professora Alexandra Pelúcia devo mesmo o essencial da minha formação enquanto aprendiz de historiador, não sendo este trabalho mais do que o resultado do muito que fui aprendendo com ambos desde que os conheci no longínquo ano de 2004. Um agradecimento muito especial é também devido ao Professor Pedro

Cardim e à Professora Maria de Lurdes Rosa que, além do apoio incondicional e interesse que manifestaram por este trabalho desde o início, forneceram diversas referências bibliográficas e documentais e contactos importantes. À Professora Maria Augusta Lima Cruz sou também devedor de uma menção especial pela forma como me auxiliou. Agradeço-lhe particularmente a partilha de ideias, fundamentais para certas partes deste trabalho, e de materiais pouco acessíveis de Simancas. À Professora Maria do Rosário Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz, sou devedor da estima e consideração no acolhimento deste “intruso” de forma tão calorosa. Fico grato à “culpada” deste feliz contacto, Professora Elsa Penalva, que em tantas ocasiões evidenciou a sua amizade, disponibilidade e apoio.

Uma palavra de forte apreço é também devida à Professora Jessica Hallet, não só por me ter convidado a participar no seu projecto e me ter dado a conhecer pessoas como a Professora Anne Marie Jordan, com quem pude trocar ideias, ou o Dr. João Ruas, que gentilmente me facultou acesso às cartas de D. Luís de Ataíde estantes em Vila Viçosa, mas também por me ter sempre encorajado a prosseguir. Em matéria de encorajamento, aliás, o primeiro reconhecimento é devido à Professora Susana Munch Miranda por logo em 2008 me ter incentivado a seguir para doutoramento, em momento em que tal me parecia temerário. Agradeço também à Professoras Ana Isabel Buescu pela forma calorosa e amiga como sempre me recebeu e debateu as minhas interpretações e Leonor Santa Bárbara pela generosa tradução do epitáfio de D. Luís de Ataíde. Estou ainda grato aos Professores Damião Rodrigues pelas referências bibliográficas e contactos fornecidos, Nuno Gonçalo Monteiro pela disponibilidade em auxiliar um “desconhecido” e Joaquim Romero Magalhães pelas dicas documentais. Às Professores Mafalda Soares da Cunha e Fernanda Olival devo também esclarecimentos importantes. À Luísa França Luzio e à Guida Marques agradeço troca de opiniões e o contacto do João Pedro Vaz, especialista no Prior do Crato, a quem estou reconhecido pelo intercâmbio de informações inéditas.

De igual forma sou muito devedor a todos aqueles que, por domínios de Filipe II, me ajudaram a preparar e concretizar as minhas investigações em Espanha, designadamente aos Professores Fernando Bouza-Álvarez, Rafael Valladares, Santiago Martínez Hernández e Ana Isabel López-Salazar. Ainda em domínios de Castela, devo menção à forma como fui recebido e auxiliado na minha pesquisa pelas experientes funcionárias do Archivo General de Simancas e por diversos colegas de investigação que ali conheci.

Agradeço ainda ao Aurélio Vargas Díaz-Toledo a iniciação ao mundo dos romances de cavalaria e a generosa doação da transcrição do manuscrito do Torneio de Goa.

De regresso a Portugal não posso deixar de manifestar reconhecimento ao Pedro Pinto, um verdadeiro segundo orientador desta tese em matéria de referências documentais e bibliográficas. A ele devo o conhecimento de documentos tão fundamentais, como algumas das missivas colocadas em anexo ou dessa “deliciosa” referência ao letreiro de 1568. Espero ter conseguido retribuir as suas generosas doações com a sua inclusão ao longo de diversas partes deste trabalho. À Joana Bento Torres e ao Hugo Crespo agradeço o auxílio na transcrição de algumas das cartas colocadas em apêndice, a amizade e boa disposição constante. Ao senhor Fernando Engenheiro devo diversos esclarecimentos *in loco* sobre a Atouguia da Baleia e Peniche, assim como ao director do arquivo da revista Brotéria pelos esclarecimentos sobre as missivas jesuítas.

Uma menção especial é também devida a diversos colegas do CHAM, local onde contactei com quase todas as pessoas que me apoiaram nesta tese: André Murteira, Andreia Martins de Carvalho, Miguel Rodrigues Lourenço, Maria Barreto Dávila, Hélder Carvalhal e aos meus colegas de ano de doutoramento, Pedro Nobre, Daniele Frison e Vinicius Dantas. Em tempos de “crise” e mudança um agradecimento é também devido à Fundação para a Ciência e Tecnologia que, através da concessão da bolsa de doutoramento, me deu condições para concretizar este trabalho.

Num plano pessoal, é imperativo manifestar a minha profunda gratidão aos meus amigos Pedro Martins, Miguel Ângelo e Catarina Santos que acompanharam a formulação deste trabalho e que com a sua amizade contribuíram para a sua sustentação. Ao Hugo Espada, que em tantos momentos me ajudou pacientemente com os mapas e contribuiu de forma decisiva para a apresentação final deste trabalho é devido um reconhecimento especial. Para a minha irmã poucas palavras existem para agradecer devidamente o suporte emocional que sempre foi nos momentos difíceis.

Aos meus pais dedico este trabalho não apenas pelo apoio que para ele directamente prestaram, mas por tudo o que por mim fizeram ao longo de vários anos, incitando-me, voluntaria e involuntariamente, a ser quem hoje sou. Sendo o nosso trabalho o espelho de quem somos, nada pode ser mais justo que o dedicar àqueles que nos deram a oportunidade de estar neste mundo e que nos amaram desde o primeiro instante. Por isso, para eles, tal como para a minha orientadora, poucas são as palavras para exprimir esta tentativa de agradecimento.

**A Casa de Atouguia, os Últimos Avis e o Império: Dinâmicas entrecruzadas na carreira
de D. Luís de Ataíde (1516-1581)**

Nuno Luís de Vila-Santa Braga Campos

[RESUMO]

Palavras-chave: Nobreza, Vice-Rei, Estado da Índia, Marrocos, Corte, D. Sebastião, Filipe II, Crise Dinástica

Resumo: Duas vezes vice-rei da Índia (1568-1571; 1578-1581), general indigitado e afastado, em 1577, da que viria a ser a jornada de Alcácer-Quibir e figura a quem se atribuiu a intenção de socorrer militarmente D. António, Prior do Crato, a partir da Índia, na sua luta contra Filipe II, em 1580-81, D. Luís de Ataíde é uma figura-chave para a compreensão das dinâmicas do Reino e do Império. Desta forma, o presente trabalho pretende estudar o percurso social, político e militar da sua figura em ligação estreita com os principais acontecimentos que decorreram nos reinados de D. Sebastião, D. Henrique e subsequente crise dinástica. Tal análise é feita partindo das três principais dinâmicas que se cruzam na carreira de D. Luís de Ataíde e cuja relevância justifica o estudo da sua figura para o período histórico em apreço: a Casa de nobreza de onde provinha, a sua actuação enquanto governante do Império no século XVI, através do exame detalhado dos seus vice-reinados da Índia e do seu generalato, e o papel que desempenhou nas cortes de D. João III, D. Sebastião, D. Henrique e Filipe II. Procurando desde o início reconstruir a carreira de D. Luís de Ataíde, o objectivo é contextualizar e debater a relevância da acção histórica da personagem ao longo das diferentes conjunturas que a sua vivência abarcou.

Assim, o trabalho encontra-se dividido em três secções fundamentais. Numa primeira fase, correspondente aos capítulos I e II, procura-se enquadrar a evolução da Casa de Atouguia desde o período da sua fundação no século XV até ao momento em que Ataíde a assumiu. Analisa-se ainda o ambiente de nascimento de D. Luís e as suas primeiras aprendizagens militares no Índico e em Muhlberg, por ocasião da embaixada a Carlos V em 1547, contextualizando-os detalhadamente. Na segunda secção do trabalho, correspondente aos capítulos III e IV, detalha-se a carreira do fidalgo nos reinados de D. Sebastião, D. Henrique e período da crise dinástica. Principiando por perceber quais as relações de D. Luís com os principais protagonistas do poder, revisitam-se as suas indigações vice-reais e do generalato, em 1568 e 1577, e debate-se em pormenor a sua actuação nos vice-reinados da Índia e no generalato. Foca-se ainda a evolução da sua Casa durante este período. Por fim, numa terceira secção, correspondente ao capítulo V, analisam-se as imagens implantadas em torno da figura de Ataíde ao longo dos tempos, debatendo-se na Conclusão a sua pertinência e correspondência com os acontecimentos históricos.

Deste modo, pretende-se não apenas dar a conhecer a carreira de D. Luís de Ataíde mas também visitar e aprofundar um período de transição, os reinados de D. Sebastião, D. Henrique e o período da crise dinástica, sobretudo na vertente do Império, contribuindo assim para um melhor conhecimento do período histórico que lhe sucedeu: o Portugal filipino.

The House of Atouguia, the last Avis and the Empire: Crossing dynamics in the career of D. Luís de Ataíde (1516-1581)

Nuno Luís de Vila-Santa Braga Campos

[ABSTRACT]

Keywords: Nobility, Vice-Roy, Estado da Índia, Morroco, Court, D. Sebastião, Philip II, Dynastic Crisis

Abstract: Twice Vice-roy of India (1568-1571; 1578-1581), a general nominated and kept away, in 1577, from what was to become the Alcazar-Quibir journey and the personage to whom has been attributed the intention of supporting D. António, Prior do Crato, with military aid, from India, in his struggle against Philip II, in 1580-81, D. Luís de Ataíde is a key personage for the understanding of the Realm and the Empire dynamics. Thus, the present work attempts to study the social, political and military path of his figure, linking it to the main events that took place during the reigns of D. Sebastião, D. Henrique and the period of the dynastic crisis. This analysis is done departing from the three main dynamics along the career of Ataíde whose relevance justifies the study of his figure and his times: the House of nobility from which he came, his action as a governor of the Empire in the sixteenth century, mainly through a detailed review of his governments in India as well as of the generalship, and his role in the courts of kings John III, D. Sebastião, D. Henrique and of Philip II. Aiming since the beginning at rebuilding the whole career of D. Luís de Ataíde, the goal is to put in context and debate about the relevance of his action along the several conjunctions of his life.

So, the work is divided into three main sections. In the first one, mainly chapters I and II, trying to frame the evolution of the House of Atouguia from its foundation in the fifteenth century until the moment when D. Luís assumed it. For this purpose analysis is made of the ambience of his birth as well as of his first military experiences in the Indian Ocean and at Muhlberg, for the occasion of his embassy to Emperor Charles V in 1547, with contextual minutiae. In the second section, embracing chapters III and IV, the career of this nobleman is detailed for the reigns of D. Sebastião, D. Henrique and for the period of dynastic crisis. Beginning with the study of Ataíde's rapport with the main protagonists in power, we revisit his nominations as vice-roy and general, in 1568 and 1577, and debate minutiously about his policies during the governments of India and his generalship. Focus is also placed on the evolution of his House during this time. In the third section, mainly the V chapter, we analyse the images of D. Luís that have been implanted along the centuries, debating in the Conclusion the pertinancy and correspondence of those images with the historical facts.

Therefore, this work aims contributing not only to the knowledge of the career of D. Luís de Ataíde but also at revisiting and digging deep into a period of transition, the reigns of D. Sebastião, D. Henrique, and the period of the dynastic crisis, mainly in the Empire, hoping to achieve a better knowledge of the historic period that succeeded: the philippine Portugal.

ÍNDICE

Lista de abreviaturas	14
Introdução	16
Capítulo I: Nascimento e evolução da Casa de Atouguia (1383-1515):	35
I. 1. A fundação da Casa: o conde D. Álvaro de Ataíde, uma carreira de sucesso (1383-1452)	35
I. 2. Tensões numa Casa espartilhada: D. Martinho de Ataíde, 2º conde de Atouguia e a sua sucessão (1452-1498)	51
I. 3. A perda do condado: D. Afonso de Ataíde e as primeiras tentativas de recuperação (1498-1515)	65
Capítulo II: Génese e maturação de uma longa carreira (1516-1557):	70
II. 1. Os primeiros anos de vida de um secundogénito (1516-1538)	70
II. 2. Ao serviço do monarca em paragens distantes (1538-1548)	81
II.2.1. A primeira experiência guerreira: o Índico	81
II.2.2. O regresso e os primeiros tempos como herdeiro	90
II.2.3. Pelos caminhos de uma Cristandade em cisão: a embaixada de D. Luís de Ataíde à Alemanha	97
II. 3. Alicerçando o caminho de uma restauração condal (1548?-1557)	112
Capítulo III: O apogeu de uma carreira (1557-1577):	120
III. 1. D. Luís de Ataíde e as regências: um afastamento político intencional (1557-1566)?	120
III. 2. De novo rumo ao Oriente (1568)	134
III. 3. O primeiro governo de D. Luís de Ataíde (1568-1571).....	148
III.3.1. A conjuntura asiática: ameaças renovadas	148

III.3.2. O novo governo	154
III.3.3. Entre projectos e conquistas	157
III.3.4. Os cercos	165
III.3.5. Um saldo vitorioso	177
III.3.6. Outras dinâmicas de governo	187
III.3.7. D. Luís de Ataíde e a crise político-militar de 1565-75	196
III. 4. O regresso de um vice-rei afamado (1572)	199
III.5. No trilha definitivo da titulação (1572-1577)	208
III.5.1. D. Luís de Ataíde e D. Sebastião: valimento ou influência cortesã?	208
III.5.2. De Guadalupe ao Generalato: D. Luís de Ataíde e a política norte-africana de D. Sebastião	221
Capítulo IV: Crepúsculo de uma carreira (1577-1581/1589):	230
IV. 1. A última partida (1577-78): do Generalato ao vice-reinado	230
IV. 2. A situação do Estado da Índia em 1577-78:	247
IV.2.1. O governo de D. Diogo de Meneses: o fim da crise?	247
IV.2.2. A chegada do Conde D. Luís: o Torneio de Goa de 1578	251
IV.3. O segundo vice-reinado da Índia (1578-1581): rumo à estabilização	257
IV.4. D. Luís de Ataíde e o processo da União Ibérica (1578-1582):	273
IV.4.1. O Reino encarado a partir do Estado da Índia: as desastrosas notícias	273
IV.4.2. O Estado da Índia visto do Reino:	277
IV.4.2.1. O <i>cardeal-rei</i> e a Índia: atalhar a crise	277
IV.4.2.2. O Prior do Crato, os antonistas e a Índia: a salvação?	285
IV. 4.2.3. Filipe II e a Índia:	291
IV.4.2.3.1. A conquista de Portugal e a submissão do Império: a rebelião a Oriente?	291

IV.4.2.3.2. Um vice-rei em discussão: a nomeação de D. Francisco	
Mascarenhas e o marquesado de Santarém	298
IV. 4.3. A posição de D. Luís e a transição filipina no Estado da Índia	317
IV.5. Uma Casa disputada (1582-1589)	332
Capítulo V: A construção de uma memória e de um exemplo	341
V.1. D. Luís de Ataíde no seu século: a configuração de um mito	341
V.2. Perspectivas posteriores: o mito assegurado	349
Conclusão	354
Anexos:	365
Bibliografia e Fontes	366
Apêndice Documental	407
1. Carta que mandou frei Jerónimo da Azambuia a dom Afonso detaide consolando-o da morte de dom Martinho Gonçalves seu filho que morreo no cabo de guee (Santarém, 12.IV.1542)	407
2. Carta de D. António de Ataíde, 1º conde da Castanheira, a Martim Afonso de Sousa sobre o primeiro casamento de D. Luís de Ataíde (Almeirim, 5.IV.1544)	409
3. Carta de D. Luís de Ataíde a D. António de Lima (Atougua da Baleia, 15.V.1563) ...	410
4. Carta de D. Luís de Ataíde a D. António de Lima (2.VI.1563, Atougua da Baleia)	411
5. Parte da Carta Geral escrita em Cochim no Collegio dos Padres da Companhia de Js. que ueio da India na nao do Visorey Dom Luis de Tayde E Recebida aos 24 dias do mes de Julho, anno de 1572. Na qual se relata o que na India aconteceu no anno de 1570 e 1571. (Cochim, 1571)	412
6. Carta de D. Luís de Ataíde a D. António de Lima (Almada, 15.VII.1575)	416
7. Carta de D. Sebastião a D. Cristóvão de Moura anunciando a nomeação de D. Luís de Ataíde como general (Lisboa, 2.IV.1577)	417

8. Cópia de hua carta do conde daTouguia D. Luis de Attayde vizoRey que foi da Índia (Goa, 15.X.1580)	419
9. Advertimento de Nuno Álvares Pereira a Filipe II sobre D. Luís de Ataíde e a Índia (X.1580?)	420
10. Cópia da carta de Filipe II concedendo a D. Luís de Ataíde os poderes para o jurar na Índia (Badajoz, 7.XI.1580)	420
11. Cópia da carta de Filipe II a D. Luís de Ataíde sobre os acontecimentos do Reino (Badajoz, 7.XI.1580)	422
12. Cópia da carta de Filipe II a D. Luís de Ataíde sobre a possibilidade de D. António, Prior do Crato, fugir para a Índia (Badajoz, 7.XI.1580)	423
13. Cópia da carta de Filipe II ao arcebispo primaz da Índia (Badajoz, 7.XI.1580)	424
14. Cópia da carta de Filipe II a um bispo da Índia (Badajoz, 7.XI.1580)	425
15. Cópia da carta de Filipe II ao sultão de Bijapur (Badajoz, 7.XI.1580)	426
16. Cópia da carta de Filipe II ao sultão de Ahmadnagar (Badajoz, 7.XI.1580)	427
17. Cópia da carta de Filipe II a D. Luís de Ataíde com as últimas novas da guerra contra D. António, Prior do Crato (Badajoz, 21.XI.1580)	427
Mapas	429
1. Estrutura Patrimonial da Casa de Atouguia até à década de 1550	429
2. Estrutura Patrimonial da Casa de Atouguia à data de falecimento de D. Luís de Ataíde (1581)	430
3. Fortalezas do Estado da Índia até ao final da década de 1570	431
4. O Estado da Índia, os Sultanatos do Decão e o Império Mogol nas décadas de 1560-70	432
Quadros	432
1. Estrutura Patrimonial da Casa de Atouguia (1383-1598)	432
2. Privilégios da Casa de Atouguia (1383-1598)	436

Anexo genealógico:	440
1. Ascendência e descendência dos Ataídes (Séculos XIV-XV)	440
2. Descendência de D. Álvaro de Ataíde, 1º conde de Atouguia (Século XV)	441
3. Descendência de D. Álvaro de Ataíde e D. Martinho de Ataíde, 1º e 2º condes de Atouguia – Divisão das Casas de Atouguia e Castanheira (Séculos XV-XVI)	442
4. Ascendência e descendência de D. Luís de Ataíde, 3º conde de Atouguia (Século XVI)	443
5. Parentescos colaterais de D. Luís de Ataíde, 3º conde de Atouguia (Séculos XV-XVI)	444
6. Parentesco com os Castros (Séculos XV-XVI)	445
7. Ascendência de D. Diogo de Castro (Séculos XV-XVI)	446
8. Parentesco com os Vasconcelos e Meneses (Séculos XV-XVI)	447
9. Parentesco com os Távoras (Séculos XV-XVI)	448
10. Parentesco com os Britos (Séculos XV-XVI)	449
11. Parentesco com os Câmaras (Séculos XV-XVI)	450
12. Parentesco com os Noronhas – Casa de Faro/Odemira (Séculos XV-XVI)	451
13. Parentesco com os Cunhas (Séculos XV-XVI)	452
14. Parentesco com os Botelhos (Séculos XV-XVI)	453

LISTA DE ABREVIATURAS

1. Arquivos:

- **ACL:** Academia das Ciências de Lisboa
- **ADB:** Arquivo Distrital de Bragança
- **AGS:** Archivo General de Simancas
- **ANTT:** Arquivo Nacional Torre do Tombo
- **BA:** Biblioteca da Ajuda
- **BN:** Biblioteca Nacional
- **BPE:** Biblioteca Pública de Évora
- **FDUL:** Faculdade de Direito de Lisboa

2. Fundos documentais:

- **CC:** Corpo Cronológico (parte em numeração romana, maço-documento)
- **CDJI:** Chancelaria de D. João I
- **CDAV:** Chancelaria de D. Afonso V
- **CDJII:** Chancelaria de D. João II
- **CDMI:** Chancelaria de D. Manuel I
- **CDJIII:** Chancelaria de D. João III
- **CDS DH:** Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique
- **CDFI:** Chancelaria de D. Filipe I
- **CAOC:** Chancelaria Antiga da Ordem de Cristo
- **NA:** Núcleo Antigo
- **MCRDC:** Moradias da Casa da Rainha D. Catarina
- **MCIDL:** Moradias da Casa do Infante D. Luís
- **CM:** Cartas missivas de e para o rei
- **CVGI:** Cartas dos vice-reis e governadores da Índia
- **CSV:** Colecção São Vicente

3. Fontes Publicadas, Crónicas e Obras de Referência

- **APO:** *Archivo Portuguez Oriental*, edição de J. H. da Cunha Rivara
- **Ásia:** COUTO, Diogo do, *Da Ásia. Dos feitos que os Portugueses fizeram na conquista e descobrimento das terras e mares do Oriente*, edição da Livraria de San Carlos (seguido de década, livro e capítulo)
- **MH:** *Monumenta Henricina*, edição da Comissão Executiva do V Centenário da morte do Infante D. Henrique (seguido de volume e número de documento)
- **BFUP:** *Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa* (seguido de número e página em questão)
- **Brasões:** A. Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra* (seguido de volume e página em questão)
- **CDIHE:** BARANDA, D. Pedro SAINZ, SALVÁ, D. Miguel (ed.), *Coleccion de Documentos Inéditos para la Historia de España* (seguido de volume e número documento em questão)

- **DHMPPPO:** *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, direcção de António da Silva Rego (seguido de volume e número do documento)
- **DI:** *Documenta Indica*, direcção de Joseph Wicki (seguido de volume e número do documento)
- **Ditos:** *Ditos Portugueses Dignos de Memória*, edição de José Hermano Saraiva (seguido de referência à página em questão)
- **DM:** *Documenta Malucensia*, edição de Hurbert Jacobs (seguido de volume e número do documento)
- **DPMAC:** *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central, 1497-1840* (seguido de volume e número do documento)
- **DUP:** *Documentação Ultramarina Portuguesa*, edição de A. da Silva Rego (seguido de volume e página)
- **Gavetas:** *As Gavetas da Torre do Tombo*, edição de António da Silva Rego (seguido de volume e número do documento)
- **História Genealógica:** *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, edição revista de M. Lopes de Almeida e César Pegado (seguido de volume e página em questão)
- **Provas:** *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, edição Coimbra Atlântida Editora (seguido de volume e página em questão)
- **RCI:** *Registo da Casa da Índia*, edição de Luciano Ribeiro (seguido de volume e página em questão)
- **Sources:** *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc*, edições de Pierre de Cenival e Robert Ricard (seguido de volume e número do documento)

4. Outras

- **CEHU:** Centro de Estudos Históricos Ultramarinos
- **Cf.:** Conferir
- **CHAM:** Centro de História de Além-Mar
- **CNCDP:** Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses
- **Cód.:** Códice
- **FCG:** Fundação Calouste Gulbenkian
- **FCSH-UNL:** Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
- **Fl.:** fólio
- **FLUL:** Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- **FO:** Fundação Oriente
- **IEM:** Instituto de Estudos Medievais
- **Mç.:** Maço
- **Ms.:** Manuscrito
- **Op. Cit.:** obra citada
- **Pub:** Publicado
- **SHIP:** Sociedade Histórica da Independência de Portugal
- **S.d:** Sem data
- **S.l.:** Sem local
- **Vol.:** volume

Introdução

Percepcionadas como controversas desde a sua própria época, as figuras e reinados de D. Sebastião e de D. Henrique carecem de um maior aprofundamento, não apenas no prisma do Reino mas, talvez e sobretudo, no do Império. Tendencialmente encarados pelos epílogos dos seus reinados, considerados como pouco brilhantes, no caso sebástico devido ao desastre político-militar de Alcácer-Quibir e no henriquino devido à ausência de uma decisão clara relativa aos pretendentes à sucessão, no estudo dos governos de D. Sebastião e de D. Henrique cruzam-se dinâmicas políticas, militares, sociais, económicas e culturais nem sempre devidamente aprofundadas. Se em termos globais se poderá afirmar que as trajectórias e reinados de ambos são bem conhecidos, não deixa de ser verdade que o peso das imagens com que passaram à História os dois últimos monarcas da dinastia de Avis acabou por condicionar as respostas dadas às áreas menos conhecidas dos seus reinados.

No caso do *Desejado*, a obsessão norte-africana que evidenciou nos anos finais do seu reinado e o epílogo de 1578 tiveram, entre outras múltiplas implicações, que não fosse dado o devido realce às restantes parcelas do Império (Brasil e Estado da Índia). Considerando-se o reinado sebástico como marcado por um crescente declínio nos domínios político, económico e financeiro, as dinâmicas ultramarinas do período acabaram por ser naturalmente abrangidas por essa interpretação. Tal declínio era salientado na crescente perda de autonomia política e diplomática na Europa hegemonizada por Filipe II, nas divisões políticas no seio da família real, nas dificuldades da Fazenda Real em fazer face aos gastos cada vez mais elevados da corte e em manter estruturas de defesa, no Reino e no Império, adequadas aos desafios que se afiguravam no horizonte. Seguindo tal perspectiva, as dificuldades sentidas no Reino teriam tido o seu reflexo natural no Império, também afectado por um processo de crescente declínio, sobretudo na Ásia Portuguesa onde a abertura aos privados do comércio era considerada como o sinal das dificuldades dos tempos senão mesmo do abandono do Oriente.

Poderá, no entanto, efectivamente afirmar-se que o reinado sebástico foi uniforme e linearmente marcado por essa obsessão norte-africana, sobretudo considerando as três fases políticas distintas que abarcou (regência de D. Catarina, regência de D. Henrique e governo de D. Sebastião)? Tivera a existência dessa obsessão, sobretudo no período de governo sebástico, como consequência o desinteresse da Coroa pelas restantes parcelas

do Império? Se aparentemente a resposta a estas interrogações é negativa, considerando o conhecido impulso sebástico de aprofundamento da presença portuguesa no Brasil¹, através do intenso combate à presença francesa, e a aposta da Coroa em Angola e no Monomotapa, é ainda necessário particularizar melhor as conjunturas em apreço. Tal implica reflectir sobre o seu significado geral no âmbito do reinado e, sobretudo, equacionar em que medida tais políticas se coadunam com as imagens tradicionalmente veiculadas do período.

Já no atinente ao breve reinado do *cardeal-rei* se, por um lado, a cadência e gravidade dos acontecimentos da crise sucessória, as dificuldades financeiras e as múltiplas consequências de Alcácer-Quibir explicam a manutenção da ideia de declínio, por outro lado, não deixa de ser verdade que se ignoram os principais acontecimentos políticos-militares registados no Império, excepto no Norte de África. Salientando-se as implicações da decisão henriquina de não deixar formalmente nomeado nenhum sucessor, pouco se questionou sobre se o *cardeal-rei* tivera políticas relativas ao Império. Chegara D. Henrique a ter ocasião de gizar uma estratégia para enfrentar as ameaças sentidas na Europa e que naturalmente se repercutiam no Império? Que papel desempenhara o Estado da Índia, tão cobiçado e ameaçado pelas pretensões castelhanas e francesas, durante o seu breve reinado? Em que medida os acontecimentos ali registados foram consonantes com os sucedidos no Reino e restante Império?

Desta forma, queda ainda por determinar no Império, tal como em boa medida já foi feito no estudo do Reino, quais as áreas em que os períodos de D. Sebastião e D. Henrique se afiguraram como períodos de transição entre as dinâmicas joaninas e as filipinas. Teriam, de facto, as políticas seguidas pela Coroa naquela época preparado a lógica de territorialização no Estado da Índia e no Brasil, que viria a consumir-se plenamente durante o período dos Áustrias? Qual a exacta contextualização política das opções tomadas? De que forma essas opções condicionaram acontecimentos posteriores, já do período da União Dinástica? Mas, talvez a questão mais pertinente seja a de saber em que medida tais políticas foram ou não modernizantes e se coadunam ou não com as imagens de declínio normalmente associadas ao período.

Enquanto personalidade conhecida de todos quantos cruzam os reinados do *Desejado* e do *cardeal-rei* ou do Estado da Índia na segunda metade do século XVI, o estudo de D. Luís de Ataíde afigura-se como uma possibilidade de reabrir o debate em torno de

¹ Cf. nota 42.

algumas destas questões. Bastante referido pelo seu primeiro governo oriental, decorrido entre 1568 e 1571, em que foi o responsável pelo desfecho bem-sucedido dos cercos de Goa e Chaul, em 1570-71, Ataíde assegurou, por essa via, o seu lugar destacado no reinado de D. Sebastião e na própria História. Este aspecto foi particularmente visível no facto de, ainda no seu tempo de vida, ter assistido à implantação da imagem de vice-rei restaurador do Estado da Índia.

Sem prejuízo desta asserção, porém, a verdade é que o fidalgo, fruto do interesse posterior que espoletou, não deixou indiferente um conjunto de cronistas e historiadores. Estes, consoante as épocas em que escreveram, encararam D. Luís de Ataíde como um dos poucos homens que poderiam ter ajudado a evitar, caso as circunstâncias o tivessem permitido, o desastre de Alcácer-Quibir².

Se, por um lado, por ser bastante mencionada a sua actuação “restauradora” na Ásia Portuguesa durante o reinado de D. Sebastião e, por outro lado, por ter sido alvo de um processo de mitificação da sua figura e acção, um conjunto de outros aspectos, relacionados com a historiografia que se debruçou sobre D. Luís, evidenciam a necessidade de equacionar uma revisitação da figura. De tal revisitação, não poderão ser indiferentes algumas das principais problemáticas enunciadas, embora estas necessitem de ser cruzadas com as problemáticas oriundas dos estudos realizados em torno de Ataíde.

No início do século XX, a percepção de uma personagem subaproveitada, quando cruzada com o retrato de um vice-rei excepcional no Estado da Índia explicava que a sua figura permanecesse mais como uma referência no reinado de D. Sebastião, assaz conhecida na generalidade mas acerca da qual, na realidade, pouco se sabia³. Foi nesta lógica que, em 1984, Manuel Marques Duarte ao publicar a edição fac-similada da *História da Índia no tempo em que a governou o visorei D. Luís de Ataíde*, da autoria de

² Assim o referem cronistas ainda em Quinhentos (Cf. *Jornada del-rei dom Sebastião a África. Crónica de dom Henrique*, edição de Francisco de Sales Loureiro, Lisboa, INCM, 1978, cap. XI; *Jornada de África del Rey D. Sebastião Escrita por um Homem Africano*, edição de Fernando Colapéz e Júlio da Conceição Pedro, Lisboa, Livro Aberto, 2004, p. 14). No século XVII, tal afirmação foi feita ainda com mais veemência por outro biógrafo do vice-rei: Joseph Pereira de Macedo (Cf. MACEDO, Joseph Pereira de, *Vida del Grande D. Lvis de Attayde, tercer conde de Attougvia y Virrey de la India dos vezes*, Madrid, Imprensa do Reino, 1633, p. 161).

³ A este respeito o trabalho de ARTHUR, Maria Ribeiro, “D. Luiz de Athayde”, *Occidente*, vol. XXI, Lisboa, 1898, pp. 82-83 republicado em *D. Luís de Ataíde, Conde de Atougia: último dos grandes vice-reis da Índia*, edição da Santa Casa da Misericórdia de Peniche, s.d. é paradigmático pelas imprecisões em torno da sua carreira. A título de exemplo é afirmado que o fidalgo, na Batalha de Muhlberg de 1547, combatera no exército do duque de Saxónia e não no de Carlos V como aconteceu (Cf. *Op. Cit.*, p. 1).

António Pinto Pereira e referente ao primeiro governo oriental do fidalgo, almejou convocar a atenção da comunidade historiográfica para o que considerava ser um necessário aprofundamento da personagem e do seu biógrafo⁴.

Em sua opinião, tal impunha-se não apenas devido ao interesse em estudar as múltiplas problemáticas do primeiro vice-reinado da Índia de Ataíde, mas ainda em função da sua importância no reinado de D. Sebastião, enquanto general nomeado que fora, em 1577, para a projectada expedição contra Marrocos. No entanto, a sua afirmação era igualmente válida para o conturbado período da transição dinástica, por existir referência de que D. Luís teria, durante o seu segundo vice-reinado da Índia, decorrido entre 1578 e 1581, apoiado as pretensões ao trono de D. António, Prior do Crato⁵, contra Filipe II⁶. Segundo se dizia, desde tempos quase imemoriais, sem qualquer investigação efectuada nesse sentido, o autor referia que se atribuíra a D. Luís de Ataíde a intenção de arregimentar um exército na Ásia com o qual viria socorrer D. António, em Portugal⁷. Esta ideia surgia associada a uma outra de capital importância: a de que o fidalgo, caso não tivesse sido indigitado vice-rei, em 1577, e por conseguinte sido afastado do Reino, poderia ter sido o general liderante das forças portuguesas contra a invasão do 3º duque de Alba, em 1580⁸.

A primeira afirmação parecia, à primeira vista, ser corroborada pelo cronista Diogo do Couto (v. 1542-1617). O cronista da Ásia referia que Filipe II ao nomear D. Francisco Mascarenhas, 1º conde de Vila da Horta, como vice-rei da Índia, em 1581, tendo em conta o seu receio de que, no contexto da disputa dinástica, o Estado da Índia não jurasse a sua realza, lhe entregou poderes especiais. Entre estes, encontrar-se-iam não só cartas assinadas em branco por Filipe II para o vice-rei preencher com mercês à

⁴ Cf. DUARTE, Manuel Marques, “Conclusão” in PEREIRA, António Pinto, *História da Índia no tempo em que a governou o visorrei D. Luís de Ataíde*, introdução de Manuel Marques Duarte, Lisboa, INCM, 1984, pp. 91-92.

⁵ Cf. DUARTE, Manuel Marques, “A vida de D. Luís de Ataíde à luz da historiografia portuguesa” in PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, p. 36.

⁶ Ao longo de todo o trabalho far-se-á a distinção entre o candidato Filipe II e o monarca D. Filipe I, considerando-se que, cronologicamente, Filipe II só passou a ser D. Filipe I a partir do seu juramento nas Cortes de Tomar de Abril de 1581.

⁷ A primeira referência conhecida é de Maria Arthur Ribeiro, em 1898, quando afirmou que “Correra o boato de que D. Luiz d’Athaide, preparando uma esquadra, pedira o auxílio da França e da Inglaterra para vir expulsar o governo hespanhol” (Cf. RIBEIRO, Maria Arthur, *Op. Cit.*, pp. 3-4.), sendo posteriormente assumido que seria em apoio do Prior do Crato (Cf. *Nobreza de Portugal e do Brasil*, edição de Afonso Zúquete, vol. II, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1960, p. 333; SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal. O Século de Ouro (1495-1580)*, vol. III, s.d., Editorial Verbo, 2001, p. 143).

⁸ Cf. CRUZ, Maria do Rosário Themudo Barata de Azevedo, “A União Ibérica e o mundo atlântico. 1580 e o processo político português” in *A União Ibérica e o Mundo Atlântico. Segundas Jornadas de História Ibero-Americana*, Lisboa, Edições Colibri, 1997, p. 50.

fidalgua mais reticente em aceitar a sua realza, mas também uma patente secreta, que D. Francisco Mascarenhas deveria entregar em pessoa a D. Luís de Ataíde. Nesta o monarca promoveria o então 3º conde de Atouguia a 1º marquês de Santarém, desde que Ataíde o aceitasse jurar como soberano legítimo no Estado da Índia⁹. A ter ocorrido nos moldes descritos, tal titulação catapultava D. Luís de Ataíde ao estatuto de um dos maiores aristocratas do nascente Portugal filipino. Todavia, também nesta importante temática, não foi realizada qualquer prospecção.

Deste modo, o objectivo idealizado por Manuel Marques Duarte não veio a concretizar-se visto não ser atribuída a Ataíde relevância suficiente que justificasse uma investigação mais detalhada. Tal decorreu do facto das múltiplas referências ao nome do fidalgo em historiografia diversa que estudou, de uma forma genérica, o Estado da Índia no século XVI¹⁰ ou o reinado de D. Sebastião¹¹ não facilitarem um estudo detalhado. O mesmo ocorreu com as crónicas deste reinado¹², todas com abundantes referências ao fidalgo. Assim, após o apelo de Manuel Marques Duarte, e novamente em virtude do seu primeiro governo da Índia, em 1992, procedeu-se a nova análise mais fundamentada.

Vítor Rodrigues e João Paulo Oliveira e Costa dedicaram então algumas páginas ao estudo do contexto da nomeação do fidalgo, em 1568, e ao seu primeiro governo vice-

⁹ Cf. COUTO, Diogo do, *Da Ásia*, Lisboa, Livraria San Carlos, 1974, X, i, 9.

¹⁰ Como os trabalhos de João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Rodrigues (Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, RODRIGUES, Vítor, *Portugal y Oriente: El Proyecto Indiano del Rey Juan*, Madrid, Editorial Mapfre, 1992, pp. 301-319), Sanjay Subrahmanyam (Cf. SUBRAHMANYAM, Sanjay, *O Império Asiático Português 1500-1700. Uma História Política e Económica*, Lisboa, Difel, s.d., pp. 70-206) e mais recentemente Anthony Disney (Cf. DISNEY, A. R., *A History of Portugal and the Portuguese Empire*, vol. II, Nova Iorque, Cambridge University Press, 2009, pp. 119-165).

¹¹ Com especial destaque para as três biografias do monarca. Cf. VELOSO, José Maria de Queirós, *D. Sebastião 1554-1578*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1935; CRUZ, Maria Augusta Lima, *D. Sebastião*, s.l., Círculo de Leitores, 2006; BAÑOS-GARCIA, Antonio Villacorta, *D. Sebastião, rei de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006. Em todas elas, a importância da figura de D. Luís de Ataíde surge associada não apenas aos governos da Índia, mas também à questão norte-africana.

¹² Quer com as quinhentistas já citadas (Cf. *Jornada de África del Rey...; Jornada d'el Rey D. Sebastião...*) e noutras como a de REBELO, Padre Amador, *Relação da vida d'elrey D. Sebastião*, leitura, introdução e notas de Francisco de Sales Loureiro, Lisboa, separata da Revista da Faculdade de Letras, 1977 ou a de SOARES, Pero Roiz, *Memorial*, edição de M. Lopes de Almeida, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1953, quer nas setecentistas (Cf. MENEZES, D. Manoel, *Chronica do muito alto, e muito esclarecido príncipe D. Sebastião, decimosexto rey de Portugal*, Lisboa Occidental, na Officina Ferreyriana, 1730; BAYÃO, Padre José Pereira, *Portugal cuidadoso e lastimado com a vida, e perda do senhor Dom Sebastião, o desejado de saudosa memoria*, Lisboa Occidental, na Officina de Antonio de Sousa da Sylva, 1737; MACHADO, Diogo Barbosa, *Memorias para a Historia de Portugal, que comprehendem o governo delrey D. Sebastião, unico em o nome, e decimo sexto entre os Monarchas Portuguezes*, 4 tomos, Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1736-1757. SANTOS, Frei Manoel dos, *Historia Sebastica*, Lisboa Occidental, Na officina de Antonio Pedrozo Galram, 1735). Sobretudo as crónicas do século XVIII contêm documentação publicada, de outra forma desconhecida, de relevante importância para o estudo da carreira de Ataíde.

real¹³, numa obra que procurava traçar as linhas mestras das principais dinâmicas do Estado da Índia no século XVI. Em 1993, e numa perspectiva diferente da anterior, Belmiro Fernandes Pereira examinou a divulgação europeia dos acontecimentos associados ao primeiro governo de D. Luís¹⁴. Já mais recentemente, em 2012, o primeiro vice-reinado de Ataíde foi revisitado por J. Semedo de Matos¹⁵.

Afastados das considerações dos estudos que dedicaram atenção a Ataíde ficaram outros aspectos não menos relevantes. Entre estes, um prende-se com o diagnóstico da evolução da Casa de nobreza da qual provinha: a Casa da Atouguia. Casa com uma história peculiar por ter detido o título condal, originalmente atribuído por D. Afonso V, em 1448, e o ter perdido, já durante o reinado de D. Manuel I, para o recuperar de forma definitiva precisamente com D. Luís de Ataíde durante o reinado de D. Sebastião, e ainda devido à questão já referida da concessão do marquesado de Santarém. Um segundo aspecto, sempre insuficientemente explorado, prende-se com o enquadramento da vida e carreira do fidalgo antes de ser nomeado vice-rei da Índia, em 1568. Na realidade, os dados mais conhecidos do seu percurso, como a sua passagem pelo Estado da Índia entre 1538 e 1542, a sua presença no Norte de África durante a difícil década de 1540 ou a sua importante nomeação como embaixador extraordinário junto de Carlos V, por ocasião da Batalha de Mulhberg, em 1547, tenderam a ser mencionados de forma passageira. Não obstante, essas referências surgirem em cenário de enquadramento dos factos mais conhecidos na carreira de D. Luís, devem, em nossa opinião, suscitar uma análise mais aprofundada. Em causa está a tomada em consideração da condição social que o nascimento impôs ao fidalgo, e as consequências que esta marcadamente acarretava em qualquer sociedade de Antigo Regime: a nobreza.

Regressando à forma como Ataíde tendeu a ser estudado, importa realçar que, apesar do seu primeiro governo da Índia ter sido considerado, desde o referido estudo de João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Rodrigues, como de fundamental importância para a compreensão das dinâmicas político-militares do Estado da Índia no reinado de D. Sebastião, a sua acção como vice-rei não foi, naquela sequência, objecto de uma prospecção mais detalhada. O artigo de Luís Filipe Thomaz sobre a crise político-militar

¹³ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, RODRIGUES, Vítor, *Op. Cit.*, pp. 301-319.

¹⁴ Cf. PEREIRA, Belmiro Fernandes, “A fama portuguesa no ocaso do Império: a divulgação europeia dos feitos de D. Luís de Ataíde” in *Humanismo Português na Época dos Descobrimentos. Actas do Congresso Internacional*, Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos/Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1993, pp. 47-82.

¹⁵ Cf. MATOS, J. Semedo de, “A marinha de D. Sebastião (26) – O Vice-Rei D. Luís de Ataíde”, *Revista da Armada*, nº 459, Janeiro de 2012, p. 17.

de 1565-75¹⁶ e os diversos estudos publicados a partir da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, muitos deles passando cronologicamente pelos triénios vice-reais do fidalgo acrescentaram, no entanto, importantes dados para o conhecimento dos seus períodos de governo.

A investigação para as cronologias de governo de D. Luís centrou-se na área económico-financeira¹⁷, na vertente da Carreira da Índia¹⁸, na problemática militar¹⁹, nas dinâmicas políticas²⁰, na temática religiosa²¹ e nos diferentes contributos para o conhecimento detalhado da história regional de diferentes áreas do Estado da Índia²².

¹⁶ Cf. THOMAZ, Luís Filipe, “A Crise de 1565-1575 na História do Estado da Índia”, *Mare Liberum*, nº 9, Junho de 1995, pp. 481-519.

¹⁷ Para o prisma económico-financeiro vejam-se os contributos, na esteira dos trabalhos de Artur Teodoro de Matos (Cf. MATOS, Artur Teodoro de, *O orçamento do Estado da Índia 1571*, s.l., CNCDP, 1999; MATOS, Artur Teodoro de, *O Estado da Índia nos anos de 1581-1588. Estrutura Administrativa e Económica. Alguns Elementos para o seu Estudo*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982) e de Vitorino Magalhães Godinho (Cf. GODINHO, Vitorino Magalhães, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 4 volumes, Lisboa, Editorial Presença, 1982-1984; GODINHO, Vitorino Magalhães, *Les Finances de l'État Portugais des Indes Orientales (1517-1635). Matériaux pour une étude structurale et conjoncturelle*, Paris, FCG/Centro Cultural Português, 1982), de MALEKANDATHIL, Pius, *Portuguese Cochim and the maritime trade of India 1500-1663*, s.d., Manohar, 2001, e de MIRANDA, Susana Munch, *A administração da Fazenda Real no Estado da Índia (1517-1640)*, dissertação de doutoramento policopiada, Lisboa, FCSH-UNL, 2007.

¹⁸ Cf. FRUTUOSO, Eduardo, GUINOTE, Paulo, LOPES, António, *Naufrações e outras perdas da “Carreira da Índia”. Séculos XVI e XVII*, Lisboa, CNCDP, 1998, de GODINHO, Rui Landeiro, *A carreira da Índia. Aspectos e problemas da torna-viagem (1550-1649)*, Lisboa, Fundação Oriente, 2005.

¹⁹ Cf. RODRIGUES, Vítor, *A Evolução da Arte da Guerra dos Portugueses no Oriente (1498-1622)*, trabalho apresentado para efeitos de prestação das provas de acesso à categoria de Investigador Auxiliar, Lisboa, IICT, 1998; RODRIGUES, Vítor, *Da Goa de Albuquerque à Goa Seiscentista: aspectos da organização militar da capital do “Estado da Índia”*, separata da Revista Militar, Lisboa, Ministério da Ciência e Tecnologia/IICT, 2001, de BARATA, José Alberto Leitão, *Os Senhores da Navegação. O domínio português dos mares da Ásia por meados do século XVI*, Cascais, Câmara Municipal, 2003 e mais recentemente de DORÉ, Andréa, *Sitiados: Os cercos às fortalezas portuguesas na Índia (1498-1622)*, São Paulo, Alameda, 2010. Neste âmbito se inclui ainda a dissertação de doutoramento, em preparação, de João da Silva de Jesus, sob orientação de João Paulo Oliveira e Costa, subordinada ao título *Os capitães de fortaleza do Oriente, 1568-1664*.

²⁰ Cf. SANTOS, Catarina Madeira, *“Goa é a chave de toda a Índia”. Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*, Lisboa, CNCDP, 1999; XAVIER, Ângela Barreto, *A Invenção de Goa. Poder Imperial e Conversões Culturais nos Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

²¹ Cf. TAVIM, José Alberto, *Judeus e cristãos-novos em Cochim. História e Memória (1500-1662)*, Braga, Edições da APPACDM, 2003 e o recente trabalho de Ângela Barreto Xavier (Cf. nota anterior).

²² Cf. Para Malaca e as Molucas (Cf. ALVES, Jorge Manuel dos Santos, *O Domínio do Norte de Samatra. A História dos sultanatos de Samudera-Pacém e de Achém, e das suas relações com os Portugueses (1500-1580)*, Lisboa, SHIP, 1999; PINTO, Paulo, *Portugueses e Malaio. Malaca e os Sultanatos de Johor e Achém 1575-1619*, Lisboa, SHIP, 1997; PINTO, Paulo, *No extremo da Redonda Esfera – Relações Luso-Castelhanas na Ásia, 1565-1640 – um ensaio sobre os impérios ibéricos*, dissertação de doutoramento policopiada, Lisboa, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica, 2010; LOBATO, Manuel, *Política e Comércio dos Portugueses na Insulíndia. Malaca e as Molucas de 1575 a 1605*, Lisboa, Instituto Português do Oriente, 1999; LOBATO, Manuel, *Comércio, conflito e religião. Portugueses e espanhóis nas ilhas Molucas entre 1512 e 1618. Contribuição para o estudo da presença europeia na Insulíndia na Época dos Descobrimentos*, trabalho apresentado para efeitos de prestação das provas de acesso à categoria de Investigador Auxiliar, Lisboa, IICT, 2003), para o Sueste Asiático (Cf. FLORES, Maria da Conceição, *Os Portugueses e o Sião no Século XVI*, Lisboa, CNCDP/INCM, 1995; GUEDES, Maria Ana Marques, *Interferência e Integração dos Portugueses na Birmânia, ca 1589-1630*,

Foi, assim, no âmbito do crescente fortalecimento da linha de estudos de História Social da Expansão a que se assistiu durante a década de 1990, iniciado com o trabalho de Luís Filipe Thomaz e Geneviève Bouchon²³, e posteriormente reforçado por Kenneth MacPherson e Sanjay Subrahmanyam²⁴, passando por novos incentivos de Thomaz²⁵, em 1998, e de Ângela Barreto Xavier²⁶, que a figura em apreço voltou a ser abordada. No quadro do projecto desenvolvido no CHAM, intitulado *A Nobreza e o Estado da Índia no Século XVI*²⁷, foram elaboradas genealogias dos diversos vice-reis da Índia do século XVI, incluindo-se a de D. Luís.

Os trabalhos académicos que se seguiram, porém, sobretudo na vertente de estudo dos governadores e vice-reis do Estado da Índia do século XVI, como as dissertações de mestrado de Andreia Martins de Carvalho²⁸ sobre o governador Nuno da Cunha (1528-1529) e os seus capitães, de doutoramento de Alexandra Pelúcia²⁹ sobre o governador Martim Afonso de Sousa (1542-1545) e a sua linhagem, e mais recentemente, a dissertação de mestrado do autor³⁰ sobre o governo do vice-rei D. Afonso de Noronha (1550-1554) apenas cronologicamente se aproximaram dos períodos de governo de Ataíde.

Mais recentemente, o sucesso da tendência historiográfica das biografias, visível na publicação das Biografias dos Reis de Portugal³¹ e de outras produzidas na sua

s.l., Fundação Oriente, s.d.), para o Ceilão (Cf. BIEDERMANN, Zoltán, *A aprendizagem de Ceilão. A presença portuguesa em Sri Lanka entre estratégia talaassocrática e planos de conquista territorial (1506-1598)*, dissertação de doutoramento policopiada, Lisboa, FCSH-UNL, 2005), para o Malabar (Cf. CORREIA, José Manuel, *Os Portugueses no Malabar (1498-1580)*, Lisboa, CNCDP, INCM, 1997), para as Praças do Norte (Cf. TEIXEIRA, André, *Baçaim e o seu território. Administração e sociedade*, dissertação de doutoramento policopiada, Lisboa, FCSH-UNL, 2010), para as relações com o Império Mogol (Cf. FLORES, Jorge, *Firangistân e Hindustân. O Estado da Índia e os Confinos Meridionais do Império Mogol (1572-1636)*, dissertação de doutoramento policopiada, Lisboa, FCSH-UNL, 2004) e para o Golfo Pérsico (Cf. COUTO, Dejanirah, LOUREIRO, Rui (dir.), *Revisiting Hormuz: Portuguese Interactions in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period*, Wiebaden, FCG, 2008).

²³ Cf. BOUCHON, Geneviève, THOMAZ, Luís Filipe, *Voyage dans les Deltas du Ganges et de l'Irraouaddy. Relation Portugaise Anonyme (1521)*, Paris, FCG, 1988.

²⁴ Cf. MACPHERSON, Kenneth, SUBRAHMANYAM, Sanjay (dir.), "From Biography to History: Essays in the Social History of Portuguese Asia 1500-1800", *Mare Liberum*, nº 5, 1993.

²⁵ A propósito da publicação de THOMAZ, Luís Filipe, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1998.

²⁶ Cf. XAVIER, Ângela Barreto, "Tendências na Historiografia da Expansão Portuguesa. Reflexões sobre os destinos da história social", *Penélope*, nº 22, 2000, pp. 141-179.

²⁷ Coordenado por João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Rodrigues.

²⁸ Cf. CARVALHO, Andreia Martins de, *Nuno da Cunha e os capitães da Índia (1528-1539)*, dissertação de mestrado policopiada, Lisboa, FCSH-UNL, 2006.

²⁹ Cf. PELÚCIA, Alexandra, *Martim Afonso de Sousa e a sua linhagem: trajetórias de uma elite no Império de D. João III e de D. Sebastião*, Lisboa, CHAM, 2009.

³⁰ Cf. VILA-SANTA, Nuno, *D. Afonso de Noronha, Vice-Rei da Índia: Perspectivas políticas do Reino e do Império em meados de Quinhentos*, Lisboa, CHAM, 2011.

³¹ Publicadas pelo Círculo de Leitores.

sequência³², e nas quais se incluem ainda as Biografias das Rainhas de Portugal³³, veio demonstrar a crescente vitalidade da História Social através da vertente biográfica. No que à área da História Social da Expansão respeita, julgamos que seria profícuo transpor tal tendência, não apenas para os construtores do Império no século XV e no início do século XVI, como alguns estudos anteriores já procuraram fazer³⁴, mas também para cronologias mais avançadas, com enfoque nos principais agentes políticos e militares nomeados pela Coroa nos momentos de consolidação e de crise do Império.

É neste contexto historiográfico e procurando igualmente responder aos apelos de Manuel Marques Duarte, em 1984, e de João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Rodrigues, em 1992, que a presente dissertação de doutoramento pretende ainda aprofundar a linha de estudos que vem procurando focar a sua análise num caso de elite social: os vice-reis do Estado da Índia da segunda metade do século XVI, pouco abordados³⁵. Tal impõe examinar em pormenor não só as dinâmicas de governo de cada vice-rei, mas também as suas trajectórias sociais numa perspectiva abrangente de reconstrução dos seus percursos. Nesta lógica, as metodologias seguidas pelos historiadores biógrafos interessam particularmente por nelas se procurar traçar a ligação concreta das personagens em estudo com os principais acontecimentos do seu tempo histórico³⁶. Também neste aspecto concreto se procura filiar a presente dissertação, na medida em que se pretende debater uma época (os reinados de D. Sebastião e D. Henrique) em diferentes geografias (O Reino e o Império, na sua vertente asiática e norte-africana), através do estudo de um dos protagonistas de peso dessa mesma cronologia.

³² Para o século XVI, refiram-se as de D. Catarina de Áustria (Cf. BUESCU, Ana Isabel, *Catarina de Áustria. Infanta de Tordesilhas. Rainha de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007) e mais recentemente da Imperatriz D. Isabel (Cf. GONZAGA, Manuela, *Imperatriz Isabel de Portugal*, Lisboa, Bertrand Editora, 2012).

³³ Ainda em fase de publicação pelo Círculo de Leitores.

³⁴ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e (dir.), *Descobridores do Brasil. Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, Lisboa, SHIP, 2000; COSTA, João Paulo Oliveira e (dir.), *A nobreza e a expansão. Estudos Biográficos*, Cascais, Patrimonia, 2000.

³⁵ Com excepção de D. Afonso de Noronha (1550-1554) (Cf. nota 30) e D. Constantino de Bragança (1558-1561), já estudado por RIBEIRO, Aquilino, *Constantino de Bragança VII Vizo-Rei da Índia*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1984 e, mais recentemente, por Alexandra Pelúcia em artigo entregue para publicação, no âmbito do livro do projecto, sediado no CHAM e dirigido por Jessica Halltet, intitulado *De Todas as Partes do Mundo. O Património do 5º duque de Bragança, D. Teodósio*, e de D. Francisco da Gama (1597-1600;1622-1628), estudado por FERREIRA, Maria Margarida Oliveira, *D. Francisco da Gama, vice-rei da Índia, 1596-1600: subsídios biográficos: o seu governo e a sua época à luz da correspondência oficial*, dissertação de licenciatura policopiada, Coimbra, FLUC, 1971.

³⁶ Cf. BORDIEU, Pierre, "L'illusion biographique" in *Actes RSS*, nsº 62/63, pp. 69-72; LOCKYER, Roger, "Writing Historical Biography", *History Today*, XXXIV, 1984, p. 46-70; ROTBERG, Robert I., "Biography and Historiography": Mutual Evidentiary and Interdisciplinary Considerations", *Journal of Interdisciplinary History*, XL:3, 2010, pp. 305-324.

Numa outra vertente, o interesse em dedicar um estudo à figura de D. Luís de Ataíde justifica-se por, numa abordagem preliminar, parecerem existir um conjunto de singularidades no percurso do fidalgo. A primeira prende-se com o facto de ao ser duas vezes indigitado vice-rei da Índia, em 1568 e em 1577, D. Luís ter sido o primeiro e único vice-rei da Índia do século XVI a ser nomeado duas vezes para o mesmo cargo de forma não consecutiva³⁷. O mesmo se poderá afirmar quanto à recepção calorosa que mereceu por parte de D. Sebastião e de toda a corte, quando regressou, em 1572³⁸, a qual não tem paralelo com a de qualquer outro governante da Índia de Quinhentos. Por outro lado, devido ao facto de, em vida de Ataíde, ter sido escrita uma crónica a seu respeito com um pronunciado intuito encomiástico³⁹. Em que medida estes aspectos constituem de facto singularidades de percurso do fidalgo, nomeadamente quando comparados com as trajectórias de outros vice-reis da Índia ou de fulminantes carreiras de sucesso cortesão de Quinhentos?

Assim, o estudo da carreira de D. Luís de Ataíde permite entrecruzar três prismas fundamentais na abordagem da História do Reino e do Império durante os reinados de D. Sebastião e D. Henrique: a Casa, o serviço régio e a corte, e a gestão do Império. Através da análise de cada um deles, ancorada primordialmente nas vertentes social, política e militar, espera-se contribuir para um conhecimento mais completo das dinâmicas do período em causa e o fornecimento de algumas respostas às questões colocadas inicialmente.

Desde logo, e na componente Casa, o facto de a Casa da Atouguia, ter perdido o título condal implica reter a atenção na sua história particular. Este tipo de exame poderá ajudar a complementar os estudos concretos de Casas de nobreza durante a dinastia de Avis, sobretudo para os reinados de D. Sebastião e D. Henrique nos quais são escassos, fornecendo mais dados relativamente à política nobiliárquica seguida pelos diferentes monarcas daquela dinastia. Também a problemática da concessão do marquesado de Santarém, em 1581, e da sucessão na Casa de Atouguia, suscitada pelo falecimento de Ataíde, em 1581, sem descendentes directos, permitirá abordar mais um caso concreto da política nobiliárquica de D. Filipe I.

³⁷ Ao contrário do que sucedera com a renovação de mandatos pela Coroa a anteriores governadores como sucedera com Afonso de Albuquerque (1509-1515) e Nuno da Cunha (1528-1538). O primeiro caso semelhante ao de Ataíde registou-se com D. Francisco da Gama (1597-1600; 1622-1628), nomeado numa primeira ocasião por D. Filipe I, em 1597, e posteriormente, por D. Filipe III, em 1622.

³⁸ Abundantemente descrita pela cronística sebástica do século XVIII. Cf. nota 12.

³⁹ A de António Pinto Pereira.

Na componente serviço régio e corte insere-se o estudo extensivo da carreira de D. Luís de Ataíde, iniciada no reinado de D. João III, o qual visa detalhar o conhecimento não só da trajectória pessoal do fidalgo, mas também a evolução das relações clientelares e de poder desenvolvidas nas cortes de D. João III, D. Sebastião e D. Henrique. Este último aspecto encontra-se directamente relacionado com uma actual tendência historiográfica: a de estudar a corte, num conceito abrangente, dos sucessivos monarcas, neste particular, o caso português⁴⁰.

O exame da anterior trajectória de D. Luís será ainda necessário para perceber os contextos de nomeação vice-real, em 1568 e 1577, bem como o do generalato em 1577. Tendo em conta que algumas fontes retratam o fidalgo como uma figura distinta no seu tempo⁴¹, igualmente relevante será apurar a pertinência desta imagem, a qual deverá ser debatida criticamente em função da análise da sua trajectória e da evolução da sua memória histórica.

Já na vertente gestão do Império insere-se o estudo aprofundado das duas comissões ultramarinas e da questão do generalato de Ataíde, visto que a partir de ambas se concretiza a oportunidade de examinar as dinâmicas imperiais nos reinados de D. Sebastião e de D. Henrique. Esta última área carece ainda, em nossa opinião, de aprofundamentos, seja na vertente do Atlântico-Brasil⁴², seja, mormente, na vertente do

⁴⁰ Nesta área refiram-se o contributo que se aguarda da dissertação de doutoramento de Andreia Martins de Carvalho, sob orientação de Harold Short e Francisco Bettencourt, e subordinada ao título *The high officials of the court of King John III (1521-1557). A prosopographical approach*, bem como do projecto sediado no CHAM, dirigido por Alexandra Pelúcia, intitulado *Na Privaça d'el-Rei: relações interpessoais e jogos de facções em torno de D. Manuel I*, o qual visa, entre outros aspectos, auxiliar a reverter na historiografia portuguesa, aquele que foi um caso de sucesso na historiografia espanhola, designadamente e para o século XVI, para os reinados de Carlos V (Cf. MARTÍNEZ MILLÁN, José (dir.), *La Corte de Carlos V*, 5 vols., Madrid, Sociedad Estatal para la Conmemoración de los Centenarios de Felipe II y Carlos V, s.d.) e de Filipe II (Cf. MARTÍNEZ Millán (dir.), *La Corte de Felipe II*, Madrid, Alianza Editorial, 1999; FERNÁNDEZ CONTI, Santiago, MARTÍNEZ MILLÁN, José (dir.), *La Monarquía de Felipe II: La Casa del Rey*, 2 volumes, Madrid, Fundación Mapfre Tavera, 2005). Julgamos que seria também relevante operar um estudo desta natureza para os reinados de D. Sebastião e D. Henrique, apesar dos importantes e recentes contributos de Félix Labrador Arroyo na sua dissertação de doutoramento publicada (Cf. LABRADOR ARROYO, Félix, *La Casa Real en Portugal (1580-1621)*, Madrid, Ediciones Polifemo, 2009). Nesta mesma área mas numa perspectiva cronológica mais alargada pode também ser inserido o relevante estudo de COSTA, André, *Os Secretários e o Estado do Rei: luta de corte e poder político. Séculos XVI-XVII*, dissertação de mestrado policopiada, Lisboa, FCSH-UNL, 2008.

⁴¹ Ideia particularmente defendida por PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.* e MACEDO, Joseph Pereira de, *Op. Cit.*, sobretudo no encerramento das suas crónicas sobre D. Luís, tendo sido, já no século XVIII, adoptada mais em particular por MACHADO, Diogo Barbosa, *Op. Cit.* Sobre o tema vide o capítulo V.

⁴² Apesar de estruturante o estudo de COUTO, Jorge, *A construção do Brasil. Ameríndios, Portugueses e Africanos, do Início do Povoamento a Finais de Quinhentos*, Lisboa, Cosmos, 1997 permanece em falta uma análise detalhada sobre a evolução das dinâmicas imperiais no Brasil durante o reinado de D. Sebastião. A dissertação de doutoramento de Marisa Marques, sob orientação de João Paulo Oliveira

Índico-Estado da Índia, onde os principais acontecimentos político-militares permanecem por interpretar de uma forma particular⁴³, a despeito, do importante trabalho de João Paulo Oliveira e Costa e de Vítor Rodrigues⁴⁴. Caberá aqui salientar que a crise político-militar de 1565-75 reavivou novamente a ideia da decadência inexorável do Estado da Índia, a qual já fora marcando presença em cronologias anteriores. Apesar de rebatida por Luís Filipe Thomaz⁴⁵ e por João Paulo Oliveira e Costa⁴⁶, tal ideia não poderá ser definitivamente afastada sem uma revisitação, sobretudo para a década de 1570, das intenções e do impacto das políticas reformistas da Coroa para o Estado da Índia. Mesmo o investimento de D. Sebastião no Norte de África, apesar de muito debatido e polémico, carece, para os anos imediatamente anteriores a Alcácer-Quibir, de uma melhor contextualização.

Esta prende-se essencialmente com o “acontecer político” nos anos finais do reinado do *Desejado*, o qual, tendo sido abordado extensivamente por Queirós Veloso⁴⁷ e, mais recentemente, por Maria Augusta Lima Cruz⁴⁸, ambos ancorados na fundamental documentação estante no Archivo General de Simancas, deve merecer ainda maior atenção. Da revisitação destas temáticas poderão derivar não apenas conhecimentos mais detalhados sobre o enquadramento político-militar do Estado da Índia e do Norte de África, como ainda da gestão do Império pela Coroa, no reinado de D. Sebastião. Serão igualmente expectáveis novas interpretações acerca das políticas do monarca e do seu tempo, tais como as ensaiadas por Antonio Villacorta Baños-Garcia⁴⁹, em 2006, e Rafael Valladares⁵⁰, em 2010.

Ainda na componente gestão do Império, o estudo sobre as suas dinâmicas no reinado de D. Henrique, propiciado pela análise do segundo governo de D. Luís de Ataíde,

Costa, relativa ao governador Mem de Sá (1558-1572), com o título *Mem de Sá, um percurso singular no império quinhentista português*, trará novos contributos.

⁴³ Além do estudo de COSTA, João Paulo Oliveira e, RODRIGUES, Vítor, *El Proyecto...*, o importante artigo de COSTA, João Paulo Oliveira e, “D. Sebastião, o homem para lá do mito” in *A Monarquia Portuguesa. Reis e Rainhas na História de um Povo*, direcção de João Aguiar e Bento de Moraes Sarmiento, Lisboa, Selecções do Reader's Digest, 1999, pp. 308-319 e os contributos de Maria Augusta Lima Cruz na biografia de D. Sebastião (Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*).

⁴⁴ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, RODRIGUES, Vítor, *Op. Cit.*

⁴⁵ Cf. THOMAZ, Luís Filipe, “A crise...”, p. 508.

⁴⁶ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, “D. Sebastião...”, p. 319.

⁴⁷ Cf. VELOSO, José Maria de Queirós, *Op. Cit.*, pp. 205 e seguintes.

⁴⁸ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, pp. 235 e seguintes.

⁴⁹ As quais foram possíveis através dos cruzamentos dos dados históricos conhecidos com interpretações sobre o perfil psicológico de D. Sebastião (Cf. BAÑOS-GARCIA, Antonio Villacorta, *Op. Cit.*).

⁵⁰ Sobre tudo a conclusão sobre um dos prováveis sentidos da jornada de Alcácer-Quibir na mente sebastiana, debatido nos capítulos IV e V. Cf. VALLADARES, Rafael, *A Conquista de Lisboa - Violência militar e comunidade política em Portugal. 1578-1583*, Lisboa, Texto Editores, 2010, p. 200.

ausente da historiografia que tem abordado aquele reinado⁵¹, permitirá também obter novos dados e interpretações. O mesmo poderá ser afirmado quanto à fase inicial do período da União Dual, através do aprofundamento do juramento filipino no Estado da Índia, e de uma forma mais global, da transição dinástica no Império, ainda não realizado pela pujante historiografia deste período, na qual se destacam particularmente os trabalhos de Fernando Bouza-Álvarez⁵², de Rafael Valladares⁵³ e de diversos outros autores⁵⁴.

Um exame mais detalhado das problemáticas em torno da carreira de D. Luís de Ataíde permite também esclarecer melhor os moldes metodológicos da presente proposta. Desde logo, o estudo das condições de indigitação de Ataíde, em 1568, para o cargo de vice-rei da Índia, e do seu governo no Estado da Índia, suscitam diversas problemáticas. O exacto apuramento das condições da sua nomeação determina a necessidade de reconstruir a totalidade da sua trajectória anterior.

A inexistência de um estudo sobre a evolução da Casa de Atouguia⁵⁵ e por ter sido a partir desta que se autonomizou a conhecida e influente Casa da Castanheira⁵⁶, impõe historiar o período da fundação da Casa e a forma como esta evoluiu posteriormente. Tal será realizado num primeiro capítulo no qual se procurará centrar a atenção nas relações da Casa com a Coroa ao longo das diferentes conjunturas políticas dos séculos XV e XVI, e igualmente nas estratégias reprodutivas, matrimoniais e de poder, seguidas pelos seus diferentes membros.

Somente após a concretização desta primeira abordagem, já num segundo capítulo, poderá ser reconstituído com um mínimo de exactidão, o ambiente de nascimento de D. Luís de Ataíde, em 1516, e principiar o estudo da sua carreira no reinado de D. João III.

⁵¹ Cf. VELOSO, José Maria de Queirós, *A Perda da Independência: O Reinado do Cardeal D. Henrique*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1946; VEIGA, Carlos José Margaça, *Poder e Poderes na Crise Sucessória Portuguesa*, dissertação de doutoramento policopiada, 2 volumes, Lisboa, FLUL, 1999; POLÓNIA, Amélia, *D. Henrique, o cardeal-rei*, s.l., Círculo de Leitores, 2005.

⁵² Cf. BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando, *Portugal en la Monarquía Hispanica (1580-1640): Felipe II, las Cortes de Tomar e y la Genesis del Portugal Catolico*, 2 volumes, Madrid, Editorial de la Universidade Complutense de Madrid, 1987; BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando, *Portugal no Tempo dos Filipes. Política, Cultura, Representações (1580-1668)*, prefácio de António Manuel Hespanha, tradução de Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, Lisboa, Edições Cosmos, 2000; BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando, *D. Filipe I*, s.l., Círculo de Leitores, 2005.

⁵³ Cf. VALLADARES, Rafael, *Op. Cit.*

⁵⁴ Em especial os recentemente compilados em *Portugal na Monarquia Hispânica. Dinâmicas de integração e conflito*, organização de Pedro Cardim, Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, Lisboa, CHAM/CIDEHUS/Gabinete de História Económica e Social, Red Columnaria, 2013.

⁵⁵ Com excepção dos artigos publicados por Fernando Engenheiro no jornal de Peniche *Voz do Mar*, nº 1 a 6, que os cedeu gentilmente e a quem por isso agradecemos.

⁵⁶ Titulada por D. João III, em 1532, a favor de D. António de Ataíde, 1º conde da Castanheira.

Parecendo insuficiente mencionar apenas as fases principais desta, julga-se ainda fundamental reflectir sobre o significado político e social da sua evolução naqueles anos. Numa perspectiva entrecruzada e complementar à anterior, torna-se necessário examinar as relações da Casa da Atouguia com as principais Casas de nobreza do seu tempo. Desta forma se poderá apurar o seu exacto posicionamento na escala nobiliárquica da época, mormente na sequência da perda do título condal, aprofundar as estratégias reprodutivas e matrimoniais desta e ainda as relações de poder e clientelares estabelecidas pela Casa na corte de D. João III.

Assim alicerçado, num terceiro capítulo partir-se-á para a análise detalhada da carreira de D. Luís durante o grosso do reinado de D. Sebastião, procurando desde logo percepcionar as relações do fidalgo com a Coroa durante o período das regências, estudando as condições exactas da sua nomeação como vice-rei da Índia, em 1568, além das já conhecidas sob o prisma político-militar⁵⁷. Não abstraindo que a sua nomeação foi a primeira realizada para a Índia pelo jovem monarca, em Março de 1568, e que este assumira o poder em Janeiro de 1568, importará debater novamente as motivações da escolha de Ataíde. Para tal, torna-se necessária a contextualização com a política até então seguida pela Coroa para o Estado da Índia e a reflexão sobre as oportunidades de mudança ocasionadas pela assumpção do poder por parte de D. Sebastião.

Quanto ao primeiro governo asiático do fidalgo será relevante focar a política seguida por D. Luís de forma a entender quais as principais escolhas do vice-rei em tempo de crise político-militar. Tal implica começar por abordar a conjuntura político-militar asiática e parte do governo do antecessor de Ataíde, o vice-rei D. Antão de Noronha (1564-1568), para se apreenderem correctamente as primeiras acções governativas de D. Luís. Já no atinente às linhas directrizes seguidas pelo vice-rei para responder aos diferentes desafios a que o Estado da Índia esteve submetido naqueles anos, importará alargar a análise ao campo da factologia político-militar da época a fim de melhor enquadrar a estratégia geral seguida por Ataíde. Desta forma, será possível apurar qual o seu contributo para a resolução da crise político-militar de 1565-1575. Terá este sido tão decisivo como à partida crê a historiografia, fortemente baseada na cronística da época⁵⁸, dada a inexistência de correspondência do vice-rei e dos principais agentes da

⁵⁷ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, RODRIGUES, Vítor, *Op. Cit.*, pp. 294-300.

⁵⁸ Na fundamental crónica de PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.* e em Diogo do Couto (Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Diogo do Couto e a década 8ª da Ásia*, 2 volumes, Lisboa, INCM/CNCDP, 1993).

Coroa no Estado da Índia para estes anos⁵⁹? Em caso afirmativo, quais os verdadeiros motivos do desfecho vitorioso? Terá sido um sucesso absoluto? Para apurar certamente a resposta a estas interrogações haverá que avaliar a factologia política e militar atinente ao governo do sucessor de D. Luís de Ataíde, o vice-rei D. António de Noronha (1571-1573).

No que ao regresso do vice-rei, em 1572, diz respeito, importa reter a atenção nos relatos da sua chegada e na contextualização do ambiente político que então se vivia no Reino, de forma a focar com exacta nitidez a sua recepção por parte do rei. Terá esta sido tão excepcional como a apresenta alguma cronística⁶⁰? Partindo deste acontecimento, será curial ainda equacionar a influência política de que Ataíde desfrutou nos anos seguintes na corte de D. Sebastião. Sendo importante pensar a relação pessoal do fidalgo com o monarca, será também relevante basear o estudo da carreira de D. Luís naqueles anos na vertente dos seus relacionamentos com os principais protagonistas da luta de facção política na corte de D. Sebastião, tais como o Padre Luís Gonçalves da Câmara, confessor do rei, Martim Gonçalves da Câmara, escrivão da puridade, os conselheiros e embaixadores Lourenço Pires de Távora e D. Álvaro de Castro, o influente Pedro de Alcáçova Carneiro, os membros da nova nobreza de corte, como D. Francisco de Portugal, Cristóvão de Távora, ou ainda as figuras mais ligadas à facção do cardeal-infante D. Henrique, como D. João Mascarenhas e Francisco Sá de Meneses. Importará igualmente traçar as ligações de D. Luís de Ataíde com os membros da família real, como a rainha D. Catarina, o cardeal-infante D. Henrique, o infante D. Duarte e D. António, Prior do Crato.

Este tipo de análise, complementada com a evolução do relacionamento da Casa da Atouguia com a Coroa naqueles anos, permitirá dar resposta a outro conjunto importante de interrogações. Em que medida será exequível colocar a hipótese de um valimento de Ataíde junto do monarca para os anos que medeiam entre o seu regresso e a sua segunda indigitação como vice-rei da Índia, sobretudo tendo em conta a sua nomeação, em 1577, para o cargo de general da projectada expedição contra Marrocos? Qual o grau de envolvimento de Ataíde na política norte-africana de D. Sebastião? Qual o seu posicionamento face à polémica questão do casamento do rei e da sua sucessão? Qual o exacto contexto da sua nomeação e quais os interesses do monarca ao nomear o

⁵⁹ Como aliás para toda a década de 1570.

⁶⁰ Em especial MACHADO, Diogo Barbosa, *Op. Cit.* Sobre o tema vide o capítulo V.

fidalgo para o cargo de general? Uma vez mais o retorno à análise da principal dinâmica política afigura-se crucial para dar resposta às questões colocadas.

A propósito da segunda nomeação vice-real de D. Luís e da restauração do título de conde de Atouguia, a focar já num quarto capítulo correspondente à fase final da carreira do fidalgo, importará apurar o exacto momento político em que decorreram esses acontecimentos. Qual a evolução do processo que ditou que Ataíde fosse, em Abril de 1577, um general nomeado para a expedição a Marrocos e, em Setembro de 1577, indigitado novamente vice-rei da Índia? Quais os interesses envolvidos e que papel terá desempenhado D. Luís? Foi Ataíde afastado do cargo por discordância com o monarca, como algumas fontes asseguram⁶¹ e como tantas vezes se repetiu na historiografia⁶²? Como foi interpretado à época tal afastamento? Qual o exacto contexto da sua segunda nomeação vice-real, perspectivado a partir da situação que se vivia no Estado da Índia?

As problemáticas enunciadas terão resposta através de uma nova análise à estratégia política seguida por D. Sebastião no final do seu reinado, tendo em conta os imprescindíveis contributos da documentação presente no Archivo General de Simancas. Já no que concerne ao Estado da Índia, haverá que perceber qual a missão de que fora encarregue D. Luís de Ataíde, já então 3º conde de Atouguia, no seu segundo mandato e de que forma o exercício do seu segundo governo procurou responder a essa missão e aos desafios que o prolongamento da crise político-militar de 1565-1575 acarretou para o Estado da Índia⁶³. Como lidou então o conde vice-rei com a frágil situação político-militar que se vivia na Ásia Portuguesa e com as renovadas ameaças de ruptura política e militar por parte de diversos poderes asiáticos, como o sultão de Bijapur Ali Adil Shah (r. 1557-1580) ou o soberano mogol Akbar (r. 1556-1605)?

A análise do seu governo será realizada, numa primeira fase, na perspectiva estritamente asiática e, num segundo momento, sob o prisma do processo da União Dinástica, iniciado precisamente no ano em que Ataíde assumia a governação do Estado da Índia pela segunda e última vez. A fim de dar resposta cabal à importante interrogação de saber até que ponto D. Luís estivera disposto a auxiliar as pretensões de

⁶¹ Cf. SANTOS, Frei Manuel, *Op. Cit.*, cap. XXXI; BAYÃO, Padre José Pereira, *Op. Cit.*, livro IV, cap. XIII.

⁶² Apesar de já em 1935, Queirós Veloso ter chamado a atenção para que D. Luís de Ataíde não recusara a nomeação. Cf. VELOSO, José Maria de Queirós, *Op. Cit.*, p. 247.

⁶³ Ideia defendida em artigo publicado: VILA-SANTA, Nuno, "Revisitando o Estado da Índia nos anos de 1571 a 1577", *Revista de Cultura*, nº 36, Macau, 2010, pp. 97-104.

D. António, Prior do Crato, à Coroa Portuguesa na sua luta armada contra Filipe II e de esclarecer os motivos que ditaram que o Estado da Índia, no contexto da disputa jurídica, política e militar entre aqueles dois candidatos, acabasse por jurar Filipe II, será necessário adoptar duas perspectivas de forma entrecruzada: a evolução, sob o prisma do Reino, dos principais acontecimentos conjunturais que moldaram o processo da União Dual na sua relação com o tema “Índia”, por um lado, e, por outro, a forma como esses mesmos acontecimentos foram sendo noticiados no Estado da Índia.

Este tipo de abordagem impõe estudar como D. Henrique, D. António e os antonistas e Filipe II e seus apoiantes encararam o Estado da Índia nos anos de 1578 a 1581, o primeiro na perspectiva da resolução dos problemas herdados do reinado de D. Sebastião e os restantes na perspectiva de alcançar o seu juramento naquela decisiva parcela do Império. Apenas em função destas condicionantes poderá ser aclarado em que medida D. Luís de Ataíde se terá colocado, ou não, ao lado de um dos candidatos à sucessão, vinculando com a sua posição a de todo o Estado da Índia. Por fim, a problemática associada à concessão do título de marquês de Santarém será também esclarecida através da contextualização dos títulos de nobreza criados por D. Filipe I na sequência das Cortes de Tomar de 1581. Já a temática da sucessão na Casa de Atouguia será abordada como prolongamento *post-mortem* da carreira de Ataíde por, no processo de ponderações exercido pela Coroa a este respeito, não ter sido indiferente a trajectória de serviços prestados pelo fidalgo.

Num último capítulo será determinante acompanhar o processo de construção da memória histórica de Ataíde de forma a dar resposta, com a maior precisão possível, à principal questão colocada por esta proposta e que, afinal, resume todas as anteriores: qual a verdadeira relevância da acção da personagem D. Luís de Ataíde no seu tempo histórico?

Desta interrogação emanam outras não menos relevantes: Foi a sua acção, nos dois governos da Índia ou na questão do generalato, tão decisiva como à partida se crê? Qual a sua capacidade, de facto, de influenciar a directriz política durante o período de governo efectivo de D. Sebastião? Poderia o fidalgo ter contribuído, caso as circunstâncias o tivessem permitido, para evitar o desastre militar de Alcácer-Quibir ou mesmo ter ajudado o Prior do Crato a impedir o triunfo militar das forças de Filipe II? Terá Filipe II chegado a reear a figura de D. Luís de Ataíde e as implicações políticas e militares de um posicionamento desfavorável do fidalgo na disputa sucessória?

Em que medida a resposta a estas questões não terá sido ela própria condicionada pelos sucessivos retratos de diferentes interesses e perspectivas do fidalgo ao longo dos séculos? Identificando a linha ténue de demarcação entre a verdade histórica e os processos de mitificação de que Ataíde foi alvo, é possível responder conclusivamente à questão enunciada, reflectindo fria e desapassionadamente sobre a importância da acção do fidalgo na sua época, sem esquecer a problemática, colocada pelas fontes, da singularidade da sua figura em Quinhentos.

Um dos principais escolhos encontrados durante o período de investigação, e que afecta directamente a resposta a muitas das interrogações enunciadas, prende-se com a problemática das fontes. A inexistência de um corpo coeso de correspondência de Ataíde quer nos arquivos públicos⁶⁴, quer naquele que seria o arquivo particular da sua Casa⁶⁵, a qual importa lembrar, foi extinta em 1759 por D. José I (r. 1750-1777), no âmbito das conjuras dos duques de Aveiro e marqueses de Távora, à data aparentados com D. Jerónimo de Ataíde, 11º conde de Atouguia, traduziu-se numa significativa condicionante. A forma como decorreu o processo de extinção da Casa da Atouguia⁶⁶, reconhecida ainda no século XVIII como uma Casa com Grandeza⁶⁷, com o confisco integral dos bens e rendimentos da Casa⁶⁸, muitos hipotecados por dívidas⁶⁹, dá pouca esperança de que algum dia venha a encontrar-se o arquivo original da Casa e, com ele, as missivas de D. Luís de Ataíde⁷⁰.

Outros acontecimentos como o incêndio do Palácio dos Condes de Atouguia em Lisboa no início do século XVII⁷¹, onde hipoteticamente poderia encontrar-se alguma documentação do sucessor de D. Luís à frente da Casa de Atouguia (D. João Gonçalves de Ataíde, 4º conde de Atouguia), assim como a destruição, no processo setecentista de

⁶⁴ Sobretudo nas Coleções da ANTT como o *Corpo Cronológico*, as *Cartas Missivas*, a *Colecção de São Vicente*, as *Miscelâneas Manuscritas* e *Miscelâneas Manuscritas da Graça*, mas também nas Coleções da BNP e da BPE.

⁶⁵ Nas pesquisas realizadas em diversos arquivos foi possível detectar, sobretudo na ANTT, documentos que pertenceriam ao arquivo original da Casa, em fundos de outras Casas de nobreza que, nos séculos XVII e XVIII, tiveram relações matrimoniais com a Casa de Atouguia.

⁶⁶ Sobre o tema veja-se MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *D. José. Na sombra de Pombal*, s.l., Círculo de Leitores, 2006, pp. 108-133.

⁶⁷ Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1832)*, Lisboa, INCM, 2002, p. 57.

⁶⁸ A maioria dos quais era constituída por bens da Coroa e das Ordens. Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *O Crepúsculo...*, p. 261.

⁶⁹ Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *Idem*, p. 409.

⁷⁰ Algumas dessas missivas, julgamos, perderam-se ainda no século XVI no contexto das lutas entre D. António, Prior do Crato, e Filipe II, para quem o posicionamento de D. Luís de Ataíde, na crise dinástica, não era indiferente.

⁷¹ Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *Idem*, p. 434.

extinção da Casa, dos símbolos a esta associados ainda hoje evidente na sepultura do fundador da Casa⁷², na Igreja de São Leonardo da Atouguia da Baleia, ou até o facto de todos as doações à Casa, presentes nas diversas chancelarias régias, se encontrarem riscadas, apontam no mesmo sentido. Mesmo seguindo a pista dos proprietários seguintes dos bens confiscados à Casa de Atouguia⁷³, não foi possível encontrar o rasto da documentação. Este facto constituiu um sério óbice à prossecução da investigação, ao qual acresceu a decorrente dificuldade da figura de Ataíde ter suscitado o interesse de diversos cronistas, os quais sucessivamente procuraram construir uma imagem do fidalgo nem sempre condicente com a realidade histórica da sua trajectória⁷⁴.

Em função da falta de ecos directos da personagem em causa, a investigação centrou-se bastante em fontes indirectas de forma a tentar suprir diversas lacunas. Apesar desta opção ter permitido relativizar muitos dos exageros das fontes cronísticas e de ter contribuído para uma melhor reconstrução da carreira de D. Luís, nem sempre foi possível encontrar respostas claras. Assim, importa desde já alertar para o elevado número de situações em que não será possível fornecer uma resposta precisa, sendo nesses casos, em contrapartida, exequível avançar hipóteses de trabalho.

Foi, sobretudo, em função da condicionante documental e tendo em conta a importância historiográfica da contextualização dos cenários históricos de actuação do fidalgo que se optou por abandonar o projecto inicial de realização de uma biografia de Ataíde, a qual, embora tendo em conta as metodologias por este género utilizadas, ficaria sempre bastante incompleta. Nesse sentido, a preocupação foi fundamentalmente a de proceder a uma revisitação da personagem nas diferentes conjunturas históricas da sua vivência, procurando reconstruí-las o mais detalhadamente possível e não esquecendo as dinâmicas globais que marcaram o tempo de transição em que viveu.

⁷² Trata-se da sepultura de Álvaro Gonçalves de Ataíde, 1º conde de Atouguia, a qual foi “picada” por ordem expressa de D. José, assim como o pelourinho da vila no qual eram ostentadas as armas da Casa. Na mesma lógica foi dada ordem para salgar os terrenos da vila.

⁷³ Agradeço a sugestão ao Professor Nuno Gonçalves Monteiro. Entre estes encontrava-se Sebastião José de Carvalho e Melo que ficou em posse do morgado de Carvalho na região de Coimbra (Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalves, *D. José*, p. 127). No entanto, não foi encontrada qualquer referência a documentação dos Ataídes da Atouguia na *Colecção Pombalina* da BNP. Já relativamente à ANTT as referências encontradas serão noticiadas ao longo do trabalho.

⁷⁴ Em não poucos momentos, como o já enunciado referente à importante questão do generalato, com versões claramente erradas.

Capítulo I: Nascimento e evolução da Casa de Atouguia (1383-1515)

*“É grã caza de Atouguia;
e a que tem no Minho e Douro
fez cousas dalta valia,
venceram o grão Rei mouro;
Luís Fernandes hoje em dia”
(Quintanilha de D. João Ribeiro Gaio⁷⁵)*

I.1. A fundação da Casa: o conde D. Álvaro de Ataíde, uma carreira de sucesso (1383-1452)

Quando, no último quartel do século XVI, D. João Ribeiro Gaio⁷⁶ escrevia os versos acima transcritos, com um provável intuito de elogiar a ascendência de D. Luís de Ataíde, 3º conde de Atouguia, pretendia dessa forma captar a atenção para o facto da carreira de sucesso de D. Luís ter ficado a dever muito à Casa de onde este provinha. Na realidade, à data da sua escrita, a Casa da Atouguia e a linhagem dos Ataídes eram, de facto, conceituadas e antigas. Embora a Casa só tivesse sido criada no século XV, a linhagem remontava ao período da fundação do Reino. Na qualidade de prováveis descendentes da influente nobreza medieval dos Riba-Douro⁷⁷, as armas dos Ataídes encontravam-se, desde o século XV, ligadas à tomada de Santarém⁷⁸, na qual teria participado Martim Viegas de Ataíde, filho de Egas Moniz, aio do monarca D. Afonso Henriques (r. 1143-1185). O apelido da linhagem derivava da torre e quinta de Ataíde, na freguesia de São Pedro de Ataíde, no antigo concelho de Santa Cruz do Tâmega, actual conselho de Amarante⁷⁹, onde tinham recebido as primeiras doações.

Se bem que desde o início, por via de Egas Moniz, tenha sido esboçada a ligação dos Ataídes à corte régia, esta veio a confirmar-se posteriormente quando, nos reinados de D. Sancho II (r. 1223-1248) e de D. Afonso III (r. 1248-1279), o representante da

⁷⁵ Cf. FARIA, António Machado de, *Armorial Lusitano*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1961, p. 64.

⁷⁶ Bispo de Malaca entre 1578 e 1601, deverá ter conhecido D. Luís de Ataíde aquando do seu segundo governo oriental e sido um adepto da acção reformadora seguida pelo vice-rei, razão pela qual, em data não referida por António Machado de Faria (Cf. *Ibidem*), deverá ter composto a referida quintanilha.

⁷⁷ Assim o referem GALVÃO-TELLES, João Bernardo, SEIXAS, Miguel Metelo de, “Em redor das armas dos Ataídes: problemática da “família heráldica” das bandas”, separata Armas e Troféus, IX série, Janeiro-Dezembro de 2008, pp. 53-95, p. 61, apesar da opinião contrária de TÁVORA, D. Luiz Lencastre e, *Dicionário das famílias portuguesas*, Lisboa, Quetzal Editores, 1989, p. 85 e de PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, “Os de Ataíde. De Santa Cruz do Tâmega à Corte Régia (Séculos XII a XV)”, separata Armas e Troféus, IX série, Janeiro-Dezembro de 2008, pp. 31-51, p. 32.

⁷⁸ Cf. GALVÃO-TELLES, João Bernardo, SEIXAS, Miguel Metelo de, “Em redor...”, p. 91.

⁷⁹ Cf. FARIA, António Machado, *Op. Cit.*, p. 64.

linhagem foi nomeado mordomo-mor de ambos os monarcas, tendo a maioria dos Ataídes, no âmbito da guerra civil de 1245-1248, apoiado o partido do *Bolonhês*⁸⁰. Já durante o reinado de D. Afonso IV (r. 1325-1357), a influência da linhagem cresceu na sombra dos Teles, a ponto de, no reinado de D. Fernando (r. 1367-1383) serem protegidos da rainha D. Leonor Teles⁸¹ (1350-1386) e estarem em condições de consolidar a sua ascensão social, a par com a linhagem dos Coutinhos⁸².

Era então representante da linhagem Martim Gonçalves de Ataíde, quarto neto de Martim Viegas de Ataíde e figura destacada do reinado fernandino. Bisneto de Gonçalo Viegas que, em 1290, possuía a Quinta do Pinheiro, na referida freguesia de São Pedro de Ataíde⁸³ e rico-homem de D. Fernando foi, durante este reinado, senhor de Riba Cruz do Tâmega, Gouveia, Brunhais e Água Revez, por carta régia de 11 de Agosto de 1377⁸⁴. Partidário de Castela mesmo antes de eclodir a crise de 1383-85, Martim Gonçalves de Ataíde fora ao reino vizinho, em 1382, com o conde D. João Fernandes Andeiro, que aliás costumava acompanhar⁸⁵, para negociar o polémico enlace da infanta D. Beatriz (v. 1373-1412) com o monarca João I (r. 1358-1390)⁸⁶. O seu casamento com Mécia Vasques Coutinho fora orquestrado pela rainha D. Leonor Teles⁸⁷. Como dote de casamento, Martim Gonçalves recebera a relevante alcaidaria-mor de Chaves⁸⁸.

Quando, em finais de 1383, se iniciaram as hostilidades entre o mestre de Avis e o monarca castelhano, Martim Gonçalves de Ataíde começou por acompanhar a rainha D. Leonor Teles para Alenquer⁸⁹, sendo por esta nomeado para defender a vila⁹⁰. Aquando do encontro entre a rainha e João I de Castela, e receando que a monarca pudesse ser presa pelo genro, com o objectivo de este alcançar o juramento das terras que tinham dado voz pela rainha, Martim Gonçalves foi de opinião que o encontro não deveria

⁸⁰ Cf. PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, “Os de Ataíde...”, pp. 36-37.

⁸¹ Cf. GOMES, Rita Costa, *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*, s.l., Difel, 1995, p. 92-93.

⁸² Cf. CUNHA, Mafalda Soares da, “A nobreza portuguesa no início do século XV: renovação e continuidade”, *Revista Portuguesa de História*, vol. XXXI-2, 1996, p. 224.

⁸³ Cf. *Brasões*, vol. I, p. 80.

⁸⁴ Cf. DORNELLAS, Affonso de, *História e Genealogia*, vol. I, Lisboa, Livraria Ferin, 1914, p. 114.

⁸⁵ Cf. LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, introdução de Humberto Baquero Moreno e prefácio de António Sérgio, vol. I, Barcelos, Livraria Civilização, 1990, cap. VIII.

⁸⁶ Cf. “A crise nacional dos fins do século XIV” in *BIBLOS*, vol. XXXV, p. 40. Sobre o contexto da embaixada: GOMES, Rita Costa, *D. Fernando*, s.d., Círculo de Leitores, 2005, pp. 167 e seguintes.

⁸⁷ Cf. OLIVEIRA, Luís Filipe, *A Casa dos Coutinhos. Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*, Cascais, Patrimonia, 1999, p. 35.

⁸⁸ Cf. *Brasões*, vol. I, pp. 76-77.

⁸⁹ Cf. LOPES, Fernão, *Op. Cit.*, vol. I, cap. XVI.

⁹⁰ Cf. *Ibidem*, cap. XXX.

realizar-se⁹¹. No entanto, acabaria por beijar a mão ao soberano castelhano, em Janeiro de 1384, sendo confirmado como alcaide-mor de Chaves, cuja defesa e a de Trás-os-Montes, como lugar-tenente, lhe foi confiada⁹². Apenas abandonou a praça para, conjuntamente com o arcebispo de Santiago, sitiá-lo Porto, sem sucesso⁹³.

Mesmo após a batalha de Aljubarrota, em 1385, e com a crescente rendição de vilas a D. João I (r. 1385-1433), Martim Gonçalves de Ataíde recusava-se a entregar a cidade⁹⁴. Conhecendo bem a figura de Martim Gonçalves e reconhecendo também a sua importância política, social e militar, enquanto partidário de Castela, D. João I decidiu sitiá-lo Chaves apenas quando teve confirmação do sucesso das investidas em Castela e dos apoios de Martim Vasques da Cunha e de Gonçalo Vasques Coutinho⁹⁵. O complicado cerco de Chaves iniciou-se em Janeiro de 1386, já após Ataíde se ter recusado a abandonar a cidade com promessa de mercês por parte de D. João I⁹⁶. Sabendo o monarca que o cerco corria o risco de prolongar-se, por a cidade estar bem apetrechada e devido aos apoios que Martim Gonçalves recebia da Galiza e de Bragança, decidiu chamar o condestável D. Nuno Álvares Pereira⁹⁷.

Apenas sob a eminência do desembarque do duque de Lancaster em Castela⁹⁸ e a chegada dos reforços de D. Nuno Álvares Pereira, Ataíde se decidiu a propor a rendição dentro de quarenta dias, caso João I de Castela a autorizasse. Perante grande contestação, e sobretudo face ao boato de que o monarca castelhano viria pessoalmente em auxílio de Ataíde, D. João I aceitou o pedido de Martim Gonçalves⁹⁹. Esta aceitação ficou a dever-se não só ao receio de que o monarca castelhano, em Valhadolide, atacasse a qualquer momento dado o facto de ter solicitado o apoio francês e do antipapa Clemente VII¹⁰⁰ (r. 1371-1394), mas igualmente devido ao parentesco da esposa de Ataíde. Na verdade, Mécia Vasques Coutinho era irmã de Gonçalo Vasques Coutinho, apoiante da realeza de D. João I, desde que este era mestre de Avis,

⁹¹ Cf. *Ibidem*, cap. LXIV.

⁹² Cf. *Brasões*, vol. I, p. 77.

⁹³ Cf. LOPES, Fernão, *Op. Cit.*, vol. I, cap. CXVII.

⁹⁴ Cf. *Ibidem*, vol. II, cap. LX.

⁹⁵ Cf. *Ibidem*, cap. LXII.

⁹⁶ Cf. *Ibidem*, cap. LXIII.

⁹⁷ Cf. *Ibidem*, cap. LXIV.

⁹⁸ O qual reclamava, no âmbito da Guerra dos Cem Anos (1337-1453), que opunha a França à Inglaterra, direitos dinásticos ao trono castelhano e tinha sido convencido a desembarcar em Castela, mediante diversas pressões e negociações com D. João I, o que sucedeu em Julho de 1386. Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I o que re-colheu Boa Memória*, s.d., Círculo de Leitores, 2005, p. 97 e anteriores.

⁹⁹ Cf. LOPES, Fernão, *Op. Cit.*, vol. II, cap. LXV.

¹⁰⁰ Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz, *Op. Cit.*, p. 92.

combatente em Aljubarrota e figura, naqueles anos, em processo de ascensão político-militar, que o levaria a alcançar a prestigiante nomeação de marechal do Reino, em 1397¹⁰¹. Tendo Mécia Vasques e seus filhos acompanhado o marido durante o cerco, em atenção ao seu parentesco e por provável intercessão de Gonçalo Vasques Coutinho, D. João I já lhe concedera o privilégio de um cântaro de água por dia¹⁰². Na altura, muito provavelmente Álvaro Gonçalves de Ataíde, primogénito do casal, deverá ter sido o filho escolhido como penhor entregue a D. João I, aquando da negociação da rendição de Chaves.

Perante a autorização do monarca castelhano, que lhe agradeceu os serviços e lhe prometeu mercês do lado de lá da fronteira, Martim Gonçalves de Ataíde entregou a praça¹⁰³. Tendo partido para Castela com a esposa e seus filhos, os bens de Martim Gonçalves foram entregues a Gonçalo Vasques Coutinho¹⁰⁴, com excepção da cidade de Chaves, a qual foi doada a D. Nuno Álvares Pereira¹⁰⁵, integrando desde então o património da Casa de Bragança. Martim Gonçalves deverá ter vivido até 1392, pois ainda matou um português com uma lança em Villalobos¹⁰⁶, aquando da incursão portuguesa em Castela.

Provavelmente a propósito do seu falecimento e ainda durante a invasão portuguesa a Castela¹⁰⁷, é possível, contudo, que D. João I tenha decidido autorizar o regresso a Portugal de Mécia Vasques Coutinho e dos seus filhos e criados. Por intercessão de Gonçalo Vasques Coutinho e de Beatriz Gonçalves de Moura, que devia servir na Casa da rainha D. Filipa (r. 1387-1415) desde o seu casamento com D. João I¹⁰⁸, Mécia Vasques regressou com os seus descendentes: Álvaro Gonçalves de Ataíde, Vasco Fernandes de Ataíde, D. Isabel de Ataíde, D. Helena de Ataíde, D. Filipa de Ataíde e D. Catarina de Ataíde¹⁰⁹. Ainda antes do seu regresso, recebeu do rei e da rainha os bens

¹⁰¹ Cf. *Ibidem*, p. 60; COSTA, João Paulo Oliveira e, *Henrique, o Infante*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009, p. 40.

¹⁰² Cf. LOPES, Fernão, *Op. Cit.*, vol. II, cap. LXIII.

¹⁰³ Cf. *Ibidem*, cap. LXVIII.

¹⁰⁴ Cf. OLIVEIRA, Luís Filipe, *Op. Cit.*, p. 37.

¹⁰⁵ Cf. LOPES, Fernão, *Op. Cit.*, vol. II, cap. CVII.

¹⁰⁶ Cf. *Ibidem*, cap. CVII.

¹⁰⁷ Mais pormenores em COELHO, Maria Helena da Cruz, *Op. Cit.*, pp. 97-103.

¹⁰⁸ Visto ser aia da rainha (Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz, *Op. Cit.*, p. 143).

¹⁰⁹ Cf. Genealogia 1: Ascendência e Descendência dos Ataíde nos séculos XIV e XV, na qual se exclui a análise do ramo de Nuno Gonçalves de Ataíde, senhor de Gaião, e irmão de Martim Gonçalves de Ataíde, cuja descendência no século XVI viria a recair no conhecido capitão de Safim, Nuno Fernandes de Ataíde. Sobre esta figura e a sua ascendência veja-se o estudo de TEIXEIRA, André, “Nuno Fernandes de Ataíde, o nunca está queto, capitão de Safim” in *A Nobreza e a Expansão. Estudos Biográficos*, Cascais, Patrimonia, 2000, pp. 159-207.

que tinham pertencido ao marido¹¹⁰ e a quinta de Randufe, no termo de Chaves, pelo serviço de “criar nossos filhos”¹¹¹. Estes bens, à data incerta da sua morte, devem ter revertido para os Coutinhos por não existir referência deles na Casa de Atouguia. Tendo sido nomeada aia dos quatro primeiros infantes (D. Duarte, D. Pedro, D. Henrique e D. Isabel), em data desconhecida¹¹², Mécia Vasques Coutinho teve ocasião não só de reforçar os serviços da linhagem dos Coutinhos, mas também de reabilitar e relançar a linhagem dos Ataídes na qualidade de mãe do então representante da linhagem: o jovem Álvaro Gonçalves de Ataíde.

Tal decisão joanina inseriu-se na sua política nobiliárquica de continuidade de serviço e de influência das principais linhagens do reinado fernandino, alterando-se apenas o seu peso correlativo¹¹³. São conhecidos vários outros casos de reabilitação política e social, sendo o mais destacado o de D. Pedro de Meneses, 1º capitão de Ceuta e fundador da Casa de Vila Real¹¹⁴. Sempre próxima de D. Filipa de Lencastre, partilhando com esta as lágrimas quando foi informada que D. João I iria a Ceuta¹¹⁵, Mécia Vasques terá acompanhado os momentos finais da rainha, a qual não deixou de pedir ao infante D. Duarte (v. 1391-1438), herdeiro da Coroa, que se lembrasse dos serviços de Mécia Vasques e dos de Beatriz Gonçalves de Moura. Ao pedido da rainha terá o infante respondido que “lhe tinha muito em mercê de lhe leixar tal encomenda, a qual ele cumpriria o melhor que pudesse”¹¹⁶. Após o falecimento da rainha D. Filipa, Mécia Vasques ingressou no serviço da infanta D. Isabel (v. 1397-1471)¹¹⁷.

Possivelmente nos finais da década de 1390, Mécia Vasques Coutinho terá conseguido colocar diversos filhos no serviço da corte. É sabido que Álvaro Gonçalves de Ataíde era governador da Casa do infante D. Pedro (v. 1392-1449) desde, pelo menos, 1402¹¹⁸. Existe também referência de que Vasco Fernandes de Ataíde era governador da Casa do infante D. Henrique (v. 1394-1460) por ocasião da conquista de

¹¹⁰ Cf. ANTT, *CDJI*, livro 2, fl. 148, Viseu, 23.IX.1389 – PUB. *Chancelarias Portuguesas: D. João I*, tomo 3, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, doc. 535,

¹¹¹ Cf. ANTT, *CDJI*, livro 2, fl. 180, Porto, 16.X.1386 – PUB. *Ibidem*, tomo 3, doc. 1455, p. 218.

¹¹² Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, *Op. Cit.*, p. 40.

¹¹³ Cf. CUNHA, Mafalda Soares da, “A nobreza portuguesa...”, p. 227.

¹¹⁴ Sobre a figura veja-se: CAMPOS, Nuno Silva, *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*, Évora, Colibri/Centro Interdisciplinar de História, Cultura e Sociedades da Universidade de Évora, 2004.

¹¹⁵ Cf. ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica da tomada de Ceuta*, introdução e notas de Reis Brasil, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1992, cap. XXXVIII.

¹¹⁶ Cf. *Ibidem*, cap. XLII, p. 156.

¹¹⁷ Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz, *Op. Cit.*, p. 143.

¹¹⁸ Com 8300 libras de moradia. Cf. *MH*, vol. I, doc. 122.

Ceuta, em 1415¹¹⁹. Quanto a D. Filipa de Ataíde, deverá ter sido colocada como dama da rainha D. Filipa¹²⁰, provavelmente aquando do regresso a Portugal com a sua mãe.

Foi sobretudo através do serviço dos infantes D. Pedro e D. Henrique que a ascensão dos membros da Casa foi concretizada nos anos seguintes. Álvaro Gonçalves de Ataíde e Vasco Fernandes de Ataíde participaram na conquista de Ceuta¹²¹. Este último, capitão da sexta galé que partira do Porto¹²², foi o único fidalgo a falecer na investida, quando procurava encontrar D. Henrique¹²³, sendo bem conhecida a sua forte ligação àquele infante¹²⁴. Todavia, a relevância do falecimento do secundogénito da Casa não reunia ainda as condições para ser politicamente capitalizada, dado Álvaro Gonçalves de Ataíde não ser à data casado nem ter, no seu *cursus honorum*, serviços de relevo comparável aos que prestou, nos anos seguintes, ao infante D. Pedro e a D. João I.

Só nesta mesma lógica se pode entender a sua nomeação, em 1416, para representar Portugal no Concílio de Constança¹²⁵, conjuntamente com D. Fernando de Castro¹²⁶, o fidalgo escolhido para substituir Vasco Fernandes de Ataíde à frente da Casa do infante D. Henrique e, também ele, descendente de uma linhagem, os Castros, que carecia de se reabilitar através do serviço à Coroa. Originalmente secundogénito, acabou por herdar a Casa de seu pai, D. Pedro de Castro, senhor do Cadaval, por falecimento prematuro do seu irmão primogénito. Considera-se que a sua nomeação para a Casa do infante D. Henrique ficou a dever-se à influência de Mécia Vasques Coutinho e de Gonçalo Vasques Coutinho, sobretudo tendo em conta a própria indigitação de Álvaro Gonçalves de Ataíde para a Casa do infante D. Pedro¹²⁷. A ligação então estabelecida entre os dois fidalgos, além de demonstrar como não existia uma associação unívoca entre linhagens e serviço dos infantes¹²⁸, parece ter configurado o estabelecimento de uma relação pessoal forte entre ambos e o início da estreita aliança entre ambas as linhagens, com consequências profícuas nos anos seguintes.

¹¹⁹ Cf. ZURARA, Gomes Eanes, *Crónica da tomada...*, cap. L.

¹²⁰ Com 1200 libras de moradia. Cf. *Brasões*, vol. I, p. 84.

¹²¹ Cf. ZURARA, Gomes Eanes, *Crónica da tomada...*, cap. L.

¹²² Cf. CRUZ, Abel dos Santos, *A nobreza portuguesa em Marrocos no século XV (1415-1464)*, dissertação de mestrado policopiada, Porto, FLUP, 1995, p. 68.

¹²³ Cf. ZURARA, Gomes Eanes, *Crónica da tomada...*, caps. LXIII e LXXXIV.

¹²⁴ Tendo chegado a viver com o infante D. Henrique. Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, *Op. Cit.*, p. 77.

¹²⁵ Cf. Carta de D. João I ao rei de Aragão, Estremoz, 21.I.1416 – PUB. *MH*, vol. II, doc. 114 na qual o rei noticiava a sua nomeação.

¹²⁶ Cf. PERES, Damião, *História da Igreja em Portugal*, vol. I, Porto, Portucalense Editora, 1967, p. 467.

¹²⁷ Cf. *Ibidem*, p. 77.

¹²⁸ Cf. *Ibidem*, pp. 77-78.

Por ocasião da partida para Constança, o infante D. Pedro solicitou ao seu governador que encontrasse uma esposa para si, embora Ataíde não tenha sido capaz de encontrar a desejada noiva¹²⁹. No seguimento do encerramento do Concílio, em 1418, Álvaro Gonçalves de Ataíde não só apoiou a ideia do seu tio Gonçalo Vasques Coutinho de promover Luís Coutinho ao bispado de Coimbra¹³⁰, como recebeu, em nome do infante D. Pedro, a marca de Treviso¹³¹, na Hungria, ficando o fidalgo como administrador da mesma. Esta fora doada por Sigismundo (v. 1368-1437), rei da Hungria e Imperador do Sacro Império Romano-Germânico, de quem Álvaro Gonçalves fora companheiro de armas na Bósnia¹³². Em seguida, Ataíde rumou em peregrinação à Terra Santa¹³³. De regresso ao Reino e após ter participado no socorro a Ceuta em 1419¹³⁴, poderá ter influenciado o infante D. Pedro a partir no seu périplo europeu¹³⁵, ficando em dúvida se teria ou não partido com o infante, então desapontado com a sua falta de espaço político, como refere João Paulo Oliveira e Costa¹³⁶. Este aspecto em particular e a possibilidade de envolvimento de Álvaro Gonçalves de Ataíde na referida viagem carece ainda de aprofundamento no quadro dos estudos do infante D. Pedro¹³⁷.

A ideia de que terá acompanhado o infante D. Pedro na sua viagem pela Europa torna-se ainda mais crível, tendo em conta que Álvaro Gonçalves só ressurge em 1428 como testemunha dos casamentos aprazados do infante D. Pedro com D. Isabel de Aragão¹³⁸, condessa de Urgel (v. 1409-1443), e do infante D. Duarte com a infanta D. Leonor de Aragão (v. ?-1445)¹³⁹. Em 1429, foi enviado a Castela por D. João I, conjuntamente com Nuno Martins da Silveira, para conciliar o monarca castelhano com os reis de

¹²⁹ Por carta de 8 de Janeiro de 1417, escrita em Arraiolos, e dirigida ao fidalgo. Cf. ROGERS, Francis M., *The Travels of the Infante Dom Pedro of Portugal*, Cambridge, Harvard University Press, 1961, p. 13.

¹³⁰ Cf. OLIVEIRA, Luís Filipe, *Op. Cit.*, pp. 63-64.

¹³¹ Cf. *MH*, vol. II, doc. 139.

¹³² Como é lembrado no epitáfio da sepultura de Álvaro Gonçalves de Ataíde publicado em PONTES, Luís Filipe Matança da Costa Monteiro, *Do mundo da corte ao mundo da memória: subsídios para o estudo da mentalidade cavaleiresca da nobreza portuguesa, 1400-1521*, dissertação de mestrado policopiada, Lisboa, FCSH-UNL, 2008, p. 160

¹³³ Cf. ROGERS, Francis M., *Op. Cit.*, p. 24.

¹³⁴ Cf. *Brasões*, vol. I, p. 81.

¹³⁵ Cf. CORREIA, Margarida Sérvulo, *As Viagens do Infante D. Pedro*, Lisboa, Gradiva, 2000, pp. 44-45.

¹³⁶ Devido ao facto da preferência joanina pelo infante D. Henrique se ter revelado claramente em 1416 (Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, *Op. Cit.*, p. 117).

¹³⁷ Ainda está por realizar, sobretudo na sequência da publicação da biografia do infante D. Henrique, de João Paulo Oliveira e Costa, a biografia deste infante. Esta importante lacuna historiográfica foi já notada por Humberto Baquero Moreno em 1997 (Cf. MORENO, Humberto Baquero, *O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra – Itinerários e Ensaios Históricos*, Porto, Universidade Portucalense, 1997, p. 7).

¹³⁸ Cf. *MH*, vol. III, doc. 121.

¹³⁹ Cf. *MH*, vol. III, docs. 128 e 129.

Navarra e de Aragão e os infantes D. Pedro e D. Henrique¹⁴⁰, sendo mencionado que já então era homem “de quien el Rey de Portugal mucho fiaba”¹⁴¹. Ainda nessa sequência, veio a ser testemunha pelo infante D. Pedro da paz de Segura de 1432¹⁴², a qual selava definitivamente quase cinquenta anos de guerra entre Portugal e Castela.

Durante aqueles anos, Álvaro Gonçalves de Ataíde ganhara não apenas a consideração do infante D. Pedro, mas igualmente o pleno respeito de D. João I, como as nomeações mencionadas e as primeiras doações e privilégios concedidos à sua Casa confirmam. Importa realçar que a maioria destas doações e privilégios foram concedidos a partir dos bens da Casa de Coimbra, dirigida pelo infante e duque D. Pedro, sendo muitas delas sujeitas a confirmações posteriores. Malgradadamente, não se conhecem diversas doações originais, quer na Chancelaria de D. João I¹⁴³, quer nas Confirmações da Casa de Atouguia, datadas do século XVII¹⁴⁴.

Entre as iniciais doações joaninas conhecidas contam-se: o privilégio para ter em Monforte de Rio Livre, antiga freguesia do arcebispado de Braga e no actual concelho de Chaves¹⁴⁵, um couto de homiziados¹⁴⁶, a doação de Cernache, no termo de Coimbra, e dos casais de Chança e Carvalhal, no termo de Penela¹⁴⁷, a carta de privilégio a seus amos e caseiros¹⁴⁸, a carta de coutada à mata da Azenha¹⁴⁹ e à Quinta da Foz¹⁵⁰, ambas no termo de Benavente. Nesta primeira fase, as doações e privilégios incidiram, assim, na região em torno de Coimbra, sede do ducado do infante D. Pedro, nos privilégios concedidos na região de Trás-os-Montes, e em pequenas doações no Ribatejo.

Se bem que, através da sua carreira de serviço, Álvaro Gonçalves de Ataíde tenha conseguido limpar a mácula política de seu pai, e tivesse já alcançado o estatuto de

¹⁴⁰ Cf. MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*, vol. II, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1979-1980, p. 721.

¹⁴¹ Cf. *MH*, vol. III, doc. 146, p. 309.

¹⁴² Cf. *MH*, vol. IV, doc. 43.

¹⁴³ É possível que entre os documentos perdidos ao longo do tempo na Chancelaria de D. João I se encontrassem algumas das doações originais à Casa.

¹⁴⁴ Pedidas por Simão da Cunha de Ataíde a D. Filipe III, em 1621, a propósito de disputa de bens entre a Casa de Atouguia e a Casa de Povolide. Cf. ANTT, *Casa de Povolide*, maço 21, doc. 5. Cf. nota 2187.

¹⁴⁵ Cf. LEAL, Augusto, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. V, Braga, Barbosa & Xavier, 2006, p. 407.

¹⁴⁶ Cf. ANTT, *CDJI*, livro 4, fl. 12v., s.l., 10.X.1420. O privilégio foi concedido por D. João I, embora a doação de Monforte de Rio Livre só se tenha efectivado já no reinado de D. Duarte, adiante referenciado.

¹⁴⁷ Cf. ANTT, *CDAV*, livro 20, fl. 4, s.l., 15.VI.1425. Trata-se de uma doação retirada dos bens da Casa do infante D. Pedro, desconhecendo-se o documento e data original da doação de Cernache e dos casais de Chança e Carvalhal. Esta doação incluía casas em Alvaiázere e em Albergaria-a-Velha, bem como a concessão do padroado da Igreja de Cernache.

¹⁴⁸ Cf. ANTT, *CDAV*, livro 25, fl. 3, s.l., 24.X.1425. Privilégio concedido por D. João I.

¹⁴⁹ Cf. ANTT, *CDAV*, livro 11, fl. 100v., s.l., 20.X.1430. Não se conhece o documento original de doação.

¹⁵⁰ Cf. ANTT, *CDAV*, livro 18, fl. 12, s.l., 2.VII.1431. É desconhecido o documento de doação original.

“Grande” da corte joanina, no final do reinado, devido à ligação da sua linhagem com os Castros e os Meneses¹⁵¹, ainda lhe faltava um elemento fundamental para consumir a plena restauração política e social que, por exemplo, D. Pedro de Meneses, alcançou precisamente no final do período joanino¹⁵². Referimo-nos ao seu enlace e ao das suas irmãs, uma vez que, como é sabido, o cumular das trajetórias políticas de ascensão só tinha expressão social através de bons casamentos¹⁵³. Tal significa que a Álvaro Gonçalves e à sua Casa, a despeito da sua carreira e da configuração de um importante senhorio, ambas a apontar para a titulação, faltava encontrar matrimónios que correspondessem ao estatuto político adquirido.

O breve reinado de D. Duarte (r. 1433-1438) não foi, todavia, propício a uma rápida ascensão. Ataíde não participou na expedição de Tânger de 1437¹⁵⁴, na qual os partidários do infante D. Pedro primaram pela ausência. Nem mesmo a participação dos Castros e Coutinhos, seus familiares, associados à clientela do infante D. Henrique¹⁵⁵, o fez integrar o contingente. Ainda antes da expedição partir, foi por Álvaro Gonçalves que D. Duarte tomou conhecimento dos preparativos do infante D. Pedro no sentido de nela participar¹⁵⁶, vindo a impor-lhe a sua não participação na jornada¹⁵⁷. Além disso, o monarca opôs-se à intenção de Ataíde e de D. Guiomar de Castro, sua futura esposa, de ver nomeada a irmã desta, D. Isabel de Castro, como abadessa de Arouca¹⁵⁸. No entanto, após confirmar as doações joaninas¹⁵⁹, foi D. Duarte quem fez a Álvaro Gonçalves de Ataíde a importante doação dos castelos e vilas de Monforte de Rio Livre e de Vinhais e das terras de Vilar Seco de Lomba e de Vale de Paço¹⁶⁰, estas três

¹⁵¹ Cf. CUNHA, Mafalda Soares da, “A nobreza portuguesa...”, pp. 231 e 236.

¹⁵² Com a concessão, por parte de D. João I, do título de 1º conde de Vila Real, em 1424.

¹⁵³ Cf. LLAVE, Ricardo Cordoba de la, PITA, Isabel Beceira, *Parentesco, poder y mentalidad. La nobleza castellana. Siglos XII-XV*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990, p. 122 e seguintes.

¹⁵⁴ Cf. PINA, Rui de, *Crónica do rei D. Duarte*, edição de António Borges Coelho, Lisboa, Editorial Presença, 1966, cap. XV.

¹⁵⁵ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, *Op. Cit.*, p. 227.

¹⁵⁶ Cf. Carta de Álvaro Gonçalves de Ataíde a D. Gomes, Porto, 7.V.1435 – PUB. MH, vol. IV, doc. 22.

¹⁵⁷ Visto ter outros planos. Cf. DUARTE, Luís Miguel, *D. Duarte requiem por um rei triste*, s.d., Círculo de Leitores, 2005, p. 247.

¹⁵⁸ Pois defendia a nomeação de D. Beatriz de Vilhena. Cf. Carta de D. Duarte a D. Gomes, Lisboa, 27.VII.1437 – PUB. MH, vol. IV, doc. 56.

¹⁵⁹ De Cernache e dos casais de Chança e Carvalhal (Cf. ANTT, CDAV, livro 34, fl. 104v., s.l., 3.XII.1433), das cartas de coutada à mata da Azenha (Cf. *Idem*, livro 11, fl. 100v., s.l., 1.III.1433) e à Quinta da Foz (Cf. *Idem*, livro 18, fl. 12, s.l., 28.VI.1438) e dos privilégios a seus amos e caseiros (Cf. *Idem*, livro 25, fl. 3).

¹⁶⁰ Cf. ANTT, CDAV, livro 9, fl. 85v, s.l., 4.XII.1433.

últimas no actual distrito de Bragança¹⁶¹, a qual configurou a formação da componente transmontana do património da Casa.

Deverá ter sido pouco depois do falecimento de D. Duarte, em 1438, que Álvaro Gonçalves, após acompanhar a saída do infante D. Pedro de Coimbra¹⁶² a fim de participar nas Cortes de Torres Novas de 1438, nas quais prestou juramento¹⁶³, concretizou o seu enlace com D. Guiomar de Castro. Já desde o tempo de D. João I se dizia que o fidalgo estava apaixonado por D. Guiomar e que inclusivamente jogara aos dados com o seu falecido irmão Vasco Fernandes de Ataíde para saber quem ficaria com ela¹⁶⁴. A concretização do casamento, que aparentemente já fora proposto pelo infante D. Pedro a D. João I e à rainha D. Filipa¹⁶⁵, realizou-se com o devido aval régio, confirmado por documento de chancelaria¹⁶⁶, em finais de 1438.

Esta união não deverá, contudo, ser desligada do consórcio da irmã de Álvaro Gonçalves, D. Isabel de Ataíde, com D. Fernando de Castro, o qual julgamos deverá ter ocorrido nesta altura também, visto D. Guiomar ser irmã de D. Fernando de Castro. Tendo já sido anotado o conhecimento e semelhança de perfil pessoal e cortesão entre ambos, é notório que o duplo enlace endogâmico procurava consolidar a ascensão política das duas linhagens, reforçando socialmente uma aliança política anterior. Dessa aliança eram ainda esperadas novas benesses, mormente a titulação de ambas as Casas.

Da união entre Álvaro Gonçalves e D. Guiomar nasceram¹⁶⁷: D. Martinho de Ataíde, D. João de Ataíde, D. Vasco de Ataíde, D. Álvaro de Ataíde, D. Joana de Castro, D. Filipa de Castro, D. Mécia de Castro e D. Leonor de Meneses. Em data incerta, teve Álvaro Gonçalves ainda D. Pedro de Ataíde, abade de Penalva, e Gil Vasques¹⁶⁸.

¹⁶¹ Cf. BAÇAL, Abade de, *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança*, tomo VII, Bragança, Câmara Municipal de Bragança/Instituto dos Museus, 2000, p. 30.

¹⁶² Cf. PINA, Rui de, *Chronica de D. Afonso V*, vol. I, edição de G. Pereira, Lisboa, Escriptorio, 1901, cap. CLV; LANDIM, Gaspar Dias, *O Infante D. Pedro. Chronica Inedita*, vol. I, edição de Luciano Cordeiro, Lisboa, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, 1892, cap. XXIX.

¹⁶³ Para jurar rei D. Afonso V. Cf. *MH*, vol. IV, doc. 96.

¹⁶⁴ Cf. *Inventários e Sequestros das Casas de Távora e Atouguia em 1759*, edição de Luiz de Bivar Guerra, Lisboa, Edições do Arquivo do Tribunal de Contas, 1954, p. 278.

¹⁶⁵ Tal como é afirmado num dos documentos de confirmação da Casa. Cf. ANTT, *Casa de Povolide*, Maio 21, doc. 5.

¹⁶⁶ Para a primeira carta de confirmação de casamento de D. Guiomar veja-se: ANTT, *CDAV*, livro 34, fl. 74, s.l., 1.X.1438. Já para a segunda e definitiva carta de contrato de casamento de Álvaro Gonçalves de Ataíde veja-se *Idem*, livro 18, fl. 44, s.l., 24.I.1439.

¹⁶⁷ Cf. Genealogia 2: Descendência de D. Álvaro de Ataíde, 1º conde de Atouguia (Século XV).

¹⁶⁸ Fora do casamento. Para Gil Vasques apenas se conhece a carta régia, na qual surge identificado como filho de Álvaro Gonçalves de Ataíde e escrivão das carnes e caça da cidade de Lisboa (Cf. ANTT, *CDAV*, livro 19, fl. 25, s.l., 15.VII.1439), desconhecendo-se o seu posterior percurso.

Desta fase deve também datar o casamento de D. Helena de Ataíde com D. Pedro Vaz da Cunha, senhor de Angeja, cuja descendência viria a estar associada a D. Lopo de Albuquerque, titulado por D. Afonso V, em 1475, como 1º conde de Penamacor. Igualmente daquele momento datará o consórcio de D. Filipa de Ataíde que, como mencionado, fora dama da rainha D. Filipa, com Gonçalo Anes Chichorro, 3º senhor de Mortágua, cuja descendência estaria associada a D. Sancho de Noronha, também titulado pelo *Africano*, em 1446, como 1º conde de Odemira. Apenas a irmã mais nova de Álvaro Gonçalves de Ataíde, D. Catarina de Ataíde, não teve geração, desconhecendo-se o seu percurso.

A ocorrência destes enlaces no contexto do precoce falecimento de D. Duarte e das tensões políticas a propósito da co-regência do Reino, entre o infante D. Pedro e a rainha D. Leonor¹⁶⁹, visava conferir estabilidade à Casa e garantir apoios políticos face à luta política que se avizinhava. Nessa mesma lógica se pode compreender que tendo D. Duarte escolhido Nuno Martins da Silveira e a sua esposa para os cargos de aios do jovem príncipe D. Afonso e da infanta D. Leonor¹⁷⁰, tenha sido por decisão das Cortes de Lisboa de 1439 que ambos foram afastados dos cargos em prol dos então recém-consorciados Álvaro Gonçalves de Ataíde e D. Guiomar de Castro¹⁷¹.

Na qualidade de conselheiro do período da co-regência¹⁷², Ataíde foi mandatado pelo infante D. Pedro para informar a rainha D. Leonor da deliberação das Cortes pela qual esta era constrangida a entregar D. Afonso V¹⁷³. Tal sucedeu não apenas por ser “homem prudente e bem razoado, e de que muito fiava”¹⁷⁴ o infante D. Pedro, mas também pelos contactos anteriores que já tivera com a rainha viúva, que assinara confirmações de bens da Casa em seu nome e no da sua esposa¹⁷⁵. Porém, tendo Álvaro Gonçalves falhado na sua missão, coube ao infante D. Henrique convencer a rainha a entregar D. Afonso V¹⁷⁶.

¹⁶⁹ Cf. GOMES, Saul António, *D. Afonso V O Africano*, s.d., Círculo de Leitores, 2006, pp. 44 e seguintes.

¹⁷⁰ Cf. LANDIM, Gaspar, *Op. Cit.*, vol. I, cap. IX.

¹⁷¹ Cf. SOUSA, João Silva de, *D. Duarte – Infante e Rei – e as Casas Senhoriais*, Lisboa, SHIP, 1991, p. 17.

¹⁷² Cf. GOMES, Rita Costa, *Op. Cit.*, p. 229.

¹⁷³ Cf. PINA, Rui de, *Op. Cit.*, vol. I, cap. XLVII; LEÃO, Duarte Nunes, *Cronicas e vidas dos reys de Portugal, D. Duarte, undecimo, e D. Affonso V, duodecimo*, Lisboa, Officina de Joze de Aquino Bulhoes, 1780, cap. VII.

¹⁷⁴ Cf. LANDIM, Gaspar, *Op. Cit.*, vol. I, cap. XXX, p. 30.

¹⁷⁵ Da doação de Cernache e dos casais de Chança e Carvalhal (Cf. ANTT, *CDAV*, livro 34, fl. 104, s.l., 17.XI.1438).

¹⁷⁶ Cf. PINA, Rui de, *Op. Cit.*, vol. I, cap. VII.

A partir da entrega de D. Afonso V, e posteriormente, aquando da fuga da rainha viúva para o Crato e da entrega da infanta D. Leonor (v. 1434-1467) a D. Guiomar de Castro até à sua partida para a Alemanha¹⁷⁷, de quem seria aia até ao casamento da infanta com o Imperador Frederico III (v. 1415-1493), Álvaro Gonçalves passava a acumular dois dos mais importantes cargos da corte: aio do jovem monarca e governador da Casa do infante D. Pedro, então regente do Reino. Isto é, Ataíde tornou-se num protagonista fundamental de toda a política da época e foi um privilegiado agente mediador entre o jovem monarca e o regente, o que lhe conferiu um indiscutível poder de intervenção política e lhe abriu o caminho para a titulação.

É neste quadro que, logo em 1439, se entende que o infante D. Pedro o tenha nomeado coudel-mor de Tavira¹⁷⁸ e lhe tenha confiado a guarda do jovem D. Afonso V enquanto se iniciava a guerra contra o Prior do Crato, que decidira apoiar as pretensões da rainha D. Leonor. Enquanto decorria a investida, Álvaro Gonçalves de Ataíde procurou, sem sucesso, convencer o jovem monarca dos motivos do infante D. Pedro para guerrear os partidários da sua mãe¹⁷⁹, uma vez que esta pretendia que Portugal se envolvesse nas lutas peninsulares dos infantes de Aragão¹⁸⁰. Despontando já nesse episódio de 1440 bem como noutra da mesma época a veia militar do jovem D. Afonso V¹⁸¹, e por consequência iniciando-se as tensões que viriam a opor o rei e o regente nos anos seguintes, o infante D. Pedro não deixou de reconhecer a importância dos serviços prestados por Ataíde, fazendo-lhe um conjunto de importantes mercês.

Entre estas merece destaque o apoio à concessão, em 1443, do Priorado do Crato a D. Henrique de Castro¹⁸², o qual era sobrinho de D. Guiomar de Castro, e por falecimento deste, novo apoio à entrega, já com D. Afonso V em finais de 1448, do Priorado a D. João de Ataíde¹⁸³, secundogénito de Álvaro Gonçalves e de D. Guiomar de Castro. A D. João de Ataíde, pela sua proximidade pessoal, concedera já o regente a alcaidaria-mor de Amieira¹⁸⁴, tendo em conta os serviços do fidalgo no cerco de Rodes de 1444¹⁸⁵. Ao

¹⁷⁷ Cf. LANDIM, Gaspar, *Op. Cit.*, vol. II, cap. XII; LEÃO, Duarte Nunes, *Op. Cit.*, cap. IX; PINA, Rui de, *Op. Cit.*, vol. I, cap. LXVI.

¹⁷⁸ Cf. ANTT, CDAV, livro 20, fl. 67, s.l., 16.VII.1439.

¹⁷⁹ Cf. LANDIM, Gaspar, *Op. Cit.*, vol. II, cap. XVIII.

¹⁸⁰ Cf. GOMES, Saul António, *Op. Cit.*, pp. 51 e seguintes.

¹⁸¹ Cf. PINA, Rui de, *Op. Cit.*, vol. I, cap. LXXI.

¹⁸² Cf. MH, vol. VIII, doc. 8.

¹⁸³ Cf. *Ibidem*, vol. IX, docs. 201 e 202.

¹⁸⁴ Cf. MORENO, Humberto Baquero, *Op. Cit.*, vol. I, p. 408.

¹⁸⁵ Cf. MORAES, Cristóvão Alão, *Pedatura Lusitana*, vol. IV, Braga, Edições Carvalho de Basto, 1998, pp. 280-281.

próprio Álvaro Gonçalves, o regente D. Pedro confirmou todas as anteriores mercês de D. João I e D. Duarte com direito de transmissão ao seu primogénito¹⁸⁶ e fez-lhe, em data desconhecida, uma importante doação: a alcaidaria-mor de Coimbra¹⁸⁷.

Esta doação assumia um significado especial em duas vertentes. Em primeiro lugar por revelar o grau de confiança e de cumplicidade entre o infante e o seu criado a ponto do infante lhe conceder o comando militar da sede do seu ducado. Em segundo, dado o capital simbólico associado à posse da alcaidaria-mor de Coimbra, enquanto cidade de grande importância em vários momentos capitais da história da Monarquia Portuguesa. Por estes motivos, a alcaidaria-mor de Coimbra foi, sem dúvida, umas das jóias zelosamente mantidas pela Casa de Atouguia e que muito a prestigiavam.

A esta última mercê acresceram outras: doações de propriedades em Loulé¹⁸⁸ e no Porto¹⁸⁹, e da Quinta do Judeu¹⁹⁰, em Porto de Mugém, e ainda privilégios para os moradores de Monforte de Rio Livre¹⁹¹. No mesmo sentido, foram as doações realizadas a favor de D. Guiomar de Castro, a qual também recebeu do regente confirmações em nome do casal¹⁹² e viu confirmada a posse da Quinta do Reguengo de Chantas¹⁹³ e o aforamento do paul do Feijoal¹⁹⁴, ambos no termo de Santarém. Todas estas mercês traduzem a intenção do regente D. Pedro de demonstrar o reconhecimento da valia do seu fiel servidor, colocando-o em posição de poder mais tarde vir a receber um título, como veio a suceder. Inserem-se ainda na sua política de rodear D. Afonso V de apaniguados seus como forma de garantir a continuidade da sua influência no período subsequente à sua regência¹⁹⁵.

¹⁸⁶ De Cernache e dos casais de Chança e Carvalhal (Cf. ANTT, *CDAV*, livro 20, fl. 4, s.l., 14.III.1439), dos castelos e vilas de Monforte de Rio Livre e Vinhais e das terras de Vilar Seco de Lomba e Vale de Paçó (Cf. *Idem*, livro 9, fl. 86v, s.l., 10.VII.1439), do privilégio para seus amos e caseiros (Cf. *Idem*, livro 12, fl. 84, s.l., 24.X.1440) e da carta de coutada à Quinta da Foz (Cf. *Idem*, livro 25, fl. 3, s.l., 2.VII.1444).

¹⁸⁷ Apenas se conhece a confirmação do período de governo de D. Afonso V (Cf. ANTT, *Místicos*, livro 3, fl. 117, s.l., 8.VIII.1449).

¹⁸⁸ Cf. ANTT, *CDAV*, livro 20, fl. 9v., s.l., 9.I.1440.

¹⁸⁹ Cf. ANTT, *CDAV*, livro 25, fl. 68v., 21.I.1445.

¹⁹⁰ Tratando-se da primeira confirmação, por parte da Coroa, de anterior compra da Quinta a D. Maria da Cunha (Cf. ANTT, *CDAV*, livro 25, fl. 141, s.l., 22.VIII.1443), a qual foi novamente rectificada em 1444 (Cf. *Idem*, livro 25, fl. 1, s.l., 18.VIII.1444).

¹⁹¹ Isentando-os do pagamento de diversos impostos e da obrigação de irem à guerra (Cf. ANTT, *CDAV*, livro 27, fl. 110v., s.l., 21.X.1440).

¹⁹² Como da doação de Cernache e dos casais de Chança e Carvalhal (Cf. ANTT, *CDAV*, livro 34, fl. 104v., s.l., 18.II.1439) ou da Quinta do Judeu, em Porto de Mugém (Cf. *Idem*, livro 25, fl. 141v.).

¹⁹³ Também doada a Álvaro Gonçalves de Ataíde. Cf. ANTT, *CDAV*, livro 25, fl. 18v., 28.I.1442.

¹⁹⁴ Igualmente a favor de Álvaro Gonçalves de Ataíde. Cf. ANTT, *CDAV*, livro 25, fl. 20, s.l., 10.I.1444.

¹⁹⁵ Nessa mesma lógica promovera, logo nas Cortes de Torres Vedras de 1441, a ideia de casar a sua filha D. Isabel com D. Afonso V, vindo o consórcio a realizar-se em Maio de 1447.

A aliança política com os Castros durante estes anos manteve-se, como elucida a nomeação de D. Henrique de Castro e a promessa feita pelo infante D. Pedro, aquando da nomeação de D. Fernando de Castro, em 1440, para a devolução de Ceuta a troco da libertação do infante D. Fernando, de casar o seu herdeiro com uma filha do infante¹⁹⁶. É provável que Álvaro Gonçalves de Ataíde não tenha sido alheio a esta promessa. A sua ligação aos Castros permitia ainda a Ataíde assegurar e manter junto de D. Pedro o decisivo apoio político do infante D. Henrique à sua conturbada regência.

As ligações de Ataíde ao infante D. Henrique surgem também atestadas pelo facto de, em 1447, ter armado uma nau para a Guiné¹⁹⁷, cujo comando atribuiu a João de Castilha¹⁹⁸, e até por existir referência de que teria estado nas Canárias em data incerta¹⁹⁹. Ambas apontam não só para a comunhão de interesses com D. Henrique, mas também para a percepção de que a Expansão poderia trazer proventos económicos vantajosos, o que poderá explicar os desentendimentos que Castilha teve com o infante D. Henrique²⁰⁰. Ainda neste plano se poderá enquadrar o que parece ter sido o interesse pela dilatação da fé fortemente evidenciado pela Casa de Atouguia em períodos posteriores. Os dois projectos ajudavam Álvaro Gonçalves de Ataíde a alicerçar o seu poder. A questão da dilatação da fé foi, aliás, um dos elementos integrados na heráldica da própria Casa de Atouguia em inícios do século XVI²⁰¹, vindo a constituir-se como um dos elementos para a afirmação dos membros da Casa em diversos contextos.

Quando o infante D. Pedro abandonou a regência, Ataíde permaneceu na corte como conselheiro ao lado de D. Afonso V²⁰². Tendo o monarca consciência da importância do seu apoio político perante o agravamento das relações com o antigo regente e sabendo que Álvaro Gonçalves gozava de grande confiança e influência junto de D. Pedro, decidiu, ainda antes de Alfarrobeira, premiá-lo. Por este motivo, em Dezembro de 1448, fez-lhe doação da Atouguia e do padroado da sua Igreja, associando título condal²⁰³.

Se de um ponto de vista mais geral, as titulações que foram feitas antes e pouco depois de Alfarrobeira se justificam pela necessidade de premiar os indivíduos das

¹⁹⁶ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, *Op. Cit.*, pp. 261-262.

¹⁹⁷ Cf. ZURARA, Gomes Eanes, *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, introdução, actualização de texto e notas de Reis Brasil, Mem Martins, Publicações Europa-América, s.d., cap. LI.

¹⁹⁸ Cf. *Ibidem*, cap. LXVIII.

¹⁹⁹ Cf. ZÚQUETE, Afonso, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1960, p. 331.

²⁰⁰ Cf. ZURARA, *Op. Cit.*, cap. LXIX.

²⁰¹ Cf. GALVÃO-TELLES, João Bernardo, SEIXAS, Miguel Metelo de, “Em redor...”, p. 94.

²⁰² Cf. MORENO, Humberto Baquero, *Op. Cit.*, vol. II, p. 723.

²⁰³ Cf. ANTT, *Místicos*, livro 3, fl. 110.

linhagens do tempo de D. João I, nos quais também se conta a mais tardia titulação, em 1460, dos Castros como condes de Monsanto, cuja fidelidade D. Afonso V necessitava de assegurar, também se constata que muitos dos títulos então criados decorreram das ligações ao infante D. Pedro²⁰⁴. Nesse sentido, apesar dos títulos criados pretenderem configurar uma nova nobreza da dinastia, eles corresponderam, nesta fase, à consolidação de uma nobreza tardo-medieval²⁰⁵, a qual só foi plenamente substituída pela segunda vaga de titulações afonsinas da década de 1470²⁰⁶. Nessa óptica, a atribuição do título condal a Álvaro Gonçalves de Ataíde, o qual é lembrado como “feitura do infante”²⁰⁷ D. Pedro, é uma decorrência da referida política nobiliárquica.

Apesar da maioria das fontes afirmar que Álvaro Gonçalves teve ordem de prisão de D. Afonso V antes de Alfarrobeira, e que se deixara prender manhosamente, com seus filhos e criados, temendo o muito que teria a perder, o que teria contribuído para fazer desleal o infante D. Pedro ainda antes deste efectivamente o ser²⁰⁸, é, no entanto, possível relativizar essa afirmação. Na verdade, Ataíde começara por juntar-se a D. Pedro²⁰⁹ e só o abandonou quando este se recusou a dar passagem a D. Afonso (v. 1377-1461), 1º duque de Bragança²¹⁰, tornando assim inevitável o conflito com o rei. Ou seja, tudo aponta para que a participação de Álvaro Gonçalves de Ataíde e do seu herdeiro D. Martinho de Ataíde na batalha de Alfarrobeira, ao lado de D. Afonso V²¹¹, não tenha decorrido de uma simples traição do 1º conde de Atouguia ao infante D. Pedro. Ter-se-á tratado, antes, da constatação de que não seria possível convencer o infante a adoptar outra atitude e que, nesse cenário, tal como as fontes referem, seria preferível não arriscar o adquirido do lado do provável derrotado²¹².

²⁰⁴ Cf. CUNHA, Mafalda Soares da, “A nobreza portuguesa...”, p. 245.

²⁰⁵ Cf. CUNHA, Mafalda Soares da, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Jerarquía nobiliaria y corte en Portugal (Siglo XV-1832)” in *Poder y Movilidad Social. Cortesanos, Religiosos y Oligarquías en la Península Ibérica (Siglos XV-XIX)*, edição de F. Chacón Jiménez e Nuno Gonçalo Monteiro, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Universidade de Murcia, 2006, p. 194.

²⁰⁶ Cf. PEREIRA, João Cordeiro, “A Estrutura Social e o seu Devir” in *Nova História de Portugal – Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, coordenação de João Alves Dias, vol. V, Lisboa, Editorial Presença, 1998, p. 290.

²⁰⁷ Cf. LANDIM, Gaspar, *Op. Cit.*, vol. III, cap. IX, pp. 176-177; LEÃO, Duarte Nunes, *Op. Cit.*, vol. I, cap. XVII, p. 47.

²⁰⁸ Cf. LEÃO, Duarte Nunes, *Op. Cit.*, vol. I; cap. XVII; PINA, Rui de, *Op. Cit.*, vol. II, cap. XCVI.

²⁰⁹ Cf. GOMES, Saul António, *Op. Cit.*, p. 72; ROGERS, Francis M., *Op. Cit.*, p. 62.

²¹⁰ Cf. ROGERS, Francis M., *Op. Cit.*, p. 62.

²¹¹ Cf. MORENO, Humberto Baquero, *Op. Cit.*, vol. I, p. 525.

²¹² É o próprio autor da crónica de D. Pedro que sai em defesa de Álvaro Gonçalves de Ataíde: “e algumas pessoas contra razão murmuraram d’elles, dando-lhe em culpa que o Conde procurou sua prisão por se não entender d’elle que fazia falta ao Infante, por sua vontade, como se não fora mais obrigado a ser leal a seu rei, que deixar de lhe obedecer pelo Infante, e o que peor é, arriscando não sómente o

Neste sentido, a aposta do 1º conde de Atouguia foi certa, na medida em que daquela forma não só assegurou o futuro da sua Casa, através da confirmação, posterior a Alfaroqueira, de todas as doações da Casa²¹³, como ainda alcançou uma nova concessão para o património da mesma: o campo do Lobão, no termo de Coimbra²¹⁴. Porém, as mercês estenderam-se ainda a D. Guiomar que recebeu, diversas confirmações²¹⁵, os bens de Vasco Fernandes, criado do infante D. Pedro²¹⁶, e uma tença de 71 428 reais pelos serviços prestados à infanta D. Leonor²¹⁷.

Mais relevante que estas doações, todavia, foi o facto do 1º conde de Atouguia, que em 1450 era identificado como rico-homem, membro do Conselho Real, escrivão da puridade e coudel-mor do Reino²¹⁸, ter assegurado a continuidade de serviço na corte para o seu herdeiro. Sob este prisma, a bem sucedida trajectória de Álvaro Gonçalves é paradigmática de como os três elementos definidores da nobreza (terra, guerra e jurisdição), tal como os define Henry Kamen²¹⁹, quando conjugados com uma estratégia de êxito na manutenção de poder, característica de elites de governo²²⁰, permitiam, na primeira metade de Quatrocentos, confirmar ascensões sociais impensáveis em conjunturas posteriores²²¹.

A lógica do processo de progressão social de Álvaro Gonçalves de Ataíde encontra-se, aliás, no epitáfio da sua sepultura, mandada construir por D. Guiomar de Castro, na Igreja de São Leonardo, na Atouguia da Baleia²²². Neste são exaltados para a posteridade os marcos principais da sua trajectória: os guerreiros, através da sua

condado, mas ainda a honra e vida, como arriscaram os que se foram para elle e os mais que o seguiram”. Cf. LANDIM, Gaspar, *Op. Cit.*, vol. III, pp. 38-39.

²¹³ Começando pela alcaidaria-mor de Coimbra (Cf. ANTT, *Místicos*, livro 3, fl. 117, s.l., 8.VIII.1449), seguida da carta de coutada à mata da Azenha (Cf. *Idem*, livro 4, fl. 22, s.l., 8.IX.1449) e à Quinta da Foz (Cf. ANTT, *CDAV*, livro 34, fl. 103), passando pelo privilégio a seus amos e caseiros (Cf. *Idem*, livro 34, fl. 103, 5.XII.1449) e pelas doações dos castelos e vilas de Monforte de Rio Livre e Vinhais e das terras de Vilar Seco de Lomba e Vale de Paçó (Cf. *Idem*, livro 9, fl. 86v., s.l., 4.XII.1449) e de Cernache e dos casais de Chança e Carvalhal (Cf. *Idem*, livro 34, fl. 104v., s.l., 26.I.1450).

²¹⁴ Cf. ANTT, *Místicos*, livro 4, fl. 22, s.l., 8.IX.1449.

²¹⁵ Como do aforamento do paul do Feijoal (Cf. ANTT, *CDAV*, livro 34, fl. 104, s.l., 12.XII.1449), do seu contrato de casamento com Álvaro Gonçalves de Ataíde (Cf. *Idem*, livro 34, fl. 74, s.l., 5.III.1450) e em nome do casal das doações de Cernache e casais de Chança e Carvalhal (Cf. *Idem*, livro 34, fl. 104v., s.l., 26.I.1450) e da Quinta do Judeu (Cf. *Idem*, livro 34, fl. 104, 28.III.1450).

²¹⁶ Cf. ANTT, *Estremadura*, livro 8, fl. 294v., 7.III.1450.

²¹⁷ Cf. ANTT, *CDAV*, livro 34, fl. 67v., s.l., 17.IV.1450.

²¹⁸ Cf. GOMES, Saul António, *Op. Cit.*, p. 55.

²¹⁹ Cf. KAMEN, Henry, *Early Modern European Society*, Nova Iorque, Routledge, 2000, p. 71.

²²⁰ Tal como é definida por BRAUN, Rudolph, “Staying on Top: Socio-Cultural reproduction of European Power Elites” in *Power Elites and State Building*, edição de Wolfgang Reinhard, s.d., Clarendon Press, 1996, pp. 235-259.

²²¹ Cf. CUNHA, Mafalda Soares da, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Jerarquia nobiliária...”, p. 204.

²²² Cf. PONTES, Luís Filipe Matança da Costa Monteiro, *Op. Cit.*, p. 160.

participação na conquista de Ceuta e nas guerras do Imperador Sigismundo, e os políticos por via da sua peregrinação à Terra Santa ou da sua participação no Concílio de Constança, cumulada pela sua nomeação para aio de D. Afonso V. Todos se consideravam ancorados no que, para a memória posterior da Casa, havia sido uma inegável carreira de sucesso cortesão, apenas permitida pela elevada ascendência paterna do seu fundador: Martim Gonçalves de Ataíde²²³.

I.2. Tensões numa Casa espartilhada: D. Martinho de Ataíde, 2º conde de Atouguia e a sua sucessão (1452-1498)

A estratégia de manutenção de serviços, tão característica da nobreza cortesã de D. Afonso V²²⁴ e de que o caso em análise é exemplar, enquanto forma de ascensão social, veio a conhecer novos desenvolvimentos após o falecimento do 1º conde de Atouguia, em Fevereiro de 1452. Nessa data, tudo indica que o casamento de D. Martinho de Ataíde com D. Catarina de Castro, última filha de D. Fernando de Castro e então viúva de Álvaro Vaz de Almada, 1º conde de Avranches²²⁵, conhecido apoiante do infante D. Pedro, falecido em Alfarrobeira, já estivesse preparado²²⁶. O enlace com uma Castro, patrocinado por Álvaro Gonçalves e D. Guiomar de Castro, sobretudo na conjuntura em que ocorreu, reforça a ideia da dificuldade em encontrar, no mercado matrimonial da época, uma esposa à altura da condição assumida pelo herdeiro da Casa de Atouguia²²⁷.

Tendo o casamento sido apoiado por D. Afonso V²²⁸ e tendo D. Martinho recebido confirmação imediata do título²²⁹, doações e privilégios da Casa²³⁰, tudo aponta para que, nos anos seguintes, tenha sido D. Guiomar quem ficou a gerir a Casa de Atouguia. Tal é sugerido por um conjunto de documentos de chancelaria e pelo facto da condessa

²²³ O qual é mencionado, a propósito do seu posicionamento na crise de 1383-85, como tendo sofrido de uma “hũa mancião mesturada com muita prodencia e convercação graciosa”. Cf. *Ibidem*.

²²⁴ Tal como a define GOMES, Rita Costa, “A curialização da nobreza” in *O Tempo de Vasco da Gama*, direcção de Diogo Ramada Curto, Lisboa, CNCDP/Difel, 1998, p. 182-183.

²²⁵ Cf. DORNELLAS, Afonso de, *Op. Cit.*, vol. I, p. 117.

²²⁶ Assim o indica a data do contrato de casamento, 22 de Setembro de 1451, rectificado pela Coroa a 28 de Janeiro de 1452. Cf. ANTT, *CDAV*, livro 12, fl. 7, s.l., 28.I.1452.

²²⁷ Sendo esta uma dificuldade habitual pois como relembra Rudolph Braun (Cf. BRAUN, Rudolph, “Staying...”, p. 252), quanto mais elevado é o grau de nobreza, mais difícil se torna encontrar um casamento adequado.

²²⁸ A este propósito recebera já D. Martinho uma tença de 40 mil reais brancos como parte das 4000 coroas de ouro de França que D. Afonso V prometera aquando do casamento do fidalgo. Cf. ANTT, *CDAV*, livro 11, fl. 141, s.l., 2.IX.1451.

²²⁹ No documento no qual era confirmado a D. Martinho o título de conde de Atouguia, eram-lhe ainda confirmadas as doações da Atouguia e do Campo do Lobão. Cf. ANTT, *CDAV*, livro 12, fl. 7, s.l., 14.II.1452.

²³⁰ Da doação da alcaldaria-mor de Coimbra (Cf. ANTT, *CDAV*, livro 12, fl. 4, s.l., 10.II.1452) e da doação de Monforte de Rio Livre, do castelo de Vinhais e terras de Vilar Seco de Lomba e Vale de Paçó (Cf. *Idem*, livro 12, fl. 16, s.l., 15.II.1452).

viúva só ter falecido em 1473. Na realidade, até morrer, D. Guiomar não só recebeu diversas confirmações na qualidade ainda de esposa de Álvaro Gonçalves de Ataíde e de mãe de D. Martinho²³¹, como alcançou da Coroa novas e relevantes doações: a doação da Quinta do Çeical e Juncal, junto à Quinta de Arzila, com direito de a transmitir a D. Martinho²³², o privilégio de coutar as suas terras na Azambuja²³³, o privilégio para os seus besteiros andarem em besta muar²³⁴, a isenção para os moradores de Cernache não servirem de besteiros²³⁵, o privilégio de colocar coimeiros nas suas terras da Azambuja²³⁶ e ainda o privilégio de ser tida por vizinha de Santarém²³⁷. Apenas parte do seu património reverteu para membros da Casa de Atouguia, suspeitando-se, tal como já apontado para Mécia Vasques Coutinho, que o restante tenha integrado o património da Casa de Monsanto, sobretudo tendo em conta a ausência posterior de diversos bens de D. Guiomar no património da Casa de Atouguia.

No cerne de todas estas doações e da sua gestão da Casa durante este período parecem estar dois factores. Por um lado, ao partir a infanta D. Leonor, para a Alemanha, extinguindo-se concomitantemente o seu cargo de aia da mesma, D. Guiomar terá passado a dispor de condições para abandonar a corte, mormente tendo em conta a sua avançada idade e o seu patrocínio religioso. Essa saída não colocava em causa a ligação da Casa à corte, pois era compensada pela presença constante de D. Martinho de Ataíde. Por outro lado, e apesar de não marcar presença física na corte, excepto aquando, em 1455, da partida da infanta D. Joana (v. 1439-1475) para se casar com o monarca castelhano Henrique IV (r. 1454-1474)²³⁸, D. Guiomar não perdeu a ligação ao mundo palatino, devido aos empréstimos que se sabe concedia ao *Africano*. Dos muitos empréstimos que já antes fizera, em seu nome e no da Casa de Atouguia, ao infante D. Pedro veio, aliás, a ser devidamente ressarcida com “condições leoninas”, por parte de D. Afonso V e dos herdeiros do infante²³⁹, como refere Sousa Viterbo²⁴⁰.

²³¹ Como a carta de coutada ao termo da vila de Cernache (Cf. ANTT, *Místicos*, livro 3, s.l., fl. 102, 7.X.1450) e a confirmação da doação de Cernache e dos casais de Chança de Carvalhal (Cf. ANTT, *CDMI*, livro 19, fl. 16v., s.l., 8.X.1455) que recebeu no lugar de D. Martinho.

²³² Cf. ANTT, *CDAV*, livro 4, fl. 65, s.l., 18.X.1453. Não foi possível apurar a sua localização geográfica.

²³³ Cf. ANTT, *CDAV*, livro 10, fl. 98, s.l., 11.IX.1454.

²³⁴ Cf. ANTT, *CDAV*, livro 1, fl. 20v., s.l., 14.II.1461.

²³⁵ Cf. ANTT, *CDAV*, livro 1, fl. 63, s.l., 30.VIII.1462.

²³⁶ Cf. ANTT, *CDAV*, livro 8, fl. 60, s.l., 1.X.1464.

²³⁷ Cf. ANTT, *CDAV*, livro 38, fl. 31v., s.l., 12.II.1467.

²³⁸ Cf. PINA, Rui de, *Op. Cit.*, vol. II, cap. CXXXV.

²³⁹ Em 1454, D. Afonso mandara suspender um processo de quitação de bens a D. Guiomar, ainda ligados com o seu cargo de aia da infanta D. Leonor, atendendo aos seus serviços (Cf. ANTT, *Livro de Extras*, fl. 65v, s.l., 4.X.1454). Posteriormente, D. Afonso V voltou a retomar o mesmo processo, alegando dívidas

Numa segunda vertente, pelo apoio que D. Guiomar concedeu, em 1452, à fundação do que veio a ser o convento de São Bernardino da Atouguia²⁴¹, então conhecido apenas como Oratório da Fontinha, onde fez sepultar o guarda-mor e camareiro-mor do infante D. Pedro, D. Vasco de Vila Lobos²⁴². Nesta área inserem-se ainda as obras que mandou realizar na Graça de Santarém, na qualidade de única parente viva de D. Pedro de Meneses, 1º conde de Vila Real, de quem era tia²⁴³, ou ainda a relevante fundação, devidamente solicitada e autorizada pela Coroa²⁴⁴, do mosteiro franciscano de Xabregas. Estas evidenciam como D. Guiomar, ao apoiar afincadamente por estes anos a observância franciscana, não poderá ter permanecido na corte de D. Afonso V. O que não implica, como referido, que não continuasse a deter uma palavra fundamental na gestão da Casa de Atouguia e possivelmente nas negociações para os consórcios dos seus filhos e filhas, como seria de esperar da sua condição de condessa viúva²⁴⁵.

Na realidade, o papel de medrança na corte foi desempenhado por D. Martinho de Ataíde. Tendo sido, muito provavelmente após Alfarrobeira, nomeado por D. Afonso V mordomo-mor do infante D. Fernando²⁴⁶, D. Martinho surgia, no seguimento do seu consórcio com D. Catarina de Castro, e logo em 1451, identificado como conselheiro régio e capitão do mar²⁴⁷. Esta referência não se coaduna com a alusão, não datada, de que teria sido capitão-mor dos Reinos de Portugal e do Algarve²⁴⁸. A sua nomeação para o cargo de mordomo-mor do infante D. Fernando, o qual, relembre-se, foi por esta

de D. Guiomar (Cf. ANTT, CDAV, livro 16, fl. 106v., s.l., 22.VI.1471) mas mediante a apresentação de documentos comprovativos de dívidas anteriores do rei, D. Guiomar recebeu no mesmo ano 190 mil reais brancos (Cf. *Idem*, livro 16, fl. 135v., s.l., 11.VII.1471). Desde 1462 recebia ainda um padrão de juro de 1372 reais brancos devido a dívidas antigas do infante D. Pedro (Cf. *Idem*, livro 1, fl. 36v., s.l., 4.V.1462).

²⁴⁰ Cf. VITERBO, Sousa, “A avó materna de Afonso de Albuquerque (os penhoristas do século XV)” in *Arquivo Historico Portuguez*, vol. 1, nº 12, Dezembro de 1903, pp. 412-413.

²⁴¹ Cf. SILVA, Manuel Ferreira da, *Os Conventos também se convertem*, Lisboa, Edições Asa, 1995, p. 28.

²⁴² Cf. *Ibidem*, pp. 36-37.

²⁴³ Cf. ROSA, Maria de Lurdes, “Entre a corte e o ermo: reformismo e radicalismo religiosos (fins do século XIV-século XV)” in *História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira de Azevedo, vol. I, coordenação de Ana Maria C. M. Jorge e Ana Maria S. A. Rodrigues, s.l., Círculo de Leitores, 2000, p. 492.

²⁴⁴ Para a doação dos Paços e horta do Laranjal na vila de Xabregas tendo em vista a fundação do convento veja-se: ANTT, CDAV, livro 15, fl. 16, s.l., 17.X.1455. Para sustento deste recebeu ainda, em 1463, a doação de um poço, nora, vinhos e terra (Cf. *Idem*, livro 9, fl. 110v., s.l., 25.VI.1463). A inauguração do convento contou com a presença do rei e da corte (Cf. VITERBO, Sousa, “A avó...”, p. 411).

²⁴⁵ Também característica da época. Cf. LLAVE, Ricardo Cordoba de la, PITA, Isabel Beceira, *Op. Cit.*, pp. 245-246.

²⁴⁶ Cf. DORNELLAS, Affonso de, *Op. Cit.*, vol. I, p. 117.

²⁴⁷ Cf. ANTT, CDAV, livro 12, fl. 7, s.l., 22.IX.1451.

²⁴⁸ Cf. *Nobreza de Portugal...*, vol. II, p. 331. Fica por esclarecer se o cargo de capitão-mor, aparentemente, com jurisdição em terra, se aplicava igualmente à vertente marítima.

época, o herdeiro da Coroa, em caso de falecimento de D. Afonso V²⁴⁹, garantiu a Álvaro Gonçalves de Ataíde a continuidade de serviços da sua linhagem à Coroa. Esta, sempre difícil de assegurar num momento sucessório, permitia antever que a capacidade de influência da Casa na corte iria manter-se. Na verdade, a nomeação relembra a do próprio Álvaro Gonçalves, em 1438, para aio de D. Afonso V, a qual, como se viu, lhe permitiu uma ascensão rápida. Assim, tudo levava a crer que existiriam condições para que o mesmo pudesse acontecer com a nomeação de D. Martinho.

Em 1452, assim que recebeu a confirmação dos bens da Casa e do seu título, o novo conde teve que superar uma importante prova. Perante a inesperada partida do infante D. Fernando para Ceuta, onde tencionava ficar como fronteiro, o *Africano* nomeou D. Martinho para convencer o infante a regressar²⁵⁰. O retorno afigurava-se tanto mais difícil quanto D. Fernando ficara desagradado com o monarca por este se ter recusado a permitir-lhe acompanhar a sua irmã, a infanta D. Leonor, quando esta partiu para a Alemanha²⁵¹. Colocando-se ainda a hipótese, depois não confirmada, de vir a ser herdeiro de Afonso V de Aragão (r. 1418-1458)²⁵², percebe-se que o que estava em jogo na nomeação de D. Martinho era demasiado importante para que o jovem 2º conde de Atouguia pudesse concretizar a missão sozinho. Por este motivo o *Africano* mandou também o mais velho D. Fernando (v. 1403-1478), então 4º conde de Arraiolos²⁵³ e futuro 2º duque de Bragança²⁵⁴, para acompanhar o 2º conde de Atouguia na tentativa, bem-sucedida, de convencer o irmão a regressar.

Foi, pois, no seguimento do sucesso dessa importante missão e ainda no contexto das relevantes mercês que o infante D. Fernando recebeu de D. Afonso V, aquando do seu regresso²⁵⁵, que D. Martinho, na qualidade de “Grande” da corte do infante²⁵⁶, veio também a receber importantes mercês. Perante o precoce falecimento de D. João de Ataíde, como mencionado, nomeado Prior do Crato pelo *Africano*, o rei decidiu apoiar a nomeação do seu irmão mais novo, D. Vasco de Ataíde, para o cargo. Este veio

²⁴⁹ Até ao nascimento do príncipe D. João, futuro D. João II, em 1455.

²⁵⁰ Cf. PINA, Rui de, *Op. Cit.*, vol. II, cap. CXXXIV.

²⁵¹ Cf. LOPES, Sebastiana Pereira, *O Infante D. Fernando e a nobreza fundiária de Serpa e Moura (1453-1470)*, dissertação de mestrado policopiada, Lisboa, FCSH-UNL, 1997, pp. 32-36.

²⁵² Cf. *Ibidem*.

²⁵³ Cf. PINA, Rui de, *Op. Cit.*, vol. II, cap. CXXXIV.

²⁵⁴ Sobre esta figura veja-se o recente trabalho de DÁVILA, Maria Barreto de, *D. Fernando I, 2º duque de Bragança: vida e acção política*, dissertação de mestrado policopiada, Lisboa, FCSH-UNL, 2009.

²⁵⁵ Recebeu o senhorio de Beja, Serpa e Moura que o convertiam no maior senhor do Alentejo. Cf. LOPES, Sebastiana Pereira, *Op. Cit.*, p. 37.

²⁵⁶ Cf. *Ibidem*, p. 208.

efectivamente a ser Prior do Crato desde 1453²⁵⁷. A relevância desta nomeação consistia no facto de confirmar, já depois do falecimento de Álvaro Gonçalves, as possibilidades de medrança abertas a D. Martinho e à sua Casa pela continuidade do serviço cortesão.

Nesta sequência se integra a isenção, concedida à Casa, dos moradores do concelho de Monforte de Rio Livre irem à guerra, em 1453²⁵⁸, e ainda a importante nomeação, já referida, para D. Martinho acompanhar a infanta D. Joana a Castela com D. Guiomar de Castro²⁵⁹, naquela que foi uma das mais dispendiosas embaixadas do reinado afonsino²⁶⁰. Ainda nesse ano, a presença de D. Martinho no juramento do príncipe D. João, imediatamente atrás dos Braganças, D. Afonso (v. 1402-1460), 1º marquês de Valença, primogénito do 1º duque de Bragança, e seu irmão D. Fernando, 4º conde de Ourém e de D. Fernando de Noronha, 2º conde de Vila Real²⁶¹, quando conjugado com o facto de ao Prior D. Vasco de Ataíde ter sido dada a honra de ser um dos padrinhos do jovem príncipe²⁶² e de levar o pálio conjuntamente com o infante D. Fernando e o 2º conde de Vila Real²⁶³, demonstra bem o estatuto adquirido pelos membros da Casa de Atouguia. Não apenas como uma das principais Casas da nobreza da época, quase como que umbilicalmente ligada à Casa Real, mas também revelando a profunda ligação às duas maiores Casas da aristocracia do seu tempo: as de Bragança e de Vila Real.

Com o falecimento de D. Catarina de Castro e não tendo D. Martinho à data herdeiros, D. Afonso V apoiou novo enlace do fidalgo, ainda em 1455. A eleita foi D. Filipa de Azevedo, filha de Luís Gonçalves Malafaia, à data rico-homem, conselheiro e vedor da fazenda de D. Afonso V²⁶⁴. A aliança com esta linhagem justificava-se por dois motivos. Por um lado, Luís Gonçalves Malafaia havia sido conselheiro, regedor e governador da Casa do infante D. João desde 1418, o qual fora administrador da Ordem de Santiago, tendo o próprio Luís Gonçalves pertencido à referida Ordem²⁶⁵. Tratava-se, assim, de efectivar uma aliança com alguém que detinha influência numa Ordem Militar

²⁵⁷ Cf. ANTT, *CDAV*, livro 3, fl. 27v., s.l., 14.III.1453.

²⁵⁸ Cf. ANTT, *CDMI*, livro 27, fl. 25, s.l., 7.IV.1453.

²⁵⁹ Cf. PINA, Rui de, *Op. Cit.*, vol. II, cap. CXXXV.

²⁶⁰ 1355 dobras foi o custo total da embaixada. Cf. GOMES, Saul António, *Op. Cit.*, p. 114.

²⁶¹ Cf. *Ibidem*, p. 101; *MH*, vol. XII, doc. 145.

²⁶² Cf. PINA, Rui de, *Op. Cit.*, vol. II, cap. XXXV; GÓIS, Damião de, *Crónica do Príncipe D. João*, edição e comentada de Graça Almeida Rodrigues, Lisboa, UNL, 1977, cap. ii.

²⁶³ GÓIS, Damião de, *Op. Cit.*, cap. ii; RESENDE, Garcia de, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, edição fac-similada com prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, INCM, 1973, cap. II.

²⁶⁴ Cf. *Brasões*, vol. III, p. 277. O contrato de casamento data de 18 de Abril de 1457, tendo sido aprovado pela Coroa a 27 de Julho de 1469. Cf. *CDAV*, livro 31, fl. 91v., s.l., 18.IV.1457.

²⁶⁵ Cf. MEDEIROS, Maria Dulcina Vieira Coelho de, *O Infante D. João (1400-1442). Subsídios para uma biografia*, dissertação de mestrado policopiada, Lisboa, FLUL, 1999, p. 135.

alheia à Casa, o que combinava bem com a estratégia expansionista e de contactos multifacetados desenvolvida pelo Prior D. Vasco de Ataíde à frente da Ordem dos Hospitalários²⁶⁶. Era ainda uma aliança com um membro da geração do 1º conde de Atouguia, contribuindo para reforçar os laços cortesãos com os membros dessa geração que tão premiada fora na sequência de Alfarrobeira. Por outro lado, o casamento do titular da Casa nesta linhagem menos prestigiada, parece encontrar justificação tendo em conta as dificuldades de financiamento dos elevados dotes das quatro irmãs de D. Martinho, cujos relevantes consórcios parecem ter ocorrido nas décadas de 1440-50²⁶⁷.

A irmã mais velha, D. Joana de Castro, casou-se ainda na década de 1440²⁶⁸ com D. Fernando Coutinho, 4º marechal de Portugal, com descendência associada aos condes de Redondo. Já D. Filipa de Castro consorciou-se, em data incerta²⁶⁹, com D. João de Noronha, “O Velho”, alcaide-mor de Óbidos e descendente do influente bispo de Évora e arcebispo de Lisboa, D. Pedro de Noronha (v. 1382-1452). D. Mécia de Castro e D. Leonor de Meneses casaram-se ambas, cerca de 1451²⁷⁰, respectivamente, com Fernão de Sousa Chichorro, 1º senhor de Gouveia e fidalgo da Casa do duque de Bragança, e com Gonçalo de Albuquerque, 3º senhor de Vila Verde de Francos, contando-se na sua descendência Afonso de Albuquerque, governador da Índia (1509-1515).

No contexto da renovação da anterior aliança com as linhagens dos Coutinhos e dos Sousas²⁷¹ e da celebração de uma nova aliança com a linhagem dos Noronhas,

²⁶⁶ Cf. COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto, *A Ordem Militar do Hospital em Portugal: dos finais da Idade Média à Modernidade*, Fundação Eugénio de Almeida, Porto, 2000, pp. 210 e seguintes na qual é realçado o facto de a ligação de D. Vasco e da sua família à corte ter permitido alcançar importantes privilégios para a Ordem durante o reinado afonsino. A esta estratégia de D. Vasco correspondeu, por parte da Coroa, uma intensa política de concessão de bens ao fidalgo em diversos locais como Évora (Cf. ANTT, *Odiana*, livro 3, fl. 162, s.l., 10.XII.1454), Tavira (Cf. ANTT, *CDAV*, livro 35, fl. 103v., s.l., 22.XII.1460), Freixo de Espada-a-Cinta (Cf. *Idem*, livro 14, fl. 107v., s.l., 14.VII.1466), Castelo de Vide (Cf. *Idem*, livro 28, fl. 45v., s.l., 24.V.1468), Vimieiro (Cf. *Idem*, livro 31, fl. 24, s.l., 21.IV.1469), Tentúgal (Cf. *Idem*, livro 10, fl. 52, s.l., s.d.) e Lisboa (Cf. ANTT, *Estremadura*, livro 7, fl. 161v.)

²⁶⁷ Cf. Genealogia 2: Descendência de D. Álvaro de Ataíde, 1º conde de Atouguia (Século XV).

²⁶⁸ Possivelmente em 1442 pois nessa data, na qualidade de donzela da Casa Real, recebeu um padrão de 40 mil reais de tença anual das 3000 coroas de ouro de França que a Coroa prometera pelo seu casamento com D. Fernando Coutinho. Cf. ANTT, *CDAV*, livro 23, fl. 105, s.l., 13.XI.1442.

²⁶⁹ Não lhe são conhecidas mercês na chancelaria de D. Afonso V.

²⁷⁰ Para o caso de D. Mécia de Castro a quem a Coroa prometeu 4500 coroas de ouro de França pelo casamento, posteriormente pagas através de tença de 45 mil reais brancos (Cf. ANTT, *CDAV*, livro 11, fl. 8, s.l., 12.III.1451), e para o de D. Leonor de Meneses uma tença de 20 mil reais brancos pelas 2000 coroas de ouro de França prometidas pela Coroa (Cf. *Idem*, livro 11, fl. 23, s.l., 5.III.1451). Já antes D. Leonor usufruía de uma carta de coutada a um bairro que possuía junto do Paço de Santarém da sua mãe (Cf. *Idem*, livro 20, fl. 11v., 17.IX.1440), sendo, em 1475, identificada como donzela do infante cujo nome não é referido, e auferindo 30 mil reais de tença (Cf. *Idem*, livro 30, fl. 146v., s.l., 31.I.1475).

²⁷¹ Esta última com o objectivo de reforçar os elos criados no período da expatiação durante o início do reinado de D. João I. Cf. PELÚCIA, Alexandra, *Martim Afonso de Sousa e a sua linhagem: trajectórias de uma elite no Império de D. João III e de D. Sebastião*, Lisboa, CHAM, 2009, p. 106.

aparentada com a Casa de Vila Real e com os Albuquerque, há indícios de que D. Guiomar e D. Martinho terão decidido sacrificar socialmente o casamento do titular da Casa. Deste, abaixo do que seria expectável, previsivelmente decorreria a concessão de um elevado dote pelo seu casamento com D. Filipa de Azevedo²⁷², o qual ajudaria a mitigar os efeitos financeiros do pagamento dos dotes das irmãs de D. Martinho.

Para este facto também parece apontar o interesse evidenciado pelo 2º conde de Atouguia, ainda que hipoteticamente conluiado com o infante D. Henrique, de receber de Henrique IV de Castela as Canárias, por negociação durante a embaixada a Castela de 1455²⁷³. Estas foram posteriormente vendidas a D. Fernando de Noronha, 2º conde de Vila Real²⁷⁴ e acabaram por integrar o património da Casa de Viseu, quando foram adquiridas pelo infante D. Fernando em 1466-67²⁷⁵. Em causa terá estado o renovado interesse pelos proventos económicos que a Expansão poderia induzir, e que a Casa já evidenciara em 1447, devido a dificuldades financeiras.

Nos anos seguintes, até ao falecimento do infante D. Fernando, em 1470, D. Martinho terá permanecido na corte, embora com um crescente distanciamento em relação a D. Afonso V visto que, na sequência dos acontecimentos de 1455, apenas é anotada a presença do 2º conde de Atouguia ao lado do monarca por ocasião da fracassada jornada de Tânger e do subsequente encontro do *Africano* com o monarca castelhano em Gibraltar, durante o ano de 1463²⁷⁶. O crescente declínio financeiro da Casa tornou-se mais visível em 1470 quando o assentamento da Casa de Atouguia, de 102 mil reais anuais, passou a ser inferior ao das Casas de Marialva (Coutinhos), Monsanto (Castros) e Atalaia (Melos)²⁷⁷, todas linhagens directamente ligadas aos Ataídes da Atouguia. Julgamos que esta situação se tornou ainda mais visível com a nova vaga de titulações afonsinas da década de 1470, ocasionada pela guerra luso-castelhana de 1475-1479, visto as mercês recebidas por D. Martinho nesta fase serem de pouco relevo²⁷⁸.

²⁷² Cujas importâncias para a nobreza quatrocentista é bem conhecida (Cf. LLAVE, Ricardo Cordoba de la, PITA, Isabel Beceira, *Op. Cit.*, pp. 188 e seguintes), desconhecendo-se o valor concreto do dote de D. Filipa.

²⁷³ Cf. RUSSELL, Peter, *Henrique, O Navegador*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, pp. 259-260.

²⁷⁴ Recebidas em 1455 (Cf. *MH*, vol. XIV, doc. 328), sendo vendidas em 1463.

²⁷⁵ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, *D. Manuel I...*, p. 35.

²⁷⁶ Cf. PINA, Rui de, *Op. Cit.*, vol. III, cap. CLIV. Há possibilidade de ter estado em África em 1459 (Cf. CRUZ, Abel dos Santos, *Op. Cit.*, p. 217).

²⁷⁷ Cf. GOMES, Saul António, *Op. Cit.*, p. 133.

²⁷⁸ As principais mercês de D. Martinho datam da década de 1460 e foram as seguintes: a doação do serviço velho e novos dos judeus de Castelo Branco (Cf. ANTT, *CDAV*, livro 8, fl. 137, s.l., 8.VI.1464), o direito do seu primogénito, D. João de Ataíde, herdar a Atouguia e seu termo (Cf. ANTT, *Místicos*, livro 3, fl. 187), autorização régia para construir um castelo em Vinhais (Cf. ANTT, *CDAV*, livro 28, fl. 47v.),

Apesar de D. Martinho e D. Vasco de Ataíde terem marcado presença na assinatura do contrato nupcial de D. Afonso V com D. Joana, “A Beltraneja” (v. 1462-1530)²⁷⁹, que espoletou a referida guerra de sucessão a Henrique IV de Castela, e de D. Martinho ter estado presente, depois da abdicação de D. Afonso V, no juramento do príncipe D. Afonso como herdeiro do Reino, em 1476²⁸⁰, ou até de D. Vasco ter participado na batalha de Toro ao lado monarca²⁸¹ e por este ter sido encarregue de preparar a armada com que se deslocaria a França²⁸², tudo indicia que ao declínio económico da Casa, tenha vindo a associar-se um certo declínio da sua influência política.

Este terá sido assaz acentuado a partir do falecimento do infante D. Fernando, em 1470, e nem a influência atestada de D. Vasco de Ataíde junto de D. Afonso V e de D. João II²⁸³, parece ter sido capaz de o inverter. Não sendo conhecida nova nomeação para D. Martinho na sequência daquele falecimento e, sobretudo, tendo em conta a trajectória ascensional de seu irmão D. Álvaro de Ataíde, pai de D. António de Ataíde (v. 1500-1563), 1º conde da Castanheira, tudo indica que o processo de espartilho interno da Casa de Atouguia se tenha acentuado extraordinariamente durante esta década.

Tal é confirmado pelo protagonismo de D. Álvaro de Ataíde junto de D. Afonso V na década de 1470, o qual decorreu exactamente quando a influência do titular da Casa começava a esmorecer. Importa por isso analisar o processo de ascensão social de D. Álvaro de Ataíde que acabou por o colocar em rota de colisão política e social com o seu irmão, 2º conde de Atouguia.

Casado com D. Leonor de Melo, filha de D. Pedro de Melo, 1º conde de Atalaia, em 1455²⁸⁴, e na qualidade de quarto filho de Álvaro Gonçalves de Ataíde e de D. Guiomar de Castro, D. Álvaro de Ataíde iniciou a sua carreira de serviço ao *Africano* com a sua participação na conquista de Alcácer-Ceguer, em 1457²⁸⁵ e, posteriormente, na ida a

e as confirmações das doações de Cernache, casal de Chança e Carvalhal (Cf. *Idem*, livro 28, fl. 65v., s.l., 23.VII.1468) e da Quinta do Judeu (Cf. *Idem*, livro 31, fl. 26, s.l., 26.VI.1469). Para a década de 1470 apenas se conhece o privilégio para confirmar juízes na Atouguia (Cf. ANTT, *Místicos*, livro 3, fl. 258, s.l., 22.XII.1473) e um alvará para poder recrutar mão-de-obra para a construção do castelo de Vinhais (Cf. ANTT, *CDJII*, livro 18, fl. 33, s.l., 27.II.1479).

²⁷⁹ Cf. GOMES, Saul António, *Op. Cit.*, p. 200.

²⁸⁰ Cf. MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira...*, vol. II, p. 728.

²⁸¹ Cf. *Ditos...*, p. 197.

²⁸² Cf. COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto, *Op. Cit.*, p. 218.

²⁸³ Como anota Paula Maria de Carvalho Pinto Costa, a capacidade de D. Vasco de Ataíde infletir decisões desfavoráveis ao futuro da Ordem acentuou-se com a realeza de D. João II, nem para isso valendo o facto de D. Vasco ser padrinho do rei (Cf. *Ibidem*, p. 223).

²⁸⁴ Cf. ANTT, *CDAV*, livro 15, fl. 33v., s.l., 2.IV.1455.

²⁸⁵ Cf. CRUZ, Abel dos Santos, *Op. Cit.*, p. 188.

Tânger, em 1461²⁸⁶. Fruto desses serviços, o monarca concedeu-lhe, em Fevereiro de 1464, carta de moradia que começou a ser paga no ano seguinte²⁸⁷. Através do importante casamento que realizara com a linhagem dos Melos, o qual poderá ter contado com o beneplácito de D. Martinho e de D. Guiomar, D. Álvaro ganhou acesso a um importante dote da Casa da Atalaia que lhe permitiu complementar a sua medrança cortesã com investimento em terras²⁸⁸, rendas²⁸⁹ e negócios²⁹⁰. Foi em 1476, no exacto momento em que D. Álvaro regressava da sua fracassada embaixada a França²⁹¹, ordenada por D. Afonso V na tentativa de convencer Luís XI (r. 1461-1483) a intervir na guerra luso-castelhana com o pretexto do condado do Rossilhão em disputa com Aragão²⁹², da sua participação na batalha de Toro²⁹³ e da posterior partida do seu herdeiro D. Pedro de Ataíde com D. Afonso V para França²⁹⁴, que o fidalgo viu confirmado o seu direito a herdar a Casa da Atalaia²⁹⁵.

Tal sucedeu devido à inabilidade do herdeiro de D. Pedro de Melo e ao facto deste ter doado a Casa a D. Leonor de Melo²⁹⁶ e, por conseguinte, também ao próprio D. Álvaro de Ataíde por ser seu marido, abrindo um processo que terminou na plena posse de D. Álvaro de todos os bens da Casa da Atalaia, o qual se encerrou plenamente em 1481²⁹⁷. Já antes, em 1480, D. Afonso V concedera a D. Álvaro uma tença de 100 mil reais brancos por não o ter provido como regedor da Casa do Cível como lhe prometera²⁹⁸.

No contexto do crescente declínio da influência política e económica da Casa de Atouguia no seio da corte e nobreza do seu tempo, e utilizando eficazmente o seu parentesco como membro que era da Casa de Atouguia, D. Álvaro de Ataíde criou

²⁸⁶ Cf. *Ibidem*, p. 210.

²⁸⁷ Cf. ANTT, *CDAV*, livro 8, fl. 164, s.l., 7.II.1464.

²⁸⁸ Assim trocou com o irmão D. Martinho certos casais em Vasqueiros, termo de Santarém, pela Quinta do Judeu (Cf. ANTT, *CDAV*, livro 31, fl. 75, 16.VII.1469).

²⁸⁹ Solicitando ao rei arrendamento das suas rendas (Cf. ANTT, *CDAV*, livro 30, fl. 133, s.l., 7.IV.1475).

²⁹⁰ Investindo no negócio dos couros e alcançando para tal autorização de D. Afonso V. Cf. ANTT, *CDAV*, livro 30, fl. 140, s.l., 1475?

²⁹¹ Cf. PINA, Rui de, *Op. Cit.*, vol. III, cap. CXCIII.

²⁹² Cf. GÓIS, Damião de, *Op. Cit.*, cap. xlviii.

²⁹³ Cf. GOMES, Saul António, *Op. Cit.*, p. 218.

²⁹⁴ Cf. PINA, Rui de, *Op. Cit.*, vol. III, cap. CLXIV; GOMES, Saul António, *Op. Cit.*, p. 219.

²⁹⁵ Cf. ANTT, *Estremadura*, livro 2, fl. 47, s.l., 24.IV.1476.

²⁹⁶ Cf. *Ibidem*; CARVALHO, Maria Paula Coelho de, *A acção ultramarina de D. António de Ataíde, 1º Conde da Castanheira*, dissertação de mestrado policopiada, Lisboa, FLUL, 2001, p. 17.

²⁹⁷ Primeiro através da abdicação de D. Maria de Noronha, condessa de Atalaia, dos direitos de sucessão em D. Leonor de Melo e D. Álvaro de Ataíde (Cf. ANTT, *Estremadura*, fl. 16, s.l., 10.II.1481) e depois com o aval régio para o casal ficar em posse dos bens da Casa (Cf. ANTT, *CDAV*, livro 26, fl. 35v., s.l., 9.III.1481). Aparentemente, devido à inabilidade do herdeiro do conde D. Pedro de Melo, D. Afonso V já prometera tal ao fidalgo anteriormente (Cf. ANTT, *CSV*, livro 12, fl. 1).

²⁹⁸ Cf. ANTT, *CDAV*, livro 32, fl. 41v., s.l., 14.II.1480.

condições para formar uma nova Casa, a qual não poderia deixar de nascer em processo de cisão com a sua Casa de origem. Sob o prisma de D. Álvaro de Ataíde, a efectivação do corte estava já realizada, faltando apenas recuperar o elemento decisivo do qual o fidalgo não fora capaz de se apropriar: o título condal da Casa da Atalaia, que o colocaria, inclusivamente, no interior da nobreza titulada, numa posição, de superioridade face à própria Casa de Atouguia.

Esta situação explica o motivo pelo qual D. Martinho de Ataíde e a sua esposa D. Filipa de Azevedo, bem como os seus filhos D. João de Ataíde e D. Isabel da Silva, não tenham alinhado nas conjuras de 1483 contra D. João II (1481-1495), ao contrário do que sucedeu com D. Álvaro de Ataíde e o seu herdeiro D. Pedro de Ataíde. Apesar de já se ter anotado contactos anteriores de D. Martinho de Ataíde com a Casa de Bragança²⁹⁹, e mesmo de, em 1483, ter enviado uma carta ao duque de Bragança³⁰⁰, queixando-se da morosidade do processo de casamento do seu herdeiro, não foi encontrada qualquer prova incriminatória de D. Martinho nas conjuras de 1483 e 1484³⁰¹.

Na verdade, a política de controlo da nobreza seguida por D. João II, desde o início do seu reinado, ameaçava mais as pretensões de D. Álvaro de Ataíde ao título condal do que as do já conde D. Martinho, como aliás ressalta das confirmações joaninas a este último³⁰². Para confirmar socialmente a sua emancipação da Casa de Atouguia, D. Álvaro necessitava de recuperar o título de conde da Atalaia, o que o tornou próximo do duque D. Diogo, a quem procurou, conjuntamente com o seu herdeiro D. Pedro de Ataíde, convencer à conjura contra o *Príncipe Perfeito*³⁰³. Segundo uma das versões, os preparativos de D. Álvaro tinham chegado ao ponto de ter preparada D. Joana, “A Beltraneja” e de manter os Reis Católicos informados, na eventualidade do que

²⁹⁹ Apesar de ter sido interceptada uma carta do duque de Bragança a D. Martinho relativa às terçarias de Moura. Cf. CUNHA, Mafalda Soares da, *Linhagem, Parentesco e Poder. A Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa, Fundação Casa de Bragança, 1990, p. 168.

³⁰⁰ A referida carta ao duque de Bragança encontra-se em BA, cod. 50-V-22, fl. 417v.

³⁰¹ Não foi encontrado qualquer documento nesse sentido (Cf. BNP, cod. 7638 ou em BPE, cod. CIII/2-20) nem existe referência a tal (Cf. MORENO, Humberto Baquero, “A conspiração contra D. João II: o julgamento do duque de Bragança” in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. II, FCG, 1970, pp. 47-103).

³⁰² O título de conde e a doação da Atouguia foram confirmadas ainda antes das conjuras (Cf. ANTT, *CDJII*, livro 7, fl. 74, s.l., 31.V.1482), sendo as restantes que se conhecem posteriores como é o caso do privilégio ao concelho de Monforte de Rio Livre (Cf. ANTT, *CDMI*, livro 27, fl. 25), da doação de Monforte de Rio Livre e Vinhais e das terras de Vilar Seco de Lomba e Vale de Paçó (Cf. ANTT, *Além-Douro*, livro 1, fl. 1, s.l., 9.V.1487), da doação do Campo do Lobão (Cf. ANTT, *CDMI*, livro 30, fl. 33, s.l., 9.V.1487) e do alvará para seu filho herdar a vila de Atouguia (Cf. ANTT, *Místicos*, livro 3, fl. 187, s.l., 25.VI.1487).

³⁰³ Cf. RESENDE, Garcia de, *Op. Cit.*, cap. LII.

sucedesse³⁰⁴. A influência de D. Álvaro naqueles anos veio aliás a ser reconhecida pelo próprio D. João II já depois da sua fuga, anos mais tarde, quando em conversa com amigos à mesa, terá afirmado que D. Álvaro era “muy principal sempre nos taes dias leuaua os Reys pollas redeas, e era tão sabedor, cortesão, gracioso, que elle por si fazia festa”³⁰⁵. Já D. Martinho tinha em mãos um outro problema mais grave que a “secessão à Casa” de seu irmão D. Álvaro: o desentendimento com o herdeiro, D. João de Ataíde.

Moço-fidalgo de D. Afonso V com 2600 reis de moradia desde 1469³⁰⁶, D. João de Ataíde, fruto da influência do reformismo religioso da avó D. Guiomar de Castro, e possivelmente por ter assistido ao momento do ingresso da infanta D. Joana (v. 1452-1490) no mosteiro de Aveiro, em 1469³⁰⁷, quis abandonar a vida secular e seguir vida religiosa, tomando voto de noviço aos 16 anos³⁰⁸. Mercê da situação familiar descrita e devido ao facto de D. João ser o único filho varão de D. Martinho, este e a sua esposa, vendo ameaçada a sucessão da sua Casa, forçaram-no a abandonar a condição clerical. Começaram por casá-lo, em nova aliança cortesã, em 1481, com D. Violante de Castelo Branco, filha de D. Gonçalo de Castelo Branco, 1º Governador da Casa do Cível³⁰⁹ e irmã de D. Martinho de Castelo Branco, futuro 1º conde de Vila Nova de Portimão. Já perante o precoce falecimento de D. Violante, D. João de Ataíde casou com D. Brites da Silva, filha do 1º conde de Penela³¹⁰ e camareira-mor da infanta D. Joana³¹¹, de quem teve finalmente a sucessão desejada³¹²: D. Afonso de Ataíde, D. Jorge de Ataíde, D. Isabel da Silva de Ataíde e D. Brites da Silva.

Possivelmente na sequência do primeiro casamento, D. João de Ataíde recusara a oferta de D. João II para ser regedor da Casa da Suplicação, por falecimento de Fernão da Silva³¹³, “sendo dom Ioam homem mancebo”, acrescentando o cronista Garcia de Resende, que o conheceu pessoalmente, que “apertando elRey com elle muytas vezes

³⁰⁴ Cf. PINA, Rui de, *Crónica de D. João II*, comentário de Luís de Albuquerque, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, cap. XVIII.

³⁰⁵ Cf. RESENDE, Garcia de, *Op. Cit.*, cap. LVI, pp. 87-88.

³⁰⁶ É a primeira referência que se lhe conhece enquanto filho do conde de Atouguia. Cf. *Provas*, tomo II, parte I, p. 51.

³⁰⁷ Por este ter sido presenciado por todos os titulares da corte. Cf. GASPAR, João Gonçalves, *A Princesa Santa Joana e a sua Época (1452-1490)*, Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 1981, p. 94.

³⁰⁸ Cf. SOLEDADE, Fernando da, *História Seráfica Cronológica da Ordem de São Francisco*, Parte IV, livro I, cap. XVII, Lisboa, Officina António Pedrozo Gabram, 1736.

³⁰⁹ Cf. MORAES, Cristóvão Alão, *Op. Cit.*, vol. IV, p. 281; GAYO, Felgueiras, *Nobiliário de famílias de Portugal*, vol. I, Braga, edição de Carvalhos de Basto, 1992, p. 504.

³¹⁰ Cf. *Nobreza de Portugal...*, vol. II, p. 331.

³¹¹ Cf. GOMES, Saul António, *Op. Cit.*, p. 242.

³¹² Cf. Genealogia 3: Descendência de D. Álvaro de Ataíde e D. Martinho de Ataíde, 1º e 2º condes de Atouguia – Divisão das Casas de Atouguia e Castanheira (Séculos XV-XVI).

³¹³ Cf. DORNELLAS, Affonso de, *Op. Cit.*, vol. I, p. 117; *História Genealógica*, tomo XII, parte I, p. 13.

que o fosse, nunca o quis aceitar”³¹⁴. D. João de Ataíde apenas aceitou a nomeação, em 1487, para, no ataque a Anafé, ser sucessor do comandante indigitado pelo rei, D. Diogo Fernandes de Almeida, caso este falecesse³¹⁵, existindo ainda notícia de que teria combatido em Arzila, em data incerta³¹⁶, com D. João de Meneses, futuro 1º conde de Tarouca e sucessor de Almeida no Priorado do Crato.

Apesar dos contactos que realizou em favor da Casa, por imposição de seus pais, e recusando sempre interceder por quem quer que fosse, D. João de Ataíde permaneceu fiel à sua decisão de seguir vida religiosa e, mesmo casado, era conhecido por parecer mais frade do que homem casado e com filhos³¹⁷. A sua opção justifica ainda diversos milagres que lhe são atribuídos, bem como o facto de ter sido o único capaz de consolar D. João II, aquando do falecimento do príncipe herdeiro D. Afonso (v. 1475-1491)³¹⁸, uma vez que “El Rey D. João II que era grande venerador da virtude, o estimava com particulares honras, & muyto estreya familiaridade”³¹⁹. Quando o fidalgo decidiu, já depois de assegurada a sucessão na Casa de Atouguia, partir para Castela para tomar novos votos eclesiásticos e não mais voltar, foi D. João II o único que o fez regressar³²⁰.

Como bem relembra Maria de Lurdes Rosa, a par com a infanta D. Joana, D. João de Ataíde parece ter sido uma referência moral numa corte saturada de palacianismo³²¹ e de uma moda europeia, com expressão também em Portugal, como afirma Romero de Magalhães, de “retiro de corte” e titulares devotos em final de vida³²². Nesse sentido se compreendem os versos dedicados a D. João por Garcia de Resende³²³:

“Para que se algum cuide
de vãa gloria, se ha tem,
Lembre lhe que vimos bem
a frey Ioam Datayde
mais humilde que ninguem:

³¹⁴ RESENDE, Garcia de, *Op. Cit.*, cap. CLXXVIII, p. 253.

³¹⁵ Cf. PINA, Rui de, *Op. Cit.*, cap. XXVII.

³¹⁶ Cf. BELÉM, Frei Jerónimo, *Chronica Serafica da Santa Provincia dos Algarves*, parte II, livro VI, cap. XXV, Lisboa, Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1753

³¹⁷ Cf. SOLEDADE, Fernando da, *Op. Cit.*, parte IV, livro I, cap. XVII.

³¹⁸ Proferindo a célebre frase: “Console-se V. Magestade com a vontade de Deos, que tudo faz por melhor”. Cf. BELÉM, Frei Jerónimo, *Op. Cit.*, livro VI, cap. XXV, p. 89.

³¹⁹ Cf. SOLEDADE, Fernando da, *Op. Cit.*, parte IV, livro I, cap. XVII, p. 58.

³²⁰ Escrevendo aos Reis Católicos a solicitar o seu regresso. Cf. *Ibidem*.

³²¹ ROSA, Maria de Lurdes, “Entre a corte e o ermo...”, p. 94.

³²² MAGALHÃES, Joaquim Romero, “A Sociedade” in *História de Portugal. No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, vol. III, direcção de José Mattoso e coordenação de Joaquim Romero de Magalhães, s.d., Círculo de Leitores, 1993, p. 493.

³²³ Cf. RESENDE, Garcia de, *Op. Cit.*, p. 364.

que viueo tam sanctamente,
que era julgado da gente
sendo cortesam por sancto:
fez se frade, foy o tanto
que fez milagre euidente.

Deixou Conde Datouguia,
e não quis ser Regedor,
deixou rendas, fidalguia,
honras, priuança, valia,
por seruir nosso Senhor;
e quem bem quiser olhar,
he muyto pouco deixar
por Deos quãto ca se alcãça,
pois a bem auenturança
com isso pode alcançar”.

Sendo não raras vezes característico da nobreza, o conflito entre pai e filho, a propósito dos casamentos³²⁴ e da importância das negociações matrimoniais³²⁵, é importante salientar as implicações que o conflito entre D. João de Ataíde e D. Martinho de Ataíde teve, ainda durante o reinado de D. João II, para o futuro da Casa de Atouguia. Ao recusar-se a assegurar a sucessão, a interceder pelos seus próximos e negar a importante nomeação régia para a Casa da Suplicação, apesar das mercês que recebeu de D. João II³²⁶, D. João de Ataíde interrompeu o elo de ligação, fundamental na lógica da nobreza de elite cortesã³²⁷, que a Casa de Atouguia desde o início cultivara com a corte. Se, como se demonstrou, esse elo já vinha assistindo a um processo de erosão, este sofreu uma clara aceleração em função do conflito familiar entre D. João e seus pais.

³²⁴ Cf. NASSIET, Michel, *Parenté, Noblesse et États Dynastiques. XV-XVI siècles*, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2000, p. 150.

³²⁵ Cf. LLAVE, Ricardo Cordoba de la, PITA, Isabel Beceira, *Op. Cit.*, p. 129.

³²⁶ Recebera uma tença de 5000 reais em 1486 em atenção aos seus serviços e condição de herdeiro da Casa de Atouguia (Cf. ANTT, *CDIII*, livro 19, fl. 14v., s.l., 6.XI.1486) e alguns bens e rendas doados por D. Martinho e confirmados pela Coroa como uma tença de 62 864 paga a partir dos rendimentos de Monforte de Rio Livre (Cf. *Idem*, livro 18, fl. 41, 26.III.1487), os direitos da judiaria de Castelo Branco (Cf. *Idem*, livro 14, fl. 6, s.l., 5.VIII.1488). Do rei recebera ainda a doação de casas em Vinhais (ANTT, *Além-Douro*, livro 3, fl. 146, s.l., 1.VI.1489), patrocínio para o seu segundo casamento com D. Beatriz da Silva, financiando a Coroa as 2762 coroas de arras que D. Martinho deveria pagar ao conde de Penela (Cf. ANTT, *CDIII*, livro 17, fl. 45v., s.l., 22.III.1490) e ainda carta de privilégio para seus caseiros e criados (Cf. *Idem*, livro 7, fl. 119, s.l., 22.XI.1491).

³²⁷ REINHARD, Wolfgang, “Power Elites, State Servants, Ruling Classes, and the Growth of State Power” in *Power Elites and State Building*, edição de Wolfgang Reinhard, s.d., Clarendon Press, 1996, pp. 1-18.

Tendo D. Martinho permanecido fora da corte joanina até pelo menos 1487³²⁸, tudo aponta para que tenha depositado as suas esperanças em D. Afonso de Ataíde, que recusou os apelos do seu pai para seguir a vida religiosa³²⁹. Fenómeno contrário sucedeu com a irmã de D. Afonso, D. Isabel da Silva e Ataíde, que, ao tencionar seguir a vida religiosa que seu pai também lhe inculcara³³⁰, deverá ter contado não só com a oposição de D. Afonso de Ataíde, como relata a sua avó D. Brites da Silva, condessa de Penela³³¹, mas também com a recusa do próprio D. Martinho de Ataíde.

Mesmo depois de adiado o “problema” de D. Álvaro de Ataíde com a sua fuga, a morte do seu herdeiro e a entrega dos bens da sua Casa a D. Leonor de Noronha, em 1486³³², o problema de fundo para a Casa de Atouguia, isto é, a retoma do serviço cortesão e da ligação directa ao rei, mantinha-se. Esse problema agravou-se ainda mais quando se iniciou o reinado de D. Manuel I, em 1495: D. Martinho, pouco antes de falecer, o que ocorreu em 1498³³³, perdeu por completo o já fraco elo de ligação à Casa Real e à figura régia. Não só D. Martinho não transitara, aquando do falecimento do infante D. Fernando, para o serviço dos infantes seus filhos, o que é confirmado pelo facto de nunca surgir nas listas de servidores de D. Manuel no tempo em que ainda não era rei³³⁴, como deve ter tomado conhecimento da intenção manuelina de reabilitar D. Álvaro de Ataíde³³⁵. A esse cenário acresceu o de uma Casa que não recebera novas mercês durante o reinado de D. João II e na qual existia uma disputa interna que enfraquecera, aos olhos da Coroa e de toda a corte, o seu estatuto político e social.

Sob o espartilho da ascensão de D. Álvaro de Ataíde e dos conflitos com D. João de Ataíde, preparava-se para a Casa de Atouguia um cenário semelhante ao que veio a verificar-se com a Casa de Vila Real no início do reinado manuelino. Se neste último caso a restauração plena dos Braganças acarretou o fim da expectativa de se manter como o maior representante da aristocracia portuguesa, como acontecera durante parte

³²⁸ Devido às obras não no castelo da Atouguia (Cf. *Brasões*, vol. III, p. 276) mas no de Vinhais.

³²⁹ Cf. BELÉM, Frei Jerónimo, *Op. Cit.*, parte II, livro VI, cap. XXV que conta como andando um dia D. Afonso de Ataíde em Lisboa de charrete e tendo encontrado o seu pai, vestido de mendigo na rua, o mandou o chamar para o levar consigo na charrete. Tendo D. João de Ataíde recusado a proposta do filho, este, ao passar pelo pai na rua, ignorou-o ostensivamente.

³³⁰ Cf. *Ibidem*.

³³¹ Cf. Carta de D. Brites da Silva a D. João II, s.l., 30.VII.1495 – ANTT, *Cartas dos Governadores de África*, nº 371.

³³² Como o indica a ordem de D. João II. Cf. ANTT, CC I-1-36, s.l., 30.I.1486.

³³³ Cf. *Brasões*, vol. III, p. 277; PEREIRA, Mário Baptista, *Atouguia da Baleia. Seus Forais, seus termos –lembrando o passado*, Atouguia, Junta de Freguesia, 2006, p. 98.

³³⁴ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, *Op. Cit.*, p. 40.

³³⁵ Visto a carta de D. Manuel a D. Álvaro datar de Maio de 1498. Cf. Carta de D. Manuel I a D. Álvaro de Ataíde, Setúbal, 18.V.1498 – ANTT, *Manuscritos da Livraria*, nº 1115, fl. 326.

do reinado joanino³³⁶, no caso da Casa da Atouguia o reinado de D. Manuel prefigurava o que parecia ser uma inevitabilidade: a perda do título condal como reflexo da fraca ligação ao rei e à corte, dos conflitos intestinos e do declínio económico da Casa.

I.3. A perda do Condado: D. Afonso de Ataíde e as primeiras tentativas de recuperação (1498-1515)

Por carta de 12 de Junho de 1498, D. Manuel I ordenava a D. Afonso de Ataíde ou aos seus tutores que fosse solicitada a confirmação de todas as mercês da Casa de Atouguia no prazo de um ano, sendo ainda pedido aos funcionários da Casa, estantes a norte, que dessem a D. Afonso todas as rendas que tinham pertencido a D. Martinho³³⁷. Depreende-se desta carta que, à data, D. Afonso estaria nalgum dos senhorios transmontanos da Casa, facto que não surpreende pois no século XV era comum a itinerância senhorial³³⁸. Além disso, existem referências indirectas à presença de D. Martinho de Ataíde, D. João de Ataíde e do próprio D. Afonso de Ataíde nos senhorios transmontanos da Casa³³⁹.

O processo de confirmação dos bens de D. Afonso decorreu entre 1497 e 1507³⁴⁰, sendo de realçar que as confirmações mais importantes só se verificaram após D. Afonso ter acompanhado D. Manuel na sua deslocação a Castela com Nuno Fernandes de Ataíde, em 1498³⁴¹, e após ter servido em Arzila ao lado do conde D. João de

³³⁶ Cf. VILA-SANTA, Nuno, *Op. Cit.*, p. 24.

³³⁷ Cf. Carta de D. Manuel I a D. Afonso de Ataíde, Lisboa, 12.VI.1498 – ANTT, *Casa de Povolide*, Maço 2, doc. 2. A carta de D. Manuel parecia vir na sequência da autorização concedida D. Martinho, em 1496, para arrendar as rendas da Casa de Atouguia (Cf. ANTT, *CDMI*, livro 33, fl. 85, s.l., 20.I.1496).

³³⁸ Cf. CUNHA, Mafalda Soares da, “Aristocracia e cortes senhoriais. Patrocínio, mecenato e clientelismo como práticas de reputação. Séculos XV-XVI”, Évora, Universidade de Évora-CIDEHUS, 2011, p. 10.

³³⁹ Como assinalado, D. Martinho ficara em Vinhais até 1487 e é de crer que D. João de Ataíde tenha também ali estanciado, motivo pelo qual deverá ter recebido doação de casas naquela vila. Cf. nota 326. Já D. Afonso de Ataíde, em 1483, escrevera ao rei de Monforte de Rio Livre solicitando autorização, concedida por D. João II, para o seu povoamento (Cf. Carta de D. Afonso de Ataíde a D. João II, Monforte de Rio Livre, 16.XII.1483 – ANTT, *CC I-1-34*). Na visita a Monforte de Rio Livre e Vinhais foram encontrados os castelos referidos pela documentação, embora seja improvável que o seu aspecto actual fosse o dos séculos XV e XVI.

³⁴⁰ Começou por receber a confirmação dos privilégios concedidos ao concelho de Monforte de Rio Livre (Cf. ANTT, *CDMI*, livro 27, fl. 25, s.l., 29.III.1497), seguido da doação do Campo do Lobão (Cf. *Idem*, livro 31, fl. 68, s.l., 7.XII.1497), da doação da alcaidaria-mor de Coimbra (Cf. *Idem*, livro 31, fl. 85v., s.l., 26.V.1498), da doação de Cernache e dos casais de Chança e Carvalhal (Cf. *Idem*, livro 19, fl. 16v., s.l., 27.I.1504), da doação da alcaidaria-mor Atouguia (Cf. *Idem*, livro 19, fl. 32v., s.l., 31.IX.1504) e respectivo senhorio (Cf. ANTT, *CDJIII*, livro 51, fl. 141, s.l., 22.IX.1507). A carta de confirmação geral das suas doações data de Janeiro de 1504 (Cf. *Idem*, livro 51, fl. 142, s.l., 25.I.1504). Por fim, as confirmações da doação de Monforte de Rio Livre, Vinhais, Vilar Seco de Lomba e Vale de Paçó (Cf. *Idem*, livro 72, fl. 13, s.l., 2.XI.1514) e do privilégio de nomear tabelião em Cernache (Cf. ANTT, *CDMI*, livro 25, fl. 147, s.l., 22.XII.1516) só foram efectuadas posteriormente.

³⁴¹ Cf. GÓIS, Damião de, *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel*, vol. I, anotações e prefácio de Joaquim Martins Teixeira de Carvalho e David Lopes, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, parte I, cap.

Meneses, em 1502³⁴². Tendo D. João de Ataíde vivido até Novembro de 1507, e encontrando-se até essa data a dirigir o convento de Vila Viçosa por convite de D. Jaime³⁴³ (v. 1479-1532), 4º duque de Bragança, seria difícil que D. Manuel I viesse a confirmar o título de conde a D. Afonso de Ataíde em vida do seu pai.

Este, todavia, não lhe foi confirmado logo após a morte de D. João. Provavelmente, o fidalgo já se apercebera de que tal poderia acontecer e decidira, por isso, retomar a ligação à corte, colocando-se directamente ao serviço do monarca. Tendo percebido a ausência de titulares na deslocação de D. Manuel I a Castela³⁴⁴ e levando em conta, por um lado, que D. Manuel I tratara de restabelecer Casa a D. Álvaro de Ataíde³⁴⁵, seu tio, e por outro lado, o novo consórcio deste com D. Violante de Távora, filha do 1º senhor do Prado, terá optado por partir para Arzila e servir às ordens de D. João de Meneses, conhecido de seu pai. Em causa estava não só a necessidade de provar as suas habilidades militares, como era fundamental para a nobreza titulada e não titulada que se deslocava a Marrocos³⁴⁶, mas ainda o intuito de demonstrar ao monarca que a Casa de Atouguia não abdicaria de recuperar o seu anterior papel. Mesmo enfraquecido, D. Afonso demonstrava assim não desistir de tentar recuperar o estatuto anterior.

Apesar de, em Fevereiro de 1507, ter recebido de D. Manuel a primeira mercê nova, a doação dos direitos reais da Atouguia, válida até à sua morte³⁴⁷, seguida da confirmação da doação da Atouguia³⁴⁸, do alvará para os moradores não aquartelarem presos no castelo de Coimbra³⁴⁹ e em Cernache³⁵⁰ e da autorização para ter meirinho em Monforte de Rio Livre³⁵¹, ambos em 1508, não se verificou a confirmação do título de conde. Ao invés, *O Venturoso* limitou-se a apoiar o casamento de D. Afonso.

Não se encontrando apurado em absoluto se a iniciativa de casar D. Afonso de Ataíde com D. Maria Magalhães partiu exclusivamente do monarca, existem, no entanto, leves

xxvi) apesar de RESENDE, Garcia de, *Op. Cit.*, p. 299 afirmar que foi o único Ataíde a ir a Castela com D. Manuel.

³⁴² Cf. GÓIS, Damião de, *Op. Cit.*, vol. I, parte I, cap. lxx.

³⁴³ Cf. SOLEDADE, Fernando da, *Op. Cit.*, parte IV, livro I, cap. XVII.

³⁴⁴ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, *Op. Cit.*, p. 88.

³⁴⁵ Por carta desse mesmo ano (Cf. nota 347) e tendo à data da carta já confirmado, em 1497, os principais bens de D. Álvaro (Cf. ANTT, *CDMI*, livro 28, fl. 13, 91, 102 e 111, e livro 38, fl. 6).

³⁴⁶ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, “A nobreza e a Expansão - Particularidades de um fenómeno social complexo” in *A Nobreza e a Expansão. Estudos Biográficos*, coordenação de João Paulo Oliveira e Costa, Cascais, Patrimonia, 2000, pp. 26 e 28.

³⁴⁷ Cf. ANTT, *CDJIII*, livro 51, fl. 141v., s.l., 10.II.1507.

³⁴⁸ Cf. nota 340.

³⁴⁹ Cf. ANTT, *CDJIII*, livro 51, fl. 144, s.l., 5.VII.1508.

³⁵⁰ Cf. ANTT, *CDJIII*, livro 51, fl. 144, s.l., 19.IX.1508.

³⁵¹ Cf. ANTT, *CDJIII*, livro 51, fl. 145v., s.l., 19.IX.1508.

indícios de sentido contrário³⁵². Em todo o caso, o consórcio contava com o claro beneplácito e interesse do monarca apostado em promover a descendência de um dos seus funcionários de eleição. Referimo-nos a Fernão Lourenço da Mina, o qual servia a Coroa desde 1449, participara na batalha de Toro³⁵³, fora guarda-mor da Torre do Tombo³⁵⁴, tesoureiro da Casa da Mina desde 1481, ajudara D. Manuel a reorganizar a Casa da Índia, e fora financiador, em várias ocasiões, de festas régias³⁵⁵. Na sua lista de devedores contavam-se além do rei, a infanta D. Joana e os venezianos³⁵⁶. A prova da estima de D. Manuel I por este seu oficial surgiu em 1504 quando autorizou a sua aposentação com uma elevada tença de 400 mil reais anuais³⁵⁷.

Com propriedades em Lisboa, na Golegã, em Coima e no Lavradio³⁵⁸, senhor de Gestação e Penajóias e com efectivo poder de intercessão junto do monarca³⁵⁹, a Fernão Lourenço da Mina, no seu final de vida, apenas faltava assegurar bons casamentos para os seus descendentes. Nessa óptica é possível que a ideia de casar a sua terceira filha, D. Maria Magalhães, com D. Afonso de Ataíde, tivesse sido sua. Se para a sua esposa, D. Filipa Caldeira, era importante conciliar a proximidade do casal à linha de reformismo religioso, com quem tinha afinidades, de D. João de Ataíde, era igualmente relevante realizar o casamento com um membro da nobreza de velho sangue³⁶⁰. O enlace concretizou-se em 1509, tendo D. Afonso como contrapartida o pagamento de um elevado dote, financiado em parte pela herança de Fernão Lourenço³⁶¹, e a recepção de diversas quantias por parte do rei³⁶².

³⁵² É essa a impressão que fica da leitura do alvará régio que autoriza D. Filipa Caldeira, mãe de D. Maria Magalhães, a tratar dos preparativos para o casamento. Cf. ANTT, *CDJIII*, fl. 141, s.l., 2.V.1509.

³⁵³ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, “Fernão Lourenço, tesoureiro e feitor da Casa da Mina e Índia (c. 1481-1504). Uma carreira de sucesso” in *Aquém e Além da Taprobana. Estudos Luso-Orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard*, edição de Luís Filipe Thomaz, Lisboa, CHAM, 2002, p. 60.

³⁵⁴ Cf. ROSA, Maria de Lurdes, “Além da aventura, quem do capitalismo?: elementos para a história de Fernão Lourenço (1480-1505), um “perito económico” in *Lisboa Medieval. Os Rostos da cidade*, coordenação de Luís Krus, Luís Filipe Oliveira e João Luís Fontes, Lisboa, Livros Horizonte/IEM, 2007, p. 343.

³⁵⁵ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, “Fernão Lourenço...”, p. 60-61.

³⁵⁶ Cf. ROSA, Maria de Lurdes, “Além da aventura...”, pp. 345-346.

³⁵⁷ Acima do assentamento de marquês. Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, “Fernão Lourenço...”, p. 65.

³⁵⁸ Cf. ROSA, Maria de Lurdes, “Além da aventura...”, p. 344.

³⁵⁹ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, “Fernão Lourenço...”, pp. 67-68.

³⁶⁰ Cf. ROSA, Maria de Lurdes, “Além da aventura...”, p. 353.

³⁶¹ D. Filipa Caldeira fora autorizada por D. Manuel a dotar D. Maria Magalhães com 8000 dobras de ouro (Cf. ANTT, *CDJIII*, livro 72, fl. 13, s.l., 2.V.1509), acabando este montante por ser pago a D. Afonso através do estabelecimento de uma tença de 40 mil reais anuais, a abater da tença de 70 mil reais anuais que D. Filipa herdara de Fernão Lourenço (Cf. ANTT, *Místicos*, livro 5, fl. 63v., s.l., 30.V.1509).

³⁶² A atestar o patrocínio manuelino ao casamento de D. Afonso de Ataíde estão diversas provisões de pagamento do rei ao fidalgo. O interesse destas provisões, datadas de 1510 a 1516 (Cf. ANTT, *CC II-23-127*, II-23-247, II-24-184, II-27-9 e II-64-182) é sobretudo o de indicar o nome de Brás Rego para

Apesar de novamente, depois do segundo casamento de D. Martinho de Ataíde, o titular da Casa de Atouguia voltar a casar socialmente abaixo do que seria expectável, a lógica de casar com a filha de um dos funcionários de eleição do monarca enquadra-se perfeitamente na tentativa de D. Afonso de Ataíde de recuperar uma ligação mais directa ao rei. Como relembra João Cordeiro Pereira, a qualidade de nascimento, nos séculos XV e XVI, não se perdia devido a situações de penúria económica³⁶³, como aquela em que se encontrava a Casa de Atouguia. A estratégia de D. Afonso permitiria um regresso da Casa à dinâmica da corte manuelina, a qual então sofria um segundo processo de curialização³⁶⁴ e era o palco de lutas de poder e da intensa concorrência senhorial delas decorrentes³⁶⁵. Poderia ainda assegurar, além dos sempre desejáveis proventos financeiros, uma nova possibilidade de promoção social.

A esperança de D. Afonso na recuperação do título para a sua Casa não se concretizou visto que, na política de titulação seguida por D. Manuel I e que tanto se assemelhou à de D. Afonso V³⁶⁶, a escolha do representante da linhagem dos Ataídes que seria titulado já tinha sido encaminhada pelo monarca. Ao reabilitar D. Álvaro de Ataíde e ao dar permissão ao seu filho, D. António de Ataíde, futuro 1º conde da Castanheira, para ser criado conjuntamente com o príncipe herdeiro D. João (v. 1502-1557)³⁶⁷, D. Manuel sinalizara já qual dos ramos da linhagem dos Ataídes preferia ver titulado. Assim se explica que novamente, após o seu casamento, D. Afonso não tenha recebido a confirmação do título mas antes novas e importantes mercês compensatórias: carta de privilégio de cavaleiro³⁶⁸, em 1510, doação dos direitos do vinho de Peniche³⁶⁹, em 1511, e privilégio de Cernache ser vila separada de Coimbra³⁷⁰, em 1513. Compreendendo que não era abrangido pelas três vagas de titulações do *Venturoso*³⁷¹, D. Afonso de Ataíde partiu, em 1515, com o escrivão da puridade D. António de

camareiro-mor de D. Afonso (Cf. ANTT, CC II-27-9, fl. 1v.) e de Duarte Luís para seu vedor da fazenda (Cf. ANTT, CC II-24-184, fl. 1v.). Por documento de 1519 sabe-se ainda que Pero Lopes era o aio de D. Afonso (ANTT, *Instituição de morgados e capelas*, nº 204, fl. 16v.).

³⁶³ Cf. PEREIRA, João Cordeiro, “A Estrutura Social e o seu Devir” in *Nova História de Portugal – Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, coordenação de João Alves Dias, vol. V, Lisboa, Editorial Presença, 1998, p. 279.

³⁶⁴ Cf. CUNHA, Mafalda Soares, “Nobreza, rivalidade e clientelismo na primeira metade do século XVI. Algumas reflexões”, *Penélope*, nº 29, 2003, p. 35.

³⁶⁵ Cf. *Ibidem*, p. 40; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *O Crepúsculo...*, p. 40.

³⁶⁶ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, *D. Manuel...*, p. 100.

³⁶⁷ Cf. BUESCU, Ana Isabel, *D. João III*, s.l., Círculo de Leitores, 2005, p. 48.

³⁶⁸ Cf. ANTT, *CDMI*, livro 3, fl. 34, s.l., 16.II.1510.

³⁶⁹ Cf. ANTT, *CDJIII*, livro 72, fl. 17v., s.l., 10.V.1511.

³⁷⁰ Cf. ANTT, *CDMI*, livro 24, fl. 78v., s.l., 23.I.1513.

³⁷¹ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, *Op. Cit.*, pp. 100-106 e 246-247.

Noronha, rumo à Mamora³⁷². Há referência de que nessa altura D. Manuel I teria prometido Casa a uma das suas filhas³⁷³. No entanto, não é crível que qualquer uma delas já tivesse nascido. Tratar-se-ia de uma promessa de restauração do título?

Os dados conhecidos não permitem corroborar esta hipótese apenas havendo referência que, em 1516, D. Afonso se encontrava em Safim a combater ao lado de Nuno Fernandes de Ataíde. Quando este último faleceu, o seu nome foi badalado para lhe suceder³⁷⁴ mas quem acabou por assumir a capitania foi D. Afonso de Noronha, genro de Nuno Fernandes³⁷⁵. No regresso ao Reino, D. Afonso de Ataíde voltou a não ver confirmado o seu título e apenas se sabe que, numa lógica de reforço das suas jurisdições senhoriais, comprou a D. António de Noronha a dízima nova e velha do pescado da Atouguia³⁷⁶ e que recebeu novo privilégio de justiça³⁷⁷.

Quando a condessa viúva D. Filipa de Azevedo realizou o seu testamento, em 1519, D. Afonso não só figurava como um dos devedores à condessa, como não era contemplado pela sua avó que expressamente anotava que o morgado de Vaqueiros não deveria ser incorporado na Casa de Atouguia³⁷⁸. Apercebendo-se de que necessitava de melhor alicerçar apoios cortesãos, em data incerta, D. Afonso deverá ter patrocinado o casamento, em segundas núpcias, da irmã a quem tentara impedir de seguir vida religiosa, D. Isabel da Silva de Ataíde, com Simão Gonçalves da Câmara, “O Magnífico” (v. 1460-1530), bisneto de João Gonçalves Zarco (v. 1390-1471)³⁷⁹. Sem o saber, o também poeta³⁸⁰ D. Afonso de Ataíde, incapaz de encontrar o seu lugar na corte manuelina, apesar de ser primo do influente Afonso de Albuquerque³⁸¹, uma das figuras mais destacadas do reinado, acabara de esboçar uma aliança estratégica para o futuro da sua Casa.

³⁷² Cf. GOÍIS, Damião de, *Op. Cit.*, vol. III, parte III, cap. lxxvi.

³⁷³ Como refere a Memória das Casas que se prometeram e vagaram (Cf. ANTT, CSV, livro 12, fl. 2.).

³⁷⁴ Cf. GOÍIS, Damião de, *Op. Cit.*, vol. IV, parte IV, cap. XII.

³⁷⁵ Cf. OSÓRIO, D. Jerónimo, *Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, edição de Joaquim Ferreira, vol. II, Porto, Livraria Civilização – Editora, 1944, livro X, p. 183.

³⁷⁶ A troca da concessão a D. António de Noronha de uma tença de 160 mil reais anuais. Cf. ANTT, CDMI, livro 39, fl. 97, s.l., 27.III.1518.

³⁷⁷ Trata-se do privilégio para os seus ouvidores conhecerem os agravos das suas terras. Cf. ANTT, CDMI, livro 44, fl. 85, s.l., 27.VII.1518.

³⁷⁸ Cf. ANTT, *Instituição de morgados e capelas*, nº 204, fls. 15-16.

³⁷⁹ Sobre esta figura veja-se: SILVA, Pedro Courelas da, “De Zarco a Simão da Câmara, O Magnífico” in *A nobreza e a expansão. Estudos Biográficos*, coordenação de João Paulo Oliveira e Costa, Cascais, Patrimonia, 2000, pp. 87-119.

³⁸⁰ Em 1500, D. Afonso de Ataíde compusera uma rifa em honra de D. Beatriz de Vilhena. Cf. *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, edição de André Crabbé Rocha, vol. IV, Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, 1973, p. 92.

³⁸¹ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, *Op. Cit.*, p. 31.

Capítulo II – Génese e maturação de uma longa carreira (1516-1557):

*“nam sey palavras com que possa gabar a Vossa Alteza [D. João de Ataíde], salvo dizer lhe que he bom Irmão de Dom Luiz de Tayde”
(Carta de D. João de Castro a D. João III³⁸²)*

*“Muyto follguey de vosa merçe ser comtemte dos costumes e da condição de dom lluis datayde. e do que achou que se laa delle dizia. E eu lhe afirmo que lhe merece em emsuar bem suas cousas. e parecer que lhe he homem pera o quererdes ter por parente”
(Carta de D. António de Ataíde a Martim Afonso de Sousa³⁸³)*

II. 1. Os primeiros anos de vida de um secundogénito (1516-1537)

Quando D. Luís de Ataíde nasceu, em 1516, a Casa de Atouguia já conheceu melhores tempos em função da situação anteriormente descrita, mas também pelas próprias circunstâncias que envolveram a sua chegada ao mundo dos vivos, as quais não eram as mais favoráveis. Filho segundo do casamento de D. Afonso de Ataíde, senhor da Atouguia, com D. Maria de Magalhães, D. Luís veio a contar com um vasto número de irmãos³⁸⁴: o mais velho e primogénito, D. Martim Gonçalves de Ataíde, os mais novos, D. Álvaro Gonçalves de Ataíde, D. João de Ataíde e D. Vasco de Ataíde e as mais novas irmãs, D. Filipa de Ataíde, D. Brites de Ataíde, D. Helena de Ataíde e D. Antónia de Ataíde. Aos seus oito irmãos e irmãs haviam sido dados nomes que relembavam os de outros anteriores membros da Casa, prática simbólica comum na nobreza³⁸⁵, sobretudo enquanto estratégia de consolidação³⁸⁶. Devido a esta situação, pode afirmar-se que o destino reservado a D. Luís, enquanto secundogénito, não seria à partida tão favorável como posteriormente veio a revelar-se.

Para D. Afonso de Ataíde, que acabara de ver confirmada a perda do título condal, o nascimento de vários descendentes, tal como já sucedera com o 1º conde de Atouguia,

³⁸² Cf. Carta de D. João de Castro a D. João III, Diu, 16.XII.1546 – PUB. *Cartas de D. João de Castro*, edição de Elaine Sanceau, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954, doc. XLIII..

³⁸³ Cf. Carta de D. António de Ataíde a Martim Afonso de Sousa, Almeirim, 5.IV.1544 – ANTT, *Miscelâneas Manuscritas*, vol. IV, fl. 451 publicada em anexo doc. 2

³⁸⁴ Cf. Genealogia 4: Ascendência e descendência de D. Luís de Ataíde, 3º conde de Atouguia (Século XVI).

³⁸⁵ Cf. ROSA, Maria de Lurdes, *O morgadio em Portugal sécs. XIV-XV*, Lisboa, Estampa, 1995, p. 148.

³⁸⁶ Por oposição à estratégia de implantação. Sobre o tema: CUNHA, Mafalda Soares da, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Aristocracia, poder e família em Portugal, séculos XV-XVIII” in *Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica. Elementos para uma História Comparativa*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS/Universidad de Murcia, 2010, p. 65.

colocava o sério problema da dificuldade em assegurar vida condigna a cada um dos mesmos. Tal significa que, apesar do titular da Casa de Atouguia ter procurado, durante o reinado de D. João III, empregar os seus descendentes no serviço da Coroa, numa tentativa de prosseguir a aproximação à corte que ele próprio, na mira da restauração condal, já tentara sem grande sucesso elevada descendência afigurava-se-lhe um fardo pesado. Na estratégia concebida por D. Afonso foi, sem dúvida, necessário sacrificar o destino de alguns membros da Casa em prol do de outros, facto este igualmente característico das lógicas nobiliárquicas³⁸⁷.

A mudança de reinado ocasionada pelo inesperado falecimento do *Venturoso* não viria a revelar-se especialmente positiva para D. Afonso de Ataíde. De facto, várias outras Casas e personagens alcançaram novo protagonismo político, bem como a concessão de títulos, na maioria dos casos em virtude de anterior participação na Casa do príncipe D. João ou de ligações ao futuro rei, como é o caso de D. António de Ataíde, primo de D. Luís de Ataíde, ou de D. Luís da Silveira (v. 1481-1534)³⁸⁸. Quanto à sorte da Casa de Atouguia, além de nenhum dos seus membros ter integrado o serviço do príncipe D. João, também, e até mais grave, se pode constatar que a sua situação se encontrava mais próxima quer das Casas que viriam a perder títulos, designadamente as de Tarouca, Portimão e Abrantes³⁸⁹, quer de figuras que acabariam por perder influência política na tomada de decisões, na década de 1520³⁹⁰.

Tal não obistou, contudo, a que a D. Afonso, na qualidade de representante da linhagem dos Ataídes, mormente tendo em conta o apurado sentido de equilíbrio linhagístico evidenciado pelo *Piedoso* na sua política nobiliárquica³⁹¹, tenha, como seria de esperar, visto confirmadas, em finais de 1522, todas as doações e privilégios da sua Casa³⁹². Integrando ainda o topo da escala nobiliárquica, por ser um dos cem senhores

³⁸⁷ Apesar de se considerar que a disciplina imposta pelo nascimento e pelo parentesco não foi tão rígida no século XVI como veio a ser nos séculos XVII e XVIII. Cf. CUNHA, Mafalda Soares da, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Jerarquia...”, p. 212.

³⁸⁸ O primeiro criado no Paço com o rei, e futuro 1º conde da Castanheira (Cf. BUESCU, Ana Isabel, *D. João III*, p. 48) e o segundo guarda-mor do príncipe desde 1511 e futuro 1º conde de Sortelha (Cf. *Idem*, p. 54).

³⁸⁹ Cf. AUBIN, Jean, “La noblesse titrée sous D. João III. Inflation ou fermeture?” in *Le Latin et l’astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, vol. I, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1996, p. 376.

³⁹⁰ Cf. BUESCU, Ana Isabel, *Op. Cit.*, pp. 127-128.

³⁹¹ Cf. AUBIN, Jean, “La noblesse titrée...”, p. 376.

³⁹² Começando por receber a confirmação para apresentar tabelião em Cernache (Cf. ANTT, *CDJIII*, livro 51, fl. 144v., Lisboa, 8.XI.1522) seguida das seguintes confirmações: doação dos direitos reais da Atouguia (Cf. *Idem*, livro 51, fl. 141v., Lisboa, 18.XI.1522), aforamento de uma lagoa e paul na Atouguia (Cf. *Idem*, livro 51, fl. 147, Lisboa, 18.XI.1522), carta de jurisdição sobre Monforte de Rio Livre (Cf.

de terras do Reino, por representar uma das quarenta linhagens do Reino³⁹³, e por ser titular de uma Casa que detivera um título condal, D. Afonso de Ataíde necessitaria de assegurar a continuidade e qualidade dos seus serviços e dos seus descendentes à Monarquia³⁹⁴. Tal imperativo era necessário de forma a atingir aquele que foi o seu objectivo até falecer: assegurar que a Casa de Atouguia não seria ainda mais despromovida no panorama nobiliárquico da época.

As intervenções políticas conhecidas de D. Afonso durante todo o reinado de D. João III, tal como já sucedera no reinado de D. Manuel I, escassearam, o que naturalmente não deixou de ter uma conotação política e social. Apesar de ter recebido carta de conselheiro, em Agosto de 1523, mais pelo seu estatuto do que pelos seus serviços³⁹⁵, o fidalgo não se destacou particularmente naquela década. Depois da menagem que prestou a D. João III dos castelos da Atouguia, de Monforte de Rio Livre e de Coimbra, a 23 de Julho de 1523, em Tomar, tendo como testemunhas D. António de Ataíde, seu primo, D. Diogo de Castro, António da Silveira e D. António de Noronha, escrivão da puridade³⁹⁶, só é conhecida nova intervenção de D. Afonso de Ataíde, em 1525, a favor de D. João de Castro, no âmbito de uma disputa judicial que opunha este aos condes de Penela e a D. Maria de Castro³⁹⁷. O apoio de D. Afonso parece ter contribuído para que

Idem, livro 51, fl. 144v., Lisboa, 18.XI.1522), carta para Cernache ser vila (Cf. *Idem*, livro 51, fl. 146, Lisboa, 18.XI.1522), carta para ter meirinho em Monforte de Rio Livre (Cf. *Idem*, livro 51, fl. 145, Lisboa, 18.XI.1522), doação da Atouguia (Cf. *Idem*, livro 51, fl. 141, 19.XI.1522), doação de Monforte de Rio Livre, Vinhais e terras de Vilar Seco de Lomba e Vale de Paçó (Cf. *Idem*, livro 51, fl. 141, Lisboa, 19.XI.1522), carta de privilégio de fidalgo (Cf. *Idem*, livro 51, fl. 145v., Lisboa, 20.XI.1522), carta para conhecer com seus ouvidores os agravos de suas terras (Cf. *Idem*, livro 51, fl. 144, Lisboa, 20.XI.1522), carta para o alcaide-mor não acompanhar as execuções (Cf. *Idem*, livro 51, fl. 144, Lisboa, 21.XI.1522), carta para contratar casamento com D. Maria Magalhães (Cf. *Idem*, livro 51, fl. 141, Lisboa, 21.XI.1522), carta para os moradores de Cernache não aquartelarem presos (Cf. *Idem*, livro 51, fl. 141, Lisboa, 21.XI.1522), doação dos casais de Chança e Carvalhal e do lugar de Cernache (Cf. *Idem*, livro 72, fl. 141, Lisboa, 21.XI.1522), carta sobre os presos do Castelo de Coimbra (Cf. *Idem*, livro 51, fl. 144, Lisboa, 21.XI.1522), doação do casal de Chamina, no termo de Penela (Cf. *Idem*, livro 51, fl. 142, Lisboa, 21.XI.1522), doação dos direitos dos vinhos de Peniche (Cf. *Idem*, livro 51, fl. 143v., Lisboa, 21.XI.1522), doação do padroado da Igreja de Cernache (Cf. *Idem*, livro 72, fl. 14, Lisboa, 21.XI.1522), carta da dízima nova e velha do pescado da Atouguia da Baleia (Cf. *Idem*, livro 51, fl. 147, Lisboa, 22.XI.1522), carta para ser dotado por D. Filipa Caldeira por seu casamento (Cf. *Idem*, livro 72, fl. 13, Lisboa, 22.XI.1522), doação do Campo do Lobão e seus casais (Cf. *Idem*, livro 51, fl. 143v., Lisboa, 23.XI.1522) e por fim a carta de administração de capela em Loulé (Cf. *Idem*, livro 1, fl. 128, Lisboa, 31.III.1532).

³⁹³ Cf. CUNHA, Mafalda Soares, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Jerarquia...”, p. 193.

³⁹⁴ Cf. CUNHA, Mafalda Soares da, “Portuguese nobility and overseas government. The return to Portugal (16th to 17th centuries)” in *Rivalry and conflict. European traders and Asian Trading Networks in the 16th and 17th centuries*, edição de Ernst van Veen e Lornad Blussé, Leiden, CNWS Publications, 2005, p. 49.

³⁹⁵ Como se lê na carta. Cf. ANTT, *CDJIII*, livro 12, fl. 68v., Tomar, 10.VIII.1523.

³⁹⁶ Cf. Arquivo da Casa de Bragança, *Biblioteca D. Manuel II*, RES 5 adq, fl. 38. Agradeço ao Dr. João Ruas a possibilidade de consulta desta fonte.

³⁹⁷ Cf. Sentença, Évora, 18.I.1525 – BNP, *Condes de Resende*, caixa 73, doc. 75.

Castro obtivesse sentença favorável da Coroa. Este apoio foi prestado não obstante o parentesco de D. Afonso com o seu tio D. João de Vasconcelos e Meneses³⁹⁸, 2º conde de Penela e vedor da fazenda de D. João III, que viria a cair em desgraça por tentar disputar a precedência com um dos favoritos de D. João III, D. Francisco de Portugal³⁹⁹, 1º conde de Vimioso.

Não admira, assim, que as únicas duas novas mercês que D. Afonso de Ataíde recebeu até ao final do reinado de D. João III se tenham cingido ao privilégio de confirmar juízes ordinários na Atouguia e em Cernache⁴⁰⁰, ainda em 1522, e a um novo privilégio, concedido em 1532, para poder colocar os presos das suas terras no castelo de Monforte de Rio Livre⁴⁰¹. Excluído das mercês concedidas pelo monarca ficara o pedido do fidalgo, em data incerta, para que a Coroa lhe concedesse o provimento de diversos ofícios nos senhorios transmontanos da Casa, o qual nunca foi satisfeito⁴⁰². Subjacentes a esta recusa da Coroa poderão estar as queixas movidas por Isabel da Silva, moradora na vila de Coura, contra D. Afonso, acusado de roubos, extorsões e ameaças⁴⁰³.

Apenas em 1534, aquando do cerco de Safim, D. Afonso de Ataíde e seu herdeiro, D. Martim Gonçalves de Ataíde, se apressaram a prometer ao *Piedoso* a sua próxima partida para a praça sitiada, a qual acabou por não se concretizar⁴⁰⁴, embora exista suspeita que D. Martim tenha partido antecipadamente⁴⁰⁵. Na sequência dos problemas de manutenção das praças norte-africanas e, em particular, do referido cerco de Safim, D. Afonso foi consultado pelo monarca no sentido de saber a sua opinião sobre o abandono ou manutenção de Safim e Azamor⁴⁰⁶. Malogradamente não é conhecido o seu parecer⁴⁰⁷. Contudo, e uma vez mais, o facto de ser consultado em tão importante

³⁹⁸ Cf. Genealogia 8: Parentesco com os Vasconcelos e Meneses (Século XVI).

³⁹⁹ Cf. AUBIN, Jean, “La noblesse...”, p. 379.

⁴⁰⁰ Cf. ANTT, *CDJIII*, livro 51, fl. 144, Lisboa, 4.XII.1522.

⁴⁰¹ Cf. ANTT, *CDJIII*, livro 1, fl. 53v., Lisboa, 19.VIII.1532.

⁴⁰² Cf. ANTT, *Cartas Missivas*, Maço 2, doc. 58.

⁴⁰³ Em data desconhecida. Cf. *Ibidem*, Maço 1, doc. 71.

⁴⁰⁴ Cf. Carta de D. João III a D. António de Ataíde, Évora, 26.V.1534 – PUB. *Letters of John III King of Portugal 1521-1557*, edição de J. D. M. Ford, Cambridge, Harvard University Press, 1931, doc. 133.

⁴⁰⁵ Cf. Carta de Fernão Álvares de Andrade a D. João III, Évora, 28.V.1534 – PUB. *Colecção de São Lourenço*, vol. I, edição de Elaine Sanceau Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973, doc. 14.

⁴⁰⁶ Cf. CRUZ, Maria Leonor Garcia da, “As controvérsias ao tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África” in separata *Mare Liberum*, nº 13-14, Junho 1997-Dezembro 1997, s.l., CNPCDP, s.d., pp. 145-146; *Les sources inédites de l’Histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sadienne*, tomo II, direcção de Pierre de Cenival, David Lopes e Robert Ricard, Paris, Paul Geuther, 1946, doc. CLXIV para a carta circular de D. João III na qual D. Afonso surge na lista como “amigo”.

⁴⁰⁷ Devido à ligação da Casa de Atouguia a Ceuta e à própria participação de D. Afonso de Ataíde na jornada da Mamora, julgamos que deveria ser contrário ao abandono.

questão, revela que D. João III nunca deixou de reconhecer ao fidalgo o seu estatuto político e social. Este, cremos, passaria sobretudo pelo facto, já afirmado, de D. Afonso ser o representante da linhagem dos Ataídes que tantos serviços prestara aos primeiros Avis.

Em data e local incerto terá também D. Luís de Ataíde iniciado o seu serviço a D. João III, como se depreende de uma carta de 1549, de seu pai para D. João III, na qual afirma que este e seu irmão D. Martim “começarão a servir antes que lhe naça barba”⁴⁰⁸. Uma dessas possibilidades para D. Luís poderá ter sido a do serviço ao infante D. Luís (v. 1506-1555)⁴⁰⁹ na jornada de Tunes de 1535. Porém, apenas Jacinto Freire de Andrade e o cronista setecentista do infante D. Luís referem que D. Luís de Ataíde teria partido, com ou sem autorização régia⁴¹⁰, não sendo esta sua participação confirmada em estudos e crónicas publicados⁴¹¹, nem em fontes manuscritas⁴¹². As presenças confirmadas junto do infante D. Luís, em 1535, referem-se a D. Luís Gonçalves de Ataíde, D. Diogo de Castro, Rui Lourenço de Távora e Lourenço Pires de Távora, todos posteriormente figuras próximas de D. Luís de Ataíde e que terão, segundo as versões, partido com ou sem autorização régia. Em muitos casos verifica-se mesmo confusão entre as fontes referentes a D. Luís de Ataíde e as atinentes a D. Luís Gonçalves de Ataíde, seu primo, filho do já mencionado matrimónio da irmã de D. Afonso, D. Isabel da Silva de Ataíde, com Simão Gonçalves da Câmara⁴¹³.

⁴⁰⁸ Cf. Carta de D. Afonso de Ataíde a D. João III, Lisboa, 20.II.1549 – ANTT, CC I-82-63, fl. 1.

⁴⁰⁹ Sobre a figura que já foi considerada como sendo a mais apaixonante figura da família real portuguesa do século XVI (Cf. DESWARTE-ROSA, Sylvie, “Espoirs et désespoir de l’infant D. Luís” in *Mare Liberum*, nº 3, 1991, p. 243), importa relembrar que se encontra em preparação a dissertação de doutoramento de Hélder Carvalhal, sob orientação de Mafalda Soares da Cunha e de Isabel dos Guimarães Sá, subordinada ao título: *A Casa e o Senhorio do Infante D. Luís: estrutura, clientelas e relações de poder (1521-1555)*.

⁴¹⁰ Cf. ANDRADE, Jacinto Freire de, *Vida de D. João de Castro, quarto visor-rey da Índia*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1835, livro I, p. 7 o qual identifica D. Luís de Ataíde como posterior vice-rei da Índia e conde de Atouguia. Não refere se D. Luís pertencia ao grupo dos fidalgos que partiam ou não com autorização régia. Já o cronista do infante D. Luís (Cf. PORTUGAL, D. Jozé Miguel João de, *Vida do Infante D. Luiz*, Lisboa Ocidental, Na officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1735, p. 34) afirma que partiu sem autorização régia.

⁴¹¹ Cf. ANDRADE, Francisco de, *Crónica de D. João III*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1976, parte III, cap. XV; SOUSA, Frei Luís de, *Anais de D. João III*, vol. II, prefácio e notas de M. Rodrigues Lapa, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1954, p. 248; SOUSA, Manuel de Faria e, *Europa Portuguesa*, tomo II, 2ª edição, Lisboa, Na oficina de Antonio Craesbeeck, 1679, parte IV, cap. II; BRAGA, Isabel Drumond, *Península Ibérica: Um Espaço, Dois Reinos (Interrelações na Época de Carlos V)*, dissertação de doutoramento policopiada, Lisboa, FCSH-UNL, 1996, pp. 204-205. Também não foi encontrada qualquer referência na cronística castelhana referente ao reinado de Carlos V.

⁴¹² Cf. BNP, Mss. 218, nº 103; BPE, Cód. CIII/2-20, fl. 116, Cód. CIII/2-17, fl. 139.

⁴¹³ Cf. Genealogia 4: Ascendência e descendência de D. Luís de Ataíde, 3º conde de Atouguia (Século XVI).

A possível presença de D. Luís de Ataíde na jornada de Tunes não pode assim ser plenamente confirmada, pelo que se julga que a menção de seu pai diz respeito ao serviço prestado nalguma praça norte-africana. Hipoteticamente, D. Luís poderá ter partido com o irmão D. Martim para Safim, em 1534, embora não seja conhecida qualquer notícia sobre a sua presença em todo o Norte de África na década de 1530⁴¹⁴. Em contrapartida, sabe-se que, em 1535, D. Afonso de Ataíde passou procuração a D. Martim Gonçalves de Ataíde, no sentido de jurar o príncipe herdeiro D. Manuel (v. 1531-1537), nas Cortes de Évora desse ano⁴¹⁵. Porém, desconhece-se se D. Luís terá acompanhado o irmão em tão importante ocasião.

Em todo o caso e sendo desconhecida, na quase totalidade, a fase inicial de vida de D. Luís, é certo que, apesar de não ser o primogénito, terá recebido uma educação esmerada, como se depreende de inúmeras referências posteriores e das afirmações dos seus cronistas⁴¹⁶. Contudo, não nos parece que o nome apresentado numa lista de moços fidalgos que aprendiam a ler e a escrever na corte joanina da década de 1520 seja o de D. Luís de Ataíde, não só por tal não corresponder à estratégia de seu pai, como por não ser filho de D. Álvaro de Ataíde, como surge mencionado naquela fonte⁴¹⁷. Ausente da corte, mas provavelmente bem informado do que nesta se passava⁴¹⁸, D. Afonso de Ataíde deverá ter tomado conhecimento do processo de ascensão cortesã de D. António de Ataíde, herdeiro de seu tio D. Álvaro de Ataíde, e de como este viria, como já antes sucedera, a colidir frontalmente com os objectivos estratégicos da Casa de Atouguia.

De facto, na perspectiva da ambição pessoal de D. Afonso de Ataíde, a atribuição do título de 1º conde da Castanheira a D. António de Ataíde, em 1534, como corolário da confiança e medrança do fidalgo junto de D. João III, mas também em consequência lógica do conflito que já se prefigurara no interior da Casa de Atouguia em finais do século XV, veio contribuir para que D. Afonso de Ataíde perdesse a expectativa de recuperação do título condal para a sua Casa. Percepcionando que, tal como viria a

⁴¹⁴ Nem em fontes publicadas, nomeadamente nas *Sources Inédites*, nem em qualquer documentação manuscrita pesquisada.

⁴¹⁵ Cf. Procuração de D. Afonso de Ataíde a D. Martim Gonçalves de Ataíde, Lisboa, 26.V.1535 – ANTT, CC II-201-48.

⁴¹⁶ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro I, cap. I; MACEDO, Joseph Pereira de, *Op. Cit.*, livro I, p. 12. Frei Jerónimo Belém na sua memória honorífica de Ataíde escreve que fora sempre “nas Artes Militares experimentado, estudioso, e pratico desde seus primeiros anos, e em tudo hum exemplar de Cavalheiros” (Cf. BELÉM, Frei Jerónimo, *Op. Cit.*, livro VII, cap. XV, p. 114).

⁴¹⁷ Cf. *Provas*, tomo II, parte I, p. 479.

⁴¹⁸ Como sucedia com os restantes titulares. Cf. CUNHA, Mafalda Soares, “Nobreza, rivalidade...”, p. 42.

acontecer noutros casos conhecidos de pretendentes à titulação condal, em tempo de D. João III não existia espaço na apertada política de titulações para a coexistência de dois títulos condaís na mesma linhagem⁴¹⁹, D. Afonso concentrou-se em manter o estatuto adquirido e na preparação do caminho dos seus descendentes. A sua estratégia assentaria na ideia de recriar uma ligação estreita ao serviço régio, no Império e na corte, por forma, a noutras circunstâncias, a Casa poder vir a recuperar o título condal.

É nesta lógica que se compreende seja a ausência constante de D. Afonso de Ataíde da corte joanina durante quase todo o reinado, não só como assumpção de que o papel cortesão desempenhado por D. António de Ataíde se revelava incompatível com a sua presença na mesma corte⁴²⁰, mas também enquanto parte de uma estratégia de afastamento em relação ao todo poderoso valido de D. João III com quem, pelas circunstâncias descritas, as relações não poderiam ser senão de distanciamento⁴²¹. Para concretizar esta estratégia, D. Afonso contava com a possibilidade de colocar os seus descendentes ao serviço do rei, e ainda tinha ao seu dispor a política matrimonial. Se bem que, na maioria dos casos, não se conheçam as datas dos consórcios dos seus descendentes, importa desde logo analisar a estratégia seguida por D. Afonso, em especial quanto aos enlances que se sabe terem ocorrido durante o reinado de D. João III.

Antes de partir pela última e derradeira vez para África, na sequência da sua derrota num duelo cortesão com D. Simão da Silveira, cujos pormenores se desconhecem, no qual ficara ferido, existe referência de que D. Martim Gonçalves de Ataíde se casara com D. Catarina da Cunha, filha de D. Henrique de Meneses, governador da Índia (1524-1526)⁴²². Fora de tal casamento, tivera um bastardo (D. João Gonçalves de Ataíde)⁴²³. Independentemente do casamento se ter ou não concretizado parece certo que o consórcio traduziria uma aliança entre duas Casas que tinham perdido o título condal⁴²⁴ e que acalentavam aspirações à sua restauração. Assim, o matrimónio seria

⁴¹⁹ Como os casos de D. Afonso de Noronha e D. Nuno Álvares Pereira de Noronha na linhagem dos Meneses/Noronhas da Casa de Vila Real, (Cf. VILA-SANTA, Nuno, *D. Afonso de Noronha*, p. 162), ou do caso de Martim Afonso de Sousa para o caso dos Sousas (Cf. PELÚCIA, Alexandra, *Op. Cit.*, p. 198).

⁴²⁰ Sobre tudo para não ter que defrontar questões de etiqueta com clara conotação política e social. A título de exemplo, imagine-se como ficaria a questão das precedências entre os dois. Apesar de ser o representante da linhagem dos Ataídes, D. António de Ataíde, como conde, precederia sempre D. Afonso de Ataíde, o que para se afiguraria para este último, no mínimo, melindroso.

⁴²¹ Como, aliás, já foi afirmado por Alexandra Pelúcia. Cf. PELÚCIA, Alexandra, *Op. Cit.*, pp. 150-151.

⁴²² Cf. MORAES, Cristóvão Alão, *Op. Cit.*, vol. IV, p. 281.

⁴²³ Cf. Genealogia 4: Ascendência e descendência de D. Luís de Ataíde, 3º conde de Atouguia (Século XVI).

⁴²⁴ Visto D. Henrique de Meneses pertencer à Casa de Cantanhede, que fora titulada por D. Manuel I, e que não viu confirmado o seu título durante o reinado de D. João III. Sobre esta casa veja-se: LACERDA,

uma forma de demonstrar politicamente que ambas as Casas não haviam desistido de lutar por uma pretensão que consideravam legítima.

A intenção afonsina de renovar a aliança com a linhagem dos Castros, a qual, como se viu, remontava ao período da fundação da Casa, através do duplo enlace do 1º conde de Atouguia e da sua irmã com aquela linhagem, posteriormente reforçada com o primeiro casamento do 2º conde, surge desde logo patente nos preparativos e esforços de D. Afonso de Ataíde para casar a sua filha mais velha, D. Filipa de Ataíde, com D. Diogo de Castro. Descendente de D. Álvaro Pires de Castro, senhor das Alcáçovas, no século XV⁴²⁵, D. Diogo de Castro era o único filho de D. Fernando de Castro, o qual falecera em combate em Arzila. Na sua posse, em 1538, data do seu consórcio com D. Filipa, estavam um conjunto de senhorios cuja importância é por si só reveladora do poder de D. Diogo: alcaidaria-mor de Castelo Real, no termo de Évora⁴²⁶, senhorio e castelo de Lanhoso⁴²⁷, capitania de Évora⁴²⁸, reguengo de Gondim⁴²⁹, reguengo de Montemor-o-Novo⁴³⁰ e alcaidaria-mor do Sabugal⁴³¹ com os respectivos direitos reais⁴³². Existe ainda uma forte possibilidade de ter sido alcaide-mor da Covilhã e senhor de Santa Cruz de Riba Tâmega⁴³³. Para além de um conjunto variado de tenças⁴³⁴ e privilégios⁴³⁵ que

Teresa, “Os Meneses de Cantanhede e o projecto manuelino” in *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do Colóquio Internacional*, edição de João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Rodrigues, Lisboa, UNL, 2004, pp. 75-99. Já sobre o governo de D. Henrique de Meneses veja-se: COSTA, João Paulo Oliveira e, “A estrutura de comando do Estado da Índia durante o governo de D. Henrique de Meneses” in *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do nascimento de D. João III*, edição de Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, Lisboa, CHAM, 2004, pp. 307-318.

⁴²⁵ Cf. Genealogia 7: Ascendência de D. Diogo de Castro (Séculos XV-XVI). Este D. Diogo de Castro não deve confundido com um seu primo, de igual nome, que viria a ser nomeado mordomo-mor do príncipe D. João, herdeiro de D. João III e D. Catarina.

⁴²⁶ Cf. ANTT, *CDJIII*, livro 48, fl. 27, Lisboa, 11.VIII.1528. Fora comprada pelo fidalgo a D. João de Sande.

⁴²⁷ Cf. ANTT, *CDJIII*, livro 48, fl. 27, Lisboa, 11.VIII.1528. Confirmada pela Coroa na sucessão a seu pai.

⁴²⁸ Cf. ANTT, *CDJIII*, livro 42, fl. 40v., Lisboa, 2.III.1530. Seu pai fora capitão de Évora durante o reinado de D. João II e o próprio D. Diogo já ocupara a alcaidaria durante o reinado de D. Manuel como é referido no documento.

⁴²⁹ Cf. ANTT, *CDJIII*, livro 7, fl. 122, Évora, 4.VII.1534. Trata-se de uma confirmação.

⁴³⁰ Cf. ANTT, *CDJIII*, livro 7, fl. 64, Lisboa, 13.VIII.1534. Foi uma mercê nova de D. João III.

⁴³¹ Cf. ANTT, *CDJIII*, livro 24, fl. 42, Évora, 20.II.1537, sendo nova mercê do rei em atenção ao falecimento de seu pai e seus serviços.

⁴³² Cf. ANTT, *CDJIII*, livro 40, fl. 129v., Lisboa, 23.VI.1538. O documento refere que o Sabugal pertencia ao infante D. Duarte e que fora este que lhe fizera tal mercê, sendo confirmada por D. João III.

⁴³³ Cf. notas 434 e 435.

⁴³⁴ Começara por receber uma tença de 100 mil reais em 1525 (Cf. ANTT, *CDJIII*, livro 8, fl. 70, Montemor-o-Novo, 23.IV.1525), a que acrescentou, em 1530, mais 60 mil reais (Cf. *Idem*, livro 42, fl. 40, Lisboa, 8.III.1530), 16 mil reais em 1537 (Cf. *Idem*, livro 24, fl. 39), outros 42 500 em 1537 que recebia por ter sido nomeado pelo infante D. Luís, em 1528, como alcaide-mor da Covilhã (Cf. *Idem*, livro 24, fl. 51, Évora, 13.II.1537), aos quais acrescentou, já depois do seu consórcio, outros 40 mil reais (Cf. *Idem*, livro 30, fl. 30v., Almeirim, 13.I.1545) e ainda um alvará de lembrança de comenda passado em data incerta (Cf. *Idem*, livro 71, fl. 31v. cuja referência não corresponde ao documento).

recebera antes de 1538, de ter levado as pontas da opa na cerimónia de aclamação de D. João III⁴³⁶, e de, em 1534, receber um total 450 mil reais anuais em tenças da Coroa⁴³⁷, D. Diogo de Castro foi ainda, já depois do seu casamento, alcaide-mor de Alegrete⁴³⁸.

Sobretudo através do seu exercício da capitania de Évora, na década de 1530, cidade onde se sabe que D. João III muito estanciou com a sua corte, D. Diogo usufruía ainda de acesso directo ao rei, ao mesmo tempo que mantinha relações com os infantes D. Duarte e D. Luís⁴³⁹. Havia sido ainda anteriormente conhecido de D. Afonso de Ataíde, desde pelo menos a mencionada cerimónia de menagem de 1523. Pelos seus bens e trajectória cortesã, D. Diogo era igualmente um óbvio candidato a um título condal o qual, por razões não apuradas, não veio a receber⁴⁴⁰.

Neste sentido, a renovação da aliança com a linhagem dos Castros era determinante para os intuitos de D. Afonso de Ataíde, enquanto sinalização que a Casa de Atouguia necessitava de prestar à restante elite nobiliárquica de que, apesar da perda do título condal, ainda detinha condições de realizar matrimónios em Casas com estatuto e ambições semelhantes. O casamento com D. Diogo de Castro deverá ter-se concretizado por estar afastada a possibilidade de casamento com o ramo dos Castros da Casa de Monsanto, os quais se consorciaram no âmbito da rede clientelar de D. António de Ataíde⁴⁴¹. Esta realidade explica a disposição afonsina para colher do rei autorização de

⁴³⁵ Começou por receber carta para poder colocar ouvidor nas suas terras (Cf. ANTT, *CDJIII*, livro 48, fl. 44v., Lisboa, 18.VI.1529) seguida da confirmação da doação das saboarias de Évora (Cf. *Idem*, livro 39, fl. 57, Lisboa, 24.III.1530), da carta de conselheiro do rei (Cf. *Idem*, livro 18, fl. 136, Alvito, 6.II.1532), da confirmação da carta de privilégio de fidalgo (Cf. *Idem*, livro 10, fl. 128, Évora, 17.I.1533), do privilégio de poder colocar meirinho em Santa Cruz de Riba Tâmega, cuja carta de doação não foi encontrada (Cf. *Idem*, livro 50, fl. 42v., Évora, 24.I.1536) e da carta para andar de mula (Cf. *Idem*, livro 50, fl. 64v., Évora, 6.III.1538).

⁴³⁶ Cf. BUESCU, Ana Isabel, *Op. Cit.*, p. 109.

⁴³⁷ Cf. BA, cód. 49-XII-14, fl. 51.

⁴³⁸ Do qual tinha desde data incerta alvará de sucessão. Cf. ANTT, *CDJIII*, livro 40, fl. 46v., Lisboa, 22.II.1540.

⁴³⁹ Cf. notas 432 e 434.

⁴⁴⁰ Um padrão de tença de 100 mil reais, passado a D. Filipa de Ataíde, refere o seu recente falecimento em 1546-47 (Cf. ANTT, *CDJIII*, livro 15, fl. 66v., Almeirim, 3.I.1547). Nessa altura, e dada a falta de descendência do casamento, os bens de D. Diogo de Castro reverteram para a Coroa (Cf. GAYO, Felgueiras, *Op. Cit.*, vol. IV, p. 66). Contra a titulação de D. Diogo parece ter estado o facto da Casa de Monsanto, à época representada por D. Luís de Castro, se encontrar a disputar a restauração do seu título condal. Isto é, a situação de D. Diogo, no âmbito da linhagem dos Castros, afigura-se semelhante à de D. Afonso de Ataíde com D. António de Ataíde. A titulação para este ramo dos Castros veio a recair a favor do filho do primo homónimo de D. Diogo de Castro, D. Fernando de Castro, titulado por D. Filipe I como 1º conde de Basto. Já os bens da Casa de D. Diogo parecem ter sido doados a D. Duarte de Castelo Branco, embaixador em Castela durante o reinado de D. Sebastião e figura-chave durante o período da crise sucessória, que viria a ser titulado por D. Filipe I, precisamente como 1º conde de Sabugal.

⁴⁴¹ Sobretudo tendo em conta o casamento do herdeiro da Casa, D. António de Castro, senhor de Monsanto e Cascais e alcaide-mor de Lisboa, com D. Inês Pimentel, filha de Martim Afonso de Sousa, o qual parece ter sido preparado por D. António de Ataíde (Cf. PELÚCIA, Alexandra, *Op. Cit.*, p. 281).

venda de parte significativa de bens da Casa. Em causa estavam os casais de Chança e Carvalhal, no termo de Penela, bem como a quinta da Vasqueira, no termo de Santarém, os quais faziam parte do morgado da Casa de Atouguia, de forma a financiar o elevado dote da filha D. Filipa de Ataíde num valor até 850 mil reais⁴⁴². Tendo ficado estabelecido no contrato de casamento que D. Diogo pagaria de arras 9166 coroas e que o dote a pagar por D. Afonso ascenderia a 27 500 dobras⁴⁴³, sabe-se ainda que, para a concretização do consórcio, D. Afonso de Ataíde disponibilizou uma verba final de 1330 mil reais⁴⁴⁴. Abdicou de parte da tença, no valor de 70 mil reais, que recebera a título do seu casamento com D. Maria de Magalhães, para financiar o sustento de D. Filipa caso D. Diogo falecesse prematuramente sem descendência⁴⁴⁵. Obrigou ainda D. Martim e D. Luís a jurarem não pedir aquele valor caso algum deles viesse a herdar a Casa, razão pela qual ambos foram obrigados a jurar o contrato⁴⁴⁶. O precoce falecimento de D. Diogo de Castro, em 1547, gorou, em parte, a estratégia original de D. Afonso uma vez que a maior parte dos seus bens reverteram para a Coroa⁴⁴⁷, sendo ínfima a fatia do seu património que D. Filipa conservou⁴⁴⁸.

Também os casamentos de D. Brites de Ataíde com Cristóvão de Brito e de D. Helena de Ataíde com Tristão da Cunha⁴⁴⁹ devem ter ocorrido ainda em vida de D. Afonso de Ataíde. Cristóvão de Brito Nogueira, filho de João de Brito Nogueira e de D. Brites de Lima, era oriundo da rica família dos Britos Nogueira⁴⁵⁰, detentora dos morgados de Santo Estêvão de Beja e de São Lourenço⁴⁵¹. Fruto dessa riqueza, que a chancelaria

⁴⁴² Cf. ANTT, *CDJIII*, livro 40, fl. 2, Lisboa, 3.XII.1539. A estes bens avaliados entre 450 e 600 mil reais foram adicionadas diversas fazendas que D. Afonso possuía na sua vila de Cernache para perfazer os 850 mil reais, como é referido no documento.

⁴⁴³ Cf. ANTT, *CDJIII*, livro 32, fl. 42, Lisboa, 1.IX.1537. D. Diogo de Castro recebeu ainda de D. João III 18 mil reais para corregimento de desposórios – ANTT, *CC* II.217-8, Lisboa, 11.III.1538.

⁴⁴⁴ Cf. ANTT, *CDJIII*, livro 49, fl. 145, Lisboa, 19.III.1538.

⁴⁴⁵ Cf. *Ibidem*.

⁴⁴⁶ Cf. ANTT, *CDJIII*, livro 49, fl. 145, Lisboa, 19.III.1538.

⁴⁴⁷ Cf. nota 440.

⁴⁴⁸ Até ao final do reinado joanino, além dos referidos 70 mil reais de tença, D. Filipa auferiu, desde 1538, de outros 50 mil reais (Cf. ANTT, *CDJIII*, livro 49, fl. 196, Lisboa, 20.VIII.1538), de outros 100 mil reais que recebeu por falecimento do marido (Cf. ANTT, *CDJIII*, livro 15, fl. 66v., Almeirim, 3.I.1547) e ainda de mais 16 mil reais doados por D. Isabel de Castro, mãe de D. Diogo, desde 1555 (Cf. ANTT, *CDJIII*, livro 5, fl. 42, Lisboa, 27.III.1555).

⁴⁴⁹ Cf. Genealogia 4: Ascendência e descendência de D. Luís de Ataíde, 3º conde de Atouguia (Século XVI).

⁴⁵⁰ Sobre esta família vejam-se os trabalhos de FARELO, Mário, “Ao serviço da Coroa no século XIV: o percurso de uma família de Lisboa, os “Nogueiras” in *Lisboa Medieval. Os Rostos da cidade*, coordenação de Luís Krus, Luís Filipe Oliveira e João Luís Fontes, Lisboa, Livros Horizonte/IEM, 2007, pp. 145-168; FARELO, Mário, “Os morgadios dos Nogueiras: entre a estratégia de poder e a lógica documental” in *Arquivos de Família, Séculos XIII-XX: que presente, que futuro?*, organização de Maria de Lurdes Rosa, Lisboa, CHAM/IEM, 2012, pp. 185-204.

⁴⁵¹ ROSA, Maria de Lurdes, *Op. Cit.*, p. 201.

atesta através da compra de padrões ao monarca⁴⁵², de dívidas do rei⁴⁵³ e de um valor estimado de 584 208 reais de tença anual, em 1534⁴⁵⁴, Cristóvão de Brito veio a consorciar-se em segundas núpcias com D. Brites de Ataíde⁴⁵⁵. Apesar de Cristóvão de Brito descender do ramo segundo dos Britos, afastado, assim, do ramo principal que, no reinado de D. Sebastião, alcançaria a titulação pelo matrimónio do seu representante com a herdeira da Casa dos viscondes de Vila Nova de Cerveira⁴⁵⁶, este enlace interessava igualmente a D. Afonso de Ataíde. Tratava-se de casar a filha com um dos nobres mais ricos e disponíveis no mercado matrimonial da época, também ele proveniente de uma linhagem em busca de titulação. Desconhece-se, contudo, o contrato de casamento de D. Brites de Ataíde.

Já o enlace de D. Helena de Ataíde com Tristão da Cunha traduzia a tentativa de recuperar uma ligação da Casa a esta linhagem no século XV. Relembre-se que, nessa altura, como referido, uma outra D. Helena de Ataíde, filha do 1º conde de Atouguia, casara com D. Pedro Vaz da Cunha, senhor de Angeja⁴⁵⁷. Além disso, o matrimónio com Tristão da Cunha, visava aproximar a Casa de figuras que tinham ocupado cargos importantes durante o reinado de D. João III. Neste caso, Tristão da Cunha era filho de Simão da Cunha e sobrinho de Nuno da Cunha⁴⁵⁸, o governador da Índia com mais anos de mandato durante o reinado de D. João III e em todo o século XVI. O casamento deverá datar de finais da década de 1530, pela lógica descrita anteriormente, apesar de não se conhecerem dados mais precisos sobre Tristão da Cunha⁴⁵⁹.

⁴⁵² Como o de 10 mil reais de juro na alfândega de Lisboa comprado em 1540 (Cf. ANTT, *CDJIII*, livro 40, fl. 254, Lisboa, 1.XII.1540) ou o de 100 mil reais em 1545 (Cf. *Idem*, livro 21, fl. 100, Lisboa, 16.VI.1545) e novo de 10 mil reais na alfândega de Lisboa em 1549 (Cf. *Idem*, livro 67, fl. 202v.). A maioria deles veio a reverter, após o falecimento de Cristóvão de Brito, em 1563, a favor do seu sobrinho João de Brito, “O Doido” e alguns para D. Brites de Ataíde.

⁴⁵³ Em 1534, D. João III estabeleceu 10 208 reais de tença a Cristóvão de Brito como forma de pagamento de anteriores dívidas – ANTT, *CC II*-193-112, Évora, 23.XI.1534.

⁴⁵⁴ Cf. BA, cód. 49-XII-14, fl. 57.

⁴⁵⁵ Casara antes com D. Isabel Moniz. Cf. Genealogia 10: Parentesco com os Britos (Séculos XV-XVI).

⁴⁵⁶ Cf. *Ibidem*.

⁴⁵⁷ Cf. Genealogia 2: Descendência de D. Álvaro de Ataíde, 1º conde de Atouguia (Século XV).

⁴⁵⁸ Cf. Genealogia 13: Parentesco com os Cunhas (Século XVI). Sobre a figura de Nuno da Cunha vejam-se os trabalhos de: CARVALHO, Andreia Martins de, «The King’s Agent in the East: the Choice of Nuno da Cunha, Governor of Portuguese India», in *Indo-Portuguese History: Global Trends.Proceedings of XI International Seminar on Indo-Portuguese History – 2003. Silver Jubilee Session*, ed. por Fátima Gracias, Charles Borges e Celsa Pinto, Goa, 2005, pp.117-127 e CARVALHO, Andreia Martins de, *Nuno da Cunha e os capitães da Índia (1528-1539)*, dissertação de mestrado policopiada, Lisboa, FCSH-UNL, 2006.

⁴⁵⁹ Sobre Tristão da Cunha, afastando os problemas da homonímia, apenas se sabe que recebeu ordem do rei para passar a África em 1544 (Cf. Carta de D. João III a Tristão da Cunha, Almeirim, 21.III.1544 – ANTT, *CC II*-239-19) e que, com a sua esposa, fez emprazamento de uma quinta em Azeitão, já em 1556 (Cf. ANTT, *Casa de Povolide*, Maço 41, doc. 4).

Foi assim que, reconhecendo novamente a sua incapacidade para recuperar o título condal D. Afonso de Ataíde gizou a mencionada estratégia matrimonial para os seus descendentes e se dispôs a colocar D. Martim e D. Luís de Ataíde no serviço directo ao monarca. Esse serviço seria realizado já não na corte, onde o seu acesso seria mais difícil, mas através de uma carreira no Império. Se bem que destas escolhas nobiliárquicas derivassem resultados distintos, como relembra Mafalda Soares da Cunha⁴⁶⁰, o serviço em Marrocos e na Índia assegurava a manutenção do estatuto social⁴⁶¹. Concentrando-se nesta última perspectiva e percebendo então as mais promissoras oportunidades para a sua Casa na construção de uma carreira na Expansão, D. Afonso decidira colocar o seu primogénito e secundogénito ao serviço no Império.

II. 2. Ao serviço do monarca em paragens distantes (1538-1547):

II. 2. 1. A primeira experiência guerreira: o Índico

Em Março de 1538, pouco antes da armada do vice-rei da Índia D. Garcia de Noronha zarpar, D. Luís de Ataíde assistia como testemunha ao casamento da irmã D. Filipa de Ataíde, sendo referido que já então se encontrava de partida para a Índia⁴⁶². Naquela que foi uma nomeação a todos os títulos excepcional pelo título e contexto⁴⁶³, D. João III decidira, sob forte pressão da rainha D. Catarina e de D. António de Ataíde e tendo como pano de fundo a ameaça otomana à Ásia Portuguesa, não enviar o infante D. Luís com 40 navios e 8000 homens, decidindo ao invés indigitar D. Garcia de Noronha⁴⁶⁴. A escolha de D. Garcia justificava-se por ser velho e experiente da guerra no palco asiático, tendo o monarca decidido atribuir-lhe o título de vice-rei por considerar que tal seria susceptível de impressionar os Otomanos de forma a causar a sua retirada⁴⁶⁵. Apesar da nomeação de D. Garcia se ter revelado nociva para o Estado da Índia, comparável à de Lopo Soares de Albergaria, em 1515⁴⁶⁶, a verdade é que a

⁴⁶⁰ Cf. CUNHA, Mafalda Soares da, “Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII)” in *Modos de Governar. Ideias e práticas políticas no Império Português séculos XVI a XIX*, organização de Maria Fernanda Bicalho e Vera Lúcia Amaral Ferlini, São Paulo, Alameda Casa Editorial, 2005, pp. 37-38.

⁴⁶¹ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, “A nobreza e a fundação do Estado Português da Índia” in *Vasco da Gama, homens, viagens e culturas*, edição de Joaquim Romero de Magalhães e Jorge Flores, vol. II, Lisboa, CNCDP, 2001, p. 68; COSTA, João Paulo Oliveira e, “Particularidades...”, p. 26.

⁴⁶² Cf. ANTT, *CDJIII*, livro 49, fl. 145, Lisboa, 19.III.1538.

⁴⁶³ Sobre o tema: PELÚCIA, Alexandra, “From Dom Garcia de Noronha to Dom João de Castro: appointment mechanisms for the government of the Estado da Índia” in *Global Trends Proceedings of XI – International Seminar on Indo-Portuguese History*, Goa, 2003, pp. 129-143.

⁴⁶⁴ Cf. *Da Ásia*, V, iii, 7.

⁴⁶⁵ Cf. PELÚCIA, Alexandra, “From Dom Garcia...”, pp. 129-143.

⁴⁶⁶ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, RODRIGUES, Vítor, *Op. Cit.*, p. 197.

aposta régia com o envio de 12 naus e 4000 homens ao comando do vice-rei foi de molde a atemorizar os Otomanos e a fazê-los levantar o cerco em Diu.

No ambiente que então se vivia no Reino, perante as constantes emergências militares causadas pelos sobressaltos da guerra norte-africana, o *Piedoso* recorrera a meios extraordinários para arregimentar os homens para a armada de 1538. Para D. Luís de Ataíde que “con maduro consejo quiso endurecer la terneza de edad con las armas, y dar alcance à la experiencia por los passos del peligro”⁴⁶⁷, a ocasião para iniciar a sua carreira oriental não podia ser melhor. Aconselhado por seu pai ou por outrém, a verdade é que pôde gozar do pagamento de uma tença, garantida pelo rei a todos os que partiam na armada⁴⁶⁸, e ainda partir para a Ásia sob o comando de um vice-rei que era seu parente afastado. Na realidade, D. Garcia de Noronha era primo de D. Afonso de Ataíde e, por arrastamento, do próprio D. Luís de Ataíde⁴⁶⁹.

Além desta ligação familiar ao vice-rei, D. Luís partia ao lado de outras figuras que seu pai já conhecera na corte e que viriam a constituir-se como importantes ligações do fidalgo nos anos seguintes. Referimo-nos ao seu primo D. João de Castro⁴⁷⁰ e a Rui Lourenço de Távora⁴⁷¹, dois fidalgos mais velhos com quem Ataíde viria a partilhar experiências bélicas a Oriente. Também neste aspecto, a sua partida em 1538, pouco tempo antes de seu irmão D. Martim demandar para África⁴⁷², não parece inocente. Tratando-se da primeira viagem ao Oriente que D. Luís de Ataíde realizaria, seguia como que protegido do vice-rei e apoiado naqueles dois importantes fidalgos num fenómeno algo semelhante ao dos nobres que partiam para a Índia acostados a fidalgos⁴⁷³. Devido ao seu estatuto, fora para a Índia na nau capitânia, levando consigo como homem de armas, Luís Horta de 22 anos, residente na Atouguia⁴⁷⁴.

A ida de Ataíde, no contexto da ameaça otomana, reforçava então a ligação da Casa de Atouguia no combate ao infiel⁴⁷⁵, a qual fora já evidente no século XV através da

⁴⁶⁷ Cf. MACEDO, Joseph Pereira de, *Op. Cit.*, livro I, p. 2.

⁴⁶⁸ Cf. *Da Ásia*, V, iii, 7.

⁴⁶⁹ Cf. Genealogia 5: Parentescos colaterais de D. Luís de Ataíde, 3º conde de Atouguia (Séculos XV-XVI).

⁴⁷⁰ Cf. Genealogia 6: Parentesco com os Castros (Século XVI).

⁴⁷¹ Rui Lourenço de Távora foi mais tarde próximo de D. Luís de Ataíde na qualidade de tio da sua primeira esposa D. Joana de Vilhena. Cf. Genealogia 9: Parentesco com os Távoras (Séculos XV-XVI).

⁴⁷² Desconhece-se a data exacta da partida de D. Martim mas julga-se que terá ocorrido em 1539 ou 1540.

⁴⁷³ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, “A nobreza e a fundação...”, p. 53.

⁴⁷⁴ RÊGO, Rogério de Figueiroa, *Soldados da Índia (Séculos XVI). Notícias genealógicas e biográficas*, Torres Vedras, Por Mares Nunca Dantes Navegados, 1956, p. 63.

⁴⁷⁵ Cf. GALVÃO-TELLES, João Bernardo, SEIXAS, Miguel Metelo de, “Em redor...”, p. 94.

morte em combate de Vasco Fernandes de Ataíde, em 1415. Ao chegar à Índia⁴⁷⁶, D. Luís foi incumbido pelo vice-rei D. Garcia de Noronha (1538-1540) de, na companhia de D. Martinho de Sousa, ir com o capitão António da Silva atacar a armada otomana que bloqueava a entrada em Diu⁴⁷⁷. O vice-rei nomeara Ataíde como capitão de um dos navios após obter informações, através de D. Duarte de Lima, enviado por António da Silveira, capitão da praça, detalhando a situação ali vivida⁴⁷⁸.

Tendo o vice-rei Noronha dado ordens ao capitão António da Silva para preparar a entrada de D. Luís e de D. Martinho de Sousa na fortaleza, para a qual deviam levar abastecimentos, tal só deveria suceder após o malabar Francisco Sequeira preparar a respectiva entrada⁴⁷⁹. No entanto, não estando esta ainda devidamente preparada e sem autorização de António da Silva, Ataíde e D. Martinho de Sousa optaram por arriscar a entrada na fortaleza, durante a noite, furando o bloqueio naval otomano⁴⁸⁰. O seu sucesso permitiu a D. Luís afirmar desde então que fora responsável pela última chegada de reforços antes da retirada otomana que decorreu na manhã seguinte. Esta ficou a dever-se ao receio de que a armada de António da Silva fosse a do vice-rei⁴⁸¹.

Presume-se que D. Luís terá seguido na deslocação do vice-rei D. Garcia a Diu e Baçaim, já depois de findo o cerco a Diu, durante o ano de 1539 e na qual o vice-rei se fez acompanhar por D. João de Castro e Rui Lourenço de Távora, este último provido na capitania de Baçaim⁴⁸², após ter comandado uma das naus da armada da Índia de 1538⁴⁸³. Ainda nesse ano, D. Luís de Ataíde deverá ter acompanhado o vice-rei, já em Goa, na recepção ao embaixador do Samorim⁴⁸⁴ pois fora antes com D. Álvaro de Noronha, filho do vice-rei, a Onor⁴⁸⁵, cidade que viria a conquistar em 1569. Em Outubro de 1539, fora nomeado pelo vice-rei para ir invernar a Baçaim e atacar no

⁴⁷⁶ Cf. Mapa 3 para a localização geográfica de todas as praças referidas nesta secção.

⁴⁷⁷ Cf. MACEDO, Joseph Pereira de, *Op. Cit.*, livro I, p. 3; ANDRADE, Francisco de, *Op. Cit.*, parte III, cap. LXVI.

⁴⁷⁸ Cf. *Da Ásia*, V, iv, 12-13.

⁴⁷⁹ Cf. *Da Ásia*, V, iv, 12.

⁴⁸⁰ Cf. MACEDO, Joseph Pereira de, *Op. Cit.*, livro I, p. 3; ANDRADE, Francisco de, *Op. Cit.*, parte III, cap. LXVI; *Da Ásia*, V, v, 4; CORREIA, Gaspar, *Lendas da Índia*, vol. IV, edição de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão, 1975, Lenda de D. Garcia de Noronha, cap. XXII; COUTINHO, Lopo de Sousa, *O Primeiro Cerco de Diu*, comentário de Luís de Albuquerque, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, livro II, cap. último.

⁴⁸¹ Cf. *Da Ásia*, V, v, 4.

⁴⁸² Cf. *Da Ásia*, V, v, 6.

⁴⁸³ Cf. CORREIA, Gaspar, *Op. Cit.*, vol. IV, Lenda de D. Garcia de Noronha, cap. I.

⁴⁸⁴ Cf. *Da Ásia*, V, v, 6.

⁴⁸⁵ Cf. CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, vol. II, edição de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão, 1979, livro IX, cap. III.

Verão de 1540 os navios que partiam da Índia com destino ao Mar Vermelho⁴⁸⁶. Para o efeito, o fidalgo comprou uma fusta “em que leuaua cimcoenta homes seus criados & amigos a que daua mesa a sua custa & deu enquanto esteue em Baçaim”⁴⁸⁷.

A sua nomeação decorrera no contexto das negociações de paz ainda não concluídas com o sultanato guzerate, tendo o vice-rei enviado o capitão D. Pedro de Castelo Branco para socorrer Rui Lourenço de Távora em caso de guerra⁴⁸⁸. Ataíde optara antes disso por invernar em Baçaim porque “vinha em socorro de Ruy Lourenço asi por seruir El Rey como por ser seu amigo”⁴⁸⁹. O falecimento do vice-rei, em Abril de 1540, em Goa, e a sucessão para o governador D. Estêvão da Gama, decorreu enquanto o fidalgo se envolvia nas guerras de Baçaim. Até então D. Luís não merecera menção conhecida nas cartas escritas da Índia por diferentes personagens que narravam a viagem de 1538, o primeiro cerco de Diu e outros acontecimentos da época⁴⁹⁰, nem fora recomendado pelo vice-rei D. Garcia⁴⁹¹, situação que se alteraria com a mudança de governo.

Na realidade, foi durante o governo de D. Estêvão da Gama (1540-1542) que Ataíde vivenciou as suas experiências militares mais relevantes. Não tendo participado nos alvoroços que em Goa marcaram a sucessão do governador⁴⁹², começou por ver por este confirmada a sua nomeação para capitanear as naus que procuravam anualmente impedir a saída de navios da Índia com destino ao Mar Vermelho⁴⁹³. A confirmação de tal indigitação deverá ter ocorrido no momento em que D. Luís ajudava Rui Lourenço de Távora a conter a invasão de 5000 infantes e 300 cavaleiros que o senhor de

⁴⁸⁶ Cf. *Da Ásia*, V, vi, 8; *DUP*, vol. I, p. 536.

⁴⁸⁷ Cf. CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *Op. Cit.*, vol. II, livro IX, cap. XVI, p. 923.

⁴⁸⁸ Cf. *Ibidem*, cap. XVIII.

⁴⁸⁹ Cf. *Ibidem*, cap. XVI, p. 923.

⁴⁹⁰ Cf. Carta de Luís Falcão a D. João III, Moçambique, 8.VIII.1538 – ANTT, CC I-62-70; Carta de Gaspar Veloso Araújo a D. João III, Diu, 18.X.1538 – ANTT, CC I-63-18; Carta de Diogo Nogueira ao infante D. Luís, s.l., 18.X.1538 – ANTT, CC I-63-19; Carta de João de Sousa a D. João III, Goa, 20.XI.1538 – ANTT, CC I-63-48; Carta do escrivão da matrícula da Índia a D. João III, Goa, 12.XII.1538 – ANTT, CC I-63-68; Carta de Fernando de Lima a D. João III, Baçaim, 8.X.1539 – ANTT, CC I-65-102; Carta de António Moniz Barreto a D. João III, Goa, 17.XI.1539 – ANTT, CC I-66-35; Carta de Miguel Ferreira a D. João III, s.l., 26.XI.1539 – ANTT, CC I-66-41; Carta de D. João de Eça ao infante D. Luís, Goa, 6.XII.1539 – ANTT, CC I-66-45; Carta de D. Francisco Dinis a D. João III, s.l., 6.XII. 1539 – ANTT, CC I-66-55; Carta de Rui Lourenço de Távora a D. João III, s.l., 24.I.1540 – ANTT, CC I-66-67; Carta de Vasco da Cunha a D. João III, Cochim, 24.I.1540 – ANTT, CC I-66-100.

⁴⁹¹ Que se saiba, D. Garcia de Noronha apenas recomendou ao rei D. Fernando de Eça (Cf. Carta de D. Garcia de Noronha, Goa, 22.X.1538 – ANTT, CC I-63-48) e, mesmo na curta carta que escreveu ao rei na qual se queixava de ser incapaz de governar a Índia pelos seus múltiplos problemas (Cf. Carta de D. Garcia de Noronha a D. João III, Goa, 29.X.1539 – ANTT, CC I-66-12), não surge qualquer menção a D. Luís de Ataíde.

⁴⁹² Como se depreende pela sua ausência da Carta de Sebastião Garcês a D. João III, Goa, 3.XI.1540 – ANTT, CC I-68-70.

⁴⁹³ Cf. MACEDO, Joseph Pereira de, *Op. Cit.*, livro I, p. 4.

Damão⁴⁹⁴, sem apoio do sultão guzerate, liderava às terras de Baçaim. Tendo sido na ocasião nomeado como um dos quatros capitães dos esquadrões em que a força portuguesa de resposta ao ataque daquele senhor se dividia, as fontes divergem quanto ao seu papel na vitória então obtida⁴⁹⁵.

As mesmas fontes convergem, contudo, na apreciação de que, já depois do fim da ameaça militar do senhor de Damão e mandatado por Rui Lourenço de Távora para comandar uma pequena esquadra de ataque a Agaçaim, onde se preparava uma nau inimiga para partir para o Mar Vermelho com vários produtos, Ataíde teve uma acção determinante no desfecho bem-sucedido⁴⁹⁶. D. Luís auxiliou Rui Lourenço a incendiar a cidade, a matar inimigos e a transportar a nau de volta para Baçaim. Ainda antes de partir para dar caça aos navios que rumavam ao Mar Vermelho, teve tempo, segundo as fontes, para se divertir em Baçaim⁴⁹⁷, sendo possível que date de então a origem de um dos dois bastardos que teve⁴⁹⁸. Quando chegou o Verão e Ataíde partiu para dar caça aos navios, não foi afortunado mas foi de imediato convocado por D. Estêvão da Gama para regressar a Goa⁴⁹⁹, logo após a assinatura de pazes com o sultanato guzerate⁵⁰⁰.

Em causa estava a preparação do que veio a ser a jornada do Suez de 1541. Considerada um fracasso⁵⁰¹ e um dos motivos que contribuiu para obscurecer o seu governo⁵⁰², a jornada do Suez e as motivações de D. Estêvão da Gama para a realizar, necessitam, em nossa opinião, de ser revisitadas na sua contextualização e importância histórica. Na base da ideia de Gama para a organizar estava o receio de novo ataque otomano à Índia que, ainda em 1540, voltara a circular em forma de rumor⁵⁰³. De tal forma assim tinha sido que o próprio D. Estêvão propusera ao vice-rei D. Garcia, em finais de 1539, comandar uma armada ao Mar Vermelho com o intuito de atacar o

⁴⁹⁴ Apelidado nas fontes portuguesas de Bramaluco. Cf. *Ibidem*, pp. 4-5; *Da Ásia*, V, vii, 3.

⁴⁹⁵ Macedo considera que tivera um papel relevante (Cf. *Ibidem*) enquanto Couto não anota especial relevância na acção do fidalgo (Cf. *Ibidem*).

⁴⁹⁶ Cf. MACEDO, Joseph Pereira de, *Op. Cit.*, livro I, pp. 5-6; *Da Ásia*, V, vii, 3.

⁴⁹⁷ Cf. MACEDO, Joseph Pereira de, *Op. Cit.*, p. 6.

⁴⁹⁸ Cf. Genealogia 4: Ascendência e descendência de D. Luís de Ataíde, 3º conde de Atouguia (Século XVI). Neste caso, julga-se possível que tenha sido D. Martim Gonçalves de Ataíde dado que a única referência conhecida a D. Manuel de Ataíde data já do período filipino.

⁴⁹⁹ Pois os inimigos detectaram a sua presença antes de ele chegar. Cf. MACEDO, Joseph Pereira de, *Op. Cit.*, livro I, p. 6.

⁵⁰⁰ Cf. *Da Ásia*, V, vii, 4.

⁵⁰¹ Cf. SANCEAU, Elaine, “Uma narrativa portuguesa da Expedição Portuguesa de 1541 ao Mar Roxo” in *Stvdia*, nº 9, Janeiro de 1962, p. 199.

⁵⁰² Cf. CASTRO, D. João de, *Roteiro do Mar Roxo*, introdução de Luís de Albuquerque, Lisboa, Edições Inapa, 1991, p. 5.

⁵⁰³ Cf. CORREIA, Gaspar, *Op. Cit.*, vol. IV, Lenda de D. Estêvão da Gama, cap. VI corroborada pela Carta de Rui Lourenço de Távora a D. João III, s.l., 3.I.1540 – ANTT, CC I-66-67, fl. 1v.

poderio otomano na sua sede e assim o inibir de quaisquer incursões futuras no Índico⁵⁰⁴. Quando na armada enviada à Índia em 1540, D. João III enviou ordem para ser organizada uma expedição ao Suez⁵⁰⁵, na sequência de idêntico mandato que já dera ao vice-rei Noronha⁵⁰⁶, e ainda quando, no ano seguinte, ordenou o socorro à Etiópia⁵⁰⁷, D. Estêvão considerou imperioso realizá-la.

Para a concretizar o governador convocou a principal fidalguia e debateu o assunto em conselho de capitães. Dada a jovem idade de Ataíde, este não teve ocasião de ser ouvido no conselho de capitães⁵⁰⁸ mas deverá ter presenciado o discurso oficial de Gama à fidalguia em Goa⁵⁰⁹. Ainda antes de partir na expedição deverá ter assistido ao pedido de Rui Lourenço de Távora para regressar ao Reino⁵¹⁰. Távora procurava então alcançar para si próprio a nomeação de governador da Índia na sucessão a D. Estêvão, desconhecendo a nomeação joanina a favor de Martim Afonso de Sousa, e aproveitando o facto da sua irmã D. Ana de Távora ser casada com D. António de Ataíde⁵¹¹.

O facto de D. Luís não ter partido em companhia do seu anterior capitão que, como já referido, conhecia o seu pai e foi um dos seus apoios na primeira fase da sua carreira na Ásia Portuguesa, quando conjugado com o significado pessoal que a experiência do Suez veio a ter para Ataíde, indicam que o fidalgo terá apoiado entusiasticamente a ideia do governador. No âmbito dos preparativos, em que o governador procurava arregimentar para a jornada os melhores fidalgos que tinham passado ao Oriente na armada de 1538⁵¹², D. Luís foi um dos escolhidos. D. Estêvão atribuiu a Ataíde o comando de um dos navios de remo que foi na expedição⁵¹³. No caminho para o Mar Vermelho, quando D. Cristóvão da Gama, posteriormente nomeado para liderar a expedição de socorro à Etiópia, se perdeu da armada principal, o governador nomeou D. Luís, Miguel Carvalho e António Pereira para trazerem o seu irmão à sua presença⁵¹⁴.

⁵⁰⁴ Cf. Carta de Vasco da Cunha a D. João III, Cochim, 24.I.1540 – ANTT, CC I-66-100, fl. 1v.

⁵⁰⁵ Cf. *Da Ásia*, V, vii, 4.

⁵⁰⁶ Cf. *Da Ásia*, V, vii, 1.

⁵⁰⁷ Cf. CORREIA, Gaspar, *Op. Cit.*, vol. IV, Lenda de D. Estêvão da Gama, cap. VIII.

⁵⁰⁸ Comprovado pelo facto de D. Luís não surgir na lista de fidalgos a quem D. Estêvão da Gama pediu conselho. Cf. CASTANHOSO, Miguel de, *Dos Feitos de D. Cristóvão da Gama em Etiópia*, Lisboa, Sociedade de Geografia, 1875, p. XXI.

⁵⁰⁹ Cf. *Da Ásia*, V, vii, 4.

⁵¹⁰ Cf. *Ibidem*.

⁵¹¹ Cf. *Ibidem*; Genealogia 9: Parentesco com os Távoras (Séculos XV-XVI).

⁵¹² Cf. CORREIA, Gaspar, *Op. Cit.*, vol. IV, Lenda de D. Estêvão da Gama, cap. XVII.

⁵¹³ Cf. ANDRADE, Francisco de, *Op. Cit.*, parte III, cap. LXXXVI; *Da Ásia*, V, vii, 6.

⁵¹⁴ Cf. CORREIA, Gaspar, *Op. Cit.*, vol. IV, Lenda de D. Estêvão da Gama, cap. XX. Não é conhecida qualquer menção a Ataíde nas cartas conhecidas de D. Cristóvão da Gama.

Apesar de não se conhecerem mais referências concretas à participação do fidalgo nos diferentes momentos da expedição, tudo aponta para que tenha estado em todas as fases. A sua presença na fase crucial em que o governador, em Suaquém, teve de deixar para trás o grosso da armada e os cerca de 2000 homens com que partira de Goa⁵¹⁵ e ir apenas com alguns navios e homens ao Suez, perante grande contestação da fidalguia, encontra-se atestada⁵¹⁶. Na paragem em Toro, Ataíde foi um dos muitos fidalgos a ser armado cavaleiro pelo governador⁵¹⁷. Além de partilhar a sua presença na expedição com D. João de Castro, assistiu nessa ocasião à cerimónia em que D. Álvaro de Castro, filho do futuro governador da Índia, seu primo⁵¹⁸ e um dos mais importantes contactos que Ataíde estabeleceu desde então para o resto da sua vida, foi também ele armado cavaleiro por D. Estêvão da Gama⁵¹⁹. Já no próprio Suez, D. Luís assistiu ao fracasso no ataque à armada otomana, sabendo-se que ao regressar a Goa não se encontrou entre os críticos da acção do governador durante a expedição⁵²⁰.

Apesar da sua proximidade a D. João de Castro, Ataíde parece não ter concordado com a perspectiva deste relativamente à jornada, o que demonstra que não se deixava condicionar pela opinião de uma das pessoas que provavelmente fora mandatada por seu pai para o guiar na Ásia. Várias das críticas a D. Estêvão incidem em decisões do governador consideradas erradas, como seja a falta de sigilo sobre a presença lusa antes de partir da Índia e no próprio Mar Vermelho. No entanto, é importante relembrar que algumas fontes atribuem ao governador a intenção de não destruir a armada otomana, mas tão só de humilhar os Otomanos, demonstrando-lhes que os Portugueses também tinham capacidade para atacar as suas bases⁵²¹. Se na realidade tiver sido esta a lógica

⁵¹⁵ Cf. *Ibidem*, cap. XVII.

⁵¹⁶ Cf. ANDRADE, Francisco de, *Op. Cit.*, parte III, cap. LXXVIII. É bem possível que D. Luís tenha usado então o seu parentesco com D. João de Castro, que na época produzia o seu conhecido Roteiro do Mar Roxo, para garantir a sua presença naquela decisiva fase.

⁵¹⁷ Cf. MACEDO, Joseph Pereira de, *Op. Cit.*, livro I, p. 7; *Da Ásia*, V, vii, 8; *DUP*, vol. I, p. 548; SOUSA, Frei Luís de, *Op. Cit.*, vol. II, parte II, cap. XV. Gaspar Correia insiste, na descrição daquelas cerimónias, que o ambiente que então se viveu marcou muito a fidalguia que nele esteve presente (Cf. CORREIA, Gaspar, *Op. Cit.*, vol. IV, Lenda de D. Estêvão da Gama, cap. XXIX).

⁵¹⁸ Cf. Genealogia 6: Parentesco com os Castros (Séculos XV-XVI).

⁵¹⁹ Frei Luís de Sousa refere que da fidalguia que então recebeu aquela honra, D. Álvaro de Castro fora o que mais se destacara (Cf. SOUSA, Frei Luís de, *Op. Cit.*, vol. II, parte II, cap. XV).

⁵²⁰ Entre estes encontrava-se precisamente o seu tio D. João de Castro. Cf. Carta de D. João de Castro a D. João III, Goa, X.1541 – PUB. *Cartas de D. João de Castro*, doc. VI. Existiram outros críticos do governador como Martinho Correia (Cf. Carta de Martinho Correia a D. João III, Goa, 30.IX.1541 – ANTT, CC I-70-102), Martim Afonso de Melo (Cf. Carta de Martim Afonso de Melo a D. João III, Goa, 6.XI.1541 – ANTT, CC I-70-123) e Manuel Coutinho (Cf. Carta de Manuel Coutinho a D. João III, Goa, 20.XI.1541 – ANTT, CC I-71-17).

⁵²¹ É essa a tese de Gaspar Correia que chega a atribuir ao governador a previsão da cilada que o esperava no Suez e explica a sua retirada com este argumento. Também por isso, refere o cronista, o governador

de actuação de Gama, o que carece de apuramento no quadro de um estudo sobre o seu governo, então a expedição ao Suez e a sua interpretação enquanto um fracasso poderão merecer uma reavaliação.

Para o fidalgo, tal como refere Manuel Marques Duarte, a sua participação na expedição “foi a cousa de que D. Luiz de Taide mais se jactava que de todas em que se achou”⁵²². Com ela, Ataíde evidenciara a ligação com os seus antepassados não só quando apoiou o espírito de cruzada com que D. Estêvão da Gama partira para o Suez, como estabelecera ainda uma ligação pessoal muito forte com o governador. Não admira, assim, que mesmo não surgindo entre aqueles que claramente o apoiaram⁵²³, tenha merecido de D. Estêvão tratamento especial.

Na carta enviada para o rei, em 1540, relativa à fidalguia que então servia no Oriente, Gama já escrevera sobre Ataíde que “nom ha fusta nem catur em que lhe nom seja o primeiro que se embarque”. Por isso, o fidalgo era solicitado para ir a todo o lado, apesar de, na ocasião, estar agravado por não lhe terem dado fusta, preferindo entregá-la a outro fidalgo de menor condição social⁵²⁴. Já no rescaldo da jornada ao Suez, D. Estêvão referiu a D. João III que D. Luís de Ataíde participara na expedição com um catur no qual embarcara com “seus criados e lascarins” e onde seguiam “muitos fidalgos a que deu de comer e em Maçua asy o fez aos lascarins”. Por estes motivos considerava o governador que “pera o serviço de Vossa Alteza o acho sempre leve e bem assombrado” e, acrescentava, que lhe procurara fazer mercê de 80 mil pardaus em atenção aos elevados gastos que tivera na expedição. Todavia, a mercê não lhe chegara a ser atribuída devido às divergências de D. Estêvão com o vedor da fazenda⁵²⁵.

Posteriormente, em 1542, D. Luís veio a ser nomeado por D. Estêvão para ir à costa indiana do Canará⁵²⁶, região de importância nevrálgica durante o seu primeiro governo

pedira parecer escrito a todos na sequência da expedição, possivelmente para se precaver junto de D. João III. Cf. CORREIA, Gaspar, *Op. Cit.*, vol. IV, Lenda de D. Estêvão da Gama, cap. XXX.

⁵²² Cf. DUARTE, Manuel Marques, “A vida de D. Luís de Ataíde à luz da historiografia portuguesa” in PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, p. 31.

⁵²³ Em defesa de D. Estêvão da Gama junto do rei estiveram Manuel de Sousa (Cf. Carta de Manuel de Sousa a D. João III, Goa, 20.XI.1541 – ANTT, CC I-71-16), Miguel da Cunha (Cf. Carta de Miguel da Cunha a D. João III, Cochim, 28.XII.1541 – ANTT, CC I-71-42), Francisco Freire (Cf. Carta de Francisco Freire a D. João III, s.l., 28.XII.1541) e D. Cristóvão da Gama (Cf. Cartas de D. Cristóvão da Gama a D. João III, 1542 – PUB. *Dos Feitos de D. Cristóvão*, docs. III e IV).

⁵²⁴ Cf. Informação de D. Estêvão da Gama a D. João III, s.l., 11.II.1540 – ANTT, CC I-67-12, fl. 6.

⁵²⁵ Cf. Carta de D. Estêvão da Gama a D. João III, Goa, 25.X.1541 – PUB. *Gavetas*, vol. VIII, doc. 4441, p. 536.

⁵²⁶ Diogo do Couto refere que, antes de partir para o Suez, D. Luís de Ataíde fora já à costa do Canará, não referindo se por iniciativa própria ou por ordem do governador. Cf. *Da Ásia*, V, vii, 4.

como vice-rei, com oito navios para correr aquela costa. Ali, “ganando mano en la Arte Piratica à los corsarios”⁵²⁷, afundou diversos navios e regressou a Goa ainda antes da chegada do governador Martim Afonso de Sousa (1542-1545). Na armada do governador Sousa seguia a notícia da queda da fortaleza de Santa Cruz do Cabo Gué perante o cerco do Xerife do Sus. Tendo D. Martim Gonçalves de Ataíde regressado a África em data difícil de determinar devido à falta de dados⁵²⁸, sabe-se que se encontrava na praça nos primeiros meses de 1541 quando a situação portuguesa se tornou verdadeiramente dramática em virtude da subavaliação, por parte do capitão D. Guterre de Monroy (1533-34; 1539-1541), das reais intenções das forças inimigas e da falta de socorros atempados⁵²⁹.

Quando a 12 de Março de 1541, as forças do Xerife atacaram o castelo e o adail Simão Jorge, acompanhado de Manuel da Câmara e dos filhos do governador, D. Afonso e D. Fernando de Monroy, foram mortos, D. Martim Gonçalves de Ataíde procurou sustentar a investida moura enquanto os últimos portugueses retiravam para a vila⁵³⁰. Durante o processo matou, conjuntamente com Garcia de Melo, diversos mouros mas acabaria por falecer durante o combate. A afirmação do narrador da perda de Santa Cruz do Cabo Gué, que não hesita em comparar a sua defesa à do herói troiano Heitor⁵³¹, parece ser corroborada pelas palavras de Henrique Vieira, sobrevivente do cerco, o qual refere que D. Martim e Garcia de Melo “deyxarão memorya entre os mouros e crystãos que hos virão”⁵³². D. Luís Gonçalves de Ataíde, primo de D. Martim, recebera ainda cartas deste e de D. Guterre de Monroy solicitando à Madeira, em prática corrente para a linhagem dos Câmaras daquela ilha⁵³³, socorro premente para Santa Cruz de Cabo Gué. Apesar de todos os preparativos que diligenciara para socorrer o primo e a praça, D. Luís Gonçalves de Ataíde apenas conseguiu partir a 14 de Março de 1541⁵³⁴ pelo que à chegada encontrou já o seu primo morto e a cidade rendida às forças do Xerife.

⁵²⁷ Cf. MACEDO, Joseph Pereira de, *Op. Cit.*, livro I, p. 7.

⁵²⁸ Cf. nota 472.

⁵²⁹ Cf. FIGANIER, Joaquim, *História de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir) 1505-1541*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1955, pp. 192-195.

⁵³⁰ Cf. *Ibidem*, p. 211.

⁵³¹ Cf. *Santa Cruz do Cabo de Gue D’Agoa de Narba. Estudo e Crónica*, edição de Mohammed Nadir, João Marinho Santos e José Manuel Azevedo e Silva, Viseu, Palimage Editores, 2007, p. 276.

⁵³² Cf. Carta de Henrique Vieira a D. João III, Tarudante, 20.IV.1541 – PUB. *Les Sources*, tomo III, doc. XXXV, p. 348.

⁵³³ Cf. SILVA, Pedro Courelas da, “De Zarco...”, p. 95.

⁵³⁴ Cf. Carta de Luís Gonçalves de Ataíde a D. João III, Funchal, 14.III.1541 – PUB. *Les Sources...*, tomo III, doc. XCI. Recebera as cartas no dia 7 e juntamente com seu meio-irmão João da Câmara (Cf. Genealogia 11:Parentesco com os Câmaras (Séculos XV-XVI) tentara despachar-se rapidamente.

A notícia do falecimento do herdeiro da Casa de Atouguia encontrou D. Afonso de Ataíde, a 7 de Abril de 1541, em Lisboa. D. Afonso escreveu então uma carta ao bispo de Coimbra, D. Jorge de Almeida, lembrando que quando D. Martim Gonçalves de Ataíde partiu “dizia a sua mãy, e a seus familiares e amigos, que dezeiava perecer por seu martirio, e por seu nome, e em defenção e aumento de sua fee”⁵³⁵. Sentindo-se pessoalmente culpado pela morte do filho, eventualmente relacionada com a questão, já referida, do duelo cujo desfecho levou D. Martim a abandonar a corte para servir de novo no Norte de África e também por possíveis desavenças entre ambos⁵³⁶, declarava ainda que seu filho morrera “por sacrificio de minhas culpas e por seu serviço e de seu rei e sôr e por hõra de sua patria”⁵³⁷. Em face do acontecimento, o rei⁵³⁸ terá enviado ordem, na armada do governador Martim Afonso de Sousa, para o regresso de D. Luís.

Catapultado pela roda da fortuna de secundogénito a herdeiro da Casa, a notícia do falecimento do seu irmão, deverá ter encontrado D. Luís, em Goa, no momento da chegada de Martim Afonso. Na ocasião, partiu para o Reino. Para trás deixava a sua primeira experiência bélica na qual fora bem-sucedido, facto visível na clara recomendação do governador Gama. Durante aqueles anos Ataíde adquirira particular experiência naval, como é evidenciado pelas principais missões de que foi encarregue em Diu, em Baçaim, no Suez e na costa do Canará, partilhando conhecimentos e experiências com o seu primo e conhecedor da matéria, D. João de Castro. A esta experiência contrapunha-se uma menor intensidade de aprendizagem a nível terrestre. Importava por isso que, após a sua assumpção como herdeiro da sua Casa, D. Luís complementasse a sua formação naval com experiências terrestres, o que veio a ocorrer.

II. 2. 2. O regresso e os primeiros tempos como herdeiro

Ao regressar ao Reino, em 1542, D. Luís de Ataíde não vinha apenas assumir o seu estatuto de herdeiro da Casa de Atouguia. Já por essa altura, D. Afonso de Ataíde

⁵³⁵ Cf. Carta de D. Afonso de Ataíde a D. Jorge de Almeida, Lisboa, 7.IV.1541 – PUB. FIGANIER, Joaquim, *Op. Cit.*, doc. XXXIV, p. 346. Veja-se ainda a carta consolatória escrita por Frei Jerónimo de Azambuja a D. Afonso de Ataíde naquele contexto. Cf. Apêndice documental, doc. 1.

⁵³⁶ Uma das possíveis razões do desentendimento podia ser o facto de já em 1538, aquando do casamento de D. Filipa de Ataíde, e portanto em vida de D. Martim, D. Afonso colocar a hipótese de D. Luís poder vir a herdar a Casa. O documento refere que estando ambos presentes na assinatura do contrato de casamento da irmã, D. Luís poderia vir, apesar de ser secundogénito, a herdar a Casa (Cf. ANTT, *CDJIII*, livro 49, fl. 145, Lisboa, 19.III.1538). Malgradamente o documento não refere em que contexto era colocada essa hipótese.

⁵³⁷ Cf. Carta de D. Afonso de Ataíde a D. Jorge de Almeida, Lisboa, 7.IV.1541 – PUB. FIGANIER, Joaquim, *Op. Cit.*, doc. XXXIV, p. 346.

⁵³⁸ Assim o refere GAYO, Felgueiras, *Op. Cit.*, vol. I, p. 67, apesar de MACEDO, Joseph Pereira de, *Op. Cit.*, livro I, p. 8 não o confirmar.

pensaria no seu casamento e na continuidade dos serviços do seu filho à Coroa. Sabe-se que por estes motivos, pouco após a sua chegada à corte, D. Luís partiu para Ceuta, em 1543⁵³⁹, no contexto dos preparativos então realizados pelo monarca para socorrer a praça⁵⁴⁰, ameaçada por Khair-ed-Din, o Barba Roxa das fontes portuguesas. Este capitão da Sublime Porta ameaçava com a sua armada a presença portuguesa no Norte de África. Muito provavelmente Ataíde partiu de novo na companhia de D. João de Castro⁵⁴¹, mandatado pelo rei para ir a Ceuta prestar auxílio ao capitão local. Ataíde deverá ter permanecido em Ceuta alguns meses com D. João de Castro e conhecido o então capitão D. Afonso de Noronha, oriundo da Casa de Vila Real, com a qual a Casa de Atouguia, à data, não tinha relações matrimoniais ou clientelares conhecidas.

Face às notícias da retirada do corsário infiel, D. João III convocou Ataíde para regressar à corte: através de uma primeira carta, não datada, informando-o que já não necessitava dos seus serviços no Norte de África devido à retirada de Barba Roxa⁵⁴², e numa segunda, também não datada, mas seguramente também de 1543, em que voltava a confirmar a definitiva retirada de Khair-ed-Din. Nesta última missiva, o rei agradecia a D. Luís a sua pronta partida para Ceuta, nos seguintes termos: “vos agradeço muyto e ey por muy certo que asy o fareis sempre em todalas cousas em que de vos me servir e com tam boa vontade e desejo do meu serviço como nesta yda o mostrastes o que he muy conforme a confiança de que vos tenho”⁵⁴³. Na missiva anterior o monarca prometia analisar um requerimento que o fidalgo deixara antes de partir⁵⁴⁴. Desconhecendo-se o seu conteúdo, julga-se plausível que fosse atinente a duas temáticas que viriam a evidenciar-se no ano seguinte: a discussão sobre o primeiro casamento de D. Luís e o ataque de corsários e piratas franceses à Atouguia da Baleia.

Quanto ao primeiro casamento de Ataíde sabe-se que a iniciativa partiu de D. António de Ataíde. O influente vedor da fazenda de D. João III e 1º conde da Castanheira patrocinara a ideia de consorciar o seu primo D. Luís com D. Brites Pimentel, filha de

⁵³⁹ Cf. MACEDO, Joseph Pereira de, *Op. Cit.*, livro I, p. 8 que refere a sua partida imediata para África pouco depois de chegar ao Reino. As cartas de D. João III confirmam a sua partida. Cf. notas 542 e 543.

⁵⁴⁰ Cf. VILA-SANTA, Nuno, *Op. Cit.*, pp. 41-42.

⁵⁴¹ Suspeita-se que também acompanharia o tio Castro quando este, em 1543, como capitão de guarda-costa, afundou quatro navios piratas nas Berlengas. Cf. AQUARONE, J. B., *D. João de Castro. Gouverneur et Vice-Roi des Indes Orientales (1550-1548)*, vol. I, Montpellier, Presses Universitaires de France, 1967, p. 288. Em causa estaria a necessidade de defender o senhorio da Casa de Atouguia das constantes investidas de corsários e piratas, como adiante se fará referência.

⁵⁴² Cf. Carta de D. João III a D. Luís de Ataíde, s.l., 1543 – BNP, cód. 1758, fl. 483.

⁵⁴³ Cf. Carta de D. João III a D. Luís de Ataíde, s.l., 1543 – BNP, cód. 1758, fl. 489.

⁵⁴⁴ Cf. Carta de D. João III a D. Luís de Ataíde, s.l., 1543 – BNP, cód. 1758, fl. 483.

Martim Afonso de Sousa⁵⁴⁵. Em carta dirigida a este último, já então à frente do governo da Ásia Portuguesa, D. António começava, como apontado em nota inicial, por elogiar as qualidades e fama de D. Luís de Ataíde para concluir ser este um parente ideal para Sousa⁵⁴⁶.

Na sequência do regresso do seu cunhado Rui Lourenço de Távora, o influente vedor da fazenda de D. João III terá ouvido falar das acções bélicas do fidalgo. Favoravelmente impressionado, D. António tomara a iniciativa de propor ao rei o casamento e até de falar com o próprio D. Luís acerca do assunto. Porém, o jovem fidalgo não lhe chegara a dar uma resposta definitiva, pois ainda esperava a resposta de seu pai. D. António de Ataíde considerava que Martim Afonso de Sousa só deveria casar a sua filha com D. Luís quando este fosse titular da Casa de Atouguia e anotava como este andava aborrecido por não deter os bens que considerava merecer. Tendo o assunto já sido suscitado junto do rei por D. António de Ataíde e Martim Afonso de Sousa e tendo este merecido a concordância régia, D. António terminava a missiva realçando que ele próprio poderia nada ter feito no caso mas que o fizera convencido dos benefícios que poderiam advir para ambas as partes com o enlace.

A carta de D. António de Ataíde que, como relembra Alexandra Pelúcia⁵⁴⁷, se comportou durante aqueles anos mais como um Sousa Chichorro do que como um Ataíde, por se sentir geracional e emocionalmente mais próximo dos primos Sousas, mas também na decorrência de não ter a representação da linhagem dos Ataídes e por necessitar de autonomizar a sua recente Casa diversificando as suas relações clientelares⁵⁴⁸, é bastante elucidativa do que estava em jogo. Para D. António de Ataíde tratava-se de uma forma de incluir na sua gigantesca rede clientelar, ainda por estudar mais detalhadamente⁵⁴⁹, a ligação ao ramo principal da sua linhagem de origem, colocando-a numa posição de subalternidade política em função da sua iniciativa.

Na perspectiva de D. António um dos argumentos fundamentais para justificar tal proposta derivava da aliança que já no século XV se celebrara entre os Sousas

⁵⁴⁵ Cf. PELÚCIA, Alexandra, *Martim Afonso de Sousa...*, p. 148.

⁵⁴⁶ Cf. Apêndice documental – doc. 2.

⁵⁴⁷ Cf. PELÚCIA, Alexandra, *Op. Cit.*, pp. 150-151.

⁵⁴⁸ Cf. *Ibidem*, pp. 180-181.

⁵⁴⁹ Visto o estudo de CARVALHO, Maria Paula Coelho de, *A acção ultramarina de D. António de Ataíde, 1º Conde da Castanheira*, dissertação de mestrado policopiada, Lisboa, FLUL, 2001 ser muito incompleto nesta área e apesar dos relevantes contributos trazidos pelo trabalho de Alexandra Pelúcia. Cf. PELÚCIA, Alexandra, *Op. Cit.*

Chichorro e os Ataídes⁵⁵⁰. Não tivera aliás D. Afonso de Ataíde, na política matrimonial seguida para os seus descendentes, a preocupação de renovar alianças matrimoniais com linhagens com as quais a sua Casa antes se unira? Não significava também aquele casamento uma aliança com um importante fidalgo, Martim Afonso de Sousa, o qual, ambicionando um título condal⁵⁵¹, reforçaria potencialmente os intentos de ambos?

Apesar do casamento não se ter concretizado por falecimento de D. Brites Pimentel⁵⁵², cremos que não colheria a aprovação de D. Afonso por um conjunto variado de razões. Nesse sentido, a hipotética recusa deste derivaria mais da vontade pessoal de D. Afonso de Ataíde do que de D. Luís. Em primeiro lugar, porque ao aceitá-lo D. Afonso passaria a integrar a rede clientelar de D. António de Ataíde na referida lógica de subalternidade política, o que se afigurava incompatível com toda a sua estratégia descrita para a Casa de Atouguia. Na realidade, tal acordo, absolutamente vantajoso para D. António, diluiria politicamente o único trunfo que D. Afonso ainda detinha: a representação da linhagem dos Ataídes. Além disso, Martim Afonso de Sousa, apesar de ser um pretendente a um título condal, não se encontrava na mesma posição que D. Afonso de Ataíde. Na qualidade de titular de uma Casa que já detivera título condal e que mantinha legítimas aspirações a recuperá-lo, poderá afirmar-se que, no âmbito da estreita política de titulação de D. João III, D. Afonso poderia ter mais hipóteses de sucesso na recuperação de tal título do que Martim Afonso de Sousa que a recebê-lo seria novo.

Já no que se refere a D. Luís de Ataíde, a proposta de casamento evidenciou o seu desagrado, patente na carta de D. António, por ainda não deter maior controlo sobre as questões internas da Casa. Este facto deverá estar relacionado com a referência de que poderia herdar a Casa em vida do irmão D. Martim, em 1538, o que o condicionava fortemente. Essa menção não deve ser desligada de outras já apresentadas relativamente à sua estadia na Ásia, as quais apontam para um claro sentido de orgulho pessoal do fidalgo e até de alguma altivez, de que daria também prova nos seus governos da Índia.

Na verdade, o primeiro casamento de D. Luís realizou-se com D. Joana de Vilhena, filha de Álvaro Pires de Távora, 5º senhor do Mogadouro, em data que não se poderá precisar. Se por um lado, poderá ter-se concretizado por estes anos, por outro, poderá

⁵⁵⁰ Cf. PELÚCIA, Alexandra, *Op. Cit.*, p. 106. Cf. Genealogia 1 e 2 para os casamentos, já mencionados, de D. Filipa de Ataíde com Gonçalo Anes Chichorro, e de D. Mécia de Castro com Fernão de Sousa Chichorro.

⁵⁵¹ Cf. PELÚCIA, Alexandra, *Op. Cit.*, p. 198.

⁵⁵² Cf. *Ibidem*, p. 281.

também ter ocorrido apenas aquando do regresso da embaixada a Carlos V, isto é, em data posterior a 1548. Uma vez mais a opção de casar Ataíde com D. Joana de Vilhena, irmã do 6º senhor do Mogadouro, enquadra-se bem na estratégia delineada por D. Afonso de Ataíde⁵⁵³.

Não se tratava tão-somente de alicerçar uma aliança matrimonial com uma linhagem que ascendera no século XV através do serviço cortesão⁵⁵⁴ e que no século XVI detinha relevantes senhorios em Trás-os-Montes com semelhanças evidentes com os senhorios da Casa de Atouguia na região⁵⁵⁵. Mais importante ainda, o enlace permitia o afastamento da clientela directamente associada a D. António de Ataíde. Apesar de D. António também se ter consorciado com uma Távora, D. Ana, irmã do 5º senhor do Mogadouro, a sua ligação parece ter sido mais forte aos Távoras do ramo do morgado da Caparica, do que ao ramo dos Távoras do Mogadouro⁵⁵⁶.

Através de tal aliança, D. Afonso de Ataíde afastava as intenções de subalternidade que D. António de Ataíde lhe pretendia impor, e simultaneamente, através da aliança do seu herdeiro com a geração mais jovem dos Távoras, uma vez que D. Joana de Vilhena era filha do 5º senhor do Mogadouro e não sua irmã como acontecera no enlace de D. António⁵⁵⁷, assegurava uma necessária mas indirecta relação com os Távoras mais ligados a D. António. Tal permitia, assim, manter a ligação a D. António de Ataíde e aos Távoras a ele associados sem, contudo, ficar numa posição secundarizada que poderia ser política e socialmente interpretada como uma abdicação da luta pela restauração do título condal à Casa de Atouguia.

⁵⁵³ Cf. Genealogia 9: Parentesco com os Távoras (Séculos XV-XVI).

⁵⁵⁴ Cf. MARQUES, Marisa, *A ascensão da família Távora no século XV*, dissertação de mestrado policopiada, vol. I, Lisboa, FLUL, 2000, p. 107. Anote-se ainda que, na crise de 1383-85, o representante dos Távoras, Pedro Lourenço de Távora, também apoiaria a rainha Leonor Teles, tendo conhecido Martim Gonçalves de Ataíde na ocasião da ida daquela rainha para Alenquer (Cf. *Ibidem*, vol. I, p. 32) e que o seu descendente na representação da linhagem terá conhecido o 1º conde de Atouguia por ter acompanhado D. Afonso V a Alfarrobeira (Cf. *Ibidem*, vol. I, p. 50). No entanto, a aliança com os Ataídes, no século XV, não se afigurou importante para os Távoras, que casaram noutras linhagens (Cf. *Ibidem*, vol. I, p. 107).

⁵⁵⁵ Referimo-nos em especial ao senhorio do Mogadouro cujas dinâmicas administrativas, pela localização geográfica perto da fronteira com Castela, eram semelhantes às dos senhorios de Monforte de Rio Livre e Vinhais da Casa de Atouguia. Sobre este aspecto veja-se o mapa dos senhorios dos Távoras (Cf. *Ibidem*, vol. II, p. 76).

⁵⁵⁶ Cf. CRUZ, Maria Leonor Garcia da, “Lourenço Pires de Távora, diplomata e conselheiro de Estado, na Índia e em Marrocos” in *Retratos do Império. Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*, organização de Ronaldo Vainfas, Georgina Silva dos Santos e Guilherme Pereira das Neves, Rio de Janeiro, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2006, p. 365 que destaca a importância na trajetória de Lourenço Pires de Távora, representante do ramo do morgado da Caparica, da sua ligação a D. António de Ataíde.

⁵⁵⁷ Cf. Genealogia 9: Parentesco com os Távoras (Séculos XV-XVI).

A relevância do casamento de D. Luís de Ataíde com D. Joana de Vilhena adveio precisamente do acesso à parentela mais directa dos Távoras, a qual veio a constituir-se como um importante apoio do fidalgo na corte dos finais do reinado de D. João III e, em especial, nas cortes de D. Sebastião e D. Henrique. Tratou-se, pois, de uma aliança de importância determinante para a posterior carreira de D. Luís.

Por fim, e hipótese mais remota, o requerimento a que se referia D. João III poderia relacionar-se com a problemática dos ataques de corsários e piratas franceses em Peniche e na Atouguia. Na verdade, sabe-se que, em 1544, consumou-se um ataque corsário francês à Atouguia da Baleia, o qual motivou uma longa missiva de D. Afonso de Ataíde ao monarca⁵⁵⁸, apesar da existência de outras referências a esta questão possivelmente anteriores⁵⁵⁹. Ponto de passagem da navegação que rumava para sul ou para norte e porto de pesca que já conhecera melhores dias, a vila da Atouguia da Baleia assistia nos inícios do século XVI a um crescente declínio da sua importância económica. Devido ao processo de assoreamento do porto e à criação da península de Peniche⁵⁶⁰, a vila vinha sofrendo desde o século XV da desserção de habitantes que rumavam a Peniche⁵⁶¹, quer em função do declínio económico da vila, quer em função dos ataques franceses na região⁵⁶².

Longe iam os tempos em que a Atouguia fora uma próspera terra régia onde estanciarão monarcas tais como D. Pedro I, D. Fernando, D. João I⁵⁶³, D. Duarte, D. Afonso V⁵⁶⁴, ou os infantes D. Pedro e D. Henrique⁵⁶⁵, na Serra d'El-Rei, e onde se chegaram a realizar Cortes⁵⁶⁶. À data da sua doação ao 1º conde de Atouguia, a vila já sofria do referido processo de assoreamento que, em vão, D. João I e D. Duarte procuraram inverter⁵⁶⁷. No século XVI, e sobretudo a partir do reinado de Carlos V

⁵⁵⁸ Cf. Carta de D. Afonso de Ataíde a D. João III, Lisboa, 15.VII.1544 – PUB. CALADO, Mariano, *Fortificações da região de Peniche*, s.d., Silvas, 2000, pp. 53-62.

⁵⁵⁹ Existe ainda uma outra carta, não datada, de D. Afonso de Ataíde a D. João III sobre a presença de algumas naus francesas na Atouguia. Cf. Carta de D. Afonso de Ataíde a D. João III, s.l., s.d., - ANTT, *Cartas Missivas*, maço 2, doc. 164.

⁵⁶⁰ Cf. CALADO, Mariano, *Op. Cit.*, p. 42.

⁵⁶¹ Visível no facto de, em 1527, Peniche contar com 191 vizinhos, número superior aos 120 vizinhos da Atouguia da Baleia (Cf. *Ibidem*, p. 51).

⁵⁶² Cf. *Ibidem*, p. 42.

⁵⁶³ Cf. PEREIRA, Mário Baptista, *Op. Cit.*, p. 77.

⁵⁶⁴ Cf. CALADO, Mariano, *Op. Cit.*, p. 37.

⁵⁶⁵ Cf. FAUSTINO, Agostinho Correia, *Atouguia da Baleia. Resenha Sintetizada da Proto-História da Antiga e Actual Vila de Atouguia da Baleia*, 3ª edição, Atouguia, Junta de Freguesia, 2006, p. 23. O infante santo D. Fernando, filho de D. João I, chegou a ser senhor da Atouguia, tal como o próprio infante D. Henrique na sua sequência, mas antes da sua doação a Álvaro Gonçalves de Ataíde.

⁵⁶⁶ As Cortes de 1375 convocadas por D. Fernando. Cf. *Ibidem*, p. 25.

⁵⁶⁷ Cf. *Ibidem*, p. 27.

(1517-1556), a Atouguia passou a ser ponto de ataque à navegação comercial portuguesa. Para a França de Francisco I (r. 1515-1547), insatisfeita com a sua incapacidade de quebrar a posição de neutralidade assumida pelo Portugal joanino nas quatro guerras franco-hispânicas, o corso era uma resposta natural⁵⁶⁸.

Já consciente da importância estratégica que Peniche vinha assumindo em detrimento da Atouguia e da relevância nevrálgica da região no combate ao corso francês, D. Manuel I equacionara construir um forte em Peniche⁵⁶⁹, ordenando, em 1502, a construção de um pequeno forte no Baleal⁵⁷⁰. No entanto, aquelas medidas foram claramente insuficientes face ao aumento do corso francês naquelas águas durante o reinado joanino, motivo pelo qual o *Piedoso*, já em 1537, enviara quatro navios latinos de 25 a 30 toneladas como forma permanente de guarda-costa a Peniche e à Atouguia⁵⁷¹. O próprio D. João de Castro, como já assinalado, enquanto capitão da armada de guarda-costa, ali estivera em 1543 para afundar navios franceses⁵⁷².

O problema, porém, mantinha-se pois os corsários e piratas franceses faziam aguada e refugiavam-se nas ilhas Berlengas. Vindo anualmente em busca do pescado da região e da navegação comercial que por ali passava, a depredação francesa realizada na região assumia um papel importante para as elites mercantis da costa atlântica francesa⁵⁷³, razão pela qual o problema não era de simples solução.

Em face de novo e violento ataque no ano de 1544, e em resposta a anterior carta régia desconhecida, D. Afonso de Ataíde apresentava a D. João III as estimativas do custo de construção de uma fortaleza em Peniche. Após debater os valores a pagar e a localização da fortaleza, concluíu que esta custaria cerca de 1272 400 mil reais⁵⁷⁴, sendo incapaz de prever os custos de manutenção⁵⁷⁵. Considerava o senhor da Atouguia que, dada a importância da vila não só como centro piscatório que abastecia Santarém e Évora e como ponto de passagem da navegação que se dirigia ao Porto, Aveiro e Lisboa⁵⁷⁶, era necessário construir a fortaleza a fim de evitar a possibilidade de um

⁵⁶⁸ Cf. FERREIRA, Ana Maria Pereira, *Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*, Redondo, Patrimonia, 1995, p. 104.

⁵⁶⁹ Cf. CALADO, Mariano, *Op. Cit.*, p. 63.

⁵⁷⁰ Cf. *Ibidem*, p. 152.

⁵⁷¹ Cf. CALADO, Mariano, *Visão cronológica da história de Peniche*, Lisboa, Silvas, 1999, p. 28.

⁵⁷² Cf. nota 541.

⁵⁷³ Cf. FERREIRA, Ana Maria Pereira, *Op. Cit.*, p. 241.

⁵⁷⁴ Cf. Carta de D. Afonso de Ataíde a D. João III, Lisboa, 15.VII.1544 – PUB. CALADO, Mariano, *Fortificações...*, p. 57.

⁵⁷⁵ Cf. Carta de D. Afonso de Ataíde a D. João III, Lisboa, 15.VII.1544 – PUB. *Ibidem*, p. 59.

⁵⁷⁶ Cf. Carta de D. Afonso de Ataíde a D. João III, Lisboa, 15.VII.1544 – PUB. *Ibidem*, p. 56.

desembarque francês. Este a ocorrer, colocaria em risco cidades como Leiria, Santarém ou a própria Lisboa, dada a facilidade de acessos a partir daquela zona⁵⁷⁷.

Após quase prever o que veio a suceder, em 1588, com o desembarque de D. António, Prior do Crato, D. Afonso remetia a decisão final para a Coroa. Estava disposto a financiar a construção da fortaleza mas não a mantê-la⁵⁷⁸ e muito provavelmente delegara o caso em D. Luís o qual, já em 1545, vivia na corte com 15 criados⁵⁷⁹. É possível que, devido a nova partida de D. Luís para África ainda antes de 1547⁵⁸⁰, e embora se desconheça para onde terá ido dada a ausência de dados, o assunto não tenha sido bem encaminhado. Assim, a resposta régia tardou e os ataques franceses deverão ter continuado, agravando-se à medida das conjunturas de guerra franco-hispânicas⁵⁸¹.

Enquanto a Coroa não respondia ao desafio do 3º senhor da Atouguia, D. Luís de Ataíde permanecia na corte que então estanciava em Almeirim, criando amizades e laços cortesãos importantes para o futuro. Um dos possíveis laços então estabelecidos poderá ter sido com Pedro Alcáçova Carneiro, secretário do rei, a quem dirigiu uma carta, provavelmente já no reinado de D. Sebastião, na qual melancolicamente desabafava a sua desilusão para com o seu cunhado Tristão da Cunha devido a divergências que com ele tivera sobre tema não referido⁵⁸². Mas também não deverá ser descartada a possibilidade de, apesar das reticências do pai, D. Luís se ter tornado algo próximo de D. António de Ataíde, como a carta deste último parece também evidenciar.

II. 2. 3. Pelos caminhos de uma Cristandade em cisão: a embaixada de D. Luís de Ataíde à Alemanha

A ligação de D. Luís de Ataíde a Pedro de Alcáçova Carneiro e a D. António de Ataíde terá sido decisiva quando D. João III decidiu nomear o fidalgo como embaixador extraordinário junto do Imperador Carlos V por ocasião da campanha do Elba que se afigurava no horizonte da acção imperial na Primavera de 1547. Anteriormente, em

⁵⁷⁷ Cf. Carta de D. Afonso de Ataíde a D. João III, Lisboa, 15.VII.1544 – PUB. *Ibidem*, p. 61.

⁵⁷⁸ Cf. CALADO, Mariano, *Op. Cit.*, p. 66.

⁵⁷⁹ Cf. Rol das pessoas que continuamente estavam em Almeirim, s.l., XII.1545 – ANTT, CC II-240-62, fl. 2v. D. Luís devia então aproveitar a companhia do cunhado D. Diogo de Castro que ali vivia com 19 criados (Cf. *Ibidem*, fl. 1v.).

⁵⁸⁰ Não só por na carta de D. António de Ataíde de 1544, ser referido que partira para África com dois irmãos (Cf. Apêndice Documental, doc. 2), como também por ser mencionado que foi no regresso de África que D. João III o nomeou como embaixador (Cf. MACEDO, Joseph Pereira de, *Op. Cit.*, livro I, p. 8).

⁵⁸¹ Cf. FERREIRA, Ana Maria Pereira, *Op. Cit.*, pp. 254-255.

⁵⁸² Cf. Carta de D. Luís de Ataíde a Pedro de Alcáçova Carneiro, Porto, s.d. – ANTT, *Cartas Missivas*, Maio 2, doc. 248.

finais de 1546, aquando da campanha do Danúbio, na qual Carlos V e D. Fernando Álvarez de Toledo y Pimentel (v. 1507-1582), 3º duque de Alba tinham enfrentado as forças protestantes da Liga de Esmalcalda, não se verificara uma batalha decisiva⁵⁸³.

Num reinado marcado pelas constantes guerras com a França de Francisco I, a qual naturalmente liderava o papel de oposição ao gigantismo do Império Carolino que ameaçava desequilibrar todo o sistema político europeu, como relembra Jorge Borges de Macedo⁵⁸⁴, Carlos V só muito tardiamente pôde afrontar o desafio protestante. Se bem que desde o início do seu reinado tenha querido solucionar esse problema, como o evidencia a sua abertura para ouvir Martinho Lutero na dieta de Worms de 1521⁵⁸⁵, a verdade é que apenas reuniu condições para encarar o problema finda a quarta guerra hispano-francesa⁵⁸⁶, a qual deixara a Monarquia Hispânica e a França num estado de prostração financeira como nunca antes acontecera.

Apesar de nas décadas de 1520 e de 1530 ter procurado apaziguar protestantes e católicos, concentrando-se na criação de condições políticas para o necessário Concílio da Igreja onde tal conciliação devia ser alcançada⁵⁸⁷, o Imperador encontrou diversas resistências. Começando pela da própria França, onde o problema protestante não tardaria a emergir, avançando para a própria Inglaterra, passando pelas tensões no interior do Império Sacro Romano-Germânico e acabando na própria Roma papal. Nesse contexto, aproveitando os factos do príncipe herdeiro Filipe se encontrar regente em Espanha e também de a sua amada imperatriz Isabel já ter falecido, Carlos V decidiu regressar uma vez mais ao problema protestante.

Ao contrário do que até ali sucedera, porém, o Imperador optou pelo confronto armado na mira de infligir aos protestantes uma derrota que tornasse impossível a sua sobrevivência política. A decisão carolina data de 1545, ano das campanhas contra Guilherme, “O Rico”, duque de Cléves (v. 1539-1592)⁵⁸⁸ e ano em que, segundo um dos biógrafos de Carlos V, este decidira ser Imperador do Império Sacro Romano-

⁵⁸³ Sobre essa fase da guerra veja-se: ÁLVAREZ, Manuel Fernández, *Carlos V, el César y el Hombre*, Madrid, Fundacion Academia Europea de Yuste/Espasa, 2006, pp. 683-692.

⁵⁸⁴ Cf. MACEDO, Jorge Borges, *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força*, s.d., Instituto da Defesa Nacional, 1987, p. 72.

⁵⁸⁵ Cf. ÁLVAREZ, Manuel Fernández, *La España del Emperador Carlos V. El Hombre, La política española, la Política Europea*, direcção de José Maria Jover Zamora – Historia de España de Menéndez Pidal, tomo XX, Madrid, Escalpe, 1990, pp. 734 e seguintes.

⁵⁸⁶ Sobre esta guerra: Cf. ÁLVAREZ, Manuel Fernández, *Carlos V...*, pp. 623- 662.

⁵⁸⁷ Cf. ÁLVAREZ, Manuel Fernández, *La España...*, pp. 740 e seguintes.

⁵⁸⁸ Cf. ÁLVAREZ, Manuel Fernández, *Carlos V...*, p. 673.

Germânico vivo ou morto⁵⁸⁹. Sabendo que a paz com Francisco I era sempre instável e sujeita a rupturas, e também que Henrique VIII de Inglaterra (r. 1509-1547) poderia mudar de planos no último momento, o Imperador foi bafejado pela sorte na sua decisão devido aos falecimentos dos monarcas francês e inglês, ambos ocorridos em 1547, o que lhe permitiu concentrar-se no problema protestante⁵⁹⁰.

Aquando da nomeação de D. Gil Eanes da Costa, em 1543, como seu embaixador permanente junto de Carlos V, D. João III não lhe concedera poderes excepcionais por considerar que a situação não o justificava⁵⁹¹. No entanto, logo que se iniciou a campanha carolina contra o duque de Cléves, o *Piedoso* evidenciou um maior interesse pelo acompanhamento das jornadas imperiais, como que pressentindo a decisão do cunhado Imperador, razão pela qual negou a D. Gil Eanes o seu pedido de regresso⁵⁹². Quando a guerra entre Carlos V e a Liga de Esmalcalda eclodiu, durante o ano de 1546, crê-se que o monarca português a terá procurado acompanhar bem de perto.

Assim se compreende que, no início da campanha do Danúbio, durante o Outono de 1546, D. João III tenha instruído D. Gil Eanes para transmitir a Carlos V o seu empenho e desejo de vitória contra os protestantes. Lamentando o mau momento pelo qual então passava o Imperador, a quem a sorte das armas não sorria naquele momento, animava-o a prosseguir, esperando que Deus “lhe de a vitoria que lhe eu desejo e que ele pode bem crer quanto eu sinto ser isto em parte onde eu mesmo me nam poso achar pera lhe ajudar a pasar os trabalhos desta jornada e ter ante justo senhor algũa parte do grande merecimento dela”⁵⁹³.

O *Piedoso*, segundo monarca da dinastia de Avis a não ir à guerra depois de seu pai D. Manuel I, evidenciava a sua vontade de ser companheiro de armas de Carlos V na batalha que este último iria travar. Fazia-o em nome da defesa da fé católica e na mesma lógica de ortodoxia religiosa que o levava a apoiar o estabelecimento da Inquisição, em processo conturbado com Roma, em 1536, a procurar impedir o estabelecimento de protestantes no Reino ou a apoiar os projectos jesuítas no Reino e Império. Ansioso por

⁵⁸⁹ Cf. *Ibidem*, p. 685.

⁵⁹⁰ Cf. *Ibidem*, p. 704.

⁵⁹¹ Como se constata da leitura da sua instrução. Cf. *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro Conde da Idanha do tempo que ele e seu pai, António Carneiro, serviram de secretários (1515 a 1568)*, edição de Ernesto de Campos Andrada, Lisboa, Imprensa Nacional, 1937, pp. 180-182.

⁵⁹² Como se depreende da sua permanência no cargo até 1548 apesar de logo em 1545 ter pedido para regressar. Cf. Carta de D. Gil Eanes da Costa a Pedro de Alcáçova Carneiro, s.l., 23.X.1545 – ANTT, CC I-76-117.

⁵⁹³ Cf. Carta de D. João III a D. Gil Eanes da Costa, s.l., 4.X.1546 – ANTT, CC I-78-79, fl. 1.

notícias que, dado o sistema de comunicações no século XVI, demoravam sempre algum tempo a chegar, D. João III tomou conhecimento das últimas notícias da guerra em Dezembro de 1546⁵⁹⁴ e em Fevereiro de 1547⁵⁹⁵. Nesta última data foi informado dos já frequentes ataques de gota de Carlos V, do falecimento da rainha Ana Jagelão da Hungria (r. 1526-1547), esposa de Fernando (v. 1503-1564), rei da Áustria, Hungria, Boémia e herdeiro de seu irmão Carlos V no Sacro-Império Romano-Germânico e ainda dos rumores de que a França, temendo uma possível vitória do Imperador sobre os seus aliados protestantes, se preparava para declarar guerra à Monarquia Hispânica⁵⁹⁶.

Devido às relações pessoais da rainha D. Catarina⁵⁹⁷ mas também ao seu parentesco com os dois ramos da Casa de Áustria, D. Gil Eanes da Costa remetera, já em 1545, cartas do rei e da rainha para a rainha Ana Jagelão⁵⁹⁸. Sendo informado do falecimento daquela monarca, D. João III e D. Catarina vestiram-se logo de negro e observaram rigoroso luto durante quatro dias⁵⁹⁹. As informações que D. João III obtivera através do seu feitor na Flandres evidenciavam que Carlos V procuraria uma batalha decisiva contra as forças protestantes. Estas últimas, durante a campanha do Elba na Primavera de 1547, estavam então apostadas em desgastar a posição imperial na sequência da sua incapacidade de provocar uma batalha durante a campanha do Danúbio. Aguardando Carlos V os reforços que haviam de chegar da Península Ibérica, de Itália, da Flandres e da Áustria, não existia dúvida de que se avizinhava a hora de um confronto decisivo.

Nesse quadro e como já acontecera anteriormente por ocasião de nascimentos, casamentos, mortes e até de outros sucessos militares⁶⁰⁰, como, em 1532, quando D. João III enviou 100 mil cruzados a Carlos V na condição de ser o próprio Imperador a enfrentar o sultão otomano Solimão, “O Magnífico” (r.1520-1566), aquando do cerco de Viena⁶⁰¹, o monarca decidiu nomear um embaixador extraordinário. A escolha, que só

⁵⁹⁴ Cf. Notícias do exército do Imperador de Rodrigo Rebelo, s.l., 14.XII.1546 – ANTT, CC I-78-103. Presume-se que Rodrigo Rebelo era filho de João Rebelo, à data, feitor português na Flandres. A feitoria da Flandres detinha, naquela época, uma relevante importância diplomática por dali seguirem para o Reino notícias sobre os principais acontecimentos relacionados com a Reforma Protestante.

⁵⁹⁵ Cf. Carta de João Rebelo a D. João III, s.l., II.1547 – ANTT, CC I-78-131.

⁵⁹⁶ Cf. Carta de João Rebelo a D. João III, s.l., II. 1547 – ANTT, CC I-78-131, fl. 1; ÁLVAREZ, Manuel Fernández, *Op. Cit.*, p. 693.

⁵⁹⁷ Sempre intensas com toda a Casa de Áustria, mas especialmente com a sua irmã Maria de Áustria (1505-1558), regente dos Países Baixos, com quem trocava correspondência e presentes de forma assídua. Cf. JORDAN, Anne Marie, *A Rainha Colecionadora: Catarina de Áustria*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012, pp. 106 e seguintes.

⁵⁹⁸ Cf. Carta de D. Gil Eanes da Costa a D. Catarina, Gant, 31.X.1545 – ANTT, CC I-76-122, fl. 1.

⁵⁹⁹ Cf. BNP, cód. 886, fl. 737.

⁶⁰⁰ Cf. BRAGA, Isabel Drumond, *Op. Cit.*, p. 82.

⁶⁰¹ Cf. ÁLVAREZ, Manuel Fernández, *Op. Cit.*, p. 454.

poderia ser feita dentro do universo nobiliárquico e cortesão da época⁶⁰², recaiu em D. Luís de Ataíde, sob provável indicação de Pedro de Alcáçova Carneiro e de D. António de Ataíde, cujo papel para as nomeações diplomáticas joaninas é bem conhecido⁶⁰³. Tratava-se de uma importante mercê concedida a Ataíde a quem era reconhecido pelo monarca, após as suas primeiras experiências militares na Ásia e no Norte de África, um novo estatuto político-social: o de membro de pleno direito da corte joanina.

Nessa condição foi conferida a D. Luís a oportunidade de conhecer pessoalmente a figura então já quase mítica do Imperador, a sua aparatosa corte itinerante e ainda o distante recanto europeu onde emergira o desafio protestante e de onde não paravam de chegar notícias alarmantes. Evidenciado que já ficara anteriormente o voluntarismo do fidalgo para o serviço ao monarca, na escolha de D. João III poderá entrever-se também uma forma de compensação em relação a seu pai D. Afonso de Ataíde. Relembre-se que, ao nomear D. Luís, o rei reconhecia implicitamente os pergaminhos diplomáticos da Casa de Atouguia enquanto Casa que já no passado, num contexto também de cisão, o dos anti-Papas, lutara pela união da Cristandade através da embaixada do 1º conde de Atouguia ao Concílio de Constança, em 1416.

Na instrução dada a D. Luís de Ataíde, provavelmente de finais de Fevereiro de 1547, o rei pedia-lhe que partisse o quanto antes e que obedecesse incondicionalmente a D. Gil Eanes da Costa⁶⁰⁴. Da sua parte, o fidalgo deveria transmitir a Carlos V o renovado apoio de D. João III à luta contra o protestantismo, da qual o *Piedoso* esperava fosse possível alcançar a restauração da fé. A Ataíde era ainda solicitado que visitasse o herdeiro do rei Fernando, o príncipe da Hungria e futuro Imperador Maximiliano II (v. 1527-1576), bem como o seu irmão mais novo, o arquiduque de Áustria Fernando (v. 1529-1595), como forma de expressar os seus sentimentos pelo falecimento da rainha Ana Jagelão, e ainda o príncipe herdeiro do Piemonte, Emanuel Felisberto (v. 1528-1580), filho de Carlos III (v. 1486-1553), duque de Sabóia, e da infanta D. Beatriz de Portugal (v. 1504-1538), irmã de D. João III⁶⁰⁵. A D. Gil Eanes, o monarca solicitava o

⁶⁰² Pois todos os embaixadores de D. João III eram sempre nobres. Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *A Embaixada em França de Brás de Alvide (1548-1554)*, Paris, FCG, 1969, p. 22.

⁶⁰³ Cf. CARDIM, Pedro, “A diplomacia portuguesa no tempo de D. João III. Entre o Império e a reputação” in *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, edição de Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, Lisboa, CHAM, 2004, p. 636.

⁶⁰⁴ Cf. Instrução de D. Luís de Ataíde, II.1547 – ANTT, CSV, livro 4, fl. 104.

⁶⁰⁵ Sobre a sua figura vejam-se dois recentes trabalhos: BUESCU, Ana Isabel, “A infanta Beatriz de Portugal e o seu casamento na Casa de Sabóia (1504-1521)” in *Portugal e o Piemonte: A Casa Real Portuguesa e os Sabóias*, coordenação de Maria Antónia Lopes Blythe Alice Raviola, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2012, pp. 51-100 e de MERLIN, Pierpaolo, “Beatriz de Portugal e o governo do ducado

pedido de despacho de Ataíde oito a nove dias depois de chegar⁶⁰⁶ e a D. Luís que apenas lhe comunicasse os sucessos da embaixada pessoalmente quando regressasse⁶⁰⁷.

Quando partiu Ataíde levava carta de D. João III a Carlos V na qual o monarca informava o Imperador que as últimas notícias que dele tivera lhe tinham chegado através de carta do feitor da Flandres, de 13 de Janeiro de 1547, razão pela qual aguardava novidades visto que “V. A. ho pode julgar asy por importarem tanto ao serviço de noso senhor e a sua sancta fee como por serem obras feitas por V. Alt. e acabadas com tanta honra e contentamento seu”. A finalizar a carta, D. João III informava que pelo momento excepcional que se vivia decidira enviar-lhe como seu embaixador extraordinário Ataíde a quem pedia que cresse como se fosse ele próprio⁶⁰⁸.

A D. Gil Eanes da Costa, que ao saber da nomeação poderá ter ficado com a esperança de ter ordem de regresso ao Reino, D. João III escreveu ainda informando-o da nomeação de D. Luís e reafirmando que não se esqueceria de o mandar regressar assim que as guerras do Imperador a isso dessem ocasião⁶⁰⁹. Para financiar a viagem de Ataíde, o rei passou provisão para o tesoureiro Fernão Álvares de Andrade entregar 1500 reais ao fidalgo para pagar as despesas da viagem⁶¹⁰.

Cremos que na base das visitas de cortesia de Ataíde ao príncipe da Hungria e ao príncipe do Piemonte, estaria o intuito de D. João III e de D. Catarina de obter informações mais detalhadas sobre aquelas cortes: quanto a Maximiliano, sobre o seu já então previsível enlace com a infanta Maria de Áustria (v. 1528-1603), filha de Carlos V, o qual veio a concretizar-se em 1548⁶¹¹; relativamente ao rei Fernando por ser conhecido que o seu apoio à luta armada do Imperador contra os protestantes era oscilante⁶¹² e para colher a sua opinião sobre o que sucederia na corte inglesa⁶¹³.

de Sabóia (1521-1538)” in *Portugal e o Piemonte: A Casa Real Portuguesa e os Sabóias*, coordenação de Maria Antónia Lopes Blythe Alice Raviola, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2012, pp. 101-132.

⁶⁰⁶ Cf. Carta de D. João III a D. Gil Eanes da Costa, s.l., II.1547? – ANTT, CSV, livro 4, fl. 110.

⁶⁰⁷ Cf. Instrução a D. Luís de Ataíde, s.l., II.1547 – ANTT, CSV, livro 4, fl. 104v.

⁶⁰⁸ Cf. Carta de D. João III a Carlos V, s.l., II.1547? – ANTT, CSV, livro 4, fl. 108..

⁶⁰⁹ Cf. Carta de D. João III a D. Gil Eanes da Costa, s.l., II.1547? – ANTT, CSV, livro 4, fl. 110v.

⁶¹⁰ Cf. Carta de D. João III a Fernão Álvares de Andrade, s.l., II.1547? – ANTT, CSV, livro 4, fl. 112.

⁶¹¹ Sobre este casamento veja-se: MALFATI, Cesare, *El Archiduque Maximiliano Gobernador de España. Su Viaje a Valladolid en 1548 y su Boda con la Infanta Maria*, Barcelona, Sociedad Alianza de Artes Gráficas, 1958.

⁶¹² Devido ao facto de Fernando contar com protestantes nos seus domínios boémios. No início da campanha de 1547, estes viriam inclusivamente a aprisionar algumas das suas filhas no castelo de Praga.

⁶¹³ Cf. Carta de Lope Hurtado de Mendonza ao príncipe Filipe, Almeirim, 26.III.1547 – AGS, *Estado*, Legajo 374, doc. 43. Em causa devia estar o recente falecimento do monarca inglês Henrique VIII e a possibilidade, aberta pela frágil sucessão de Eduardo VI (r. 1547-1553), poder significar uma reaproximação daquele Reino a Roma.

A questão do enlace de Maximiliano era mais importante do que à partida poderá parecer visto ter correspondido ao momento político em que Carlos V decidiu consorciar as suas duas filhas, as infantas Maria e Joana de Áustria (v. 1535-1573). Sabendo-se que esta última viria a casar, em 1552, com o príncipe herdeiro D. João Manuel (v. 1537-1554), é possível, a despeito de não se conhecerem evidências nesse sentido, que o monarca quisesse já confirmar que Carlos V, como já fora mencionado em 1542, reservaria a infanta Joana para o enlace com o seu herdeiro. Talvez também por isso tenha, em 1548, acolhido o parecer de Estêvão Gago de Andrade, embaixador português em Castela, no sentido de mandar visitar o príncipe Maximiliano e a infanta Maria por ocasião do seu matrimónio⁶¹⁴, como parece ter feito⁶¹⁵.

Já quanto ao príncipe de Sabóia, estaria em causa averiguar como evoluía não só o crescimento e educação deste sobrinho do rei mas também a prolongada guerra, motivada por disputas territoriais e dinásticas, entre o ducado de Sabóia e a França. Na sequência da embaixada de D. Luís de Ataíde, D. João III foi visitado, em 1548, por Monsieur de Catelar, gentil-homem de câmara do príncipe Emanuel Felisberto de Sabóia, dando-lhe conta da saúde daquele príncipe e das guerras do duque seu pai. Na ocasião, D. João III enviou, em resposta, Bernardim de Távora para o cumprimentar⁶¹⁶.

Nestes casos, ressalta claramente que D. João III praticava uma política de reputação, como afirma Pedro Cardim⁶¹⁷, para a qual necessitava estar bem informado a fim de poder intervir nas grandes questões políticas e religiosas do seu tempo. Desta estratégia joanina de diplomacia de reputação faz parte a nomeação de D. Luís de Ataíde como parte de uma política diplomática da Coroa improvisada consoante as circunstâncias⁶¹⁸. Nesse sentido, a indigitação e respectivo contexto de escolha de Ataíde não se assemelhou a outras trajectórias diplomáticas conhecidas do reinado joanino como as de Brás de Alvide⁶¹⁹ ou de Rui Fernandes de Almada⁶²⁰. Contrariamente àqueles casos, a

⁶¹⁴ Cf. Carta de Estêvão Gago de Andrade a D. João III, s.l., 30.IV.1548 – PUB. *Quadro elementar das relações políticas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo, desde o principio da monarchia portugueza até aos nossos dias*, edição do Visconde de Santarém, tomo II, Paris, Casa de J. P. Aillaud, 1852, p. 92.

⁶¹⁵ Apenas se sabe que enviou uma missiva a Maximiliano (Cf. Carta de D. João III ao príncipe Maximiliano, Xabregas, 7.VI.1548 – ANTT, *Miscelâneas Manuscritas*, nº 280, fl. 43), não parecendo crível que não tenha deixado de enviar um embaixador para o representar nessa ocasião.

⁶¹⁶ Cf. *Relações...*, p. 416.

⁶¹⁷ Cf. CARDIM, Pedro, “A diplomacia...”, pp. 627-629.

⁶¹⁸ Cf. *Ibidem*, p. 660.

⁶¹⁹ Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Op. Cit.*

nomeação de D. Luís não constituiu o elemento estruturante da sua carreira, afigurando-se apenas como um ponto de passagem.

Partindo de Tomar a 5 de Março de 1547⁶²¹, e após diversos percalços depois de chegar à Flandres, como refere D. Gil Eanes da Costa⁶²², D. Luís de Ataíde chegou ao acampamento imperial, na margem esquerda do rio Elba, na actual província alemã da Saxónia, a 17 de Abril, isto é, sete dias antes da batalha de Muhlberg⁶²³. Apenas através da carta de D. Gil Eanes, de 21 de Abril de 1547, se conhece o que então se passou, sendo necessário acompanhar com detalhe essa missiva e cruzá-la com os dados apresentados por António Pinto Pereira e Joseph Pereira de Macedo.

Sabendo da chegada do embaixador extraordinário de Portugal, Carlos V ordenou a D. Luís de Ávila y Zúñiga, comendador-mor de Alcântara, que o recebesse⁶²⁴. Ávila y Zúñiga mandou Juan Esteban Manrique de Lara y Cardona (v. 1504-1558), duque de Nájera e mordomo-mor de Carlos V na década de 1550⁶²⁵, e o juiz Manrique para levarem Ataíde à presença do Imperador. Sendo muito bem recebido na corte imperial, D. Luís aproximou-se de Carlos V quando este acabara de tomar algumas bandeiras aos protestantes “de que se ele bem aproveitou na pratica asy das vitorias passadas destes tao bons sinaes”. Na ocasião, transmitiu a mensagem de D. João III, anotando o experiente D. Gil Eanes da Costa que o fidalgo cumpriu “todo este auto como compria a serviço de V.A.”⁶²⁶. Passados dois dias, o novo secretário do Imperador, Craso, após a saída de funções do conhecido secretário Francisco de los Cobos (v. 1477-1547)⁶²⁷, comunicou a D. Gil Eanes que o Imperador daria despacho imediato a Ataíde, tendo Costa replicado que se faria como Carlos V entendesse.

Já nessa altura, e neste ponto convergem todos os relatos conhecidos, porém, o fidalgo “buscaua armas e caualos pera o jr servir nesta jornada porque jsto era muy proprio aos criados de V. A. e de que se aueria por mais seruido do que tenho entendido que o

⁶²⁰ Cf. CRUZ, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo, *Rui Fernandes de Almada. Diplomata português do século XVI*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura-Centro de Estudos Históricos da FLUL, 1971.

⁶²¹ Cf. ANTT, CSV, livro 4, fl. 108v.

⁶²² Cf. Carta de D. Gil Eanes da Costa a D. João III, Muhlberg, 21.IV.1547 – ANTT, CC I-79-18.

⁶²³ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro I, cap. I.

⁶²⁴ Cf. Carta de D. Gil Eanes da Costa a D. João III, Muhlberg, 21.IV.1547 – ANTT, CC I-79-18, fl. 1.

⁶²⁵ Cf. ÁLVAREZ, Manuel Fernández, *Op. Cit.*, pp. 743-744.

⁶²⁶ Cf. Carta de D. Gil Eanes da Costa a D. João III, Muhlberg, 21.IV.1547 – ANTT, CC I-79-18, fl. 1.

⁶²⁷ Sobre este relevante protagonista de poder na corte carolina veja-se o trabalho de KENISTON, Hayward, *Francisco de los Cobos: secretario de Carlos V*, Madrid, Castalia, 1980.

emperador recebeo grande contentamento”⁶²⁸. Em razão deste contentamento de Carlos V e de D. Luís não conseguir comprar nem cavalos, nem armas no reboiço pré-batalha que se vivia no acampamento imperial, recebeu do Imperador, “vno de los mejores [caualos] que tenia, y armas de su persona, com recaudo mui complido”⁶²⁹. Apesar de D. Gil Eanes não explicar como se evoluíra para tal situação, Joseph Pereira de Macedo e António Pinto Pereira esclarecem-na. Macedo afirma que estando Ataíde à espera do seu despacho, solicitara esperar pela batalha. Foi então que “para conseguir su intento, y mostrar que le detenia la obligacion de su oficio, requerio al Emperador de parte de su Rey, que le admitiesse entre sus soldados: pues era embiado no menos à dar le el parabien, de las vittorias passadas como Embaxador, que a servir le en las ocasiones presentes como soldado”⁶³⁰. Já Pereira anota que D. Luís teria dito ao Imperador que “elRey seu Senhor quando lhe fizera merçe de o mandar a sua Magestade não fora somente ao visitar das vittorias passadas, se não pera o ver, & servir nas futuras, que confiaua em Deos serião muyto sedo presentes”⁶³¹.

D. Gil Eanes da Costa refere que, no dia 21 de Abril, D. Luís de Ataíde já se encontrava presente na revista feita pelo Imperador ao exército imperial pois havia sido incorporado no exército por D. António de Toledo, cunhado do 3º duque de Alba. No dia seguinte, estando D. Luís “no campo ho chamou o emperador e o leuou a maior parte do dia”, perguntando-lhe se tinha visto o que se passara no dia anterior no exército. Ainda nesse dia, Ataíde esteve num castelo próximo do acampamento imperial e foi à missa com o Imperador, tendo sido apenas nessa ocasião que Carlos V mandou o seu estribeiro-mor agasalhar D. Luís “e jsto com todas mostras de contentamento da ujsitação e tãobem dele vir de trjuação de o servir nesta jornada”. Por aqueles motivos, terminava D. Gil Eanes a sua missiva afirmando que a visita de Ataíde alongar-se-ia, razão pela qual apoiava a intenção do fidalgo de participar na batalha argumentando que seria preferível este ficar a regressar no caos das vésperas de uma batalha imperial⁶³².

Desta forma, D. Luís não só assistiu a todos os preparativos dos dias anteriores à batalha, como ainda antes desta teve acesso directo, além do Imperador, também ao rei Fernando e ao príncipe Maximiliano, bem como a algumas das figuras mais importantes da corte imperial. Destas, destacam-se particularmente D. Luís de Ávila y Zúñiga,

⁶²⁸ Cf. Carta de D. Gil Eanes da Costa a D. João III, Muhlberg, 21.IV.1547 – *Ibidem*, fl. 1v.

⁶²⁹ Cf. MACEDO, Joseph Pereira de, *Op. Cit.*, livro I, p. 9.

⁶³⁰ Cf. *Ibidem*.

⁶³¹ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro I, cap. I.

⁶³² Cf. Carta de D. Gil Eanes da Costa a D. João III, Muhlberg, 21.IV.1547 – ANTT, CC I-79-18, fl. 1v.

recentemente promovido por Carlos V a comendador-mor de Alcântara⁶³³, o secretário Craso, o duque Juan Manrique e, sobretudo, o 3º duque de Alba⁶³⁴. A importância de ter conhecido pessoalmente Alba nesta ocasião, apesar de não se conhecerem dados mais concretos, não deverá ser esquecida visto ter sido através dessa convivência que Ataíde aprendeu muito do que, já no reinado de D. Sebastião, lhe valeu a nomeação como vice-rei da Índia e até a explicar o contexto e a missão de que então foi encarregue.

Ainda antes de ver, em acção na batalha, os famosos tercios espanhóis, D. Luís teve oportunidade, tal como relata D. Gil Eanes da Costa sobre o interesse evidenciado pelo fidalgo, de aprender directamente com Carlos V e, muito provavelmente também com o 3º duque de Alba, as mais modernas e recentes tácticas de guerra terrestre. Assistindo à organização do exército imperial, verdadeiramente cosmopolita e multinacional⁶³⁵, que então contava cerca de 25 mil homens e 8000 cavaleiros⁶³⁶, Ataíde pôde conhecer a famosa cavalaria húngara do rei Fernando, a temível artilharia do exército imperial e diverso armamento usado naquela campanha⁶³⁷.

O conhecimento que Ataíde então acumulou poderia, como depois mais tarde veio a verificar-se, ser fundamental na hora de reformar as estruturas do exército português, fornecendo-lhes um modelo e exemplo bem-sucedido. De facto, D. João III já tentara modernizar o exército, na década de 1520, no sentido da implementação do sistema das ordenanças devido à rivalidade luso-castelhana nas Molucas. Porém, a ideia acabara por não avançar em virtude falta de dinheiro da Coroa e das diferentes resistências da nobreza. Posteriormente, e particularmente no contexto da ameaça dos Xerifes às

⁶³³ Figura central durante o reinado de Carlos V e de Filipe II pois começou por ser gentil-homem da Casa de Borgonha de Carlos V desde pelo menos 1531. Em 1534 já era gentil-homem da sua câmara. Seguiu o Imperador em diversas batalhas, tendo escrito uma obra sobre os conflitos na Alemanha. Irmão do 1º marquês de las Navas, foi comendador-mor de Alcântara desde 24 de Outubro de 1546 e marquês de Mirabel desde 1571, recebendo este título através do seu casamento com María de Zúñiga, filha do senhor de Mirabel. Foi do conselho de Estado e Guerra de Filipe II, tendo desempenhado diversas missões diplomáticas para Filipe II. Morreu em Plasencia a 24 de Setembro de 1573. Cf. MARTÍNEZ MILLÁN, José (dir.), *La Corte de Carlos V*, vol. IV, p. 140. Foi ainda uma figura decisiva no relacionamento entre o príncipe Filipe e Carlos V como evidencia a sua nomeação secreta pelo príncipe Filipe, em 1548, para negociar com Carlos V os termos da sua deslocação ao Império (Cf. ÁLVAREZ, Manuel Fernández, *Op. Cit.*, p. 497).

⁶³⁴ Sobre esta figura vejam-se as três biografias mais conhecidas: MALTBY, William S., *Alba: a biography of Fernando Alvarez de Toledo, third duke of Alba, 1507-1582*, Londres/Berkeley/Los Angeles, University of California Press, 1983; KAMEN, Henry, *El Gran Duque de Alba. Soldados de la España Imperial*, Madrid, Planeta de Agostini, 2004; ÁLVAREZ, Manuel Fernández, *El Duque de Hierro: Fernando Álvarez de Toledo, III Duque de Alba*, Madrid, Espasa, 2007.

⁶³⁵ Cf. ÁLVAREZ, Manuel Fernández, *Carlos V...*, p. 226.

⁶³⁶ Cf. ÁLVAREZ, Manuel Fernández, *La España...*, p. 795.

⁶³⁷ Cf. *Armamento de los ejércitos de Carlos V en la guerra de Alemania 1546-1547*, Madrid, Imprenta del Servicio Geográfico del Ejército, 1947.

praças-norte africanas, o *Piedoso* tentou várias vezes a sua implementação⁶³⁸, embora sem grandes resultados práticos devido às resistências da nobreza. O modelo que se procurava seguir com a instauração do sistema das ordenanças era precisamente o existente no exército imperial⁶³⁹. Também no tocante a esta problemática, é possível que D. Luís tenha sido mandatado por D. João III para adquirir durante a sua embaixada os últimos conhecimentos e aprendizagens, colhidos num exército imperial em constante adaptação. Estes poderiam vir a ser aplicados noutros contextos. Mas, uma vez mais, não existem dados que permitam ir além da formulação de conjecturas.

Em suma, não será exagerado afirmar que D. Luís de Ataíde teve o privilégio de complementar os seus conhecimentos de guerra naval, já adquiridos, com os da vertente terrestre com um dos melhores, senão mesmo com o melhor profissional que poderia ter no seu tempo⁶⁴⁰. Esta aprendizagem foi absolutamente estruturante para o seu futuro e teve impacto em diferentes conjunturas da sua actuação. Não há dúvida que muito do respeito e temor que a sua figura posteriormente despertou relevava da sua experiência em Muhlberg, acerca da qual são muitas as interrogações e poucas as respostas.

A postura do fidalgo de impor a sua presença na batalha quase parece uma metáfora da instrução que recebera do *Piedoso*, tendo em conta as já citadas palavras régias escritas ao Imperador em finais de 1546. Em que medida antes de partir não combinara o fidalgo com o rei a atitude que depois tomou? Infelizmente, as fontes não permitem esclarecer tal ponto. Todavia, e apesar de ser conhecido que D. João III no passado nem sempre lidara bem como a intenção do infante D. Luís, ou até de fidalgos da Casa Real, de servirem directamente o Imperador, não nos parece que Ataíde arriscasse o desagrado régio caso não tivesse uma instrução ou autorização implícita nesse sentido. Se não a recebeu do rei, teve-a, pelo menos, de D. Gil Eanes, a figura a quem o rei ordenara que

⁶³⁸ Cf. RODRIGUES, Vítor, “As Companhias de Ordenanças em Marrocos nos reinados de D. Manuel e D. João III” in *D. João III e o Império*, edição de Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, Lisboa, CHAM, 2004, pp. 185-195.

⁶³⁹ Este, por sua vez, remontava ao início das guerras de Itália ainda em finais do século XV e fora criado por Gonzalo Fernández de Córdoba (1453-1515) para enfrentar as investidas francesas com sucesso. Sobre o tema e a figura vejam-se os trabalhos de: MARTÍNEZ RUIZ, Enrique, “El Gran Capitán y los inicios de la Revolución Militar Española” in *Córdoba, El Gran Capitán y Su Época*, Córdoba, Publicaciones de la Real Academia de Córdoba, 2003, pp. 153-176 e SAMPELAYO, Luis Sanz, “Ceriñola/Garellano: La Cuna de Los Tercios” in *Córdoba, El Gran Capitán y Su Época*, Córdoba, Publicaciones de la Real Academia de Córdoba, 2003, pp. 177-213.

⁶⁴⁰ Neste ponto concreto referimo-nos a Alba. O outro grande general daquele tempo dirigiu várias vezes as forças que se opunham a Carlos V. Referimo-nos a Claude I (v. 1496-1550), 1º duque de Guise que liderou em várias ocasiões os exércitos de Francisco I e de Henrique II de França.

obedecesse. Acresce que a sua atitude posterior evidencia claramente que D. Luís não esquecera a quem deveria servir em primeiro lugar.

Já para Carlos V, à parte uma hipotética simpatia que tenha criado por Ataíde, como os relatos apontam e parece ser confirmado pela doação ao fidalgo de um arnês⁶⁴¹, era sempre prestigiante ter um fidalgo da Casa Real Portuguesa a manifestar interesse em servi-lo. Tal contribuía para alicerçar a imagem de uma Monarquia Universal⁶⁴² e de uma corte que era um verdadeiro viveiro de oportunidades de medrança⁶⁴³, que a propaganda carolina pretendia implantar. Além disso e como é sabido, Carlos V devido à sua esposa, a Imperatriz Isabel de Portugal, em função do casamento do príncipe Filipe com a infanta D. Maria Manuela de Portugal, em 1543, e sobretudo devido às constantes guerras com a França, nunca pôde descartar a sua relação com D. João III. Como recusar então ao representante desse rei a participação em tão decisiva batalha?

Se bem que nas crónicas de Carlos V⁶⁴⁴, na carta escrita pelo Imperador ao príncipe Filipe⁶⁴⁵, nas memórias de Carlos V⁶⁴⁶, na relação da batalha escrita por D. Luís de Ávila y Zúñiga⁶⁴⁷ ou ainda que em Simancas⁶⁴⁸ não se tenha encontrado qualquer testemunho da participação de D. Luís de Ataíde na batalha de Muhlberg, cremos que terá ocorrido, tal como afirmam António Pinto Pereira e Joseph Pereira de Macedo,

⁶⁴¹ O qual ainda no século XVII se encontraria em posse da Casa de Atouguia (Cf. SOUSA, Manuel de Faria e, *Ásia Portuguesa*, tradução de Manuel Burquets, vol. IV, Porto, Livraria Civilização, 1945, parte 1, cap. XI).

⁶⁴² A qual contribuía decisivamente para motivar todas as formas de resistência a Carlos V, incluindo a referida política de reputação praticada por D. João III. Cf. CARDIM, Pedro, “A diplomacia...”, p. 640.

⁶⁴³ Cf. PELÚCIA, Alexandra, *Op. Cit.*, p. 117.

⁶⁴⁴ Na crónica de SANTA CRUZ, Alonso de, *Crónica del Emperador Carlos V*, vol. V, Madrid, Imprenta del Patronato de Huérfanos de Intendencia é Intervencin Militares, 1925, Parte VIII, caps. II e III não se encontrou qualquer dado referente a D. Luís, o mesmo se aplicado à crónica de SANDOVAL, Prudencio, *Historia de la vida y hechos del emperador Carlos V*, Parte II, Barcelona, Por Sebastian de Cormellas, 1625. Já as de GIRON, Pedro, *Cronica del Emperador Carlos V*, edição de Juan Sanchez Montes, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1964 e a de ZÚÑIGA, Don Francés de, *Crónica Burlesca del Emperador Carlos V*, edição de José Antonio Sánchez Paso, Salamanca, Ediciones Universidad Salamanca, 1989 terminam antes de 1547.

⁶⁴⁵ Cf. Carta de Carlos V ao príncipe Filipe, Muhlberg, 26.IV.1547 – PUB. *Corpus Documental de Carlos V*, edição de Manuel Fernandez Álvarez, vol. II, Salamanca, Universidad de Salamanca-Consejo Superior de Investigaciones Científicas-Fundacion Juan March, 1975, doc. CCCLXIII.

⁶⁴⁶ Cf. *Carlos V. Memorias*, edição de Manuel Fernandez Álvarez, Madrid, Ediciones Cultura Hispanica, 1960, pp. 120-126.

⁶⁴⁷ Cf. ÁVILA Y ZÚÑIGA, D. Luís, *Comentario del Illustre Senor Don Lvis de Avila y Çuñiga Comendador Mayor de Alcantara: de la Guerra de Alemaña hecha por Carlo V, Maximo Emperador Romano, Rey de España, en el año de M. D. XKVI. Y M. D. XLVII*, Anvers, en casa de Iuan Steelsio, 1549.

⁶⁴⁸ Em Simancas foram consultados vários legajos relativos a diferentes secretarias como a Alemanha (AGS, Estado, Leg. 644), Castela (AGS, Estado, Leg. 75), Flandres (AGS, Estado, Leg. 502), Milão (AGS, Leg. 1193, 1194 e 1195) e França (AGS, Estado, Leg. K-1487) não tendo sido possível apurar nenhum dado de interesse.

corroborados pela carta de D. Gil Eanes da Costa. No entanto, parecem-nos discutíveis, não os moldes descritos por aqueles cronistas para a acção de D. Luís durante a batalha, mas antes o que depois dela sucedeu.

Possivelmente D. Luís terá tomado conhecimento da decisão de Carlos V de preparar durante a noite a estratégia de passagem do exército imperial para a margem direita do rio Elba. Dado o facto do exército imperial não dispor de tempo para construir pontes de acesso e de a única existente estar sob controlo dos protestantes, Carlos V e o 3º duque de Alba, aproveitando a madrugada e o nevoeiro, optaram por fazer passar homens para a margem direita do Elba socorrendo-se dos navios que os protestantes ali tinham deixado. Quando, já durante o dia, foram detectados pelos protestantes que iniciaram de imediato a fuga, abandonando a defesa da ponte de acesso, Ataíde deverá ter assistido à importante decisão do Imperador de apenas avançar com a cavalaria, na qual ele próprio se incluía, não esperando pela infantaria⁶⁴⁹. À época considerado como um acto de grande temeridade e que viria a ser recordado posteriormente, alguns dos soldados dos temíveis tercios já antes se tinham lançado à água, com as espadas na boca, em perseguição dos protestantes. Este tipo de actuação, militar e sobretudo psicológica, viria, aliás, a ser retomada por D. Luís de Ataíde no seu primeiro governo oriental.

Foi então que, na perseguição da cavalaria aos protestantes que fugiam para a floresta, e no seio dos combates, D. Luís se deparou com o estandarte imperial, a cargo de Luís Quixada, alferes-mor do senhor flamengo de Brossu, estendido no chão e com Quixada ferido⁶⁵⁰. Vendo um cavaleiro a aproximar-se em direcção de Quixada e julgando Ataíde que se tratava de um inimigo, acelerou o galope para socorrer Quixada e o estandarte. Apenas depois se apercebeu que o outro cavaleiro vinha também em auxílio de Luís Quixada. Impressionado com a coragem e tenacidade evidenciada por D. Luís, Quixada terá, depois da batalha, narrado o sucedido a Carlos V, quando o Imperador armava diversos cavaleiros⁶⁵¹.

Foi então que Carlos V manifestou intenção de armar cavaleiro Ataíde. O fidalgo terá respondido que já tinha sido armado cavaleiro por D. Estêvão da Gama, em Toro, motivo pelo qual tinha de recusar a oferta carolina e viver o resto da vida com o pesar

⁶⁴⁹ Cf. ÁLVAREZ, Manuel Fernández, *Carlos V...*, p. 799.

⁶⁵⁰ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro I, cap. I; MACEDO, Joseph Pereira de, *Op. Cit.*, livro I, pp. 10-11. Não foi possível identificar Luís Quixada, dado o problema da homonímia, nem o referido senhor de Brossu.

⁶⁵¹ Cf. *Ibidem*.

de não poder ser armado cavaleiro pessoalmente pelo Imperador⁶⁵². A resposta atribuída a Carlos V de que “Mais invejo o que agora dissestes, do que estimo a vitória presente”⁶⁵³ parece-nos totalmente inverosímil, dado estarmos em presença daquela que é considerada unanimemente como a maior vitória militar de Carlos V em toda a sua vida⁶⁵⁴. Independentemente de se discutir se Muhlberg foi uma batalha⁶⁵⁵, uma simples caçada⁶⁵⁶, uma debandada⁶⁵⁷ ou mesmo uma vitória incompleta⁶⁵⁸, de se debater se o mérito da vitória era devido a Carlos V ou ao 3º duque de Alba⁶⁵⁹, a verdade é que a batalha de Muhlberg colocou o Imperador numa situação que nunca antes alcançara e que não voltaria a verificar-se.

Aprisionando um dos líderes da Liga de Esmalcalda, o protestante João Frederico (v. 1503-1554), duque de Saxónia, causando a rendição de todo o sul da Alemanha à sua autoridade, e logrando, ao mesmo tempo, evitar a guerra imediata com a França de Henrique II (r. 1547-1559), Carlos V parecia, de facto, ter alcançado o objectivo a que se propusera quando, em 1545, decidira resolver pela força o desafio protestante. Como afirma Manuel Fernández Álvarez, “en el Verano de 1547, la fuerza de aquella dinastía sobre Europa no tenía igual”⁶⁶⁰, facto que se tornou evidente nas pretensões que o príncipe Filipe, na sequência da estrondosa vitória imperial, manifestaria quanto à possibilidade de vir a ser herdeiro de Carlos V no Império⁶⁶¹.

Apesar do problema da sucessão de Carlos V e dos eventos político-militares posteriores terem revelado que a vitória de Muhlberg não significara o fim do desafio protestante, antes pelo contrário, e que a situação de completa hegemonia imperial sobre a Europa não se concretizara, como a crise imperial de 1552 veio demonstrar, a verdade

⁶⁵² Mais precisamente: “Esta honra, Senhor, já a tenho recebido no Monte Sinai, e por isso hey de viver sempre com o pesar de não poder agora recebe-la” (Cf. BELÉM, Frei Jerónimo, *Op. Cit.*, livro VII, cap. XV, p. 114), resposta que julgamos ter ocorrido por corresponder ao perfil fortemente cavaleiresco e orgulhoso, evidenciado pelo fidalgo em toda a sua vida.

⁶⁵³ Cf. *Ibidem*.

⁶⁵⁴ Cf. MARTÍNEZ MILLÁN, José (dir.), *La Corte de Carlos V*, vol. II, p. 184; KAMEN, Henry, *El gran duque...*, p. 65; ÁLVAREZ, Manuel Fernández, *Carlos V. Un hombre para Europa*, Madrid, Editorial Espasa-Calpe, 1999, pp. 279-280.

⁶⁵⁵ Como defende Manuel Fernández Álvarez (Cf. ÁLVAREZ, Manuel Fernández, *Carlos V, el César...*, p. 697).

⁶⁵⁶ Cf. MALTBY, William S., *Op. Cit.*, p. 62.

⁶⁵⁷ Cf. KAMEN, Henry, *Op. Cit.*, p. 64.

⁶⁵⁸ Cf. KOHLER, Alfred, *Carlos V 1500-1558: Una biografía*, Madrid, Marcial Pons, 2000, p. 340.

⁶⁵⁹ Maltby considera que Carlos V deixara as principais decisões da batalha para o 3º duque de Alba, razão pela qual o Imperador reconheceria que lhe devia a vitória e lhe teria passado a reconhecer um novo estatuto a partir de 1547 (Cf. MALTBY, William S., *Op. Cit.*, pp. 55 e 63-64).

⁶⁶⁰ Cf. ÁLVAREZ, Manuel Fernández, *Felipe II y su Tiempo*, Madrid, Espasa Calpe, 1998, p. 714.

⁶⁶¹ Cf. *Ibidem*, p. 700 e seguintes.

é que a 24 de Abril de 1547 Carlos V não poderia ter esta visão do futuro próximo. Nesse sentido, os festejos daquela vitória não eram apenas seus mas também de todos aqueles que, como D. Luís de Ataíde, tinham participado na batalha e não a esqueceram como marco fundamental da História do seu tempo. Se para o 3º duque de Alba, Muhlberg o consagrou como o grande general do exército imperial⁶⁶² e o marcou profundamente a ponto de mandar retratar a batalha nos seus torrões da sua vila de Alba de Tormes⁶⁶³, e se para Carlos V a batalha ocasionou o seu imponente retrato a cavalo, realizado pelo seu pintor de eleição, Tiziano⁶⁶⁴, não se deverá abstrair do significado que Muhlberg também terá tido para Ataíde.

Doravante, este poderia afirmar que fora o mais influente português que nela participara e mais se destacara a ponto de ter margem para pedir a D. Luís de Ávila y Zúñiga que Carlos V armasse cavaleiros, em seu próprio lugar, os portugueses que tinham participado na batalha⁶⁶⁵, versão esta que cremos bem mais próxima da verdade histórica. Como afirmado, D. Luís aprendera, antes, observando e tomando parte na batalha, o exército imperial, no seu melhor e em acção. Além disso, tivera o privilégio de conhecer pessoalmente a figura do rei-soldado, rei-viajante e rei-crente⁶⁶⁶, Imperador Carlos V, num dos momentos mais importantes da sua existência. Tivera ainda amplas oportunidades de estabelecer laços e contactos duradouros na corte de Carlos V. Sobre este último aspecto, novamente escasseiam os dados para elaborar uma análise mais detalhada, em particular no sentido de avaliar se terá sido colocada a hipótese de casar com algum membro da nobreza imperial. Em todo o caso, pelo comportamento descrito, D. Luís de Ataíde parece-nos reflectir um caso demonstrativo de como as fronteiras da nobreza não se cingiam a Reinos.

Na realidade, ao regressar ao Reino D. Luís podia realçar que fora um dos muitos portugueses que sempre quisera conhecer a figura do Imperador, e um dos poucos que chegara a ter contacto efectivo com ele, facto este relevante sobretudo para a sua relação com D. Sebastião. Neste sentido, a sua embaixada à Alemanha constituiu um segundo momento estruturante não só da sua aprendizagem militar, mas igualmente da sua trajectória política, social e, acima de tudo, pessoal.

⁶⁶² Cf. ÁLVAREZ, Manuel Fernández, *El duque...*, p. 162.

⁶⁶³ Cf. *Ibidem*, pp. 178-179.

⁶⁶⁴ Cf. ÁLVAREZ, Manuel Fernández, *Carlos V...*, p. 852.

⁶⁶⁵ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro I, cap. I.

⁶⁶⁶ Cf. ÁLVAREZ, Manuel Fernández, *Op. Cit.*, p. 667.

Desconhece-se, malogradamente, a data exacta do regresso de Ataíde, apenas se sabendo que D. João III fora informado do que se passara em Muhlberg, todavia, sem referências a D. Luís, pelas cartas de João Rebelo. Com estas recebeu uma cópia da carta de Carlos V ao príncipe Filipe⁶⁶⁷ e outra cópia da carta do marquês de Marinhão⁶⁶⁸. Deverá ainda ter tomado conhecimento de mais pormenores através de D. Gil Eanes da Costa, a quem, em Setembro de 1547, voltou a solicitar informações sobre o rei Fernando e Maximiliano⁶⁶⁹ e a quem se sabe que foi também enviado, pelo príncipe D. João Manuel, Rui Gomes, para visitar Carlos V por ocasião das relevantes vitórias imperiais do ano de 1547⁶⁷⁰.

Ataíde deverá no regresso ter passado pelo ducado de Sabóia onde terá cumprido a missão de cumprimentar o príncipe herdeiro Emanuel Felisberto, embora não se conheçam referências nesse sentido. A chegada ao Reino deverá ter ocorrido em inícios de 1548, momento em que o embaixador castelhano, Lope Hurtado de Mendonza, que ouvira falar da actuação de D. Luís de Ataíde em Muhlberg, por fonte incerta, escreveu a Juan Vasquez de Molina. Na missiva perguntava o que se passara entre Ataíde e o Imperador, esperando “con cuidado”⁶⁷¹, isto é, preocupação, pela resposta. Na sequência de ausência conhecida da missiva de resposta de Molina, deduz-se que só terá tomado conhecimento do que se passou com a própria chegada de D. Luís a Lisboa.

II. 3. Alicerçando o caminho de uma restauração condal (1548?-1557)

Enquanto D. Luís de Ataíde vivia na corte e fora nomeado para a referida embaixada a Carlos V, D. Afonso de Ataíde decidira colocar outros dois filhos ao serviço do rei. Referimo-nos a D. Álvaro Gonçalves de Ataíde e D. João de Ataíde, terceiro e quarto filhos do 3º senhor de Atouguia, respectivamente⁶⁷². Na realidade, é bem possível que estes dois irmãos mais novos de D. Luís tenham sido os que com ele partiram para Ceuta, em 1544, como refere a carta de D. António de Ataíde⁶⁷³. Esta afirmação, no que a D. Álvaro Gonçalves de Ataíde diz respeito, parece ser confirmada por uma carta de

⁶⁶⁷ Cf. Carta de João Rebelo a D. João III, Envers, 4.V.1547 – ANTT, CC I-79-25, fl. 1.

⁶⁶⁸ Cf. Carta de João Rebelo a D. João III, s.l., 6.V.1547 – ANTT, CC I-79-26, fl. 1.

⁶⁶⁹ Cf. Carta de D. Gil Eanes da Costa a D. Catarina, Augusta, 25.IX.1547 – ANTT, CC I-79-87, fl. 1.

⁶⁷⁰ Cf. Carta de D. Gil Eanes da Costa a D. João III, Augusta, 25.IX.1548 – ANTT, CC I-79-88, fl. 1.

⁶⁷¹ Cf. Carta de Lope Hurtado de Mendonza a Juan Vasquez de Molina, s.l., 2.I.1548 – AGS, *Estado*, leg. 374, doc. 57.

⁶⁷² Cf. Genealogia 4: Ascendência e descendência de D. Luís de Ataíde, 3º conde de Atouguia (Século XVI).

⁶⁷³ Cf. Apêndice documental, doc. 2.

concessão de comenda passada ao fidalgo em 1545⁶⁷⁴. Já relativamente a D. João de Ataíde tudo aponta para que tenha partido para a Índia na armada do governador D. João de Castro, o qual, lembre-se, era primo de todos os filhos de D. Afonso⁶⁷⁵.

A hipotética partida de D. João de Ataíde ao lado do governador Castro não representava apenas uma repetição do que já sucedera com o próprio D. Luís de Ataíde que, como assinalado, em 1538, também partira na armada de um vice-rei parente. D. Afonso necessitava e pretendia ainda, depois do falecimento de D. Martim Gonçalves de Ataíde, assegurar que os irmãos então mais próximos da sucessão da Casa, caso algo acontecesse a D. Luís, tinham carreiras de serviço autónomas no Império. Tal não só reforçava o papel que D. Luís então desempenhava na corte como contribuía para assegurar a continuidade e até um reforço de serviços da Casa de Atouguia à Casa Real, o qual tornaria ainda mais saliente a sua preponderância cortesã⁶⁷⁶.

Nesta lógica, o destaque que D. João de Ataíde veio a alcançar durante o governo de D. João de Castro (1545-1548) contribuiu decisivamente para o reforço do estatuto político da Casa de Atouguia nos anos finais do reinado joanino⁶⁷⁷. Não esquecendo as suas relações anteriores com D. Afonso de Ataíde, D. João de Castro escreveu a seu filho D. Álvaro de Castro, antes mesmo de se iniciar aquela que foi uma relação de companheirismo de armas entre D. Álvaro e D. João de Ataíde, que deste filho de D. Afonso de Ataíde “temde grande cuydado delle e tratah yo como companheyro e parente e filho de huu dos majs pryncipaes homes de Portugal de maneyra que pareça a todos que soes jrmãos”⁶⁷⁸. Em nova missiva, de Agosto de 1546, D. João de Castro voltava a insistir junto do filho, já depois de oficialmente ter atribuído a D. João de Ataíde o comando de um navio de socorro à cercada Diu⁶⁷⁹: “Dom Johão de Tayde,

⁶⁷⁴ Cf. ANTT, *CDJIII*, livro 43, fl. 65v. O documento em causa não apresenta data, mas julgamos que seja de 1545, e apenas refere que D. Álvaro era fidalgo da Casa Real e cavaleiro professo da Ordem de Cristo que servira dois anos em Ceuta.

⁶⁷⁵ Cf. Genealogia 6: Parentesco com os Castros (Século XVI).

⁶⁷⁶ Maria Paula Marçal Lourenço considera que os Ataídes da Atouguia desempenharam um papel preponderante na corte durante todo o reinado de D. João III. Cf. LOURENÇO, Maria Paula Marçal, “Fidelidades, resistências e memória na Casa Real Portuguesa no tempo dos Filipes” in *Colóquio O Sebastianismo: Política, Doutrina e Mito (Sécs. XVI-XIX)*, Lisboa, Edições Colibri/Academia Portuguesa de História, 2004, p. 81.

⁶⁷⁷ Cf. Mapa 3 para a localização geográfica das praças referidas nestas secção.

⁶⁷⁸ Cf. Carta de D. João de Castro a D. Álvaro de Castro, Goa, 24.VII.1546 – PUB. *Cartas de D. João de Castro*, doc. XX, p. 151.

⁶⁷⁹ Cf. *Da Ásia*, VI, i, 7; CORREIA, Gaspar, *Op. Cit.*, vol. IV, Lenda de D. João de Castro, cap. XLIII; NUNES, Leonardo, *Crónica de D. João de Castro*, comentário de Luís de Albuquerque, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, cap. XV; CASTRO, D. Fernando de, *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*, transcrição e notas de Luís de Albuquerque e Teresa Travassos Cortez da Cunha Matos, Tomar, CNCDP, 1995, Parte I, cap. 30.

tratay como jrmão per sua pesoa e ser filho de huu homem tão prymçypal”⁶⁸⁰. Foi nesta mesma lógica que D. João de Ataíde partiu com D. Álvaro de Castro no socorro a Diu.

A impetuosidade e bravura evidenciada pelo fidalgo durante o cerco e na missão secreta que o governador lhe confiara no sentido de ir informar-se secretamente à Arábia sobre as movimentações otomanas⁶⁸¹, valeram ao fidalgo uma extensa recomendação do governador ao rei. Nessa carta, D. João de Castro começava por garantir ao rei, como foi colocado no início, que D. João de Ataíde “he bom Irmão de Dom Luiz de Tayde” para acrescentar, em seguida, que desde que chegara à Índia “foi tantas vezes ferido e queimado e servido em tantas armadas e em tantas partes, e fê lo tambem no Cerco de Dio, que a ser hum Ungaro ou Polonio merecia fazer lhe Vossa Alteza muita honra e Mercê, e pô-lo em hum cargo muito honrado, mayormente sendo elle filho de hum home tam principal como he Dom Afonso d’Atayde, e vindo de tam nobre genealogia”, acrescentando para finalizar que “Beijarei as mãos a Vossa Alteza quere lo prover de huma boa Fortaleza, a qual nam deça de Sofala ou Baçaim”⁶⁸².

Antes de se concretizar a indigitação régia a favor de D. João de Ataíde, o fidalgo continuou a servir afincadamente o governador e o seu filho D. Álvaro. Colocando-se, em Agosto de 1547, à disposição de D. Álvaro de Castro para o servir no que fosse necessário⁶⁸³, sabe-se que participou na decisiva batalha campal em Diu, em 1547, ao lado do governador⁶⁸⁴, tendo, no rescaldo da refrega, ficado ferido na cabeça e recebido 150 pardaus⁶⁸⁵. Posteriormente esteve com D. Álvaro nos combates em Bârdéz e Salsete⁶⁸⁶ e participou num ataque no Malabar onde voltou a ficar ferido na cabeça⁶⁸⁷. Em 1548, D. João de Castro nomeou-o para capitanear quatro navios de socorro a

⁶⁸⁰ Cf. Carta de D. João de Castro a D. Álvaro de Castro, Goa, 17.VIII.1546 – PUB. *Cartas de D. João de Castro*, doc. XXIII, p. 156.

⁶⁸¹ Cf. CASTRO, D. Fernando, *Op. Cit.*, parte I, cap. 12.

⁶⁸² Cf. Carta de D. João de Castro a D. João III, Diu, 16.XII.1546 – PUB. *Cartas de D. João de Castro*, doc. XLIII, p. 288. Sobre o cerco de Diu veja-se o recente e relevante trabalho de JESUS, Roger Lee de, *O Segundo Cerco de Diu (1546). Estudo de História Política e Militar*, dissertação de mestrado policopiada, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2012. Relembre-se ainda que este autor tem em preparação a sua tese de doutoramento, sob orientação de João Marinho dos Santos e João Paulo Oliveira e Costa, subordinada ao tema *A Governação do Estado da Índia por D. João de Castro (1545-1548) na estratégia imperial de D. João III*.

⁶⁸³ Cf. Carta de D. João de Ataíde a D. Álvaro de Castro, Baçaim, 15.VIII.1547 – PUB. *Colecção de São Lourenço*, vol. II, doc. 17.

⁶⁸⁴ Cf. *Da Ásia*, VI, v, 6; CORREIA, Gaspar, *Op. Cit.*, Lenda de D. João de Castro, cap. LXXVI; CASTRO, D. Fernando de, *Op. Cit.*, parte I, cap. 46.

⁶⁸⁵ Cf. CASTRO, D. Fernando de, *Op. Cit.*, parte I, cap. 46; *Cartas de D. João de Castro*, p. 315.

⁶⁸⁶ Cf. CASTRO, D. Fernando de, *Op. Cit.*, parte II, cap. 66.

⁶⁸⁷ Cf. *Ibidem*, parte II, cap. 72.

Adém⁶⁸⁸ com ordem para partir antes de D. Álvaro, como consta do seu detalhado regimento⁶⁸⁹. Mas, chegado à cidade retirou por esta se encontrar já em posse dos Otomanos⁶⁹⁰, motivo pelo qual aguardou a chegada de D. Álvaro e com ele participou na tomada do Caxém⁶⁹¹. De regresso a Goa, onde o então já vice-rei agonizava, foi por ele recebido, tendo Castro demonstrado ser “mui satisfeito”⁶⁹² dos seus serviços.

A forte ligação e cumplicidade de D. João de Ataíde a D. Álvaro e D. João de Castro, a qual relembra plenamente a ligação estabelecida entre o 1º conde de Atouguia e D. Fernando de Castro, naquela que foi uma verdadeira aliança das duas linhagens com intuítos políticos e que, volvidos quase cem anos parecia repetir-se, não sofreu grande abalo com a morte de D. João de Castro. O fidalgo permaneceu na Índia, acompanhando o governador Garcia de Sá (1548-1549) na sua deslocação às Praças do Norte⁶⁹³, tendo, entretanto, em finais de 1548, recebido a nomeação régia para a capitania de Ormuz⁶⁹⁴. Provavelmente o monarca ouvira falar das acções do fidalgo aquando do regresso do capitão-mor da armada da Índia, Lourenço Pires de Távora, que lhe narrou tudo o que se passara no segundo cerco de Diu. Nessa sequência foram escritas as missivas do rei, da rainha e do infante D. Luís ao governador D. João de Castro, reconduzindo-o no cargo e ainda efectuadas diversas nomeações nas quais se deve ter incluído a de D. João de Ataíde⁶⁹⁵. Em missiva a D. João III agradecia a nomeação e prometia lutar contra a presença otomana no Golfo Pérsico⁶⁹⁶. No entanto, D. João de Ataíde só tomou posse da capitania durante o governo de Francisco Barreto (1555-1558) visto que em 1549 foi

⁶⁸⁸ Cf. *Da Ásia*, VI, vi, 4.

⁶⁸⁹ Cf. Regimento de D. João de Ataíde, Baçaim, 26.II.1548 – BNP, Mss. 206, nº 64/PUB. *Cartas de D. João de Castro*, doc. XXXVII. O regimento foi assinado por D. João e D. Álvaro de Castro.

⁶⁹⁰ Cf. *Da Ásia*, VI, vi, 5; CORREIA, Gaspar, *Op. Cit.*, Lenda de D. João de Castro, caps. XC e XCV; NUNES, Leonardo, *Op. Cit.*, cap. XXXVII; CASTRO, D. Fernando de, *Op. Cit.*, parte II, cap. 81.

⁶⁹¹ Cf. *Da Ásia*, VI, vi, 6; CORREIA, Gaspar, *Op. Cit.*, Lenda de D. João de Castro, cap. CXVI; NUNES, Leonardo, *Op. Cit.*, cap. XXXVIII; CASTRO, D. Fernando de, *Op. Cit.*, parte II, cap. 83; ANDRADE, Jacinto Freire de, *Op. Cit.*, livro IV, p. 297. O Caxém localiza-se na província de Ispaão do actual Irão.

⁶⁹² Cf. CASTRO, D. Fernando de, *Op. Cit.*, parte II, cap. 84, p. 520.

⁶⁹³ Cf. *Da Ásia*, VI, viii, 4.

⁶⁹⁴ Começou por ser nomeado a 20 de Fevereiro de 1548 em Lisboa (Cf. *Registo da Casa da Índia*, vol. I, edição de Luciano Ribeiro Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954), sendo a nomeação confirmada, aquando do seu regresso ao Reino, em 1553, embora na vagante dos providos (Cf. ANTT, *CDJIII*, livro 60, fl. 27, Lisboa, 22.II.1553). Já anteriormente, em 1552, D. João III fizera mercê ao fidalgo de um alvitre para a Índia no valor de 4000 cruzados, excluindo drogas e especiarias, para que caso o fidalgo falecesse sem entrar em posse da capitania de Ormuz pudesse pagar as suas dívidas (Cf. Alvará de D. João III a favor de D. João de Ataíde, Lisboa, 23.VII.1552 – ANTT, *CSV*, livro 8, fl. 80).

⁶⁹⁵ Cf. ANDRADE, Jacinto Freire de, *Op. Cit.*, livro IV, p. 297.

⁶⁹⁶ Cf. Carta de D. João de Ataíde a D. João III, Goa, 20.XII.1548 – ANTT, *CC I*-81-120.

enviado ao Reino pelo governador Jorge Cabral (1549-1550) com a missão de informar o soberano da conversão do rei de Tanor⁶⁹⁷.

O provável regresso de D. João ao Reino, em 1550, decorreu num momento particularmente sensível para a vida da corte joanina e da Casa de Atouguia. Estando já a essa data em preparação o casamento do príncipe D. João com a infanta Joana de Áustria, o qual veio a concretizar-se em inícios de 1552, e viria a motivar a mobilização das principais figuras da corte⁶⁹⁸, é crível que D. Afonso de Ataíde tenha tentado usar os serviços de D. João de Ataíde para alcançar nomeação a favor de D. Álvaro Gonçalves de Ataíde, na Casa do príncipe D. João, em cargo incerto.

Um conjunto de pequenos indícios denotam como D. Luís de Ataíde vinha desempenhando, na viragem para a década de 1550, um papel cada vez mais preponderante na intermediação entre o seu pai e a corte régia. Apesar de lhe ser atribuída a autoria de uma carta de Maio de 1548 na qual é mencionado como capitão de guarda-costa da armada dos Açores, a personagem em questão não parece tratar-se do herdeiro da Casa de Atouguia⁶⁹⁹. Desconhece-se, aliás, para aquela data e anteriores, qualquer envolvimento directo de D. Luís nas armadas de guarda-costa do reinado joanino, embora o fidalgo tivesse relações pessoais com capitães dessas armadas⁷⁰⁰.

De facto, na sequência do seu sucesso em Muhlberg, ainda em 1548, quando Lourenço Pires de Távora foi nomeado para suceder a D. Gil Eanes da Costa no cargo de embaixador português junto de Carlos V, tudo aponta para que Ataíde tenha apoiado a indignação. É nesta lógica que se pode compreender que após ter intermediado, em 1549, nova ausência do seu pai na corte para tratar de assuntos não mencionados com D. João III⁷⁰¹, o fidalgo tivesse, já em 1552, estatuto para interferir em favor do irmão D. Álvaro. Nesse sentido, já apontara a sua nomeação para conselheiro do monarca, em Junho de 1550, realizada “pelas callidades de sua pessoa”⁷⁰². Mas, em 1552, fora o próprio D. Luís de Ataíde a pedir a Lourenço Pires de Távora, o qual relembre-se tivera

⁶⁹⁷ Cf. TRINDADE, Frei Paulo da, *Conquista Espiritual do Oriente*, vol. II, Lisboa, Centro de Estudos Históricos, 1964, cap. 67.

⁶⁹⁸ Cf. JORDAN, Anne Marie, *Op. Cit.*, p. 156.

⁶⁹⁹ Trata-se de um homónimo de nome Dr. Luís de Ataíde, embora erradamente referenciado na inventariação dos documentos do Corpo Cronológico. Cf. Carta do Dr. Luís de Ataíde a D. João III, Angra do Heroísmo, 21.V.1548 – ANTT, CC I-80-116.

⁷⁰⁰ Já foram referidas as relações com D. João de Castro, faltando referir as que, no reinado de D. Sebastião, viria a ter com Francisco Barreto, seu cunhado, que também desempenhou essas funções.

⁷⁰¹ Cf. Carta de D. Afonso de Ataíde a D. João III, Lisboa, 20.II.1549 – ANTT, CC I-82-63.

⁷⁰² Cf. ANTT, *CDJIII (Privilégios)*, livro 4, fl. 128, Lisboa, 26.VI.1550.

um papel crucial na negociação do enlace do príncipe D. João com D. Joana de Áustria⁷⁰³, que evitasse a saída do seu irmão D. Álvaro do Reino.

Este último, alegadamente agravado por não ter sido provido na Casa do príncipe como esperava, entre outros motivos devido à intensíssima corrida cortesã que a nomeação para os principais ofícios das Casas do príncipe e da princesa geraram, a ponto de justificar uma carta do príncipe Filipe ao seu embaixador pedindo para que os nomes dos oficiais da Casa de D. Joana não fossem divulgados até esta chegar a Portugal⁷⁰⁴, decidira abandonar o Reino. D. Luís recorrera então a Távora para tentar negociar directamente junto do príncipe e do rei condições que evitassem a saída do irmão. Lourenço Pires em missiva ao monarca⁷⁰⁵ na qual relembra a estima régia por D. Álvaro Gonçalves, narrava o episódio e acrescentava que não seria preciso fazer nada pois acreditava que D. Luís convenceria o irmão a ficar. Não se sabe se este chegou a abandonar o Reino, sendo apenas seguro que, em 1555, foi provido na comenda de Santa Maria de Escalhão, na Ordem de Cristo⁷⁰⁶.

Este episódio bem como a provável presença de D. Luís e seus irmãos no torneio de Xabregas de 1552, no qual se celebrou o consórcio daqueles príncipes e que, como afirma Anne Marie Jordan⁷⁰⁷, foi de uma magnificência nunca antes vista em Portugal, demonstra como, pela segunda vez, após a sua embaixada, o fidalgo se movia bem no interior da corte. Sabendo arregimentar os decisivos apoios de Lourenço Pires de Távora, mas também com muita probabilidade os de Pedro de Alcáçova Carneiro e, em menor grau, os de D. António de Ataíde, em favor do seu irmão e de seu pai, D. Luís de

⁷⁰³ Razão pela qual em 1551 abandonara a Alemanha e rumara a Castela (Cf. CRUZ, Maria Leonor Garcia da, “Lourenço Pires...”, p. 360).

⁷⁰⁴ Cf. Carta do príncipe Filipe a Lope Hurtado de Mendonza, Touro, 26.IV.1552 – AGS, *Estado*, Leg. 375, doc. 115. Esta carta vinha na sequência das polémicas que se tinham gerado na corte portuguesa assim que se soube da nomeação de D. Diogo de Castro para mordomo-mor do príncipe D. João, como Lope Hurtado, já escrevera ao príncipe Filipe (Cf. Carta de Lope Hurtado de Mendonza ao príncipe Filipe, s.l., 14.IV.1552 – AGS, *Estado*, Leg. 375, doc. 115). Relembre-se que o referido D. Diogo de Castro não era o esposo de D. Filipa de Ataíde, irmã de D. Luís de Ataíde, mas sim um primo deste (Cf. Genealogia 7: Ascendência de D. Diogo de Castro (Séculos XV-XVI). Sobre a Casa da infanta Joana de Áustria, fortemente marcada por membros da Casa da Imperatriz Isabel de Portugal e da infanta Maria Manuela que casara com o príncipe Filipe, em 1543, veja-se: MARTÍNEZ MILLAN, José, “Élites de poder en las cortes Monarquías española y portuguesa en el siglo XVI: los servidores de Juana de Austria”, *Miscelánea Comillas*, nº 61, 2003, pp. 169-202).

⁷⁰⁵ Cf. Carta de Lourenço Pires de Távora a D. João III, s.l., 15.I.1552 – PUB. TÁVORA, Rui Lourenço, *Historia dos Varoens Illvstres do Appelido Tavora continvada em os senhores da Caza e Morgado de Caparica*, Paros, Sebastiam Cramoisy, 1658, p. 95.

⁷⁰⁶ Cf. ANTT, *CDJIII (Privilégios)*, livro 4, fl. 95, Almeirim, 12.IX.1555. A referida comenda localizava-se no bispado de Lamego.

⁷⁰⁷ Cf. JORDAN, Anne Marie, *Op. Cit.*, p. 150.

Ataíde contribuíra activamente para que a sua Casa gozasse de maior influência no final do reinado, por comparação ao que sucedera em 1521.

Apenas neste cenário se pode compreender que, em 1555, quando D. João III, em gesto previsível, confirmou a D. Luís a posse do senhorio da Atouguia⁷⁰⁸, por morte de seu pai que se fez sepultar no mosteiro franciscano de Xabregas fundado pela bisavô D. Guiomar de Castro⁷⁰⁹, tenha invocado as justificações que tencionava utilizar para fazer mercê incerta a D. Afonso de Ataíde⁷¹⁰. Referindo-se aos serviços que D. Afonso prestara a D. Manuel I e seus antecessores, ao falecimento em serviço de D. Martim Gonçalves e aos do próprio D. Luís em África e noutras partes, o monarca confirmava ao fidalgo a doação da Atouguia e respectivos privilégios, nos quais se incluía direito de herança ao primogénito, “por ser tal pessoa que bem cabe toda [a graça] e merce”⁷¹¹.

Desde 1555 convertido em titular da Casa de Atouguia, D. Luís de Ataíde não desistiu de tentar a restauração do título condal para a sua Casa, aprofundando a estratégia seguida pelo seu pai. Nesse quadro não hesitaria, nos anos seguintes, e como era comum no universo da nobreza de título, em absorver as trajectórias dos seus irmãos na Expansão⁷¹². Porém, o final do reinado joanino não lhe foi propício a uma restauração semelhante à que viria a suceder com D. Sancho de Noronha, 4º conde de Odemira, em 1556⁷¹³. Por comparação com D. Sancho, faltava ao fidalgo uma maior ligação da sua Casa à rainha D. Catarina, a qual só viria a concretizar-se mais tarde.

Contrariamente ao que até ali sucedera, sobretudo após 1554, ano do falecimento do príncipe D. João e do nascimento de D. Sebastião, cremos que o fidalgo deverá ter passado a residir de forma mais permanente na Atouguia. Em causa estava não só a necessidade de administrar a Casa a partir da sua sede, mas também aquela que veio a ser a sua constante nos anos seguintes: a defesa da Atouguia e de Peniche contra o corso e pirataria franceses.

⁷⁰⁸ Cf. ANTT, *CDJIII*, livro 54, fl. 91, Lisboa, 21.IV.1555. Os privilégios para a nomeação de juízes e tabeliães na Atouguia foram confirmados por outra carta (Cf. *Idem*, livro 53, fl. 244v., Lisboa, 30.V.1555). Em 1554, na sequência da sua previsível menor permanência na corte em Lisboa, o fidalgo alugou a sua casa em Xabregas a Simão Franco no valor de 50 mil reais (Cf. *Idem*, livro 58, fl. 46v.).

⁷⁰⁹ Como surge referido no testamento da sua filha D. Helena de Ataíde de 1562 uma vez que esta filha de D. Afonso pedia para ser sepultada junto de seu pai. Cf. ANTT, *Casa de Povolide*, Maço 62, nº 6, fl. 1v.

⁷¹⁰ Cf. Apontamentos de parte de um Alvará que se havia de passar a favor de D. Afonso de Ataíde, em atenção aos serviços que seus pais e avós haviam feito – ANTT, CSV, livro 9, fl. 375.

⁷¹¹ Cf. ANTT, *CDJIII*, livro 54, fl. 91, Lisboa, 21.IV.1555.

⁷¹² Cf. CUNHA, Mafalda Soares da, “Portuguese nobility...”, p. 49.

⁷¹³ Não se deve esquecer que a Casa de Odemira descendia de D. Fernando I, 2º duque de Bragança (Cf. Genealogia 12: Parentesco com os Noronhas – Casa de Faro/Odemira (Séculos XV-XVI), e que para essa restauração muito provavelmente deve ter contribuído o interesse dos Braganças.

Se bem que tal apenas seja confirmado por dados já relativos ao reinado de D. Sebastião, julgamos que o afastamento de Ataíde da corte terá principiado quando, em 1552, no âmbito da guerra que opôs a França de Henrique II a Carlos V, D. João III acordou com o Imperador a mútua protecção dos navios de ambas as Coroas⁷¹⁴. O acordo fora alcançado aproveitando as negociações para o casamento dos príncipes D. João e D. Joana⁷¹⁵. Prevendo novas surtidas gaulesas em 1552 nos pontos de ataque clássicos⁷¹⁶, o *Piedoso* decidira enviar de novo quatro navios latinos de 25 a 30 toneladas para estanciarem na Atouguia e em Peniche, para o caso de qualquer eventualidade da guerra.

Levando em linha de conta a importância estrutural da armada durante o reinado de D. João III como elemento que ajudava a alicerçar a cada vez mais difícil neutralidade lusa nos conflitos europeus do tempo⁷¹⁷, e não esquecendo também a política diplomática essencialmente marítima deste monarca⁷¹⁸, julga-se possível que o rei tenha confiado a D. Luís a missão de estanciar de forma mais permanente na Atouguia. Afinal não era obrigação dos donatários de senhorios da Coroa defendê-los militarmente? De igual forma não era relevante para o rei, no quadro da importância que conferia à defesa marítima⁷¹⁹, garantir a boa defesa daquela região estratégica?

Tal não significaria, contudo, um decréscimo da influência do fidalgo junto do rei, como a sucessão em 1555 veio a demonstrar, mas tão só que D. Luís de Ataíde, após se tornar o pleno *alter ego* de D. Afonso de Ataíde em todos os aspectos, primeiro seguindo o trilho que o pai lhe traçara e, depois ao que tudo indica, superando-o, se encaminhava rumo a uma nova fase na sua carreira. Esta veio a ser marcada pela iniciativa da Coroa de solicitar os serviços do fidalgo e não, como anteriormente sucedera, por ser o voluntarismo do fidalgo a determinar a sua trajectória.

⁷¹⁴ Cf. ANDRADE, Francisco de, *Op. Cit.*, parte IV, cap. LXXXI; *Relações...*, p. 393; BRAGA, Isabel Drumond, *Op. Cit.*, p. 168.

⁷¹⁵ Cf. AGS, *Estado*, Leg. 375, doc. 102.

⁷¹⁶ Cf. FERREIRA, Ana Maria Pereira, *Op. Cit.*, p. 309.

⁷¹⁷ Cf. MARTÍNEZ, Pedro Soares, *História Diplomática de Portugal*, s.l., Editorial Verbo, 1986, p. 104.

⁷¹⁸ Cf. MACEDO, Jorge Borges de, *Op. Cit.*, p. 90.

⁷¹⁹ Cf. FERREIRA, Ana Maria Pereira, *Op. Cit.*, p. 309.

Capítulo III – O apogeu de uma carreira (1557-1577):

*“Sendo Ia uindo da India Dom Luis de Ataíde onde fora
visu rei; E alcancara grandes victorias com nome de
tam grande Capitam: Que com mta uerdade Se pode
dizer que foi hum dos Insignes capitaens do seu tempo”
(Jornada del-rei dom Sebastião a África⁷²⁰).*

*“Paresciendo me ya tiempo de nombrar persona para
el cargo de general de la empresa que determino
mandar hazer, se me offrescia entre las personas que
para ella puedo escoger, hazer esta eleccion en Don
luys de Atayde, por sus qualidades, experiencia, sangre, y
finalmente por concurrir en el todas aquellas partes
que se requieren para tal cargo en tal empresa”
(Carta de D. Sebastião a D. Cristóvão de Moura⁷²¹)*

III. 1. D. Luís de Ataíde e as regências: um afastamento político intencional (1557-1566)?

A 11 de Junho de 1557, dia em que D. João III abandonou o mundo dos homens, desconhecedor daquele facto, D. Luís de Ataíde endereçou-lhe uma longa missiva assinada da Atouguia da Baleia⁷²². Nesta, e na sequência da missão que, cremos lhe fora confiada pelo *Piedoso*, para permanecer na sede da sua Casa a fim de a proteger de investidas navais inimigas, Ataíde narrava longamente um ataque francês. Logo que, a 21 de Maio, tinha sido avistada uma poderosa armada francesa de trinta navios, e constatando a sua incapacidade para evitar os saques aos moradores da região, o fidalgo apressara-se a tomar medidas defensivas e a escrever a D. António de Ataíde⁷²³. Avisara também os navios que vinham do norte em direcção a Lisboa para não passarem ali e, por outro lado, conseguira evitar que muitos navios ancorados no porto da Atouguia fossem capturados pelos franceses⁷²⁴. Estes últimos tinham-se refugiado nas ilhas Berlengas onde era hábito fazerem aguada e deixarem a salvo o fruto da sua predação.

Após novos roubos, D. Luís informara detalhadamente D. António de Ataíde e Pedro de Alcáçova Carneiro, encontrando-se ainda, à data de redacção da carta, à espera da necessária autorização régia para atacar o inimigo nas Berlengas. Os franceses tinham o

⁷²⁰ Cf. *Jornada del-rei D. Sebastião a África*, cap. XI, p. 36.

⁷²¹ Cf. Carta de D. Sebastião a D. Cristóvão de Moura, Lisboa, 2.IV.1577 – PUB. Apêndice documental, doc. 7.

⁷²² Cf. Carta de D. Luís de Ataíde a D. João III, Atouguia da Baleia, 11.VI.1557 – ANTT, CC I-101-62.

⁷²³ Cf. Carta de D. Luís de Ataíde a D. João III, Atouguia da Baleia, 11.VI.1557 – *Ibidem*, fl. 1-1v.

⁷²⁴ Cf. Carta de D. Luís de Ataíde a D. João III, Atouguia da Baleia, 11.VI.1557 – *Ibidem*, fl. 2.

hábito de efectuar aprezações na região todos os anos em busca do trigo, valendo-se da debilidade defensiva do porto da Atouguia⁷²⁵. O fidalgo considerava ser sua obrigação, em nome do rei, proteger os navios que passavam ao largo das Berlengas, não só pelos seus interesses pessoais enquanto donatário da região mas também para evitar mais gastos à fazenda régia⁷²⁶. Por isso, considerava que se deveria destruir a cisterna das Berlengas para desmotivar os franceses de ali estanciarem⁷²⁷. Porém, D. Luís agradecendo as mercês que recebera do rei, aguardava ainda a resposta régia uma vez que as cláusulas do regimento que recebera do rei eram contraditórias naquele ponto⁷²⁸. O senhor da Casa de Atouguia aproveitou também a ocasião para recomendar à Coroa os serviços de, entre outros, Diogo Belo, Jorge Afonso, Simão de Orta, António de Avelar e João do Seixo, que com ele tinham servido na Índia⁷²⁹.

A resposta dada a D. Luís de Ataíde deverá ter sido decidida pela rainha regente D. Catarina: a não autorização do fidalgo arriscar a sua vida naquele combate, não só por, entretanto, lhe terem sido enviados reforços, como por se considerar que os serviços e acção de Ataíde poderiam ser ainda mais necessários noutras circunstâncias, motivo pelo qual a Coroa agradeceu o seu voluntarismo⁷³⁰. Embora se desconheça o desfecho final do episódio, é certo que terá sido na sua decorrência que surgiu a autorização régia para a construção do primeiro baluarte da fortaleza em Peniche.

Desde sempre atribuída a D. João III⁷³¹, consideramos, pelos factos relatados, que a decisão deverá datar da regência de D. Catarina, sendo afirmado que a Coroa se decidira fazê-lo devido a anteriores pedidos de D. Luís, o qual se oferecera, tal como seu pai já o fizera, para custear a construção da mesma⁷³². Na ausência de uma decisão da Coroa relativa às Berlengas, a opção pela construção de um baluarte em Peniche justificava-se não só pela decadência do porto da Atouguia⁷³³ e crescimento de Peniche devido ao já referido processo de assoreamento, mas também por este porto dispor de melhores condições defensivas e de vigia da costa. Desta forma, ao patrocinar a construção do primeiro baluarte da fortaleza, conhecido como baluarte do redondo, Ataíde tomava

⁷²⁵ Cf. Carta de D. Luís de Ataíde a D. João III, Atouguia da Baleia, 11.VI.1557 – *Ibidem*, fl. 3-3v.

⁷²⁶ Cf. Carta de D. Luís de Ataíde a D. João III, Atouguia da Baleia, 11.VI.1557 – *Ibidem*, fl. 4-5.

⁷²⁷ Cf. Carta de D. Luís de Ataíde a D. João III, Atouguia da Baleia, 11.VI.1557 – *Ibidem*, fl. 2v.

⁷²⁸ Cf. Carta de D. Luís de Ataíde a D. João III, Atouguia da Baleia, 11.VI.1557 – *Ibidem*, fl. 4v.-5.

⁷²⁹ Cf. Carta de D. Luís de Ataíde a D. João III, Atouguia da Baleia, 12.VI.1557 – ANTT, CC I-101-63.

⁷³⁰ Cf. BA, 49-XI-77, fl. 31-31v.

⁷³¹ Como ainda hoje se pode ler na entrada da fortaleza de Peniche. Cf. nota seguinte.

⁷³² Cf. CALADO, Mariano, *Fortificações...*, p. 79.

⁷³³ Cf. CALADO, Mariano, *Sobre a fortaleza de Peniche*, Câmara Municipal, Peniche, 1983, p. 7.

uma posição clara em relação aos problemas associados ao declínio do seu senhorio: a fim de evitar que este caísse no esquecimento ou viesse a perder até mais importância económica, com consequências também simbólicas para a Casa, decidiu-se a investir na área mais promissora e que se lhe afigurava como a única na região capaz de vir a substituir o papel antes desempenhado pela Atouguia. Assim procedendo, D. Luís evidenciava não apenas o seu carinho especial por Peniche⁷³⁴ mas demonstrava também estar consciente das implicações que a perda de importância do seu senhorio principal podia ter para a sua Casa. Este último aspecto não deverá ser dissociado da afirmação quinhentista das sedes dos senhorios por oposição ao que acontecera no século XV⁷³⁵.

Da parte da regente D. Catarina, o apoio à construção da fortaleza insere-se na sua percepção das crescentes dificuldades em vigiar a costa, as quais remontavam aos finais do reinado joanino⁷³⁶, não só na região de Peniche, mas também, e sobretudo, no Algarve, onde o abandono das praças norte-africanas teve consequências no aumento da pirataria e do corso mouro. Face a esta problemática, a regente pretendeu, ao contrário do que viria a suceder durante a regência do cardeal-infante D. Henrique, apoiar-se nas ofertas do seu sobrinho, Filipe II de Espanha, para incluir uma cláusula sobre o corso e pirataria franceses contra a Coroa Lusa⁷³⁷ nas negociações de paz com a França de Henrique II, as quais culminaram, em 1559, na assinatura da Paz de Cateau-Cambresis.

A política da regente nesta área viria, porém, a falhar rotundamente, não só por não ter sido incluída qualquer cláusula referente a Portugal na referida Paz⁷³⁸, como pelo facto de se ter registado novo ataque francês a Peniche, em 1562. Perante novos roubos franceses a Salvador Machado, D. Luís armou à sua custa quatro navios para partir em perseguição dos franceses, avisando de imediato Lisboa da sua presença na região⁷³⁹. Apesar da partida dos reforços de Jaques Nobre de Lisboa, Ataíde fracassou na missão de capturar os franceses pois estes, novamente informados, abandonaram rapidamente as Berlengas rumo a França. Os protestos de D. Catarina na corte francesa, no sentido de serem restituídos os roubos a Salvador Machado, não tiveram eco⁷⁴⁰.

⁷³⁴ Cf. CALADO, Mariano, *Fortificações...*, p. 79.

⁷³⁵ Cf. CUNHA, Mafalda Soares da, “Aristocracia e cortes...”, p. 10.

⁷³⁶ Cf. CRUZ, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo, *As Regências na menoridade de D. Sebastião. Elementos para uma história estrutural*, vol. II., Lisboa, INCM, 1992, p. 192.

⁷³⁷ Cf. *Ibidem*, vol. I, pp. 225-226.

⁷³⁸ Cf. *Ibidem*, vol. I, p. 243.

⁷³⁹ Cf. BAYÃO, José Pereira, *Op. Cit.*, livro I, cap. V.

⁷⁴⁰ Cf. *Ibidem*. Não há qualquer referência a este caso e ao de 1557 na correspondência publicada do embaixador francês em Lisboa, Jean Nicot, por este ali se ter encontrado apenas entre 1559 e 1561 (Cf.

Acabou por ser sobretudo durante a regência do cardeal D. Henrique, marcada por um distanciamento nas relações externas com Castela, pelo retomar da política externa manuelina de maior ligação à Inglaterra, França e Países Baixos⁷⁴¹ e pelo incremento do poderio naval português⁷⁴², que vieram a prolongar-se as obras em Peniche. Tal inseria-se no âmbito da política do regente de fortificação da costa portuguesa, das ilhas atlânticas e das praças africanas⁷⁴³. Naquela que, sob o prisma da arquitectura militar de Quinhentos, foi considerada a primeira fortaleza verdadeiramente moderna a ser construída na costa portuguesa no século XVI⁷⁴⁴, coube a D. Henrique autorizar D. Luís a construir mais muralha, para além do referido baluarte do redondo.

Para o efeito, o regente concedeu ao fidalgo, a 6 de Agosto de 1567, a mercê da contribuição da cana do almude do vinho de Peniche e da Atouguia para financiar as obras⁷⁴⁵, bem como detalhado regimento da fortaleza, a 19 de Agosto de 1567. Através deste autorizava Ataíde a nomear o capitão da fortaleza, a quem seriam pagos 40 mil reais anuais de ordenado, assim como outros ofícios menores, e ainda a escolher doze homens de armas com 15 mil reais de ordenado anual para guardarem a fortaleza⁷⁴⁶. As obras prosseguiram ininterruptamente até 1567, data em que o senhor da Atouguia, devido à sua nomeação para a Índia, as suspendeu contra o parecer de Gonçalo de Torralva, mestre-de-obras. Estas vieram a ser retomadas a partir de 1572 para voltarem a ser abandonadas com a sua segunda partida para a Índia, em 1577⁷⁴⁷. Mercê da sua acção defensiva na região, do mencionado carinho por Peniche, e provavelmente já depois de 1572, D. Luís veio a receber uns versos de André de Resende alusivos ao seu papel na construção daquela fortaleza:

“Piratas do mar, que antes infestáveis frequentemente estas praias e este mar, ide doravante para outras paragens e retirai-vos para longe deste porto: Navegai rumo ao alto mar, afastando-vos daqui. Enquanto Ataíde defender a nossa costa e, ao mesmo

Jean Nicot ambassadeur de France en Portugal au XVIe siècle. Sa Correspondence diplomatique inedite, edição de Edmond Falgairolle, Paris, Augustin Challamel, 1897).

⁷⁴¹ Cf. CRUZ, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo, *Op. Cit.*, vol. II, pp. 108 e 142; MACEDO, Jorge Borges de, *Op. Cit.*, pp. 114-115.

⁷⁴² Cf. BAÑOS-GARCIA, Antonio Villacorta, *Op. Cit.*, p. 63.

⁷⁴³ Cf. POLÓNIA, Amélia, *Op. Cit.*, p. 161.

⁷⁴⁴ HESPANHA, António Manuel, “Introdução” in *Nova História Militar de Portugal*, vol. II, direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, coordenação de António Manuel Hespanha, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, p. 17.

⁷⁴⁵ Cf. CALADO, Mariano, *Op. Cit.*, p. 73.

⁷⁴⁶ Cf. *Ibidem*, pp. 74-75.

⁷⁴⁷ Cf. *Ibidem*, p. 78.

tempo, permanecer de pé esta fortaleza, bela, soberba, ameaçadora: não é permitido aos piratas arrebataram daqui presa alguma. Nada vos é lícito roubar nesta região.”⁷⁴⁸

Enquanto D. Luís de Ataíde se encontrava em Peniche a tratar das referidas obras, outros membros da Casa serviam a Coroa no Estado da Índia. Em causa, para o início da carreira destes na Ásia, esteve novamente a necessidade de aprofundar as estratégias de serviço e de centralização no seu titular das mercês por todos os serviços da Casa. Na armada que em inícios de 1556 partiu do Reino para Goa seguiam D. João de Ataíde e seu sobrinho, D. João Gonçalves de Ataíde⁷⁴⁹, filho bastardo de D. Martim Gonçalves de Ataíde, o primogénito da Casa de Atouguia que falecera no Cabo Gué, em 1541. Já no final daquele ano, D. João de Ataíde foi nomeado capitão de uma fusta por ocasião da deslocação às Praças do Norte do governador Francisco Barreto (1555-1558). Posteriormente, por ocasião do falecimento do capitão Bernardim de Sousa, D. João foi despachado para entrar na capitania de Ormuz⁷⁵⁰. Durante o governo de Barreto, à data ainda futuro genro de D. Luís, ignorando-se se partindo ou não com D. João de Ataíde e seu sobrinho, em data incerta, encontravam-se na Ásia Portuguesa D. Álvaro Gonçalves de Ataíde e D. Vasco de Ataíde visto, em 1558, surgirem como capitães de fusta e de navios de remo da armada com que o governador foi assinar pazes a Chaul⁷⁵¹.

Daquele local aqueles dois irmãos de D. Luís assistiram à demissão, ordenada pelo governador, de D. João de Ataíde da capitania de Ormuz. Em causa estiveram críticas de D. João aos gastos que o governador realizara na armada com que fora a Chaul e o facto de D. João acusar Francisco Barreto de inviabilizar bons negócios de Ormuz com a região do Sind. As palavras de D. João foram ditas a Pero Barreto Rolim e o fidalgo não hesitou em assumi-las publicamente, sendo demitido da capitania que exercera durante ano e meio. Partiu para ir defender-se a Goa, em Abril de 1558, sendo sucedido por D. Antão de Noronha, então futuro vice-rei da Índia⁷⁵². Chegou àquela cidade a 20 de Agosto de 1558 precisamente quando o seu irmão, D. Vasco de Ataíde, fora nomeado capitão de um dos galeões da armada em que o governador iria ao Achém⁷⁵³.

⁷⁴⁸ Cf. *Ibidem*, p. 79.

⁷⁴⁹ Cf. Carta do Padre Galdames aos irmãos de Coimbra, Goa, 4.XI.1556 – PUB. *DI*, vol. III, doc. 91.

⁷⁵⁰ Cf. *Da Ásia*, VII, iii, 8.

⁷⁵¹ Cf. *Ibidem*, VII, v, 6.

⁷⁵² Cf. *Ibidem*, VII, v, 7.

⁷⁵³ Cf. *Ibidem*, VII, v, 8.

Tendo aquela jornada sido adiada pela chegada e início do vice-reinado de D. Constantino de Bragança (1558-1561)⁷⁵⁴, seguiram com o vice-rei Bragança à conquista de Damão D. João de Ataíde, como capitão do galeão São Tomé, e D. Vasco de Ataíde, como capitão de uma galeota⁷⁵⁵. Ambos integravam o contingente de 3000 homens com o qual o vice-rei conquistou aquela praça. Antes de regressar a Goa, D. Constantino ordenou a D. Vasco que partisse na armada do capitão D. Álvaro da Silveira, encarregado de socorrer o Bahrein então cercado pelas forças otomanas⁷⁵⁶. Com D. Vasco partiu ainda o seu sobrinho D. João Gonçalves de Ataíde⁷⁵⁷. Perante o desastre ocorrido ao capitão D. Álvaro da Silveira, capturado e decapitado pelos Otomanos, D. João Gonçalves de Ataíde decidiu, em gesto semelhante ao de seu pai, que “não era a vida gloriosa a que não acabava com o seu General; que fossem buscar a morte, se querião ganhar a imortalidade”⁷⁵⁸. Conjuntamente com Rui Barreto atacou em força os Otomanos, falecendo em combate e “acrescentado ao seu illustrissimo apelido huma fama, que sempre durará antre elles”⁷⁵⁹.

Ferido naqueles combates mas decidido a vingar o falecimento do sobrinho e de outros amigos, D. Vasco de Ataíde não hesitou, em Setembro de 1559, em partir de Ormuz com o capitão D. Antão de Noronha⁷⁶⁰. Pouco depois, em 1560, era D. Álvaro Gonçalves de Ataíde quem participava ao lado de D. Diogo de Noronha, capitão de Damão, numa bem-sucedida batalha naquela região⁷⁶¹. Foi já durante o governo do vice-rei D. Francisco Coutinho, 3º conde de Redondo (1561-1564) que D. João de Ataíde foi reempossado na capitania de Ormuz, possivelmente em finais de 1561⁷⁶². Sendo certo que D. João prosseguiu as obras de fortificação da praça⁷⁶³, outra questão será mais polémica: a paz com os Otomanos. Segundo uma das fontes, coubera a D. João a iniciativa de propor aquelas pazes ao baxá de Baçorá devido ao interesse do fidalgo no comércio do Golfo Pérsico⁷⁶⁴. Porém, as evidências documentais apontam para que a iniciativa do pedido de paz, por sete anos, ao Estado da Índia tenha partido

⁷⁵⁴ Sobre esta figura veja-se o recente trabalho de Alexandra Pelúcia (Cf. nota 35). Cf. *Da Ásia*, VII, vi, 4.

⁷⁵⁵ Cf. *Ibidem*, VII, vi, 4.

⁷⁵⁶ Cf. *Ibidem*, VII, vi, 7.

⁷⁵⁷ Cf. MACHADO, Diogo Barbosa, *Op. Cit.*, tomo I, livro I, cap. XX.

⁷⁵⁸ Cf. *Ibidem*, tomo I, livro I, cap. XXI, p. 271.

⁷⁵⁹ Cf. *Ibidem*, VII, vii, 9, pp. 129-130.

⁷⁶⁰ Cf. *Ibidem*, VII, vii, 10.

⁷⁶¹ Cf. *Ibidem*, VII, viii, 7.

⁷⁶² Como refere o próprio vice-rei, na sua carta de Dezembro de 1561. Cf. Carta de D. Francisco Coutinho a D. Sebastião, Goa, 20.XII.1561 – PUB. WICKI, Joseph, “Duas cartas oficiais de vice-reis da Índia escritas em 1561 e 1564”, *Stvdia*, nº 3, Janeiro de 1959, p. 53.

⁷⁶³ Cf. nota anterior.

⁷⁶⁴ Cf. MACHADO, Diogo Barbosa, *Op. Cit.*, tomo II, livro II, cap. XVIII.

do baxá de Baçorá, por intercessão de um sobrinho do sultão Solimão, “O Magnífico”⁷⁶⁵.

Sem prejuízo das versões, dois factos são claros e merecem ser realçados. Por um lado, D. João de Ataíde informou o vice-rei da situação e, na sequência, veio a ser enviado a Istambul António Teixeira para sondar a hipótese de assinatura de pazes, a qual não veio a confirmar-se⁷⁶⁶. Por outro, deverá ter sido através do exercício da capitania de Ormuz que D. João veio a acumular a fortuna que, pouco antes do seu falecimento em data desconhecida mas possivelmente em 1566, data em que D. Álvaro Gonçalves e D. Vasco foram nomeados para a capitania de Malaca na vagante dos providos⁷⁶⁷, legou à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. No entanto, tudo aponta para que ambos não tenham chegado a exercer a capitania pois deverão ter regressado ao Reino ainda antes da nomeação de D. Luís como vice-rei da Índia, em 1568⁷⁶⁸. Contudo, afigura-se claro que as trajectórias destes três irmãos de D. Luís não deixaram de ser importantes na hora de alicerçar a sua escolha vice-real, na medida em que se tratava de nomear alguém oriundo de uma Casa com experiência recente no Oriente.

Desta fase data ainda uma nova estratégia reprodutiva da Casa, claramente idealizada por D. Luís de Ataíde com o intuito de fortalecer laços anteriores e criar novos com figuras próximas dos regentes e do próprio rei. Em causa parece ter estado a gestação de contactos num período de governo condicionado⁷⁶⁹, como era o das regências na menoridade de D. Sebastião, tendo em vista a preparação da assumpção do poder pelo jovem monarca. O primeiro sinal dessa reaproximação da Casa de Atouguia aos circuitos do poder registou-se com o precoce falecimento de D. Joana de Vilhena, primeira esposa de D. Luís. O seu falecimento, que deverá ter ocorrido nos finais do reinado de D. João III ou nos inícios da regência de D. Catarina, surge atestado por um conjunto de cartas consolatórias a D. Luís, a Luís Álvares de Távora e a D. Filipa de Vilhena⁷⁷⁰.

⁷⁶⁵ Cf. CRUZ, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo, “A Questão de Baçorá na menoridade de D. Sebastião (1557-1568). A perspectiva das informações colhidas na Índia e as iniciativas de governo”, *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, nº 6, 5ª série, Dezembro de 1986, p. 50.

⁷⁶⁶ Cf. *Ibidem*, pp. 60 e seguintes.

⁷⁶⁷ Cf. ANTT, *CDS DH*, livro 7, fl. 9 e 9v., Lisboa, 16/19.I.1566 para as nomeações de D. Álvaro Gonçalves de Ataíde e D. Vasco de Ataíde, respectivamente.

⁷⁶⁸ Visto não se conhecer qualquer referência posterior à presença de ambos no Estado da Índia.

⁷⁶⁹ Cf. CRUZ, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo, *As Regências...*, vol. I, p. 9.

⁷⁷⁰ As três cartas não estão datadas sendo destinadas ao pai, marido e mãe de D. Joana de Vilhena, respectivamente. Encontram-se num códice da BNP com missivas de finais do reinado de D. João III e início da regência de D. Catarina. Cf. Carta de D. Catarina? a Luís Álvares de Távora – BNP, cód. 1613,

A opção de Ataíde de se consorciar com D. Maria de Noronha, última filha de D. Sancho de Noronha, 4º conde de Odemira, e de D. Margarida de Vilhena⁷⁷¹, não é inocente, mormente tendo em conta a elevada probabilidade do casamento se ter realizado durante a regência de D. Catarina. Senhor de Odemira, Mortágua, Penacova, alcaide-mor de Estremoz e Alvor e 4º conde de Odemira, restaurado em 1556 por D. João III, D. Sancho de Noronha era um dos fidalgos mais influentes da corte do *Piedoso*⁷⁷². Além do seu parentesco directo com D. Teodósio I, 5º duque de Bragança (1532-1563)⁷⁷³, de quem era primo⁷⁷⁴, tinha como irmão D. Fernando de Faro, senhor do Vimieiro, que fora já mordomo-mor da rainha D. Catarina entre 1539 e 1552⁷⁷⁵. Movimentando-se na Casa da rainha D. Catarina, que consoante as opiniões terá atingido o auge do seu poder e influência precisamente durante a década de 1550⁷⁷⁶, D. Sancho era indubitavelmente uma das figuras com acesso mais directo à rainha, a par dos conhecidos Pedro de Alcáçova Carneiro ou D. Julião de Alva. Fruto já em parte dessa proximidade, alcançara a restauração do título da sua Casa e, em função dos seus serviços e estatuto, viria a ser nomeado, em 1574, mordomo-mor de D. Catarina, exercendo aquele importante ofício até ao falecimento da rainha⁷⁷⁷.

Para D. Luís de Ataíde, o casamento com a filha de um fidalgo que vira restaurado o seu título condal e, que tal como ele próprio, detinha relações com o D. Teodósio I⁷⁷⁸ e era ademais influente junto de D. Catarina, afigurava-se como a aliança matrimonial certa não só pelo elevado dote a receber mas, em particular, pelos proventos políticos que dela poderia receber. É, aliás, plausível que tenha sido através deste casamento que

fl. 76); Carta de D. Catarina? a D. Luís de Ataíde – *Ibidem*, fl. 76v.; Carta de D. Catarina a D. Filipa de Vilhena – *Ibidem*, fl. 77). D. Joana de Vilhena foi sepultada no convento de São Bernardino (Cf. CALADO, Mariano, *Op. Cit.*, p. 79).

⁷⁷¹ Cf. Genealogia 12: Parentesco com os Noronhas – Casa de Faro/Odemira (Séculos XV-XVI).

⁷⁷² Cf. LOURENÇO, Maria Paula Marçal, “Mulheres e Homens ao serviço da Casa de D. Catarina de Áustria”, *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXVI, vol. 1, 2002-2003, pp. 374-375.

⁷⁷³ Sobre esta figura vejam-se os diversos resultados do projecto a ele dedicado, dirigido por Jessica Hallet e sediado no CHAM, e intitulado *De Todas as Partes do Mundo: o património de D. Teodósio I, 5º duque de Bragança*.

⁷⁷⁴ Cf. Genealogia 12: Parentesco com os Noronhas – Casa de Faro/Odemira (Séculos XV-XVI).

⁷⁷⁵ Cf. LOURENÇO, Maria Paula Marçal, “Mulheres...”, pp. 375-376.

⁷⁷⁶ Anne Marie Jordan considera, na sua recente biografia de D. Catarina de Áustria, que o momento alto do poder da Casa da rainha se localiza durante a década de 1550 (Cf. JORDAN, Anne Marie, *Op. Cit.*, p. 14) interligando-o com o auge colecionador da monarca da mesma época (Cf. JORDAN, Annemarie, *The development of Catherine of Austria's Collection in the Queen's Household: its character and cost*, dissertação de doutoramento policopiada, Brown University, 1994, p. 108), e não no final da mesma como afirma Félix Labrador Arroyo (Cf. LABRADOR ARROYO, Félix, “La casa de la reina Catalina de Portugal: estrutura y facciones políticas (1550-1560)”, *Miscelánea Comillas*, nº 61, 2003, pp. 207 e 223).

⁷⁷⁷ Cf. LOURENÇO, Maria Paula Marçal, “Mulheres...”, pp. 375-376.

⁷⁷⁸ Evidentes no facto de D. Luís surgir nas formas de tratamento do tempo de D. Teodósio, devendo ser tratado como “Magnífico Senhor” (Cf. *Provas*, tomo IV, parte I, p. 285).

D. Filipa de Ataíde, a irmã de D. Luís, que enviuvara de D. Diogo de Castro, tenha medrado no serviço de D. Catarina a ponto de também ela ser promovida a camareira-mor na mesma época em que D. Sancho ascendeu a mordomo-mor⁷⁷⁹. Além disso, é bem possível que o casamento tenha sido sugerido por um influente primo de D. Luís. Referimo-nos a D. Luís Gonçalves de Ataíde, secundogénito da união entre a tia de D. Luís, D. Isabel da Silva de Ataíde, e Simão Gonçalves da Câmara, “O Magnífico”⁷⁸⁰.

Fidalgo próximo de D. Catarina a quem, em 1560, no âmbito das consultas à sua regência, viria a lamentar a intenção da regente de abandonar a função, não podendo terminar aquilo que considerava ser a sua obra, embora manifestando abertura para a regência do cardeal D. Henrique⁷⁸¹, D. Luís Gonçalves casara cerca de 1552⁷⁸². A eleita fora D. Violante da Silva, filha de Francisco Carneiro, senhor da ilha do Príncipe, e o irmão de Pedro Alcáçova Carneiro que abandonara o cargo de secretário por inaptidão. Igualmente ligado ao serviço do infante D. Luís, desde a jornada de Tunes de 1535, é possível que tenha também por essa via sido próximo do cardeal D. Henrique e do próprio D. António, Prior do Crato⁷⁸³. No entanto, apesar destas ligações, D. Luís Gonçalves pelo seu consórcio encontrava-se directamente associado a Pedro de Alcáçova Carneiro, sendo por isso plausível que tenha patrocinado o enlace de D. Luís de Ataíde com D. Maria de Noronha, sugerindo-o ou não, aspecto em que as fontes são omissas.

Na realidade, ao instituir o seu morgado das Ilhas Desertas, avaliado, em 1552, em 400 mil reais, precisamente por ocasião do seu consórcio com D. Violante, com a estrita obrigação que seus pais lhe tinham legado de o seu titular ostentar o apelido Câmara e Ataíde⁷⁸⁴, D. Luís Gonçalves de Ataíde contou com o apoio da Casa de Atouguia. Esta contribuíra com bens para o formar e deve novamente ter-se oposto à Casa de Penela,

⁷⁷⁹ Isto é a partir de 1574.

⁷⁸⁰ Cf. Genealogia 4: Ascendência e descendência de D. Luís de Ataíde, 3º conde de Atouguia (Século XVI).

⁷⁸¹ Cf. Carta de D. Luís Gonçalves de Ataíde a D. Catarina, s.l., 14.II.1561 – BUC, Mss. 656, fl. 65. Esta carta, por vezes atribuída ao próprio D. Luís de Ataíde, é do seu primo.

⁷⁸² Cf. *HGCRP*, tomo XII, Parte I, p. 15 sendo tal informação confirmada no documento que instituiu o morgado das Ilhas Desertas. Cf. ANTT, *Feitos Findos*, maço 2, nº 1, fl. 1.

⁷⁸³ Sobre tudo tendo em conta que, à data do falecimento do infante D. Luís, em 1555, muitos dos servidores da sua Casa transitaram para a Casa do cardeal-infante D. Henrique devido à proximidade entre ambos, especialmente nos anos finais do reinado de D. João III, para não referir os que foram integrados no serviço de D. António. O processo de distribuição dos antigos servidores das Casas do infante D. Luís, do príncipe D. João e da princesa D. Joana de Áustria pelas restantes Casas de membros da família real, absolutamente fundamental para compreender os alinhamentos posteriores de diversas figuras e linhagens no reinado de D. Sebastião, permanece ainda por realizar.

⁷⁸⁴ Cf. ANTT, *Feitos Findos*, maço 2, nº 1, fl. 7.

contra quem este primo de D. Luís de Ataíde teve várias demandas⁷⁸⁵. Desta forma, o enlace do 4º senhor de Atouguia com a última filha de D. Sancho de Noronha, 4º conde de Odemira, não só permitia aproximá-lo de forma decisiva da rainha e regente D. Catarina, como traduzia-se ainda numa promoção em relação ao anterior casamento de D. Luís. Na medida em que casava com a filha de um conde restaurado, Ataíde evidenciava não esquecer toda a estratégia de seu pai no sentido de recuperar o título para a sua Casa. Desse ponto de vista, também a D. Sancho o casamento interessava dada a similitude da situação concreta das Casas de Odemira e Atouguia e o facto de D. Catarina sempre se ter manifestado hostil a D. António de Ataíde, 1º conde da Castanheira. Nesta óptica, o apoio da regente ao consórcio de D. Luís de Ataíde implicaria necessariamente reabrir a problemática de saber, dentro da linhagem dos Ataídes, a quem caberia maior destaque político e social⁷⁸⁶.

Já numa óptica de consolidação de posições se pode interpretar o enlace de D. Antónia de Ataíde com João de Brito, “O Doido”⁷⁸⁷. Tal consórcio deverá ter ocorrido cerca de 1564, tendo sido espoletado pelo falecimento de Cristóvão de Brito e consequente viuvez de D. Brites de Ataíde. Na qualidade de esposa de Cristóvão de Brito que falecera em 1563⁷⁸⁸, deixando testamento, em 1560, a favor do seu sobrinho João de Brito, do irmão António de Brito e secundariamente a favor da própria D. Brites⁷⁸⁹, a D. Luís de Ataíde importava manter a ligação com os ricos Britos. Nesse sentido se explica o enlace que patrocinou da sua irmã mais nova, D. Antónia de Ataíde, com João de Brito, o sobrinho que veio herdar a esmagadora maioria dos bens de Cristóvão de Brito⁷⁹⁰. Para o efeito, D. Luís nem teve de se preocupar em dotar a sua

⁷⁸⁵ Cf. *Ibidem*, fl. 1v.

⁷⁸⁶ Relembre-se que fora precisamente na sequência do falecimento de D. João III que D. António de Ataíde abandonara a corte e perdera o protagonismo político que até então tivera, apesar de D. Catarina o consultar sobre diversos assuntos da sua regência, mais em reconhecimento da sua experiência política do que em reconhecimento da sua importância social.

⁷⁸⁷ Cf. Genealogia 4: Descendência de D. Luís de Ataíde, 3º conde de Atouguia (Século XVI).

⁷⁸⁸ Facto confirmado pelas primeiras confirmações de mercês a D. Brites de Ataíde, um padrão de juro de 100 mil reais (Cf. ANTT, *CDS DH*, livro 10, fl. 224v., Lisboa, 3.I.1563), e a João de Brito, um padrão de juro de 200 mil reais (Cf. *Idem*, livro 9, fl. 304v., Lisboa, 12.I.1563), datarem ambos de Janeiro de 1563.

⁷⁸⁹ Cf. ANTT, *Hospital de São José*, livro 155 das capelas de São Francisco de Xabregas, fl. 71-83.

⁷⁹⁰ Cf. Genealogia 10: Parentesco com os Britos (Séculos XV-XVI). Além do referido padrão de 200 mil reais (Cf. nota 788), João de Brito herdou então do seu tio: um padrão de juro de 50 mil reais (Cf. ANTT, *CDS DH*, livro 9, fl. 306v., Lisboa, 12.I.1563), outro padrão de juro de 32 mil reais (Cf. *Idem*, livro 10, fl. 283v., Lisboa, 12.I.1563), outro de 10 mil reais (Cf. *Idem*, livro 10, fl. 285v.), uma verba de 50 mil reais de juro (Cf. *Idem*, livro 11, fl. 134v., Lisboa, 19.I.1563), novo padrão de juro de 12 mil reais (Cf. *Idem*, livro 15, fl. 56v., Lisboa, 23.III.1564) e novo padrão de juro de 6000 reais (Cf. ANTT, *CDS DH*, livro 15, fl. 54v., Lisboa, 28.III.1564). Devido ao posterior falecimento de D. Brites foi declarado herdeiro universal de Cristóvão de Brito, recebendo então novas confirmações: aposta de juro de 50 mil reais (Cf. *Idem*, livro 26, fl. 188, Almeirim, 7.V.1570), uma verba de 100 mil reais de juro (Cf. *Idem*, livro 10, fl.

irmã visto ter sido dotada com parte da herança que a própria D. Brites recebera de Cristóvão de Brito⁷⁹¹! O casamento que visava consolidar as ligações com a linhagem dos Britos foi tanto mais importante quanto foi precisamente no reinado sebástico que esta linhagem chegou ao título condal: através do casamento, ocorrido em 1572, de Luís de Brito Nogueira, senhor do morgado de Santo Estêvão de Beja e sobrinho de João de Brito⁷⁹², com D. Inês de Lima, herdeira do 5º visconde de Vila Nova de Cerveira.

Na perspectiva da ampliação de contactos e da similitude de perfis enquadra-se o casamento, em segundas núpcias, de D. Brites de Ataíde com Francisco Barreto, o qual deverá também ter-se realizado sensivelmente na mesma data que o de D. Antónia de Ataíde. Apesar do desaguizado entre Francisco Barreto e D. João de Ataíde, já referido, para D. Luís de Ataíde o enlace era do maior interesse. Não só por Francisco Barreto já ter sido governador da Índia e ter deixado boa imagem do seu governo⁷⁹³, contribuindo assim, para reforçar a ligação da Casa da Atouguia à Ásia, como principalmente, pelo facto de Barreto ser filho de Rui Barreto, alcaide-mor de Faro⁷⁹⁴ e, por inerência familiar, conhecer bem os problemas de corso e pirataria que D. Luís enfrentava em Peniche. Além disso, importa ter presente que fora pelo seu prestígio e experiência que Barreto fora mandatado para comandar a armada portuguesa que ajudou as forças de Filipe II, a (re)conquistar o Pinhão de Velez, em 1564⁷⁹⁵, e que, em 1569, foi ainda nomeado general das galés de Portugal⁷⁹⁶.

224v., Lisboa, 16.XI.1570) e uma aposta de juro de 39 062 reais (Cf. *Idem*, livro 25, fl. 137, Almeirim, 7.XII.1570). Ainda antes do falecimento de seu tio, João de Brito herdara de seu pai Lopo de Brito: um alvará de 150 mil reais de tença (Cf. *Idem*, livro 2, fl. 142v., s.l., 30.I.1558), um padrão de 1000 reais de tença (Cf. *Idem*, livro 2, fl. 207, Lisboa, 25.IV.1558) e um padrão de 60 mil reais de tença (Cf. *Idem*, livro 2, fl. 208, Lisboa, 25.IV.1558). Fruto da sua riqueza e de se encontrar ausente da corte, posteriormente, foi nomeado procurador do número de Linhares por residir naquela vila (Cf. *Idem*, livro 32, fl. 173, Évora, 13.V.1573) e coudel da comarca de Pinhel (Cf. *Idem*, livro 38, fl. 106v., Lisboa, 4.VII.1577).

⁷⁹¹ Além do padrão de juro de 100 mil reais (Cf. nota 788), D. Brites herdou de Cristóvão de Brito: um padrão de juro de 50 mil reais (Cf. ANTT, *CDS DH*, livro 12, fl. 142, Lisboa, 17.I.1563), uma verba de 39 062 reais de juro (Cf. *Idem*, livro 12, fl. 142, Lisboa, 17.I.1563), outra verba de 50 mil reais de juro (Cf. *Idem*, livro 11, fl. 134v., Lisboa, 19.I.1563) e um padrão de juro de 39 062 reais (Cf. *Idem*, livro 20, fl. 376, Lisboa, 12.II.1567). Para o casamento da sua irmã, D. Brites passara-lhe a sua tença de 100 mil reais (Cf. *Idem*, livro 10, fl. 339, Lisboa, 4.V.1563). D. Antónia viria ainda a receber da Coroa um padrão de juro de 16 mil reais por serviços não mencionados (Cf. *Idem*, livro 7, fl. 211, Lisboa, 15.VIII.1565) e a beneficiar da aposta de 50 mil reais de juro da irmã, que João de Brito pedira expressamente ao rei para serem passados a D. Antónia para seu sustento (Cf. *Idem*, livro 31, fl. 37v., Lisboa, 27.VII.1576).

⁷⁹² Cf. Genealogia 10: Parentesco com os Britos (Séculos XV-XVI).

⁷⁹³ A despeito da inexistência de um estudo detalhado desta relevante figura é essa a impressão prevalecente pelo facto de ter recebido nomeações posteriores ao fim do seu governo.

⁷⁹⁴ Cf. GAYO, Felgueiras, *Op. Cit.*, vol. I, p. 504.

⁷⁹⁵ O embaixador de Filipe II referia já que Barreto fora governador da Índia e era cavaleiro principal do Reino. Cf. Carta de D. Alonso de Tovar a Filipe II, Lisboa, 4.VI.1563 – AGS, *Estado*, Leg. 381, doc. 104.

⁷⁹⁶ A mercê não se efectivou devido à nomeação para o Monomotapa. Cf. VILA-SANTA, Nuno, “Francisco Barreto” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>.

Importa ainda lembrar que na sequência daquele sucesso, o próprio Filipe II enviara a Francisco Barreto um pequeno medalhão com o seu retrato⁷⁹⁷, exemplo claríssimo de como também ele seguia a política de atracção da nobreza portuguesa que Carlos V⁷⁹⁸ já prosseguira, na lógica do reforço da ideia de Monarquia Universal. Já em 1564, Filipe II não hesitou em pedir ao seu embaixador em Portugal que intervisse a favor de Barreto, então agravado com o regente D. Henrique em termos bastante elucidativos: “assi por lo que entendo que merece, como por la obligacion en que me ha para con algunos seruicios particulares que del he recibido”⁷⁹⁹. Em suma, o casamento da sua irmã com Barreto, proporcionava a D. Luís acesso a uma das figuras em ascensão durante as regências e que apenas um estudo mais detalhado poderá aclarar se não estaria também em condições de almejar ao título condal para a sua linhagem e Casa⁸⁰⁰.

Através destes enlaces, Ataíde, nuns casos, consolidava, e, noutros, ampliava ou criava, novos contactos que lhe vieram a ser decisivos na corte de D. Sebastião. Procurava também manter ligação com as figuras que anteriormente lhe tinham sido mais próximas. Será o caso das suas relações com D. António de Lima⁸⁰¹, governador da Casa do infante e senhor D. Duarte (1541-1576), herdeiro de D. Sebastião até 1576, e relevante figura carente de um estudo detalhado da sua Casa, acção e figura⁸⁰². Através das suas ligações a Lima, que o reaproximavam de novo à Casa de Bragança pelo facto do infante D. Duarte ser filho de D. Isabel, irmã de D. Teodósio I, 5º duque de Bragança, D. Luís de Ataíde assegurou ainda uma via de acesso directo às figuras mais directamente ligadas ao regente D. Henrique. Além da evidente amizade que D. Luís nutriu por Lima patente numa das cartas que lhe escreveu⁸⁰³, é também inequívoco que,

⁷⁹⁷ Cf. Carta de D. Alonso de Tovar a Filipe II, Lisboa, 20.XI.1564 – AGS, *Estado*, Leg. 383, doc. 29.

⁷⁹⁸ Neste aspecto é importante realçar que o caso de Francisco Barreto não é único, encontrando paralelo noutros exemplos, durante as regências na menoridade de D. Sebastião, como o caso de D. António, Prior do Crato, acolhido na corte filipina, em 1565 (Cf. nota 808), ou a intervenção em favor de D. Teodósio e D. Luís de Lencastre, em 1559. Sobre este último veja-se o nosso artigo, entregue no âmbito do projecto sobre D. Teodósio, intitulado *O duque como conselheiro: D. Teodósio e a Coroa em meados de Quinhentos*.

⁷⁹⁹ Cf. Instrução de Filipe II a D. Alonso de Tovar – AGS, *Estado*, Leg. 385, doc. 1.

⁸⁰⁰ Sobretudo tendo em conta que a linhagem dos Barretos não detinha à época nenhum título e que Francisco Barreto parecia ser, pela sua trajectória, o melhor colocado dentro da linhagem para o alcançar.

⁸⁰¹ Através das três cartas escritas por D. Luís a D. António de Lima, publicadas no apêndice documental.

⁸⁰² Além do desconhecimento dos servidores da sua Casa, muitas questões permanecem em aberto: Porque não desempenhou um papel político relevante durante as regências? Qual o motivo, já durante o governo do *Desejado*, tendo em conta os problemas relacionados com os consórcios de D. Sebastião, de nunca ter casado? Dados consultados em Simancas apontam para a grande proximidade deste infante ao cardeal D. Henrique mas também aos Braganças. Teria o infante sido vítima daquelas duas tutelas e das disputas políticas do reinado sebástico? Justifica-se, pois, um estudo atento da sua figura.

⁸⁰³ Cf. Carta de D. Luís de Ataíde a D. António de Lima, Atouguia da Baleia, 15.V.1563 – Apêndice documental, doc. 3 na qual Ataíde se congratula por uma sentença favorável a Lima.

por via dessa amizade, mantinha relações com Martim Afonso de Miranda, camareiro-mor do cardeal D. Henrique, lamentando por isso a morte de um parente de ambos⁸⁰⁴.

A ligação de D. Luís de Ataíde ao cardeal-infante D. Henrique advinha-lhe, todavia, por outra via ainda mais decisiva. Na qualidade de primo do Padre Luís Gonçalves da Câmara e de seu irmão, Martim Gonçalves da Câmara⁸⁰⁵, mas também devido às suas anteriores ligações com D. Álvaro de Castro e Lourenço Pires de Távora, mencionadas no capítulo anterior, D. Luís não poderia deixar de estar bem informado sobre tudo o que se passaria em torno da figura do inquisidor-geral do Reino⁸⁰⁶. Idêntico raciocínio aplica-se, embora em menor grau, para as ligações de D. Luís a D. António, Prior do Crato. O bastardo do infante D. Luís, que naqueles anos mantinha um relacionamento tenso com a regente D. Catarina e com D. Henrique, a ponto de abandonar o Reino em 1565⁸⁰⁷, não seria também estranho a D. Luís de Ataíde. Não apenas devido aos contactos que tivera com D. Álvaro de Castro, o qual foi mandatado pelo cardeal regente para fazer regressar de Castela D. António que fora bem acolhido por Filipe II⁸⁰⁸, mas, sobretudo, através do seu sobrinho Diogo Botelho⁸⁰⁹, que servira o infante D. Luís e transitara para o serviço de D. António. Através de Lourenço Pires de Távora e de Rui Lourenço de Távora, D. Luís teria também acesso directo a essa protagonista do poder à distância que em tantas ocasiões procurou ter um papel decisivo durante a menoridade de D. Sebastião⁸¹⁰: a princesa D. Joana de Áustria, mãe do jovem rei.

⁸⁰⁴ Cf. Carta de D. Luís de Ataíde a D. António de Lima, Atouguia da Baleia, 2.VI.1563 – Apêndice documental, doc. 4.

⁸⁰⁵ Cf. Genealogia 11: Parentesco com os Câmaras (Séculos XV-XVI).

⁸⁰⁶ Sobre tudo tendo em conta o papel de ambas as figuras durante a regência do cardeal, em especial de Lourenço Pires de Távora, como figura liderante nas Cortes de 1562 do grupo minoritário que apoiava a regência de D. Henrique (Cf. CRUZ, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata Azevedo, *Op. Cit.*, vol. I, p. 280).

⁸⁰⁷ Em causa esteve o facto do Prior do Crato não aceitar o estatuto de menoridade política que D. Catarina e o cardeal D. Henrique lhe pretenderam impor, bem como a questão da precedência com D. Teodósio I, 5º duque de Bragança, além das tensões de D. António com D. Henrique a respeito de seguir vida religiosa. Sobre estes temas veja-se o relevante trabalho de CORAL, Carlos Jokubauskas, *O último Avis: D. António, o antonismo e a crise dinástica portuguesa (1540-1640)*, dissertação de mestrado policopiada, São Paulo, Universidade São Paulo, 2010, pp. 138-144, que entre outros méritos tem o de apresentar a trajectória do Prior do Crato, praticamente desconhecida, antes do período da crise dinástica, facto decisivo para uma melhor interpretação da sua figura e acção.

⁸⁰⁸ Que o tratou na corte castelhana como se fosse filho legítimo do infante D. Luís (Cf. *Ibidem*, pp. 144 e seguintes). Em causa estava nova forma de Filipe II intervir nos assuntos internos da regência de D. Henrique, como é, aliás, corroborado, pela diversa correspondência trocada entre o regente e Filipe II, sobre os mais variados assuntos, e estante em Simancas. Relembre-se que fora precisamente por insistência de Filipe II que D. António regressou a Portugal nas vésperas da assumpção do governo por D. Sebastião (Cf. *Ibidem*, p. 145).

⁸⁰⁹ Cf. Genealogia 14: Parentesco com os Botelhos (Séculos XV-XVI).

⁸¹⁰ Relembre-se que, em 1557, apenas Carlos V fora capaz de impedir a princesa de rumar a Portugal para exigir a entrega da regência a si própria e não à tia e nora, D. Catarina (Cf. ÁLVAREZ, Manuel

Em suma, se bem que todas estas ligações pessoais de D. Luís de Ataíde configurem uma verdadeira reaproximação às principais figuras do poder durante o período das regências, elas inserem-se também na estratégia intencional do fidalgo de afastamento em relação às polémicas das regências de D. Catarina e de D. Henrique, como refere Manuel Marques Duarte⁸¹¹. Desta forma, não admira que Ataíde tenha estado ausente no início da regência de D. Catarina, em Junho de 1557⁸¹², bem como das lutas políticas que se seguiram polarizadas pela Casa de Aveiro e pela Casa de Bragança⁸¹³. Não tendo sido um dos escolhidos para o conselho da rainha⁸¹⁴, não surpreende tão pouco que não tenha tomado parte na acesa luta entre D. Catarina e o cardeal D. Henrique. Nesta se inclui a disputa pela nomeação do mestre de D. Sebastião, a qual recaiu no Padre Luís Gonçalves da Câmara, primo de D. Luís, e foi imposta pelo cardeal-infante ao próprio e a todos⁸¹⁵. Da mesma forma, e ainda devido ao ataque francês em Peniche em 1562, se compreende que D. Luís não tenha partido para socorrer Mazagão⁸¹⁶, ou marcado presença nas Cortes daquele ano⁸¹⁷. Desconhece-se igualmente qual o seu sentido de voto nas Cortes e por quem se fez representar, apenas se sabendo que dos senhorios da Casa da Atouguia, apenas a Câmara da Atouguia da Baleia esteve representada nas Cortes⁸¹⁸ e que o seu voto poderá não ter coincidido com o do seu senhor⁸¹⁹.

Mesmo com o início da regência de D. Henrique, D. Luís de Ataíde permaneceu ausente dos principais acontecimentos como sejam, em 1565, quando Lourenço Pires de Távora partiu com aparatosa comitiva para exercer a capitania de Tânger⁸²⁰ ou quando,

Fernández, *Carlos V, El César...*, pp. 832 e seguintes). As anteriores dificuldades de relação entre D. Catarina e D. Joana ajudam a explicar que em torno da princesa castelhana se tenha aglomerado um conjunto de personalidades que faziam a ponte com o jovem D. Sebastião, com especial destaque para Lourenço Pires de Távora (Cf. CRUZ, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata Azevedo, *Op. Cit.*, vol. I, p. 280), desde os tempos da negociação do seu enlace a ela ligado, que a mantinham informada de tudo o que se passava na corte portuguesa. Relembre-se ainda que precisamente nessa sequência Távora fora um feroz opositor da regência de D. Catarina (BUESCU, Ana Isabel, *Catarina...*, p. 336).

⁸¹¹ Cf. DUARTE, Manuel Marques, “A vida de D. Luís...” in PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, p. 32.

⁸¹² Cf. CRUZ, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata Azevedo, *Op. Cit.*, vol. I, p. 38.

⁸¹³ Cf. *Ibidem*, vol. I, p. 47. É importante na história política deste período reconstruir as redes clientelares e de solidariedade política movimentadas por ambas as Casas para a defesa dos seus projectos políticos antagónicos.

⁸¹⁴ Cf. *Ibidem*, vol. I, p. 66.

⁸¹⁵ Cf. LOUREIRO, Francisco de Sales, *O Padre Luís Gonçalves da Câmara e D. Sebastião*, Coimbra, separata o Instituto, 1973, pp. 11-12.

⁸¹⁶ Cf. BAYÃO, Padre José Pereira, *Op. Cit.*, livro I, cap. IV corroborado por *Historia do Cerco de Mazagão*, edição de Agostinho Gavy de Mendonça, Lisboa, Biblioteca de Clássicos Portugueses, 1890.

⁸¹⁷ Cf. *Relações...*, pp. 337-338. Note-se que na qualidade de senhor de terras (CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, p. 95), D. Luís terá sido convocado para as Cortes. Desconhece-se a quem terá passado procuração para o representar.

⁸¹⁸ Cf. CRUZ, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata Azevedo, *Op. Cit.*, vol. I, p. 293.

⁸¹⁹ Cf. *Ibidem*, vol. I, p. 215.

⁸²⁰ Cf. MENEZES, D. Manoel, *Op. Cit.*, parte I, cap. CV.

em 1566, a ilha da Madeira, onde residiam os seus parentes Câmaras⁸²¹, foi atacada pelos franceses⁸²². Neste último caso, é-lhe novamente atribuída uma carta sobre novo ataque francês em Peniche⁸²³. No cerne do afastamento de D. Luís de todos estes acontecimentos parece ter estado não apenas a necessidade da sua presença na sede da sua Casa, como também uma estratégia política intencional do fidalgo de se distanciar das polémicas do poder, embora mantendo canais de informação e influência informais abertos. Será, aliás, esta a sua estratégia de relacionamentos e de poder na própria corte de D. Sebastião, apesar de nela assumir maior protagonismo. Nesse sentido, o então perfil de Ataíde relembra o do secretário Miguel de Moura, o qual atravessou vários reinados sem nunca se ter verdadeiramente incompatibilizado com alguém⁸²⁴.

Percepcionando que a fonte do poder durante as regências na menoridade de D. Sebastião residia no serviço nas casas da rainha e do cardeal D. Henrique⁸²⁵, D. Luís escolheu intencionalmente aproximar-se dos protagonistas dessas Casas de forma a melhor preparar o seu regresso à corte no momento em que D. Sebastião assumisse o poder. Esta estratégia é partilhada com várias outras Casas de nobreza da época que a seguiram deliberadamente⁸²⁶, sobretudo, para evitarem os efeitos decorrentes das lutas de poder derivadas do conflito entre os servidores de D. Catarina e de D. Henrique⁸²⁷. Nesta óptica, é importante não deixar de reconhecer que a estratégia gizada pelo fidalgo teve sucesso na medida em que a sua ausência dos conflitos da corte contribuiu para alicerçar os méritos da sua figura e acção, na hora de decidir o novo vice-rei da Índia.

III. 2. De novo rumo ao Oriente (1567-1568)

Em 1567, ano em que foram suspensas as obras na fortaleza de Peniche e na sequência da tentativa no ano anterior do cardeal D. Henrique de abandonar a regência para forçar D. Sebastião a assumir o governo do Reino, em manobra impedida pela rainha D. Catarina⁸²⁸, tudo aponta para que D. Luís de Ataíde tenha procurado

⁸²¹ Em especial o seu primo Simão Gonçalves da Câmara, então futuro 1º conde da Calheta (Cf. Genealogia 11: Parentesco com os Câmaras (Séculos XV-XVI).

⁸²² Cf. MENEZES, D. Manoel, *Op. Cit.*, parte I, cap. CXXIV.

⁸²³ A assinatura como conde de Atouguia não confere com a de D. Luís que, à data não era conde, e o conteúdo não é de 1566. Cf. Carta do conde de Atouguia, s.l., 1.VI.1666 – ANTT, CC I-107-131.

⁸²⁴ Cf. LOUREIRO, Francisco de Sales, *Miguel de Moura (1538-1599). Secretário de Estado e Governador de Portugal*, dissertação de doutoramento, Lourenço Marques, 1974, pp. 32-33.

⁸²⁵ Cf. VEIGA, Carlos Margaça, *Op. Cit.*, vol. I, p. 105.

⁸²⁶ Cf. CRUZ, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata Azevedo, *Op. Cit.*, vol. II, p. 210.

⁸²⁷ Com efeitos conhecidos no caso de Pedro de Alcáçova Carneiro, afastado da corte desde 1569, precisamente na sequência das referidas lutas.

⁸²⁸ Cf. BUESCU, Ana Isabel, *Op. Cit.*, pp. 353-354.

reaproximar-se da corte. Tal é confirmado pela sua nomeação para o cargo de provedor do Hospital de Todos-os-Santos de Lisboa, ocorrida durante o ano de 1567⁸²⁹. Sendo conhecida a ligação das figuras da alta nobreza às Misericórdias, fosse pelo crédito ou através das fortunas ultramarinas que para ela revertiam⁸³⁰, a presença de Ataíde naquele cargo justifica-se em diversas vertentes.

Desde logo, pela sua proximidade ao assistencialismo franciscano que o levava em 1559, após o falecimento do seu pai e ainda em Peniche, a ordenar a trasladação das ossadas do seu polémico avô D. João de Ataíde⁸³¹, que ficara sepultado em Vila Viçosa onde falecera. Estas, ao serem trazidas para Lisboa, de caminho para o mosteiro de São Bernardino da Atouguia, terão sido responsáveis por mais um milagre⁸³². Em cerimónia na qual participaram as comunidades religiosas franciscanas da Atouguia e de Peniche⁸³³, D. Luís fez questão de reabilitar a figura do seu avô perante todos. A despeito de um hipotético interesse do fidalgo em transformar aquele mosteiro, desde a sua fundação umbilicalmente ligado à Casa de Atouguia, num centro de peregrinação às ossadas do “santo” D. João de Ataíde, a quem eram atribuídos tantos milagres, a sua atitude contribuía não apenas para reconciliar a Casa com o seu passado mais recente. Constituiu-se também como um meio de afirmação da sua extrema piedade e devoção. Tal atitude difundia a imagem de bom cristão e enquadrava-se na prática nobiliárquica de patrocínio artístico e mecenato religioso como forma de reconhecimento social⁸³⁴.

Julgamos ser precisamente em função deste aspecto e da proximidade aos franciscanos, que D. Luís de Ataíde sempre evidenciou, tal como todos os anteriores membros da Casa, que se pode encontrar explicação para “muita devação que há [a] ella [Misericórdia de Lisboa] e á Jrmandade tem”⁸³⁵. Na realidade, a sua ligação à Misericórdia não só permitia ao fidalgo aproximar-se do local mais importante onde

⁸²⁹ Desconhece-se a data exacta da nomeação de D. Luís, conhecendo-se apenas que a primeira provisão que assinou enquanto provedor do Hospital é de Agosto de 1567 (Cf. ANTT, *Hospital de São José*, livro I, fl. 259v.), tendo o fidalgo ocupado o cargo até Fevereiro de 1568. A partir dessa data em que foi formalmente nomeado como vice-rei da Índia, sucedeu-lhe D. Luís Fernandes de Vasconcelos e Meneses, então futuro governador nomeado do Brasil.

⁸³⁰ Cf. SÁ, Isabel dos Guimarães, *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, pp. 51 e 58.

⁸³¹ Cf. BELÉM, Frei Jerónimo, *Op. Cit.*, parte II, livro VI, cap. XXV.

⁸³² Cf. SOLEDADE, Fernando da, *Op. Cit.*, parte IV, livro I, cap. XVII.

⁸³³ Cf. BELÉM, Frei Jerónimo, *Op. Cit.*, parte II, livro VI, cap. XXV.

⁸³⁴ Cf. CUNHA, Mafalda Soares da, “Aristocracia e cortes...”, p. 7.

⁸³⁵ Como surge referido no testamento de D. João de Ataíde, seu irmão. Cf. ANTT, *Casa de Povolive*, caixa 5, maço 9, doc. 3, fl. 9v. Apesar desta afirmação não foi encontrada qualquer referência a D. Luís de Ataíde no trabalho de RIBEIRO, Victor, *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, edição fac-similada de José Vitorino de Pina Martins, Lisboa, Academia das Ciências, 1998.

decorria a luta entre D. Catarina e o cardeal D. Henrique pelo ascendente sobre D. Sebastião⁸³⁶ e, dessa forma, posicionar-se para preparar o seu regresso e interferência nos assuntos da corte. Permitiu-lhe ainda começar a tratar das questões relacionadas com o morgado da Casa, espoletadas pelo testamento de seu irmão D. João de Ataíde⁸³⁷.

Apesar de D. Luís não surgir expressamente mencionado como um dos fidalgos presentes na cerimónia de 20 de Janeiro de 1568 onde foi formalmente entregue o poder a D. Sebastião⁸³⁸, é indubitável que já antes se reaproximara da corte. Através do seu parentesco com o Padre Luís Gonçalves da Câmara, com Martim Gonçalves da Câmara⁸³⁹ e com D. Álvaro de Castro⁸⁴⁰, seus primos, e das relações de amizade que mantinha com Lourenço Pires de Távora, mas também com D. Martinho Pereira, que viria a ser nomeado vedor da fazenda em 1569⁸⁴¹, dedicado sobretudo aos assuntos da Índia desde 1570⁸⁴², e com Diogo Botelho⁸⁴³, é perceptível que Ataíde preparara cuidadosamente a sua aproximação à corte. A D. Martinho Pereira, nomeado vedor por intercessão directa do cardeal D. Henrique, e a Diogo Botelho, Ataíde confiaria a importante tarefa de gerir a sua Casa durante a sua ausência na Índia⁸⁴⁴. Esta decisão comprova que a ligação a ambos os fidalgos seria anterior e demonstra como D. Luís procurou dela beneficiar num momento especialmente delicado: a morte, em data incerta, da sua segunda esposa D. Maria de Noronha, e o facto de não ter ainda um herdeiro para a sua Casa⁸⁴⁵.

⁸³⁶ Relativamente a esta luta, desde sempre interpretada de forma diversa, importa novamente frisar a importância da correspondência de D. Catarina e de D. Henrique, presente em Simancas, a qual apresenta uma visão bem mais nítida do conflito. Em nossa opinião, a disputa não se fez unicamente pela ascendência de D. Sebastião (Cf. POLÓNIA, Amélia, *Op. Cit.*, p. 181), mas também em torno de projectos políticos distintos para o Reino, fortemente apoiados nos servidores das Casas de ambos, os quais já tinham ficado evidenciados nas diferentes formas de governação de D. Catarina e D. Henrique. Neste ponto, julgamos fundamental a transcrição e publicação integral da correspondência de D. Catarina e D. Henrique com Filipe II, presente em Simancas, e muita dela ainda inédita.

⁸³⁷ Como a tença de 12 mil reais de juro comprada por D. Luís de Ataíde com a herança de D. João de Ataíde (Cf. ANTT, *CDS DH*, livro 19, fl. 277, Almeirim, 30.I.1567). As restantes questões só foram tratadas por D. Luís após o seu regresso da Índia, em 1572, pelo que serão mencionadas adiante.

⁸³⁸ Cf. SANTOS, Frei Manoel dos, *Op. Cit.*, livro II, cap. I; MACHADO, Diogo Barbosa, *Op. Cit.*, tomo III, livro I, cap. II; CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, p. 137.

⁸³⁹ Cf. Genealogia 11: Parentesco com os Câmaras (Séculos XV-XVI).

⁸⁴⁰ Cf. Genealogia 6: Parentesco com os Castros (Séculos XV-XVI).

⁸⁴¹ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, p. 149.

⁸⁴² Cf. *Ibidem*, p. 169.

⁸⁴³ Cf. Genealogia 14: Parentesco com os Botelhos (Séculos XV-XVI).

⁸⁴⁴ Para o efeito, o fidalgo passou-lhes alvará nomeando-os procuradores para administrarem as suas jurisdições, o qual foi confirmado por D. Sebastião. Cf. ANTT, *CDS DH (Privilégios)*, livro 7, fl. 186, Lisboa, 2.VI.1568.

⁸⁴⁵ Facto confirmado pelo inquisidor da Índia que, em carta a D. Henrique, afirma que D. Luís fora bem recebido na Índia e que, para tal, concorrera o facto de ter bom património e não ter esposa nem filhos. Cf. Carta de Aleixo Dias Falcão ao cardeal-infante D. Henrique, Goa, 3.I.1569 – PUB. BAIÃO, António,

Inserido, portanto, nas redes clientelares e de poder, associadas particularmente ao regente D. Henrique, embora como assinalado, igualmente ligado à rainha D. Catarina através de seu primo D. Luís Gonçalves de Ataíde e de seu genro, D. Sancho de Noronha, 4º conde de Odemira, D. Luís de Ataíde cumpria ainda outros requisitos fundamentais para ser indigitado vice-rei da Índia⁸⁴⁶. Além de, à data, se encontrar sem esposa, nem filhos e de ser um fidalgo rico, facto sempre importante para a Coroa por assegurar que o nomeado não procuraria enriquecimento a Oriente, D. Luís era aparentado com anteriores vice-reis: primo do governador Afonso de Albuquerque, do vice-rei D. Garcia de Noronha⁸⁴⁷, do governador D. João de Castro⁸⁴⁸ e do vice-rei D. Francisco Coutinho, 3º conde de Redondo⁸⁴⁹. A estes aspectos há que acrescentar o facto de ser titular de uma Casa que, como assinalado, através da sua pessoa e das carreiras recentes dos seus irmãos, firmara os seus pergaminhos no palco asiático.

Se estes factos ajudam a entender que quaisquer hipotéticos candidatos ao cargo de vice-rei em 1568⁸⁵⁰ teriam sérias dificuldades em concorrer com o perfil de D. Luís de Ataíde, é também relevante não esquecer que a sua escolha deveu muito à sua anterior experiência na Índia, África e Alemanha. A esta acresceu o seu “muyto alto entendimento, & de muyta experiencia que tinha, & se tinha delle, por ter visto tanto, & passado por tantos cercos, & batalhas nauaes, & terrestres que tam inteiramente sempre comprio com as qualidades, & obrigação de sua pessoa”⁸⁵¹. Em suma, a sua experiência militar diversificada, nos planos terrestre e naval, foi absolutamente central, na escolha do sucessor do vice-rei D. Antão de Noronha (1564-1568).

Tendo a nomeação vice-real da Índia sido intencionalmente deixada pelo regente D. Henrique a D. Sebastião⁸⁵², a escolha de D. Luís não pode, num outro ângulo, deixar de ser explicada pelo contexto que então se vivia no Estado da Índia. Perante os inúmeros

A Inquisição de Goa. Correspondência dos Inquisidores da Índia (1569-1630), vol. II, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930, doc. I.

⁸⁴⁶ Em mente temos a sua situação pessoal à data, a carreira anterior e o parentesco com outros vice-reis (Cf. CUNHA, Mafalda Soares, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Vice-reis, governadores e conselheiros de governo do Estado da Índia (1505-1834)”, *Penélope*, nº 15, 1995, p. 101).

⁸⁴⁷ Cf. Genealogia 5: Parentescos colaterais de D. Luís de Ataíde, 3º conde de Atouguia (Séculos XV-XVI).

⁸⁴⁸ Cf. Genealogia 6: Parentesco com os Castros (Séculos XV-XVI).

⁸⁴⁹ Cf. Genealogia 5: Parentescos colaterais de D. Luís de Ataíde, 3º conde de Atouguia (Séculos XV-XVI).

⁸⁵⁰ Desconhecem-se outros nomes que possam ter sido ventilados em 1568, se bem que durante as regências se tenha colocado a hipótese de Lourenço Pires de Távora ser nomeado para a Índia (Cf. CRUZ, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata Azevedo, *Op. Cit.*, vol. I, pp. 283 e 285).

⁸⁵¹ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro I, cap. I, p. 148.

⁸⁵² Cf. BAYÃO, Padre José Pereira, *Op. Cit.*, livro I, cap. XV.

desafios que o início da crise político-militar de 1565-75 colocara ao vice-rei D. Antão de Noronha⁸⁵³ e, em especial, tendo D. Henrique clara noção de que muitos dos relatórios com tónica de “crise” e propostas reformistas que recebeu durante a sua regência, não poderiam ser levados avante devido à necessidade da legitimidade do poder real⁸⁵⁴ e à intensa oposição que se gerara no Estado da Índia à política reformadora do vice-rei D. Antão⁸⁵⁵, era absolutamente necessário que a figura escolhida fosse consensual em vários planos. Não apenas na arena cortesã mas, também e sobretudo, na militar uma vez que o indigitado teria de ser capaz de lidar com os previsíveis ataques de potências como os sultanatos de Bijapur, de Ahmadnagar e do Achém ou ainda do Samorim de Calicute, acerca dos quais o vice-rei D. Antão informara detalhadamente a Coroa desde finais de 1564⁸⁵⁶.

A Oriente vivia-se não só o contexto político-militar mais adverso de sempre desde o início da presença portuguesa⁸⁵⁷, como o factor de insegurança militar que sempre caracterizou a existência do Estado da Índia na segunda metade do século XVI, como relembra Anthony Disney⁸⁵⁸, parecia, naquele contexto, sobrepor-se a todos. Nesse sentido, o perfil do sucessor de D. Antão teria necessariamente de ser o de um militar experimentado na guerra e na política, mas ainda com decisiva autoridade social para impor os mandatos reformistas que a Coroa dele esperava.

Assim que assumira o poder, em Janeiro de 1568, consciente dos desafios que se colocavam ou por sugestão do tio D. Henrique, da avó D. Catarina ou de alguns dos membros da corte, D. Sebastião decidiu pedir à Mesa da Consciência e Ordens parecer sobre aquela que considerava ser a prioridade da política régia para o Oriente⁸⁵⁹. O pedido era, além de um reconhecimento implícito à intervenção e poder que a Mesa desempenhara durante o período das regências⁸⁶⁰, e que o levaria a formalizar a

⁸⁵³ Sobre este tema veja-se o nosso trabalho: VILA-SANTA, Nuno, “O Vice-Reinado de D. Antão de Noronha no contexto da crise do Estado da Índia de 1565-1575”, *Anais de História de Além-Mar*, vol. XI, Lisboa/Ponta Delgada, 2010, pp. 63-101.”

⁸⁵⁴ Cf. CRUZ, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata Azevedo, *Op. Cit.*, vol. II, p. 201.

⁸⁵⁵ Cf. VILA-SANTA, Nuno, “O Vice-Reinado...”, pp. 93-97.

⁸⁵⁶ Cf. Carta de D. Antão de Noronha a D. Sebastião, Goa, 30.XII.1564 – PUB. WICKI, Joseph, “Duas cartas oficiais de vice-reis da Índia, escritas em 1561 e 1564”, *Stvdia*, n.º 3 (Janeiro de 1959), Lisboa, pp. 68-89. Cf. mapa 4 para a localização geográfica dos referidos sultanatos.

⁸⁵⁷ Cf. THOMAZ, Luís Filipe, “A crise...”, p. 486.

⁸⁵⁸ Cf. DISNEY, Anthony, *A History of Portugal...*, vol. II, p. 146.

⁸⁵⁹ Cf. SANTOS, Frei Manoel dos, *Op. Cit.*, livro II, cap. II; MENEZES, D. Manoel, *Op. Cit.*, parte II, cap. XXV.

⁸⁶⁰ Cf. CRUZ, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata Azevedo, *Op. Cit.*, vol. II, pp. 44 e 48.

existência da Mesa para o próprio Estado da Índia, em 1570⁸⁶¹, tanto mais relevante quanto revelava a intenção de D. Sebastião de não se cingir a ouvir as opiniões da família real e de membros da corte. A sua predisposição para pensar por si próprio é, aliás, corroborada pelo próprio Lourenço Pires de Távora que, em missiva à princesa D. Joana, narrava acerca do jovem monarca que se “vio já, em quatro concelhos, nos dous dos quaes forão juntas muitas pessoas chaves, extraordinárias para negócios da Índia, e que mostra tal autoridade, e tanta segurança no que propõe, e rezolve inda que em poucas palavras, que hé muito para maravilhar”⁸⁶².

A resposta da Mesa, presidida por Martim Gonçalves da Câmara, foi a de colocar o acento tónico nas questões da Cristandade e missão, declaradas como prioridade absoluta da Coroa⁸⁶³. O facto do próprio D. Luís de Ataíde ter participado na reunião⁸⁶⁴ e de D. Sebastião ter acolhido aquele parecer sem qualquer alteração aponta para uma inequívoca continuidade política para o que fora a acção do regente D. Henrique, como afirma Maria Augusta Lima Cruz⁸⁶⁵. A par da nomeação de D. Álvaro de Castro como embaixador português em Roma⁸⁶⁶, a indigitação de Ataíde como vice-rei da Índia foi um dos primeiros assuntos aos quais D. Sebastião dedicou a sua atenção. Isso mesmo explica que, em nossa opinião, a escolha de D. Luís, referido como vice-rei da Índia, já em Dezembro de 1567⁸⁶⁷, isto é, antes da assumpção formal do poder por D. Sebastião, tenha resultado da intercessão junto do rei das figuras ligadas ao cardeal D. Henrique, embora consensualizada com a rainha D. Catarina. No entanto, a nomeação formal de Ataíde por D. Sebastião insere-se também e plenamente na referida política sebástica de aprofundar as medidas herdadas da regência henriquina.

Se bem que esta última afirmação pareça evidente, não menos importante será não esquecer que a sintonia do próprio rei com um projecto político para o Reino e para o Império que o aproximava mais do tio D. Henrique do que da avó D. Catarina, com

⁸⁶¹ Cf. CARDIM, Pedro, MIRANDA, Susana Munch, “Virreyes e governadores de las posesiones portuguesas en el Atlántico y en el Índico (Siglos XVI-XVIII)” in CARDIM, Pedro, PALOS, Joan-Lluís, *El mundo de los virreyes en las monarquias de España y Portugal*, Vervuert, Iberoamericana, 2012, p. 191.

⁸⁶² Cf. Carta de Lourenço Pires de Távora a D. Joana, Lisboa, 9.II.1568 – BA, 49-IX-38, fl. 176v.

⁸⁶³ Cf. SANTOS, Frei Manoel dos, *Op. Cit.*, livro II, cap. II; MENEZES, D. Manoel, *Op. Cit.*, parte II, cap. XXV.

⁸⁶⁴ Cf. CRUZ, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata Azevedo, *Op. Cit.*, vol. II, p. 51.

⁸⁶⁵ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, p. 143.

⁸⁶⁶ Cf. *Ibidem*, pp. 139-140.

⁸⁶⁷ Ainda em Dezembro de 1567 foi passado a D. Luís o alvará do quinto das prezas e autorização para trazer mercadorias e pimenta (Cf. ANTT, *CDS DH*, livro 22, fl. 45v., Lisboa, 9.XII.1567), bem como o alvará de ordenado (Cf. *Idem*, livro 22, fl. 304v., Lisboa, 23.XII.1567). Em ambos, Ataíde surge expressamente identificado como conselheiro de estado e vice-rei que vai ser enviado à Índia.

quem viria a manter relações tensas nos anos seguintes, se explica também pela sua motivação pessoal. Correspondendo claramente a nomeação de D. Luís de Ataíde a um momento de elitização do cargo de vice-rei, directamente associado ao momento, que então se vivia⁸⁶⁸, de definição e de centralização de poderes da Coroa, evidente no seu regimento, e ao início do processo de afirmação do projecto da realza sebastica, não se deverá ignorar que a motivação militar da nomeação do fidalgo encontrava correspondência directa na personalidade que o rei até então evidenciara.

Enquanto figura desde cedo fascinada pelo mundo da guerra, como se atesta pelo facto de D. Sebastião ser grande admirador de Carlos V, ou por mostrar grande respeito por D. Álvaro de Castro por este ser filho de D. João de Castro, homem cuja acção D. Sebastião admirava⁸⁶⁹, o *Desejado* não deverá ter deixado de sentir sintonia semelhante com D. Luís de Ataíde. Não fora Ataíde afinal um dos poucos fidalgos do seu tempo que conhecera e privara pessoalmente com a figura do Imperador, num dos momentos mais decisivos da sua existência? Nessa medida e devido ao projecto de reforma militar que D. Sebastião viria a protagonizar no Reino a partir de 1569⁸⁷⁰, com o regimento dos capitães-mores, sobretudo enquanto trilha de afirmação da sua realza⁸⁷¹, e através do qual procurava reorganizar e modernizar a estrutura militar, o monarca aproximava-se do perfil de D. Luís. Não conhecera o fidalgo a estrutura militar imperial dos tércios e ordenanças que servia de modelo ao que D. Sebastião queria instaurar de forma definitiva no Reino e na Ásia Portuguesa? Não seria Ataíde até uma das pessoas mais indicadas para o ajudar nesse processo pelo seu conhecimento e experiência?

Se o perfil militar e cortesão de D. Luís de Ataíde encontrava aceitação na personalidade régia, porque não nomear vice-rei da Índia alguém que, naquelas circunstâncias de início de governo e incertezas em relação ao futuro do Estado da Índia, lhe era sugerido pelas suas figuras mais próximas? Mesmo que eventualmente D. Luís só tenha privado mais pessoalmente com D. Sebastião em 1567-68, dada a sua ausência da corte durante os anos que mediarão entre o seu nascimento e a assumpção do poder, esta simbiose de interesses entre fidalgo e monarca parece ter sido decisiva para a confirmação formal da indigitação de Ataíde como vice-rei da Índia, em Março

⁸⁶⁸ Cf. XAVIER, Ângela Barreto, *A Invenção...*, p. 72.

⁸⁶⁹ Cf. VEIGA, Carlos Margaça, *Op. Cit.*, vol. I, p. 118.

⁸⁷⁰ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, RODRIGUES, Vítor, *El proyecto...*, p. 295. Para mais pormenores sobre as reformas militares do *Desejado* veja-se o revelante trabalho de FEIO, Gonçalo Maria Duarte Couceiro, *A problemática militar no reinado de D. Sebastião: instituição e reforma*, dissertação de mestrado policopiada, Lisboa, FLUL, 2003, pp. 49 e seguintes.

⁸⁷¹ Cf. *Ibidem*, pp. 143-144.

de 1568⁸⁷². Uma análise mais detalhada do regimento e diversas ordens dadas a D. Luís permite, também, melhor perceber o que esteve em jogo na sua nomeação.

O regimento outorgado ao fidalgo inicia-se com a evocação dos motivos de acrescentamento da fé que tinham levado D. Manuel I a buscar a Índia e D. João III a nela lutar para logo se afirmar que uma das primordiais missões de D. Luís era que “saibam eles que [o acrescentamento da fé] he o maior contentamento que daquelas partes posso receber, e o maior serviço que me nelas podem fazer, e confiando de vos que asy o fareis, vos emcomendo muito que o principal cuidado de todos os vossos seja em procurardes e ordenardes que a conversam das gentes das dictas partes se faça e continue”⁸⁷³. Não só então se reafirmava a tónica contra-reformista nesta nomeação da Coroa⁸⁷⁴, já sob o governo de D. Sebastião, como tal afirmação vinha na sequência das ordens anteriores que o cardeal D. Henrique no mesmo sentido enviara à Índia⁸⁷⁵. Era essa mesma importância que explicava ainda que o vice-rei não devesse patrocinar conversões forçadas⁸⁷⁶, que devesse favorecer todos os eclesiásticos e missionários a Oriente⁸⁷⁷, com especial destaque para o Colégio jesuíta de Goa, informar anualmente a Coroa do número de conversões⁸⁷⁸ e sobretudo que tenha levado ordem para divulgar os apontamentos da Mesa de Consciência e Ordens na Índia⁸⁷⁹.

A esta parte fundamental do regimento de D. Luís acresciam outras não menos relevantes, como seja a questão da justiça onde se pretendia que Ataíde prosseguisse a acção reformadora que já fora expressamente pedida aos vice-reis D. Constantino de Bragança e D. Francisco Coutinho, 3º conde de Redondo⁸⁸⁰. Neste sentido, a D. Luís era solicitado que concedesse perdões a gentios, mouros e cristãos da terra, sempre que possível, de forma a não os agravar e com isso causar problemas ao Estado. No mesmo sentido, se entende que tenha levado estrita ordem para controlar os abusos praticados

⁸⁷² Cf. ANTT, *CDS DH*, livro 22, fl. 56, Lisboa, 2.III.1568.

⁸⁷³ Das diversas versões do regimento de D. Luís, cita-se a do original quinhentista, levado pelo vice-rei em 1568 e actualmente estante em Goa. Cf. Regimento para o vice-rei D. Luís de Ataíde, Lisboa, 27.II.1568 – PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. X, doc. 48, p. 438.

⁸⁷⁴ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, RODRIGUES, Vítor, *Op. Cit.*, p. 302.

⁸⁷⁵ Cf. VILA-SANTA, Nuno, “A Coroa e o Estado da Índia nos reinados de D. Sebastião e D. Henrique: Política ou Políticas”, pp. 12-13 submetido para eventual publicação na revista *Lusitania Sacra*.

⁸⁷⁶ Cf. Regimento para o vice-rei D. Luís de Ataíde, Lisboa, 27.II.1568 – PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. X, doc. 48, p. 438.

⁸⁷⁷ Cf. Regimento para o vice-rei D. Luís de Ataíde, Lisboa, 27.II.1568 – PUB. *Ibidem*, p. 440.

⁸⁷⁸ Cf. Regimento para o vice-rei D. Luís de Ataíde, Lisboa, 27.II.1568 – PUB. *Ibidem*, p. 439.

⁸⁷⁹ Cf. Provisão de D. Sebastião, Almeirim, 13.III.1568 – PUB. *APO*, fascículo 5, parte 2, doc. 653.

⁸⁸⁰ Cf. VILA-SANTA, Nuno, “A Coroa e o Estado...”, pp. 4-5 e 8-10.

pela fidalguia sobre as populações locais⁸⁸¹, castigar os negócios considerados ilícitos dos feitores e alcançar o bom tratamento dos diferentes mercadores estantes a Oriente⁸⁸². Nesta lógica era-lhe pedido que reforçasse as inquirições a capitães de navios e fortalezas e as enviasse para o Reino para serem julgadas, garantindo este ponto através do bom tratamento aos ouvidores⁸⁸³.

Além disso, era solicitado a Ataíde que reorganizasse diversos aspectos da administração do Estado da Índia, nomeadamente na questão do corte das despesas⁸⁸⁴, dos agravos cometidos em Ormuz aos mercadores de cavalos⁸⁸⁵ e do controlo do armamento e do assentamento e concessão dos soldos pois “Ey por bem e vos mando que se nam pague soldo algum a alguma pessoa sem ser feito alardo das armas, e a cada hum as mostrar e semdo as ditas armas vistas e semdo certo que sam daquelle lhe sera paguo o dito soldo”⁸⁸⁶. Acoplado a este objectivo estava ainda o de instaurar a reforma militar das ordenanças⁸⁸⁷, com o qual a Coroa pretendia responder à situação de impreparação militar da fidalguia, à própria crise político-militar e aos apelos que nesse sentido recebera. Este aspecto concreto fora, aliás, como já foi afirmado por João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Rodrigues⁸⁸⁸, um dos principais motivos da sua nomeação.

Outro ponto fundamental do regimento de D. Luís de Ataíde dizia respeito à ordem de bloqueio à pimenta que se dirigia ao Mar Vermelho pois “ymporta tanto a meu serviço que nenhuma cousa desta calidade me pode mays ymportar”⁸⁸⁹. Tal sucedia no exacto momento em que a Coroa se preparava para, após o antecedente do vice-rei D. Antão de Noronha⁸⁹⁰ e na sequência da política sebástica de continuidade para com a regência de D. Henrique, autorizar os privados a participar no comércio oriental, como veio a acontecer com o regimento de 1570. Em causa estava ainda o crescente apetite

⁸⁸¹ Cf. Regimento para o vice-rei D. Luís de Ataíde, Lisboa, 27.II.1568 – PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. X, doc. 48, pp. 445-446.

⁸⁸² Cf. Regimento para o vice-rei D. Luís de Ataíde, Lisboa, 27.II.1568 – PUB. *Ibidem*, pp. 452-453.

⁸⁸³ Cf. Regimento para o vice-rei D. Luís de Ataíde, Lisboa, 27.II.1568 – PUB. *Ibidem*, pp. 457.

⁸⁸⁴ Cf. Regimento para o vice-rei D. Luís de Ataíde, Lisboa, 27.II.1568 – PUB. *Ibidem*, p. 447.

⁸⁸⁵ Cf. Regimento para o vice-rei D. Luís de Ataíde, Lisboa, 27.II.1568 – PUB. *Ibidem*, p. 451.

⁸⁸⁶ Cf. Regimento para o vice-rei D. Luís de Ataíde, Lisboa, 27.II.1568 – PUB. *Ibidem*, p. 447.

⁸⁸⁷ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, RODRIGUES, Vítor, *Op. Cit.*, pp. 302-304; RODRIGUES, Vítor, “A guerra na Índia” in *Nova História Militar de Portugal*, vol. II, direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, coordenação de António Manuel Hespanha, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, p. 222.

⁸⁸⁸ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, RODRIGUES, Vítor, *Op. Cit.*, p. 295.

⁸⁸⁹ Cf. Regimento para o vice-rei D. Luís de Ataíde, Lisboa, 27.II.1568 – PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. X, doc. 48, p. 442.

⁸⁹⁰ O qual lograra alcançar da Coroa autorização para o total envolvimento de privados no carregamento de pimenta do ano de 1566. Cf. VILA-SANTA, Nuno, “O Vice-Reinado...”, pp. 74-76.

germânico pelas especiarias⁸⁹¹, o qual explica o reforço da ordem a D. Luís de procurar evitar ao máximo a chegada de pimenta à Europa por aquela via.

Na área da diplomacia e da guerra, e ciente das incertezas da crise político-militar, o monarca ordenava que o vice-rei fizesse saber aos embaixadores dos reinos asiáticos que “minha vontade nam he guerra, senam que sejam bem tratados e recebam proveito de minhas mercadorias e minhas feitorias”⁸⁹². Tal afirmação era feita para ser concretizada sempre que possível, uma vez que o cenário de guerra, propiciado pelo então contexto asiático, não poderia ser afastado. Também os provimentos à praça de Malaca⁸⁹³ eram especialmente encomendados a Ataíde dada a importância que a cidade vinha assumindo e porque a Coroa tinha consciência de faltarem socorros atempados.

Numa outra perspectiva, a Coroa recomendava a D. Luís que, sempre que pudesse, visitasse, com o menor gasto possível, as fortalezas da costa da Índia para com a sua presença firmar a sua autoridade e vigilância sobre a fidalguia, capitães e oficiais⁸⁹⁴. A temática da tradicional itinerância do vice-rei era abordada, na sequência das sugestões recebidas da Índia relativas à discussão da capitalidade de Goa e do debate acerca das regiões onde o Estado devia investir mais⁸⁹⁵. Assim, referia o regimento do vice-rei sobre este aspecto: “Porque a cidade de Guoa he a mais principal que na India ha, e dos mercadores e naturaes dela sam sempre em todas as cousas muy bem servido, me parece que nela melhor que em nenhum outro lugar podeis ymvernar, pello qual ey por bem que assy façaes. E porem se vos parecer meu serviço invernardes em qualquer outra cidade das que tenho nessas partes leixo a vos que o façaes como vos parece melhor, e mais meu serviço”⁸⁹⁶. Em aberto ficava, assim, a hipótese da capital deixar de ser Goa, como a breve trecho sucederia com a divisão dos governos da Índia, em 1569 e 1571⁸⁹⁷.

Aparentemente omissa nas ordens dadas por D. Sebastião a D. Luís de Ataíde ficava a problemática da ameaça otomana. De facto, não se conhece ordem específica, apesar da

⁸⁹¹ Cf. CRUZ, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata Azevedo, *Op. Cit.*, vol. II, p. 202.

⁸⁹² Cf. Regimento para o vice-rei D. Luís de Ataíde, Lisboa, 27.II.1568 – PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. X, doc. 48, p. 444.

⁸⁹³ Cf. Regimento para o vice-rei D. Luís de Ataíde, Lisboa, 27.II.1568 – PUB. *Ibidem*, p. 459.

⁸⁹⁴ Cf. Regimento para o vice-rei D. Luís de Ataíde, Lisboa, 27.II.1568 – PUB. *Ibidem*, p. 442.

⁸⁹⁵ Tal debate fora particularmente intenso durante o governo do vice-rei D. Antão, embora tenha prosseguido no próprio governo de D. Luís com a relação do arcebispo D. Jorge Temudo (Cf. WICKI, Joseph, “Duas relações sobre a situação da Índia Portuguesa nos anos de 1568 e 1569”, *Stvdia*, nº 8, Julho de 1961, pp. 133-220). Tratava-se de saber, no âmbito das oportunidades de expansão que a crise político-militar abria, quais as melhores regiões para investir na territorialização do Estado da Índia.

⁸⁹⁶ Cf. Regimento para o vice-rei D. Luís de Ataíde, Lisboa, 27.II.1568 – PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. X, doc. 48, p. 460.

⁸⁹⁷ Cf. VILA-SANTA, Nuno, “Revisitando...”, pp. 89-90.

intensíssima pressão que Filipe II exerceu desde 1566, no contexto do exacerbamento da tensão política, militar e religiosa entre cristãos e muçulmanos no Mediterrâneo, que culminaria na Batalha de Lepanto de 1571⁸⁹⁸, no sentido de ser enviada uma embaixada à Pérsia Safávida com o intuito de estabelecer uma aliança ofensiva contra os Otomanos⁸⁹⁹. A desvalorização da ameaça que os Otomanos representavam no Índico foi, aliás, no âmbito da crise de 1565-75, uma das notas dominantes e diferenciadoras relativamente ao que se passara nas décadas de 1530, 1540 e parte da década de 1550. Aparentemente a Coroa adoptou tal postura de desvalorização, a qual gradualmente se impusera aos próprios governantes do Estado da Índia⁹⁰⁰.

Numa perspectiva comparativa com os regimentos outorgados a outros vice-reis, tais como D. Afonso de Noronha, em 1550, D. Constantino de Bragança, em 1558, ou D. Francisco Coutinho, 3º conde de Redondo, em 1561, e com algumas das ordens que se sabe que o vice-rei D. Antão de Noronha recebeu em 1564, ressalta sobretudo a ideia da continuidade. Muitas das políticas reformadoras que se pediam a D. Luís de Ataíde, em 1568, encontram paralelo directo em ordens anteriores, nomeadamente na tónica sobre a questão das conversões, do acrescentamento da fé, da racionalização de meios militares e financeiros e na correcção dos diversos vícios e fraudes na administração da Índia.

O que diferencia, porém, claramente a nomeação de D. Luís, das anteriores é não apenas o contexto em que foi feita, mas principalmente os poderes que lhe foram

⁸⁹⁸ Para o devido enquadramento veja-se a obra clássica de BRAUDEL, Fernand, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995.

⁸⁹⁹ Em 1566, ano do falecimento de Solimão, “O Magnífico”, Filipe II insistiu junto de D. Henrique para que fosse enviada uma embaixada à Pérsia, tendo o regente respondido que no ano seguinte a enviaria bem como escreveria ao vice-rei da Índia e ao capitão de Ormuz sobre o caso (Cf. Cartas de D. Alonso de Tovar a Filipe II, Lisboa, 7.I.1566/II.1566 – AGS, *Estado*, Leg. 383, docs. 23 e 24). Ainda no final do ano, Filipe II, no contexto pós-cerco de Malta, voltava a insistir no envio da embaixada (Cf. Carta de Filipe II a D. Alonso de Tovar, s.l., 22.XII.1566 – AGS, *Estado*, Leg. 384, doc. 90), solicitando ao seu embaixador informações sobre a presença portuguesa no Golfo Pérsico para poder transmitir ao embaixador que enviaria (Cf. Carta de Filipe II a D. Alonso de Tovar, s.l., s.d., - AGS, *Estado*, Leg. 384, doc. 91). Como o embaixador não fora enviado em 1567 devido às lutas entre D. Catarina e D. Henrique para cercar D. Sebastião dos seus apaniguados (Cf. Carta de D. Hernando Carrillo de Mendonza a Filipe II, Lisboa, 5.XII.1567 – AGS, *Estado*, Leg. 385, doc. 51), Filipe II insistia que o embaixador fosse enviado no Verão de 1568 (Cf. Carta de Filipe II a D. Alonso de Tovar, s.l., 22.XII.1567 – AGS, *Estado*, Leg. 385, doc. 56). A pressão filipina fora tal que D. Henrique, D. Catarina e o próprio D. Sebastião solicitaram a D. Francisco Pereira, embaixador em Castela, que entregasse um pedido formal de desculpas a Filipe II por não ter sido possível enviar à Índia o embaixador na armada de 1567 (Cf. Cartas de D. Francisco Pereira, D. Henrique e D. Catarina a Filipe II, s.l., 26.III.1567 – AGS, *Estado*, Leg. 385, docs. 76, 77 e 78). Inconformado com a situação, Filipe II não desistiu de se informar sobre a Pérsia, pedindo ao seu embaixador que aliciasse o cosmógrafo Dr. Fernando de Oliveira (Cf. Carta de D. Hernando Carrillo de Mendonza a Gabriel Zayas, Lisboa, 7.IX.1569 – AGS, *Estado*, Leg. 385, doc. 70) e que colhesse informações junto de João de Mendonça, que fora governador interino da Índia, em 1564, desde o falecimento de D. Francisco Coutinho, 3º conde de Redondo, até à chegada do vice-rei D. Antão (Cf. Carta de D. Alonso de Tovar a Filipe II, s.l., 7.I.1567 – AGS, *Estado*, Leg. 385, doc. final).

⁹⁰⁰ A qual se impusera sobretudo a partir da embaixada de António Teixeira a Istambul. Cf. nota 765.

concedidos para implementar a política reformadora da Coroa. Na realidade, os poderes reforçados outorgados a Ataíde não se prendiam unicamente com a necessidade de reforçar o vice-rei, em especial para este lidar com a oposição crescente⁹⁰¹, mas encontram também relação directa com o seu estatuto social e a consciência da Coroa de que, através desta nomeação, se encontrava aberto o caminho para uma reforma do Estado da Índia há muito sentida como necessária. Tal necessidade, que se avolumava desde a designada “crise de meados de Quinhentos”⁹⁰², não chegara a receber uma resposta efectiva e directa da Coroa em função das diversas conjunturas anteriores.

Assim se explica que D. Luís de Ataíde levasse poderes para decretar penas de morte⁹⁰³, que tenha sido o primeiro vice-rei a quem foi permitido passar mercês em seu nome e não do rei⁹⁰⁴, que detivesse poderes reforçados junto de capitães de fortaleza e de navios⁹⁰⁵, ou ainda poderes para passar cartas de emancipação, suprimento de idade e legitimações⁹⁰⁶. Na mesma lógica, era-lhe pedido que não faltasse com as cômputas aos missionários, homens da justiça, gente da terra e armadas e ficava autorizado, em caso de falta de rendas, a poder angariar dinheiro dos particulares⁹⁰⁷.

A estes poderes acresceu outro de relevante importância: a autorização régia para que o vice-rei não concedesse cadeiras rasas nas suas recepções à fidalguia⁹⁰⁸. O objectivo da ordem era o de progredir “num sentido de maior complexidade e de maior afastamento do representante do monarca dos seus súbditos”, como relembra Pedro Dias⁹⁰⁹. Tal justificava-se, não só para reforçar o vice-rei no relacionamento sempre tenso com a fidalguia, mas ainda para credibilizar a instituição vice-real num momento em que a Coroa carecia de dar uma prova de força no Oriente⁹¹⁰, e também na Europa⁹¹¹, de que a situação do Estado da Índia teria uma resposta à altura.

⁹⁰¹ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, RODRIGUES, Vítor, *Op. Cit.*, pp. 300-301.

⁹⁰² Cf. VILA-SANTA, Nuno, *D. Afonso...*, pp. 135-139.

⁹⁰³ Cf. PEREIRA, Carlos Renato, *História da Administração da Justiça no Estado da Índia (Século XVI)*, vol. I, Lisboa, Agência do Ultramar, 1964, p. 129.

⁹⁰⁴ Cf. SANTOS, Catarina Madeira, *Op. Cit.*, pp. 161 e 163.

⁹⁰⁵ Como, surge explicitado no seu regimento. Cf. Regimento para o vice-rei D. Luís de Ataíde, Lisboa, 27.II.1568 – PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. X, doc. 48, pp. 463-464.

⁹⁰⁶ Cf. Alvará de D. Sebastião, Lisboa, 28.II.1568 – APO, fascículo 5, parte 2, doc. 645.

⁹⁰⁷ Cf. SANTOS, Frei Manoel dos, *Op. Cit.*, livro II, cap. II.

⁹⁰⁸ Cf. BAYÃO, Padre José Pereira, *Op. Cit.*, livro II, cap. IX; MENEZES, D. Manoel, *Op. Cit.*, parte II, cap. XXIV.

⁹⁰⁹ Cf. DIAS, Pedro, *Arte Indo-Portuguesa*, Lisboa, Almedina, 2004, p. 146.

⁹¹⁰ Sobre tudo como resposta às inúmeras sugestões que recebera durante o período das regências.

⁹¹¹ Da situação vivida no Estado da Índia, enquanto parcela fundamental do Império, dependia também a reputação da Coroa Portuguesa na Europa. Este aspecto é particularmente visível devido à ameaça otomana que fazia Filipe II manter interesse em acompanhar a situação na Ásia Portuguesa. Assim, em

Em função de tudo o que foi descrito compreende-se que, com a nomeação de Ataíde, a Coroa não dava apenas continuidade ao processo de elitização social do cargo de vice-rei da Índia⁹¹², escolhendo pela segunda vez⁹¹³ um fidalgo titular de uma importante Casa de nobreza do Reino para aquele cargo e progredindo mesmo no sentido de alguma aristocratização na concessão deste título, como referem Mafalda Soares da Cunha e Nuno Gonçalo Monteiro⁹¹⁴. A Coroa também pretendia responder claramente aos desafios da crise político-militar através do envio de uma personagem experiente na guerra. Neste sentido, a nomeação de D. Luís de Ataíde relembra, pelo seu projecto reformista, a de D. Vasco da Gama, 1º conde da Vidigueira, em 1524, e, pelo contexto de ameaça militar e pelo seu estatuto social, a do seu primo e vice-rei D. Garcia de Noronha, em 1538.

Como resposta à crise, patente no regimento e diversas ordens outorgadas a D. Luís, a Coroa visava prosseguir uma política de estreita aliança entre missionação e conquistas, política esta que a levaria a nomear, exactamente na mesma lógica, Francisco Barreto para o Monomotapa, ainda em decisão política do ano de 1568⁹¹⁵. Em causa estava o aprofundamento de uma estratégia de territorialização na qual a aliança, esboçada e herdada do período das regências, entre a missionação e a conquista era absolutamente fundamental, como refere Maria Augusta Lima Cruz⁹¹⁶. Nesse sentido, podem, aliás, ser interpretadas as ordens dadas ao vice-rei para favorecer todos os eclesiásticos que levava consigo na armada da Índia de 1568, entre os quais cabe destacar o novo bispo de Cochim, D. Frei Henrique de Távora⁹¹⁷, e o primeiro visitador jesuíta do Oriente, Padre Gonçalo Álvares⁹¹⁸. A esperança de um governo favorável aos interesses da

1564, fora informado da nomeação do vice-rei D. Antão, da derrota da armada do conde vice-rei, da notícia da perda de Sofala e das incertezas que se viviam a Oriente (Cf. Cartas de D. Alonso de Tovar a Filipe II, Lisboa, 7.I.1564 – AGS, *Estado*, Leg. 383, docs. 23 e 24). Também em 1566, foi informado das dificuldades na carreira da Índia e do descrédito que o rei português então sofria por falta de pagamentos (Cf. Carta de D. Alonso de Tovar a Filipe II, Lisboa, 12.V.1566 – AGS, *Estado*, Leg. 384, doc. 59).

⁹¹² Em política sistematicamente prosseguida pela Coroa durante todo o reinado de D. Sebastião. Cf. VILA-SANTA, Nuno, “A Coroa e o Estado”, p. 30.

⁹¹³ Anteriormente, em 1561, fora já nomeado D. Francisco Coutinho, 3º conde de Redondo, também ele senhor de uma importante Casa e representante de antiga e conceituada linhagem, para suceder ao vice-rei D. Constantino de Bragança.

⁹¹⁴ Referida para as nomeações da segunda metade do século XVI. Cf. CUNHA, Mafalda Soares, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Vice-reis...”, p. 93.

⁹¹⁵ Cf. BNP, cód. alcobacense 308, fl. 28v.

⁹¹⁶ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, pp. 151-152.

⁹¹⁷ Cf. MACHADO, Diogo Barbosa, *Op. Cit.*, tomo III, livro I, cap. V.

⁹¹⁸ Cf. RODRIGUES, Francisco, *História da Companhia de Jesus na assistência a Portugal*, 4 volumes, Porto, Livraria Apostolado da Imprensa, 1938, tomo II, livro III, cap. I; SOUSA, Padre Francisco de, *Oriente Conquistado a Jesus Cristo pelos Padres da Companhia de Jesus da Província de Goa*, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1978, Conquista I, Divisão I.

Igreja era proporcional ao facto de todos os vice-reis nomeados desde D. Afonso de Noronha serem próximos desta⁹¹⁹ e devia-se ainda ao parentesco, já mencionado, de D. Luís de Ataíde com o Padre Luís Gonçalves da Câmara e com Martim Gonçalves da Câmara.

Em suma, a missão reformadora que se esperava de D. Luís foi, dias antes da sua partida, resumida pelo monarca no célebre apontamento escrito pela mão do próprio rei em frente de Ataíde em Almeirim, já depois de ter sido dado ao fidalgo o seu regimento escrito pelos ministros de D. Sebastião⁹²⁰:

“Fazey muita christandade, fazey justissa; conquistay quanto poderes; tiray a cobiça dos homens; favorecey os que pelejarem; e tende cuidado da minha fazenda; para tudo isto vos dou meu poder; se o fizerdes assim muito bem, far-vos-hey merce; & se o fizerdes mal, mandar-vos-hey castigar; & se alguns regimentos vos forem em contrario destas cousas, suponde que me enganarão; & por isso não haja nada, que vos estorve disto”⁹²¹.

Tal apontamento seguia muito de perto o que próprio rei escrevera num seu memorial, anos antes de assumir o poder, e no qual se comprometia, entre outros aspectos, a dilatar a fé e converter todos os infiéis, favorecer a Igreja e a conquistar e povoar a Índia⁹²². O simbolismo associado à missão restauradora e conquistadora pedida a D. Luís de Ataíde foi ainda evidente no facto de lhe ter sido dito que governasse à D. Constantino de Bragança⁹²³, o qual se destacara pelas conquistas de Damão e Jafanapatão, e ainda por partir na nau Chagas, a qual fora precisamente mandada construir por aquele vice-rei⁹²⁴.

Consciente da missão de que fora empossado, do desafio que se lhe impunha mas igualmente da honra inerente que esta acarretava, o fidalgo não terá deixado, em momento incerto, de evidenciar a sua altivez, a qual foi já apontada anteriormente, a ponto de, dias antes da sua partida, ser colocado um letreiro anónimo na sua nau:

“A uaidade fumegue

com tanto

que não seja o fumo tanto

⁹¹⁹ Com a possível excepção do governador Francisco Barreto (1555-1558).

⁹²⁰ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, p. 142.

⁹²¹ Cf. SANTOS, Frei Manoel dos, *Op. Cit.*, livro II, cap. II, p. 125.

⁹²² Cf. BAYÃO, Padre José Pereira, *Op. Cit.*, livro I, cap. XXIII.

⁹²³ Cf. MENEZES, D. Manoel, *Op. Cit.*, Parte I, cap. XL.

⁹²⁴ Cf. MACHADO, Diogo Barbosa, *Op. Cit.*, tomo III, livro I, cap. VIII.

que nos cegue”⁹²⁵

Tal vaidade, alimentada pelo contexto da sua indigitação, pela sua sintonia com o projecto e personalidade de D. Sebastião, alicerçava-se ainda no facto do rei ter decidido prover Ataíde, por ocasião da sua partida, com uma comenda na Ordem de Cristo⁹²⁶, e no facto de levar ao seu comando cinco naus e o invulgar número de 3000 homens de armas⁹²⁷. Este último quantitativo, era o sinal mais eloquente de como a Coroa, no quadro do debate do período das regências sobre as prioridades do Império, não tencionava, por então, abandonar o Estado da Índia⁹²⁸.

III.3. O primeiro governo de D. Luís de Ataíde (1568-1571):

III.3.1. A conjuntura asiática: ameaças renovadas

Em 1565, ano da decisiva batalha de Talikota, da chegada dos castelhanos às Filipinas e do cerco a Malta iniciou-se, como refere Luís Filipe Thomaz, um novo ciclo político na História do Estado da Índia. Tal ciclo, marcado pela mais desfavorável conjuntura asiática experimentada desde o início da presença portuguesa⁹²⁹, iniciou uma fase de predomínio político islâmico no subcontinente indiano⁹³⁰ tendo, segundo Vítor Rodrigues, como pano de fundo, a luta de influências na Ásia entre Otomanos e Safávidas⁹³¹. De facto, já em finais de 1564, o vice-rei D. Antão de Noronha, em missiva para D. Sebastião, alertara para o início de um conjunto de contactos entre diversos soberanos com vista a preparar uma Liga ofensiva contra o Estado da Índia⁹³².

A formação de tal Liga receberia um impulso decisivo com a vitória dos sultões do Decão sobre o Império hindu de Vijayanagar, a 23 de Janeiro de 1565, em Talikota⁹³³. A vitória islâmica nesta batalha carece, assim, de ser revisitada a fim de melhor se compreender como viria a ser o factor catalisador da crise político-militar de 1565-75⁹³⁴. Na verdade, tal ocorrência encontra antecedentes nas lutas entre os sultanatos do Decão (Bijapur, Ahmadnagar, Golconda, Berar e Bidar), após a desintegração do

⁹²⁵ Cf. BNP, cód. 411, fl. 39v.

⁹²⁶ Cf. ANTT, *Chancelaria da Ordem de Cristo*, livro 1, fl. 198, Almeirim, 13.III.1568.

⁹²⁷ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Diogo do Couto...*, vol. I, livro V, cap. I.

⁹²⁸ Debate que, relembre-se, se reacendera na sequência das Cortes de 1562.

⁹²⁹ Cf. THOMAZ, Luís Filipe, “A crise...”, p. 486.

⁹³⁰ Cf. RODRIGUES, Vítor, *A Evolução da Arte...*, vol. II, pp. 285-286.

⁹³¹ Cf. *Ibidem*, vol. II, p. 287.

⁹³² Cf. VILA-SANTA, Nuno, “O Vice-Reinado de D. Antão...”, p. 76.

⁹³³ Cf. THOMAZ, Luís Filipe, “A crise...”, p. 484.

⁹³⁴ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, RODRIGUES, Vítor, *Op. Cit.*, p. 296.

sultanato bahmânida, em finais do século XV⁹³⁵, entre si e contra Vijayanagar. Numa luta com marcados sinais de lógica de guerra santa que se acentuou cada vez mais à medida da aproximação de Talikota, a conjuntura política é fundamental para explicar o desenlace final.

Quando em 1557, Ali Adil Shah de Bijapur (r. 1557-1580) iniciou o seu reinado, marcado nos primeiros anos da década de 1560 por uma aproximação ao Estado da Índia⁹³⁶, a tradicional guerra entre os sultanatos do Decão⁹³⁷, não tardou a estalar. Após alcançar o trono num processo de tensão com o seu pai, e de ter, contra vontade deste, restaurado o xiismo como religião oficial⁹³⁸, Ali Adil Shah iniciou o seu governo com um gesto simbólico da maior importância: a transferência da capital para Shahpor⁹³⁹, a qual seria durante o seu reinado o epicentro da vida cultural do sultanato⁹⁴⁰. Em 1558, querendo recuperar as fortalezas de Kulliany e Sholapor que o sultão Hussein Nizam Shah de Ahmadnagar (r. 1553-1565) conquistara a seu pai, declarou formalmente guerra a Ahmadnagar, solicitando o apoio do rajá de Vijanayagar, Ramaraya (r. 1550-1565)⁹⁴¹. Após a recuperação daquelas fortalezas e tendo de enfrentar as forças de Golconda e Berar, que apoiaram Ahmadnagar, Ali Adil Shah foi convencido pelo sultão Ibrahim Kootb Shah de Golconda (r. 1550-1580) a suspender a guerra face à atitude provocatória de Ramaraya⁹⁴². Este não só pretendia prolongar a guerra entre os sultanatos, como aproveitara-se desta para conquistar fortalezas a Golconda e ameaçava assenhorear-se de Ahmadnagar, conjunturalmente enfraquecido na sua força militar⁹⁴³.

Além dos inúmeros insultos de Ramaraya, Ali Adil Shah não lhe perdoara, quando o visitou, que aquele não o acompanhasse na sua saída⁹⁴⁴. Assim, acedeu à sugestão do

⁹³⁵ Cf. STEIN, Burton, *A History of India*, New Delhi, Oxford University Press, 1998, pp. 151 e 153.

⁹³⁶ Cf. SUBRAHMANYAM, Sanjay, “O suspiro do mouro: a triste vida de um príncipe muçulmano em Goa, no século XVI” in *Retratos do Império. Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*, organização de Ronaldo Vainfas, Georgina Silva dos Santos e Guilherme Pereira das Neves, Rio de Janeiro, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2006, p. 427.

⁹³⁷ Essencialmente protagonizadas entre os três maiores sultanatos: Bijapur, Ahmadnagar e Golconda. Cf. HOLT, P. M., LAMBTON, Ann K. S., LEWIS, Bernard, *The Cambridge History of Islam*, vol. 2A, Cambridge, Cambridge University Press, 1970, p. 64. Cf. Mapa 4.

⁹³⁸ Cf. *History of the Rise of the Mahomedan Power in India, till the year A. P. 1612, translated from the original persian of Mohamed Kasim Ferishta*, edição de John Briggs, vol. III, Londrees, Longman, Rees, Orde, Brown and Green, Parernoster-now, 1829, pp. 113-114.

⁹³⁹ Cf. *Ibidem*, vol. III, pp. 115-116.

⁹⁴⁰ Cf. MAJUMDAR, R. C. (dir.), *The History and Culture of the Indian People*, vol. VII, Bombaim, Bharatiya Vidya Bhavan, 1994, pp. 451-452.

⁹⁴¹ Cf. *History of the Rise...*, vol. I, pp. 117-118.

⁹⁴² Cf. *Ibidem*, vol. III, pp. 119-122.

⁹⁴³ Cf. *Ibidem*, vol. III, pp. 120-122.

⁹⁴⁴ Cf. *Ibidem*, vol. III, pp. 117-118.

sultão Ibrahim Kootb Shah de Golconda no sentido de formar uma Liga ofensiva contra Vijayanagar⁹⁴⁵. Nesse sentido, o próprio sultão Ibrahim, também ele xiita, escrevera ao Xá Thamasp da Pérsia (r. 1524-1576), queixando-se da situação que se vivia⁹⁴⁶, e convencendo Ali Adil Shah e Hussein Nizam Shah a assinarem a paz. Esta foi selada com o casamento de Ali Adil Shah com uma irmã de Hussein Nizam Shah e do herdeiro de Ahmadnagar, o príncipe Murtaza, com uma irmã de Ali Adil Shah⁹⁴⁷. Ibrahim Kootb Shah de Golconda não perdoara a Ramaraya a tentativa de entronizar em Golconda um seu irmão⁹⁴⁸, o que o poderá ter motivado a liderar a reaproximação entre Bijapur e Ahmadnagar, sem a qual não conseguiria derrotar o poderoso Império hindu. Após a concretização do enlace, que afastava a guerra entre dois dos maiores e mais poderosos sultanatos do Decão, foi possível reunir um exército maior que o de Vijayanagar.

Para Ramaraya, que principiara a sua carreira como comandante militar em Golconda e ascendera ao trono de Vijayanagar com o apoio de Bijapur, a política do seu antecessor Krishnadevaraya (r. 1506-1530) de submissão dos chefes locais no sul e de estabilização da fronteira norte com os mouros⁹⁴⁹, não tinha sentido. Desde que iniciara o seu reinado, pautara a sua política externa pela agressividade político-religiosa face aos mouros do Decão, o que o levou a subestimar a Liga que contra ele se formou⁹⁵⁰. “Looking with contempt on the Islam monarchs and regarding them as of little consequence”⁹⁵¹, Ramaraya jogara sempre com a fragilidade política, característica dos sultanatos do Decão⁹⁵², para alcançar os seus objectivos hegemónicos. Assim, no dia da batalha de Talikota, aos 80 anos, foi enfrentar pessoalmente o inimigo, sofrendo a deserção fatal de dois chefes⁹⁵³. Sendo capturado, foi decapitado pelo sultão Hussein Nizam Shah de Ahmadnagar⁹⁵⁴. O seu falecimento marcou o destino do seu reino, com as riquezas da mítica “Cidade da Vitória”⁹⁵⁵ a serem levadas pelos sultões vitoriosos, e o Império hindu de Vijayanagar a não mais recuperar o estatuto que até então tivera.

⁹⁴⁵ Cf. *Ibidem*, vol. III, pp. 123-125.

⁹⁴⁶ Cf. *Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia (Anónimo do Século XVI)*, edição de Laura Monteiro Pereira, Ericeira, Mar de Letras, s.d., p. 220.

⁹⁴⁷ Cf. *History of the Rise...*, vol. III, pp. 123-125.

⁹⁴⁸ Cf. *Primor e Honda...*, p. 219.

⁹⁴⁹ Cf. STEIN, Burton, *The New Cambridge History of India*, vol. I -2 (Vijayanagara), Cambridge, Cambridge University Press, s.d., pp. 112-114.

⁹⁵⁰ Cf. *Ibidem*, pp. 112-114; *History of the Rise...*, vol. III, pp. 126-127.

⁹⁵¹ Cf. *History of the Rise...*, vol. III, p. 121.

⁹⁵² Cf. MARKOVITS, Claude (dir.), *Histoire de l'Inde Moderne (1480-1950)*, Lille, Fayard, 1994, p. 42.

⁹⁵³ Cf. MAJUMDAR, R. C. (dir.), *Op. Cit.*, vol. VII, p. 425.

⁹⁵⁴ Cf. *History of the Rise...*, vol. III, pp. 128-130.

⁹⁵⁵ A cidade de Vijayanagar, capital do Império.

A vitória islâmica sobre Vijayanagar, rompendo o tradicional equilíbrio do Decão entre mouros e hindus, até ali fundamental para a manutenção do Estado da Índia⁹⁵⁶, foi assim plena de consequências: pela primeira vez, os sultanatos do Decão, em especial Bijapur e Ahmadnagar, poderiam atacar livremente o Estado contra o qual tinham diversas queixas. Considerando-se oprimido pela política de conquistas que caracterizara a década de 1550, pela instauração da Inquisição em Goa, pelo que parecia ser a imparável política de missionação e proselitismo cristão, mas também pelos inúmeros incidentes navais que vinham caracterizando as relações diplomáticas, agravados com a reinstauração dos cartazes pelo vice-rei D. Francisco Coutinho, 3º conde de Redondo (1561-1564), o sultão de Bijapur não tardou a encarar seriamente a hipótese de formar uma liga contra o Estado da Índia.

Antes, porém, que tal pudesse suceder, Ali Adil Shah não desistiria de conquistar mais fortalezas ao seu eterno rival: Ahmadnagar. Assim se explica que, entre 1566 e 1569, tenha ocorrido uma nova guerra entre Bijapur e Ahmadnagar, com Ali Adil Shah a ser derrotado na invasão de Ahmadnagar a muito custo pelo já então jovem sultão Murtaza Nizam Shah (r. 1565-1588)⁹⁵⁷. Segundo o cronista Ferishta que o conheceu pessoalmente, este último, que passou à História com o epíteto de “Homem Louco”, assumira o governo de Ahmadnagar, afastando a regência do seu irmão e da sua mãe, precisamente no contexto da invasão de Ali Adil Shah⁹⁵⁸. Gozando do apoio discreto de Golconda, Murtaza Nizam Shah invadiu Bijapur em 1569, forçando o sultão Ali Adil Shah a pedir-lhe formalmente a paz⁹⁵⁹. Terá sido então decisiva a intervenção da irmã de Ali Adil Shah casada com o jovem sultão Murtaza no sentido de o convencer a alinhar com Bijapur nos ataques ao Estado da Índia⁹⁶⁰.

A paz então selada nas vésperas do grande ataque ao Estado da Índia permitia aos dois soberanos uma reaproximação com a vantagem para Ali Adil Shah de ver reconhecidos os seus direitos a expandir-se para sul, ocupando territórios anteriormente sob jurisdição do Império hindu de Vijayanagar⁹⁶¹. Este facto explica que o rajá de Cananor, inimigo do Estado da Índia e queixoso de idênticas afrontas navais às cometidas pelos Portugueses contra Bijapur, tenha escrito a Ali Adil Shah propondo uma Liga ofensiva

⁹⁵⁶ Cf. RODRIGUES, Vítor, *Op. Cit.*, vol. II, p. 285.

⁹⁵⁷ Cf. *History of the Rise...*, vol. III, pp. 131-133; STEIN, Burton, *The New...*, p. 120.

⁹⁵⁸ Cf. *History of the Rise...*, vol. III, pp. 250-251.

⁹⁵⁹ Cf. *Ibidem*, vol. III, pp. 252-254.

⁹⁶⁰ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. XIII.

⁹⁶¹ Cf. *Ibidem*, vol. III, pp. 135. Cf. Mapa 4.

contra o Estado⁹⁶². Na sequência do seu interesse em ocupar as regiões que tinham pertencido a Vijayanagar, política que, aliás, viria a prosseguir até ao seu falecimento por envenenamento, em 1580⁹⁶³, e a fim de se tornar no mais poderoso sultanato mouro do Decão, Ali Adil Shah evidenciou também interesse em ocupar prósperos portos da costa do Canará como Barcelor⁹⁶⁴. Mas, o sultão de Bijapur não poderia concretizar tal projecto sem suscitar a oposição de Ahmadnagar, razão pela qual, já depois dos cercos de Goa e Chaul, acordou com Murtaza Nizam Shah o seu direito de ocupação à zona sul, enquanto reconhecia a Ahmadnagar o direito de ocupar Berar e Bidar⁹⁶⁵. Não tardaria a que o grande protagonista do vale do Ganges, o imperador mogol Akbar (r. 1556-1605), após conquistar o Guzerate, viesse, em 1576, a lançar o seu primeiro ultimato ao sultão Murtaza, no sentido de não prosseguir aquelas conquistas⁹⁶⁶. Com a aproximação do final do século, a ameaça mogol a Bijapur e Ahmadnagar, posteriormente reforçada com a ocupação mogol do Bengala, acabaria, para aqueles sultões, por cumprir o papel de poderoso inimigo que Vijayanagar até ali desempenhara.

Se bem que a iniciativa da Liga que atacaria o Estado da Índia tenha partido na fase final, de Bijapur, todavia, não se deverá ignorar que coube ao sultão Hussein Nizam Shah de Ahmadnagar a sua instigação inicial. Como sultanato sunita, Ahmadnagar não apelaria à Pérsia Safávida, mas antes ao Império Otomano para onde, em 1560, enviou embaixadores solicitando socorro para cercar Chaul⁹⁶⁷. Fruto disso, na época em que António Teixeira era enviado por D. Francisco Coutinho, 3º conde de Redondo, à capital otomana para tentar assinar pazes, já começavam, em 1563, a circular rumores de que os Otomanos se preparavam, para atacar a armada vinda do Reino em Moçambique⁹⁶⁸. Também do sultanato achém surgiam pedidos de apoio logístico ao Império Otomano no sentido de cercar Malaca⁹⁶⁹.

Tais longínquos apelos, tanto a Solimão, “O Magnífico” (r. 1522-1566), como depois a seu sucessor Selim II (r. 1566-1573), ou, ao próprio Xá Thamasp, ajudavam a reforçar

⁹⁶² Cf. *História dos Portugueses no Malabar por Zinadím*, edição de David Lopes, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898, p. 78.

⁹⁶³ Cf. *History of the Rise...*, vol. III, pp. 135-139.

⁹⁶⁴ Cf. *Ibidem*, vol. III, p. 139.

⁹⁶⁵ Cf. *Ibidem*, vol. III, p. 254. Cf. Mapa 4.

⁹⁶⁶ Cf. *Ibidem*, vol. III, p. 262.

⁹⁶⁷ Cf. VILA-SANTA, Nuno, “O Vice-Reinado de D. Antão...”, p. 76.

⁹⁶⁸ Cf. Carta de D. Francisco Coutinho a D. Sebastião, Goa, 20.XII.1561 – PUB. WICKI, Joseph, “Duas Cartas...”, p. 42.

⁹⁶⁹ Cf. ALVES, Jorge Manuel dos Santos, *O Domínio do Norte de Samatra. A História dos sultanatos de Samudera-Pacém e de Achém, e das suas relações com os Portugueses (1500-1580)*, Lisboa, SHIP, 1999, p. 169.

o papel de liderança política de ambos na condução do mundo islâmico, quer sunita, quer xiita respectivamente. Rivais de sempre, Otomanos e Safávidas, conjunturalmente incapazes de infligirem ao oponente uma derrota militar definitiva⁹⁷⁰ e concentrados nos seus múltiplos problemas internos, não deixaram de aproveitar os apelos longínquos no sentido de um maior reforço do espírito de guerra santa. Tal espírito, também vivido naquelas cortes a propósito das lutas entre ambos e contra os cristãos no caso otomano, foi direccionado contra o Estado da Índia, levando a promessas de auxílios vagos que não viriam a concretizar-se. Porém, os relatos conhecidos apontam para que a maior pressão tenha sido exercida pela Pérsia Safávida⁹⁷¹. Esta, ainda longe do reinado do Xá Abbas I (r. 1587-1629), o qual conquistaria importantes posições ao Império Otomano, parecia apostada em compensar a sua conjuntural inferioridade militar face aos Otomanos, com uma política externa influente. Em todo o caso, tais reacções sinalizavam, como Vítor Rodrigues afirmou, que a crise político-militar teve como pano de fundo a luta de influências na Ásia entre Otomanos e Safávidas.

Fora da crise militar que abarcou os sultanatos de Bijapur, de Ahmadnagar, o Samorim de Calicute, o rajá de Cananor e, por intercessão destes últimos, o rei de Sitawaka, em Ceilão, mas também os sultões do Achém, de Johor, a rainha de Japarâ e os senhores de Baroche e Masulipatão⁹⁷², ficava o sultanato guzerate. A sua ausência do epicentro das alianças, não invalida, contudo, que não tenha desempenhado um importante papel na formação da própria Liga. Na medida em que no reinado do sultão Muzafar III do Guzerate (r. 1561-1572) se assistiu a um processo de decomposição interna e a lutas de corte⁹⁷³ entre os apoiantes da integração no Império Mogol ou da reaproximação ao Estado da Índia, o qual pronunciava o desaparecimento daquele sultanato, o destino deste não era indiferente. Também aqui o facto do sultão de Ahmadnagar ter evidenciado pretensões de intervenção nos acontecimentos do sultanato

⁹⁷⁰ Razão pela qual tinham sido assinadas as pazes entre ambos, em 1554, e só entre 1576 e 1590, voltaria a registar-se nova guerra (Cf. MANTRAN, Robert (dir.), *Histoire de l'Empire Ottoman*, Lille, Fayard, 2003, pp. 155-157).

⁹⁷¹ Por apelar àquela guerra junto dos sultões de Bijapur e Ahmadnagar (Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. III) e, tendo em conta o “fervor, com que o Xatamás da Persia cada dia solicitava aos Reis do Oriente, para esquecerem as vinganças da casa, e volverem as armas contra os Portuguezes em favor da religião” (Cf. CASTILHO, António de, *Commentario do cerco de Goa, e Chaul no anno de 1570 sendo viso-reu D. Luis de Ataide*, Lisboa Ocidental, Officina Joaquiniana da Musica, 1736, pp. 4-5).

⁹⁷² Cf. THOMAZ, Luís Filipe, “A crise...”, p. 485.

⁹⁷³ Cf. MAJUMDAR, R. C., *Op. Cit.*, vol. VII, p. 401.

guzerate demonstra como aquele sultanato estava, de facto, no epicentro da crise apesar de nela não ter participado directamente, como afirma R. O. W. Goertz⁹⁷⁴.

Desta forma, a Liga que começara a ser preparada, pelos motivos enunciados, em 1565⁹⁷⁵, só teve condições para iniciar os seus ataques no ano de 1570. O seu objectivo era expulsar os Portugueses do Índico através de ataques concertados e simultâneos a diversas praças do Estado da Índia⁹⁷⁶. Para enfrentar o poderio naval português, confiou-se que o Samorim de Calicute poderia impedir socorros marítimos entre fortalezas na Índia e vir a substituir o papel naval e mercantil que os Portugueses até ali tinham desempenhado⁹⁷⁷. Assim se compreende a divisão acordada das futuras conquistas: para Bijapur, Goa, Onor e Barcelor; para Ahmadnagar, Chaul, Damão e Baçaim e suas terras; para Calicute, Mangalor, Cananor, Chale e Cochim; e para o Achém, Malaca⁹⁷⁸.

III. 3. 2. O novo governo

Tendo partido em Abril de 1568 rumo à Índia, D. Luís de Ataíde teve uma viagem relativamente calma⁹⁷⁹ até chegar a Goa, em Outubro de 1568⁹⁸⁰. O novo vice-rei do

⁹⁷⁴ Cf. GOERTZ, R. O. W., “Attack and defense techniques in the siege of Chaul, 1570-1571” in *II Seminário de História Indo-Portuguesa*, Lisboa, IICT e Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1985, p. 268. Evidentes também durante o cerco de Chaul quando Murtaza Nizam Shah procurou mobilizar forças daquele sultanato para o ajudar naquele cerco.

⁹⁷⁵ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro I, cap. I; CRUZ, Maria Augusta Lima, *Diogo do Couto...*, vol. I, livro VI, cap. II; *História dos Portugueses...*, p. 78.

⁹⁷⁶ Neste ponto vale a pena revisitar o testemunho de D. Duarte de Eça que afirma que “auia muitos anos q os Reis Mouros daqlas partes da India e fora della sintião grande opressão em terem por vizinhos os Portugueses plo q muitas uezes intentarão ora huns ora outros a uer se os podião deitar fora, mas desenganados ser major a empresa q força de cada hum em particular detreminarão entre si conuiurarem se todos e Fazerem hũa liga pera q iuntos acabassem o q cada hum desejava” (Cf. EÇA, D. Duarte de, *Relação dos Governadores da Índia (1571)*, edição de R. O. W. Goertz, Codex Goa 38, Calgary, University Services, 1979, p. 18).

⁹⁷⁷ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro I, cap. I.

⁹⁷⁸ Cf. SOUSA, Manuel de Faria e, *Op. Cit.*, parte 1, cap. VII. Para esta secção Cf. Mapas 3 e 4.

⁹⁷⁹ Partindo a 6 de Abril de 1568, encontrava-se na Guiné a 2 de Maio de 1568 (Cf. Carta do Padre Gonçalo Álvares ao Padre Francisco de Borja, Guiné, 2.II.1568 – PUB. *DI*, vol. VII, doc. 108; Carta do Padre Manuel Lopes ao Padre Francisco de Borja, Guiné, 2.II.1568 – PUB. *DI*, vol. VII, doc. 109) e apenas apanhara uma tempestade no Cabo da Boa Esperança (MACHADO, Diogo Barbosa, *Op. Cit.*, tomo III, livro I, cap. VIII).

⁹⁸⁰ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro I, cap. II, p. 149. Durante esta secção, dada a ausência de documentação manuscrita inédita para o primeiro vice-reinado de D. Luís, e tendo presente as múltiplas referências cronísticas ao seu governo, optou-se por seguir mais de perto o testemunho de António Pinto Pereira. Tal escolha prendeu-se não apenas com o facto de ser a crónica escrita mais próxima dos acontecimentos, mas também, como assinala Manuel Marques Duarte, em minucioso estudo comparativo de todas as fontes, por ser a que apresenta mais pormenores e ser a versão mais completa (DUARTE, Manuel Marques, “Conclusão” in PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, p. 91). Esta asserção é especialmente válida para a conhecida década VIII de Diogo do Couto, a qual muitas vezes omite informações relevantes transmitidas por Pinto Pereira, como também é reconhecido por Maria Augusta Lima Cruz (CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, vol. II, p. 814).

Estado da Índia recusou ser recebido com entradas triunfais, preferindo antes uma recepção militar “dizendo que os quisera ver, & ser recebido delles assi, porque lhe lembrava que fora mandado por hũ rey a quem nenhuma cousa parecia bem senao armas, & que todas as outras louçainhas tinha por baixas, & menos galantes”⁹⁸¹. Devido à sua intenção de se apresentar na Índia como um guerreiro⁹⁸², Ataíde fez-se “galante vzando trajes curtos, & despejados, & pondo plumas”⁹⁸³, mandando espalhar a notícia de que viera cheio de dinheiro e armas e que fora mandatado directamente por D. Sebastião para restaurar a armada e reputação do Estado⁹⁸⁴.

Se a chegada de qualquer vice-rei era sempre motivo de comentário para a fidalguia, a de D. Luís não deixou de causar viva impressão nos seus contemporâneos, como testemunha D. Duarte de Eça, capitão de Goa, que afirma que com a sua chegada “pareceu a Índia que se remia porque alem de seu esforço chegou bem provido de armas e munições de que neste tempo a Índia estava muito falta”⁹⁸⁵. Por estes motivos, Ataíde que trazia ainda notícias da família real portuguesa e Habsburgo⁹⁸⁶, foi bem recebido.

Pela forma como decidira iniciar o seu governo e, sobretudo, pelo contraste que desde sempre se atribuiu à sua personalidade face à do seu antecessor, D. Antão de Noronha, tendeu-se a considerar, também devido aos posteriores feitos militares de Ataíde, que encontrara o Estado da Índia sem dinheiro, mantimentos, munições, dívidas e até com a armada decadente⁹⁸⁷. No entanto, este cenário parece muito pouco verossímil no que diz respeito à armada, tendo em conta a política do seu antecessor nesta área⁹⁸⁸, a sua atitude de preparação da Ásia Portuguesa para lidar com os cercos a que estaria sujeita

⁹⁸¹ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro I, cap. II, p. 149.

⁹⁸² Cf. BARATA, José Alberto Leitão, *Os Senhores da Navegação. O domínio português dos mares da Ásia por meados do século XVI*, Cascais, Câmara Municipal, 2003, p. 23.

⁹⁸³ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro I, cap. II, p. 149.

⁹⁸⁴ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro I, cap. II.

⁹⁸⁵ Cf. EÇA, D. Duarte de, *Op. Cit.*, p. 17. Sobre a polémica figura de D. Duarte de Eça veja-se: VILA-SANTA, Nuno, "A trajectória de D. Duarte de Eça: de capitão deposto a capitão de Goa" consultável em <http://www.iict.pt/pequenano-breza/arquivo/Doc/t9s1-01.pdf>

⁹⁸⁶ Como a prisão do príncipe D. Carlos. Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, livro V, cap. I.

⁹⁸⁷ Perspectiva que se encontra presente em duas relações escritas no final do seu governo: a Lembrança das cousas, que D. Luiz de Ataíde, sendo Viso-Rey da Índia, fez no seu tempo, & do que deixou quando entregou o Estado ao Viso-Rey D. Antonio de Noronha, & do que lhe entregou D. Antão de Noronha Viso-Rey quando lhe entregou o Estado e o Summario das naos, Galeons, galeotas, & fustas, & outras embarcações, que D. Luiz de Ataíde, sendo Viso-Rey nas partes da Índia, armou por vezes à custa da fazenda de Sua Alteza, que forão em seu serviço” conhecidas em diversas versões manuscritas e publicadas por SANTOS, Frei Manoel dos, *Op. Cit.*, livro II, cap. XVI.

⁹⁸⁸ Cf. VILA-SANTA, Nuno, “O Vice-Reinado de D. Antão...”, p. 98.

durante o governo de D. Luís⁹⁸⁹, e, sobretudo, não esquecendo o intuito panegírico à figura de Ataíde das fontes em causa⁹⁹⁰.

A tese da imediata ruptura política entre Ataíde e o seu antecessor é, aliás, desmentida pelas primeiras medidas da governação do novo vice-rei. Na realidade, ao confirmar o envio da armada de Afonso Pereira de Lacerda para os mares do Norte⁹⁹¹ e ao manter a nomeação de Martim Afonso de Miranda para capitão-mor da armada do Malabar⁹⁹², o qual viria a falecer e a ser substituído por D. Diogo de Meneses, por indicação de D. Antão de Noronha, de partida para o Reino em eleição confirmada por Ataíde⁹⁹³, D. Luís evidenciava plena continuidade com o seu antecessor. Na verdade, a faceta militar que quisera vincar aquando da sua entrada na Índia e que o diferenciaria do seu antecessor, mesmo considerando as reformas militares que procurou introduzir adiante mencionadas, só veio a confirmar-se plenamente a partir do ano seguinte com as conquistas de Onor e Barcelor. Até esse momento, Ataíde concentrou-se em prosseguir o envio de armadas deixadas pelo seu antecessor e em procurar dar sequência ao seu esforço de renovação naval do Estado, como o prova o facto de ter nomeado D. Jorge de Meneses, “O Baroque” para perseguir o corsário malabar Canatale⁹⁹⁴.

Assim, no início do ano de 1569, o vice-rei afirmara já claramente a feição centralizadora do seu governo⁹⁹⁵, presente no seu regimento, e que viria a marcar todo o seu vice-reinado, procurando também reformar as estruturas da Ásia Portuguesa, designadamente na área militar. Apesar de o Estado da Índia se encontrar “mui arruinado assi por mar como na terra”⁹⁹⁶, e do arcebispo D. Jorge Temudo referir que, à data, faltavam ao vice-rei bons conselheiros e capitães para o servir⁹⁹⁷, naqueles inícios de 1569 o testemunho do inquisidor da Índia era o mais eloquente dos primeiros meses da governação de D. Luís e do seu projecto político reformador:

“O visorei Dom Luis de taide foi muito bem Recebido nesta terra Parece ter Partes pera o governo dela e não he pequena ter bom patrimonio e não ter mulher nem filhos nem

⁹⁸⁹ Cf. RODRIGUES, Vítor, *Op. Cit.*, vol. II, p. 281.

⁹⁹⁰ Cf. *Ibidem*, vol. II, p. 298.

⁹⁹¹ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro I, cap. III; CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, livro V, cap. I; EÇA, D. Duarte de, *Op. Cit.*, p. 17.

⁹⁹² Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, livro V, cap. I.

⁹⁹³ Cf. *Ibidem*, livro V, cap. III.

⁹⁹⁴ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro I, cap. III.

⁹⁹⁵ Cf. BARATA, José Alberto Leitão, *Op. Cit.*, p. 23.

⁹⁹⁶ Cf. Carta do Padre Gonçalo Álvares ao Padre Francisco de Borja, Goa, XII.1568 – PUB. *DI*, vol. VII, doc. 117, p. 586.

⁹⁹⁷ Cf. WICKI, Joseph, “Duas relações...”, p. 201.

cá parentes chegados Porque isto deu jaa occasião a outros de faltarem no cumprimento de sua obrigação; tem mostrado em algũas cousas que socederão nestes Poucos dias de sua governança zelo do serviço do Senhor e de Sua Alteza e deligencia especialmente no neguocio da guerra; he muito afábil aos homes que com isso servirão de melhor vontade tem feito algũas hordenanças e instituido bandeiras com que os que andão frios no serviço e sem armas se Animarão e Proverão delas. E com esta Instituição deu talho á matricula sem escandalo nem alteração pera não vencer soldo que actualmente não servir cousa mui desejada pera boa hordem e proveito do estado que muitas vezes lembrei; he temperado no comer e vestir exemplo necessario pera esta terra; parece que levava avante seu bom principio se for ajudado”⁹⁹⁸.

O relato de Aleixo Dias Falcão é corroborado também por António Pinto Pereira, o qual referindo-se aos primeiros meses de governação do vice-rei afirmou que D. Luís “era somente notado de seuero, & sobejamente amiguo da gloria dizendo se delle, que procedia em algus estilos com demasiada grauidade, & que se queria sobejamente venerado da gente nobre, porque com a popular era muito benigno, & afabil e aos soldados, & costumava dizer em desculpa desta murmuração que determinaua não entregar a el rey seu senhor o cargo que tinha com menos autoridade do que o recebera, senão com mais se mais podesse ser”⁹⁹⁹. A veia militar do governo do vice-rei Ataíde não tardaria a destacar-se com os episódios político-militares do ano de 1569.

III. 3. 3. Entre projectos e conquistas

Preocupado com a situação das praças do Norte, devido à instabilidade que então se vivia no sultanato guzerate, dilacerado por lutas internas¹⁰⁰⁰, o vice-rei enviou à região as armadas de socorro de Aires Teles de Meneses e de D. Paulo de Lima Pereira¹⁰⁰¹. Enquanto D. Paulo foi socorrer Asserim¹⁰⁰², cercada pelos reis de Coles¹⁰⁰³ e Sarcetas¹⁰⁰⁴, Aires Teles foi a mando do vice-rei a Baroche¹⁰⁰⁵ aprisionar navios, que se

⁹⁹⁸ Cf. Carta do inquisidor Aleixo Dias Falcão ao cardeal-infante D. Henrique, Goa, 3.I.1569 – PUB. BAIÃO, António, *Op. Cit.*, vol. II, doc. I, p. 5.

⁹⁹⁹ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro I, cap. X, p. 187.

¹⁰⁰⁰ Parcialmente descritas por António Pinto Pereira (Cf. *Ibidem*, livro I, cap. III).

¹⁰⁰¹ Cf. *Ibidem*, livro I, cap. III.

¹⁰⁰² Porto nas imediações da actual Bombaim (Cf. *Glossário Antroponímico da antiga historiografia portuguesa*, pelo visconde de Lagoa, I parte – Ásia e Oceânia, Lisboa, Junta de Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, 1953) que fora conquistado pelo governador Francisco Barreto.

¹⁰⁰³ Pequeno reino na actual região de Bombaim cuja capital era Koleh. Cf. *Ibidem*.

¹⁰⁰⁴ Pequeno reino na região de Damão e actual província de Surrate. Cf. *Ibidem*.

¹⁰⁰⁵ Porto na costa guzerate. Cf. *Ibidem*.

preparavam para partir rumo ao Mar Vermelho sem o devido cartaz¹⁰⁰⁶. Além disso, fruto das referidas lutas, o vice-rei mandara Aires Teles socorrer o senhor de Baroche ameaçado pelos mogores¹⁰⁰⁷.

Querendo deter uma palavra sobre a evolução guzerate o vice-rei decidira apoiar aquele senhor a troco de pagamentos, motivo pelo qual negara ao senhor de Surrate a concessão de um cartaz e apoiara D. Pedro de Almeida no aprezamento de navios sem cartaz, remetidos para Goa onde as respectivas cargas atalharam os problemas financeiros¹⁰⁰⁸. O vice-rei visava garantir que a desagregação guzerate não seria aproveitada pelos corsários e piratas malabares, nem que o sultão achém continuasse a ali enviar pimenta a troco de armamento. Assim concentrou a sua atenção ainda em Damão, ordenando a Nuno Velho Pereira que auxiliasse o novo capitão da cidade, Álvaro Pires de Távora, a socorrer o forte do monte Parnel acossado por mogores¹⁰⁰⁹.

Ocupado em Goa com o despacho dos assuntos governativos, D. Luís nomeou novamente D. Diogo de Meneses, entretanto regressado a Goa com diversas cáfilas, para a capitania-mor do Malabar, a fim de atalhar os planos de guerra do Samorim e as desordens que então se registavam em Chale¹⁰¹⁰. No quadro da mesma conjuntura, preparou ainda a esquadra de Manuel de Sousa Mancias, enviado ao Cabo Camorim, e a de D. Rodrigo de Sousa, com ordens para invernar em Diu. Gil de Góis e Pero Lopes Rebelo, enviados pelo vice-rei ao Norte com D. Rodrigo de Sousa acabaram, porém, por ordem vice-real, por se dirigirem a Adém¹⁰¹¹. Informado via Baçorá¹⁰¹² que a cidade, tal como sucedera em 1548, expulsara a guarnição otomana e pedira o socorro luso, o vice-rei enviou aqueles fidalgos numa tentativa de tornarem a cidade definitivamente portuguesa. A missão fracassou pois o xeque da cidade recusou ficar tributário do Estado da Índia, chegando entretanto nova armada otomana de reconquista¹⁰¹³.

Se bem que aquela conjuntura indiciasse que na rivalidade luso-otomana no Índico era ao Estado da Índia que cabia a iniciativa do ataque, existiam outros factos que preocupavam o vice-rei. Informado que se afirmava que, no cerco de 1568 a Malaca, o

¹⁰⁰⁶ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro I, cap. III; CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, vol. I, livro V, cap. I.

¹⁰⁰⁷ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro I, cap. III.

¹⁰⁰⁸ Cf. *Ibidem*, livro I, cap. III.

¹⁰⁰⁹ Cf. *Ibidem*, livro I, cap. VI.

¹⁰¹⁰ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, vol. I, livro V, cap. III; PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro I, cap. X.

¹⁰¹¹ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro I, cap. VIII.

¹⁰¹² Cf. SANTOS, Frei Manoel dos, *Op. Cit.*, livro II, cap. XVI.

¹⁰¹³ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro I, cap. VIII.

Achém contara com fundidores de artilharia e mestres de galeras enviados por Istambul¹⁰¹⁴ e, sobretudo, tendo conhecimento dos rumores de que, em 1569, segundo se dizia¹⁰¹⁵ instigado pelos Otomanos, o sultão achém se preparava para cercar de novo Malaca, Ataíde enviou ordens para que em Cochim fossem dados navios armados a Mem Lopes Carrasco. O fidalgo, a quem o vice-rei encarregara da viagem às Molucas, acabaria por socorrer definitivamente Malaca ao infligir uma pesada derrota à armada do sultão achém que naquele ano, se preparava para voltar a cercar a praça¹⁰¹⁶. No âmbito da que já foi considerada uma das mais difíceis batalhas navais vencidas pelos Portugueses na Ásia durante o século XVI¹⁰¹⁷, cabe realçar as cartas de agradecimento do rei de Quedah e do capitão de Malaca, D. Leoniz Pereira¹⁰¹⁸, a Mem Lopes Carrasco, bem como as que a seu propósito foram remetidas ao monarca. Estas motivaram uma carta de D. Sebastião ao fidalgo, agradecendo os seus serviços naquela guerra¹⁰¹⁹. O feito militar de Carrasco justificou posterior divulgação europeia da vitória¹⁰²⁰.

Entretanto, em Goa, o vice-rei defrontou o seu primeiro embate político com as autoridades eclesiásticas. Apostado em angariar receitas para financiar o envio de armadas e custear a guerra que se avizinhava, D. Luís de Ataíde opôs-se à interrupção da venda de cavalos aos sultões de Bijapur e Ahmadnagar devido a uma bula papal que a proibia¹⁰²¹. Uma carta atribuída aos vereadores da câmara de Goa defendia a manutenção de tal comércio, com base na necessidade de cumprir os acordos com Bijapur e Ahmadnagar, já descontentes com o Estado, e de evitar ataques a Bârdéz por parte de Bijapur. A missiva realçava ainda que a penúria financeira do Estado não permitiria concretizar a intenção vice-real de realizar a jornada de conquista ao Achém

¹⁰¹⁴ Cf. Carta do Padre Juan Baptista de Ribera ao Padre Francisco de Borja, Macau, X.1568 – PUB. *DI*, vol. VII, doc. 109A.

¹⁰¹⁵ Cf. Carta do Padre Cristóvão da Costa ao Padre Francisco de Borja, Malaca, 6.XII.1568 – PUB. *DI*, vol. VII, doc. 111.

¹⁰¹⁶ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, vol. I, livro V, cap. V; Carta do Padre Jerónimo Rodrigues aos irmãos portugueses, Cochim, 15/18.I.1570 – PUB. *DI*, vol. VIII, doc. 38; Cf. Carta de Mem Lopes Carrasco a D. Sebastião, s.l., s.d. – PUB. EHRHARDT, Marion, *Um opúsculo alemão do século XVI sobre a história portuguesa do Oriente*, Frankfurt, Borsenverein des Deutschen Buchhandles E.V., 1964, pp. 8-30.

¹⁰¹⁷ Cf. MONTEIRO, Saturnino, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol. III, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1992, p. 317.

¹⁰¹⁸ Cf. Relação da vitória milagrosa que nosso senhor deu a huma nau dos christãos contra os achéns e seu rei – PUB. *DI*, vol. VIII, doc. 38A.

¹⁰¹⁹ Cf. Carta de D. Sebastião a Mem Lopes Carrasco, s.l., 28.X.1571 – PUB. EHRHARDT, Marion, *Op. Cit.*, p. 31. O fidalgo foi agraciado com um hábito de Cristo e 20 mil reais de tença (Cf. *Ibidem*, p. 7).

¹⁰²⁰ Cf. *Ibidem*, pp. 3-7.

¹⁰²¹ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, vol. I, livro V, cap. IV.

em 1569¹⁰²². Por estes motivos, considera Maria Augusta Lima Cruz¹⁰²³, que fora o próprio D. Luís a escrevê-la. Na verdade, D. Sebastião já diligenciara para revogar aquela bula junto de Roma, em 1568, e, no ano seguinte, enviava nova bula à Ásia Portuguesa¹⁰²⁴, autorizando aquele comércio.

Em Setembro de 1569, quando chegou a Goa¹⁰²⁵ o capitão-mor da armada vinda do Reino, Filipe Carneiro, encontrou o vice-rei em preparativos para a realização de uma grande jornada. D. Luís de Ataíde contava então com três projectos de conquista: o mais distante Achém, o sultanato guzerate e as praças da costa do Canará. Quanto ao sultanato achém, tudo aponta para que o vice-rei tenha abandonado tal projecto em 1569, fundado na ameaça de cerco a Malaca, em especial a partir de finais daquele ano, momento em que foi informado da vitória naval de Mem Lopes Carrasco. A grande dúvida que se colocava é saber em que medida o vice-rei tinha ou não condições de encetar a conquista do sultanato guzerate. Neste contexto, Jorge Flores afirmou que foram os problemas malabares que o impediram de prosseguir aquela conquista¹⁰²⁶.

Na verdade, Ataíde, no Outono de 1569, enviara preventivamente Pero da Silva Meneses a Barcelor para cobrar as páreas em atraso por seis anos¹⁰²⁷, o qual acabaria por pilhar e ocupar temporariamente a cidade¹⁰²⁸. Decidira pedir arroz a Ceilão¹⁰²⁹, e recebera ainda a embaixada de um pretendente ao trono do sultanato guzerate¹⁰³⁰. O designado rei de Mirão¹⁰³¹ propunha a concessão do importante porto de Surrate e eventualmente de algum outro porto naquela costa, oferecendo também 200 mil cruzados para financiar a construção da armada portuguesa e o recrutamento dos 500 soldados cuja ajuda considerava indispensável para efectivar aquela conquista¹⁰³². Todavia, “sabendo a tenção del rey seu senhor, que era conquistar algũa parte de

¹⁰²² Cf. *Ibidem*.

¹⁰²³ Cf. *Ibidem*, vol. II, p. 808.

¹⁰²⁴ Cf. RIBEIRO, Luciano, “Colectânea de documentos acerca de D. Sebastião”, *Stvdia*, Lisboa, nº 5, Janeiro de 1960, p. 159.

¹⁰²⁵ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, vol. I, livro V, cap. VII.

¹⁰²⁶ Cf. FLORES, Jorge, *Firangistân e Hindustân. O Estado da Índia e os Confins Meridionais do Império Mogol (1572-1636)*, dissertação de doutoramento policopiada, Lisboa, FCSH-UNL, 2004, p. 75.

¹⁰²⁷ Cf. TRINDADE, Frei Paulo da, *Op. Cit.*, vol. II, cap. 51.

¹⁰²⁸ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, vol. I, livro V, cap. VII; PEREIRA, António, Pinto, *Op. Cit.*, livro I, cap. X.

¹⁰²⁹ Merecendo por isso um dos poucos elogios de Diogo do Couto: “certo que nas cousas a que este visorrey se anticipava se avia que antevia as cousas” (Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, vol. I, livro V, cap. VII, p. 449).

¹⁰³⁰ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro I, cap. XI.

¹⁰³¹ Não foi possível identificar a identidade e localização deste Reino. Possivelmente seria o reino sediado na cidade de Mirta no Rajastão. Cf. *Glossário antroponómico...*

¹⁰³² Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro I, cap. XI.

Cambaya”, Ataíde determinara “ir a isso em pessoa com grande armada por não perder grande oportunidade”. Por este motivo, respondera à embaixada daquele rei prometendo o apoio português e ficando à espera do seu recado para atacar¹⁰³³.

Como este não chegou e, cremos, face à assinatura de pazes entre Ahmadnagar e Bijapur e à retoma pelo sultão Ali Adil Shah de Bijapur da sua política expansionista a sul, com a ocupação de anteriores territórios pertencentes ao Império hindu de Vijayanagar, e, evidenciando interesse em senhorear os portos da costa do Canará¹⁰³⁴, o vice-rei decidiu partir preventivamente à conquista daquela região. Desta forma, apenas após a inviabilização dos projectos de ocupação de Adém, do Achém e do Guzerate e de ter garantido maior segurança marítima¹⁰³⁵, o vice-rei da Índia partiu oficialmente à conquista, optando por aprofundar uma política de crescente envolvimento do Estado da Índia na costa do Canará, prosseguida durante o vice-reinado do seu antecessor.

Contrariamente ao vice-rei D. Antão, o qual partira à conquista de Mangalor no contexto do declínio político-económico do Malabar¹⁰³⁶, D. Luís partia com um motivo político primordialmente claro: evitar que o sultão de Bijapur se apoderasse daqueles portos, o que, a suceder, teria consequências nefastas para a presença e navegação portuguesa em toda a costa ocidental indiana. Apesar de, por outro lado, ser também claro que com aquela conquista o vice-rei pretendia evitar que os corsários e piratas malabares ali tivessem portos de acolhimento, que ganhassem novas receitas com o rico comércio da região e se abastecessem em permanência de arroz¹⁰³⁷.

Fora precisamente devido a este quadro de hesitação do vice-rei sobre qual das conquistas concretizar que Ataíde enviou ordens aos capitães estantes a Norte para atacarem navalmente o sultanato guzerate¹⁰³⁸, enquanto mandatava João da Fonseca e D. Diogo de Meneses para atacarem em força o Malabar¹⁰³⁹. As ordens de ataque ao Norte foram, aliás, reforçadas enquanto Ataíde ali se encontrava “pois na mesma conjunção em que o Visorey andava conquistando fortalezas, fazendo guerra em pessoa

¹⁰³³ Cf. *Ibidem*, p. 191.

¹⁰³⁴ Cf. Mapa 4.

¹⁰³⁵ Cf. MONTEIRO, Saturnino, *Op. Cit.*, vol. III, p. 321.

¹⁰³⁶ Cf. VILA-SANTA, Nuno, “O Vice-Reinado de D. Antão”, pp. 75-77.

¹⁰³⁷ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, vol. I, livro VI, cap. I; PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro I, cap. XII; COUTO, Diogo do, *Vida de D. Paulo de Lima Pereira*, Lisboa, Escriptorio, 1903, cap. XI; COSTA, João Paulo Oliveira e, RODRIGUES, Vítor, *Op. Cit.*, p. 306; DISNEY, A. R., *A Decadência do Império da Pimenta. Comércio Português na Índia no início do século XVII*, Lisboa, Edições 70, 1981, pp. 16-18.

¹⁰³⁸ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro I, cap. VI.

¹⁰³⁹ Cf. *Ibidem*, livro I, cap. XII.

na costa de Canará, com armada tam grossa como requeria o ser, & autoridade da pessoa do Visorey, não deixaua de trazer outras em costas de outros reys”¹⁰⁴⁰, facto elucidativo da política belicista de D. Luís que se acentuou durante aquele ano e que então se evidenciou como factor diferenciador em relação ao seu antecessor D. Antão.

Partindo o vice-rei com uma armada de 110 navios e cerca de 2500 a 3000 homens de armas¹⁰⁴¹ rumo a Onor, Ataíde não se esquecera do apelo que Noronha lhe fizera para vingar a afronta que ele próprio recebera em Onor, em 1568¹⁰⁴². Invocando esse *casus belli* para partir à sua conquista, Ataíde não deixou, contudo, de estranhar que o seu antecessor tivesse sentido necessidade de reunir todo o poder da Índia para a conquista de Mangalor, merecendo por isso diversas críticas¹⁰⁴³. Tal como o vice-rei D. Antão, em 1568, D. Luís levou consigo, em 1569, alguns dos fidalgos mais importantes que se encontravam na Índia como sejam D. Francisco Mascarenhas, D. Jorge de Meneses, “O Baroque”, António Botelho, Fernão Teles de Meneses, D. Paulo de Lima Pereira, Rui Gonçalves da Câmara, Pero da Silva de Meneses, João da Fonseca e Luís de Melo da Silva, entre outros¹⁰⁴⁴. A presença em peso da principal fidalguia e, em especial, o respeito desta pelo vice-rei, por contraste ao que se passara em Mangalor, em 1568, denotam bem o cariz militar do governo de D. Luís de Ataíde.

Chegado a Onor, em Novembro de 1569, o vice-rei exigiu à rainha de Garsopa¹⁰⁴⁵ a rendição da fortaleza. Tendo esta sido recusada, o vice-rei preparou o desembarque, dividindo o comando da força de ataque por D. Francisco Mascarenhas, D. Jorge de Meneses, “O Baroque”, Rui Gonçalves da Câmara e António Botelho¹⁰⁴⁶, embora a rendição da fortaleza só tenha sido formalmente concretizada às mãos de D. Francisco Mascarenhas “a quem principalmente [o vice-rei] cometia todas as cousas importantes, que não executava per si”¹⁰⁴⁷. Antes de partir para Barcelor, Ataíde deixou Jorge de Moura como capitão da praça com 200 homens¹⁰⁴⁸ e encarregou Simão de Ruão de

¹⁰⁴⁰ Cf. *Ibidem*, livro I, cap. VI, p. 174.

¹⁰⁴¹ Cf. EÇA, D. Duarte de, *Op. Cit.*, p. 17; CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, vol. I, livro VI, cap. I; Já PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro I, cap. XIII, refere 130 navios.

¹⁰⁴² Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro I, cap. XII.

¹⁰⁴³ “Cousa muy ordinaria nos visoreys estranharem o que fizeram a quem elles sucederão, e elles fazem-no depois muito peor” afirma Couto (Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, vol. I, livro I, cap. I, p. 483) em nova crítica à personalidade do vice-rei que considerava arrogante (Cf. *Ibidem*, vol. II, p. 814).

¹⁰⁴⁴ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, vol. I, livro VI; cap. I; PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro I, cap. XII.

¹⁰⁴⁵ Senhora daquela cidade. Cf. *Glossário Antroponímico...*

¹⁰⁴⁶ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro I, cap. XIII.

¹⁰⁴⁷ Cf. *Ibidem*, livro I, cap. XIII, p. 203.

¹⁰⁴⁸ Cf. *Ibidem*.

fortificar a praça e de desenhar a sua planta para enviar a D. Sebastião com notícia da conquista da fortaleza¹⁰⁴⁹, então baptizada de Santa Catarina de Onor¹⁰⁵⁰. Contudo, a decisão mais importante que o vice-rei tomara fora a de manter a praça por considerar não ter autorização régia para a abandonar e apesar da sua intenção primordial ser a ocupação de Barcelor¹⁰⁵¹.

Esperando que a rainha de Garsopa aceitasse as pazes e ainda um possível recado do rei de Mirão, o vice-rei enviou o grosso da armada para Barcelor às ordens de D. Francisco Mascarenhas¹⁰⁵². Quando chegou àquela rica cidade, D. Luís sofreu a segunda contestação das autoridades eclesiásticas ao seu governo. O inquisidor Aleixo Dias Falcão e o Prior dominicano de Goa, na qualidade de deputados da Mesa de Consciência e Ordens do Estado da Índia, a quem tinham sido encomendados os assuntos da Cristandade do Oriente, opuseram-se à intenção vice-real de partir à conquista de Barcelor que consideravam um estado tributário em páreas e amigo do Estado. Ataíde revelou então, pela primeira vez, a sua coragem política, não temendo opiniões contrárias das sempre influentes, junto do rei, autoridades eclesiásticas ao manter o seu plano de conquista da praça devido à sua importância estratégica¹⁰⁵³.

Contrariamente ao sucedido em Onor onde a conquista fora relativamente fácil, em Barcelor o vice-rei foi forçado a autorizar, tal como sucedera em Muhlberg, em 1547, que vários homens se lançassem à água para atacarem as posições inimigas¹⁰⁵⁴. Desconfiado da súbita rendição, D. Luís de Ataíde conseguiu rechaçar a investida inimiga, de surpresa no dia seguinte, acudindo no momento em que D. Francisco Mascarenhas ficara ferido e impedindo que o pânico se generalizasse¹⁰⁵⁵. No entanto, confiou a Mascarenhas a sua segurança na hora de ir negociar a paz ao interior¹⁰⁵⁶ com a rainha de Cambolim¹⁰⁵⁷ e o rei de Tolar¹⁰⁵⁸. Permanecendo à espera de um recado do rei de Mirão, que acabaria por não chegar, o vice-rei decidiu permanecer em Barcelor até inícios de 1570. Para dirigir as obras de fortificação na região, D. Luís escolheu o

¹⁰⁴⁹ “Por lhe parecer formosa, a mandou debuxar por um Simão de Ruão que o sabia mui bem fazer, e o debuxo mandou depois a el-rei D. Sebastião com as novas da tomada daquela fortaleza”. Cf. TRINDADE, Frei Paulo, *Op. Cit.*, vol. II, cap. 51, p. 231.

¹⁰⁵⁰ Cf. EÇA, D. Duarte de, *Op. Cit.*, p. 17.

¹⁰⁵¹ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro I, cap. XIII.

¹⁰⁵² Cf. *Ibidem*, livro I, cap. XV.

¹⁰⁵³ Cf. *Ibidem*, livro I, cap. XVI.

¹⁰⁵⁴ Cf. EÇA, D. Duarte de, *Op. Cit.*, p. 17.

¹⁰⁵⁵ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro I, cap. XVII.

¹⁰⁵⁶ Cf. *Ibidem*, livro I, cap. XVIII.

¹⁰⁵⁷ Senhora do porto de Cambolim, fronteiro àquela fortaleza. Cf. *Glossário antroponímico...*

¹⁰⁵⁸ Antigo reino que englobava grande parte do distrito de Kolar, no actual Mysore. Cf. *Ibidem*.

escultor flamengo Filipe Brias, o qual passara à Índia com o vice-rei D. Constantino de Bragança, de quem fora protegido, aparentemente foragido de acusações da Inquisição no Reino¹⁰⁵⁹. A escolha de Ataíde daquele importante escultor renascentista, o qual servira o infante D. Luís, revela não apenas o interesse do fidalgo pelo melhor da cultura e da arte do seu tempo, como também que não temia proteger figuras controversas, de cujo apoio poderiam derivar problemas à sua pessoa.

Ataíde baptizou a fortaleza de Santa Luzia de Barcelor¹⁰⁶⁰, nomeou o seu primo António Botelho para capitão, a quem deixou 400 homens¹⁰⁶¹ e enviou ainda D. Pedro de Meneses com cáfilas para Goa e D. Diogo de Meneses para o Malabar¹⁰⁶². A sua expedição de conquista à região impediu que os piratas e corsários malabares conseguissem partir para o Norte¹⁰⁶³, excepto os que atacaram e cativaram D. Henrique de Meneses¹⁰⁶⁴. Com o intuito de serenar os ânimos na região, o vice-rei foi ainda a Mangalor¹⁰⁶⁵ concertar o casamento do rei de Banguel¹⁰⁶⁶ com a rainha de Olala¹⁰⁶⁷, regressando de novo a Onor e a Barcelor para realizar os últimos provimentos¹⁰⁶⁸. Antes de partir para Goa onde elaboraria o regimento de Barcelor¹⁰⁶⁹, deixou Luís de Melo da Silva com ordem para guerrear a rainha de Olala e enviou Jorge de Melo e Castro para entrar na capitania de Colombo¹⁰⁷⁰. Com a conquista daquelas duas praças, à data da sua partida, e sem se aperceber, D. Luís acentuara o sentimento anti-português dos mouros¹⁰⁷¹, contribuindo assim para a aceleração do ataque ao Estado da Índia, bem como para o agravamento dos problemas financeiros da Ásia Portuguesa¹⁰⁷².

¹⁰⁵⁹ Cf. FLÔR, Pedro, “Novos dados sobre o escultor renascentista Filipe Brias”, *Arte Teoria*, 11, 2008, pp. 128-129.

¹⁰⁶⁰ Cf. EÇA, D. Duarte de, *Op. Cit.*, p. 18.

¹⁰⁶¹ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro I, cap. XXI.

¹⁰⁶² Cf. *Ibidem*, livro I, cap. XVIII.

¹⁰⁶³ Cf. GONÇALVES, Padre Sebastião, *Primeira Parte da História dos Religiosos da Companhia de Jesus e do que fizeram com a divina graça na conversão dos infieis a nossa santa fee catholica nos reynos e províncias da India Oriental*, edição de Joseph Wicki, vol. III, Coimbra, Atlântida, 1962, livro IX, cap. 16.

¹⁰⁶⁴ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro I, cap. XVIII; CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, vol. I, livro V, cap. VIII.

¹⁰⁶⁵ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro I, cap. XX.

¹⁰⁶⁶ Antigo reino do Canará do Sul, situado nas imediações da fortaleza de Mangalor. Cf. *Glossário antroponímico*...

¹⁰⁶⁷ A rainha a quem fora conquistada a praça de Mangalor em 1568.

¹⁰⁶⁸ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro I, cap. XXI.

¹⁰⁶⁹ Cf. Regimento de Barcelor, Goa, 30.III.1570 – PUB. *Regimentos das Fortalezas da Índia*, edição de Panduroga S. S. Pissurlencar, Goa, Tipografia Rangel, 1951, pp. 426-428.

¹⁰⁷⁰ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro I, cap. XXI.

¹⁰⁷¹ Cf. RODRIGUES, Vítor, *Op. Cit.*, vol. II, p. 287.

¹⁰⁷² Cf. GODINHO, Vitorino Magalhães, *Les Finances...*, p. 101.

Ao regressar a Goa, em inícios de 1570, sensivelmente a meio do seu governo, D. Luís de Ataíde marcara já a diferença na governação militar: não apenas pela política belicista que, desde o início, seguiu mas também pela vertente de moralização e instrução militar que pretendeu instaurar. Nesta óptica deverá ser registada a observação do Padre Martim da Silva sobre a actuação de Ataíde no desembarque em Onor: “O Viso-Rei se mostra muito esforçado e tam companheiro que todos o desejam meter n’alma, e andam muito oferecidos com as vidas nos casos que a Sua Senhoria parecer”¹⁰⁷³. Percepcionado como um líder militar carismático e simultaneamente, como um soldado entre os seus, como não tardaria a ficar patente no cerco de Goa, na bem-sucedida aposta vice-real de relacionamento próximo e instrutório com a fidalguia, que, neste ponto, relembrava a actuação do governador D. João de Castro, jogou D. Luís de Ataíde uma cartada decisiva para enfrentar o cenário político-militar adverso.

III. 3. 4. Os cercos

Regressado a Goa, e ainda preocupado com a situação que se vivia em Malaca, com o facto de não ter podido ir ao Achém durante o ano de 1569 e procurando dar seguimento às ordens do seu regimento, o vice-rei decidiu despachar uma grande esquadra para a região. Para a comandar D. Luís de Ataíde escolheu Luís de Melo da Silva, fidalgo conceituado nas guerras da Índia, a quem encarregou de evitar novo cerco achém¹⁰⁷⁴. Porém, Silva, que em nova batalha naval, decorrida nos finais de 1570, derrotou uma poderosa armada achém e matou o herdeiro do sultanato¹⁰⁷⁵, não salvou Malaca mas antes Johor cujo sultão, então, se opunha ao projecto de hegemonia político-militar regional intentado pelo Achém¹⁰⁷⁶. Desta forma, a derrota infligida por Luís de Melo da Silva ao Achém não só foi fundamental para a sobrevivência de Johor, mas também para confirmar o afastamento do espectro de novo cerco do Achém no exacto momento em que a Liga Islâmica se preparava para atacar no subcontinente indiano.

Tal não significava, contudo, que a presença do vice-rei na região, como ficara prometido¹⁰⁷⁷, não fosse esperada e que Ataíde, antes do início dos cercos, não tivesse

¹⁰⁷³ Cf. Carta do Padre Martim da Silva ao Padre Gonçalo Álvares, Onor, 26.XI.1569 – PUB. *DI*, vol. VIII, doc. 14, p. 100.

¹⁰⁷⁴ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro I, cap. XXIII.

¹⁰⁷⁵ Cf. *Ibidem*, livro I, cap. XXVIII; CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, vol. I, livro VI, cap. VI.

¹⁰⁷⁶ Sobre o tema vide os considerados ALVES, Jorge Manuel dos Santos, *Op. Cit.*, pp. 164 e seguintes relativos ao longo reinado do sultão achém Ala ad-Din ri’ayat Syah al-Kahar (1539-1571).

¹⁰⁷⁷ Cf. Carta do Padre Nuno Toscano ao Padre Cristóvão da Costa, irmãos lusos e ao Padre Francisco de Borja, Malaca, 3.XII.1570 – PUB. *DI*, vol. VIII, doc. 48.

planeado nova jornada ao Achém para Maio de 1571¹⁰⁷⁸. Mas, os acontecimentos do Verão de 1570¹⁰⁷⁹ tais como, a nomeação de Luís de Melo da Silva, nova confirmação de D. Diogo de Meneses à frente da capitania-mor do Malabar e ainda a recepção vice-real ao embaixador do Samorim, ameaçado de prisão caso não abandonasse logo Goa, inseriam-se já nos preparativos de D. Luís para enfrentar os cercos.

Como refere António Pinto Pereira, Ataíde desconfiava desde 1569, possivelmente também na sequência de alertas que D. Antão de Noronha lhe deixara, da possibilidade de cerco a Goa e a Chaul¹⁰⁸⁰. Estando informado acerca das movimentações da Liga, certamente que à perspicácia que D. Luís de Ataíde evidenciou durante os cercos não deverá ter escapado o pensamento que o sultão Ali Adil Shah viria cercar Goa, por ser antiga pretensão daquele sultanato a quem a cidade fora conquistada e devido aos incidentes ainda bem recentes, em Bârdez e Salsete, relativos aos pagodes¹⁰⁸¹, e que também o sultão Murtaza Nizam Shah deveria, no âmbito das Praças do Norte, cercar Chaul. A escolha pelo cerco de Chaul, e não pela fértil Baçaim¹⁰⁸², justificava-se pela política de fortificações seguida pelo vice-rei D. Antão na região¹⁰⁸³, tendo Chaul sido a praça que menor investimento em fortificações tinha registado. O próprio vice-rei D. Francisco Coutinho, 3º conde de Redondo, já em 1561, alertara para o crescimento desordenado daquela praça, a qual não dispunha de muralhas¹⁰⁸⁴. Desta forma, não seria difícil ao vice-rei da Índia, desconfiado dos cercos, vaticinar que no Norte o alvo do cerco seria Chaul, a praça mais desguarnecida.

Em Agosto de 1570, o vice-rei enviara um embaixador a Bijapur para procurar apurar o que ali se passava, embora não tivesse obtido informações relevantes¹⁰⁸⁵. Provavelmente este embaixador fora então enviado pois fora naquele mês que Ali Adil Shah instigara a rainha de Garsopa a cercar Onor e, no Norte, registavam-se ameaças sob Damão. Naquele que fora o primeiro acto inaugural da Liga, apostada em que o

¹⁰⁷⁸ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. III; CASTILHO, António de, *Op. Cit.*, livro I, pp. 4-5.

¹⁰⁷⁹ Cf. *Ibidem*, livro I, cap. XXII; CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, vol. II, livro VI, cap. I.

¹⁰⁸⁰ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. II. Cf. Mapa 4.

¹⁰⁸¹ Referimo-nos à política de derrube de pagodes do vice-rei D. Antão fortemente contestada pelas populações locais. Cf. VILA-SANTA, Nuno, “O Vice-Reinado de D. Antão...”, pp. 89-92.

¹⁰⁸² A qual durante a crise político-militar, beneficiou de se encontrar protegida pelos “postos avançados” de Chaul, a sul, e Damão, a Norte. Cf. TEIXEIRA, André, *Op. Cit.*, p. 105.

¹⁰⁸³ Sobretudo visível em Damão e Baçaim. Cf. *Ibidem*, pp. 82 e seguintes.

¹⁰⁸⁴ Cf. Carta de D. Francisco Coutinho a D. Sebastião, Chaul, 20.XII.1561 – PUB. WICKI, Joseph, “Duas cartas...”, p. 54.

¹⁰⁸⁵ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. V.

vice-rei desguarnecesse Goa¹⁰⁸⁶, parece pouco crível que D. Luís de Ataíde não soubesse ainda o que estaria a preparar-se. Em Setembro de 1570 quando o vice-rei despachou as mencionadas armadas de Luís de Melo da Silva e de D. Diogo de Meneses e chegou a armada do Reino, Ataíde estava já informado das movimentações do exército de Ali Adil Shah nos Gates Ocidentais. Descrente da justificação apresentada pelo sultão de que ali andava para debelar a revolta de um vassalo rebelde¹⁰⁸⁷ ou em guerra com Ahmadnagar¹⁰⁸⁸, mesmo após ter recebido uma segunda carta de Ali Adil Shah pedindo-lhe para não acreditar em quem lhe dizia que não queria ser seu amigo¹⁰⁸⁹, D. Luís decidiu de imediato precaver-se.

A precaução que então tomou foi primordialmente política. Como que adivinhando a oposição que em Goa se geraria caso a cidade e Chaul fossem cercadas em sumultâneo, o vice-rei optou por colocar em conselho a possibilidade concomitante de ambos os cercos “por não parecer que se determinava sem elle”, embora tendo já decidido que defenderia ambas as fortalezas e evidenciando uma “tam segura confiança, que a daua muito grande a todos os outros”¹⁰⁹⁰. Perante a resposta maioritária do conselho que votou o abandono de Chaul em prol da concentração de defesas em Goa e por Chaul render pouco e poder ser reconquistada posteriormente¹⁰⁹¹, Ataíde já tinha uma resposta política para fazer face ao conselho: a nomeação de D. Francisco Mascarenhas com jurisdição de fazenda e guerra sobre todo o Norte, o qual foi enviado, a 30 de Setembro, para a região em quatro navios e com 600 homens¹⁰⁹².

A nomeação de Mascarenhas inseria-se, na mente do vice-rei, na política que já anteriormente seguira de, em nenhum momento, dar parte de fraco. Por isso, sendo acusado de soberba e excesso de ambição por impor unilateralmente as suas decisões¹⁰⁹³, D. Luís de Ataíde defendia-se que “muito mais era pera temer hũa potencia grande per si soo, que muitos poderes juntos, porque os negocios que tinham muitas cabeças, sempre traziam a desordem muito perto, & não podião permanecer, por se empedir hũas a outros”, acrescentando considerar que “o poder del Rey seu senhor era

¹⁰⁸⁶ Cf. *Ibidem*, livro I, cap. XXIII.

¹⁰⁸⁷ Cf. *Ibidem*, livro II, cap. II. Relembre-se que a serra dos Gates Ocidentais separava geograficamente Goa, Chaul, Baçaim e Damão das possessões dos sultanatos de Bijapur e Ahmadnagar, respectivamente.

¹⁰⁸⁸ Cf. CASTILHO, António de, *Op. Cit.*, livro I, p. 4.

¹⁰⁸⁹ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. III.

¹⁰⁹⁰ Cf. *Ibidem*, livro II, cap. II, p. 323.

¹⁰⁹¹ Cf. *Ibidem*, livro II, cap. III.

¹⁰⁹² Cf. *Ibidem*; CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, vol. I, livro VI, cap. III.

¹⁰⁹³ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. III.

bastante pera resistir a todas as alianças & confederações”¹⁰⁹⁴. Com tal resposta, Ataíde evidenciava ter bem cientes as suas aprendizagens em Muhlberg, onde presenciara como Carlos V, em inferioridade numérica, se valeu da manipulação dos desentendimentos no interior da Liga de Esmalcalda, para principiar a sua vitória.

A postura exterior de rígida segurança de D. Luís, todavia, nem sempre correspondia à realidade pois “nem por isso leixaua de ser interiormente combatido de muitos cuidados, como quem alcançaua tudo das cousas, & conhecia o trabalho & perigo que podiam dar, & quanto seu poder em esse tempo era menor que a reputação”¹⁰⁹⁵. Na prática, a decisão de D. Luís de Ataíde de manter Chaul a todo o custo, antes mesmo do início dos cercos, significava que o vice-rei compreendia que, para poder defender militarmente Chaul, tinha primeiro de defender politicamente tal ideia. Nesse sentido, a sua escolha de D. Francisco Mascarenhas, a quem delegou importantes poderes, na sequência do estatuto que lhe conferira, em 1569, em Onor e Barcelor, revela ainda a forte ligação pessoal entre ambos e o inequívoco apoio de Mascarenhas à contestada política seguida pelo vice-rei. Só esta ligação pode explicar que D. Luís se tenha disposto a agravar o capitão de Chaul, Luís de Freire de Andrade, precisamente devido aos poderes que concedera a Mascarenhas, virtualmente convertido num “vice-rei do Norte”.

Desta forma, antes do início dos cercos, D. Luís de Ataíde, em Goa, e D. Francisco Mascarenhas, em Chaul, tinham já tido tempo para gizar uma estratégia política e militar para enfrentar os tempos adversos que se esperavam. No caso do vice-rei, por à data já ter recolhido boa parte dos mantimentos num armazém suplente¹⁰⁹⁶, por ter sequestrado toda a fazenda dos mercadores¹⁰⁹⁷ e por ter realizado um estudo sobre todos os possíveis pontos de entrada dos mouros nas diferentes estâncias da Ilha de Goa, tendo dado ordem para os reforçar¹⁰⁹⁸. Ataíde estava ainda informado de que o sultão otomano Selim II então se empenhava na conquista de Chipre pelo que, mantendo-se alerta relativamente a quaisquer avisos que pudesse receber via Adém ou via Baçorá, decidiu desvalorizar os rumores de ameaça otomana, concentrando-se em desligar os fundadores da Liga das suas conexões a Otomanos e Safávidas¹⁰⁹⁹. No caso dos

¹⁰⁹⁴ Cf. *Ibidem*, p. 327.

¹⁰⁹⁵ Cf. *Ibidem*.

¹⁰⁹⁶ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, vol. I, livro VI, cap. V.

¹⁰⁹⁷ Cf. PEREIRA, António, Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. III.

¹⁰⁹⁸ Cf. *Ibidem*., livro II, cap. VII.

¹⁰⁹⁹ Cf. *Ibidem*, livro II, cap. III.

Otomanos, como o vice-rei sabia, por experiência própria em 1538 e 1541, e ficara provado em acontecimentos então recentes, a ameaça dificilmente se concretizaria devido às múltiplas frentes de guerra a que o Império Otomano sempre tinha de acudir.

Neste ponto será importante referir que António Pinto Pereira considera que D. Luís de Ataíde “sabia também muito certo, & estaua de todos muy entendido, que o Turco nas empresas da India paraua mais em promessas & fama de grandes aparatos, que em obras efetuadas com algũ verdadeiro cumprimento: porque sempre a fortuna lhe fora tam pouco fauoravel com Portugueses, que todas as armadas que contra elles tinha mandado a India, ou totalmente se lhe perderam, ou lhe tornaram desbaratadas, tam diminuidas, que em todas recebera perda & abatimento notauel”¹¹⁰⁰. Ou seja, nesta sua decisão, Ataíde terá igualmente ponderado como os últimos conflitos entre o Estado da Índia e o Império Otomano, desde a década de 1550, se registavam maioritariamente no Golfo Pérsico e, sobretudo, como os Otomanos, na sequência dos acontecimentos de 1554¹¹⁰¹, não mais tinham arriscado atacar directamente o subcontinente indiano.

Já do lado da Liga Islâmica, a estratégia de dissimulação falhara completamente, como insiste Diogo do Couto¹¹⁰². D. Luís obteve confirmação do futuro cerco a Goa através do embaixador enviado por Ali Adil Shah, o qual lhe narrou o discurso deste de Agosto de 1570. Nesse discurso atribuído, o sultão de Bijapur lembrava as múltiplas afrontas do Estado da Índia que urgia vingar, bem como a necessidade de resposta ao apelo safávida¹¹⁰³. O vice-rei fora também informado da relutância do general nomeado por Ali Adil Shah, o Noricão das fontes portuguesas, em partir para a guerra, motivado por apelos longínquos. Em vão terão sido as tentativas de avisar Ali Adil Shah para as recentes vitórias portuguesas, para o facto de Goa estar bem fortificada, para o papel e poder da armada lusa ou até a tentativa de chamar o sultão à razão sobre os riscos de reputação naquela guerra¹¹⁰⁴. Já em Chaul, Luís Freire de Andrade confirmara o futuro cerco através de contactos na corte de Ahmadnagar e do mercador Lopo Soares¹¹⁰⁵, considerando-se responsável por ter sido o primeiro a alertar o vice-rei para o cerco¹¹⁰⁶.

¹¹⁰⁰ Cf. *Ibidem*, pp. 330-331.

¹¹⁰¹ Sobre tudo da derrota da esquadra de Seydi Ali Reis. Cf. VILA-SANTA, Nuno, *D. Afonso de Noronha...*, p. 92.

¹¹⁰² Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, livro VI, cap. II.

¹¹⁰³ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. VI.

¹¹⁰⁴ Cf. *Ibidem*; CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, vol. I, livro VI, cap. III.

¹¹⁰⁵ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, vol. I, livro VI, cap. III.

¹¹⁰⁶ Cf. Carta de Luís Freire de Andrade a D. Sebastião, Goa. 30.XI.1571 – PUB. GOERTZ, R. O. W., “Attack...”, p. 286.

Deste modo, quando as primeiras forças de Bijapur e Ahmadnagar chegaram aos arredores de Goa e Chaul, respectivamente, já houvera tempo para gizar uma resposta. A estratégia concebida por D. Luís de Ataíde assentava na manutenção de ambas as praças, assumindo o vice-rei a coordenação político-militar do processo em todo o Estado da Índia, com exceção dos locais onde não poderia estar em simultâneo, em especial Chaul. Nesse sentido, e tendo o vice-rei clara noção, como ficou já evidenciado anteriormente, que a verdadeira batalha política e militar pela sobrevivência do Estado se centrava em Chaul e não tanto em Goa, a sua estratégia militar incidiu em socorrer, sempre que possível Chaul, ao mesmo tempo que procurava sustentar qualquer investida mais séria em Goa. A fim de melhor se perceber esta estratégia e compreender a sua evolução, far-se-á uma análise de cada um dos cercos isoladamente até ao momento em que consideramos D. Luís ter tido condições para melhor socorrer Chaul. Tal momento verificou-se após o fracasso no assalto geral das forças de Ali Adil Shah a Goa, em Março de 1571, importando, por isso, contextualizar como se chegou a esse momento e qual a política vice-real durante este período, primeiramente em Goa e, depois, em Chaul.

Quando, na segunda semana de Dezembro de 1570, as primeiras forças de Bijapur, comandadas por Noricão, começaram a chegar aos arredores da Ilha de Goa, D. Luís de Ataíde dispunha de 650 soldados, fora os religiosos, os idosos e as quatro bandeiras de cristãos da terra que organizou para a defesa¹¹⁰⁷. Recusara a permanência na Índia do capitão-mor da armada vinda do Reino em 1570, Jorge de Mendonça, apesar da grande insistência para ali permanecer¹¹⁰⁸, empenhara-se em prover as estâncias mais vulneráveis e preparara a armada de defesa, cujo comando atribuiu a D. Jorge de Meneses, “O Baroque”¹¹⁰⁹. Aquando da chegada dos primeiros contingentes inimigos, Ataíde quis atacar de imediato pois estava informado que Ali Adil Shah e Murtaza Nizam Shah se espiavam para se atacarem mutuamente quando estivessem mais vulneráveis, tendo aceite decisão contrária do conselho de capitães¹¹¹⁰.

Procurando estar sempre ao corrente do que se passava no arraial inimigo, numericamente muito superior e extraordinariamente bem apetrechado em mantimentos, munições, cavalos e artilharia, o vice-rei utilizou, desde o início, o

¹¹⁰⁷ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. VII.

¹¹⁰⁸ Cf. *Ibidem*, livro II, cap. XXI; CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, vol. I, livro VI, cap. V.

¹¹⁰⁹ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. VII.

¹¹¹⁰ Cf. *Ibidem*, livro II, cap. VIII.

contacto de três renegados, que Manuel de Sousa Coutinho lhe fornecera¹¹¹¹, para saber o que se passava no acampamento inimigo. Além disso, contava com as informações que o embaixador de Ali Adil Shah lhe fornecera antes do cerco. Este embaixador era tio da principal amante do sultão de Bijapur, sendo aliciado pelo vice-rei com presentes a troco das preciosas informações de guerra. Além destes contactos, Ataíde trocava correspondência assídua com o mordomo-mor e vedor da fazenda de Ali Adil Shah, o Morateção das fontes portuguesas, acedendo assim a informações complementares¹¹¹².

Antes mesmo de Ali Adil Shah chegar, em Janeiro de 1571, D. Luís de Ataíde estava informado que este enviara dinheiro à rainha de Garsopa para cercar Onor pelo que pôde enviar recado à região, por Pero Lopes Rebelo, e lograr que D. Diogo de Meneses contivesse as primeiras ameaças do Samorim a Chale¹¹¹³. Ainda no exacto momento em que Ali Adil Shah chegava, Ataíde enviou D. Fernando de Vasconcelos e Meneses para pilhar Dabul¹¹¹⁴, forneceu diversos provimentos ao cunhado Francisco Barreto, estante no Monomotapa, e prestou socorro a Gonçalo Pereira, “O Marramaque”, a braços com a rebelião em Ternate¹¹¹⁵. O vice-rei não se impressionara pelos ataques ordenados por Ali Adil Shah a Bârdez e a Salsete e não se admirara com o apoio dos brâmanes daquelas regiões à invasão de Bijapur¹¹¹⁶. A sua decisão de enviar homens, retirados da guarnição de Goa, naquelas armadas era intencional e pretendia mostrar que não temia aquele cerco “o que fazia pasmar aos mouros que em tudo trazião os olhos, verem que em tempo que o visorrey avia mister não sò o seu mas ainda o de fora, despedia tantas naos e provimentos pera outras fortalezas”¹¹¹⁷. D. Luís contava que o regresso dos homens das armadas de D. Diogo de Meneses e de Luís de Melo da Silva não tardaria.

Os primeiros ataques ordenados por Ali Adil Shah fracassaram devido ao sistema defensivo criado pelo vice-rei nos diversos baluartes na Ilha de Goa. Ademais, Ataíde conseguia, em saídas rápidas e cirúrgicas, semear a desordem no arraial inimigo, valendo-se do factor surpresa e do domínio naval no rio Mandovi. Além disso, socorrera-se de um conjunto de ardis destinados a adiar um grande ataque de Ali Adil

¹¹¹¹ António Gonçalves, Gonçalo Fernandes e Manuel de Azevedo. Cf. *Ibidem*, livro II, cap. XX. Sobre o tema dos renegados veja-se: CRUZ, Maria Augusta Lima, “Degredados e arrenegados portugueses no espaço Índico nos primórdios do século XVI”, *Textos e História*, vol. 6, nº1-2, 1998, pp. 169-184.

¹¹¹² Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. VIII.

¹¹¹³ Cf. *Ibidem*, livro II, cap. XVIII.

¹¹¹⁴ Porto pertencente ao sultão de Bijapur, a Norte de Goa. Cf. *Ibidem*, livro II, cap. XVII; CRUZ, Maria Augusta Lima, *Diogo do Couto...*, vol. I, livro VI, cap. VII.

¹¹¹⁵ Cf. *Ibidem*, livro II, cap. XVII.

¹¹¹⁶ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, vol. I, livro VI, cap. VI.

¹¹¹⁷ Cf. *Ibidem*, vol. I, livro VI, cap. V, pp. 540-541.

Shah, fazendo luminárias à noite para obrigar o inimigo a gastar pólvora¹¹¹⁸ e mantendo relações epistolares intensas com Moratecão, os quais culminaram no envio, por Ataíde, de um cavalo murzelo a Ali Adil Shah para que este pudesse entrar em Goa¹¹¹⁹! Enquanto D. Luís se mostrava implacável face às deserções¹¹²⁰, evidenciava também coragem ao não temer ser atingido pelos pelouros da artilharia inimiga¹¹²¹ e ao visitar, disfarçado, as proximidades do arraial inimigo¹¹²². Desta forma, Ataíde pôde compensar a sua grande inferioridade numérica face ao sitiador de Goa¹¹²³.

Assim, incapaz de desalojar os sitiados da sua posição, Ali Adil Shah que andava enfadado a guerra, após receber diversos reforços e assistir à chegada dos 1500 homens das armadas de D. Diogo de Meneses e de Luís de Melo da Silva¹¹²⁴, decidiu, na tentativa de quebrar o impasse, ordenar um ataque geral, em Março de 1571¹¹²⁵. Este consistiu em embarcar diversos soldados para assaltarem simultaneamente as diferentes estâncias da Ilha de Goa. Devido à rígida ordem militar imposta pelo vice-rei e ao bom comando de D. Diogo de Meneses na armada no Mandovi foi relativamente fácil impedir a chegada dos navios de transporte aos diversos pontos de ataque. Numa das ilhas onde as forças de Ali Adil Shah conseguiram desembarcar em elevado número, Mercantor, Ataíde acudiu em pessoa e assistiu à morte de tantos inimigos que a refrega ficou conhecida como a batalha da Ilha dos Mortos¹¹²⁶. A ensombrar a vitória do vice-rei em Goa ficou apenas o falecimento do ilustre fidalgo D. Fernando de Vasconcelos e Meneses¹¹²⁷. Uma vez mais D. Luís fora informado do ataque geral, neste caso através de Moratecão, e tivera ocasião de preparar a resposta adequada, ganhando ensejo para,

¹¹¹⁸ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, vol. I, livro VI, cap. VII.

¹¹¹⁹ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, caps. IX e XVIII.

¹¹²⁰ Executando, em segredo, mouros presos para impedir deserções. Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, vol. I, livro VII, cap. II.

¹¹²¹ Como sucedeu com Manuel de Sousa Coutinho que o quis proteger quando os estilhaços de um pelouro ameaçaram a vida do vice-rei. Cf. *Ibidem*; CASTILHO, António de, *Op. Cit.*, livro I, p. 10.

¹¹²² Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, vol. I, livro VII, cap. II.

¹¹²³ António Pinto Pereira refere que Ali Adil Shah cercara Goa com 100 mil infantas, 35 mil cavaleiros, 3000 arcabuzeiros e 2100 elefantes de guerra (Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. VIII), valores não muito distantes dos 150 mil homens mencionados por D. Duarte de Eça (Cf. EÇA, D. Duarte, *Op. Cit.*, p. 19), dos 35 mil cavaleiros, 60 mil infantas, 2000 elefantes e 250 peças de artilharia apresentados por António de Castilho (Cf. CASTILHO, António de, *Op. Cit.*, livro I, p. 5), dos 100 mil homens, 35 mil cavaleiros e 2000 elefantes referidos pelo Padre Salvador Cortês (Cf. Carta do Padre Salvador Cortês aos irmãos lusos e romanos, Cochim, 3.I.1572 – PUB. *DI*, vol. VIII, doc. 65) e dos 30 mil cavaleiros, 60 mil elefantes, 700 elefantes, 400 capitães e 30 peças de artilharia, referenciados numa relação anónima (Cf. *DUP*, vol. II, p. 103).

¹¹²⁴ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. XXI.

¹¹²⁵ Cf. *Ibidem*, livro II, cap. XXX; CRUZ, Maria Augusta Lima, vol. I, *Op. Cit.*, livro VII, cap. III.

¹¹²⁶ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. XXXII.

¹¹²⁷ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, livro I, livro VII, cap. II. Filho de D. Luís Fernandes de Vasconcelos e Meneses, governador nomeado do Brasil em 1572, figura que D. Luís conhecia.

logo de seguida, enviar uma poderosa armada a Ormuz, a fim de se certificar que Otomanos e Safávidas não interfeririam nos acontecimentos do subcontinente¹¹²⁸.

Sempre mais temente do que podia vir de fora, o vice-rei foi capaz de ultrapassar incólume a fase mais crítica do cerco, de Janeiro a Março de 1571, sem ser fortemente atacado por Ali Adil Shah. Na verdade, e como refere D. Duarte de Eça, se o sultão de Bijapur tivesse ordenado o ataque geral antes da chegada dos 1500 homens de D. Diogo de Meneses e de Luís de Melo da Silva, teria tido mais probabilidades de sucesso dado o menor número de defensores em Goa¹¹²⁹. No entanto, a partir do momento em que o sultão perdeu essa oportunidade, a dimensão do seu exército tornou-se num inconveniente na medida em que, não conseguindo transportar os seus homens pelo Mandovi de forma a atacar as estâncias em virtude da presença da armada lusa, ou impedir a chegada de mantimentos e socorros à cidade, não obteria a rendição da cidade pela fome. Ao invés, teria de abastecer o seu gigantesco exército. Jogando com este factor, D. Luís estaria ciente que seria uma questão de tempo até Ali Adil Shah retirar, o que lhe permitiu concentrar a sua atenção em Chaul. Porém, tal não significa que o vice-rei descurasse o seu cuidado de visitar e prover diariamente todas as estâncias.

A 15 de Outubro de 1570, D. Francisco Mascarenhas chegou a Chaul onde encontrou Luís Freire de Andrade em dificuldades para convencer a população do cerco que se avizinhava e aceitar obras que tornassem a desprotegida praça mais defensável. Como se viu, investido de plenos poderes por D. Luís, Mascarenhas conseguiu mobilizar todos, afirmando que a praça só seria mantida por teimosia do vice-rei. Como à época circulavam rumores de que Murtaza Nizam Shah poderia atacar Baçaim¹¹³⁰ e, até, que pretendia erigir uma fortaleza entre Chaul e Baçaim¹¹³¹, D. Francisco deslocou-se a Baçaim, de onde regressou em Novembro de 1570 assim que houve confirmação que o ataque seria em Chaul¹¹³². As primeiras forças do general do exército de Ahmadnagar, o Faretção das fontes portuguesas, começaram a chegar a 15 de Dezembro.

¹¹²⁸ Tal sucedera na sequência das pressões que Murtaza Nizam Shah fazia de Chaul para Ali Adil Shah atacar em força. Aparentemente o sultão de Bijapur decidira-se ao ataque contra o parecer contrário do seu general, Noricão. Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. XXXII.

¹¹²⁹ Cf. EÇA, D. Duarte de, *Op. Cit.*, p. 19.

¹¹³⁰ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. X.

¹¹³¹ Cf. *Ibidem*, livro II, cap. XI.

¹¹³² Cf. *Ibidem*, livro II, cap. X.

Murtaza Nizam Shah só chegaria a 6 de Janeiro de 1571 tendo, antes, Mascarenhas conseguido debelar dois ataques gerais ordenados por Faratecão¹¹³³. Perante a falta de homens e de munições e com a chegada do sultão de Ahmadnagar foi decidido em conselho o envio de Frei Jerónimo Travaços a Goa¹¹³⁴. O exército de Murtaza Nizam Shah, composto de unidades de infantaria, cavalaria, elefantes e, sobretudo, de uma poderosíssima artilharia¹¹³⁵, não tardou a iniciar os bombardeamentos à praça¹¹³⁶. Perante tais bombardeamentos, D. Francisco Mascarenhas e Luís Freire de Andrade pouco mais poderiam fazer, enquanto não chegavam reforços de Goa, do que resistir através de rápidas saídas de surpresa e da defesa acérrima das casas fronteiras à cidade.

Tal como Ali Adil Shah fizera em Goa, também Murtaza Nizam Shah seleccionara cerca de 5000 cavaleiros para pilhar as imediações de Damão e Baçaim¹¹³⁷. Enquanto tal ocorria D. Francisco Mascarenhas foi forçado a controlar rigidamente todas as saídas para não perder homens e a planear a defesa de todas as casas, tendo de autorizar o abandono de algumas, como as de Nuno Velho Pereira¹¹³⁸. Foi então que começaram a chegar a Chaul alguns reforços de Baçaim, enviados pelo capitão Martim Afonso de Melo¹¹³⁹, e que D. Francisco, ainda em Janeiro de 1571, teve condições para concentrar a defesa no mosteiro de São Francisco, desde então fortemente bombardeado¹¹⁴⁰.

Com a chegada de Frei Jerónimo Travaços a Goa, o vice-rei ficou preocupado com as notícias de Chaul respeitantes à falta de defesas, homens e munições na cidade, bem como à impetuosidade com que Murtaza Nizam Shah atacava. Tal acontecia “porque sempre lho dauam maior [cuidado] às cousas de mais longe d'elle, sentindo muito as afrontas & perigos em que se não auia d'achar”¹¹⁴¹. Perante a grave situação que se vivia em Chaul, o vice-rei decidiu pedir parecer sobre como socorrer Chaul ao conselho de capitães e aos religiosos reunidos em Concílio Provincial. Mas, estes últimos

¹¹³³ Cf. *Ibidem*, livro II, cap. XI.

¹¹³⁴ Cf. *Ibidem*, livro II, cap. XII.

¹¹³⁵ D. Duarte de Eça afirma que as forças de Ahmadnagar durante o cerco de Chaul oscilaram entre os 70 e os 80 mil homens (Cf. EÇA, D. Duarte de, *Op. Cit.*, p. 19), número próximo dos 30 mil cavaleiros, 50 mil cavaleiros, diversos elefantes e artilharia apresentado numa relação anónima (Cf. DUP, vol. II, p. 103) mas ainda inferior aos 35 mil cavaleiros e 100 mil infantes, referenciados por António Castilho (Cf. CASTILHO, António de, *Op. Cit.*, livro II, p. 22), e aos 150 mil infantes, 60 mil elefantes, 400 elefantes e diversa artilharia, mencionados pelo Padre Salvador Cortês (Cf. Carta do Padre Salvador Cortês aos irmãos lusos e romanos, Cochim, 3.I.1572 – PUB. DI, vol. VIII, doc. 65).

¹¹³⁶ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. XII.

¹¹³⁷ Cf. *Ibidem*, livro II, cap. XIII.

¹¹³⁸ Cf. *Ibidem*, livro II, cap. XIII.

¹¹³⁹ Cf. *Ibidem*, livro II, cap. XV.

¹¹⁴⁰ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, vol. I, livro VI, cap. X.

¹¹⁴¹ Cf. *Ibidem*, livro II, cap. XVI, p. 392.

repetiram os pareceres de Setembro de 1570 que apontavam para o abandono da praça, tendo o arcebispo resignatário de Goa, D. Gaspar Leão Pereira, pressionado especialmente Ataíde para que abandonasse a praça em tais “termos que causaram no Visorey indignação pera lhe responder severamente”¹¹⁴².

A ameaça mais dura a D. Luís de Ataíde, todavia, veio através do inquisidor-geral, Aleixo Dias Falcão, o qual, mandatado pelo arcebispo D. Jorge Temudo e pelos religiosos reunidos em Concílio Provincial, lhe protestaram “de sobre elle somente carregarem todas as perdas & perjuizos que resultassem de não seguir hũ parecer vniuersal de todos os homens da India, de guerra & paz, que elle só fosse obrigado a dar a Sua Alteza conta de tudo isto”. O vice-rei, irado, terá respondido que não perguntara se deveria abandonar ou não Chaul mas, antes, como a deveria socorrer¹¹⁴³.

Enfrentando uma vez mais a oposição das autoridades eclesiásticas, D. Luís optou por planear a sua estratégia política. Combinou com o fidalgo Fernão de Sousa de Castelo Branco, seu amigo, o qual tinha assento no conselho de capitães, que nele discursaria propondo a manutenção de Chaul. Para justificar a escolha, Castelo Branco argumentou que o abandono significaria um descrédito para o Estado da Índia e o agravamento da situação pois todas as Praças do Norte ficariam cercadas¹¹⁴⁴, além de que D. Sebastião não aceitaria o abandono de uma praça como Chaul¹¹⁴⁵. Tendo obtido voto favorável no conselho de capitães, o vice-rei pôde enviar D. Duarte de Lima com reforços para Chaul, ainda em Janeiro de 1571¹¹⁴⁶, e escrever que temia mais aquele cerco do que o de Goa¹¹⁴⁷. Ainda assim, Ataíde tivera de prover a praça de artilharia secretamente¹¹⁴⁸.

Mas, tal como assinala Diogo do Couto, D. Luís usou “de seu artificio, porque como tinha em pensamento defender Chaul contra todos os pareceres que ouvese, quis ver o que em todos estavam pera assi ganhar mais honra com el rey, e mais fama com os homens”¹¹⁴⁹, motivo pelo qual guardou todos os pareceres escritos contrários à sua manutenção para depois os apresentar ao rei¹¹⁵⁰. Deste modo, é importante realçar que para o vice-rei a luta pela manutenção de Chaul não foi apenas militar mas

¹¹⁴² Cf. *Ibidem*, p. 394.

¹¹⁴³ Cf. *Ibidem*.

¹¹⁴⁴ Cf. *Ibidem*.

¹¹⁴⁵ Cf. CASTILHO, António de, *Op. Cit.*, livro I, p. 9.

¹¹⁴⁶ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. XVI.

¹¹⁴⁷ Cf. *Ibidem*, livro II, cap. XVII.

¹¹⁴⁸ Cf. *Ibidem*, livro II, cap. XVIII.

¹¹⁴⁹ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, vol. I, livro VII, cap. II, pp. 626-627.

¹¹⁵⁰ Cf. *Ibidem*, vol. I, livro VII, cap. III.

principalmente política. Talvez por isso, quando o próprio D. Francisco Mascarenhas recebeu propostas para abandonar a cidade, as tenha recusado¹¹⁵¹.

Entretanto, na cidade, os ataques às casas prosseguiram, embora Mascarenhas tivesse já rechaçado um ataque geral ao mosteiro de São Francisco, antes de chegarem os reforços de D. Duarte de Lima¹¹⁵². Com esses reforços, D. Francisco autorizou o abandono daquele mosteiro¹¹⁵³, rapidamente tomado pelos mouros embora com pesadas baixas¹¹⁵⁴, empenhando-se depois em coordenar diversas saídas bem-sucedidas¹¹⁵⁵ e enviando Rui Gonçalves da Câmara ao vice-rei para o informar e pedir socorros¹¹⁵⁶.

Em Fevereiro de 1571, aportou a Chaul a armada malabar que Murtaza Nizam Shah pedira que ali fosse ter para impedir os sitiados de receberem socorros por mar¹¹⁵⁷. Estando D. Luís informado da situação e ainda não liberto de perigos em Goa, enviou 100 homens e munições, através de Rui Gonçalves da Câmara¹¹⁵⁸. Porém, imediatamente a seguir ao fracassado ataque geral de Ali Adil Shah, contando já com os homens de D. Diogo de Meneses e Luís de Melo da Silva, aceitou o pedido de D. Jorge de Meneses, “O Baroque” para entrar na capitania de Chaul, enviando-o com diversos reforços em Março¹¹⁵⁹. Fizera-o por considerar a manutenção de Goa assegurada¹¹⁶⁰.

A Norte, a situação evoluía de feição com Leonel de Sousa, mandatado por D. Francisco Mascarenhas, a derrotar a esquadra malabar¹¹⁶¹, e Estêvão Perestrelo a colocar em debandada, no forte de Caranjá¹¹⁶², os cavaleiros que Murtaza Nizam Shah enviara para assolar Damão e Baçaim¹¹⁶³. Mas, permanecia o problema da ferocidade dos ataques de artilharia de Ahmadnagar, bem como as dificuldades em defender as casas, razão pela qual Mascarenhas acolheu de bom grado a invenção de Agostinho Nunes de entulhar as casas para minimizar os efeitos dos bombardeamentos¹¹⁶⁴. Aquela

¹¹⁵¹ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. XXXIII.

¹¹⁵² Cf. *Ibidem*, livro II, cap. XXIII; CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, vol. I, livro VI, cap. X.

¹¹⁵³ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. XXV; CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, vol. I, livro VII, cap. II.

¹¹⁵⁴ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, vol. I, livro VII, cap. II.

¹¹⁵⁵ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. XXVI.

¹¹⁵⁶ Cf. *Ibidem*; CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, vol. I, livro VII, cap. II.

¹¹⁵⁷ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. XVII; CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, vol. I, livro VI, cap. XI.

¹¹⁵⁸ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. XXVII.

¹¹⁵⁹ Cf. *Ibidem*, livro II, cap. XXVIII.

¹¹⁶⁰ Cf. *Ibidem*, livro II, cap. XXVIII.

¹¹⁶¹ Cf. *Ibidem*, livro II, cap. XXXIII.

¹¹⁶² Situado nas proximidades de Bombaim. Cf. *Glossário antroponímico...*

¹¹⁶³ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. XXXIII.

¹¹⁶⁴ Cf. *Ibidem*, livro II, cap. XXXV.

invenção em pleno cerco de Chaul, foi sem dúvida, o que “principalmente [permitiu] a salvação de Chaul”, como afirma António Pinto Pereira¹¹⁶⁵. A ideia de minar algumas casas que iam ser abandonadas para matar mais mouros foi também acolhida por D. Francisco, apesar de, em Fevereiro de 1571, ter vitimado 41 portugueses¹¹⁶⁶.

Entretanto, a armada malabar, derrotada por Leonel de Sousa, a pedido da rainha de Olala, rumou a Mangalor e saqueou aquela praça durante a noite sem que o rei de Banguel, aliado dos Portugueses, o pudesse impedir. A praça, temporariamente tomada, foi logo abandonada¹¹⁶⁷, e o vice-rei enviou ordens a D. Diogo de Meneses e a Matias de Albuquerque para capturarem aquela armada¹¹⁶⁸. Apesar de tal não ter acontecido, D. Diogo capturou um corsário de Calicute, Cotiale, que Ataíde não hesitou em mandar matar¹¹⁶⁹. Na realidade, quando em Janeiro de 1571, D. Luís reenviara D. Diogo para o Malabar, a sua intenção era impedir que o Samorim, tal como prometera no âmbito da Liga¹¹⁷⁰, tivesse condições de interferir na comunicação naval entre as fortalezas. Tal justifica que o vice-rei considerasse o Samorim como o seu mais temível inimigo¹¹⁷¹, facto que se tornaria evidente com o início do cerco de Chale, em Julho de 1571. Na realidade, se este conseguisse enfrentar no mar com sucesso as esquadras lusas, todo o sistema de abastecimento e socorro marítimo às praças ficaria colocado em causa.

III. 3. 5. Um saldo vitorioso

Uma vez mais foi a evolução do cerco de Goa que determinou o desfecho bem-sucedido dos cercos em 1571. Em Abril de 1571, após o mencionado fracassado ataque geral de Ali Adil Shah, e desejando o exército de Bijapur a paz, iniciaram-se formalmente as primeiras negociações. Desconhecem-se as condições propostas por Ali Adil Shah, apenas se sabendo que eram inaceitáveis, o que levou a que, num segundo contacto, o vice-rei tenha dito ao embaixador do sultão que preferia manter a guerra¹¹⁷².

Durante as referidas negociações a guerra esteve suspensa e D. Luís teve novamente ocasião de se informar acerca do que se passava no arraial inimigo. Tomando conhecimento das tensões entre Ali Adil Shah e Noricão, devidas à manutenção do

¹¹⁶⁵ Cf. *Ibidem*, p. 508. Também reconhecido por GOERTZ, R. O. W., “Attack...”, p. 282.

¹¹⁶⁶ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. XXXVI.

¹¹⁶⁷ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, livro VII, cap. I.

¹¹⁶⁸ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. XVII.

¹¹⁶⁹ Cf. *Ibidem*, cap. XVIII; *História dos Portugueses...*, cap. XII.

¹¹⁷⁰ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. XVII.

¹¹⁷¹ Cf. CASTILHO, António de, *Op. Cit.*, livro I, p. 4.

¹¹⁷² Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. XXXIII.

cerco, Ataíde escreveu a este último. Na missiva sugeria-lhe que matasse o sultão e casasse com uma filha de um pretendente ao trono de Bijapur, o Meale das fontes portuguesas¹¹⁷³, garantindo que o resgataria caso o plano falhasse¹¹⁷⁴. Tudo aponta para que Ali Adil Shah não tenha sabido de tal conjura uma vez que se encontrava sob pressão de Murtaza Nizam Shah para atacar com mais vigor. De novo vieram à tona as rivalidades entre os dois sultões e Ali Adil Shah terá ficado predisposto a aceitar a paz nas condições exigidas por D. Luís¹¹⁷⁵.

Tal disposição, porém, surgia não apenas num momento de paralisia do cerco. Registava-se também no período em que o vice-rei passara a ordenar cada vez mais ataques ao arraial inimigo. Como resposta, e sabedor do agravamento da situação em Chaul, Ali Adil Shah colocou em circulação o rumor de que a praça estaria prestes a cair, deixando Ataíde preocupado e temente da opção que tomara¹¹⁷⁶. No entanto, ao longo dos meses e, sobretudo, a partir do momento em que foi informado da assinatura das pazes em Chaul, em Julho de 1571, e dos cercos a Onor e Chale, aos quais urgia acudir, o vice-rei decidiu forçar o sultão de Bijapur a levantar o cerco. Para tal, contactou o irmão mais velho de Ramaraya, o Timarajo das fontes lusas, pedindo-lhe que atacasse Bijapur por terra, enquanto ele o faria por mar¹¹⁷⁷.

Conhecedor da situação e ciente dos contactos que o vice-rei detinha na sua corte¹¹⁷⁸, Ali Adil Shah decidiu abandonar o cerco de Goa, em Agosto de 1571, concentrando-se no ataque a um oficial rebelde na fortaleza de Adony¹¹⁷⁹. No seu rasto, deixava o sultão pesadas baixas¹¹⁸⁰, as ordens fracassadas do vice-rei de o assassinar¹¹⁸¹ e, ainda, as negociações de paz. Estas não chegaram a ser concluídas por Ataíde que, em processo de disputa pessoal com o orgulhoso sultão Ali Adil Shah, lhe exigiu condições mais

¹¹⁷³ Sobre esta importante figura veja-se o trabalho de SUBRAHMANYAM, Sanjay, “Notas sobre um rei congelado: o caso de Ali bin Yusuuf Adil Khan, chamado Maleação” in *Passar Fronteiras. II Colóquio Internacional sobre mediadores culturais, séculos XV-XVIII*, edição de Rui Loureiro e Serge Gruzinski, Lagos, Centro de Estudos Gil Eanes, 1999, pp. 265-290.

¹¹⁷⁴ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. XXXIII.

¹¹⁷⁵ Cf. *Ibidem*, livro II, cap. XLIII.

¹¹⁷⁶ Cf. *Ibidem*, livro II, cap. XLVI.

¹¹⁷⁷ Cf. *Ibidem*, livro II, cap. LIII; CASTILHO, António de, *Op. Cit.*, livro I, p. 15.

¹¹⁷⁸ Cf. *História dos Portugueses...*, cap. XII.

¹¹⁷⁹ Cf. *History of the Rise...*, vol. III, p. 134.

¹¹⁸⁰ 8000 infantes, 18 elefantes de guerra, 4000 cavaleiros e 6000 bois de carga. Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. LIII.

¹¹⁸¹ Cf. CASTILHO, António de, *Op. Cit.*, livro I, p. 16.

duras¹¹⁸². Este facto explica que a paz com o sultanato de Bijapur só tenha sido formalmente assinada em Dezembro de 1571, já com o vice-rei D. António de Noronha.

Era a Norte, contudo, que o vice-rei continuava a focar a sua atenção, temendo o que se passava em Chaul e nas restantes praças da região. Sensivelmente na mesma altura em que os combates em torno das casas se acentuavam com Murtaza Nizam Shah, em Março de 1571, a ordenar um ataque geral maciço às mesmas com o fito de entrar na cidade a cavalo¹¹⁸³, agravava-se a situação em Damão. Após a debandada dos homens a quem mandara assaltar Damão e Baçaim, o sultão de Ahmadnagar procurou convencer o rei de Sarcetas e alguns mogores estantes no sultanato guzerate a cercar Damão¹¹⁸⁴. Sabendo da embaixada que o sultão enviava àquele soberano para o convencer, o capitão de Damão, Álvaro Pires de Távora, antecipou-se enviando outra embaixada, convencendo aquele rei a não entrar na Liga. Para tal decisão daquele rei foi importante a ponderação das elevadas perdas que Ahmadnagar e Bijapur estavam a sofrer, assim como a evolução da própria guerra¹¹⁸⁵.

Abalado com a resposta negativa do rei de Sarcetas, Murtaza Nizam Shah ordenou novo ataque geral, contido a custo por D. Francisco Mascarenhas, e decidiu concentrar a sua atenção nas casas defendidas por D. Nuno Álvares Pereira e D. Gonçalo de Meneses, as quais controlavam a entrada na cidade¹¹⁸⁶, e, bem assim, na armada portuguesa estante no porto. Valeram então a D. Francisco os reforços recebidos de Damão, Diu e Goa, como também as saídas bem planeadas para sustentar o ímpeto dos ataques do exército de Ahmadnagar¹¹⁸⁷. Procurando ganhar tempo e causar o maior número de baixas possível ao inimigo, Mascarenhas adiou até ao limite o abandono das casas de D. Nuno Álvares Pereira, minando-as em Abril de 1571¹¹⁸⁸.

Apenas a chegada do novo capitão da praça, D. Jorge de Meneses, “O Baroque”, com 400 homens, os entulhos colocados em frente das casas, conjugados com novas saídas

¹¹⁸² Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. LIII.

¹¹⁸³ Cf. *Ibidem*, livro II, cap. XXXVIII; CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, livro VII, cap. V.

¹¹⁸⁴ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. XXXVIII; CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, livro VII, cap. V.

¹¹⁸⁵ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. XXXVIII; CASTILHO, António de, *Op. Cit.*, livro II, p. 32.

¹¹⁸⁶ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. XXXVIII; CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, livro VII, cap. VI.

¹¹⁸⁷ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. XL; CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, livro VII, caps. V-VI.

¹¹⁸⁸ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. XLI; CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, livro VII, cap. VII.

bem-sucedidas, permitiram a D. Francisco Mascarenhas aguentar a situação se bem que à custa do sacrifício de diversos fidalgos¹¹⁸⁹. Nesta fase, e em seu benefício, decorreram as primeiras tentativas falhadas de negociações de paz, em Chaul de Cima¹¹⁹⁰. Intuindo que após o abandono das casas de D. Nuno Álvares, o sultão ordenaria em força novo ataque geral, Mascarenhas concentrou-se na preparação das defesas. Viveu-se então o momento mais crítico do cerco de Chaul, como afirma por R. O. W. Goertz¹¹⁹¹.

Atacado por unidades de infantaria, cavalaria, elefantes e artilharia, D. Francisco Mascarenhas logrou o impensável¹¹⁹²: suster todas as surtidas inimigas até estancar com sucesso o grande ataque geral de 29 de Junho de 1571¹¹⁹³. Arriscando a sua vida para garantir que naquele último ataque o sultão de Ahmadnagar não levaria a melhor e contrariamente à atitude que o vice-rei teve em Goa com Ali Adil Shah, após o fim do ataque, Mascarenhas apressou-se a evidenciar a sua disponibilidade para assinar pazes. Começou, assim, por escrever a Murtaza Nizam Shah propondo-lhe o envio de médicos da sua parte, quando soube da intenção do sultão de Ahmadnagar de assinar a paz, e forçou um encontro com Faratecão, o qual há muito pugnava pela paz¹¹⁹⁴.

As pazes foram assinadas em finais de Julho de 1571, mas não sem que, antes, D. Francisco enviasse nova missiva a Murtaza Nizam Shah na qual manifestava a sua admiração pelo facto do sultão ter pensado que conseguiria derrotar os Portugueses que nunca antes tinham sido derrotados, propondo-lhe esquecer o que considerava ter sido um seu erro estratégico¹¹⁹⁵. Assim, o contrato de paz, assinado a 24 de Julho de 1571, por Pero da Silva Meneses e António de Teive, da parte de D. Francisco Mascarenhas, e por Faratecão e Assafacão, vedor da fazenda, da parte de Murtaza Nizam Shah¹¹⁹⁶, acabaria por ser plenamente favorável aos interesses do Estado da Índia.

Voltando a ficar acordado o princípio da amizade e inimizade em relação a amigos e inimigos de ambos os Estados, os Portugueses viram confirmada por Ahmadnagar a proibição de guarida a navios turcos ou malabares nos portos do sultanato, a manutenção de abastecimentos às fortalezas, a restituição de fazendas e terras apreendidas durante a guerra, o direito para julgar em Chaul os corsários e piratas

¹¹⁸⁹ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, caps. XLVII-XLVIII.

¹¹⁹⁰ Cf. *Ibidem*, livro II, cap. XLVIII.

¹¹⁹¹ Cf. GOERTZ, R. O. W., “Attack...”, p. 280.

¹¹⁹² Cf. *Ibidem*.

¹¹⁹³ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. LI.

¹¹⁹⁴ Cf. *Ibidem*, livro II, cap. LII.

¹¹⁹⁵ Cf. *Ibidem*.

¹¹⁹⁶ Cf. *Ibidem*; CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, livro VII, cap. IX.

malabares que se acolhiam nos portos de Ahmadnagar e ainda o estabelecimento de uma comissão que, durante quatro meses, avaliaria as perdas durante o cerco e proporia ao sultão a respectiva indemnização a pagar. Por seu lado, o Estado da Índia garantiu o direito a enviar um navio por ano a Malaca com o devido cartaz e, ainda, a manutenção do direito de comprar cavalos e outras mercadorias em Chaul, desde que pagando os respectivos direitos ao rei de Portugal. Gorada, porém, saiu a pretensão do vice-rei de exigir a concessão da alfândega de Chaul de Cima ao Estado, recusada pelo sultão¹¹⁹⁷.

A assinatura daquelas pazes não só libertava D. Luís para concentrar-se definitivamente no socorro às praças da costa do Canará, como, acima de tudo, assegurava-lhe que as Praças do Norte não mais seriam ameaçadas. A percepção que Ataíde teve, desde o início dos cercos, de que, como afirmou Luís Freire de Andrade em missiva a D. Sebastião, se “chaul se perdera se perdia a mor parte deste estado”¹¹⁹⁸, foi então plenamente reconhecida¹¹⁹⁹. Quanto a Murtaza Nizam Shah, a sua retirada terá ficado a dever-se não só às elevadas perdas que sofreu durante o cerco¹²⁰⁰, mas principalmente às rivalidades com Ali Adil Shah¹²⁰¹ e ao facto de também D. Francisco Mascarenhas ter conseguido infiltrar informadores na sua corte, a tal ponto de o sultão sentir necessidade de realizar uma remodelação governamental na sequência do cerco¹²⁰². Assim se explica que, do prisma islâmico, o fracasso de Murtaza Nizam Shah perante Chaul tenha sido mais condenado do que o de Ali Adil Shah em Goa¹²⁰³.

De facto, quando foi informado do fim da guerra em Chaul, D. Luís de Ataíde recebeu também as notícias do cerco de Onor, novamente protagonizado pela rainha de Garsopa, induzida por Ali Adil Shah, em Julho de 1571¹²⁰⁴. Porém, a notícia mais preocupante provinha de Chale onde o capitão de avançada idade, D. Jorge de Castro, a despeito das suas relações pessoais com o Samorim, não fora capaz de evitar o cerco da

¹¹⁹⁷ Argumentando que não cederia à Coroa Portuguesa património herdado do seu pai. Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. LII.

¹¹⁹⁸ Cf. Carta de Luís Freire de Andrade a D. Sebastião, Goa, 30.XI.1571 – PUB. GOERTZ, R.O.W, “Attack...”, p. 286.

¹¹⁹⁹ Razão pela qual a vitória em Chaul tendeu a ser considerada um milagre (Cf. CASTILHO, António de, *Op. Cit.*, livro II, p. 17; TRINDADE, Frei Paulo da, *Op. Cit.*, vol. II, cap. 46; Carta do Padre Salvador Cortês aos irmãos lusos e romanos, Cochim, 3.I.1572 – PUB. *DI*, vol. VIII, doc. 65).

¹²⁰⁰ Cerca de 12 mil homens. Cf. CASTILHO, António de, *Op. Cit.*, livro II, p. 32.

¹²⁰¹ Cf. *História dos Portugueses...*, cap. XII.

¹²⁰² Cf. *History of the Rise...*, vol. III, p. 254.

¹²⁰³ Sobretudo na crónica de Zinadím, escrita precisamente no contexto dos referidos cercos (THOMAZ, Luís Filipe, “A crise...”, p. 486), o qual considera que Ali Adil Shah dificilmente teria sucesso na conquista de Goa (*História dos Portugueses...*, cap. XII), razão pela qual, na retirada, mandara atacar Salsete e Chorão (EÇA, D. Duarte de, *Op. Cit.*, p. 20).

¹²⁰⁴ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. XLV; CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, livro VII, cap. X.

sua mal apetrechada praça. Valendo-se da monção e das dificuldades em fazer chegar socorros à isolada Chale, através de Cananor e Cochim¹²⁰⁵, e fortemente pressionado também por Ali Adil Shah¹²⁰⁶, o Samorim cercara a praça de surpresa, em Julho de 1571¹²⁰⁷. No entanto, o vice-rei só pôde enviar D. Diogo de Meneses e Matias de Albuquerque para socorrer primeiramente Onor e, depois, Chale, em Agosto de 1571¹²⁰⁸, isto é, quando forçou Ali Adil Shah a abandonar o cerco de Goa¹²⁰⁹.

Apesar de Meneses e Albuquerque terem rechaçado o cerco de Onor¹²¹⁰, tiveram dificuldades em socorrer Chale, necessitada de mantimentos. No entanto, quando em Setembro de 1571, após diversas peripécias, Meneses logrou introduzir mantimentos na fortaleza¹²¹¹, a hipótese de perda da praça parecia uma miragem. Na realidade, tratava-se de um problema adiado a pretexto da chegada a Goa do novo vice-rei, D. António de Noronha. Em novo gesto voluntarista, D. Luís ofereceu-se a Noronha como seu soldado¹²¹², merecendo uma recepção fria da parte do seu sucessor, mandatado por D. Sebastião para encetar a divisão do governo de Malaca.

Para o saldo vitorioso que se obtivera no momento da passagem de testemunho ao novo vice-rei contribuía ainda, de forma definitiva, a postura vice-real de desvalorização da ameaça otomana. Por estar sempre bem informado de tudo, será assaz plausível que D. Luís tenha sabido que, em 1571, Ali Adil Shah e Murtaza Nizam Shah tinham enviado dinheiro ao sultão otomano Selim II para que este construísse e enviasse a sua armada do Mar Vermelho ao Índico¹²¹³. Contudo, o vice-rei também deverá ter sido informado, através da armada que enviara ao Golfo Pérsico, das rebeliões, na Arábia e no Iémen, que tinham marcado a morte de Solimão, como fora evidente em Adém em 1569, e, em especial, que quando a referida esquadra abandonou o Suez, em Maio de 1571, foi ainda entretida no próprio Mar Vermelho¹²¹⁴. Assim quando se encontrava em condições efectivas de partir para a Índia, a esquadra recebeu ordem de regresso, devido à necessidade de reconstruir a armada otomana na sequência da

¹²⁰⁵ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. XLV; CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, livro VII, cap. XI.

¹²⁰⁶ Cf. *História dos Portugueses...*, cap. XII.

¹²⁰⁷ Cf. *Ibidem*, cap. XIII.

¹²⁰⁸ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, livro VII, cap. XII.

¹²⁰⁹ Embora antes disso suceder, já tivesse combinado previamente com D. Diogo de Meneses o socorro de Chale. Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. LIII.

¹²¹⁰ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, livro VII, cap. XII.

¹²¹¹ Cf. *Ibidem*, cap. XIII.

¹²¹² Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. LIII.

¹²¹³ Cf. MONTEIRO, Saturnino, *Op. Cit.*, vol. III, p. 331.

¹²¹⁴ Cf. MALEKANDATHIL, Pius, *Op. Cit.*, p. 178.

Batalha de Lepanto¹²¹⁵. Desta forma, aquela batalha que tão poucas consequências duradouras veio a ter no âmbito europeu, acabou por permitir a D. Luís de Ataíde desvalorizar a ameaça otomana e concentrar-se na defesa do Índico, como afirma Fernand Braudel¹²¹⁶. Mesmo assim, Ataíde tinha-se precavido, pois, durante o cerco de Goa mandara varar diversas naus para serem lançadas ao mar caso a esquadra otomana chegasse a dirigir-se ao subcontinente indiano¹²¹⁷.

Mais do que a desvalorização da ameaça otomana, aspecto característico da crise político-militar de 1565-75, o saldo vitorioso que Ataíde apresentava devia-se eminentemente à sua capacidade de gestão do binómio fortaleza/armada¹²¹⁸, à política de policiamento naval que herdara e prosseguira e, muito em particular, à colaboração de diversos privados¹²¹⁹. Por outro lado, D. Luís não deixou de estar ciente de que para o sucesso da sua política de socorros, assente na mobilidade naval, concorreram também as fortificações a Norte e em Goa, realizadas pelo seu antecessor. Este reconhecimento é claro quando, Ataíde referindo-se às fortificações que este realizara em Goa, afirmou “que o não fez D. Antão, se não Santo Antão”¹²²⁰.

Ainda em Goa, é possível que o vice-rei se tenha valido da anterior experiência do seu já então cunhado, Francisco Barreto. Este durante o seu governo da Índia, em 1557, tivera de construir um sistema defensivo bastante semelhante ao empregue por D. Luís em 1571, para fazer frente aos capitães de Bijapur que então cercavam a cidade. O paralelo, sobretudo visível na defesa das estâncias da Ilha de Goa ou na presença da armada no Mandovi, foi, então diferenciado pela intensidade, rigidez e amplitude que D. Luís de Ataíde comparativamente utilizou. Devido à meticulosa estratégia defensiva planeada explica-se que apenas com um contingente de 2500 homens de armas¹²²¹, Ataíde tenha conseguido fazer face aos cinco cercos de 1570-71.

Sob um outro prisma, em Setembro de 1571, o saldo vitorioso não teria sido possível sem outros dois aspectos fundamentais: a opção político-militar do vice-rei pela

¹²¹⁵ Cf. *Ibidem*.

¹²¹⁶ Cf. BRAUDEL, Fernand, *Op. Cit.*, vol. I, p. 605.

¹²¹⁷ Cf. MONTEIRO, Saturnino, *Op. Cit.*, vol. III, p. 334.

¹²¹⁸ Cf. RODRIGUES, Vítor, *Op. Cit.*, vol. II, p. 294.

¹²¹⁹ Cf. *Ibidem*, vol. II, pp. 296-298 que salienta o papel dos privados para os elevados quantitativos da armada reunida pelo vice-rei durante o cerco. Estes permitiram, segundo Saturnino Monteiro, que a armada então reunida fosse a maior do mundo do seu tempo (MONTEIRO, Saturnino, vol. III, p. 328).

¹²²⁰ Cf. SANTOS, Frei Manoel dos, *Op. Cit.*, livro I, cap. V, p. 33. RODRIGUES, Vítor, *Da Goa de Albuquerque à Goa Seiscentista: aspectos da organização militar da capital do “Estado da Índia”*, separata da Revista Militar, Lisboa, Ministério da Ciência e Tecnologia/IICT, 2001, pp. 23-24.

¹²²¹ Cf. RODRIGUES, Vítor, *A evolução da arte...*, vol. II, p. 294.

manutenção de Chaul e o seu bom relacionamento com a fidalguia. No que toca a Chaul importa desde já salientar que à escolha política pela sua manutenção correspondeu, da parte de D. Luís de Ataíde, também o mérito de nomear um homem experiente da guerra, D. Francisco Mascarenhas, em quem o vice-rei pôde delegar responsabilidades, razão pela qual Ataíde não se coíbiu de agravar Luís Freire de Andrade durante boa parte do cerco¹²²². Deste ponto de vista, o sucesso de Mascarenhas na defesa de Chaul deverá ainda ser entendido como uma escolha acertada do próprio vice-rei naquela que foi já considerada “one of the most grueling experiences the Portuguese went in India”¹²²³, esquecida pela posterior anexação mogol do sultanato de Ahmadnagar¹²²⁴.

Como já foi salientado anteriormente, Ataíde logrou afirmar-se tão bem enquanto líder de homens assim como um soldado entre os seus, aspecto verdadeiramente fundamental na hora de utilizar o seu carisma pessoal na mobilização da fidalguia para impedir que o sultão de Bijapur conseguisse transformar o cerco em mais do que uma guerra de posição. Além deste facto, em ambos os cercos o vice-rei implementou uma meticulosa política de socorros e abastecimentos e, simultaneamente, manipulava todas as informações que recebia dos exércitos e cortes inimigas.

Evidenciando no seu governo muito do que aprendera em Muhlberg, em 1547, D. Luís pôde aproveitar a superioridade numérica do inimigo, para minar a sua capacidade de resistência a ataques cirúrgicos o que, aliado à superioridade de armamento e de treino dos Portugueses¹²²⁵, permitiu um desfecho militar bem-sucedido. O vice-rei valeu-se ainda do facto de, tanto em Goa, como em Chaul, devido a factores geográficos, no primeiro caso, a existência de um rio que urgia atravessar, e no segundo, a dificuldade em atacar pelo norte, Ali Adil Shah e Murtaza Nizam Shah não terem podido usar as suas melhores unidades de guerra e não disporem de grande mobilidade¹²²⁶. Além disso, ao procurar várias vezes pilhar abastecimentos e víveres ao inimigo, o vice-rei mostrou estar consciente daquele que foi um dos maiores desafios enfrentados por Ali Adil Shah e Murtaza Nizam Shah em ambos os cercos: o

¹²²² A problemática fora suscitada durante os cercos devido às precedências nos ataques ao inimigo. Apesar de Diogo do Couto manifestar maior simpatia por Luís Freire de Andrade (Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, vol. II, p. 829), pretendendo realçar a sua acção no cerco de Chaul, a verdade é que foi a favor de D. Francisco Mascarenhas que o vice-rei se inclinou (Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. XLIII).

¹²²³ Cf. GOERTZ, R. O. W., “Attack...”, p. 280.

¹²²⁴ Cf. *Ibidem*, p. 284.

¹²²⁵ Cf. RODRIGUES, Vítor, *Op. Cit.*, vol. II, pp. 299-301; GOERTZ, R. O. W., “Attack...”, p. 280.

¹²²⁶ Cf. GOERTZ, R. O. W., “Attack...”, p. 282.

aprovisionamento. Como abastecer um exército tão grande, estando tão afastado dos pontos de abastecimento e tendo de ultrapassar as montanhas dos Gates Ocidentais? Há mesmo quem considere que o fim dos cercos não é dissociável deste aspecto¹²²⁷.

A vitória militar do vice-rei, contudo, não deverá obscurecer outros aspectos do seu governo onde é possível identificar insucessos, que também devem ser referidos em prol de uma melhor avaliação da situação quando D. Luís de Ataíde abandonou o cargo. Na área política caberá relemburar que a política vice-real de concentração na resolução dos problemas do subcontinente indiano e de socorro a Malaca teve como consequência o sacrifício de outras regiões do Estado da Índia. É esse o caso de Ceilão onde os ataques do soberano de Sitawaka, Mayadunne (r. 1520-1581), ao reino de Kotte, aliado dos Portugueses, durante o governo de Ataíde, ficaram sem resposta¹²²⁸. Tais ofensivas justificariam, aliás, a posterior carta do soberano Dharmapala (r. 1552-1580) ao Papa Gregório XIII, em 1574, na qual pedia que intercedesse junto do rei de Portugal para que fosse realizada uma expedição à ilha para castigar Mayadunne e recuperar a região do abandono dos Portugueses¹²²⁹. Num mesmo plano encontra-se o Malabar, o qual, apesar das várias armadas enviadas pelo vice-rei à região, não deixou de prosseguir na senda de declínio político-económico a que já vinha assistindo. O que há de novo neste ponto é o facto de a perda de Chale, como mencionado, apesar de ocorrer no governo do vice-rei D. António de Noronha, não poder ser dissociada da política de D. Luís para a região. Tendo em conta o socorro tardio a Chale e, sobretudo, os motivos já apontados para as conquistas de Onor e de Barcelor e o empenho do vice-rei naqueles anos na defesa das praças da costa do Canará, poderá afirmar-se que durante o governo de Ataíde também o Malabar foi um dos sacrificados pela política do vice-rei¹²³⁰.

A região, porém, que parece ter sido mais sacrificada pela política vice-real, mesmo considerando que raramente detinha um papel relevante na agenda dos vice-reis, foi as Molucas. Caberá aqui relemburar que o governo de D. Luís de Ataíde correspondeu ao momento do assassinato do sultão Hairun de Ternate, em 1570¹²³¹, o qual iniciou o

¹²²⁷ Cf. MONTEIRO, Saturnino, *Op. Cit.*, vol. III, p. 343.

¹²²⁸ Cf. EÇA, D. Duarte de, *Op. Cit.*, p. 19.

¹²²⁹ Cf. BIEDERMANN, Zoltán, *Op. Cit.*, pp. 371-372.

¹²³⁰ Cf. CORREIA, José Manuel, *Op. Cit.*, p. 40 que menciona os efeitos nocivos no Malabar da política de centralização de receitas em Goa, seguida por Ataíde.

¹²³¹ Sobre a política expansionista deste sultão veja-se LOBATO, Manuel, *Op. Cit.*, pp. 115 e seguintes. Já para as suas implicações nas dinâmicas da missão na região das Molucas consulte-se MARTINS, Maria Odete Soares, *A Missão nas Molucas no século XVI. Contributo para o estudo da acção dos Jesuítas no Oriente*, Lisboa, CHAM, 2002, p. 158 e seguintes. Quanto ao processo político que originou o assassinato do sultão vejam-se os nossos considerandos sobre a capitania de D. Duarte de Eça (1556-

processo que culminaria na expulsão dos Portugueses daquela praça, em 1575. Apesar de, como referido, o vice-rei ter enviado socorros para o capitão Gonçalo Pereira, “O Marramaque”¹²³², despachado para a região pelo vice-rei D. Antão para apurar o que se passava na sempre distante fortaleza de Ternate e proteger os cristãos de Amboíno, não existe referência a ordens do vice-rei remetidas à região. Pelo contrário, tudo aponta para que D. Luís tenha sido informado tardiamente¹²³³ do que ali passava e que, quando tal sucedeu, não terá enviado os socorros considerados necessários, facto patente na grave acusação de que não teria prestado auxílios a Gonçalo Pereira por ódio pessoal ao fidalgo¹²³⁴. Ora, tendo presente que Ataíde durante os cercos disponibilizara socorros e armadas para outras regiões, caberá questionar em que medida a ausência de socorro às Molucas não traduziria igualmente uma menorização da região na sua política. Neste aspecto escasseiam dados¹²³⁵ para uma resposta mais conclusiva, se bem que neste caso, como no de Chale, seja importante realçar as implicações posteriores da sua política.

Por último, outra área de insucesso de D. Luís de Ataíde registou-se na reforma das ordenanças que, como se viu, constituiu um dos motivos que levava à sua nomeação. Ora, o vice-rei não logrou instaurá-las por completo. Apesar de episodicamente, em baptismos de novos convertidos do ano de 1569, surgir a referência a que Ataíde compareceu com ordenanças e fidalguia¹²³⁶, é mais interessante notar como, apesar da falta de oficiais de ordenanças e de dinheiro para pagar as próprias ordenanças¹²³⁷, o vice-rei não hesitou em treinar a fidalguia e cristãos da terra segundo aqueles moldes. Para tal apontam as ordenanças mestiças e cristianizadas que criou em Goa durante o

1559) em VILA-SANTA, Nuno, “A trajectória...”, pp. 8 e seguintes e para a fase posterior CRUZ, Maria Augusta Lima, “O assassinio do rei de Maluco. Reabertura de um processo” in *As Relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente. Actas do VI Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, edição de Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz, Lisboa/Macau, CNCDP/Fundação Oriente, 1993, pp. 511-529.

¹²³² Sobre a figura veja-se: CRUZ, Maria Augusta Lima, “A viagem de Gonçalo Pereira Marramaque do Minho às Molucas ou os itinerários da fidalguia portuguesa no Oriente” in *Stvdia*, nº 49, Lisboa, 1989, pp. 315-340.

¹²³³ Em inícios de 1570 nada se sabia na Índia sobre o que se passava em Ternate (Cf. Carta do Padre Manuel Teixeira ao Padre Francisco de Borja, Cochim, 15.I.1570 – PUB. *DM*, vol. I, doc. 174), o que não implica que na região não fosse esperado o socorro do vice-rei (Carta do Padre Jerónimo de Olmedo aos irmãos de Goa, Amboíno, 12.V.1571 – PUB. *DM*, vol. I, doc. 184).

¹²³⁴ Cf. *DHMPPPO (Insulíndia)*, vol. IV, p. 237; *DM*, vol. I, p. 689.

¹²³⁵ Apesar de descrever detalhadamente os acontecimentos das Molucas (Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro I, caps. XXIII-XXXII), Pinto Pereira nunca esclarece se o vice-rei enviou ou não reforços antes de Janeiro de 1571 quando, como mencionado, despachou navios para a região e para o Monomotapa. O mesmo se regista com Diogo do Couto que nada refere nesta área.

¹²³⁶ Cf. Carta do Padre Sebastião Fernandes ao Padre Francisco de Borja, Goa, XI.1569 – PUB. *DI*, vol. VIII, doc. 12. Já em 1570, o vice-rei faltara a um baptismo solene para treinar militarmente a fidalguia (Cf. Carta do Padre Eduardo Leitão aos irmãos lusos, Goa, 16.XI.1570 – PUB. *DI*, vol. VIII, doc. 47).

¹²³⁷ Cf. RODRIGUES, Vítor, *Op. Cit.*, vol. II, p. 311.

cercos¹²³⁸, mas também as referências ao treino militar em Cochim segundo aquele modelo, às ordens de D. Diogo de Meneses¹²³⁹. Neste campo não será de descartar a possibilidade de o próprio vice-rei, impedido pela realidade local¹²⁴⁰, pela falta de meios¹²⁴¹, e apesar do seu tímido impulso regenerador na matéria¹²⁴², visível em Ormuz¹²⁴³, ter tentado criar um sistema híbrido, incompleto e paralelo ao antigo. Por essa razão, já no período filipino, a sua acção neste âmbito foi recordada: “o que ele usou alguns dias, porque as cousas boas nunca se vai com elas ao cabo”¹²⁴⁴.

III. 3.6. Outras dinâmicas de governo

A fim de melhor avaliar a governação de Ataíde, em particular, no contexto da crise político-militar de 1565-75, importa focar a relação do vice-rei com as autoridades eclesiásticas, a temática financeira e as reformas a ela associadas pelo rei, bem como a legislação, a corte vice-real e a fidalguia, a divisão do governo do Estado da Índia no Monomotapa, em 1569, e ainda a discussão da capitalidade e dos diferentes projectos de territorialização.

O estudo da relação com os religiosos é da maior importância pois, como é sabido, esta foi plena de consequências, sobretudo durante o reinado de D. Sebastião durante o qual às autoridades eclesiásticas foi conferido um forte poder de interferência na esfera da acção política do Estado da Índia¹²⁴⁵. Como já foi assinalado, D. Luís de Ataíde enfrentou pareceres contrários dos religiosos quer relativamente à conquista de Barcelor, quer à manutenção de Chaul, havendo, por isso, que historiar a evolução dessa relação na qual qualquer vice-rei da Índia da segunda metade de Quinhentos arriscava sempre um pouco da sua reputação e do seu destino pessoal junto da Coroa.

¹²³⁸ Cf. *Ibidem*, vol. II, p. 310.

¹²³⁹ O Padre Jerónimo Rodrigues refere-se a tais exercícios a mando de Meneses nos seguintes termos: fizeram “os soldados hum domingo sua soíça, ao outro domingo fizeram os casados e moradores a sua”, sendo seguidos dos cristãos da terra (Cf. Carta do Padre Jerónimo Rodrigues aos irmãos lusos, Cochim, 15/18.I.1570 – PUB. *DI*, vol. VIII, doc. 38, pp. 229-230). Existe ainda notícia da recepção em Cochim de um capitão português por parte de uma “suiça de meninos” (Cf. Carta do Padre Salvador Cortês aos irmãos lusos, Cochim, 2.I.1571 – PUB. *DI*, vol. VIII, doc. 50, p. 362).

¹²⁴⁰ Cf. MAGALHÃES, Joaquim Romero, “No Oriente” in *História de Portugal. No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, vol. III, direcção de José Mattoso e coordenação de Joaquim Romero de Magalhães, s.d., Círculo de Leitores, 1993, p. 111.

¹²⁴¹ Cf. RODRIGUES, Vítor, *Op. Cit.*, vol. II, p. 311.

¹²⁴² Cf. *Ibidem*, vol. II, p. 315.

¹²⁴³ Cf. *Ibidem*, vol. II, p. 313.

¹²⁴⁴ Cf. COUTO, Diogo do, *O Soldado Prático*, edição de Rodrigues Lapa, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1980, p. 95.

¹²⁴⁵ Cf. VILA-SANTA, Nuno, “A Coroa e o Estado da Índia...”, pp. 29-30.

Ainda antes de chegar a Goa, e provavelmente devido ao seu parentesco próximo com o Padre Luís Gonçalves da Câmara e com Martim Gonçalves da Câmara, era anotada a proximidade de Ataíde aos jesuítas pois “nos faz muito mais do que delle queremos e hé necessario”¹²⁴⁶. A postura colaborante de D. Luís não se alterou quando chegou a Goa, embora as ocupações de guerra nem sempre lhe permitissem conceder aos religiosos a necessária atenção¹²⁴⁷. Contudo, a proximidade do vice-rei ao visitador jesuíta Gonçalo Álvares manteve-se, tal como elucidam alguns baptismos do ano de 1569¹²⁴⁸. Porém, por essa altura o vice-rei já fora constrangido a degredar para o banco de galé um gentio que afirmava que D. Luís, contrariamente a anteriores vice-reis, era mais favorável aos interesses das populações locais¹²⁴⁹. Antes de partir na expedição de conquista de Onor e Barcelor, Ataíde fora forçado a adiar os socorros ao patriarca da Etiópia¹²⁵⁰, embora lhe fosse reconhecido que procurava ajudar a missão¹²⁵¹. Alguns consideravam até que, para o bom sucesso desta, era fundamental não apenas a aliança entre o inquisidor e o arcebispo mas também a colaboração e cumplicidade que então se registava com o vice-rei da Índia¹²⁵².

Evidenciando novamente apoio ao arcebispo D. Jorge Temudo, a quem entregou o governo durante a sua ausência na costa do Canará¹²⁵³, D. Luís de Ataíde bloqueara o arcebispo de São Tomé, Mar Abraham, em Goa¹²⁵⁴. No entanto, antes mesmo de enfrentar o parecer contrário do inquisidor Aleixo Dias Falcão relativamente a Barcelor, o vice-rei não apoiara tão entusiasticamente como os seus antecessores a missão no Cabo Camorim, apresentando os seus motivos em missiva ao Padre Leão Henriques¹²⁵⁵. Sem que se saiba exactamente como decorreu o processo de chegada

¹²⁴⁶ Cf. Carta do Padre Manuel Lopes ao Padre Francisco de Borja, Guiné, 2.V.1568 – PUB. *DI*, vol. VII, doc. 109, p. 511.

¹²⁴⁷ Cf. Carta do Padre Gonçalo Álvares ao Padre Francisco de Borja, Goa, 24.XII.1568 – PUB. *DI*, vol. VII, doc. 118.

¹²⁴⁸ Cf. Carta do Padre Sebastião Fernandes ao Padre Francisco de Borja, Goa, XI.1569 – PUB. *DI*, vol. VIII, doc. 12.

¹²⁴⁹ Cf. Carta do Padre Sebastião Fernandes ao Padre Francisco de Borja, Goa, XI. 1569 – PUB. *Ibidem*.

¹²⁵⁰ Cf. Carta do Padre Gonçalo Álvares ao Padre Jaime de Mirón, Goa, 6.XII.1569 – PUB. *DI*, vol. VIII, doc. 20; Carta do Padre Belchior Nunes Barreto ao Padre Francisco de Borja, Goa, 6.XII.1569 – PUB. *Ibidem*, doc. 22; Carta do Padre Belchior Nunes Barreto ao Padre Jaime de Mirón, Goa, 15.XII.1569 – PUB. *Ibidem*, doc. 25.

¹²⁵¹ Cf. Carta do Padre Sebastião Fernandes ao Padre Francisco de Borja, Goa, XI.1569 – PUB. *DI*, vol. VIII, doc. 12.

¹²⁵² Cf. Carta do Padre Sebastião Fernandes ao Padre Francisco de Borja, Goa, XI.1569 – PUB. *Ibidem*.

¹²⁵³ Cf. Alvará do vice-rei D. Luís de Ataíde, Goa, 29.X.1569 – PUB. *APO*, fascículo 5, parte 2, doc. 667.

¹²⁵⁴ Cf. Carta do Padre Belchior Nunes Barreto ao Padre Francisco de Borja, Goa, 6.XII.1569 – PUB. *DI*, vol. VIII, doc. 22.

¹²⁵⁵ Cf. Carta do Padre Luís Gonçalves da Câmara ao Padre Francisco de Borja, Sintra, 5.VIII.1570 – PUB. *Ibidem*, doc. 42.

daquela notícia à corte, em inícios de 1570, o Padre Luís Gonçalves da Câmara escrevia ao geral da Companhia em Roma, Padre Francisco de Borja, que ficara admirado da atitude do vice-rei ao recusar-se a prestar apoio aos missionários uma vez que, antes de partir, D. Sebastião o instruíra de que era fundamental para o sucesso missionário o apoio do rei e do vice-rei. Antes de zarpar de Lisboa o monarca dissera “Dom Luis, christandade na India e o mesmo Dom Luis mo contava muytas vezes”¹²⁵⁶, o que levava o mestre e confessor do rei a tentar encaminhar o assunto de maneira a que D. Sebastião não se incompatibilizasse com Ataíde, mas também por forma que o seu primo mudasse de atitude. Assim, diligenciara junto do rei para que o vice-rei alterasse a sua postura.

Como se viu, e apesar da primitiva reunião do II Concílio Provincial de Goa, pedido pelo Padre Francisco de Borja, não ter terminado devido ao falecimento do arcebispo dominicano D. Jorge Temudo durante o cerco de Goa¹²⁵⁷, e deste ter saído a já citada reprimenda ao vice-rei sobre a manutenção de Chaul, a memória que D. Luís deixaria na Índia relativamente aos jesuítas não foi a melhor. Houve mesmo quem considerasse que Ataíde “empenhou toda a sua potencia em destruir a Companhia, por suspeitar que os nossos dictames erão poucos favoraveis a seus intentos”¹²⁵⁸. Na realidade, o que parece ter estado em causa prendeu-se com a consciência do vice-rei dos poderes e missão, essencialmente militar, com que fora nomeado serem incompatíveis com a intromissão das autoridades eclesiásticas na esfera política. Prevalendo-se aqui do seu elevado estatuto social e, em especial, das suas relações clientelares, D. Luís de Ataíde foi então o primeiro vice-rei da Índia do reinado sebástico a não temer ir contra os pareceres daquelas autoridades, arriscando, por isso, críticas à sua pessoa e ao seu governo.

Na verdade, tal como já antes sucedera no Reino, o vice-rei mostrava uma clara preferência pelos franciscanos, sendo conhecida a sua ligação a Frei Honório, do convento franciscano de Goa, com quem se encontrava regularmente¹²⁵⁹. Esta ligação levá-lo-ia a mandar ser enterrado com o hábito franciscano¹²⁶⁰. Porém, considerando as ordens que recebera, em 1568, de D. Sebastião, a própria missiva régia de 1569 que voltava a insistir nas conversões¹²⁶¹, bem como as confirmações pelo *Desejado* de todas

¹²⁵⁶ Cf. Carta do Padre Luís Gonçalves da Câmara ao Padre Francisco de Borja, Sintra, 5.VIII.1570 – PUB. *Ibidem*, doc. 42, p. 297

¹²⁵⁷ Cf. SOUSA, Padre Francisco de, *Op. Cit.*, Conquista I, Divisão I, pp. 847 e 859.

¹²⁵⁸ Cf. *Ibidem*, Conquista I, Divisão I, pp. 870-871.

¹²⁵⁹ Cf. TRINDADE, Frei Paulo da, *Op. Cit.*, vol. I, cap. 25.

¹²⁶⁰ Cf. *Ibidem*, vol. I, cap. 71.

¹²⁶¹ Cf. Carta de D. Sebastião a D. Luís de Ataíde, s.l., 1569 – PUB. SANTOS, Frei Manoel dos, *Op. Cit.*, livro II, cap. II, pp. 125-126.

as provisões de doação dos pagodes de Goa aos jesuítas¹²⁶² e de todos os decretos do I Concílio Provincial de Goa¹²⁶³, a D. Luís não restava espaço de manobra para avançar mais na sua estratégia de afastamento dos religiosos da política. Face a estas circunstâncias justifica-se que tenha patrocinado menos as dinâmicas da missionação.

No capítulo financeiro foi já referida a política de Ataíde de prosseguir no corte de despesas, herdada de anteriores administrações vice-reais, e, sobretudo, no recurso a novas fontes de receita para financiamento dos gastos e guerras do Estado. Entre estas cabe especial destaque o designado “um por cento das fortificações” que o vice-rei passou a aplicar a partir de 1569¹²⁶⁴. Tratava-se de um imposto extraordinário de 1% sobre todas as mercadorias que circulavam na alfândega de Goa, autorizado pela Câmara de Goa, cujo papel nos empréstimos em situações de aperto é conhecido¹²⁶⁵, e avalizado por D. Sebastião já em 1571¹²⁶⁶. Além de visar centralizar em Goa receitas de diversas praças¹²⁶⁷ e de executar dívidas de devedores ao Estado¹²⁶⁸, D. Luís empenhou-se em cumprir, como D. Sebastião prometera em carta à Câmara de Goa em 1569¹²⁶⁹, o pagamento faseado dos diversos empréstimos que o seu antecessor contraíra.

Desta forma, no término do seu governo, e sobretudo fruto da medida extraordinária do “um por cento das fortificações”, o vice-rei lograra financiar todos os gastos. Compreende-se, assim, a sua postura de recusa, durante os cercos, da prata das Igrejas, do dinheiro dos órfãos, dos cabedais e de diversos empréstimos¹²⁷⁰. A política financeira seguida por Ataíde, permitiu que legasse ao seu sucessor 330¹²⁷¹ ou 400¹²⁷² mil pardaus. O superavit financeiro, também presente no orçamento do Estado da Índia de 1571¹²⁷³, mandado realizar já pelo vice-rei D. António de Noronha¹²⁷⁴, permitira

¹²⁶² Cf. Provisão de D. Sebastião, Almeirim, 23.III.1569 – PUB. *APO*, fascículo 5, parte 2, doc. 670.

¹²⁶³ Cf. Provisão de D. Sebastião, Almeirim, 22.III.1569 – PUB. *APO*, fascículo 5, parte 2, doc. 671.

¹²⁶⁴ Cf. MIRANDA, Susana Munch, *Op. Cit.*, p. 61.

¹²⁶⁵ Cf. *Ibidem*, pp. 261-262; DISNEY, Anthony, *A History...*, vol. II, p. 164; RODRIGUES, Vítor, “O município de Goa, peça fundamental para a afirmação e sobrevivência do Estado da Índia (1610-1625)” in *O Reino, as Ilhas e o Mar Oceano. Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos*, Lisboa, CHAM, 2007, pp. 669-684.

¹²⁶⁶ Cf. Carta de D. Sebastião à Câmara de Goa, Lisboa, 27.II.1571 – PUB. *APO*, fascículo 1, parte 1, doc. 46.

¹²⁶⁷ Cf. CORREIA, José Manuel, *Op. Cit.*, p. 40.

¹²⁶⁸ Cf. Provisão do vice-rei D. Luís de Ataíde, Goa, 10.VI.1569 – PUB. *APO*, fascículo 5, parte 2, doc. 672.

¹²⁶⁹ Cf. Carta de D. Sebastião à Câmara de Goa, Almeirim, 16.III.1569 – PUB. *APO*, fascículo 1, parte 1, doc. 43.

¹²⁷⁰ Cf. SANTOS, Frei Manoel dos, *Op. Cit.*, livro II, cap. XVI.

¹²⁷¹ Cf. *Ibidem*.

¹²⁷² Cf. BNP, códice 11410, fl. 127v. A fonte em causa detalha os gastos de cada vice-reinado desde D. Constantino de Bragança.

¹²⁷³ Cf. MATOS, Artur Teodoro, *O orçamento...*, p. 19.

também a D. Luís, apesar dos avultados gastos com os socorros a Onor, Ceilão e Malaca¹²⁷⁵, segundo é referido, ordenar uma expedição à ilha do ouro¹²⁷⁶. Todavia, para o carregamento de pimenta, em finais de 1568, Ataíde mandara cunhar moeda de ouro e prata para o poder efectivar¹²⁷⁷ dadas as dívidas que herdara de D. Antão de Noronha.

Ainda na área das reformas cumpre salientar que se desconhece o modo como o vice-rei aplicou, durante os anos de 1570-71, o regimento sobre o comércio do Oriente, através do qual D. Sebastião permitia formalmente a abertura do comércio da pimenta, e outros, a privados. Tratava-se de uma modernização do sistema semelhante à que o monarca pretendia instaurar na área militar com a reforma das ordenanças. Após a lenta tendência de liberalização joanina¹²⁷⁸, o *Desejado* adoptara aquela decisão na perspectiva de impor o Estado soberano contra o anterior Estado mercantil¹²⁷⁹, enquanto forma de propiciar a melhoria da situação económica geral do Reino¹²⁸⁰, e procurando dar sequência às reformas iniciadas pelo regente D. Henrique. A atitude da Coroa de adoptar uma postura de colecta de taxas, evidente no espírito daquele regimento, teve paralelo na política financeira centralizadora que Ataíde adoptou durante o seu governo.

O vice-rei procurou ainda dar seguimento ao ímpeto reformista, que D. Sebastião lhe pedira, através de um forte impulso legislativo. Nesta área destaca-se o alvará vice-real para cumprir todas as provisões não registadas¹²⁸¹, o qual aponta para a execução de diversas outras provisões enviadas pelo rei durante aqueles anos à Ásia Portuguesa¹²⁸²,

¹²⁷⁴ Cf. *Ibidem*, p. 112.

¹²⁷⁵ Cf. *Ibidem*, pp. 89 e 109-110.

¹²⁷⁶ Cf. SANTOS, Frei Manoel, *Op. Cit.*, livro II, cap. XVI. Esta informação não é corroborada por António Pinto Pereira ou Diogo do Couto, devendo referir-se à ilha de Madagáscar.

¹²⁷⁷ Cf. Provisão do vice-rei D. Luís de Ataíde, Goa, 15.XI.1568 – PUB. *APO*, fascículo 5, parte 2, doc. 667.

¹²⁷⁸ Cf. THOMAZ, Luís Filipe, “A crise...”, p. 498.

¹²⁷⁹ Cf. THOMAZ, Luís Filipe, *De Ceuta a Timor*, p. 217.

¹²⁸⁰ Cf. MAGRO, F. A., “Problemas económicos e monetários no reinado de D. Sebastião” in *Colóquio O Sebastianismo: Política, doutrina e mito (Sécs. XVI-XIX)*, Lisboa, Edições Colibri/Academia Portuguesa de História, 2004, p. 209.

¹²⁸¹ Cf. Provisão do vice-rei D. Luís de Ataíde, Goa, 10.XI.1568 – PUB. *APO*, fascículo 5, parte 2, doc. 666. A qual veio, na ausência de anterior ordem nesse sentido, de D. Sebastião (Cf. Provisão de D. Sebastião, Almeirim, 16.III.1568 – PUB. *Ibidem*, doc. 655).

¹²⁸² Entre estas merecem destaque: confirmação da ordem dos regentes no sentido de não autorizar a venda de armas, cobre, enxofre e de outros materiais defesos aos mouros (Provisão de D. Sebastião, Almeirim, 18.III.1568 – PUB. *APO*, fascículo 5, parte 2, doc. 657); mandato para serem atribuídos cartazes aos reis cristãos ou àqueles que favorecessem a Cristandade (Cf. Provisão de D. Sebastião, Sintra, 20.IX.1570 – PUB. *Ibidem*, doc. 683); e a provisão para os novos convertidos não pagarem dízimos por quinze anos (Cf. Provisão de D. Sebastião, Sintra, 22.IX.1570 – PUB. *Ibidem*, doc. 684);

se bem que nenhuma tenha sido assentada. É, aliás, reconhecido que o forte impulso legislativo foi uma das marcas de Ataíde durante este período¹²⁸³.

Quanto à temática da corte vice-real, além do que já foi afirmado, importa salientar que D. Luís, pela missão de moralização de hábitos e costumes da fidalguia, pela mencionada questão das cadeiras rasas¹²⁸⁴ e dos trajes do vice-rei, sempre deu grande importância à questão. Tal ficara já patente na grande expedição do seu governo, as conquistas de Onor e Barcelor, na qual se fez acompanhar da mais importante fidalguia, e naquele que foi um dos vários actos teatrais que marcaram a sua governação¹²⁸⁵, o desembarque em Barcelor, quando D. Luís comentou “Deixa yo senhores ir [um fidalgo ilustre] que se o matarem aqui vou eu que governarei a India; e se me matarem a mym ahi vão vossas merces”¹²⁸⁶.

Foi também realçada a importância da relação vice-real com a fidalguia, absolutamente central para o saldo vitorioso nos cercos, restando mencionar como a acção de alguns fidalgos durante o governo de Ataíde foi estruturante para as suas carreiras posteriores, a ponto de se considerar que tinham “crescido” naqueles anos¹²⁸⁷. São esses os casos de D. Francisco Mascarenhas, D. Diogo de Meneses, Matias de Albuquerque, Fernão Teles de Meneses, D. Paulo de Lima Pereira e António Botelho que, por esse motivo, merecem alguma atenção.

No tocante a D. Francisco Mascarenhas, figura de primeiro plano durante o governo de D. Luís de Ataíde e verdadeiro *alter ego* do vice-rei em Chaul e no Norte, a confiança nele depositada pelo vice-rei encontra explicação em dois factores. Por um lado, pelo facto de D. Francisco descender da linhagem dos Mascarenhas que, desde o reinado de D. Manuel I, ocupava o lugar de capitão dos ginetes do rei, o que tinha correspondência directa no perfil militar de Ataíde. Por outro lado, devido ao facto da mãe de D. Francisco ser filha do 1º conde de Redondo¹²⁸⁸. Por aquela via D. Francisco

¹²⁸³ Cf. THOMAZ, Luís Filipe, “A crise...”, p. 491.

¹²⁸⁴ A qual não deixou de gerar resistências na Índia, como relembra SANTOS, Catarina Madeira, “Los virreyes del Estado de la India en la formación del imaginario imperial portugués” in CARDIM, Pedro, PALOS, Joan-Lluís, *El mundo de los virreyes en las monarquias de España y Portugal*, Vervuert, Iberoamericana, 2012, p. 107.

¹²⁸⁵ Cf. CORTESÃO, Jaime, *O Império Português no Oriente*, Lisboa, Portugalia, 1968, pp. 177-178 e 194.

¹²⁸⁶ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, vol. I, livro VI, cap. I, p. 491.

¹²⁸⁷ Cf. HOMEM, Frei Manuel, *Memória da disposição das armas castelhanas que injustamente inuadirão o Reyno de Portugal, no anno de 1580*, Lisboa, Officina Craesbekiana, 1655, cap. XXXVII.

¹²⁸⁸ Cf. VILA-SANTA, Nuno, “D. Francisco Mascarenhas” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>

Mascarenhas, personagem que merece um estudo detalhado também pelo seu papel na transição dinástica, a que será feita referência no capítulo seguinte, era ainda sobrinho do vice-rei D. Pedro Mascarenhas (1554-1555) e de D. Francisco Coutinho, 3º conde de Redondo. Até à sua nomeação como vice-rei, em 1581, no currículo do fidalgo que partira para a Índia, em 1554, com o tio vice-rei, a defesa de Chaul em 1570-71, pontificou como o seu feito militar mais destacado¹²⁸⁹.

O mesmo raciocínio pode aplicar-se relativamente a D. Diogo de Meneses, de ilustre linhagem por descender da Casa de Vila Real¹²⁹⁰, e que foi a segunda figura de confiança do vice-rei D. Luís, após Mascarenhas. D. Diogo não só foi o fidalgo escolhido pelo vice-rei para comandar as grandes esquadras, em particular, no Malabar mas também em Goa. Também este fidalgo, fruto da sua trajectória durante o governo de Ataíde, veio mais tarde a alcançar uma primeira nomeação como governador da Índia e posteriormente foi falado para vice-rei com o *cardeal-rei*. Visto como um grande guerreiro e especialmente próximo dos jesuítas¹²⁹¹, com D. Diogo colaborou, desde o início, Matias de Albuquerque, o fidalgo que D. Filipe I nomearia para dois vice-reinados consecutivos na década de 1590¹²⁹². Moço-fidalgo que crescera com D. Sebastião na corte e passara à Índia em 1566¹²⁹³, na qualidade de sobrinho de Afonso de Albuquerque e durante o governo de D. Luís, Albuquerque ganhou a experiência e o estatuto necessário para, mais tarde, vir a posicionar-se como candidato ao cargo vice-real. Raciocínio equivalente poderá aplicar-se para o futuro governador da Índia, Fernão Teles de Meneses¹²⁹⁴, o qual se destacou, sobretudo, na defesa de Chaul.

Num patamar diferente encontram-se os casos de D. Paulo de Lima Pereira e de António Botelho. Na qualidade de filho bastardo de D. António de Lima, que viria a casar com uma filha do 2º conde da Castanheira¹²⁹⁵ e que tanto se destacaria em Malaca na década de 1580, sendo apontado como outro sério candidato ao vice-reinado da Índia

¹²⁸⁹ Facto que ressalta do papel que se considerava ter tido em Chaul (Cf. CASTILHO, António de, *Op. Cit.*, livro II, p. 26; SOUSA, Manuel de Faria e, *Op. Cit.*, vol. IV, parte I, cap. VII).

¹²⁹⁰ Cf. VILA-SANTA, Nuno, “D. Diogo de Meneses” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>

¹²⁹¹ Cf. Carta do Padre Eduardo Leitão aos irmãos lusos, Goa, 16.XI.1570 – PUB. *DI*, vol. VIII, doc. 47. O fidalgo ficou ainda mais conhecido pelo seu socorro a Chale (Cf. Carta do Padre Salvador Cortês aos irmãos lusos e romanos, Cochim, 3.I.1572 – PUB. *Ibidem*, doc. 65).

¹²⁹² Entre 1591 e 1597. Cf. VILA-SANTA, Nuno, “Matias de Albuquerque” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>

¹²⁹³ Cf. “Vida e acções de Mathias de Albuquerque Cappitão e Viso-Rey do Estado da India”, *Mare Liberum*, CNCDP, nº 15, Junho de 1998, cap. 2.

¹²⁹⁴ Cf. VILA-SANTA, Nuno, “Fernão Teles de Meneses” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>

¹²⁹⁵ Cf. COUTO, Diogo do, *Vida de D. Paulo...*, cap. I.

e merecendo uma crónica de Diogo do Couto, D. Paulo de Lima de Pereira foi claramente um protegido do vice-rei. Na mesma situação se encontra António Botelho, referido como primo de D. Luís, a quem o vice-rei proveu na capitania de Barcelor.

Outra problemática que veio a marcar de forma inequívoca o governo de Ataíde prendeu-se com a expedição do Monomotapa. Antes de D. Sebastião decidir separar o governo de Malaca do governo da Índia, em 1571, quando em decisão política do ano de 1568 indigitou Francisco Barreto para o Monomotapa¹²⁹⁶, por sugestão do próprio¹²⁹⁷, e pese embora a sua nomeação formal só ter sido confirmada no ano seguinte, D. Luís de Ataíde teve de se defrontar com uma restrição dos seus poderes vice-reais ao nível da sua jurisdição territorial. Ao cunhado Barreto, não deixou, contudo, de enviar mantimentos, roupas e cavalos em gesto que evidenciava não apenas a sua cumplicidade familiar e pessoal com este, mas igualmente o seu apoio ao projecto régio. Teria sido em virtude desse apoio que D. Luís escreveu a Barreto oferecendo-se para seu soldado naquela expedição¹²⁹⁸, tal como sucedeu com o vice-rei D. António de Noronha, e que o próprio Francisco Barreto, informado dos cercos, se dispôs a socorrer a Índia, abandonando aquela expedição¹²⁹⁹.

Verdadeiramente o principal problema aberto com a nomeação de Barreto para o Monomotapa era o da própria capitalidade de Goa. A discussão da capitalidade, abertamente colocada a partir da divisão do Estado da Índia em 1571, como refere Catarina Madeira Santos¹³⁰⁰, é um tópico várias vezes glosado no âmbito das propostas reformistas, endereçadas à Coroa durante a crise político-militar de 1565-75. Importa, por isso, perceber qual o posicionamento do vice-rei perante tal facto.

Durante o governo de D. Luís de Ataíde o debate, herdado do vice-reinado de D. Antão de Noronha¹³⁰¹, sobre as prioridades do Estado e as necessárias reformas a realizar foi prosseguido com a relação de 1569 do arcebispo de Goa, D. Jorge Temudo,

¹²⁹⁶ Cf. BNP, cód. alcobacense 308, fl. 28v.

¹²⁹⁷ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, vol. I, livro V, cap. X.

¹²⁹⁸ Cf. Relação da expedição do Monomotapa do Padre Francisco de Monclaros – PUB. *DPMAC*, vol. VIII, doc. 673, pp. 699-700.

¹²⁹⁹ Tal ocorrera na sequência da autorização régia, em data incerta, para o fazer (Cf. Provisão de D. Sebastião a Francisco Barreto, s.l., 1571? – PUB. *DPMAC*, vol. VIII, doc. 20), motivando um conselho especialmente tenso em Moçambique, já na presença do vice-rei D. António de Noronha (Cf. VILA-SANTA, Nuno, *Revisitando...*, pp. 90-91).

¹³⁰⁰ Cf. SANTOS, Catarina Madeira, *Goa é a chave...*, p. 24.

¹³⁰¹ Com os pareceres de João da Fonseca, em 1568, e do Padre Belchior Nunes Barreto, em 1566. Cf. VILA-SANTA, Nuno, “O Vice-Reinado de D. Antão”, pp. 93 e seguintes.

a D. Sebastião¹³⁰². Naquele que foi um parecer com duradouras consequências para a posterior política régia no Estado da Índia, o arcebispo de Goa frisava fortemente a crítica ao sistema redistributivo associado aos vice-reinados da Índia¹³⁰³, bem como à própria rotatividade dos vice-reis pois preferia “antes um mediocre viso-rrey perpetuo, que cada tres anos hum muito escolhido”¹³⁰⁴. Manifestando-se favorável à privatização do comércio da pimenta e de outros produtos¹³⁰⁵, em moldes muito próximos dos que sucederam em 1570, e também à instauração das ordenanças¹³⁰⁶, D. Jorge Temudo considerava ainda que D. Sebastião deveria credibilizar e reforçar a instituição vice-real, não dando tantos ouvidos às intrigas da fidalguia¹³⁰⁷. No entanto, não descartava a possibilidade de o rei demitir o vice-rei, caso considerasse necessário¹³⁰⁸.

No que se refere às principais opções de expansão, abertas pela crise político-militar, o arcebispo defendia a jornada ao Achém e a divisão do governo de Malaca¹³⁰⁹, a conquista do Guzerate para afastar em definitivo o espectro, sempre presente, da ameaça otomana¹³¹⁰ e, apenas secundariamente, a ocupação de Ceilão¹³¹¹. Em sua opinião, a ocupação do sultanato guzerate seria inclusivamente o mote para colocar a capital do Estado em Damão¹³¹². No mesmo sentido ia Diogo do Couto no seu primeiro *Soldado Prático* ao defender o estabelecimento da capital em Baçaim¹³¹³. Sem dúvida que Goa vivia, no contexto do dinamismo do Império sebástico¹³¹⁴ e da crise político-militar de 1565-75, os últimos suspiros da capitalidade. Nesse sentido se compreende a afirmação de Catarina Madeira Santos de que “entre 1545 e 1570, Goa atingiu o máximo da sua grandeza, sob a orientação dos vice-reis D. João de Castro e D. Luís de Ataíde”¹³¹⁵.

Ao equacionar, como mencionado, a ocupação alternativa do Guzerate e do Achém, D. Luís revelou acompanhar de perto estes debates e, principalmente, mostrou-se sensível às iniciativas locais, numa fase que Sanjay Subrahmanyam considera marcada

¹³⁰² Cf. WICKI, Joseph, “Duas relações...”, pp. 184-219.

¹³⁰³ Cf. *Ibidem*, pp. 186-187.

¹³⁰⁴ Cf. *Ibidem*, pp. 188-189.

¹³⁰⁵ Cf. *Ibidem*, pp. 198-200 e 216-219.

¹³⁰⁶ Cf. *Ibidem*, pp. 194-197.

¹³⁰⁷ Cf. *Ibidem*, pp. 190-191.

¹³⁰⁸ Abordando a questão antes da deposição do vice-rei D. António de Noronha, em 1573, cremos que, neste ponto, o seu parecer terá sido decisivo para a decisão sebástica de 1573. Cf. *Ibidem*.

¹³⁰⁹ Cf. *Ibidem*, pp. 203-208.

¹³¹⁰ Cf. *Ibidem*, pp. 209-211.

¹³¹¹ Cf. *Ibidem*, pp. 212-214.

¹³¹² Cf. *Ibidem*, pp. 209-211.

¹³¹³ Cf. COUTO, Diogo do, *O Soldado Prático...*, p. 522.

¹³¹⁴ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, “D. Sebastião...”, pp. 312 e seguintes.

¹³¹⁵ Cf. SANTOS, Catarina Madeira, *Op. Cit.*, p. 280.

pela associação da centralização sebástica e filipina a essas mesmas iniciativas¹³¹⁶. Porém, não tendo condições para concretizar a conquista do Achém ou a do Guzerate, Ataíde não solucionou a questão. Contudo, tal não implica, como também fica evidente pelo seu apoio ao projecto de territorialização no Monomotapa, que não apoiasse a estratégia expansionista da Coroa como resposta à crise. Não fora afinal também pelas ordens de conquistar tudo o que pudesse, que recebera de D. Sebastião, e de governar à D. Constantino, que D. Luís ocupara preventivamente Onor e Barcelor? Desconhece-se, todavia, se o vice-rei terá evidenciado interesse em patrocinar a expansão missionária e comercial noutra área então com grande dinamismo: a China e o Japão.

Em suma, destes aspectos percebe-se que, também neste campo, o governo de Ataíde foi marcado pelo fortalecimento de tendências anteriores, característico da crise político-militar de 1565-75¹³¹⁷, importando, pois, detalhar qual o seu contributo para a sua resolução. Tal implica necessariamente olhar o contributo dos vice-reis e governadores da Índia deste período a fim de melhor interpretar a acção de D. Luís.

III. 3. 7. D. Luís de Ataíde e a crise político-militar de 1565-75

A política belicista e de conquistas que Ataíde prosseguiu durante o seu governo de três anos, e que tão importante foi para enfrentar de forma bem-sucedida a crise político-militar no subcontinente indiano, não estava, como é sabido, terminada à data em que abandonou o cargo. Prolongar-se-ia, pelo menos, até 1575¹³¹⁸, senão mesmo até depois¹³¹⁹. Mas contrariamente ao que até ali sucedera, com os principais eventos político-militares da crise a terem lugar no subcontinente indiano, a partir de 1571, o palco principal da crise político-militar transferiu-se para Malaca e para as Molucas.

Apesar de, ainda em 1571, se registar a perda de Chale e de, em 1572, se registar a importante definição da relação com o Império Mogol, na sequência da ocupação por Akbar do sultanato guzerate, a questão do governo de Malaca bem como os três cercos àquela cidade, entre 1571 e 1575, e a própria perda de Ternate, em 1575, mostram que, então, o principal cenário dos acontecimentos se encontrava a Sul. Desta forma, poderá afirmar-se que o final de governo de Ataíde correspondeu ao término da primeira fase

¹³¹⁶ Cf. SUBRAHMANYAM, Sanjay, “The tail wags the dog or some aspects of the external relations of the Estado da Índia, 1570-1600”, *Moyen Orient & Océan Indien*, nº 5, 1988, pp. 134-135; SUBRAHMANYAM, Sanjay, *O Império...*, pp. 162 e 172 e mais recentemente DISNEY, Anthony, *Op. Cit.*, vol. II, p. 165.

¹³¹⁷ Cf. THOMAZ, Luís Filipe, “A crise...”, p. 508.

¹³¹⁸ Cf. *Ibidem*.

¹³¹⁹ Cf. VILA-SANTA, Nuno, “Revisitado...”, p. 105.

da crise político-militar¹³²⁰. Esta iniciara-se em 1565, e estivera directamente relacionada com o início das conjuras e a ocupação de Mangalor, ainda com o vice-rei D. Antão de Noronha, e tivera a sua sequência com as conquistas de Onor e Barcelor e nos cercos durante o governo de D. Luís¹³²¹. Neste sentido, a governação de Ataíde tivera um papel determinante no encerramento da crise política e militar no subcontinente indiano, embora importe definir os termos desse término. Apesar de alguns anos depois, sobretudo durante o tempo do governador António Moniz Barreto (1573-1577), a crise política regressar devido ao contexto da deposição do vice-rei D. António de Noronha, em 1573¹³²², e de também a crise militar voltar a marcar presença no subcontinente indiano, a partir dos finais de 1575¹³²³, a verdade é que a governação de Ataíde foi alheia a tais eventos.

Afastado, assim, o cenário comparativo da acção de Ataíde com os seus sucessores, importa alicerçar melhor as continuidades e rupturas que D. Luís protagonizou, designadamente em relação ao seu antecessor. Ao contrário da apreciação diferenciada de ambos os vice-reis parece-nos que os períodos de governo e políticas de ambos constituem um conjunto homogéneo. Esta afirmação consubstancia-se na complementaridade entre a atitude de preparação do Estado da Índia para enfrentar o cenário adverso, protagonizada por D. Antão de Noronha, e a atitude de enfrentamento efectivo desse cenário, levada a cabo por D. Luís de Ataíde. Forçado pelas circunstâncias a prosseguir muitas das políticas do seu antecessor, como já foi assinalado, Ataíde diferenciou-se deste pela sua bem-sucedida gestão entre a componente militar e a vertente política do seu governo. Uma outra área de diferenciação registou-se na vertente diplomática onde D. Luís, sobretudo durante os cercos, evidenciou uma preocupação na afirmação da bifrontalidade de Goa, como a designa Catarina Madeira Santos¹³²⁴, procurando afirmar a sua autoridade junto das potências asiáticas, ao mesmo tempo que impunha, com autoridade, sujeição de todos à sua figura. É, pois, no seio do espírito organizativo e metódico de D. Luís¹³²⁵, no qual se devem incluir as suas medidas mais controversas, que se compreende que tenha

¹³²⁰ Cf. VILA-SANTA, Nuno, “O Vice-Reinado de D. Antão...”, p. 65.

¹³²¹ Tal como também consideram ALAM, Muzzafar, SUBRAHMANYAM, Sanjay, “A expansão mogol no Decão, 1570-1605: perspectivas contemporâneas” in *Goa e o Grão-Mogol*, edição de Jorge Flores e Nuno Vassalo e Silva, Lisboa, FCG, 2004, p. 22.

¹³²² Cf. VILA-SANTA, Nuno, “Revisitando...”, pp. 96-97.

¹³²³ Cf. *Ibidem*, pp. 101-104.

¹³²⁴ Isto é, da afirmação de Goa como uma capital de parâmetros simultaneamente europeus e asiáticos. Sobre o tema: Cf. SANTOS, Catarina Madeira, “Los virreyes...”, pp. 71 e 107-112.

¹³²⁵ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, RODRIGUES, Vítor, *Op. Cit.*, p. 307.

suscitado uma oposição de estilo diverso do seu antecessor, aparentemente mais associada às autoridades eclesiásticas do que à fidalguia propriamente dita¹³²⁶.

Sob um outro prisma, a derrota dos sultões de Bijapur e Ahmadnagar fora decisiva pois, apesar de manifestarem intenção de voltar a cercar as praças logo que pudessem e de se sentirem impedidos de o fazer pelo expansionismo do imperador mogol Akbar¹³²⁷, nos anos seguintes não voltariam a registar-se quaisquer cercos por parte daqueles soberanos. Ao invés, o principal desafio para o Estado da Índia era precisamente colocado pelo Império Mogol que, com a ocupação do sultanato guzerate, ganhava acesso ao mar e fronteira com Diu, pelo que foi necessário definir os termos da relação com aquele império, em afirmação no subcontinente indiano. Este facto relacionado com o projecto de conquista do Guzerate, não concretizado por Ataíde, foi resolvido pelo vice-rei D. António de Noronha.

Desta forma, a acção de coordenação de D. Luís de Ataíde, especialmente no período dos cercos, e as suas escolhas, no período anterior aos cercos, também foram à sua maneira decisivas para os eventos posteriores à sua governação. Sempre consciente da missão reformadora de que D. Sebastião o incumbira, Ataíde revelou ainda, como já foi afirmado por Manuel Marques Duarte¹³²⁸, em imagem corroborada por Diogo do Couto e António Pinto Pereira, estar à altura de defrontar os desafios para os quais fora nomeado. Porventura, mais do que isso, as circunstâncias do seu governo melhor do que nunca contribuíram para destacar os aspectos mais marcantes da personalidade do fidalgo, como também assinala aquele autor¹³²⁹. Tal ideia surge, aliás, numa frase de Maria Celeste Moniz, estudiosa das décadas de Diogo do Couto, que resume a sua actuação no primeiro governo da Índia e até a forma como foi apreendido ao longo dos tempos: “D. Luís de Ataíde é um “rato velho”, uma cobra sinuosa e matreira, hermético nos seus desígnios, de uma inteligência estratégica verdadeiramente genial”¹³³⁰.

Apesar do fracasso da sua política reformista na área militar, D. Luís podia considerar no final do seu governo que cumprira integralmente as ordens régias, não apenas na

¹³²⁶ Neste ponto importa relembrar que a inexistência das designadas “cartas de serviço” da fidalguia, bem como as do próprio vice-rei, não permite alcançar uma conclusão mais sólida. Tal sucede devido à inexistência de documentação para a década de 1570 relativa ao Estado da Índia, quer na ANTT, na BNP ou, mesmo na BA.

¹³²⁷ Cf. *Primor e Honra*..., p. 222.

¹³²⁸ Cf. DUARTE, Manuel Marques, “Como o autor viu a figura de D. Luís de Ataíde” in PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, p. 42.

¹³²⁹ Cf. *Ibidem*.

¹³³⁰ Cf. MONIZ, Maria Celeste, *Glória e Miséria nas Décadas da Ásia de Diogo do Couto*, Lisboa, Edições Colibri, 2004, p. 71.

contenção das ameaças asiáticas, nos problemas financeiros e administrativos, mas ainda, e aspecto decisivo, recuperando de forma visível a reputação do Estado da Índia junto das potências asiáticas e, por acréscimo, na própria corte portuguesa, que por então voltava a discutir as prioridades do Império. Assim se explica que o término do governo de Ataíde marcasse também o último período heróico da Índia Portuguesa¹³³¹.

Tal aspecto foi-lhe reconhecido na própria Ásia Portuguesa através da imediata realização de diversas relações alusivas ao seu governo¹³³², as quais tinham como objectivo apresentar a imagem de um vice-rei inequivocamente bem-sucedido. Na verdade, poucos dos seus antecessores regressaram ao Reino em tão auspicioso contexto. Chegado à Índia, em 1568, com a intenção de se afirmar como um guerreiro, Ataíde logrou confirmar tal intenção durante toda a sua governação a ponto de, ao abandonar o cargo, ter uma aura militar incontestada, em fenómeno inverso ao que se passou com vários dos seus antecessores no cargo¹³³³.

III. 4. O regresso de um vice-rei afamado (1572)

Nos quatro anos de ausência de D. Luís do Reino tinham sido diversas as informações que chegaram a Portugal sobre a evolução da situação no Estado da Índia. Nos primeiros anos do governo de D. Sebastião, fortemente marcados pela ameaça de saída do Reino da rainha D. Catarina devido às tensões com o cardeal D. Henrique e à maior inclinação política do *Desejado* para o tio, e também assistindo-se à peste de 1569 e ao forte impulso legislativo dos anos de 1569 e 1570, o tema Índia surge pouco mencionado. Tal facto justifica-se em parte pela ausência quer de correspondência conhecida de Ataíde, quer das cartas de serviço da Índia para este período.

Assim, em Novembro de 1569, as informações relativas ao Estado da Índia eram escassas pois naquele ano apenas uma nau chegara a Lisboa¹³³⁴. Aquando da partida de Francisco Barreto e da nomeação de D. João Mascarenhas para capitão-mor de Lisboa, em Abril de 1569, D. Sebastião enviara ordens de protecção à armada da Índia¹³³⁵ mas,

¹³³¹ Cf. RODRIGUES, Vítor, COSTA, João Paulo Oliveira e, *Op. Cit.*, p. 309.

¹³³² Além do já referido *Summario das naus...* e da *Lembrança das cousas...* (Cf. SANTOS, Frei Manoel dos, *Op. Cit.*, livro II, cap. XVI), as posteriormente enviadas ao Reino referidas no ponto seguinte.

¹³³³ Sobre tudo face a D. Francisco Coutinho e a D. Antão, nomeados pelo seu prestígio militar. Na governação de ambos denota-se alguma desilusão da fidalguia relativamente às suas lideranças militares.

¹³³⁴ Cf. Carta do Padre Francisco de Borja ao Padre Gonçalo Álvares, Roma, 2.XI.1569 – PUB. *DI*, vol. VIII, doc. 8.

¹³³⁵ Cf. Carta de D. Hernando Carrillo de Mendonza a Filipe II, s.l., 26.IV.1569 – PUB. *CDIHE*, tomo XXI, p. 512.

em Setembro, ainda se aguardava a chegada das naus¹³³⁶. Apenas então se soube que nessa armada viria o vice-rei cessante, D. Antão¹³³⁷, desconhecendo-se ainda o seu falecimento durante a viagem, tendo sido o rei informado do fracasso do cerco achém a Malaca, em 1568, quando se encontrava de visita ao mosteiro da Batalha¹³³⁸. Foi neste quadro que o conselho de Estado, produziu um assento, com data de 22 de Outubro de 1569, de Montemor-o-Novo, no qual se ordenava uma rápida reparação de diversas galés a fim de poderem ser enviadas à Índia no ano seguinte¹³³⁹.

Em 1570, contudo, é bastante provável que D. Sebastião tivesse já recebido a planta da fortaleza de Onor que, como assinalado, D. Luís ordenara lhe fosse enviada, bem como sido informado da ocupação de Onor e Barcelor, apesar de não existir referência a este facto. Desse ano, apenas se sabe que o monarca enviou uma ordem secreta às Molucas para embarcar mulheres e gente da terra¹³⁴⁰ e que estaria informado, sem se conhecerem grandes detalhes, sobre os acontecimentos orientais pois, como informava o embaixador castelhano D. Juan de Borja dizia-se que “el poder de los portugueses en la india esta aora mas flaco que nunca”¹³⁴¹. Provavelmente por este motivo, ainda naquele ano, D. Sebastião decidiu enviar uma nau repleta de pessoas e munições fora do tempo costumeiro à Índia “porque pide socorro el VisoRey de la india”¹³⁴². Já no tocante aos anos de 1571 e 1572, apenas se sabe que o monarca voltou a confirmar as ordens de guarda aos navios da armada da Índia¹³⁴³.

Desta forma, tudo aponta para que, em 1572, ano do regresso de D. Luís de Ataíde, segundo vice-rei da Índia do reinado de D. Sebastião a lograr regressar ao Reino em vida, após os falecimentos de D. Francisco Coutinho, 3º conde de Redondo, em Goa, em 1564, e de D. Antão de Noronha, na viagem de regresso, em 1569¹³⁴⁴, as informações disponíveis sobre os acontecimentos orientais fossem vagas. Havendo, porventura, alguma percepção em Lisboa dos ataques a que o Estado da Índia fora

¹³³⁶ Cf. Carta de D. Hernando Carrillo de Mendonza a Filipe II, Alenquer, 12.IX.1569 – PUB. *Ibidem*, tomo XXI, p. 535.

¹³³⁷ Cf. Carta de D. Hernando Carrillo de Mendonza a Filipe II, Alenquer, 13.IX.1569 – PUB. *Ibidem*, tomo XXI, p. 541.

¹³³⁸ Cf. BNP, cód. alcobacense 308, fl. 34.

¹³³⁹ Cf. “Documentos inéditos para a história do reinado de D. Sebastião”, *Boletim da Universidade de Coimbra*, edição de Joaquim Veríssimo Serrão, vol. XXIV, Coimbra, 1958, doc. XXIII.

¹³⁴⁰ Cf. Carta anónima a Filipe II, s.l., 1570 – AGS, *Estado*, Leg. 387, doc. 4-5.

¹³⁴¹ Cf. Carta de D. Juan de Borja a Filipe II, Lisboa, 14.VII.1570 – Idem, doc. 16.

¹³⁴² Cf. Carta de D. Juan de Borja a Filipe II, Xabregas, 1.VIII.1570 – Idem, doc. 24.

¹³⁴³ Cf. Carta de Miguel de Moura a D. Duarte de Castelo Branco, s.l., 29.VII.1571 – BA, 49-X-5, fl. 17; Carta de João da Silva a D. Martinho Pereira, s.l., 22.V.1572 – ANTT, CC I-111-127.

¹³⁴⁴ Como é lembrado numa das relações do regresso de D. Luís. Cf. BNP, cód. alcobacense 308, fl. 122.

submetido, julgamos, porém, que o seu desfecho seria em larga medida desconhecido. Assim se explica que quando a armada capitaneada por Ataíde ancorou na Terceira, o fidalgo tenha enviado recado ao rei de que matara 30 mil mouros aos sultões de Bijapur e Ahmadnagar e assinara pazes honrosas¹³⁴⁵. Impedido pelos ventos de norte, de aportar em Lisboa, à entrada na barra do Tejo a 3 de Julho de 1572, D. Luís foi forçado a estanciar em Cascais¹³⁴⁶, só conseguindo, no dia 20, ancorar em Almada¹³⁴⁷. Apenas no dia 21, o fidalgo logrou desembarcar em Lisboa¹³⁴⁸.

Sendo, já na altura, conhecidas na corte e na família real as vitórias do fidalgo, Ataíde foi recebido “acompanhado da grandeza da Corte, que o foy buscar ao sahir do navio”¹³⁴⁹, indo de imediato beijar a mão a D. Sebastião, que se encontrava na Esperança, e de seguida, a de D. Catarina, estante no mosteiro de Xabregas¹³⁵⁰, fundado, como assinalado, pela sua bisavó D. Guiomar de Castro. O monarca decidiu, então, como assinala o influente mas discreto¹³⁵¹ secretário, Miguel de Moura, que fora nomeado para substituir Pedro de Alcáçova Carneiro¹³⁵², “por as vitorias da India” conceder a “honra a dom luis datayade de o mandar jr junto consigo”¹³⁵³ em procissão pelas ruas de Lisboa da Sé até São Domingos¹³⁵⁴. Ficando debaixo do pátio¹³⁵⁵, a referida procissão era fechada pela “Magestade delRey D. Sebastião, levando à sua mão direita a D. Luiz de Ataide”¹³⁵⁶.

O privilégio dado a Ataíde de ficar à direita do rei, lugar reservado, nas precedências do século XVI, a membros da família real ou da Casa de Bragança¹³⁵⁷, justificava-se devido ao ânimo “generoso, e magnanimo [de D. Sebastião que] quis honrar a este

¹³⁴⁵ Cf. Carta de D. Juan de Borja a Filipe II, Lisboa, 11.VII.1572 – AGS, *Estado*, Leg. 390, doc. 42.

¹³⁴⁶ Cf. SOARES, Pero Roiz, *Op. Cit.*, cap. 24.

¹³⁴⁷ Cf. *Ibidem*; SANTOS, Frei Manoel dos, *Op. Cit.*, livro II, cap. XVI; MACHADO, Diogo Barbosa, *Op. Cit.*, tomo III, livro II, cap. XV.

¹³⁴⁸ Cf. Carta de Miguel de Moura a D. Duarte de Castelo Branco, Lisboa, 21.VII.1572 – BA, 49-X-5, fl. 122.

¹³⁴⁹ Cf. SANTOS, Frei Manoel dos, *Op. Cit.*, livro II, cap. XVI, p. 246.

¹³⁵⁰ Cf. *Ibidem*; SOARES, Pero Roiz, *Op. Cit.*, cap. 24.

¹³⁵¹ Cf. LOUREIRO, Francisco de Sales, *Miguel de Moura...*, p. 96 que considera que Moura teria tanta influência como Martim Gonçalves da Câmara, embora não fosse tão ostensivo.

¹³⁵² Em manobra orquestrada pelo cardeal-infante D. Henrique (Cf. *Ibidem*, p. 80).

¹³⁵³ Cf. Carta de Miguel de Moura a D. Duarte de Castelo Branco, s.l., 26.VII.1572 – BA, 49-X-5, fl. 50.

¹³⁵⁴ Cf. SANTOS, Frei Manoel dos, *Op. Cit.*, livro II, cap. XVI.

¹³⁵⁵ Cf. *Ibidem*; MACEDO, Joseph Pereira de, *Op. Cit.*, livro II, p. 157; SOARES, Pero Roiz, *Op. Cit.*, cap. 24.

¹³⁵⁶ Cf. MACHADO, Diogo Barbosa, *Op. Cit.*, tomo III, livro II, cap. XV, p. 444.

¹³⁵⁷ Relembre-se que D. Luís e a sua Casa não tinham qualquer parentesco directo com os Avis, exceptuando pela via da sua distante prima, D. Guiomar Coutinho, herdeira do rico condado de Marialva que casara com o infante D. Fernando (v. 1507-1534). Cf. Genealogia 6: Parentesco com os Castros (Séculos XV-XVI).

vassalo extraordinariamente em correspondencia dos seus serviços, tambem não vulgares, nem ordinarios”¹³⁵⁸. A vaidade de que D. Luís já dera provas foi ainda mais enaltecida quando, chegado o cortejo a São Domingos, foi celebrada missa, permanecendo então Ataíde à direita do rei¹³⁵⁹. No final desta, o fidalgo ouviu o sermão do jesuíta Inácio Martins durante o qual foi lido um pequeno resumo das vitórias obtidas durante o seu governo¹³⁶⁰. Neste, eram mencionadas as vitórias nos cercos de Goa e Chaul, as batalhas de Luís de Melo e D. Diogo de Meneses contra o Achém e os corsários malabares, respectivamente, e, de forma breve, as lutas em Baçaim, Damão e Onor, sendo proferida uma menção elogiosa ao papel dos cristãos naquela conjuntura.

Finalizado o sermão em que D. Luís “recebeo a inexplicavel honra de estar sentado à mão direita delRey, ainda não satisfeito de huma acção, que parecia o elevava de vassalo a soberano, lhe deu [D. Sebastião] hum esplendido banquete no Paço, em que competio a profusão com a delicadeza”¹³⁶¹, tendo o monarca decidido jogar às canas com os fidalgos do infante D. Duarte no dia 3 de Agosto¹³⁶². Dez dias depois, foram estas repetidas com as damas da infanta D. Maria (v. 1521-1577)¹³⁶³. O ambiente de festa vivido é resumido por Pero Roiz Soares: “ordenou elRey yr Iugar as canas como foi a Alcantara leuando a dom luis consigo onde foram todos os fidalgos e as Iugaraõ obra de ora e meia: elRey de hũa parte com alguns fidalgos e o senõr dom Duarte da outra com os mais naõ leuando deuisa de uestidos mais que baretes vermelhos nas Cabeças mas os caualos muito bem ageezados com Requissimos geezes”¹³⁶⁴. Foi possivelmente neste contexto que Ataíde, regressado da Índia, ofereceu à Princesa D. Joana¹³⁶⁵ e ao infante D. Duarte¹³⁶⁶, presentes que obtivera enquanto fora vice-rei.

A recepção triunfal a D. Luís de Ataíde, em 1572, como a classifica Maria Augusta Lima Cruz¹³⁶⁷, foi a vários títulos extraordinária. Anteriormente, nenhum vice-rei ou governador da Índia tivera uma recepção semelhante devido aos seus feitos de armas.

¹³⁵⁸ Cf. SANTOS, Frei Manoel dos, *Op. Cit.*, livro II, cap. XVI, p. 246.

¹³⁵⁹ Cf. MACHADO, Diogo Barbosa, *Op. Cit.*, tomo III, livro II, cap. XV.

¹³⁶⁰ O referido sumário encontra-se publicado em SANTOS, Frei Manoel dos, *Op. Cit.*, livro II, cap. XVI, pp. 247-249.

¹³⁶¹ Cf. MACHADO, Diogo Barbosa, *Op. Cit.*, tomo III, livro II, cap. XV, p. 446.

¹³⁶² Cf. BAYÃO, Padre José Pereira, *Op. Cit.*, livro II, cap. XXVII.

¹³⁶³ Cf. SOARES, Pero Roiz, *Op. Cit.*, cap. 24.

¹³⁶⁴ Cf. *Ibidem*, p. 66.

¹³⁶⁵ Àquela princesa fora enviado um copo de pau, trazido da Índia por D. Luís de Ataíde (Cf. Carta de D. Martinho Pereira a D. Duarte de Castelo Branco, s.l., 1572 – BA, 49-X-4, fl. 397v.).

¹³⁶⁶ A quem D. Luís ofertara entre outras coisas “hum pedaço de páo Calanbucó fino, e hum grande páo de beijoim de boninas, e huns quatro panos de cores do Xiaõ, e panos de pintura da China, e tres Rodellas”, como surge mencionado no testamento daquele infante. Cf. *Provas*, tomo II, parte II, p. 260.

¹³⁶⁷ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *D. Sebastião*, p. 209.

Tal sucedera por alguns dos mais destacados na área militar, como Afonso de Albuquerque ou o próprio D. João de Castro, não só terem falecido em governação no Estado da Índia, mas também por ser conhecido que os regressos dos vice-reis e governadores da Índia tendiam a suscitar, para os próprios, mais problemas que festejos. Se, nesta lógica, o regresso de D. Luís se afigura excepcional, o mesmo poderá afirmar-se para o contexto em que o mesmo decorreu. Na realidade, não só nenhum outro vice-rei da Índia, da dinastia de Avis ou de Áustria, alguma vez foi assim recebido, como será importante não subvalorizar os motivos que levaram D. Sebastião a decidir receber Ataíde de forma tão entusiástica.

Neste ponto importa lembrar que D. Luís regressara em plena “época de sobressalto”, como bem relembra Queirós Veloso¹³⁶⁸, e que boa parte dos motivos da sua recepção se justifica pelo ambiente que então se vivia. De facto, já em 1571, possivelmente informado dos ataques islâmicos, D. Sebastião se dispusera a partir para a Índia “abrazando em desejos de dilatar a Fé Catholica naquelas partes, e sinalar-se nas armas, parecendo-lhe que não obraria menos, antes que se avantajaria a todos, pois só queria render tudo”, sendo, no entanto, demovido pelo cardeal D. Henrique e pelo seu confessor e mestre, Padre Luís Gonçalves da Câmara, de o fazer pelas muitas despesas, falta de armada e risco da viagem¹³⁶⁹. Na realidade, não detendo, ainda em 1571, espaço de manobra para impor o afastamento das concepções e força política de D. Henrique, como mais tarde veio a verificar-se, D. Sebastião foi forçado a abandonar a ideia.

O clima de exaltação da guerra santa que se viveu no Mediterrâneo durante o ano de 1571, ocasionado pela Santa Liga e pela Batalha de Lepanto, porém, não impediram o monarca, mesmo antes de Lepanto, e solicitado a aderir àquela Liga pelo Papa Pio V (r. 1566-1572), a fim de a ajudar a impedir um ataque otomano a Itália¹³⁷⁰, de construir uma armada que se encontrasse em condições de intervir caso necessário. Tendo o comando dessa armada sido atribuído ao infante D. Duarte em inícios de 1572, por intercessão de Lourenço Pires de Távora e D. Álvaro de Castro¹³⁷¹, embora o próprio monarca não descartasse a possibilidade de ser ele próprio a liderá-la, como se dizia¹³⁷², D. Sebastião evidenciava que, embora, ainda condicionado pela opinião de D. Henrique

¹³⁶⁸ Cf. VELOSO, José Maria de Queirós, *Op. Cit.*, p. 146.

¹³⁶⁹ Cf. BAYÃO, Padre José Pereira, *Op. Cit.*, livro II, cap. XXV, p. 247.

¹³⁷⁰ Cf. *Ibidem*, cap. XXVI.

¹³⁷¹ Cf. MACHADO, Diogo Barbosa, *Op. Cit.*, tomo III, livro II, cap. XIII; TÁVORA, Rui Lourenço de, *Op. Cit.*, p. 289 que relembra que tal fora a última grande intervenção de Lourenço Pires de Távora antes de se retirar da corte.

¹³⁷² Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, p. 207.

e do seu mestre, não abdicaria dos seus planos de intervenção. Assim se compreende que tenha prometido ao cardeal Alexandrino, enviado pelo Papa Pio V a Portugal para o convencer a entrar na Liga¹³⁷³, auxiliar Veneza na sua luta contra os Otomanos¹³⁷⁴ e que tenha enviado uma carta ao Papa prometendo enviar um embaixador à Pérsia para convencer o Xá Thamasp a atacar os Otomanos, enquanto ordenaria o fim do comércio entre Ormuz e Baçorá e ataques ao Mar Vermelho¹³⁷⁵.

Apenas então partiu o embaixador Miguel Abreu de Lima em embaixada à Pérsia, levando as cartas de D. Sebastião¹³⁷⁶, e não as que Filipe II tanto quisera que ele levasse¹³⁷⁷. Porém, o projecto de intervenção lusa, no âmbito da Santa Liga, acabou por ser abortado devido ao falecimento do Papa Pio V¹³⁷⁸. No entanto, a evolução das guerras de religião em França e o rumor de que uma armada francesa se preparava para atacar as possessões lusas no Atlântico, tal como já sucedera em 1566, levaram D. Sebastião a equacionar seriamente a conveniência da armada, entretanto construída, servir para interferir naquele Reino a favor dos Católicos¹³⁷⁹. Ora, foi precisamente neste ambiente de preparação de uma poderosa armada, com destino incerto pois também se dizia que poderia ser utilizada pelo rei para passar a África¹³⁸⁰, e de um monarca de faceta guerreira exaltada pelo ambiente político-religioso que se vivia na Europa e sedento de se afirmar politicamente, no plano externo e interno, contra D. Catarina e o cardeal D. Henrique, que a chegada de Ataíde veio fornecer a D. Sebastião mais um argumento para retomar a ideia do ano anterior de passar à Índia.

¹³⁷³ Cf. BAYÃO, Padre José Pereira, *Op. Cit.*, livro II, cap. XXVI.

¹³⁷⁴ Cf. MACHADO, Diogo Barbosa, *Op. Cit.*, tomo III, livro II, cap. XII.

¹³⁷⁵ Cf. LOUREIRO, Francisco de Sales, “O Enquadramento Europeu de uma embaixada portuguesa à Pérsia” in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XI, Paris, FCG, 1977, pp. 496-497; Carta de D. Sebastião ao Papa Pio V, Almeirim, 31.I.1572 - *Corpo Diplomatico Portuguez contendo os Actos e Relações Políticas e Diplomaticas de Portugal com as diversas Potencias do Mundo desde o Seculo XVI até aos nossos dias*, edição de Rebelo da Silva, de António Ferrão, de Jaime Constantino de Freitas Moniz e do visconde de Santarém, vol. X, Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias, 1886, pp. 437-438.

¹³⁷⁶ Cf. LOUREIRO, Francisco de Sales, “O Enquadramento...”, p. 499.

¹³⁷⁷ Cf. *Ibidem*; Para as cartas de Filipe II a Miguel Abreu de Lima veja-se: AGS, *Estado*, Leg. 390, docs. 149-151.

¹³⁷⁸ Cf. *Ibidem*, p. 502. Apesar do novo Papa Gregório XIII, por carta de 8 de Novembro de 1572, ter insistido com D. Sebastião na necessidade de enviar ordens à Índia de ataque aos Otomanos. Cf. MACHADO, Diogo Barbosa, *Op. Cit.*, tomo III, livro II, cap. XIV.

¹³⁷⁹ Cf. MACHADO, Diogo Barbosa, *Op. Cit.*, tomo III, livro II, cap. XIII; CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, p. 208.

¹³⁸⁰ Tal como afirma a crónica de Miguel Pereira (Cf. PEREIRA, Miguel, *Cronica de ElRey Dom Sebastian Decimo Sexto Rey de Portugal, na qual se contem por maior os sucessos de seu reinado e vida* – BNP, cód. 447, fl. 29-29v.) e, como parece ser corroborado pelo facto de ser afirmado que, no dia da chegada de D. Luís, D. Catarina conseguira demover D. Sebastião de passar naquele ano a África (Cf. BA, 49-XI-77, fl. 130v.).

Tendo já sido anotada, em 1568, a consonância do perfil militar de D. Luís com o pendor guerreiro de D. Sebastião e tendo esta sido novamente sentida no relacionamento entre ambos, aquando da recepção de Ataíde em 1572, não é estranho que, ouvindo o sermão do Padre Inácio Martins, tenha sido afirmado que o monarca “propunha consigo de passar á Índia e proseguir as vitorias” uma vez que “concebia novos espiritos, e desejos de se avantajár a todos em acçoens, e proezas” motivo pelo qual “ainda se aproveitou das naos que vierão com D. Luiz para augmentar a Armada, que se estava aviando”¹³⁸¹. Acresce que dada a ausência de notícias da Índia desde que D. Luís dela partira¹³⁸², e não esquecendo os apelos que desta vinham, nomeadamente o de Luís Freire de Andrade, no sentido de recompensar a fidalguia, tal como D. João III fizera a propósito dos cercos de Diu¹³⁸³, e estimulado ainda pelos feitos de armas de D. Francisco Mascarenhas e de Ataíde¹³⁸⁴, o rei voltou a equacionar partir para a Índia.

Em nossa opinião tudo aponta para que o tenha feito depois de esfumado o perigo otomano, tal como refere Antonio Villacorta Baños Garcia¹³⁸⁵, e sobretudo, após a notícia da matança da noite de São Bartolomeu em França¹³⁸⁶. Alguns relatos referem claramente que o monarca invejou o sucesso militar de Ataíde e que, também por isso, teria decidido partir para a Índia. Os indícios desse tipo de sentimento são, aliás, sugeridos por um conjunto de factos elucidativos.

Desde logo, aquando da chegada de Ataíde, o facto de Miguel de Moura ter pedido a D. Luís informações mais concretas sobre a Índia¹³⁸⁷, confessando em missiva a D. Duarte de Castelo Branco, então embaixador português em Castela, que “lembrou-lhe que há S. A. por seu serviço que V. M. não mande dar trelado destas copias por escrypto até lhe de cá Jrem outras [em] que Jrá tudo declarado e posto em seu lugar pera se poder

¹³⁸¹ Cf. BAYÃO, Padre José Pereira, *Op. Cit.*, livro II, cap. XXVII, p. 259.

¹³⁸² Uma vez que a Ataíde tinham sido pedidas mais informações e este dissera que não as tinha. Cf. Carta de Miguel de Moura a D. Duarte de Castelo Branco, Lisboa, 29.VII.1572 – BA, 49-X-5, fls. 59v.-60.

¹³⁸³ “alembro a V. A. as muitas merçes e honrras que elrey seu avoo que deus tem gloria fés aos capitaens que lhe defenderão fortalezas fortes com muros de pedra e cal e que eu que me pus a defender e defendy cousa que ate gora não he acontecido. e mayor honrra guanharão os portugueses neste serquo do que poderão ganhar em tomarem Reinos nouos e V. A. deue de daar muitas graças a nosso senhor porque no começo de seu Reinado lhe deu vitoria não vista nem esperada dos homes”. Cf. Carta de Luís Freire de Andrade a D. Sebastião, Goa, 30.XI.1571 – PUB. GOERTZ, R. O. W., “Attack...”, p. 287.

¹³⁸⁴ Cf. BPE, cód. CVI/1-7, fls. 5-6; CASTRO, D. João de, *Discurso da vida do Sempre Bem Vindo e Aparecido Rey D. Sebastião de Portugal*, introdução de Aníbal Pinto de Castro, Lisboa, INAPA, 1994, pp. 9-10.

¹³⁸⁵ Cf. BAÑOS-GARCIA, Antonio Villacorta, *Op. Cit.*, pp. 143-145.

¹³⁸⁶ Ocorrido a 23-24 de Agosto de 1572 no âmbito das guerras de religião em França.

¹³⁸⁷ Cf. nota seguinte.

publicar pelo mundo”¹³⁸⁸. Tal postura contava então com o apoio de Ataíde que, através de Diogo Botelho, mandara dizer que “bem hé que diguamos sempre menos e façamos mais”¹³⁸⁹. As cópias a que se referia Moura e que remetera para Castelo Branco, não eram apenas a que o Padre Inácio Martins lera no seu sermão em São Domingos mas também uma versão mais extensa das vitórias registadas a Oriente, escrita no Colégio de Cochim, e que o próprio Moura ainda não tivera ocasião de ler por completo¹³⁹⁰.

Se a cautela com que D. Sebastião pretendeu divulgar os sucessos de D. Luís de Ataíde é patente neste caso, ela revelou-se ainda quando o rei divulgou ao Papa, a França¹³⁹¹ e, sobretudo, ao representante de Filipe II, o insinuante embaixador D. Juan de Borja, o qual, apesar das cautelas do rei português, conseguiu obter uma cópia do sermão do Padre Inácio Martins e logo a remeteu ao seu soberano¹³⁹². A cautela sebástica, também evidenciada quando Aquiles Estaço, já em 1575, foi apresentar a sua oração de obediência ao novo Papa Gregório XIII (r. 1572-1585) e na qual se omitia intencionalmente o nome e acção determinante de D. Luís de Ataíde apenas se mencionando a grandeza de D. Sebastião¹³⁹³, surge num outro documento de 1572. Referimo-nos à carta circular que D. Sebastião enviou a todos os bispos do Reino ordenando a divulgação das vitórias registadas no Estado da Índia através de procissões e pregações em todo o Reino. É, assim, relevante transcrever tal carta, absolutamente elucidativa de como, logo em 1572, e apesar de reconhecer o mérito de Ataíde¹³⁹⁴, D. Sebastião já encobria a divulgação da acção de D. Luís em prol de si:

“Reverendissimo Bispo Conde amigo. Com a chegada de D. Luiz de Ataíde, que foy meu Vice-Rey na India, soube agora as muy grandes, & milagrosas vitorias, que N.

¹³⁸⁸ Cf. Carta de Miguel de Moura a D. Duarte de Castelo Branco, s.l., 26.VII.1572 – BA, 49-X-5, fls. 51v.-52.

¹³⁸⁹ Cf. Carta de Miguel de Moura a D. Duarte de Castelo Branco, s.l., 26.VII.1572 – *Ibidem*.

¹³⁹⁰ Cf. Carta de Miguel de Moura a D. Duarte de Castelo Branco, Lisboa, 19.VIII.1572 – *Ibidem*, fls. 59v-60. cremos que a referida versão a que Moura faz menção é a *Parte da Carta Geral escrita em Cochim no Collegio dos Padres da Companhia de Js. que ueio da India na nao do Visorey Dom Luis de Tayde* (1571, Cochim) - Apêndice Documental, doc. 5.

¹³⁹¹ Cf. SANTOS, Frei Manoel dos, *Op. Cit.*, livro II, cap. XVI.

¹³⁹² Como refere Miguel de Moura que apesar de a entregar a Borja afirma que “niso se teue a advertencya do reço de V. M.” (Cf. Carta de Miguel de Moura a D. Duarte de Castelo Branco, Lisboa, 19.VIII.1572 – BA, 49-X-5, fl. 57v.). O receio de ambos devia-se à combinação de Castelo Branco e de Moura de guardarem segredo sobre a divulgação dos acontecimentos da Índia, tal como fica patente noutra carta, na qual Moura agradece a D. Duarte a não divulgação dos mesmos juntos de Filipe II (Cf. Carta de Miguel de Moura a D. Duarte de Castelo Branco, s.l., 1572 – *Ibidem*, fl. 59v-60). No entanto, Filipe II veio a receber, ainda em 1572, um sumário abreviado do sermão do Padre Inácio Martins (Cf. AGS, *Estado*, Leg. 389, doc. 41).

¹³⁹³ Cf. PEREIRA, Belmiro Fernandes, “A fama portuguesa...”, p. 48.

¹³⁹⁴ Cf. MACEDO, Joseph Pereira de, *Op. Cit.*, livro II, p. 157.

Senhor por quem he quiz dar em diversos lugares daquelle Estado a meus Capitaens contra os mores, & mais poderosos Reys infieis de todo Oriente; & sendo ellas tamanhas, & conhecendo eu quanto devo a N. Senhor por esta obra sua, em que mostrou se ha servido da conversão daquellas partes, & do Estado dellas andar junto à Coroa de meus Reynos, lhe dey por ellas muytas graças; & porque me parece cousa muy devida, & obrigatoria fazerem-se procissoens geraes em todos os meus Reynos, & Senhorios por estas vitorias, & merces de Nosso Senhor, assi como a que ora ordeney que se fizesse nesta Cidade de toda a Cleresia, & Ordens della, em que eu fuy dia de Santiago; vos encomendo, que logo tanto que esta vos for dada, ordeneis nos lugares principaes desse bispado se fação procissoens solenes de toda a Cleresia, & Ordens, que nos taes lugares houver, & acabadas as procissoens haverá pregaçãoens, em que se manifeste ao povo a causa dellas; & para isso se lera o Summario das ditas vitorias, que com esta envio. Escrita em Lisboa aos 30 de Julho de 1572. Rey¹³⁹⁵,

Num ambiente de exaltação patriótica e de ardor guerreiro¹³⁹⁶, no qual também ocorriam a prisão de Damião de Góis e o caso de D. António de Castro¹³⁹⁷, e a pouco tempo do monarca receber um memorial anónimo que o incentivava a revalorizar as armas e o serviço da velha nobreza¹³⁹⁸, cremos que a afirmação do Padre José Pereira Bayão tem algum fundo de verdade. Afirma este cronista que D. Sebastião “estimulado dos grandes feitos em Armas, e proezas, que obrou na India o celebre Varão D. Luiz de Ataíde, invejando-lhe o valor, e fortuna, e picado de seu fogoso brio, dezejando avantajarse a todos em proezas, parecendo-lhe tudo pouco ao seu altivo animo”¹³⁹⁹, tencionou de novo passar à Índia¹⁴⁰⁰.

Não só estavam afastados os argumentos de D. Henrique e do Padre Luís Gonçalves da Câmara sobre os custos de construção de tal armada, num momento em que ela se encontrava pronta, como D. Sebastião pretendia liderar pessoalmente a renovação da

¹³⁹⁵ Cf. SANTOS, Frei Manoel dos, *Op. Cit.*, livro II, cap. XVI, pp. 246-247.

¹³⁹⁶ Cf. BAÑOS-GARCIA, Antonio Villacorta, *Op. Cit.*, pp. 143-145.

¹³⁹⁷ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, p. 209.

¹³⁹⁸ O parecer, de Novembro de 1572, deverá ter sido escrito por um cortesão próximo das posições do cardeal D. Henrique uma vez que neste se pedia autorização formal para entrar ao seu serviço e mencionava anterior apoio a D. Sebastião contra as posições de D. Catarina. O parecer pauta-se pela defesa da revalorização da velha nobreza e pela crítica à nova nobreza de que D. Sebastião começava a rodear-se. Tal era feito através da censura à atitude de fraca lamentação do monarca perante o falecimento de D. Luís de Vasconcelos e Meneses, governador nomeado do Brasil, precisamente naquele ano. Cf. ANTT, *Miscelâneas Manuscritas da Graça*, tomo 4E, pp. 356-361.

¹³⁹⁹ Cf. BAYÃO, Padre José Pereira, *Op. Cit.*, livro II, cap. XXX, p. 274-275.

¹⁴⁰⁰ Em opinião partilhada por VELOSO, José Maria de Queirós, *Op. Cit.*, p. 149 e BAÑOS-GARCIA, Antonio Villacorta, *Op. Cit.*, pp. 143-145.

política imperial portuguesa de conquistas no Estado da Índia. Querendo ainda responder a apelos como os de Luís Freire de Andrade e o do próprio D. Luís de Ataíde que, ainda na Ásia Portuguesa, prometera recompensar em mercês a fidalguia que o servira nos cercos com os rendimentos da sua própria Casa¹⁴⁰¹, D. Sebastião já dera mote à sua intenção política ao promover Chaul a cidade¹⁴⁰².

Tal ideia do rei acabaria, porém, como é conhecido, por não se concretizar devido ao temporal que destruiu a armada. Se para Ataíde a aparente inveja do rei poderia ser elogiosa e aquele fora o primeiro momento em que, na sua relação com D. Sebastião, ficara patente como o fidalgo tinha capacidade de espoletar sentimentos fortes no rei, o que contribuiria para o tornar ainda mais conhecido como desejava, já para o monarca o fracasso da sua ideia de partir para a Índia parece ter, de facto, contribuído definitivamente para que passasse a canalizar o seus intentos guerreiros para um alvo bem mais próximo: o Norte de África, como afirma Baños Garcia¹⁴⁰³. Num momento em que D. Sebastião se preparava para afirmar o seu projecto de realza contra os seus dois grandes apoios anteriores (D. Catarina e D. Henrique), a abdicação, pela segunda vez, do seu projecto de partida para a Índia, levou o rei a perceber que necessitava de melhor planear os seus intentos de forma a obter sucesso. Nesse sentido, a escolha de um alvo mais próximo seria, para os seus oponentes, mais difícil de rebater, como ficou demonstrado pelos factos subsequentes.

III. 5. No trilha definitivo da titulação (1572-1577):

III.5.1. D. Luís de Ataíde e D. Sebastião: valimento ou influência cortesã?

Ainda em finais de 1572, é possível que Ataíde tenha assistido, a 13 de Dezembro, tal como sucedeu com a maioria dos mais importantes membros da corte de D. Sebastião, à cerimónia de trasladação dos ossos de D. Manuel I e da sua esposa, a rainha D. Maria¹⁴⁰⁴. No entanto, tudo aponta para que, após tal acontecimento, D. Luís tenha abandonado a corte e rumado à Atouguia da Baleia onde diversos assuntos da sua Casa aguardavam resolução. Na verdade, os anos que mediarão até à restauração do seu título condal, em 1577, foram marcados por uma presença constante do fidalgo na corte, mas também por uma gestão atenta dos assuntos da Casa. Tal gestão da Casa de Atouguia por parte de Ataíde asseverava-se tanto mais importante quanto se prefigurava

¹⁴⁰¹ Cf. PEREIRA, Belmiro Fernandes, “A fama portuguesa...”, p. 50.

¹⁴⁰² Cf. SANTOS, Frei Manoel dos, *Op. Cit.*, livro II, cap. XVI.

¹⁴⁰³ Cf. BAÑOS-GARCIA, Antonio Villacorta, *Op. Cit.*, p. 145.

¹⁴⁰⁴ Cf. JORDAN, Annemarie, *A rainha coleccionadora...*, p. 212.

no horizonte o seu acesso à mais alta nobreza titulada, a qual no século XVI tinha hierarquias sempre incertas¹⁴⁰⁵. Assim, torna-se necessário observar a sua estratégia na gestão dos assuntos da Casa, complementar à seguida na corte sebástica, antes de analisar o papel de Ataíde nessa mesma corte durante aqueles anos.

Durante a sua ausência na Índia, uma das irmãs de D. Luís, D. Brites de Ataíde, segunda esposa de Francisco Barreto, falecera¹⁴⁰⁶, tal como o seu genro Tristão da Cunha. A sua presença na sede do seu senhorio era requerida não apenas para dar continuidade às obras de fortificação em Peniche, e para tratar das questões relacionadas com o morgado que seu irmão, D. João de Ataíde, lhe pedira para instituir, mas sobretudo e até mais importante, para assegurar novas alianças matrimoniais para si e para os seus irmãos, D. Álvaro Gonçalves de Ataíde e D. Vasco de Ataíde.

Como já foi mencionado anteriormente, o tratamento da questão do morgado de D. João de Ataíde ficara suspenso pela partida de D. Luís para a Índia pelo que o fidalgo veio a retomar o assunto em mãos, em particular a partir de 1575, momento em que o falecimento da sua mãe, D. Maria de Magalhães, determinou que Ataíde fosse também administrador do morgado herdado de seu pai. A mãe de D. Luís, que o nomeara seu testamenteiro¹⁴⁰⁷, não chegara a receber todas as arras do seu casamento com D. Afonso de Ataíde¹⁴⁰⁸ e ficara a dever diversas quantias a D. Luís Gonçalves de Ataíde, ao cunhado Tristão da Cunha e à sua filha D. Filipa de Ataíde¹⁴⁰⁹. Enquanto a D. Luís D. Maria de Magalhães legou a administração do morgado¹⁴¹⁰, a seu irmão D. Álvaro Gonçalves de Ataíde legou uma quinta de Carnide bem como a sua tença¹⁴¹¹ e à filha D. Filipa de Ataíde, já então camareira-mor de D. Catarina, diversas casas que possuía¹⁴¹².

Já no atinente ao seu irmão D. João de Ataíde, que também o nomeara seu testamenteiro, D. Luís foi constrangido a iniciar, em 1575, o tratamento dos assuntos do seu morgado com o seu amigo Rui Lourenço de Távora, então provedor da Misericórdia de Lisboa¹⁴¹³. Do total de 2000 311 mil reais que D. João legara a D. Luís, D. João de Ataíde estabelecera que metade seria para o seu irmão, devendo esse montante ser

¹⁴⁰⁵ Cf. CUNHA, Mafalda Soares, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Aristocracia, poder....”, p. 48.

¹⁴⁰⁶ Pouco depois da partida de Francisco Barreto, em 1569. Cf. Carta do Padre Francisco de Monclaros ao Padre Leão Henriques de 1 de Agosto de 1570 de Moçambique – PUB. DI, vol. VIII, doc. 41.

¹⁴⁰⁷ Cf. ANTT, *Administração da Casa de Pancas*, maço 39, doc. 1, fl. 20v.

¹⁴⁰⁸ Cf. *Ibidem*, fl. 21.

¹⁴⁰⁹ Cf. *Ibidem*, fls. 36, 37 e 38v.

¹⁴¹⁰ Cf. *Ibidem*, fl. 20v.

¹⁴¹¹ Cf. *Ibidem*, fls. 16v. e 27.

¹⁴¹² Cf. *Ibidem*, fl. 19v.

¹⁴¹³ Cf. ANTT, *Casa de Povolide*, caixa 5, maço 9, doc. 3, fl. 3.

investido na compra de fazendas e padrões de juro, que deveriam ser entregues na totalidade à Misericórdia a qual, apenas após tal entrega, daria a referida metade a D. Luís¹⁴¹⁴. Para o efeito, o fidalgo adquiriu casas e pomares na Atouguia da Baleia, uma quinta, designada da Penhozeira, em Vila longa, e diversos padrões de juro num valor total de 420 mil reais¹⁴¹⁵. No entanto, tudo indica que D. Luís não tenha recebido a totalidade do valor devido pois, solicitando, pela última vez, o acerto de valores, antes de partir para a Índia, este foi-lhe sendo pago gradualmente em letras de câmbio¹⁴¹⁶.

Na verdade, a gestão do morgado da Casa, no período subsequente à última partida de D. Luís para a Índia, ficaria a cargo da sua irmã D. Helena de Ataíde¹⁴¹⁷, esposa de Tristão de Cunha. Em primitivo testamento de 1562, e antes do seu marido falecer, D. Helena solicitava ao marido que dos filhos do seu casamento (Simão da Cunha, Nuno da Cunha, D. Isabel de Meneses e Tristão da Cunha¹⁴¹⁸), fosse garantido dinheiro para casar a filha D. Isabel de Meneses¹⁴¹⁹. Quando Tristão da Cunha, também ele membro da Misericórdia de Lisboa¹⁴²⁰, faleceu em Outubro de 1571, pedindo para ser sepultado em Azeitão¹⁴²¹, deixou o morgado ao filho Simão da Cunha com obrigação que este sustentasse seu irmão Nuno da Cunha e que ajudasse a sua irmã D. Isabel de Meneses a casar. Fizera-o ainda relembrando que o casamento desta sua filha teria de colher a aprovação dos seus testamenteiros¹⁴²². Apesar dos desentendimentos que teve com D. Luís de Ataíde e dos quais Ataíde se queixava, em data incerta, a Pedro de Alcáçova Carneiro¹⁴²³, Tristão da Cunha nomeara D. Luís para olhar pelo futuro dos seus filhos¹⁴²⁴. Antes de falecer recebeu ainda o recado do seu genro, pedindo-lhe que não casasse D. Isabel de Meneses até ele próprio regressar da Índia¹⁴²⁵.

Em causa, estava a necessidade de Ataíde, após o falecimento da sua segunda esposa D. Maria de Noronha, sem descendência, assegurar um herdeiro varão para a sua Casa. Tal necessidade tornara-se mais premente desde o regresso de D. Luís ao Reino,

¹⁴¹⁴ Cf. *Ibidem*, fl. 3v.

¹⁴¹⁵ Cf. *Ibidem*, fls. 5-5v.

¹⁴¹⁶ Cf. *Ibidem*, fls. 8v-9.

¹⁴¹⁷ Cf. ANTT, *Casa de Povolide*, caixa 21, doc. 1, nº 2, fl. 1-2.

¹⁴¹⁸ Cf. Genealogia 4: Ascendência e descendência de D. Luís de Ataíde, 3º conde de Atouguia (Século XVI).

¹⁴¹⁹ Cf. ANTT, *Casa de Povolide*, maço 62, nº 6, fl. 2.

¹⁴²⁰ Cf. ANTT, *Casa de Povolide*, maço 3, nº 4, fl. 1.

¹⁴²¹ Cf. *Ibidem*.

¹⁴²² Cf. *Ibidem*, fl. 1v.

¹⁴²³ Cf. Carta de D. Luís de Ataíde a Pedro de Alcáçova Carneiro, Porto, 10.IV – ANTT, *CM*, maço 2, doc. 248.

¹⁴²⁴ Cf. ANTT, *Casa de Povolide*, maço 3, nº 4, fl. 2.

¹⁴²⁵ Cf. *Ibidem*, fl. 2v.

sobretudo tendo em conta o papel que desempenhava na corte de D. Sebastião. Desesperado por gerar o herdeiro para a rica Casa que chefiava, Ataíde sabia, contudo, que o casamento com sua sobrinha, D. Isabel de Meneses, exigiria dispensa de parentesco junto do Papa, a qual não seria fácil de obter. Valendo-se então dos seus contactos junto do rei e da própria rainha D. Catarina, através da sua irmã, D. Filipa de Ataíde, e do seu genro e mordomo-mor, D. Sancho de Noronha, D. Luís recorreu ao embaixador D. Juan de Borja para acelerar o processo.

Em missiva endereçada a Filipe II, em Fevereiro de 1575, Borja escrevia que “Don luis de Taide Viso Rey que fue de la India y aora es del consejo d estado del Rey, tiene conçertado de casar se con una sobrina suya, con consentimiento del Rey y de la Reyna, y aunque han escrito todos principes sobre esta dispensaçion al Papa por ser cosa que la Reyna desea, y ser el hermano de su camarera mayor y estar la sobrina en sua casa, me mando suplicasse a V. M. de su parte escriuir al papa pidiendo sse la, y a don Juan de Çuniga mandasse V. M. escriuir que diesse la carta y procurasse este despacho”¹⁴²⁶. O embaixador filipino, ansioso por captar o interesse e a atenção de D. Luís, não duvidou mesmo em garantir ao fidalgo que teria a necessária dispensa papal de Roma, antes mesmo de informar o próprio Filipe II, a quem pedia encarecidamente que a alcançasse¹⁴²⁷. Desconhece-se quando Ataíde obteve tal dispensa, apenas se sabendo que, em Janeiro de 1577, D. Isabel de Meneses ainda não se casara com o seu tio¹⁴²⁸.

O terceiro casamento de D. Luís de Ataíde com D. Isabel de Meneses não deve ser dissociado do consórcio de seu irmão D. Álvaro Gonçalves de Ataíde com a sua prima, D. Isabel da Silva, filha de D. Luís Gonçalves de Ataíde e de D. Violante da Silva¹⁴²⁹, o qual deverá ter ocorrido pela mesma época. Perante um cenário de possível extinção da varonia de uma linhagem era prática comum procurar o enlace com uma linhagem aparentada por a esta última não ser indiferente o destino da linhagem ameaçada de extinção¹⁴³⁰. Fora precisamente prevendo esses óbices, e tendo em conta a dificuldade em encontrar um consórcio à altura do seu estatuto de grande cortesão da corte de D. Sebastião que D. Luís encaminhara o seu próprio casamento endogâmico e o do seu irmão mais velho com parentes próximos. Em relação a seu irmão mais velho, D.

¹⁴²⁶ Cf. Carta de D. Juan de Borja a Filipe II, Lisboa, 7.II.1575 – AGS, *Estado*, Leg. 391, doc. 191, fl. 2.

¹⁴²⁷ Cf. Carta de D. Juan de Borja a Filipe, s.l., s.d. – *Ibidem*, doc. 207.

¹⁴²⁸ Visto nessa altura pedir certidão do testamento da sua mãe a fim de angariar os necessários fundos para o casamento. Cf. ANTT, *Casa de Povolide*, maço 62, nº 6, fl. 3.

¹⁴²⁹ Cf. Genealogia 4: Ascendência e descendência de D. Luís de Ataíde, 3º conde de Atouguia (Século XVI).

¹⁴³⁰ Cf. NASSIET, Michel, *Op. Cit.*, p. 203.

Álvaro Gonçalves de Ataíde, tivera a clara preocupação de o casar para assegurar descendência, caso ele próprio falecesse sem a ter, uma vez que nesse cenário a Casa seria herdada por D. Álvaro.

Numa óptica diversa enquadra-se, contudo, o enlace de D. Vasco de Ataíde com D. Luísa Henriques, filha de João Arrais de Mendonça¹⁴³¹, o qual não parece ter sido alvo de qualquer preocupação por parte de D. Luís. Não obstante, tudo aponta para que D. Luís não tenha sido alheio à colocação na corte sebástica, quer de D. Álvaro Gonçalves de Ataíde, quer de D. Vasco de Ataíde, como cavaleiros-fidalgos com 3900 reais de moradia anual¹⁴³², e mesmo ao ingresso de D. Vasco na Ordem de Santiago, em Setembro de 1577¹⁴³³, isto é, no momento da sua última partida para a Índia.

Devido à sua presença na sede dos seus senhorios a fim de encaminhar os assuntos da sua Casa e dar sequência à fundação do convento do Bom Jesus de Peniche para o qual fornecera autorização ainda antes de partir da Índia¹⁴³⁴, não se estranha que D. Luís de Ataíde não tenha estado presente na jornada alentejana de D. Sebastião de 1573. Encarada como um ponto de viragem marcado, para Queirós Veloso¹⁴³⁵, pela aposta no Norte de África, para Maria Augusta Lima Cruz¹⁴³⁶, pela mudança na relação com o cardeal D. Henrique e pela tomada de consciência do excessivo poder de Martim Gonçalves da Câmara, mas também, como refere Jacqueline Hermann¹⁴³⁷, por uma maior abertura à nova nobreza, bem visível na presença em peso de jovens fidalgos, a referida jornada foi, pois, de importância decisiva. Apesar de D. Luís não ter acompanhado o monarca foi, no entanto, convocado por D. Sebastião para assistir ao capítulo da Ordem de Cristo, realizado em Santarém, no final daquele ano.

Na qualidade de homem experiente da guerra e de figura a quem havia sido prometida a concessão de uma comenda naquela Ordem, tal como assinalado já em 1568, e se bem que esta (a alcaidaria-mor e comenda de Castro Marim) só tenha sido

¹⁴³¹ Cf. Genealogia 4: Ascendência e descendência de D. Luís de Ataíde, 3º conde de Atouguia (Século XVI).

¹⁴³² Cf. *Provas*, tomo VI, parte II, p. 353; BNP, colecção pombalina, nº 64, fl. 16v.

¹⁴³³ Cf. ANTT, *Chancelaria da Ordem de Santiago*, livro 1, fl. 196, Lisboa, 17.IX.1577.

¹⁴³⁴ Aquele convento onde D. Luís viria a ser sepultado, começara por funcionar como uma enfermaria do convento de São Bernardino. Em 1570, através do seu procurador, Diogo Botelho, Ataíde doou, a pedido da população local que fornecera diversas esmolas, a localização do futuro convento. Também a sua segunda esposa, D. Maria de Noronha, se empenhou pessoalmente no assunto (Cf. BELÉM, Frei Jerónimo, *Op. Cit.*, livro VI, cap. XXVII).

¹⁴³⁵ Cf. VELOSO, José Maria de Queirós, *Op. Cit.*, p. 191.

¹⁴³⁶ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, pp. 213 e 218.

¹⁴³⁷ Cf. HERMANN, Jacqueline, *No Reino do Desejado. A construção do Sebastianismo em Portugal (Séculos XVI e XVII)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, pp. 99-100.

concedida formalmente ao fidalgo em 1576¹⁴³⁸, a presença de D. Luís de Ataíde era relevante para os intuitos do monarca. Não apenas pela sua ligação pessoal ao fidalgo e pelo perfil reformador que este evidenciara na Índia mas, sobretudo, pela sua intenção de aproveitar aquele capítulo da Ordem para a reformar, revalorizando a antiga nobreza¹⁴³⁹. Ora, para tal o rei não poderia deixar de contar com a presença dos mais importantes representantes dessa mesma nobreza. Ao lado dos 12 comendadores-mores eleitos para reformar os estatutos da Ordem de Cristo, tais como o seu genro, Luís Álvares de Távora, D. Francisco Pereira, Pedro de Alcáçova Carneiro, D. Manuel de Portugal, D. João Mascarenhas, Francisco de Sá de Meneses e D. João Telo de Meneses¹⁴⁴⁰, o nome de D. Luís de Ataíde não era apenas mais uma presença.

Eleito um dos sete reformadores da Ordem conjuntamente com D. João Mascarenhas, Francisco de Sá de Meneses, D. Afonso de Albuquerque, Pedro de Alcáçova Carneiro, Vasco da Silveira e Luís Álvares de Távora¹⁴⁴¹, sabe-se inclusivamente que, com Pedro de Alcáçova Carneiro e Luís Álvares de Távora, D. Luís de Ataíde fora um dos mais votados¹⁴⁴². Desta forma, após a recepção de 1572, a feição militar do fidalgo não só continuava a garantir-lhe acesso e relação privilegiada com o rei, como contribuiu para o reaproximar de importantes figuras da corte de então.

Esta faceta do fidalgo em consonância com o ardor guerreiro da personalidade sebástica, explica igualmente a sua presença num dos momentos mais polémicos do reinado: o da primeira passagem a África, em 1574. Aproveitando a morte de Rui de Sousa Carvalho, anterior capitão de Mazagão aquando do cerco de 1562, e então capitão de Tânger, acusado pelo rei de falta de coragem no ataque ao inimigo islâmico o que motivara a sua precipitada saída e falecimento em combate¹⁴⁴³, o *Desejado* nomeou o Prior do Crato, para a capitania de Tânger. A astúcia do embaixador D. Juan de Borja percebeu que tal nomeação se inseria numa reaproximação do mesmo à corte de forma a disputar com o infante D. Duarte a valia política junto de D. Sebastião, e que o

¹⁴³⁸ Cf. ANTT, *Chancelaria da Ordem de Cristo*, livro 3, fl.238v., Lisboa, 13.III.1576. Anteriormente e na sequência do seu regresso, Ataíde apenas recebera autorização régia para a permuta de umas casas na Atouguia da Baleia (Cf. ANTT, *CDS DH*, livro 31, fl. 295v., Almeirim, 6.II.1574).

¹⁴³⁹ Cf. CURTO, Diogo Ramada, *Cultura Política no Tempo dos Filipes (1580-1640)*, Lisboa, Edições 70, 2011, pp. 417-418.

¹⁴⁴⁰ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, p. 223.

¹⁴⁴¹ Cf. FEIO, Gonçalo Maria Duarte Couceiro, *Op. Cit.*, p. 86.

¹⁴⁴² Cf. Carta de D. Sebastião aos grandes dignatários da Ordem de Cristo, Santarém, 11.XII.1573 – PUB. “Documentos inéditos...”, doc. XXX.

¹⁴⁴³ Cf. VELOSO, José Maria de Queirós, *Op. Cit.*, p. 194.

rei passaria a África pois “aquí tiesse por muy creído que con este achaque ha de querer el Rey pasar en Africa (que es en lo que han de parar todos sus designios)”¹⁴⁴⁴.

Já então obcecado com o Norte de África e aproveitando o pretexto da recente perda de Tunes pelos cristãos¹⁴⁴⁵, a intenção de D. Sebastião era, como afirma Maria Augusta Lima Cruz¹⁴⁴⁶, a de conhecer a região, e, especialmente tendo em conta a forma bem planeada como partiu, levando consigo D. António e o infante D. Duarte, de molde a não dar tempo à reacção de D. Henrique e de D. Catarina, dar um forte sinal de afirmação. É precisamente neste objectivo que se enquadra a partida da principal fidalguia da corte sebástica que acompanhara D. Sebastião na jornada ao Alentejo e Algarve, em 1573, isto é, quando o rei já equacionava passar a África¹⁴⁴⁷, mas também a de todos os que tencionavam capitalizar a ausência de Martim Gonçalves da Câmara e de seu irmão, o mestre e confessor do rei, Padre Luís Gonçalves de Câmara.

Martim Gonçalves da Câmara em particular, o qual, como o seu irmão sempre se opusera à política norte-africana de D. Sebastião¹⁴⁴⁸, veio a sofrer as consequências da sua permanência em Portugal. Aproveitando a sua ausência, D. Álvaro de Castro, que já antes introduzira, no serviço do rei, por ligação e consideração a Lourenço Pires de Távora, o seu filho Cristóvão de Távora¹⁴⁴⁹, encontrou condições para congeminar o regresso à cena política de Pedro de Alcáçova Carneiro¹⁴⁵⁰. Neste sentido, a primeira passagem a África teve um papel de confirmação dos novos valimentos, em gestação desde o ano anterior, como os de D. Álvaro de Castro, Cristóvão de Távora, Luís da Silva e Manuel Quaresma Barreto¹⁴⁵¹.

Nesta óptica, e apesar do seu parentesco muito próximo aos irmãos Câmara e de este lhe ter valido, em parte, a nomeação de 1568, a presença de D. Luís de Ataíde junto de D. Sebastião deverá ter sido assegurada pelo rei desde o início. Não convinha então a este rodear-se de figuras importantes num momento tão sensível em que decidira não

¹⁴⁴⁴ Cf. Carta de D. Juan de Borja a Filipe II, Lisboa, 15.V.1574 – AGS, *Estado*, Leg. 393, doc. 142.

¹⁴⁴⁵ Cf. VEIGA, Carlos Margaça, *Op. Cit.*, vol. I, p. 144.

¹⁴⁴⁶ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, pp. 231-232.

¹⁴⁴⁷ Sendo esse o motivo pelo qual, em 1573, não chegara a enviar à Índia ordens de ataque aos Otomanos. Cf. *Ibidem*, p. 219.

¹⁴⁴⁸ Cf. LOUREIRO, Francisco de Sales, *O Padre Luís Gonçalves...*, pp. 23 e 36-37.

¹⁴⁴⁹ Cf. BAYÃO, Padre José Pereira, *Op. Cit.*, livro III, cap. XVI.

¹⁴⁵⁰ Cf. *Ibidem*, cap. XV.

¹⁴⁵¹ Cf. BAÑOS-GARCIA, Antonio Villlacorta, *Op. Cit.*, pp. 169-170.

mais seguir a via do tio ou a da avó, mas a sua própria via¹⁴⁵²? Não contribuiria também Ataíde, com a sua presença, para reforçar novamente a própria actuação do monarca?

Neste sentido, consideramos que a presença de D. Luís era para o próprio rei imperiosa. Por isso mesmo, ao contrário do que refere uma lista de fidalgos convocados para África pelo rei¹⁴⁵³, na qual o fidalgo prima pela ausência, e além dos senhores de morgado que D. Sebastião convocou posteriormente¹⁴⁵⁴, consideramos que terá sido previamente informado da passagem a África e nela participado desde o início. Esta afirmação é, em parte, corroborada pelo facto de Ataíde se encontrar presente na chegada a Ceuta. Tendo o monarca intenção de partir com 3000 infantes e 1000 ginetes¹⁴⁵⁵, e tendo passado formalmente a Ceuta no último dia de Agosto de 1574¹⁴⁵⁶, a presença de D. Luís na entrada da cidade encontra-se atestada. Tal sucede por se saber que ali comprou a pedra que matara o seu trisavô, Vasco Fernandes de Ataíde. O fidalgo mandou mesmo afixar um letreiro na parede da torre de onde esta fora arremessada em 1415, o qual dizia: “Enquanto Vasco Fernandes de Athayde é o primeiro na ocupação d’esta fortaleza, esta pedra aqui á entrada foi a um tempo a sua vida e a sua morte. 1574”¹⁴⁵⁷.

O gesto emocionado de Ataíde face ao primeiro antecessor da sua Casa a falecer em combate ao serviço dos Avis indicia que o fidalgo, para além de pretender afirmar a ligação da sua Casa à dinâmica da Expansão, tenha procurado relembrar a todos os presentes o seu estatuto. Tal respeitava também ao próprio D. Sebastião, a quem a afirmação da lógica do sangue e da guerra não era indiferente. Neste aspecto é impossível deixar de notar que a actuação de D. Luís foi de molde a intencionalmente agradar ao próprio monarca em tão polémica expedição e, porventura, a assegurar um papel nos eventos seguintes.

Já em Tânger, a disputa pela ascendência dos cortesãos junto de D. Sebastião foi renhida. Mas, quanto a este aspecto, apenas se sabe que Ataíde teve o privilégio de, numa das saídas do monarca, ser nomeado para comandar 180 cavaleiros, enquanto D.

¹⁴⁵² Cf. HERMANN, Jacqueline, *Op. Cit.*, p. 91. A mesma autora realça que D. Sebastião crescera dividido entre a influência da avó, D. Catarina, e do tio, D. Henrique (Cf. *Ibidem*, p. 80).

¹⁴⁵³ Cf. BAYÃO, Padre José Pereira, *Op. Cit.*, livro III, cap. V.

¹⁴⁵⁴ Cf. “Documentos inéditos...”, doc. XXXIV.

¹⁴⁵⁵ Cf. Carta de D. Juan de Borja a Filipe II, Lisboa, 14.VIII.1574 – AGS, *Estado*, Leg. 392, doc. 18.

¹⁴⁵⁶ Cf. Carta de D. Juan de Borja a Filipe II, Lisboa, 31.VIII.1574 – *Ibidem*, doc. 29.

¹⁴⁵⁷ Cf. GALVÃO-TELLES, João Bernardo, SEIXAS, Miguel Metelo de, “Em redor das armas...”, p. 92.

João Mascarenhas comandava 100 e o próprio rei os restantes¹⁴⁵⁸. Desconhece-se se terá ou não acompanhado o monarca nas saídas mais frequentes que este realizava com as suas figuras mais próximas: D. Afonso de Portugal, 2º conde do Vimioso, D. Francisco de Portugal, Cristóvão de Távora e Manuel Quaresma Barreto¹⁴⁵⁹. Perante a aproximação do vice-rei de Mequínés e a intenção de D. Sebastião de lhe dar batalha foi organizado um importante conselho. Neste, D. Luís de Ataíde alinhou com as opiniões do influente D. Jorge de Lencastre, 2º duque de Aveiro, figura fundamental¹⁴⁶⁰ na intermediação entre D. Sebastião e D. António, Prior do Crato, de D. Julião de Alva, bispo de Miranda, de D. Afonso de Portugal, 2º conde de Vimioso, de D. Diogo da Silveira, 2º conde de Sortelha, de Diogo Vaz, de Francisco de Sá de Meneses, de D. Fernando Martins, 2º barão do Alvito, de D. Fernando Alves e de Rui Lourenço de Távora¹⁴⁶¹. Estes consideravam que não seria prudente abandonar os muros de Tânger para enfrentar o vice-rei de Mequínés. Aparentemente apenas D. Álvaro de Castro fora de opinião contrária¹⁴⁶², apesar de também ele não apoiar que o rei liderasse pessoalmente uma política de retorno a África¹⁴⁶³, apostado em ganhar o necessário espaço de manobra político junto do rei para afastar Martim Gonçalves da Câmara¹⁴⁶⁴.

Na realidade, boicotado pelo cardeal D. Henrique, o qual só fora convencido a aceitar a regência interina do Reino por intervenção de Miguel de Moura¹⁴⁶⁵, mas também pelo próprio Filipe II¹⁴⁶⁶, sob ameaça da avó D. Catarina de o ir pessoalmente buscar a Tânger¹⁴⁶⁷, e não contando com os necessários reforços e mantimentos no momento da aproximação do Inverno, D. Sebastião acabaria, sob influência de Pedro de Alcáçova Carneiro e de D. Jerónimo Osório, bispo de Silves¹⁴⁶⁸, por aceder a regressar. Para trás ficavam os vários momentos em que o *Desejado* se recusara a ouvir os

¹⁴⁵⁸ Cf. DANVILA Y BURGÜERO, Alfonso, *Don Cristobal de Moura. Primer Marqués de Castel Rodrigo (1538-1613)*, Madrid, 1900, pp. 850-851.

¹⁴⁵⁹ Cf. VELOSO, José Maria de Queirós, *Op. Cit.*, pp. 198-199.

¹⁴⁶⁰ Seria interessante estudar a presença e importância desta figura na corte sebástica, a qual parece vir na sequência da influência que seu pai, D. João de Lencastre, 1º duque de Aveiro, tivera no período das regências, e que, então, se realizava sem a oposição da Casa de Bragança visível durante as regências.

¹⁴⁶¹ Cf. LOUREIRO, Francisco de Sales, *Miguel de Moura...*, pp. 497-498.

¹⁴⁶² Cf. VELOSO, José Maria de Queirós, *Op. Cit.*, p. 207.

¹⁴⁶³ Cf. BAYÃO, Padre José Pereira, *Op. Cit.*, livro III, cap. XV.

¹⁴⁶⁴ Cf. VELOSO, José Maria de Queirós, *Op. Cit.*, p. 207.

¹⁴⁶⁵ O qual recorreu ao confessor do cardeal, o Padre Leão Henriques. Cf. LOUREIRO, Francisco de Sales, *Op. Cit.*, pp. 98-99.

¹⁴⁶⁶ Cf. VELOSO, José Maria de Queirós, *Op. Cit.*, p. 201. Já em 1572, Filipe II desaprovava o projecto régio de eventualmente passar a África, como escreveu à margem de um resumo de uma carta de D. Juan de Borja, no qual afirmava concordar com os motivos alegados por D. Catarina e D. Henrique para condenar a passagem. Cf. AGS, *Estado*, Leg. 390, docs. 35-36.

¹⁴⁶⁷ Cf. VELOSO, José Maria de Queirós, *Op. Cit.*, p. 201.

¹⁴⁶⁸ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, pp. 234-235.

conselhos no sentido de não se expor inutilmente a perigos. Estes geraram grandes polémicas entre D. Diogo da Silveira, D. Afonso de Portugal, D. Álvaro de Castro e Manuel Quaresma Barreto a respeito da responsabilidade pelas atitudes do rei¹⁴⁶⁹, afigurando-se então como um mau presságio do que viria a suceder em 1578.

D. Luís de Ataíde presenciara ainda o sério desentendimento entre o Prior do Crato, o infante D. Duarte e o próprio D. Sebastião¹⁴⁷⁰, o qual chegara a motivar o pedido de D. Juan de Borja a Filipe II de que ali enviasse um homem experiente da guerra para resolver aqueles desaguisados e convencer o monarca português a regressar dado a boa vontade de Francisco de Sá de Meneses ser insuficiente para convencer o rei¹⁴⁷¹. No sentido da actuação de Sá de Meneses julgamos que deverá ter sido também a do próprio Ataíde, apesar de não existirem referências nesse sentido, atendendo ao seu perfil de prudência militar evidenciado em tantas ocasiões. Consciente do boicote que lhe fora imposto, D. Sebastião acabaria por regressar e ficar ressentido, não apenas com D. Catarina e D. Henrique, mas também com o próprio Filipe II a quem D. Juan de Borja aconselhou dissimulação no relacionamento com o *Desejado* para que o monarca português esquecesse aquilo que sentia como uma afronta¹⁴⁷².

No regresso ao Reino, ao comando de uma nau que acabou por ser capitaneada por Matias de Albuquerque¹⁴⁷³, Ataíde continuou a acompanhar D. Sebastião em momentos fundamentais da sua afirmação política. Assim, já depois de captar o seu apoio para o seu terceiro casamento, quando, em Outubro de 1575¹⁴⁷⁴, chegou a Lisboa o embaixador do sultão de Bijapur para confirmar as pazes, D. Luís voltou a assumir importante papel. Uma das descrições daquele momento afirma que¹⁴⁷⁵: “Recebeo elRey ao Embaixador do Hidalcaõ, deitado na cama, não tanto por mal disposto como por encubrir sua pouca hidade com que não representava muito. E o mouro se espantou muito de ver D. Luis de

¹⁴⁶⁹ Cf. Cópia de uma carta de Tânger, Tânger, 4.X.1574 – AGS, *Estado*, Leg. 392, doc. 142.

¹⁴⁷⁰ No cerne do qual se encontrava a luta pela ascendência junto de D. Sebastião entre os partidários do infante D. Duarte e os do Prior do Crato e possivelmente já a problemática da falta de descendência de D. Sebastião que colocaria ambos como hipotéticos candidatos, em disputa entre si, à sucessão. D. Sebastião nomeara D. António condestável do Reino, deixando agravado o infante D. Duarte. Pouco depois, afastou o Prior do Crato da capitania de Tânger, deixando também este agravado.

¹⁴⁷¹ Cf. Carta de D. Juan de Borja a Filipe II, Lisboa, 25.X.1574 – AGS, *Estado*, Leg. 392, doc. 145.

¹⁴⁷² Cf. Carta de D. Juan de Borja a Filipe II, Lisboa, 19.II.1575 – *Ibidem*, doc. 148.

¹⁴⁷³ Cf. “Vida e acções...”, cap. 5.

¹⁴⁷⁴ Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Itinerários de El-Rei D. Sebastião*, vol. II, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1963, p. 105.

¹⁴⁷⁵ Existem outras de sentido semelhante (Cf. SANTOS, Frei Manoel dos, *Op. Cit.*, livro II, cap. XVII; BAYÃO, Padre José Pereira, *Op. Cit.*, livro III, cap. XI; SOARES, Pero Ruiz, *Op. Cit.*, cap. 32; Carta de Álvaro de Veancos a Filipe II, Lisboa, 9.X.1575 – AGS, *Estado*, Leg. 392, doc. 151) e uma outra de sentido oposto na qual é anotado o escândalo do embaixador ao ver D. Luís de Ataíde submetido a um rei de “tam pouca grauidade e menos autoridade” que ele próprio (Cf. BA, 51-IX-22, fl. 149).

Ataide que elle bem conhecia encostado á parede em pee e desbarretado, como estavam os outros fidalgos, e disse que só naquilo via o grande poder delRey de Portugal”¹⁴⁷⁶.

Ao mesmo tempo que ajudava o rei a apresentar-se da melhor forma possível perante aquele embaixador, detendo um papel importante na apreciação que este faria da corte portuguesa, e estando provavelmente conhecedor das grandes intrigas palacianas do final do ano de 1575 que viriam a culminar no afastamento do seu primo, Martim Gonçalves da Câmara, e na reabilitação de Pedro de Alcáçova Carneiro¹⁴⁷⁷, Ataíde não deixava de interferir pelo seu amigo D. António de Lima. Em missiva a este prometia tratar dos seus assuntos com Martim Gonçalves assim que houvesse ocasião¹⁴⁷⁸.

A agitação que então se vivia na corte, no momento em que surgia no horizonte a possível intervenção de D. Sebastião em Marrocos¹⁴⁷⁹, derivava ainda das tensões entre os dois impérios ibéricos e das graves notícias que chegavam do Estado da Índia. Assim, em Janeiro de 1576, estando D. Sebastião informado do agravamento geral da situação oriental durante o governo de António Moniz Barreto (1573-1577) e do incumprimento por este de diversas ordens régias¹⁴⁸⁰, circulou na corte o rumor de que o monarca se preparava para nomear novo vice-rei da Índia. O eleito não foi D. Luís de Ataíde mas, antes D. Diogo de Sousa uma vez que a Ataíde se reservava missão mais importante: “Aqui se dixo los dias passados que el Rey embiara a don luis de Taide Viso Rey que fue de la India y aora es de su consejo a V. M. a tratar segun la opinion de algunos de su casamiento segun los outros demas a pedir a V. M. que mande que se deshagan quatro mill soldados que aqui dissen que estan levantados en seuilla para embiar a la china con el obispo que tambien esta para alla”¹⁴⁸¹. Acrescentava o então representante de Filipe II até à chegada de D. Juan da Silva que “estan todos muy scandalizados, muchos me preguntan si se yo que seya esto assi, Respondo a todos que ya no sey alguna cosa disto ni lo creyo porque yo no lo sey por carta de allgun offiçial de V. M. quanto más esto les digo tanto mas lo affirmam que es assi, dissen mas que tambien ha mandado V. M. pasar prouision para que puedan yr sus vassalos a tratar a todos los puertos de la conquista de Portugal donde no hubiere fortalezas deste

¹⁴⁷⁶ Cf. “Documentos inéditos...”, doc. XXXIV, p. 117.

¹⁴⁷⁷ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, p. 243.

¹⁴⁷⁸ Cf. Carta de D. Luís de Ataíde a D. António de Lima, Almada, 15.VII.1575 – Apêndice documental, doc. 6. A carta fora enviada através de Diogo Botelho.

¹⁴⁷⁹ Cf. Carta de Álvaro de Veancos a Filipe II, Lisboa, 12.VIII.1575 – AGS, *Estado*, Leg. 391, doc. 167.

¹⁴⁸⁰ Cf. VILA-SANTA, Nuno, “Revisitando...”, pp. 97-102.

¹⁴⁸¹ Cf. Carta de Álvaro de Veancos a Filipe II, Almeirim, 30.I.1576 – AGS, *Estado*, Leg. 393, doc. 9, fl. 1v.-2.

Serenissimo Rey, lo qual sienten mucho y disen que es gana de Romper V. M. con el aora non se habla en su yda se fuere verdad Auisare luego della”¹⁴⁸².

Num possível contexto em que a D. Sebastião, aproveitando o seu grande descontentamento pessoal com Filipe II, e a sua motivação por questões ligadas aos projectos de casamentos do *Desejado*, parece ter sido aconselhado que declarasse a guerra ao Monarca Católico¹⁴⁸³, a nomeação de D. Luís de Ataíde pretendia ter um efeito dissuasor de possíveis tensões entre ambas as Coroas. Se bem que tal indigitação não tenha sido confirmada, tal não só é elucidativo do ponto ao qual chegara a reputação do fidalgo junto de D. Sebastião, mas também, junto da corte de Filipe II, na sequência da divulgação europeia dos feitos de D. Luís. Apesar de Ataíde não ter partido naquela embaixada e de não ter sido nomeado vice-rei da Índia, lugar então atribuído ao seu amigo Rui Lourenço de Távora¹⁴⁸⁴, D. Luís seria indigitado de novo pelo rei, em sucessão a Távora, para provedor da Misericórdia de Lisboa¹⁴⁸⁵.

Com esta indigitação de D. Sebastião entrevê-se a crescente dificuldade do rei em recompensar os importantes serviços do ambicioso fidalgo, e, em particular, acentua-se a escolha deliberada do rei de o manter no Reino, facto este que já não ocorrerá no ano seguinte. Subjacente parece ter estado o facto de D. Sebastião, no quadro dos seus planos para nova jornada a África, voltar a contar com D. Luís de Ataíde.

A avaliação daqueles anos da actuação de D. Luís na corte sebástica, porém, não ficaria completa sem a menção às suas ligações ao infante D. Duarte. Próximo deste infante por via de D. António de Lima, na amizade do fidalgo àquele infante descrita no testamento deste último¹⁴⁸⁶, apreende-se nova forma de influência de Ataíde na corte. Apesar da inexistência de um estudo do herdeiro de D. Sebastião durante grande parte do seu reinado, é importante ter presente que o infante D. Duarte detinha uma

¹⁴⁸² Cf. Carta de Álvaro de Veancos a Filipe II, Almeirim, 30.I.1576 – *Ibidem*.

¹⁴⁸³ Um parecer anónimo, e sem data rebatia tal ideia (BA, 50-IV-32, fl. 519). Neste começa por ser referida a forma habilidosa como Filipe II controlava a vida portuguesa para, em seguida, se afirmar que seria preferível canalizar o esforço de guerra da nobreza para espaços mais distantes como a América e a Ásia. Chamava-se ainda a atenção sebástica para “os que querem guerra nam querem que V. A. os mande querer mandar a V. A. porque hum rei com guerra nam pagua nem manda”, motivo pelo qual o referido parecer terminava com a afirmação de que “os que aconselham guerra sam demónios tentadores procuram adoracom e a esses diga V.A. vade retro satana” (Cf. *Ibidem*, fl. 521v.).

¹⁴⁸⁴ Considerado por D. Juan da Silva como “hombre de mucha edad pero de muy buena dispuçion y reputaçion” (Cf. Carta de D. Juan da Silva a Filipe II, Lisboa, 6.III.1576 – AGS, *Estado*, Leg. 393, doc. 21, fl. 2v.), que relembra que Távora propagandeara a queda eminente de Martim Gonçalves da Câmara (Cf. Carta de D. Juan da Silva a Filipe II, Lisboa, 20.III.1576 – *Ibidem*, doc. 20, fl. 3).

¹⁴⁸⁵ Cf. ANTT, *Casa de Povolide*, caixa 5, maço 9, doc. 3, fl. 5v.

¹⁴⁸⁶ No qual se afirma que “D. Luis Dataide foi sempre muito meu amigo, e nessa conta o tinha” (Cf. *Provas*, tomo II, parte II, p. 260).

importante corte senhorial e que, em vários momentos do reinado, procurou ganhar protagonismo político e o reconhecimento da sua elevada posição, embora pareça não ter conseguido alcançar verdadeiramente nenhum deles¹⁴⁸⁷. Nesse sentido, e sobretudo levando em linha de conta a falta de experiência militar daquele infante, que fora nomeado condestável do Reino, a proximidade de D. Luís ao herdeiro da Coroa não seria inocente. Tratava-se, uma vez mais, de ganhar influência, através da sua vincada feição militar, junto daquele que poderia, caso algo sucedesse à sempre frágil saúde de D. Sebastião, tornar-se subitamente no novo rei de Portugal. Este apurado sentido de precaução de Ataíde encontra-se também no seu relacionamento com o Prior do Crato, por aqueles anos opositor de D. Duarte e esperança de alguns de que pudesse vir a suceder D. Sebastião¹⁴⁸⁸. Embora para este último caso não se conheçam relações directas entre D. Luís e D. António, além do seu conhecimento pessoal em Tânger, em 1574, será importante salientar a ligação de Ataíde a Diogo Botelho, figura que fora próxima do infante D. Luís e era vedor do próprio D. António.

Equidistante, como já foi mencionado, quer das “criaturas” da rainha, quer das “criaturas” do cardeal D. Henrique, torna-se evidente que D. Luís de Ataíde detinha uma vasta rede de contactos na corte de D. Sebastião, à qual recorria em complemento à sua importante actuação política. Quanto a esta última, e sobre as que foram algumas das questões centrais daqueles anos, como sejam, o casamento do rei, o posicionamento na política externa e o relacionamento com os diferentes protagonistas de uma corte em mudança, são escassos os dados que permitem ajuizar dos posicionamentos do fidalgo.

Pelos casos apresentados, contudo, parece claro que o poder de intervenção que Ataíde detinha junto do rei era mais do que uma mera influência cortesã. Não será, porém, para o seu caso, pertinente alvitrar-se um valimento comparável aos de Martim Gonçalves da Câmara, D. Álvaro de Castro ou Cristóvão de Távora, o qual a ter existido teria, decerto, suscitado outras referências, inexistentes nas fontes. Sobressai ainda a extrema proximidade do fidalgo a D. Sebastião e como este, apesar de bem informado sobre tudo o que se passava na corte e de intencionalmente parecer, como nas regências, ter procurado não se envolver nos conflitos cortesãos, nunca deixou de acompanhar D. Sebastião em alguns dos momentos mais importantes do seu reinado. Terá sido esse

¹⁴⁸⁷ Especialmente tendo em conta que, durante o período das regências, não lhe é conhecido grande papel na condução política dos assuntos do Reino e por, já durante o governo de D. Sebastião, ser conhecido que as suas relações com este nem sempre foram estáveis.

¹⁴⁸⁸ Cf. CORAL, Carlos Jokubauskas, *Op. Cit.*, 2010, p. 16.

acompanhamento um sinal da aprovação de toda a linha política seguida por D. Sebastião até então, a qual era autónoma dos parentes de D. Luís, irmãos Câmara, como afirma Francisco Sales Mascarenhas¹⁴⁸⁹? Conquanto a resposta até 1576 pareça ser afirmativa, já o mesmo não se poderá ser referido para os anos finais do reinado.

III.5.2. De Guadalupe ao Generalato: D. Luís de Ataíde e a política norte-africana de D. Sebastião

Movido por um processo de auto-afirmação pessoal e da sua realeza¹⁴⁹⁰, o qual tinha as suas origens não tanto na sua educação¹⁴⁹¹, mas principalmente numa personalidade que fora sendo moldada em função dos embates entre o tio D. Henrique e a avó D. Catarina¹⁴⁹², D. Sebastião aproveitara, logo em 1575, o falecimento do Padre Luís Gonçalves da Câmara, umas das poucas figuras por quem chorou, para ameaçar de novo partir para África¹⁴⁹³. Apesar de apenas se ter deslocado ao Algarve¹⁴⁹⁴, o episódio foi elucidativo de como D. Sebastião, mais do que um rei imaturo, era já então um monarca obcecado com Marrocos¹⁴⁹⁵. Todavia, aquilo que era uma obsessão na sua personalidade era simultaneamente o veículo principal de afirmação da sua realeza. Como já assinalou Jorge Borges Macedo, quando analisou a política diplomática do *Desejado*, a qual procurou minorar as insuficiências da política externa de D. João III e quebrar o crescente cerco estratégico imposto por Filipe II, recuperando uma ligação mais forte da política manuelina a todos os assuntos da Cristandade, ao Papado, a França e posteriormente a Marrocos, a política sebástica de retorno a Marrocos, contextualizada no cenário real de ameaça otomana em Marrocos, não foi um erro¹⁴⁹⁶. No entanto, como relembra ainda Joaquim Veríssimo Serrão, tendo uma postura de

¹⁴⁸⁹ Cf. LOUREIRO, Francisco de Sales, *O Padre Luís Gonçalves...*, pp. 44 e 55, o qual afirma mesmo que as opções políticas dos irmãos Câmaras não chegaram a definir opções de fundo do reinado sebástico.

¹⁴⁹⁰ O qual simbolicamente se iniciara com a primeira passagem a África (Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, p. 235).

¹⁴⁹¹ À qual houve sempre a tentação de recorrer para justificar várias atitudes de D. Sebastião em diversos momentos (Cf. BAÑOS-GARCIA, Antonio Villacorta, *Op. Cit.*, p. 141), como por exemplo considera Jacqueline Hermann (Cf. HERMANN, Jacqueline, *Op. Cit.*, p. 87).

¹⁴⁹² Como primordialmente foi afirmado por Queirós Veloso, que salientou a importância de não descurar a personalidade de D. Sebastião (Cf. VELOSO, José Maria de Queirós, *Op. Cit.*, p. 101), tal como afirmou também Francisco de Sales Loureiro relativamente aos temas mais polémicos do reinado sebástico como sejam a misoginia do rei ou, a questão do seu casamento, desde sempre atribuída à influência dos irmãos Câmaras, e que o autor considera não levar em consideração a personalidade evidenciada pelo rei desde a sua infância (Cf. LOUREIRO, Francisco de Sales, *Op. Cit.*, pp. 18-19).

¹⁴⁹³ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, p. 240.

¹⁴⁹⁴ Cf. *Ibidem*, p. 241.

¹⁴⁹⁵ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, "D. Sebastião...", p. 306.

¹⁴⁹⁶ Cf. MACEDO, Jorge Borges, *Op. Cit.*, pp. 143-152.

governo absoluta¹⁴⁹⁷ e um pensamento nebuloso e grande sentido de cautela na expressão das suas intenções¹⁴⁹⁸, o *Desejado* necessitava de criar espaço de manobra para a prossecução dos seus planos de intervenção em Marrocos pois daria como certa a renovada oposição de D. Henrique, de D. Catarina e, em grau mais incerto, de Filipe II.

Apesar de, logo em 1569, no momento em que se preparava para encetar a reforma das ordenanças no Reino¹⁴⁹⁹, ser mencionado que todos os desígnios de D. Sebastião se concentravam na realização de uma expedição a África¹⁵⁰⁰, cremos que a opção norte-africana terá ficado clara na mente sebástica desde o fracasso da passagem à Índia, em 1572, como afirma o cronista Cabrera de Córdoba¹⁵⁰¹. Por este motivo, assim que encontrou condições para preparar a sua primeira passagem, o que se verificou em 1574, D. Sebastião empenhou-se nesse novo projecto político, percepcionando que através do mesmo poderia afastar a influência que considerava excessiva do tio D. Henrique. Para o sucesso deste novo desígnio político, o monarca necessitava de afastar as figuras que o tio, com especial destaque para Martim Gonçalves da Câmara, lhe tinha colocado estrategicamente a seu lado para constrangerem a sua actuação política. Assim se entende a sua abertura, evidenciada desde a jornada de 1573, à nova nobreza, comumente abreviada na tendência sebástica para substituir validos. Tal afirmação foi sistematizada na afirmação lapidar de Veríssimo Serrão, que se refere ao “seu receio de não se ver compreendido, nem pela avó, nem pelo tio D. Henrique, que o leva a entregar-se nas mãos de validos”, receio este que explicaria “as suas cóleras e desesperos, por não sentir um clima favorável para os seus ideais, e a sua tendência para o isolamento, apenas com meia dúzia de amigos”¹⁵⁰².

¹⁴⁹⁷ Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal. O Século de Ouro (1495-1580)*, vol. III, s.d., Editorial Verbo, 2001, p. 64.

¹⁴⁹⁸ Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, “D. Sebastião à luz dos seus itinerários” in *Colóquio O Sebastianismo: Política, Doutrina e Mito (Sécs. XVI-XIX)*, Lisboa, Edições Colibri/Academia Portuguesa de História, 2004, p. 26. Também para este ponto chamara, já antes, a atenção VELOSO, José Maria de Queirós, *Op. Cit.*, p. 101.

¹⁴⁹⁹ Cf. FEIO, Gonçalo Maria Duarte Couceiro, *Op. Cit.*, p. 49.

¹⁵⁰⁰ Como alertara o embaixador filipino ao afirmar que “Todo su negocio es usar en todo el modo viejo que se tenía y ser armígero y amigo de guerra, y dice que há de ir á Africa, y va proveyendo algunas cosas para armar la gente de su reino, y que tengan ejercicio; mas quiere estas cosas voluntariamente, fiando se de muy pocos, los cuales le hacen creer que sus fuerzas son muy mayores, y hacen con él discursos” (Cf. Carta de D. Hernando Carrilo de Mendonza, Évora, 6.XII.1569 – PUB. *CDIHE*, tomo XXVIII, p. 561).

¹⁵⁰¹ Cf. CÓRDOBA, Luis Cabrera de, *Historia de Felipe II, rey de España*, tomo II, Madrid, Aribau, 1876, livro XI, cap. X.

¹⁵⁰² Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, “D. Sebastião...”, p. 35.

A tendência identificada por Serrão derivava não apenas dos dramas pessoais de D. Sebastião¹⁵⁰³, mas porventura principalmente do próprio conceito de realeza que definira para si próprio quando escrevera ao conselho de Estado, em 1570, que: “Por o Reyno darey a vida, e pella honra; e pella fe porey a vida e honra; e tudo por o proposito do Reyno e meu não porey a honra do reyno nem a minha; porque este foi sempre o caminho dos Reis que o ganharão”¹⁵⁰⁴. Consciente que para o sucesso da sua aposta política teria de diversificar apoios, o *Desejado* não hesitou em criar condições para o afastamento de Martim Gonçalves de Câmara quando remodelou a sua equipa governativa, reabilitando Pedro de Alcáçova Carneiro e colocando em posições-chave as, já mencionadas, figuras que se vinham destacando desde 1573.

Desta forma, quando, em Abril de 1576, o monarca recebeu a carta do capitão de Tânger, D. Duarte de Meneses, na qual era narrado o início da guerra civil em Marrocos e a intervenção otomana no conflito, D. Sebastião fez circular a carta, pedindo parecer à nobreza sobre o que fazer¹⁵⁰⁵. Se bem que já tivesse decidido aproveitar a ocasião para intervir, argumentava que seria necessário responder ao pedido de socorro do monarca destronado, Muley Hamet, e impedir o estabelecimento otomano em Marrocos¹⁵⁰⁶. Sabendo grande parte da principal nobreza que de pouco valeria opor-se ao projecto régio, poucos declararam a sua oposição frontal¹⁵⁰⁷. Porém, entre os consultados cuja resposta se desconhece, terá estado o próprio Ataíde.

Quanto a D. Luís, que aparentemente até então apoiara a política sebástica de investimento no Norte de África, partindo para a região com o rei em 1574, apenas se sabe que, após o envio de Pedro de Alcáçova Carneiro, em Junho de 1576, em embaixada a Filipe II¹⁵⁰⁸ para começar a preparar o que veio a ser o encontro de Guadalupe, D. Sebastião votou-lhe novamente a sua atenção. Considerado, como mencionado em nota inicial deste capítulo, “hum dos Insignes capitaens do Seu tempo”, D. Sebastião partilhara com Ataíde o seu projecto de tomar Larache ao que “lhe disse o conde [D. Luís], que com sinco mil homens que lhe mandasse perceber com a luda de Ds Esperaua de lhe tomar aquella forza”, sendo que por então “nam desagradou a el Rey

¹⁵⁰³ Cf. BAÑOS-GARCIA, Antonio Villacorta, *Op. Cit.*, p. 44.

¹⁵⁰⁴ Cf. BNP, cód. 887, fl. 80.

¹⁵⁰⁵ Cf. HERMANN, Jacqueline, *Op. Cit.*, p. 108.

¹⁵⁰⁶ Cf. *Dezenredo sebastico. Jornada d’el rei D. Sebastião a Africa e sua bem fundada rezervaçam dividida em duas partes*, s.l., 1787, livro I, cap. IV – BNP, códice 9555.

¹⁵⁰⁷ Cf. VELOSO, José Maria de Queirós, *Op. Cit.*, p. 222.

¹⁵⁰⁸ Cf. *Ibidem*, pp. 223-224.

esta promessa”¹⁵⁰⁹. A relevante consulta, bem reveladora do papel de aconselhamento militar de Ataíde junto do monarca e do profundo respeito deste último pelos seus feitos de armas, deverá ter ocorrido ainda antes do regresso de Pedro de Alcáçova Carneiro.

Na realidade, vivia-se um ambiente de grande agitação na corte, pouco após a chegada, em Fevereiro de 1576, do novo embaixador de Filipe II, D. Juan da Silva, o qual vinha precisamente tratar do afastamento de Martim Gonçalves da Câmara, da jornada norte-africana e das negociações para o casamento de D. Sebastião com a infanta Isabel Clara Eugénia (v. 1566-1633)¹⁵¹⁰, filha de Filipe II e da sua amada Isabel de Valois (v. 1546-1568). Quando se tornou notório que D. Sebastião não desistiria da ideia, sobretudo após o regresso de Alcáçova Carneiro e da chegada de D. Cristóvão de Moura para combinar os pormenores do próximo encontro de Guadalupe, iniciaram-se as primeiras movimentações para impedir a jornada. Nesse sentido, e provavelmente já instruído por Filipe II, a quem desagradava uma jornada a Marrocos, Moura convenceu D. Henrique, então exilado em Évora, a escrever ao rei desaconselhando a realização da jornada enquanto, simultaneamente, duas “criaturas” do cardeal, D. João Mascarenhas e Francisco de Sá de Meneses, procuravam convencer D. Sebastião no mesmo sentido¹⁵¹¹.

É, pois, no quadro de um ambiente de intensíssima intriga cortesã, que crescentemente se adensa durante o ano de 1576, em torno da preparação do encontro com Filipe II, do qual D. Sebastião esperava captar apoio decisivo para os seus intentos, que deve ser interpretada a seguinte actuação do monarca. Apesar de ter solicitado a opinião de Ataíde sobre o ataque a Larache, pouco depois o rei já desconfiava “de dar aquella hõrra ao Conde [D. Luís] que elle podia tomar para sy, ou seria enueia de alguns que nam eram para conseguir Esta empresa, E queriam desuiar ao Conde, da gloria que nella poderia ganhar; ou por uentura se recearam que hum fidalgo tam caualeiro, e por quem tantas cousas em feitos de armas tinham passado os tiraria da graça del Rey”¹⁵¹².

A apontada ambição de Ataíde, que começava então a criar-lhe os primeiros escolhos, não o impediu, todavia, de acompanhar o rei ao encontro pessoal com Filipe II, em Guadalupe. Mesmo após ter sido aconselhado a não entrar nos domínios do Monarca

¹⁵⁰⁹ Cf. *Jornada del-rei dom Sebastião a África. Crónica de dom Henrique*, edição de Francisco de Sales Loureiro, Lisboa, INCM, 1978, cap. XI, p. 36.

¹⁵¹⁰ Cf. BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando, “Corte es decepción. Don Juan de Silva, Conde de Portalegre” in *La Corte de Felipe II*, direcção de José Martínez Millán, Madrid, Alianza Editorial, 1999, p. 469.

¹⁵¹¹ Cf. CÓRDOBA, Luís Cabrera de, *Op. Cit.*, tomo II, livro IX, cap. X.

¹⁵¹² Cf. *Jornada del-rey...*, cap. XI, p. 36.

Católico pelo sinal de fraqueza que tal acarretava¹⁵¹³ e de ter recusado a D. Henrique a sua presença no encontro¹⁵¹⁴, deixando-o novamente ressentido¹⁵¹⁵, D. Sebastião empenhou-se, tal como já sucedera anteriormente, em rodear-se da sua melhor nobreza. Neste sentido se compreende o alerta de D. Juan da Silva para que Filipe II preparasse a recepção o melhor possível pois, não só D. Sebastião levava consigo o 2º duque de Aveiro, como se fazia acompanhar de dois dos mais importantes condes palatinos, o mordomo-mor Portalegre e o guarda-mor Sortelha, os quais eram “ambos muy calificados en linaje hazienda hedad y ofiçios”, aconselhando por isso Silva a que fosse reservado lugar especial para aquelas figuras¹⁵¹⁶.

Deste modo, entre os 400 cavaleiros e 23 fidalgos com que D. Sebastião partiu para Guadalupe¹⁵¹⁷, encontrava-se o próprio D. Luís de Ataíde, acompanhado de fidalgos da sua idade como D. João Mascarenhas, Francisco de Sá de Meneses, D. Diogo Lopes de Lima, D. João de Melo, Miguel de Moura, D. Lucas de Andrade e Álvaro Pires de Távora, mas também dos mais novos, D. Francisco de Távora, Cristóvão de Távora, D. Francisco de Portugal, D. Luís de Meneses, Luís da Silva, D. Francisco Barreto de Lima e Manuel Quaresma Barreto¹⁵¹⁸. A caminho da raia, a comitiva, vestida de preto setim pelos falecimentos recentes da infanta D. Isabel, do infante D. Duarte e do Imperador Maximiliano II (r. 1564-1576), parou em Évora para cumprimentar D. Henrique e, em Estremoz, para cumprimentar D. João, 6º duque de Bragança (1563-1583)¹⁵¹⁹.

Quando, por fim, chegou o momento do encontro formal com Filipe II e apesar de ter sido ao 2º duque de Aveiro e aos condes de Portalegre e Sortelha, pelo seu elevado estatuto social e pela referida recomendação de D. Juan da Silva, que foi conferido o privilégio de primeiro beijar a mão ao Monarca Católico¹⁵²⁰, é mencionado numa das descrições que, logo a seguir a estes, ao lado do rei, vinha D. Luís de Ataíde, seguido de Francisco de Sá de Meneses e de D. João Mascarenhas¹⁵²¹. Provavelmente o quarto fidalgo a beijar a mão a Filipe II, vislumbrava-se novamente, no papel que fora

¹⁵¹³ Cf. BAÑOS-GARCIA, Antonio Villacorta, *Op. Cit.*, p. 201.

¹⁵¹⁴ Cf. VELOSO, José Maria de Queirós, *Op. Cit.*, p. 229.

¹⁵¹⁵ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, p. 252.

¹⁵¹⁶ Cf. Carta de D. Juan da Silva a Filipe II, Lisboa, 30.XI.1576 – AGS, *Estado*, Leg. 393, doc. 171.

¹⁵¹⁷ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, p. 252.

¹⁵¹⁸ Cf. BAÑOS-GARCIA, Antonio Villacorta, *Op. Cit.*, p. 207.

¹⁵¹⁹ Cf. BPE, cód. CIII/2-27, fls. 161v.-162.

¹⁵²⁰ Cf. MOÑINO, Antonio Rodríguez, *Viaje a España del Rey Don Sebastian de Portugal (1576-1577)*, Valencia, Editorial Castalia, 1956, pp. 55 e 65.

¹⁵²¹ Cf. BNP, cód. 887, fl. 288 – PUB. BRAGA, Isabel Drumond, *O Mosteiro de Guadalupe e Portugal. Séculos XIV-XVIII. Contribuição para o Estudo da Religiosidade Peninsular*, Lisboa, Centro de História da Universidade Nova, 1994.

reservado a D. Luís naquela cerimónia, o estatuto de que gozava junto de D. Sebastião e de Filipe II. Esse mesmo estatuto justificou que a Ataíde fosse reservada hospedagem bem perto do 2º duque de Aveiro, do conde de Portalegre e do conde de Sortelha, junto de uma capela e na companhia de D. João Mascarenhas, Francisco de Sá de Meneses, D. Francisco de Portugal, Luís da Silva, Cristóvão de Távora, D. Francisco de Távora, Pedro de Alcáçova Carneiro, Manuel Quaresma Barreto e D. Luís de Meneses¹⁵²².

Ainda relevante é o facto de D. Luís de Ataíde integrar o grupo restrito de fidalgos, composto pelo duque de Aveiro, pelos condes de Portalegre e de Sortelha, e por Cristóvão de Távora, que diariamente visitava Filipe II nos seus aposentos¹⁵²³. Tal presença de D. Luís decorria do seu relacionamento com D. Sebastião e evidencia como muito possivelmente não terá deixado de contribuir com a sua opinião nos relevantes assuntos tratados em Guadalupe. Porém, uma vez mais, desconhecem-se as suas intervenções. Hipoteticamente terá assistido ao momento em que D. Fernando Álvarez Toledo, 3º duque de Alba, então convocado do exílio decretado pelo próprio Filipe II para participar naquele encontro, respondera ao pedido formulado por D. Sebastião a Filipe II no sentido de o acompanhar na expedição, de que apenas o faria se fosse general da expedição, deixando irados ambos os monarcas¹⁵²⁴.

Desconhece-se, ainda, o exacto papel desempenhado por Ataíde na que foi considerada uma jornada marcada pelo desencontro de pontos de vista e de personalidades¹⁵²⁵, na qual Filipe II impôs a D. Sebastião diversas condições para concretizar o seu apoio à expedição. Entre estas, cabe lembrar que o Monarca Católico impôs ao *Desejado* que a jornada teria de ser realizada até Agosto de 1577, que o rei português não a poderia liderar e que teria de contratar 15 mil estrangeiros para o seu exército¹⁵²⁶. Esta última imposição decorria da falta de experiência portuguesa em batalhas em campo aberto¹⁵²⁷ e ocorria quando Filipe II acedera a dar a mão da infanta Isabel Clara Eugénia em casamento futuro¹⁵²⁸, embora não garantisse o auxílio militar a D. Sebastião se Itália fosse atacada pelos Otomanos¹⁵²⁹. Prevendo Filipe II, pelos

¹⁵²² Cf. *Ibidem*, fl. 281.

¹⁵²³ Cf. *Ibidem*, fl. 288.

¹⁵²⁴ Cf. ÁLVAREZ, Manuel Fernández, *El duque...*, pp. 394-395.

¹⁵²⁵ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, p. 254; Cf. LOUREIRO, Francisco de Sales, *D. Sebastião antes e depois de Alcácer-Quibir*, Lisboa, Documenta Historica, 1978, p. 181.

¹⁵²⁶ Cf. CÓRDOBA, Luís Cabrera de, *Op. Cit.*, tomo II, livro IX, cap. X.

¹⁵²⁷ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, pp. 253-254.

¹⁵²⁸ Cf. DANVILA Y BURGUERO, Alfonso, *Felipe II y El Rey Don Sebastián de Portugal*, Madrid, Espasa-Calpe, 1954, pp. 318-319.

¹⁵²⁹ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, p. 253.

inúmeros avisos que recebera de D. Juan de Borja e de D. Juan da Silva, que o rei português pretendia liderar a expedição, sugerira a D. Sebastião que fosse nomeado para a expedição um general em terra e um general em mar. O Monarca Católico fizera-o também por não querer ficar vinculado à opção norte-africana de D. Sebastião num momento em que negociava pazes com o Império Otomano e pretendia concentrar-se nos graves acontecimentos da Flandres. Para um destes cargos avançara o nome de figuras de sangue real, como o Prior do Crato, ou, D. João, 6º duque de Bragança¹⁵³⁰.

Procurando claramente condicionar os planos de D. Sebastião, Filipe II estaria perfeitamente ciente que seria impossível executar todos os preparativos até Agosto de 1577, como afirma Carlos Margaça Veiga¹⁵³¹. Poderá também ter sido neste contexto de tensões omnipresentes entre os dois monarcas, no qual decorreu o episódio da cólera de D. Sebastião que prometera desafiar Filipe II a um duelo logo que regressasse a Portugal, que o mencionado conselho de abrir guerra com este tenha sido formulado.

Se para a expectativa de D. Sebastião o encontro de Guadalupe se revelou como uma desilusão, já para o seu tio D. Henrique, desde sempre opositor da ideia do sobrinho, só existiam motivos de contentamento, como logo escreveu a Filipe II¹⁵³². Percebendo então que mesmo respaldado pela velha nobreza, mais por resignação desta do que por convicção, teria grande dificuldade em levar a bom porto os seus intentos, D. Sebastião decidiu acelerar todos os preparativos militares da expedição de forma a conseguir realizá-la antes que tivesse de enfrentar mais esquemas de oposição aos seus objectivos. Assim, quando, em Março de 1577, despachou Luís da Silva para Madrid a fim de apressar a chegada dos 5000 homens prometidos por Filipe II, já depois de ter enviado Nuno Álvares Pereira à Alemanha para contratar os contingentes alemães, e enquanto Pedro de Alcáçova Carneiro iludia D. Catarina de que a missão de Luís da Silva era tratar do casamento do sobrinho¹⁵³³, D. Sebastião serviu-se de D. Luís de Ataíde.

Sabendo que Ataíde era à data não apenas “um dos nossos mais experimentados cabos-de-guerra de então”¹⁵³⁴, mas talvez mesmo o homem mais conceituado e experimentado nos assuntos militares com que então podia contar em Portugal¹⁵³⁵,

¹⁵³⁰ Cf. DANVILA Y BURGUERO, Alfonso, *Don Cristobal...*, p. 262.

¹⁵³¹ Cf. VEIGA, Carlos Margaça, *Op. Cit.*, vol. I, p. 160.

¹⁵³² Cf. Carta do cardeal D. Henrique a Filipe II, Évora, 9.I.1577 – AGS, *Estado*, Leg. 394, doc. 6, fl. 1v.

¹⁵³³ Cf. VELOSO, José Maria de Queirós, *Op. Cit.*, p. 243.

¹⁵³⁴ Cf. FEIO, Gonçalo Maria Duarte Couceiro, *Op. Cit.*, pp. 142-143.

¹⁵³⁵ Os outros candidatos, D. Duarte de Meneses, capitão de Tânger, D. João Mascarenhas, capitão-mor de Lisboa, e Francisco de Sá de Meneses, capitão da guarda de alabardeiros de D. Sebastião, e D.

decidiu nomeá-lo formalmente general da expedição. Em carta escrita a D. Cristóvão de Moura, que então exercia o cargo de seu embaixador junto de Filipe II, e para dar cumprimento ao que ficara estipulado em Guadalupe, D. Sebastião noticiava a sua intenção de nomear D. Luís de Ataíde para o cargo de general: “paresciendo me ya tiempo de nombrar persona pera el cargo de general de la empresa que determino hazer, se me offrescia entre las personas que para ella puedo escoger, hazer esta eleccion en Don luys de Atayde, por sus qualidades, experiencia, sangre, y finalmente por concurrir en el todas aquellas partes que se requieren para tal cargo en tal empresa, en que espero ser del seruido a mucho contentamiento mio como lo fuy en la Gouernacion del estado de la India y en las demas cosas que se le han encargado De que me parescio dar le cuenta como es razon, por ser cosa desta qualidad y tan principal en esta empresa, que con el tengo tratado que spero por su respuesta para me acabar de resolver en esto”¹⁵³⁶.

Desta forma, sabendo, como afirma Joseph Pereira de Macedo, que a escolha de Ataíde contribuiria de forma decisiva para credibilizar o seu desígnio político pois “de temeraria começo a parecer prudente, tomando el credito de la persona que se elegia”¹⁵³⁷, D. Sebastião não hesitou em nomear D. Luís para general. Se tal nomeação veio a constituir verdadeiramente o ponto alto da carreira de Ataíde, revelando uma vez mais a consideração do monarca pelo fidalgo, importará, antes de detalhar o processo que ditaria o afastamento do fidalgo da jornada ainda naquele ano, reflectir de novo sobre a relação entre fidalgo e rei.

Conhecida que é a personalidade de D. Sebastião e tendo já sido várias vezes frisada a sua correspondência com o perfil militar de D. Luís de Ataíde importará referir que, com a nomeação de Ataíde para o relevante cargo de general, o rei evidenciava mais do que uma simples afeição ao fidalgo. Revelava então a sua profunda admiração por D. Luís pois, mesmo após ter hesitado em nomeá-lo, por recear as consequências daquela nomeação, D. Sebastião decidira efectivá-la. Tal facto não deverá ser desligado da certa consideração de Manuel de Faria e Sousa que considera que, no cerne da admiração do monarca pelo fidalgo, se encontrava “esta [feição] de ser conhecido por triunfador do medo, porque não havia coisa que este príncipe mais abraçasse que os

Francisco Mascarenhas, apesar de igualmente afamados, ou se encontravam há muito tempo remetidos à vida da corte (D. João Mascarenhas e Sá) ou não detinham tanta experiência (Meneses e D. Francisco Mascarenhas) recente como D. Luís de Ataíde tinha.

¹⁵³⁶ Cf. Carta de D. Sebastião a D. Cristóvão de Moura, Lisboa, 2.II.1577 – AGS, *Estado*, Leg. 394, doc. 237 – Apêndice documental, doc. 7.

¹⁵³⁷ Cf. MACEDO, Joseph Pereira de, *Op. Cit.*, livro II, p. 158.

triunfadores dele”¹⁵³⁸. Não era, afinal, D. Sebastião, na sua incessante busca de reconhecimento, o monarca que em Tânger se expusera a perigos desnecessários, que ocultava constantemente os problemas da sua frágil saúde e se submetia a rigorosos exercícios físicos na mira de ganhar fama e nome de grande rei cavaleiro e cruzado?

Levando em linha de conta a veracidade da afirmação de Faria e Sousa, cabe então questionar se não estaria o intrépido D. Luís de Ataíde novamente a ocultar o seu medo, como tantas vezes o fizera quando governara a Índia no cenário da crise político-militar. Nessa altura, afirmara-se “que D. Luís tinha medo como os outros homens, porém, que sobre todos os homens o sabia encobrir”¹⁵³⁹. Então, catapultado novamente pela roda da fortuna a um estatuto invejável, e incapaz de saber o que o futuro lhe reservaria, o orgulhoso fidalgo só poderia ter motivos para festejar e não tanto para recluir o que quer que fosse e, por isso, sentir necessidade de dissimular.

¹⁵³⁸ Cf. SOUSA, Manuel de Faria e, *Op. Cit.*, vol. IV, parte I, p. 199.

¹⁵³⁹ Cf. *Ibidem*, p. 198.

Capítulo IV – Crepúsculo de uma carreira (1577-1581/1589):

“Durò en este segundo de la India dos años y medio, atajando le la muerte grandes empresas, que traçaua: las quales aun imaginadas causauan tanto miedo en los enemigos, que todos se començauam à apercibir, temerosos de la execucion”

(Vida del Grande D. Lvis de Attayde¹⁵⁴⁰)

“Al Conde de Autaguia no conuiene en ninguna manera embiar le la merçed del titulo por Juro de heredad sola, sino fuesse Juntamente con otra de prouecho”

(Carta do 3º duque de Alba a Gabriel Zayas¹⁵⁴¹)

IV.1. A última partida (1577-78): do generalato ao vice-reinado da Índia

No início de Abril de 1577, Ataíde dificilmente poderia antever que a missiva na qual D. Sebastião informava Filipe II da sua indigitação para general¹⁵⁴², iria iniciar o processo descendente da sua carreira e existência. Simbolicamente, a nova fase iniciou-se quando “serviu-se então o rei do nome de D. Luiz de Ataíde, confiando-lhe o comando da expedição; mas com o reservado propósito de o dispensar, logo que pudesse exhibir o próprio nome”, como afirma Queirós Veloso¹⁵⁴³. Terá sido a indigitação de Ataíde uma estratégia do *Desejado* com vista a ganhar tempo e espaço para afirmar a sua própria liderança da jornada a África?

Uma incursão à principal cronística do período confirma a asserção de Queirós Veloso, embora o afastamento de D. Luís seja explicado por diversos motivos. Enquanto alguns autores referem que Ataíde se terá oposto frontalmente à nomeação por discordar da passagem a África¹⁵⁴⁴ ou, até mesmo, recusado a nomeação alegando incapacidade para manejar armas¹⁵⁴⁵, outros insistem na tese do afastamento devido às

¹⁵⁴⁰ Cf. MACEDO, Joseph Pereira, *Op. Cit.*, livro II, p. 162.

¹⁵⁴¹ Cf. Carta do 3º duque de Alba a Gabriel Zayas, Lisboa, 4.XI.1580 – AGS, *Estado*, Leg. 413, fls. 84v.-85.

¹⁵⁴² Cf. nota 1536.

¹⁵⁴³ Cf. VELOSO, José Maria de Queirós, *Op. Cit.*, p. 243. Importa relembrar, como mencionado na Introdução, que Queirós Veloso, baseado na documentação de Simancas, foi o primeiro a contestar a afirmação de vários cronistas de que D. Luís não teria aceite a nomeação de general. Esta afirmação parecia, à primeira vista, ser corroborada pela inexistência desta nomeação na chancelaria. No entanto, a carta de D. Sebastião a D. Cristóvão de Moura comprova a nomeação régia (Cf. nota anterior).

¹⁵⁴⁴ Cf. SANTOS, Frei Manoel dos, *Op. Cit.*, livro II, cap. XXXI; MESA, Sebastian de, *Jornada de Africa por El Rey Don Sebastian y Union del Reyno de Portugal a la Corona de Castilla*, Barcelona, por Pedro Laucaualleria, 1630, livro I, cap. XII.

¹⁵⁴⁵ Cf. MACHADO, Diogo Barbosa, *Op. Cit.*, tomo IV, cap. XXI.

intrigas cortesãs¹⁵⁴⁶. Nessas intrigas, o principal papel era atribuído a Pedro de Alcáçova Carneiro¹⁵⁴⁷, o qual se teria imiscuído nos assuntos que cabiam a D. Luís, enquanto general indigitado, com um apoio discreto de D. Sebastião que não pretendia partilhar as glórias da guerra e não suportaria os passos de prudência do fidalgo¹⁵⁴⁸. Uma das versões afirma mesmo que fora perante esse cenário que Ataíde “el mismo renunció el cargo, diciendo que no se hallava suficiente para él”¹⁵⁴⁹. A esmagadora maioria dessas versões confirma a ideia de Joseph Pereira de Macedo de que a nomeação como vice-rei da Índia fora um “corte honroso”¹⁵⁵⁰ para D. Luís e para o rei.

Como terá, todavia, efectivamente decorrido o processo que culminou no afastamento de D. Luís de Ataíde do cargo de general e na sua indigitação vice-real, acompanhada da restauração do seu título de conde e de diversas mercês? A resposta a esta importante interrogação só poderá ser encontrada submergindo à agitação política da corte portuguesa no atribulado ano de 1577 e recorrendo à documentação de Simancas, sem a qual teria sido impossível apurar muito do que seguidamente se apresenta.

Antes de responder formalmente a D. Sebastião sobre a nomeação de D. Luís de Ataíde, Filipe II apontara, num resumo que lhe chegara daquela nova, “que a Su Magestad paresçia que por qualidad y partes del señor don Antonio seria a proposito para general desta Jornada mas que no auiendo de ser el ni outro de la sangre por algunos respectos sera muy a proposito don luis”¹⁵⁵¹. Relembre-se que a postura filipina de apoio à nomeação do Prior do Crato vinha na sequência da proposta apresentada em Guadalupe a D. Sebastião. O monarca Áustria recebera formalmente aquelas novas a 20 de Abril¹⁵⁵². Nessa fase, estava informado dos anteriores conflitos entre D. António e o

¹⁵⁴⁶ Cf. *Jornada de África del Rey...*, p. 14; *Jornada del-rey...*, cap XI; CONESTAGE, Ierosme, *Histoire de La Reunion du Royaume de Portugal a La Couronne de Castille*, Paris, Chez Lovis Billaine, 1630, tomo I, livro I, pp. 76-77; SAN ROMAN, Frei Antonio de, *Jornada y muerte del Rey Don Sebastian de Portugal, sacada de las obras del Franchi, ciudadano de Genoua, y de otros muchos papeles auténticos*, Valhadolide, pelos herdeiros de Iuan Yñiguez de Lequerica, 1603, cap. VII; *Diario de Hans Khevenhüller, Embajador Imperial en la Corte de Felipe II*, estudio introductorio de Sara Veronelli, transcripción y edición de Félix Labrador Arroyo, Madrid, Sociedad Estatal para la Conmemoración de los Centenarios de Felipe II y Carlos V, 2001, p. 131; HERRERA, Antonio de, *Cinco Libros de la Historia de Portugal, y conquista de las Islas de los Açores, en los años de 1582 y 1583*, Madrid, en casa de Pedro Madrigal, 1591, livro I, p. 12.

¹⁵⁴⁷ Cf. *Jornada de África del Rey...*, p. 14; CONESTAGE, Ierosme, *Op. Cit.*, tomo I, livro I, pp. 76-77; SAN ROMAN, Frei Antonio de, *Op. Cit.*, cap. VII; *Diario de Hans...*, p. 131.

¹⁵⁴⁸ Cf. MACEDO, Joseph Pereira de, *Op. Cit.*, livro II, pp. 159-160; *Jornada de África del Rey...*, p. 14; CONESTAGE, Ierosme, *Op. Cit.*, livro I, pp. 76-77; SOUSA, Manuel de Faria e, *Op. Cit.*, vol. IV, parte I, cap. XIX; ACL, série vermelha 479, cap. 6;

¹⁵⁴⁹ Cf. *Diario de Hans...*, p. 131.

¹⁵⁵⁰ Cf. MACEDO, Joseph Pereira de, *Op. Cit.*, livro II, pp. 159-160.

¹⁵⁵¹ Cf. AGS, *Estado*, Leg. 394, doc. 19, fl. 1.

¹⁵⁵² Cf. Carta de D. Juan da Silva a Filipe II, Lisboa, 3.IV.1577 – *Ibidem*, doc. 238, fl. 3.

embaixador D. Juan da Silva¹⁵⁵³, e pelo próprio D. Juan soubera da demissão do cardeal D. Henrique do cargo de inquisidor-mor do Reino e da recusa sebástica em nomear os duques de Bragança ou Aveiro para o generalato¹⁵⁵⁴. Considerava Silva que a nomeação de D. Luís não passava de um estratagema do rei para encobrir que seria ele a liderar a jornada pelo queurgia encontrar forma de o impedir de alcançar os seus intentos¹⁵⁵⁵.

Antes, porém, de Filipe II reagir oficialmente, já D. Sebastião deixara Pedro de Alcáçova Carneiro sentido ao nomear Luís da Silva, “hombre entendido y bien ynclinado, algo çerrado y de poco experiente porque nunca trato de negocios”¹⁵⁵⁶, para ir em embaixada a Castela, formalmente empossado, para negociar o casamento de D. Sebastião com a infanta Isabel Clara Eugénia¹⁵⁵⁷. Todavia, como assinala Danvila y Burguero¹⁵⁵⁸, fora antes da chegada da resposta formal do Monarca Católico que D. António pediu a D. Juan da Silva que Filipe II¹⁵⁵⁹ convencesse D. Sebastião a nomeá-lo general. Silva narra a sua tentativa: “he tentado al Rey y hallo el duríssimo y resolutivo en dar el cargo a don luys de Tayde y por dezir verdad esta bien proueydo todavia por cumplir con don Antonio podia V. Magestad siendo seruido screuir me mandando me hazer algun offiçio con el Rey significando le que V. Magestad reçeuera contentamiento de toda la merçed y honrra que se aprouechara para otros fines y lo estimara el quanto es razon”¹⁵⁶⁰. Tratando-se de mais uma manobra que pretendia condicionar politicamente a intenção norte-africana de D. Sebastião, não se estranha que D. Catarina, que nunca se mostrou especialmente favorável ao Prior do Crato¹⁵⁶¹, tenha apoiado a sua intenção, colocando-se ao lado da opinião do sobrinho Filipe II¹⁵⁶².

Em resposta àqueles acontecimentos, Filipe II instruiu D. Juan da Silva para informar D. Sebastião “que estimo en lo que es razon el hauer me lo querido comunicar antes de resolver lo, y que con la liçençia que para ello me da le quiero acordar y avertir, que por

¹⁵⁵³ Fora informado dos conflitos em torno das formas de tratamento entre ambos pelo secretário da rainha D. Catarina. Cf. Carta de Francisco Cano a Filipe II, Xabregas, 22.II.1577 – *Ibidem*, doc. 15, fl. 1-2.

¹⁵⁵⁴ Cf. Carta de D. Juan da Silva a Filipe II, Lisboa, 3.IV.1577 – *Ibidem*, doc. 238, fl. 3.

¹⁵⁵⁵ Cf. Relação da carta de D. Juan da Silva a Filipe II de 3 de Abril de 1577 – *Ibidem*, doc. 20, fls. 1-1v.

¹⁵⁵⁶ Cf. Carta de D. Juan da Silva a Filipe II, Lisboa, 3.IV.1577 – *Ibidem*, doc. 239, fl. 2v.

¹⁵⁵⁷ Cf. VELOSO, José Maria de Queirós, *Op. Cit.*, p. 243.

¹⁵⁵⁸ Cf. DANVILA Y BURGUEIRO, Alfonso, *Felipe II y el Rey...*, pp. 324-325.

¹⁵⁵⁹ Cf. FERNANDES, Maria, *O Rei D. António*, Coimbra, Coimbra Editora, 1944, p. 51.

¹⁵⁶⁰ Cf. Carta de D. Juan da Silva a Filipe II, Lisboa, 11.IV.1577 – AGS, *Estado*, Leg. 394, doc. 240, fl. 1-1v.

¹⁵⁶¹ Tal como D. Henrique na sua regência, D. Catarina não aprovara a tentativa de D. António de deter um papel nos assuntos políticos. Para D. Catarina, a postura antoniana de afirmação como o pleno herdeiro do infante D. Luís causava uma reacção de oposição, sobretudo tendo em conta os anteriores embates com aquele infante. Mas, em 1577, a prioridade era afastar D. Sebastião de África, tendo assim a rainha apoiado D. António. Cf. CORAL, Carlos Jokubauskas, *Op. Cit.*, pp. 137-140 e 148.

¹⁵⁶² Cf. BUESCU, Ana Isabel, *D. Catarina...*, p. 426.

la qualidad y buenas partes de Don Antonio mi primo, y por la particular affiçion y voluntad que conosco tiene a su seruicio creo fuera muy à proposito su persona para este cargo, mas que no huiendo de ser el ni otro de la sangre por respectos que pera ello deue tener, me paresçe muy sufficiente Don luys de Atayde por las razones y consideraçiones que os dixo”. Na mesma missiva, Filipe II concordava com o ataque planeado a Azamor para auxiliar Muley Hamet, o monarca destronado, embora preferisse que D. Sebastião não divulgasse a sua intenção para que os Otomanos não atacassem Itália, o que, da sua parte, poderia inviabilizar o envio dos homens que considerava imprescindíveis à expedição¹⁵⁶³. Lamentando ainda a demissão de D. Henrique¹⁵⁶⁴ e vendo derrotada a sua ideia de nomear alguém de sangue¹⁵⁶⁵, pois sempre seria mais difícil para D. Sebastião afastá-la do cargo, Filipe II comentara a intenção oculta do monarca português dizendo que “Bien creo que estando el Rey tan ganoso y determinado á querer yr en persona á esta Jornada nos hauemos de ver en trabajo en estourar se lo, mas conformando me con lo que dezis (que es muy bien advertido) hare de mi parte la diligencia possible, embiando persona propria despues que se aya publicado la Jornada Que antes no me ha parescido que couenia”. Por essa razão, dera ordem para manter D. Catarina ao corrente do que se passava¹⁵⁶⁶.

Apesar de D. Juan da Silva ter ficado satisfeito com aquela resposta de Filipe II, D. Sebastião reagira mal quando Silva lhe dissera que existia a possibilidade do tio não lhe enviar os homens prometidos por causa de Itália¹⁵⁶⁷. Por esta razão, em Maio de 1577, mandou Pedro de Alcáçova Carneiro e D. Luís de Ataíde para responderem a Silva que não submeteria a Filipe II o recrutamento de forças em Itália e na Alemanha de forma a não atrasar mais os preparativos da jornada¹⁵⁶⁸. Apercebendo-se que o tio procurava criar entraves ao recrutamento, já após ter enviado Nuno Álvares Pereira à Alemanha, o *Desejado* nomeou Vasco Lourenço para embarcar em Itália os veteranos de Alba, em inícios de Junho¹⁵⁶⁹. Enquanto pressionava Luís da Silva no sentido de garantir o apoio de Filipe II à jornada, para Agosto daquele ano¹⁵⁷⁰, o monarca

¹⁵⁶³ Cf. Instrução de Filipe II a D. Juan da Silva, Aranjuez, 2.V.1577 – AGS, *Estado*, Leg. 394, doc. 34, fls. 1-2v.

¹⁵⁶⁴ Cf. Instrução de Filipe II a D. Juan da Silva, Aranjuez, 4.V.1577 – *Ibidem*, doc. 36, fl. 4.

¹⁵⁶⁵ Cf. DANVILA Y BURGUERO, Alfonso, *Don Cristobal...*, p. 267.

¹⁵⁶⁶ Cf. Instrução de Filipe II a D. Juan da Silva, Aranjuez, 4.V.1577 – AGS, *Estado*, Leg. 394, doc. 36, fl. 4v.

¹⁵⁶⁷ Cf. Carta de D. Juan da Silva a Filipe II, Lisboa, 18.V.1577 – *Ibidem*, doc. 41, fls. 1-2v.

¹⁵⁶⁸ Cf. DANVILA Y BURGUERO, Alfonso, *Op. Cit.*, p. 271.

¹⁵⁶⁹ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, p. 257.

¹⁵⁷⁰ Cf. VELOSO, José Maria de Queirós, *Op. Cit.*, p. 246.

português também insistia junto de D. Juan da Silva para anunciar a jornada e a nomeação de D. Luís de Ataíde. Ameaçava fazê-lo caso não viesse resposta de Filipe II dentro de quatro ou cinco dias, “pues era berisimil que V. Magestad lo aprouaria por las razones que alla auia dado”.

Nesse sentido, forçara ainda Silva a tomar posição sobre a questão, o qual respondera que “assi que el negocio no se faria dilaçion no auia V. Magestad de querer acomodar le que hiziesse lo que fuesse seruido”, tendo D. Sebastião publicado a indigitação de Ataíde, oficialmente mandatado para a conquista de Santa Cruz do Cabo Gué. Não será difícil entrever a satisfação de D. Luís ante a possibilidade de poder comandar a reconquista da praça onde o seu irmão mais velho falecera. Entretanto, D. António não recebera qualquer mercê do rei, apesar da insistência de D. Juan da Silva junto de D. Sebastião, o que motivou o conselho de Silva a Filipe II para abordar aquele assunto com Luís da Silva em Madrid¹⁵⁷¹.

Numa altura em que Filipe II recebia a embaixada de Muley Maluco, soberano em exercício, propondo-lhe a paz e a concessão de diversos portos a Portugal, D. Sebastião decidira reafirmar o seu apoio a Muley Hamet¹⁵⁷² e chegara a escrever a Filipe II que faria a jornada somente com 13 mil portugueses e 5000 castelhanos¹⁵⁷³. Tal acontecia no momento em que a corte portuguesa se agitava devido à demora nas respostas do Rei Católico, interpretadas como dilações, sendo Cristóvão de Távora o único capaz de acalmar D. Sebastião¹⁵⁷⁴, o qual já nomeara quatro coronéis para acelerar o recrutamento no Reino¹⁵⁷⁵. Queixando-se a D. Juan da Silva que aqueles adiamentos significariam que a jornada só poderia ser realizada em Outubro de 1577¹⁵⁷⁶, o *Desejado* já antes agravara Ataíde, que andava “tambien de borrasca por que auiendo le hecho general de la empresa y senaladamente de lo que toca a la mar le an sacado de su obediencia a Vn capitan de cinco galeras que aqui tienen que llaman general dizendo le el Rey que le offiçio de hazer general de su armada y no de sus armadas por esto se ha exonerado del cargo de la mar y en tierra sabe en secreto que no a de tener nombre de

¹⁵⁷¹ Cf. Carta de D. Juan da Silva a Filipe II, Lisboa, 7.VI.1577 – AGS, *Estado*, Leg. 394, doc. 257, fl. 1v.-2v. Em resposta posterior, Filipe II prometia continuar a interceder para que fosse feita mercê a D. António (Cf. Instrução de Filipe II a D. Juan da Silva, Escorial, 23.VI.1577 – AGS, *Estado*, doc. 260, fl. 2).

¹⁵⁷² Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, p. 257.

¹⁵⁷³ Cf. DANVILA Y BURGUEO, Alfonso, *Felipe II e el Rey...*, p. 335.

¹⁵⁷⁴ Cf. Carta de D. Juan da Silva a Filipe II, Lisboa, 15.VI.1577 – AGS, *Estado*, Leg. 394, doc. 61, fls. 1-1v.

¹⁵⁷⁵ Cf. Carta de D. Juan da Silva a Filipe II, Lisboa, 26.VI.1577 – *Ibidem*, doc. 72.

¹⁵⁷⁶ Cf. Carta de D. Juan da Silva a Filipe II, Lisboa, 17.VI.1577 – *Ibidem*, doc. 258, fl. 1.

general porque el Rey quiere hazer este offiçio en persona y que no aya en su campo titulo de general assi se le a hecho a don luys bien desocupado su cargo por que ni entende aora en los preparamentos ni despues se le cometera la execuçion a lo menos con el nombre que el pretende y mereçe”¹⁵⁷⁷.

Tendo então plena confirmação que a nomeação de D. Sebastião visava efectivamente ganhar tempo, a Ataíde não deverá ter escapado o pensamento de que seria apenas uma questão de tempo até ser totalmente afastado. Contudo, para que tal sucedesse plenamente faltava ao rei o argumento formal, o qual só surgiria daí a dois meses. Apesar de provavelmente ter estado ao corrente que D. Sebastião não hesitara em afastar a concorrência à sua candidatura por parte do Prior do Crato, e mesmo após o monarca ter patrocinado a publicação do seu nome para general da empresa, sem antes receber a confirmação de Filipe II de forma a pressionar este último¹⁵⁷⁸, D. Luís de Ataíde não deverá ter deixado de se sentir afrontado com aqueles acontecimentos. Nesse sentido, e sobretudo, encarando a forma atabalhoada como D. Sebastião concretizava os preparativos militares para concretizar a expedição em Agosto de 1577, considera-se possível que D. Luís tenha alterado a sua opinião.

Poderá então ter-se aproximado daqueles que na corte defendiam que o rei não deveria liderar pessoalmente a expedição. Este facto é sugerido pela menção de que, antes de ter sido afastado do cargo de general, era tido como sendo zeloso do serviço régio por pretender secretamente alterar os desígnios régios¹⁵⁷⁹ e pela possibilidade de, já antes, ter integrado o grupo do 2º conde de Tentúgal, de D. João Mascarenhas e do próprio Alcáçova Carneiro que, em inícios de 1577, propusera a D. Sebastião não partir para África¹⁵⁸⁰. Porém, tal não parece ser o verdadeiro motivo do seu afastamento definitivo, uma vez que a indicação de que Ataíde se terá oposto à sua própria nomeação de general e à jornada a Marrocos é comprovadamente errada. A alteração da sua postura poderá estar relacionada com a previsibilidade de um mau desfecho militar

¹⁵⁷⁷ Cf. Carta de D. Juan da Silva a Filipe II, Lisboa, 15.VI.1577 – *Ibidem*, doc. 61, fl. 2.

¹⁵⁷⁸ Cf. DANVILA Y BURGUERO, Alfonso, *Don Cristobal...*, p. 267. A confirmação filipina para a publicação do nome de D. Luís de Ataíde só chegaria no final de Junho. Filipe II adiará intencionalmente a resposta e só a enviara então por considerar que a sua publicação ajudaria a distrair os mouros das obras de fortificação para a jornada que então se realizavam em Ceuta (Cf. Despacho de Filipe II a D. Juan da Silva, s.d., VI.1577 – AGS, *Estado*, Leg. 394, doc. 57, fl. 1). Tal inseria-se na sua tentativa de atrasar os preparativos para impedir que a expedição se concretizasse em Agosto de 1577 pois já antes propusera enviar os capitães Francisco de Aldana e Diego de Torres para estudarem as fortificações de Ceuta e Tânger (Cf. DANVILA Y BURGUERO, Alfonso, *Felipe II y el Rey...*, pp. 333-334).

¹⁵⁷⁹ Cf. MACEDO, Joseph Pereira de, *Op. Cit.*, livro II, p. 160.

¹⁵⁸⁰ Cf. DANVILA Y BURGUERO, Alfonso, *Op. Cit.*, p. 384. No entanto, não foi encontrada qualquer referência documental no sentido daquela afirmação de Alfonso Danvila y Burguero.

devido à forma como decorriam os preparativos militares da expedição, aos quais, cremos, Ataíde terá passado a opôr-se mais do que à própria jornada em si, como afirma Gonçalo Feio¹⁵⁸¹.

Nesta lógica, é plausível que D. Luís tenha percebido cedo que seria impossível a concretização da expedição em Agosto, dado o atraso nos preparativos, e que, assim, tenha integrado o grupo daqueles que tentaram fazer ver isso a D. Sebastião. Apesar de Cristóvão de Moura ter sido o primeiro a afirmar tal ao rei e de este ter ido falar com D. Francisco de Portugal, vedor da fazenda, e de Cristóvão de Távora ter ameaçado Pedro de Alcáçova Carneiro de informar o monarca que o andava a enganar para o forçar a dizer o mesmo a D. Sebastião¹⁵⁸², D. Luís de Ataíde não poderá ter ficado indiferente a tais acontecimentos. Mesmo não existindo referência directa à sua participação em tais eventos e, sabendo-se que permaneceu na corte, é impossível que não estivesse informado do abatimento na sempre frágil saúde de D. Sebastião. Este devia-se ao “cuydado que le dan las dificultades desta expedicion que es tan veemente que le podria causar mayores”. Igualmente terá estado informado da decisão régia de alterar o alvo do ataque, passando este de Santa Cruz do Cabo Gué para Larache¹⁵⁸³.

A decisão de ataque a Larache, tomada num conselho de Estado, onde Ataíde tinha assento, foi marcada por acesa discussão entre atacar aquela praça ou Arzila, aí pontificando a voz de Cristóvão de Távora como a mais lúcida a despeito das desconsiderações que recebera de D. Sebastião¹⁵⁸⁴. Tendo ainda ficado decidido o adiamento da jornada para a Primavera de 1578, tal resolução foi comunicada a D. Juan da Silva a 14 de Julho de 1577¹⁵⁸⁵. Pouco após ter lido uma carta de Luís da Silva e de, por ela, se ter apercebido da inevitabilidade do adiamento da expedição, D. Sebastião partira frustrado para Sintra¹⁵⁸⁶.

Quando, já em finais de Agosto de 1577, chegou a notícia da entrega de Arzila a D. Duarte de Meneses, capitão de Tânger¹⁵⁸⁷, e Pedro de Alcáçova Carneiro era apontado como o ministro mais adulator de D. Sebastião, por estar receoso de perder a sua

¹⁵⁸¹ Cf. FEIO, Gonçalo Maria Duarte Couceiro, *Op. Cit.*, pp. 142-143.

¹⁵⁸² Cf. DANVILA Y BURGUERO, Alfonso, *Op. Cit.*, p. 337.

¹⁵⁸³ Cf. Carta de D. Juan da Silva a Filipe II, Lisboa, 12.VII.1577 – AGS, *Estado*, Leg. 394, doc. 84, fl.

1v.

¹⁵⁸⁴ Cf. Carta de D. Juan da Silva a Filipe II, Lisboa, 17.VII.1577 – *Ibidem*, doc. 266, fls. 1-3v.

¹⁵⁸⁵ Cf. DANVILA Y BURGUERO, Alfonso, *Op. Cit.*, p. 337.

¹⁵⁸⁶ Cf. Carta de D. Juan da Silva a Filipe II, Lisboa, 19.VII.1577 – AGS, *Estado*, doc. 88.

¹⁵⁸⁷ Silva recomendava a Filipe II que mostrasse contentamento de tal acontecimento a D. Sebastião. Cf. Carta de D. Juan da Silva a Filipe II, Lisboa, 26.VIII.1577 – *Ibidem*, doc. 267, fls. 3v.-4.

recente valia junto do rei, e o *Desejado* afirmava que a jornada seria realizada entre Março e Maio de 1578¹⁵⁸⁸, o monarca decidiu convocar novo conselho de Estado. Neste, a opinião maioritária foi de aceitar a entrega de Arzila e dos portos que Muley Maluco continuava a oferecer, mas D. Sebastião impusera novo ataque a Larache e a continuidade dos preparativos da jornada. Num momento de reafirmação da sua intenção política, o rei português escreveu a Filipe II informando-o das suas últimas decisões¹⁵⁸⁹. Ao solicitar o seu apoio, procurava beneficiar da insinuação filipina de que estaria disposto a ajudá-lo, numa altura em que este era pressionado no mesmo sentido por D. Catarina e por Luís da Silva, o qual o rei pensara demitir por incapacidade¹⁵⁹⁰.

Perante a resposta filipina de que não poderia fornecer homens devido à rebelião da Flandres e a autorização para recrutar homens em Castela, D. Sebastião quis forçar uma clarificação de Filipe II¹⁵⁹¹. Enviou, então, instruções secretas a João Gomes da Silva, embaixador em Roma, no sentido de negociar o seu enlace com a filha do grão-duque de Florença a fim de, com o dote, ajudar a financiar a expedição a África¹⁵⁹². Decidiu também afastar, oficial e formalmente, Ataíde do cargo de general, pois podia já assumir que seria ele próprio a liderar a jornada¹⁵⁹³. Assim, “Vn dia destos passados dio el Rey titulo de Conde á don luys de Tayde de Vn lugar suyo que llaman Atuguia de donde ya sus aguelos le auian tenido y luego le declaro por Virrey de la yndia e le mando partir este septiembre”¹⁵⁹⁴. Utilizando como pretexto a grave situação que se vivia no Estado da Índia, D. Sebastião decidira compensar D. Luís pela desonra que o seu afastamento significava. A compensação não consistia tanto na indigitação para o vice-reinado da Índia, mas antes na restauração do seu título condal, objectivo que o monarca saberia ser querido ao fidalgo, e nas mercês que o acompanharam.

Logo no dia 26 de Agosto foi passada a Ataíde carta de vice-rei da Índia e de capitão-mor da armada¹⁵⁹⁵ que extraordinariamente, no final daquele ano de 1577, iria à Índia,

¹⁵⁸⁸ Cf. Carta de D. Juan da Silva a Filipe II, Lisboa, 26.VIII.1577 – *Ibidem*, doc. 267, fl. 1v.-2 a ponto de Alcáçova Carneiro esconder tudo o que se estava a passar a D. Catarina, a qual andava desconfiada da sua atitude (Cf. Carta de D. Juan da Silva a Filipe II, Lisboa, 28.VIII.1577 – *Ibidem*, doc. 98, fl. 1).

¹⁵⁸⁹ Cf. DANVILA Y BURGUERO, Alfonso, *Op. Cit.*, p. 340.

¹⁵⁹⁰ Cf. VELOSO, José Maria de Queirós, *Op. Cit.*, pp. 246-247.

¹⁵⁹¹ Cf. *Ibidem*.

¹⁵⁹² Cf. *Ibidem*, p. 238.

¹⁵⁹³ Cf. *Ibidem*, pp. 246-247.

¹⁵⁹⁴ Cf. Carta de D. Juan da Silva a Filipe II, Lisboa, 26.VIII.1577 – AGS, *Estado*, Leg. 394, doc. 267, fl. 3v.

¹⁵⁹⁵ Cf. ANTT, *CDS DH*, livro 38, fl. 144v., Lisboa, 26.VIII.1577. O privilégio de poder trazer vinho, outras mercadorias e três quintais de pimenta só foi concedido mais tarde (Cf. ANTT, *CDS DH*, livro 37, fl. 305, Lisboa, 18.IX.1577).

embora o título de conde só viesse a ser assentado a 4 de Setembro. Os motivos evocados na carta para a restauração condal de D. Luís eram que “auendo eu Respeito aos muytos e muyto continuados serviços que a ell Rey meu senhor e avo que santa gloria aja tem feito Dom luis Datayde do meu conselho de estado e em especiall aos que me fez na India o tempo que nella foy visorey e aos grandes merecimentos de sua pessoa e daqueles de que elle disçende que sempre servirão aos Reys destes Reynos [com] muyta honra”¹⁵⁹⁶. Desta forma, a restauração do título a D. Luís de Ataíde surge umbilicalmente ligada aos serviços que prestara na Índia entre 1568 e 1571, facto este que deve ser relevado no âmbito da política de titulações de D. Sebastião. Tendo a realza sebástica sido marcada por uma extrema escassez na concessão de novos títulos (apenas atribuindo o condado da Calheta a Simão Gonçalves da Câmara, irmão do Padre Luís Gonçalves da Câmara e de Martim Gonçalves da Câmara, ou concedendo o ducado de Barcelos aos primogénitos da Casa de Bragança e apenas restaurando o título condal a D. Luís de Ataíde e o título de 2º conde de Sortelha a D. Diogo da Silveira, seu guarda-mor¹⁵⁹⁷), não se pode deixar de relevar a singularidade de ser, sobretudo, a pretexto dos seus serviços na Índia que a Ataíde foi restaurado o título.

Sendo desconhecidos no século XVI outros casos flagrantes de restauração condal por serviços na Índia, com tal mercê a D. Luís se entrevê o extremo respeito de D. Sebastião pela sua figura. Mesmo numa fase em que se sentira forçado a afastar Ataíde, aproximando a sua atitude aos agravos que cometera com D. Catarina, com o cardeal D. Henrique, com o infante D. Duarte, com o Prior do Crato, e com tantos outros cortesãos, D. Sebastião não deixava de reconhecer a D. Luís um estatuto diferenciado, aliás, já evidente em 1572. Em causa não esteve apenas a consonância do perfil militar de Ataíde com o ardor guerreiro do rei, mas também a capacidade evidenciada pelo fidalgo de “conformar se con la voluntad de su Rey, que dezia hazer mucha confiança de su persona, entregando le el gouierno en tiempo, en que se ausentaua de su Reino”, ainda que “bien entendió ser la eleccion desvio honroso” que o tencionava afastar do Reino em momento tão delicado¹⁵⁹⁸. Não manifestando resistência à intenção régia, como tantos naquele tempo mostravam a D. Sebastião, o caso de Ataíde traduz-se num exemplo perfeito da preferência sebástica pela nobreza de velho solar¹⁵⁹⁹, a qual tão

¹⁵⁹⁶ Cf. ANTT, *CDS DH*, livro 37, fl. 301, Lisboa, 4.IX.1577.

¹⁵⁹⁷ Cf. SANTOS, Frei Manoel dos, *Op. Cit.*, livro II, cap. XLI.

¹⁵⁹⁸ Cf. MACEDO, Joseph Pereira de, *Op. Cit.*, livro II, pp. 159-160.

¹⁵⁹⁹ Cf. LABRADOR ARROYO, Félix, *La Casa Real...*, p. 386. Isto é, uma nobreza de linhagem antiga e conceituada.

raramente este monarca agraciou com chorudas mercês. Porém, a indigitação vice-real de D. Luís naquele contexto não deixou de ser vista como um desterro político¹⁶⁰⁰. Contudo, importará não abstrair que para Ataíde a restauração do seu título era o corolário bem-sucedido da estratégia que a sua Casa seguia desde o reinado joanino.

Por estas razões, além do seu assentamento de conde¹⁶⁰¹, o rei decidiu fazer-lhe doação de diversas terras, no valor total de 550 mil reais, em Besteiros, Lafões, Penajóia, Golegã e Santarém¹⁶⁰² e ainda lhe concedeu alvará de sucessão para a sua Casa¹⁶⁰³. Relativamente às novas doações importa referir que estas derivavam do facto de, em 1555, D. Afonso de Ataíde ter arrendado a alcaidaria-mor de Coimbra, o Campo do Lobão e outras fazendas, tendo tal sido confirmado a D. Luís de Ataíde após a morte do seu pai, e de, em 1576, D. Luís ter pedido ao monarca para substituir aquela renda anual por assentamento em propriedades¹⁶⁰⁴. Tal sucedera porque, em data incerta, a Coroa fizera doação do Campo do Lobão, e possivelmente também da alcaidaria-mor de Coimbra, a D. João de Lencastre, 1º duque de Aveiro¹⁶⁰⁵. Desta forma, ao conceder aquelas propriedades a Ataíde, D. Sebastião isentou-o do pagamento de compensações aos anteriores donatários daquelas terras¹⁶⁰⁶ e fez-lhe mercê de uma tença de 12 494 reais¹⁶⁰⁷, postura que o *cardeal-rei* manteve ao conceder-lhe 17 810 reais de tença para o compensar da não concessão de direitos na alcaçóva de Santarém¹⁶⁰⁸. Porém, as doações sebásticas, que contribuíram para diversificar o património da Casa e reforçar a sua presença no Ribatejo¹⁶⁰⁹, eram feitas apenas em vida de D. Luís¹⁶¹⁰.

O pretexto de D. Sebastião para afastar Ataíde, designadamente a situação no Estado da Índia, tal como parte da argumentação que usava para justificar a premência da jornada a África (a ameaça otomana), não era desprovido de sentido, apesar de ter sido sido claramente empolado pelo monarca de forma a alcançar o seu intuito. Logo no

¹⁶⁰⁰ Cf. PARADA, D. Juan de Baena, *Epitome de la vida, y hechos de Don Sebastian Dezimo Sexto Rey de Portugal, Y Vnico deste Nomre. Jornadas que hizo à las Conquistas de Africa, y su muerte desgraciada. Com Discursos Escolasticos, Politicos, Historiales, y Morales, deduzidos de la mesma Historia*, Madrid, Por Antonio González de Reys, 1692, cap. IV.

¹⁶⁰¹ No valor de 102 864 reais auais. Cf. ANTT, *CDS DH*, livro 40, fl. 220v., Lisboa, 11.IX.1577.

¹⁶⁰² Cf. ANTT, *CDS DH*, livro 40, fl. 292v., Lisboa, 16.IX.1577.

¹⁶⁰³ Sobre este ponto ver neste capítulo a secção 5.

¹⁶⁰⁴ Cf. ANTT, *CDS DH*, livro 40, fl. 292v., Lisboa, 16.IX.1577.

¹⁶⁰⁵ Cf. ANTT, *CDS DH*, livro 42, fl. 223v., Lisboa, 18.III.1579.

¹⁶⁰⁶ Cf. ANTT, *CDS DH*, livro 40, fl. 292v., Lisboa, 16.IX.1577. A alcaidaria-mor de Coimbra deixou de fazer parte do património da Casa de Atouguia desde então.

¹⁶⁰⁷ Cf. ANTT, *CDS DH*, livro 39, fl. 205, Lisboa, 16. IX.1577.

¹⁶⁰⁸ Cf. ANTT, *CDS DH*, livro 42, fl. 223v., Lisboa, 18.III.1579.

¹⁶⁰⁹ Cf. Para a comparação do património da Casa de Atouguia à morte de D. Afonso de Ataíde, em 1555, com o detido por D. Luís de Ataíde em 1581 vejam-se os Mapas 1 e 2.

¹⁶¹⁰ Cf. ANTT, *CDS DH*, livro 40, fl. 292v., Lisboa, 16.IX.1577.

Verão de 1576, chegaram a D. Sebastião notícias alarmantes sobre a Índia com a referência à revolta nas Molucas pela morte do sultão Hairun, à falta de homens e dinheiro e à posição excessivamente defensiva adoptada pelos Portugueses¹⁶¹¹. Acresceram ainda a morte do vice-rei Rui Lourenço de Távora, em Moçambique, e a disputa político-jurídica em torno do governador António Moniz Barreto pela abertura ou não das sucessões, a qual ameaçava degenerar numa guerra civil em tudo semelhante à que ocorrera, em 1526, entre Lopo Vaz de Sampaio e Pero Mascarenhas. Fruto dessa situação, o monarca, em Março de 1577, enviara ordem para abertura das sucessões¹⁶¹², recebendo, dias depois de decidir adiar a jornada a África, a confirmação do ambiente de pré-guerra civil que se vivia na Índia.

D. Juan da Silva informava então Filipe II que “tienen los Portugueses trauajos domesticos de harta consideraçon causados de la muerte del Virrey Ruy lorenço que acabo çerca de Moçambique auiendo muerto en su naue 600 personas (segun dizem) el gouernador que alla estaua [António Moniz Barreto] pretende conseruar se en su cargo y no a querido abrir los despachos ordinarios de la subcesion de los governadores quando alguno muere Justificando su causa con algunas raçones y con ayuda de sus amigos otros de parçialidad contraria apretauan le que mandasse abrir los despachos teniendo por çierto que el primero nombrado en ellos seria Un cauallero Capitan de Ormuz [D. Diogo de Meneses] hombre de estima en aquellas partes el qual queria partir para la yndia con la misma pretension es materia escandalosa se alla no se compone porque el remedio llegara de aqui muy tarde”¹⁶¹³.

Precisamente para pôr termo àquela ameaça de guerra civil, D. Sebastião nomeara D. Luís vice-rei e, ao conceder-lhe o título de conde, não apenas como mercê pessoal, pretendia também reforçar a sua autoridade em tão complicado cenário. Sentindo-se pessoalmente enganado por António Moniz Barreto, que incumpria diversas das suas ordens¹⁶¹⁴ e, possivelmente lembrando-se da injustiça que cometera com o vice-rei D. António de Noronha¹⁶¹⁵, o *Desejado* ordenara a D. Luís de Ataíde a prisão do primeiro e

¹⁶¹¹ Cf. Carta de D. Juan da Silva a Filipe II, Lisboa, 24.VIII.1576 – AGS, *Estado*, Leg. 393, doc. 94, fl. 1v.-2v.

¹⁶¹² Cf. VILA-SANTA, Nuno, “Revisitando...”, pp. 101-104.

¹⁶¹³ Cf. Carta de D. Juan da Silva a Filipe II, Lisboa, 17.VII.1577 – AGS, *Estado*, Leg. 394, doc. 266, fls. 2-2v.

¹⁶¹⁴ Relativamente à polémica questão do governo de Malaca. Cf. VILA-SANTA, Nuno, “Revisitando...”, pp. 101-104.

¹⁶¹⁵ Como tal foi considerada pelo próprio D. Sebastião a deposição que ordenara daquele vice-rei. Cf. *Ibidem*, pp. 96-97.

o seu envio para o Reino onde o próprio D. Sebastião o degolaria¹⁶¹⁶. Por isso, mandara Ataíde para partir logo em Setembro com dois galeões e uma caravela, nos quais levava 600 a 700 homens, o que era “prouision muy açertada y aprouada geralmente”, embora fosse feita “contra voluntad de los ministros que mas votto tienen en las cossas porque todos ayudauan contra toda razon el embaxador que aora reside em Roma [João Gomes da Silva] que no yguala con proporçion alguna las qualidades de don luys para este offiçio ni pudiera partir hasta Março con que auenturara aquel estado porque ay en el discordias domesticas que le destruyran si no se remedia con breuidad”.

Por isso mesmo, o próprio D. Sebastião justificou a D. Juan da Silva a rápida indigitação e partida de D. Luís, novamente sem dar conta prévia a Filipe II, com três motivos: “principalmente porque conclue assi a las cosas de yndia, lo segundo por que en Março no le embaraçe esta expediçion la de Africa, la tercera por que ymporta embiar hombres honrados con don luys los quales fuera ympossible hazer los yr a la yndia auiendo de hazer Jornada en Africa”. Além disso, D. Sebastião argumentava algo menos consensual: “la nauegaçion en septiembre es tan segura como en Março, y antes mas porque se passa el cabo de buena esperança en los meses denio ybierno que alla es Verano lo que es al reues partiendo en Março y la razon porque en aquel tiempo se embian todas las armadas es por embiar nauios muy gruesos apropiados para carga los quales no podrian entrar las barras de la yndia si llegassen en Verano y tambien por no perder tiempo para la buelta y assi don luys lleua los galeones de treçientas a quatroçientas toneladas por saluar este ynconueniente y en Março se hara la armada ordinaria o poco menor porque si el Rey se descuyda de reforçar aquel estado podria perder mas en el que ganar en Africa”. Silva terminava dizendo “aunque salgan çiertos sus discursos, estima mucho que V. Magestad se a contentado desta eleccion y de la breuedad con que se manda partir don luys”¹⁶¹⁷.

Já a 28 de Agosto, isto é, após a nomeação formal de Ataíde, tinham chegado navios da Índia que acalmaram as preocupações do rei¹⁶¹⁸. Contudo, D. Sebastião não alterara a sua decisão, esperando pela reacção de Filipe II, a qual chegou já em Setembro de 1577: “la buene y breue election que ha hecho de la persona de Don Luys de Tayde para el

¹⁶¹⁶ Cf. BA, 49-XI-77, fl. 191v.

¹⁶¹⁷ Cf. Carta de D. Juan da Silva a Filipe II, Lisboa, 26.VIII.1577 – AGS, *Estado*, Leg. 394, doc. 267, fl. 3v-4.

¹⁶¹⁸ Cf. Carta de D. Juan da Silva a Filipe II, Lisboa, 28.VIII.1577 – *Ibidem*, doc. 98, fls. 1-2.

cargo de su virey de la India que por concurrir en las partes que saben tengo por çierto le ha de seruir a mucha satisfaçion”¹⁶¹⁹.

Na preparação da sua partida, D. Luís solicitou a D. Sebastião que o deixasse levar consigo dois fidalgos que se tinham destacado no cerco de Chaul¹⁶²⁰: João Álvares Soares, seu vedor e pai do futuro secretário Diogo Soares¹⁶²¹, e Nuno Velho Pereira, os quais foram como capitães de navio¹⁶²². Apesar da pressa de D. Sebastião na partida de Ataíde, este “perdio tiempo en Septiembre no por culpa suya y aora no le haze para partir la armada ni se espera tam presto” pelo que “no desconfia de salir este mes”¹⁶²³. Desta forma, D. Luís só partiu a 15 de Outubro de 1577, “harto descontento porque le embian con solos quarenta mill ducados auiendo en la yndia grandes necesidades a que acudir”, zarpando logo em seguida o governador do Brasil Lourenço da Veiga¹⁶²⁴, o qual era suposto ter partido em Janeiro de 1577¹⁶²⁵.

Do dia 15 de Outubro data precisamente a vaga instrução sebástica ao fidalgo, que tanto contrasta com o detalhado regimento de 1568. Nesta, o rei principia pela insistência nos assuntos da Cristandade, guerra, fazenda, justiça e autoridade do vice-rei juntos de todos¹⁶²⁶. Pelo facto do idoso Ataíde, então com 61 anos, ter dificuldade em ler, Miguel de Moura copiara-lhe a instrução de D. Sebastião que a escrevera estando mal disposto. O *Desejado* insistia com o fidalgo para não temer os inimigos e escolher bem, entre estes, quais atacar. Dando o seu próprio exemplo em Tânger, o rei relembra ao vice-rei a importância de se aconselhar com a fidalguia. Recomendava ainda que se apoiasse em bons soldados, fosse parco na concessão de perdões de justiça¹⁶²⁷ e que concedesse poucas mercês à fidalguia, pois considerava que devia ser “escacissimo com todos os homens com apparencias, e com modo, e day muy pouco, e não espereis gratidão, nem conhecimento do recebido senão em muy poucos”¹⁶²⁸. Apellando novamente a que fosse respeitado e temido pela fidalguia, D. Sebastião

¹⁶¹⁹ Cf. Instrução de Filipe II a D. Juan da Silva, Escorial, 1.VII.1577 – *Ibidem*, doc. 109, fl. 2.

¹⁶²⁰ Cf. MACEDO, Joseph Pereira de, *Op. Cit.*, livro II, p. 160.

¹⁶²¹ Cf. CURTO, Diogo Ramada, *Op. Cit.*, p. 491.

¹⁶²² Cf. ACL, série vermelha 478, p. 80.

¹⁶²³ Cf. Carta de D. Juan da Silva a Filipe II, s.l., 11.X.1577 – AGS, *Estado*, Leg. 394, doc. 130, fl. 4v.

¹⁶²⁴ Cf. Carta de D. Juan da Silva a Filipe II, Lisboa, 25.X.1577 – *Ibidem*, doc. 140, fl. 2.

¹⁶²⁵ Cf. Carta de D. Juan da Silva a Filipe II, Lisboa, 24.VIII.1576 – *Ibidem*, Leg. 393, doc. 94, fl. 2v.

¹⁶²⁶ Existente em versões manuscritas mas publicada por MACHADO, Diogo Barbosa, *Op. Cit.*, tomo IV, livro I, cap. XXI, pp. 188-191. Já a carta das menagens das fortalezas da Índia foi passada a 8 de Outubro de 1577, em Lisboa (Cf. FDUL, *Colecção PS/MC*, caixa 6, pasta 7, doc. 38).

¹⁶²⁷ Aspecto que seria lembrado pelo vice-rei D. Francisco da Gama (1597-1600;1622-1628), em missiva ao rei não datada – ANTT, *Miscelâneas Manuscritas da Graça*, tomo II E, fl. 371-372.

¹⁶²⁸ Cf. MACHADO, Diogo Barbosa, *Op. Cit.*, tomo IV, livro I, cap. XXI, pp. 190-191.

relembra a D. Luís que “Aquele dinheiro, que vos encomendei, venha como vos disse, porque isto he vindo muito pouco para o muito que espero da Índia”¹⁶²⁹, referindo-se dessa forma às ordens que já dera a Rui Lourenço de Távora para obter empréstimos dos Estados amigos a fim de ajudar a financiar a jornada de África¹⁶³⁰.

O monarca pedira ainda a Ataíde que, na Índia, aplicasse a ordem régia dos presentes oferecidos ao Estado reverterem para a Fazenda Real e não para os jesuítas, como era hábito¹⁶³¹. Deverá ter também encomendado a D. Luís a continuação dos pagamentos à Câmara de Goa dos empréstimos do 1%, tal como fez em 1576¹⁶³² e 1577¹⁶³³. Após a partida de Ataíde, em Dezembro de 1577, tendo informação por João Gomes da Silva, embaixador em Roma e candidato afastado à indigitação vice-real de 1577, o qual se informara junto de Veneza, do cardeal Como, de Matias Bicudo e de Duarte da Paz, D. Sebastião enviara por terra um judeu e outra pessoa com cartas, para o capitão de Ormuz e para D. Luís de Ataíde, informando dos planos de ataque otomano a Ormuz¹⁶³⁴. O monarca português escreveria a Ataíde novamente, em Março de 1578, encomendando-lhe os assuntos da Cristandade “entendendo que hé o mor serviço e de mais meu contentamento que nessas partes me podeis fazer”¹⁶³⁵, na sequência do breve papal *Ut Nihil*¹⁶³⁶, de Janeiro de 1578, de idêntico teor dirigido a D. Luís. Tal sucedia numa altura em que o rei recusara receber o Padre Martim da Silva, que viera da Índia para o colocar ao corrente da situação que ali se vivia e dos pedidos dos jesuítas¹⁶³⁷.

O documento que melhor elucida acerca do espírito subjacente à nomeação e missão em que Ataíde foi empossado em 1577 é, todavia, a carta que D. Sebastião dirigiu à Câmara de Goa, informando da sua indigitação. Esta fora realizada “polla experiencia que della [Índia] tem, como pollas muitas calidades de sua pessoa, com cuja prudencia e

¹⁶²⁹ Cf. *Ibidem*, p. 191.

¹⁶³⁰ Cf. VILA-SANTA, Nuno, “Revisitando...”, p. 103.

¹⁶³¹ Facto mencionado numa provisão compensatória atribuída pelo governador Fernão Teles de Meneses (1581) aos jesuítas – PUB. *DI*, vol. XII, doc. 52, Goa, 28.VIII.1581.

¹⁶³² Cf. Carta de D. Sebastião à Câmara de Goa, Almeirim, 31.I.1576 – PUB. *APO*, fascículo 1, doc. 52.

¹⁶³³ Cf. Carta de D. Sebastião à Câmara de Goa, Lisboa, 16.II.1577 – PUB. *Ibidem*, doc. 53.

¹⁶³⁴ Cf. Carta de D. Sebastião a João Gomes da Silva, Salvaterra, 11.XII.1577 – BNP, cód. 887, fl. 164v.

¹⁶³⁵ Cf. Carta de D. Sebastião a D. Luís de Ataíde, Lisboa, 1.III.1578 – PUB. *DI*, vol. XI, doc. 14, pp. 151-152.

¹⁶³⁶ Breve Papal a D. Luís de Ataíde, Roma, 3.I.1578 – PUB. *Corpo diplomatico...*, tomo X, p. 535.

¹⁶³⁷ Aquele padre narrava com frustração como não pudera ser recebido por D. Sebastião, devido ao alvoroço na corte com a jornada de África, nem por D. Henrique e D. Catarina e infantes, devido a questões de precedências, pelo que de nada servira recorrer aos Padres Maurício Serpe, Amador Rebelo e Leão Henriques para ser ouvido. A sua única consolação fora constatar a manutenção do empenho sebastiano nos assuntos da missão e levar consigo de volta para a Índia o Padre Rudolfo Acquaviva. Cf. Carta do Padre Martim da Silva ao Padre Everardo Mercuriano, Lisboa, 18.III.1578 – PUB. *DI*, vol. XI, doc. 15.

esforso espero que não somente se restaure o perdido, mas que de novo se acrescente e amplie pera serviço de Nosso Senhor e aumento da Coroa de meus Reinos”¹⁶³⁸. Consciente do abandono político a que votara a Ásia Portuguesa sensivelmente desde que, em 1574, começara a preparar a expedição de África e da excepcionalidade de concretizar a nomeação da mesma figura para vice-rei do Estado da Índia de forma não consecutiva¹⁶³⁹, o monarca pretendia com essa nomeação que D. Luís de Ataíde recuperasse o Estado da grave situação em que caíra. Nesse sentido, a missão de pôr termo à ameaça de guerra civil, relembra a nomeação de Nuno da Cunha, em 1529, e, por outro lado, a de restaurar a situação oriental afigura-se como uma repetição do que já sucedera em 1568. Porém, em contraste com a missão de 1568, Ataíde não recebeu, em 1577, um mandato reformador claramente definido e a autoridade acrescida que lhe foi outorgada, mormente por via da concessão do título de conde, que relembra a nomeação de D. Vasco da Gama¹⁶⁴⁰, em 1524, não encontravam correspondência numa definição clara sobre a sua esfera actuação. Se tal decorria do desinteresse que D. Sebastião manifestava então pela Índia, não se deverão ignorar, desde já, as implicações que esta decisão viria a ter no segundo governo de D. Luís de Ataíde.

Antes de partir para a Índia, na que seria a sua última viagem, a qual no plano simbólico, e apesar dos poderes que levava e das mercês que recebera, marcava definitivamente o crepúsculo da sua carreira, Ataíde não deixou de estar informado das resistências cortesãs à sua nomeação como vice-rei. Estas resistências, apenas apontadas no caso do bispo capelão-mor D. Jorge de Ataíde¹⁶⁴¹, filho de D. António de Ataíde, 1º conde da Castanheira, seu primo, ter-se-ão, contudo, alargado a todos aqueles que, em diversos momentos, se opuseram à liderança sebástica da expedição a África. Na realidade, obstinado com tal jornada, logo em Novembro de 1577, após a partida de Ataíde, D. Sebastião aproveitou para comunicar a D. Catarina e ao cardeal D. Henrique a sua liderança da jornada, a qual planeava concretizar em Março de 1578¹⁶⁴². Em Dezembro de 1577 informou Filipe II dessa intenção¹⁶⁴³. Este não desistiu de o tentar

¹⁶³⁸ Cf. Carta de D. Sebastião à Câmara de Goa, s.l., 5.IX.1577 – PUB. APO, fascículo 1, doc. 64, p. 84.

¹⁶³⁹ Como apontado na introdução, caso único em todo o século XVI. D. Francisco da Gama, 4º conde da Vidigueira seria o segundo vice-rei da Índia a ter dois mandatos não consecutivos, entre 1597 e 1600, e entre 1622 e 1628, sendo indigitado respectivamente por D. Filipe I e D. Filipe III de Portugal.

¹⁶⁴⁰ Paralelo, aliás, traçado em 1584 por PEREIRA, Miguel, *Crónica de El Rey Dom Sebastiam...* - BNP, cód. 477, fl. 35.

¹⁶⁴¹ Cf. LABRADOR ARROYO, Félix, *Op. Cit.*, vol. II, p. 94. Não foi encontrada qualquer evidência documental nesse sentido.

¹⁶⁴² Cf. VELOSO, José Maria de Queirós, *Op. Cit.*, p. 264.

¹⁶⁴³ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Op. Cit.*, p. 262.

impedir, escrevendo-lhe ainda em 1577 e 1578 para deixar o comando da expedição aos seus ministros e instruindo D. Juan da Silva para aliciar membros do conselho de Estado com o fito de convencerem D. Sebastião disso mesmo¹⁶⁴⁴. Nesse sentido, além de redigir missivas com ameaças veladas ao rei português¹⁶⁴⁵, Filipe II colocou o 3º duque de Alba a escrever ao *Desejado*, convenceu o embaixador do duque de Sabóia a solicitar ao rei que não liderasse a expedição¹⁶⁴⁶ e enviou ainda o duque de Medinaceli com idêntica missão¹⁶⁴⁷.

D. Sebastião já pedira, no entanto, para anunciar, secretamente, por carta de Dezembro de 1577, ao Papa Gregório XIII que se a jornada não fosse por ele liderada não teria qualquer sentido¹⁶⁴⁸ e todas as tentativas de o afastar desse intento vieram, como é sabido, a sair goradas, especialmente as de tentar nomear um novo general. Enquanto cortesãos, como Francisco de Sá de Meneses e D. João Mascarenhas tentaram sem sucesso demover D. Sebastião¹⁶⁴⁹, outros, como D. Duarte de Castelo Branco, o 2º conde de Tentúgal, ou o mordomo-mor D. Álvaro da Silva, procuraram criar uma candidatura alternativa¹⁶⁵⁰. Todavia, D. Sebastião esconjurou todos aqueles planos na reunião de Fevereiro de 1578, na qual anunciou que comandaria pessoalmente a jornada e que os convocara apenas para os informar e não para os ouvir¹⁶⁵¹. A última alternativa para o comando da expedição, D. João Mascarenhas¹⁶⁵², foi rapidamente afastada por D. Sebastião. Este, para debelar a oposição aos seus intentos, não hesitou em nomear Mascarenhas e Sá de Meneses como governadores interinos do Reino, alegando que D. Henrique não aceitaria tal nomeação, apesar de não a ter sequer proposto, deixando todos surpreendidos com a manobra¹⁶⁵³.

¹⁶⁴⁴ Cf. VELOSO, José Maria de Queirós, *Op. Cit.*, p. 269.

¹⁶⁴⁵ Cf. BAÑOS-GARCIA, Antonio Villacorta, *Op. Cit.*, p. 239 e seguintes.

¹⁶⁴⁶ Cf. VELOSO, José Maria de Queirós, *Op. Cit.*, p. 271.

¹⁶⁴⁷ Cf. CÓRDOBA, Luis Cabrera de, *Op. Cit.*, livro XI, cap. XVIII.

¹⁶⁴⁸ Cf. Carta de D. Sebastião a João Gomes da Silva, 1577 – PUB. *Corpo diplomatico...*, tomo X, pp. 533-534.

¹⁶⁴⁹ Cf. *Dezenredo sebástico...*, cap. V.

¹⁶⁵⁰ Cf. *Ibidem*, cap. VI.

¹⁶⁵¹ O espírito dos fidalgos à saída da reunião é bem elucidativo: “salieron de la platica cansados y tristes, aunque todos lo encubrieron, mostrando se muy prontos a servir y acompañar al Rey”. Cf. Carta de D. Juan da Silva a Filipe II, Lisboa, 28.II.1578 – AGS, *Estado*, Leg. 396, Doc. 23, fl. 1.

¹⁶⁵² D. Juan da Silva comentara, com um cortesão não identificado, considerar que D. João Mascarenhas daria um bom general mas tal cortesão dissera-lhe que D. Sebastião considerava que existiria gente mais indicada (Cf. Carta de D. Juan da Silva a Gabriel Zayas, Lisboa, 14.IV.1578 – PUB. *CDIHE*, tomo XXXIX, pp. 559-560). Desconhece-se quem D. Sebastião teria em mente. No desagrado sebástico pela hipótese de D. João Mascarenhas entrevê-se não apenas o desejo de afastar aquela hipótese, em fase tão próxima da concretização da passagem a África, mas também a antipatia do rei pela figura possivelmente relacionada por ser, à data, uma “criatura” do cardeal D. Henrique.

¹⁶⁵³ Cf. VELOSO, José Maria de Queirós, *Op. Cit.*, pp. 284-285.

Assim, também a partida de D. Luís de Ataíde foi recheada de consequências, não apenas no próprio dia de Alcácer-Quibir, como sempre se afirmou¹⁶⁵⁴, mas igualmente antes dessa data, uma vez que deu a D. Sebastião total margem de manobra para afirmar o seu projecto, inviabilizando candidaturas alternativas ao generalato de figuras com menor peso político-militar que o próprio Ataíde. Neste sentido, os acontecimentos descritos para o generalato de D. Luís, quando conjugados com o que veio a suceder em 1578, poderão comprovar que foi nos anos finais do seu reinado que D. Sebastião teve condições para afirmar o seu projecto de realeza, afastando inequivocamente todos os seus oponentes. Para tal, teve de planear cuidadosamente a sua acção política e só alcançou os seus intentos após vários anos. Na conjuntura de Alcácer-Quibir, tais intentos foram facilitados pelo desaparecimento de oponentes à sua política, com especial destaque para a avó D. Catarina, ou pelo notório enfraquecimento de outros, como o tio D. Henrique.

Nesta lógica, a jornada a África era bem mais do que uma mera obsessão de um rei imaturo. O estudo dos seus preparativos revela, ao invés, a manifestação plena da força da personalidade sebástica, já presente desde a sua infância como alguns autores já salientaram¹⁶⁵⁵, e realça ainda as ramificações na realeza de D. Sebastião da opção pela realização da jornada de África nos moldes em que ocorreu. Como afirma certamente Rafael Valladares¹⁶⁵⁶, as consequências de uma hipotética vitória de D. Sebastião no Norte de África teriam sido absolutamente imprevisíveis, embora seja certo que o seu reinado conheceria uma nova fase, com uma margem de manobra da actuação do rei mais alargada, quer no plano interno, quer no externo. Nesta perspectiva, Alcácer-Quibir¹⁶⁵⁷ afigura-se como o ponto culminante da acção política do *Desejado*. Procurando ser consequente com o trilho político que traçara e com a afirmação da sua imagem, D. Sebastião não poderia deixar-se salvar no último momento e deixar para a História, em momento que considerava tão decisivo, uma imagem diferente daquela pela qual tanto lutara. Talvez também por isso tenha decidido falecer em combate.

Para D. Luís que, por longo tempo partilhara com o rei o seu projecto de realeza, acompanhando-o nalguns dos seus mais polémicos momentos, a ausência em Alcácer-

¹⁶⁵⁴ Tema a retomar no capítulo V.

¹⁶⁵⁵ Cf. nota 1491.

¹⁶⁵⁶ Cf. VALLADARES, Rafael, *Op. Cit.*, p. 200.

¹⁶⁵⁷ Sobre o exército sebástico naquela conjuntura vejam-se os trabalhos de: SOUSA, Luís Costa e, *A arte na guerra. A arquitectura dos campos de batalha no Portugal de Quinhentos*, Lisboa, Tribuna, 2008; SOUSA, Luís Costa e, *Alcácer-Quibir: Visão ou delírio de um rei?*, Lisboa, Tribuna da História, 2009.

Quibir era a consequência natural de, na última fase, se ter oposto aos preparativos militares da jornada. Por este motivo, acabara por não desempenhar o papel que provavelmente muitos opositores à ideia norte-africana de D. Sebastião dele esperavam: o de alterar as intenções régias. Rapidamente subtraído pelo rei do cargo que ocupara, Ataíde não chegou a ter ocasião de desempenhar o papel relevante que os eventos da sua nomeação, à primeira vista, lhe pareciam reservar.

Vítima do braço de ferro entre D. Sebastião e Filipe II, o fidalgo fora um valioso trunfo usado pelo *Desejado* na estratégia contra os seus opositores. Desde o início a sua nomeação fora alvo de disputa entre D. Sebastião e Filipe II e de debate na corte, como bem evidencia a tentativa do Prior do Crato para ocupar o cargo. Porém, a forma como D. Sebastião defendeu a nomeação de D. Luís, face a Filipe II e ao Prior do Crato, não terão deixado de alimentar à vaidade do fidalgo pois, no século XVI, era pouco comum um grande nobre ser escolhido em detrimento de figuras com sangue real. Esta escolha e a restauração do seu título condal foram, talvez, as únicas consolações de Ataíde no final daquele atribulado processo.

Em Outubro de 1577, não obstante, quando partia para a Índia, D. Luís não deixaria certamente de estar preocupado, não só com o seu futuro e o da Casa que deixava para trás, mas também e, sobretudo, com aquele jovem que tanto o admirara. A sua afirmação de que partia para a Índia para morrer mais devagar¹⁶⁵⁸ encaminha-se, aliás, nesse sentido. Porém, o cenário que encontraria no Estado da Índia rapidamente o ocuparia e faria esquecer, ainda que por instantes, a certa premonição que tivera acerca do seu destino.

IV.2. A situação do Estado da Índia em 1577-78:

IV.2.1. O governo de D. Diogo de Meneses: o fim da crise?

Em Novembro de 1577, data em que D. Diogo de Meneses assumiu o governo do Estado da Índia, por terem sido abertas as vias de sucessão do vice-rei Rui Lourenço de Távora, a situação na Ásia Portuguesa não era a melhor. Devido ao agravamento geral da situação político-militar, durante a última fase do governo de António Moniz Barreto, registara-se um prolongamento da crise político-militar, para além de 1575¹⁶⁵⁹. Um dos factores que fizera prolongar a crise no subcontinente indiano foi a ocorrência

¹⁶⁵⁸ “Vida e acções...”, cap. 11.

¹⁶⁵⁹ Cf. VILA-SANTA, Nuno, “Revisitando...”, p. 104.

de revoltas dos gentios de Salsete, iniciadas em 1575 e fortemente renovadas desde o regresso do embaixador de Ali Adil Shah à Índia, em 1577¹⁶⁶⁰. Na realidade, tais rebeliões encontram paralelo directo no que já sucedera durante o cerco de Goa de 1570-71, no qual parte da população autóctone apoiou Ali Adil Shah¹⁶⁶¹. Numa conjuntura em que essa população se encontrava dividida entre a integração definitiva no Estado da Índia ou o regresso ao domínio do sultanato de Bijapur¹⁶⁶², os ingredientes que viriam a explicar as conhecidas alterações de Salsete de 1583 estavam lançados¹⁶⁶³.

Além da situação em Goa, registara-se também um agravamento geral da situação no Malabar. Mas as notícias mais preocupantes vinham de Malaca e das Molucas. Após ter sido incapaz de socorrer a praça malaia nos complicados anos de 1573 a 1575, Moniz Barreto continuara a não enviar reforços suficientes para a região, forçando D. Sebastião a enviar a esquadra de Matias de Albuquerque com o fito de derrotar a ameaçadora armada achém, o que ocorreu em Janeiro de 1577¹⁶⁶⁴. A essa conjuntura acrescia a expulsão de Ternate, em 1575, compensada pela construção de uma nova fortaleza em Amboíno, em 1576, numa fase em que os Portugueses viviam da depredação na região¹⁶⁶⁵. No entanto, quer de Malaca, quer das Molucas, não cessavam de chegar pedidos de socorro. A esta situação juntara-se a referida ameaça de guerra civil, espoletada pela atitude de Moniz Barreto, que procurou manter-se no governo, alegando a ausência de obrigação jurídica para abrir as sucessões de Távora, e quase gerando uma guerra civil, que o bom senso do visitador jesuíta Alexandre Vallignano atalhou¹⁶⁶⁶.

D. Diogo de Meneses, então capitão de Ormuz e já bastante afamado por anos de carreira na Índia¹⁶⁶⁷, como descendente que era de D. Duarte de Meneses¹⁶⁶⁸, 1º capitão de Alcácer-Ceguer, que salvara a vida de D. Afonso V, em 1463, era visto como a derradeira esperança para afastar o governador, tido por usurpador. Assim se explica a sua boa recepção em Goa, onde foi recebido com uma tragicomédia e com ordenanças da terra pois “Hizieron los niños danças y suíças muy bien concertadas, y los christianos

¹⁶⁶⁰ Cf. SOUSA, Padre Francisco de, *Op. Cit.*, Segunda Parte, Conquista I, Divisão III.

¹⁶⁶¹ Cf. XAVIER, Ângela Barreto, *Op. Cit.*, p. 347.

¹⁶⁶² Cf. *Ibidem*, p. 355.

¹⁶⁶³ Cf. *Ibidem*, p. 347.

¹⁶⁶⁴ Cf. BAYÃO, Padre José Pereira, *Op. Cit.*, livro III, cap. XVII.

¹⁶⁶⁵ Cf. LOBATO, Manuel, *Op. Cit.*, p. 127.

¹⁶⁶⁶ Como relembra o inquisidor Bartolomeu da Fonseca, que fora de opinião que Moniz Barreto não necessitava de abrir as sucessões, apesar de ser crítico da sua acção. Cf. Carta do inquisidor Bartolomeu da Fonseca ao cardeal D. Henrique, s.d., 1577 – PUB. BAIÃO, António, *Op. Cit.*, vol. II., doc. X.

¹⁶⁶⁷ Cf. SOUSA, Manuel de Faria e, *Op. Cit.*, vol. IV, Parte I, cap. XVIII.

¹⁶⁶⁸ Cf. ALVES, Ivone Correia, *D. Diogo de Meneses*, Cascais, Câmara Municipal, 2010, p. 6.

de la tierra acudieron con su suíça y celebraron muy bien la fiesta”¹⁶⁶⁹. Porém, quando iniciou o seu governo, os problemas por resolver avolumavam-se. Começando por despachar a armada de Rui Pires de Távora para atacar Chale, a fim de repor a ordem no Malabar, e já depois daquele fidalgo ter ido atacar com sucesso o porto de Dabul¹⁶⁷⁰, pertencente a Bijapur, D. Diogo de Meneses comandara pessoalmente um ataque a Banda, outro porto de Ali Adil Shah¹⁶⁷¹, a fim de forçar a entrega de navios malabares que ali tinham aportado¹⁶⁷². Tendo ficado acordada a sua entrega em Dabul, o senhor da cidade atraiçou a palavra dada e pôde assim massacrar a comitiva portuguesa enviada para receber os navios. Desta, apenas escapou D. Jerónimo Mascarenhas, que logo regressou a Goa para informar Meneses do sucedido¹⁶⁷³.

O governador nomeou então D. Pedro de Meneses para liderar toda a guerra que pudesse na região¹⁶⁷⁴, mas Ali Adil Shah, ao que tudo indica já durante o ano de 1578, não tardou a declarar guerra. Apoiado nas populações de Salsete, que há muito se desentendiam com os missionários jesuítas ali presentes, o sultão de Bijapur alegou como *casus belli* a opressão daquelas populações por não ser atendido o seu pedido para a reconstrução de pagodes, o reforço da missionação na região¹⁶⁷⁵ e os recentes incidentes marítimos¹⁶⁷⁶. Na realidade, o que parece ter estado em causa foi o interesse do sultão de aproveitar o momento difícil que o Estado da Índia enfrentava, numa fase em que reforçara o seu domínio a sul, ocupando anteriores territórios de Vijayanagar¹⁶⁷⁷. Por esta razão, ocupou Rachol e Salsete e cercou Goa com diversa artilharia¹⁶⁷⁸.

Desconhecem-se pormenores sobre a evolução do cerco de Goa, dada a falta de cronística e documentos para este período¹⁶⁷⁹, apenas se sabendo que à chegada de D.

¹⁶⁶⁹ Cf. Carta do Padre Gomes Vaz ao Padre Everardo Mercuriano, Goa, 20.X.1578 – PUB. *DI*, vol. XI, doc. 36, p. 269.

¹⁶⁷⁰ Cf. MACHADO, Diogo Barbosa, *Op. Cit.*, tomo IV, livro I, cap. X.

¹⁶⁷¹ Porto fluvial situado na margem esquerda do rio Tiracol perto de Goa. Cf. *Glossário antroponímico...*

¹⁶⁷² Cf. SOUSA, Padre Francisco de, *Op. Cit.*, Segunda Parte, Conquista I, Divisão II.

¹⁶⁷³ Cf. BAYÃO, Padre José Pereira, *Op. Cit.*, livro III, cap. XVIII.

¹⁶⁷⁴ Cf. *Ibidem*; SOUSA, Manuel de Faria e, *Op. Cit.*, vol. IV, Parte I, cap. XVIII; COUTO, Diogo do, *Vida de D. Paulo...*, cap. XIV.

¹⁶⁷⁵ Cf. Carta do Padre Gomes Vaz ao Padre Everardo Mercuriano, Goa, 20.X.1578 – PUB. *DI*, vol. XI, doc. 36.

¹⁶⁷⁶ Cf. Carta do Padre Francisco Pasio ao Padre Lourenço Pasio, Goa, 28.X/30.XI.1578 – PUB. *DI*, vol. XI, doc. 36.

¹⁶⁷⁷ Cf. *History of the Rise...*, vol. III, pp. 141-142. Cf. Mapa 4.

¹⁶⁷⁸ Cf. SOUSA, Padre Francisco de, *Op. Cit.*, Segunda Parte, Conquista I, Divisão II.

¹⁶⁷⁹ Relembre-se que a Década IX de Diogo do Couto termina em 1575 e a década X inicia-se já em 1581. Aquela que seria a segunda parte da Década IX foi roubada ainda em vida ao cronista e nunca publicada. Sobre estes temas vejam-se: SEABRA, Ana Dulce Ribeiro Carocha de, *No princípio era o texto:*

Luís de Ataíde, em Agosto de 1578, Goa ainda estava cercada. Mas, certamente fruto da situação que se vivia em Goa, em Malaca e também em Ceilão, onde a guerra com o reino de Sitawaka começava a perfilar-se no horizonte, D. Diogo de Meneses escrevera, em Abril de 1578, duas missivas a Pero de Mendonça Furtado, capitão de Chaul. Na primeira carta narrava como encontrara o Estado sem dinheiro para as necessidades correntes e como, para acorrer a Ceilão e a Malaca, já pedira dinheiro emprestado em Goa e até escrevera a diversas figuras de Chaul¹⁶⁸⁰. Por essa razão, pedia a Pero de Mendonça Furtado que fizesse reunir os particulares que apontava numa lista a fim de alcançar novo empréstimo, pois não pretendia sobrecarregar todos com mais impostos. Prometia pagar com mercês e oferecia como contrapartida o rendimento do comércio dos cavalos que aportavam a Goa e de todas as mercadorias que circulassem em Chaul. Para o efeito, deveria ser passado o devido auto de arrecadação e D. Jerónimo Mascarenhas, que se oferecera ao governador para a missão, já tinha partido para Chaul a fim de dar testemunho da grave situação da Fazenda Real, devendo por isso recolher o dinheiro emprestado e levá-lo para Goa. O governador solicitava rapidez no processo, pois naquele ano o rendimento proveniente do comércio dos cavalos rendera 7000 a 8000 pardaus, com os quais tencionava socorrer Malaca e Ceilão, faltando ainda mais dinheiro até Agosto, momento em que seria necessário prover a costa do Canará¹⁶⁸¹.

Na segunda missiva, Meneses anulava todas as ordens anteriores que escrevera por ter conseguido alcançar autorização do inquisidor da Índia para o empréstimo de dinheiro da Inquisição e por se ter lembrado de pedir novo empréstimo à Misericórdia de Chaul, razão pela qual apenas pedia que organizasse a reunião dos particulares¹⁶⁸². Efectivamente, e como refere o inquisidor Bartolomeu da Fonseca, o qual anteriormente criticara Moniz Barreto, mas acabara por votar a sua manutenção e até lhe confiaria documentos da Inquisição para entregar ao cardeal D. Henrique¹⁶⁸³, tal como faria com

contributo para a edição crítica do texto de Diogo do Couto da Década Décima, Lisboa, Colibri, 1994; RUSSO, Mariagrazia, "Un'edizione perduta, un manoscritto sconosciuto e una traduzione italiana inedita: i documenti della Década X di Diogo do Couto nella Biblioteca Angelica di Roma" in *Italia – Portogallo. Viaggi nella storia e nella cultura*, edição de C. M. Radulet, Sette Città, Viterbo, 2008, pp. 135- 168. Para este período também se desconhecem cartas de serviços da Índia. Assim, a reconstituição das dinâmicas do período só pode ser realizada cruzando fontes cronísticas com a abundante documentação jesuíta.

¹⁶⁸⁰ Cf. Carta de D. Diogo de Meneses a Pero de Mendonça Furtado, Goa, 16.IV.1578 - ADL, *Casa de Sampaio*, caixa 9, doc. 12, parte 72, fl. 1.

¹⁶⁸¹ Cf. Carta de D. Diogo de Meneses a Pero de Mendonça Furtado, Goa, 16.IV.1578 – *Ibidem*, fl. 1v.

¹⁶⁸² Cf. Carta de D. Diogo de Meneses a Pero de Mendonça Furtado, Goa, 17.IV.1578 – *Ibidem*, caixa 9, doc. 12, parte 1, fl. 1.

¹⁶⁸³ Cf. VILA-SANTA, Nuno, "Revisitando...", p. 104.

D. Diogo de Meneses¹⁶⁸⁴, o empréstimo foi concedido. Segundo o inquisidor, Meneses protagonizara uma luta calma e bem-sucedida com diversas ordens religiosas a fim de poder arrecadar, em benefício do Estado, diversas rendas. Tinha, além disso, pedido dinheiro emprestado a diversas Misericórdias, oferecendo como penhor pérolas que trouxera de Ormuz¹⁶⁸⁵. Tais pérolas que reaveio, de forma polémica, na noite anterior à chegada de D. Luís motivaram que partisse para o Reino com dinheiro que não lhe pertencia, deixando para trás “os clamores a Deos de molheres que ficam grytando”¹⁶⁸⁶.

Cumprido, no entanto, salientar que apesar da governação de D. Diogo de Meneses ter procurado recuperar o Estado da Índia, quer das feridas políticas causadas pela disputa em torno das vias de sucessão, quer das diferentes ameaças militares, tal missão não se encontrava terminada à data da sua saída do cargo. Não fora precisamente para resolver essa situação que D. Sebastião nomeara o conde vice-rei D. Luís de Ataíde, empossando-o de autoridade acrescida e de uma vaga missão de restauração da Ásia Portuguesa? Neste sentido, a crise que D. Diogo herdara de António Moniz Barreto só poderia, como veio a suceder, ser resolvida com um tempo de governação mais longo.

IV.2.2. A chegada do Conde D. Luís: o Torneio de Goa de 1578

Chegado a Moçambique, Ataíde tivera de esperar pela monção para poder navegar rumo a Goa. Fruto dessa situação, ainda ali se encontrava quando, em finais de Julho de 1578, ancorou em Moçambique a última armada partida do Reino, em Março de 1578, ainda sob a ordem de D. Sebastião. Nesta vinham o Padre Martim da Silva, o Padre Rudolfo Acquaviva e o conhecido Padre Mateus Ricci (1552-1610)¹⁶⁸⁷, que viria posteriormente a desempenhar importante papel na China. Querendo apressar a sua chegada a Goa e garantir que todos a ela chegariam seguros, encontrando-se o mar revolto e como homem experiente do mar que era, D. Luís decidiu partir à frente¹⁶⁸⁸. Assim, quando chegara a Goa, a 20 de Agosto de 1578¹⁶⁸⁹, poucos dias após Alcácer-

¹⁶⁸⁴ Cf. Carta do inquisidor Bartolomeu da Fonseca ao cardeal D. Henrique, s.l., 1.XII.1579 – PUB. BAIÃO, António, *Op. Cit.*, vol. II, doc. XIII.

¹⁶⁸⁵ Cf. Carta do inquisidor Bartolomeu da Fonseca ao cardeal D. Henrique, Goa, 25.XI.1578 – PUB. *Ibidem*, doc. XII.

¹⁶⁸⁶ Carta do inquisidor Bartolomeu da Fonseca ao cardeal D. Henrique, Goa, 25.XI.1578 – PUB. *Ibidem*, p. 62.

¹⁶⁸⁷ Cf. SOUSA, Padre Francisco de, *Op. Cit.*, Segunda Parte, Conquista I, Divisão II.

¹⁶⁸⁸ Cf. Carta do Padre Francisco Pasio ao Padre Lourenço Pasio, Goa, 28.X/30.XI.1578 – PUB. *Ibidem*, doc. 36; Carta do Padre Rudolfo Acquaviva ao Padre Everardo Mercuriano, Goa, 31.X.1578 – PUB. *DI*, vol. XI, doc. 37.

¹⁶⁸⁹ Como é confirmado pelo torneio que organizou intitulado: “Treslado de hum torneio triste com que na cidade de Goa se recebeo o Conde Don Luís de Ataíde, vindo por viço-Rey da Índia a 20 de agosto de 1578”, o qual é conhecido em duas versões manuscritas (ANTT, *Casa de Fronteira e Alorna*, 21, fls. 188-

Quibir, a pequena armada com que surgira parecia, de facto, pouco adequada à sua pessoa e à missão de autoridade em que fora empossado, ainda que a sua chegada não tenha deixado de causar viva impressão e impor respeito¹⁶⁹⁰.

Antes de desembarcar, porém, o conde vice-rei tivera de aguardar. Em causa estavam as pérolas devidas a D. Diogo de Meneses, visto o juiz encarregue de realizar o auto da sua entrega ao fidalgo ter fugido “por temer a severidade do conde”. Pelo facto de não ter recebido o auto, D. Diogo, “que bem conhecia a severidade do conde”, não se coibira de agravar D. Luís, fazendo-o esperar na barra de Goa, enquanto procurava resolver o problema do auto. Como o juiz se negava a passar o auto e apenas acedera a entregar a Meneses o dinheiro equivalente ao valor das pérolas, sem informar a Mesa da Consciência e Ordens, houve “tribulação, porque fidalgos, oficiais forão a estomaguar o conde que tomava a mesa o dinheiro do fisquo e que dera perolas a Dom Diogo”.

Procurando ser isento, mas não perdendo a oportunidade para afirmar a sua autoridade, “falô nos o conde com a decencia divyda mostrando se escamdelizado da mesa enformou se, desalyvou se teve muita satisfação com a mesa, fez merçe de novo aos oficiais, tirou officios e castigou a quem fez emburilhadas, mostrou muita abilidade, em as entender com muita christandade em acodir pela mesa, que tal profiçãõ tem, e não sey eu quem acodira asy depresa”¹⁶⁹¹. No entanto, como mencionado, nem mesmo a autoridade acrescida do conde vice-rei D. Luís de Ataíde foi capaz de impedir que D. Diogo de Meneses partisse com as pérolas e o referido dinheiro.

Possivelmente escandalizado com a situação que encontrara e tendo em mente as ordens que recebera, D. Luís decidira sinalizar a acrescida autoridade em que viera empossado e com a qual pretendia iniciar o seu segundo mandato. Ao invés de entrar na Índia enquanto guerreiro, tal como fizera em 1568, o seu intuito, em 1577, foi primordialmente o de entrar como um governante político que vinha repor a ordem.

Por esta razão, o conde vice-rei mandou organizar um torneio para a sua recepção, o qual possivelmente terá sido preparado por D. Filipe de Castro Guerra¹⁶⁹². A descrição

194v.; BNP, Cód. 3563, fl. 238-245v.). O traslado será publicado em artigo por Aurélio Vargas Díaz-Toledo com o título “Um documento inédito relativo ao segundo vice-reinado de D. Luís de Ataíde na Índia”, a quem agradecemos a possibilidade de o consultar transcrito e harmonizado com as diferentes versões.

¹⁶⁹⁰ Cf. SOUSA, Manuel de Faria e, *Op. Cit.*, vol. IV, Parte I, cap. XIX; ACL, série vermelha 479, cap. 6.

¹⁶⁹¹ Cf. Carta do inquisidor Bartolomeu da Fonseca ao cardeal D. Henrique, Goa, 25.XI.1578 – PUB. BAIÃO, António, *Op. Cit.*, vol. II, doc. XII, p. 60.

¹⁶⁹² Cf. FRUTUOSO, Gaspar, *Op. Cit.*, vol. II, cap. LXXX.

de tal torneio é elucidativa do ambiente que se vivia na Índia, motivo pelo qual será detalhado o seu conteúdo. O relato daquele evento deverá ter sido produzido por uma testemunha ocular do mesmo. Pelo estilo da sua escrita algo barroco, considera-se que terá sido redigido pelos finais do século XVI e inícios do século XVII. Tal como todas as narrativas e livros de cavalaria em forte expansão naquele período¹⁶⁹³, contem diversos elementos fantasiosos, embora muito do que nele é descrito deva efectivamente ter-se passado. Relembre-se que não são conhecidas referências a torneios organizados aquando do início da governação de anteriores governadores ou vice-reis do Estado da Índia.

A descrição inicia-se com a referência ao crescente poder dos inimigos da Ásia Portuguesa¹⁶⁹⁴ e à infelicidade de Goa com a chegada do conde vice-rei “porque primeiro que desembarcasse, tinha já chegado a fama da ira e ameassos com que vinha prometendo cruel vingança dos homens que depois de acabada a eleição do seu primeiro governo o citaram neste estado, e de outros que testemunharão contra ele na devassa de sua residencia, a qual trazia consigo trasladada, e para este efecto se ordenou um torneio triste pelos culpados na tenção do conde para o dia de sua desembarcação”. Precisamente pelo rumor a que alude o autor anónimo do relato se explica a fuga do juiz, temeroso da severidade de Ataíde, e até o ambiente de consternação em que decorreu o torneio, pois sabe-se que a sua primeira acção foi a divulgação da jornada a África, como D. Sebastião lhe pedira¹⁶⁹⁵. Haveria melhor forma de iniciar um governo, em que tencionava reafirmar a autoridade régia, aliciando todos a participar em tal expedição sem, contudo, fornecer a necessária autorização para abandonar a Índia?

O intuito de moralizar os comportamentos da fidalguia, que anteriormente o difamara, mas também que apoiara as pretensões de António Moniz Barreto, surge bem claro em toda a descrição do torneio. Este iniciara-se com a entrada de criados de D. Luís e com a aparição do vice-rei a uma janela bem vestido, empunhando um letreiro de verosimilhança discutível:

“Sem estas me vingarei,

¹⁶⁹³ Cf. VARGAS, Aurélio Díaz-Toledo, *Un mundo de maravillas y encantamientos: los libros de caballerías portuguesas*, separata Actas del XI Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval, León, 2005; VARGAS, Aurélio Díaz-Toledo, *Os livros de cavalaria em Castela e Portugal. Um caso particular: a Selva de Cavalaria Famosas, de António de Brito da Fonseca*, separata PeterLang, Sonderdruck, 2005p. 67; VARGAS, Aurélio Díaz-Toledo, *Os Livros de Cavalaria Portugueses dos Séculos XVI-XVII*, Parede, Pearlbooks, 2012, p. 13.

¹⁶⁹⁴ Cf. nota 1689.

¹⁶⁹⁵ Cf. MACHADO, Diogo Barbosa, *Op.Cit.*, tomo IV, livro I, cap. XXI.

de todos, tendes por certo
que aceitarei por isso o ceptro”

O estilo absoluto de governo encerrado em tal letreiro, simbolizado pela aceitação do ceptro, e que viria a caracterizar o segundo mandato de D. Luís de Ataíde, contrastava com a popularidade do governador D. Diogo de Meneses. Por esta razão, o povo de Goa exibia o seu retrato ao conde vice-rei numa tentativa de apelar à sua clemência. Tal imagem foi repetida quando D. João da Costa surgiu de novo com o retrato de Meneses e ostentando um letreiro:

“Pois tam cedo vos perdi,
não ganharei no que fica,
que o conde sem freo fica”

Em referência directa aos oponentes ao seu primeiro governo oriental surgiu João da Costa Peleja empunhando um letreiro que dizia:

“Se escrevi, falei verdade.
porém, se me castigais
será porque a não falais”

No mesmo sentido foi o letreiro de Lopo Vaz de Sequeira, referente ao presidente da alçada da Índia:

“Testemunhar me mandastes
contra o conde dom Luis,
eu pagarei o que fiz
e vos nao, pois lá ficastes”

O alvoroço que tais letreiros causaram na assistência apenas foi compensado pela entrada de novos cavaleiros. Entre estes, destacou-se Francisco da Silva de Meneses, apelando a Fernão Teles de Meneses, figura próxima do vice-rei, que lhe viria a suceder em 1581 e também ele autor de um livro manuscrito de cavalarias¹⁶⁹⁶, com um letreiro alusivo à não autorização de partida de fidalgos da Índia:

“Toda a mercê me sobeja

¹⁶⁹⁶ Cf. VARGAS, Aurélio Díaz-Toledo, *Os Livros...*, p. 174.

se fazeis com o senhor conde
que me dexe ir para onde
nao no veja nem me veja”

Em crítica à ganância de D. Luís, surgiu o letrado de Gaspar de Brito Gago:

“Por vos deixar ir em paz
paz tereis em nova terra,
mas a mim fará guerra
quem só dinheiro lhe apraz”

Pouco depois foi momento de surgir Fradique Ribeiro, disfarçado de leproso por ter servido o conde vice-rei como vedor durante 15 dias, suportando “a pouca razan do senhor conde con muita paciencia” e ostentando um letrado que dizia:

“Tolle gravatum tuum
et ambula pois não fazeis
senao só o que entendeis”

Na mesma lógica de alguém déspota, que não recompensava os seus criados pela sua avareza, surgia Martim Carneiro, nomeado por Ataíde como capitão da guarda do vice-rei, a quem D. Luís negava o pagamento do seu salário. Após os combates sangrentos, nos quais o autor afirma terem falecido diversos fidalgos e terem sido outros presos por ordem do vice-rei, facto pouco crível atendendo à componente romanceada presente neste tipo de relatos, a descrição terminava tão triste como se iniciara, sem “esperanças de nenhuã mercê, onde estaran [todos] até que Deus queira que torne a este estado o senhor Don Diogo de Meneses para os tornar a restituir en suas liberdades en que dantes viviao en seu poder muito contentes”. A finalizar, era mencionado o dito premonitório do carcereiro Heitor de Sampaio, que pressagiara ao fidalgo que mais se destacara no torneio na hora de o prender que:

“Entraí senhores cantando
em este artificio eterno,
que outro natural inferno
está ao Conde esperando

com tormento sempiterno”

A confirmação da realização do torneio de Goa de 1578 é assegurada por missiva do Padre Fernando de Meneses ao geral de Roma, que menciona que o evento contou com “toda a nobreza pera motejar Dom Luis, viso-rrei de novo entrado” e que acrescenta um importante dado: a presença do visitador jesuíta Vallignano. Este “entrou assentado sobre hum tanho de prata em hum carro, o qual tiravão dous çervos brancos” com um letreiro em italiano alusivo a Ataíde que dizia:

“È'l dolce piager del seculo nostro

fratelli, piangete il passato

porque aquel crudel è ritornato”

O Padre Fernando de Meneses hesitava se tal aludia à “sua gravidade ou a zombaria, ou porque nos têm em conta de ricos”¹⁶⁹⁷. Tendo em conta o papel político que Vallignano tivera na manutenção de António Moniz Barreto, a queixa posterior que faria, de Ataíde ouvir com desdém os seus conselhos¹⁶⁹⁸, e levando em linha de conta os problemas evidenciados durante o primeiro governo, no relacionamento entre o vice-rei e os jesuítas e outras autoridades eclesiásticas que pretendiam imiscuir-se nos assuntos políticos, pode concluir-se que tal letreiro aludia à gravidade do conde vice-rei. Em concreto, referia-se à anterior luta que o próprio Vallignano protagonizara a fim de que os jesuítas não se envolvessem na política e ao facto do visitador saber que Ataíde, pelo exemplo do seu primeiro governo, não estaria disposto a tolerar tal envolvimento. No seu letreiro, vislumbra-se também o receio de que piores dias aguardassem a Companhia de Jesus na sua acção no Estado da Índia.

Se bem que diversas partes do relato, incluindo as já apresentadas, possam ser de valor e verosimilhança discutíveis, é impossível deixar de sublinhar os intuitos do conde vice-rei com a sua organização e como o seu segundo governo se iniciava sob um pesado signo de oposição. Através dele, Ataíde pretendeu, não apenas moralizar a fidalguia e oficiais como, sobretudo, imprimir um rumo de actuação político distinto do primeiro governo, onde se destacara precisamente pelo relacionamento próximo com a fidalguia. Desta forma, recorrendo à sua autoridade reforçada de conde, D. Luís

¹⁶⁹⁷ Cf. Carta do Padre Fernando de Meneses ao Padre Everardo Mercuriano, Goa, 15.XI.1579 – PUB. *DI*, vol. XI, doc. 97, p. 739.

¹⁶⁹⁸ Cf. Carta do Padre Alexandre Vallignano ao Padre Everardo Mercuriano, Kuchinotsu, 30.VIII.1580 – PUB. *DI*, vol. XII, doc. 7A.

pretendeu consolidar um governo distante dessa mesma fidalguia, como que seguindo o exemplo da própria realza sebastica, à qual já foram apontados laivos de barroquismo¹⁶⁹⁹. É nesse sentido que se entende a crítica à crescente distância política e até física do vice-rei, patente no próprio torneio, e a própria popularidade da figura de D. Diogo de Meneses, personagem bem conhecida de todos. Não se poderá abstrair, que em tal atitude de D. Luís, terá pesado definitivamente o contexto de poderes extraordinários e autoridade acrescida que D. Sebastião lhe concedera em 1577.

A popularidade de Meneses de quem, já antes de ser governador, se dizia que seria nomeado vice-rei por D. Sebastião¹⁷⁰⁰ era, aliás, motivo de preocupação para o Padre Afonso Pacheco. Este comentava o efeito que a chegada do fidalgo teria em Portugal e como urgia impedir que esta viesse a reverter na sua efectiva nomeação como vice-rei da Índia¹⁷⁰¹. O contraste que então se tornou evidente entre D. Luís de Ataíde e D. Diogo de Meneses, este último um dos melhores exemplos de uma geração que crescera na Índia sob o primeiro governo de Ataíde, detendo relevante papel nos assuntos malabares e no próprio cerco de Goa, convertera-se então na melhor metáfora política sobre o contraste de formas de governação a todos os níveis. Não foi afinal o Antigo Regime, sobretudo no período Barroco, prolífero na produção deste tipo de alegorias políticas? Neste sentido, a chegada do conde vice-rei em tempo tão atípico e, em especial, o torneio de Goa de 1578, foram elucidativos não só das suas intenções, mas também o mote de partida para uma acção política que veio a concretizar-se posteriormente.

IV.3. O segundo vice-reinado da Índia (1578-1581): rumo à estabilização

Dos múltiplos desafios que D. Luís de Ataíde enfrentava em Agosto de 1578, o mais premente era a guerra com o sultão Ali Adil Shah de Bijapur. Tal como sucedera em 1571, quando forcara aquele sultão a levantar o cerco a Goa, o conde vice-rei empenhou-se em obrigar Ali Adil Shah a assinar as pazes nos termos em que pretendia. Para esse efeito, começou por confirmar a nomeação de D. Pedro de Meneses, realizada pelo governador D. Diogo de Meneses, a fim de chefiar a guerra aos portos litorais de Bijapur a norte de Goa, enquanto ele próprio subia pelo rio Mandovi para atacar todas

¹⁶⁹⁹ Designadamente o “barroquismo jurídico” (Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, “D. Sebastião à luz...”, p. 25), embora nos pareça que também o estilo distante de governação de D. Sebastião se aproxima mais do estilo de governação barroca dos Áustrias.

¹⁷⁰⁰ Cf. SOUSA, Manuel de Faria e, *Op. Cit.*, vol. IV, Parte 1, cap. XVIII.

¹⁷⁰¹ Cf. Carta do Padre Afonso Pacheco ao Padre Everardo Mercuriano, Cochim, 6.I.1579 – PUB. *DI*, vol. XI, doc. 63, p. 491.

as povoações dominadas pelo sultão de Bijapur¹⁷⁰². Logo após o baptismo da filha do antigo pretendente ao trono de Bijapur, Meale, no Outono de 1578, o vice-rei atacara a fortaleza de Morim¹⁷⁰³ e parecia pouco inclinado a aceitar a paz que, segundo se dizia, o sultão, interessado em casar-se com tal filha do Meale, estaria disposto a assinar¹⁷⁰⁴.

Durante a sua ausência de Goa nos ataques rio acima, Ataíde voltara a confiar a guarda da cidade aos religiosos¹⁷⁰⁵ e, ainda em Março de 1579, mantinha-se ocupado com a guerra contra Ali Adil Shah enquanto, simultaneamente, procurava serenar os ânimos entre jesuítas e dominicanos¹⁷⁰⁶. Duas das condições exigidas pelo vice-rei para a assinatura das pazes eram o desterro do tanadar de Dabul, que matara os Portugueses, e a destruição daquela fortaleza¹⁷⁰⁷. Conquanto não se conheçam mais pormenores concretos sobre a evolução da guerra, é sabido que as pazes foram assinadas, a 11 de Agosto de 1579¹⁷⁰⁸, entre Manuel de Moraes e o embaixador de Ali Adil Shah, o mesmo que regressara em 1577 e instigara os gentios de Salsete à revolta¹⁷⁰⁹. O conde vice-rei alcançara a destruição da fortaleza de Dabul e o sequestro e desterro do tanadar da cidade, concedendo em troca a Ali Adil Shah uma mútua entrega de dinheiro, artilharia e reféns apreendidos durante a guerra. Prometera ainda manter a venda de cavalos a Bijapur através de Goa, embora exigindo, em contrapartida, que os navios de guerra de Ali Adil Shah fossem convertidos em navios mercantes. O embaixador do sultão respondeu que não tinha poderes para prometer que todos os navios do seu soberano iriam a Goa pagar os respectivos direitos, mas jurou que tentaria tal compromisso se o vice-rei passasse cartazes para os navios que rumavam a Meca. A vontade de assinar a paz era grande de ambos os lados, apesar das divergências em torno dos navios de carga, reféns e fazendas, pelo que, mesmo apresentando o assunto em conselho de capitães, dada a situação que então se vivia, foi decidido assinar as pazes. O próprio D.

¹⁷⁰² Cf. COUTO, Diogo do, *Op. Cit.*, cap. XIV.

¹⁷⁰³ Cf. Carta do Padre Nicolau Spinola ao Padre Everardo Mercuriano, Goa, 26.X.1578 – PUB. *DI*, vol. XI, doc. 34.

¹⁷⁰⁴ Cf. Carta do Padre Pedro Parra ao Padre António Cordeses, Goa, 28.X.1578 – PUB. *Ibidem*, doc. 35.

¹⁷⁰⁵ Cf. Carta do Padre António Monserrate ao Padre Everardo Mercuriano, Goa, 26.X.1579 – PUB. *Ibidem*, doc. 89.

¹⁷⁰⁶ Cf. Carta do Padre Rodrigo Vicente ao Padre Everardo Mercuriano, Goa, 29.III.1579 – PUB. *Ibidem*, doc. 73.

¹⁷⁰⁷ Cf. COUTO, Diogo do, *Op. Cit.*, cap. XIV; MACHADO, Diogo Barbosa, *Op. Cit.*, tomo IV, livro I, cap. XXI.

¹⁷⁰⁸ Cf. Bibliotheque Nationale de Paris, *Fonds Portugais*, Mss. 23, fl. 473.

¹⁷⁰⁹ Como é mencionado na confirmação das pazes em 1582. Cf. *Colecção de Tratados e Concertos de Pazos que o Estado da India Portuguesa fez com os Reis e Senhores com quem teve relações nas partes da Asia e Africa Oriental desde o principio da conquista até ao fim do século XVIII*, edição de Júlio Firmino Judice Biker, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, tomo I, p. 185.

Luís de Ataíde equacionou deslocar-se a Pondá para as assinar mas acabaria por não o fazer¹⁷¹⁰.

As pazes que o vice-rei alcançara, consideradas honrosas para o Estado da Índia, incluíam ainda a devolução de Salsete¹⁷¹¹, motivo pelo qual a acção de Ataíde frente a Bijapur tendeu a ser elogiada¹⁷¹². Já em Março de 1581, fruto do assassinato de Ali Adil Shah por um eunuco, em 1580¹⁷¹³, e de uma sucessão particularmente difícil em Bijapur¹⁷¹⁴, D. Luís enviou preventivamente D. Paulo de Lima Pereira a Dabul para fazer guerra na região, pois houvera notícia que navios malabares tencionavam aportar a Dabul. No regresso a Goa com os navios malabares, Pereira foi bem recebido pelo vice-rei, que o voltou a despachar para o Norte, dois dias antes de falecer¹⁷¹⁵. Possivelmente antes e já de cama doente, o conde vice-rei recebera o embaixador enviado por dois dos três generais reinantes em Bijapur, que lhe pediam a entrega de um filho do Meale, o Cofuchão das fontes portuguesas, para ser entronizado em Bijapur como sultão¹⁷¹⁶.

Tal proposta era feita quando o subcontinente se encontrava calmo, excepto o sultanato de Bijapur, acossado por lutas internas, e quando Murtaza Nizam Shah, sultão de Ahmadnagar, propusera uma liga ofensiva contra Bijapur, oferecendo o Concão e diversos portos ao Estado da Índia¹⁷¹⁷. No entanto, tal como já antes ficara evidente, ao mandar terminar obras de fortificação em Goa, que remontavam ainda ao seu primeiro governo¹⁷¹⁸, D. Luís de Ataíde não quis envolver o Estado nas disputas entre Bijapur e Ahmadnagar, pelo que respondeu negativamente a ambos os embaixadores e ordenou estrita vigilância a Cofuchão¹⁷¹⁹. Para a sua decisão, a dias de falecer, terão também pesado as notícias dos acontecimentos do Reino que recebera¹⁷²⁰, o que explica que a

¹⁷¹⁰ Cf. Bibliothèque Nationale de Paris, *Fonds Portugais*, Mss. 23, fls. 473-474.

¹⁷¹¹ Cf. Carta do Padre Mateus Ricci ao Padre Manuel de Góis, Cochim, 18.I.1580 – PUB. *DI*, vol. XI, doc. 117.

¹⁷¹² Cf. Cf. Bibliothèque Nationale de Paris, *Fonds Portugais*, Mss. 23, fl. 474.

¹⁷¹³ Cf. *History of the Rise...*, vol. III, p. 142.

¹⁷¹⁴ Cf. SUBRAHMANYAM, Sanjay, “A matter of alignment: Mughal Gujarat and the Iberian World in the Transition of 1580-81”, *Mare Liberum*, nº 9, 1995, p. 469.

¹⁷¹⁵ Cf. COUTO, Diogo do, *Op. Cit.*, cap. XIV.

¹⁷¹⁶ Cf. COUTO, Diogo do, *Da Ásia*, X, i, 2.

¹⁷¹⁷ Cf. Carta do Padre Francisco de Monclaros ao Padre Everardo Mercuriano, Goa, 26.III.1581 – PUB. *DI*, vol. XII, doc. 43.

¹⁷¹⁸ Cf. *Livro das Cidades, e Fortalezas, qve a Coroa de Portugal tem nas Partes da India, e das Capitánias, e mais Cargos qve nellas ha, e da Importancia Delles*, edição de Francisco Paulo Mendes da Luz, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, fl. 5v.

¹⁷¹⁹ Cf. COUTO, Diogo do, *Op. Cit.*, X, i, 2.

¹⁷²⁰ Sobre o tema veja-se o ponto 4.1.

confirmação formal das pazes de 1579 só tenha sido alcançada em Janeiro de 1582, já com o vice-rei D. Francisco Mascarenhas, 1º conde de Vila da Horta¹⁷²¹.

Assim que resolvera a ameaça que Bijapur representava, Ataíde defrontara-se, em 1579, com os rumores de cercos às praças do Norte, em especial a Damão¹⁷²², protagonizados pelo imperador mogol Akbar. Após a integração do Guzerate e do Bengala nos seus domínios, aquele soberano empenhara-se num conjunto de reformas administrativas no seu império, que complementava com uma política de ecletismo religioso, por si protagonizada na sua corte de Fatehpur Sikri¹⁷²³. Procurando deter uma palavra sobre o que se passava no Decão, nas possessões portuguesas e manter a sua centralização política¹⁷²⁴, Akbar contactara com os Portugueses, directamente e pela segunda vez após a ocupação do Guzerate¹⁷²⁵, quando conquistou o Bengala. Chegara a promover um português a vice-rei do Bengala¹⁷²⁶, possivelmente na sequência do encontro que tivera com Pero Tavares, capitão de Chatigão¹⁷²⁷.

Por estes motivos remetera uma missiva, em Dezembro de 1578, para o provincial jesuíta Rodrigo Vicente, pedindo a deslocação de padres jesuítas com os livros da fé cristã à sua corte, enviando salvo-condutos, diversos presentes e esmolas para a Misericórdia de Goa¹⁷²⁸. Todavia, em Novembro de 1579, constava que Akbar pensara atacar Damão e que desistira devido à fama dos Portugueses. Chamara um clérigo luso para se informar melhor e decidira o envio de uma embaixada ao vice-rei da Índia¹⁷²⁹ pois já antes fora narrado o seu interesse pelos padres jesuítas e igrejas cristãs¹⁷³⁰.

Informado da vinda próxima do embaixador do imperador mogol, o conde vice-rei repetiu o que o seu antecessor D. António de Noronha fizera em Diu, em 1572, perante

¹⁷²¹ Cf. *Colecção dos tratados...*, tomo I, p. 186.

¹⁷²² Cf. Carta do Padre Eduardo de Sande aos irmãos do Reino, Goa, 7.XI.1579 – PUB. *DI*, vol. XI, doc. 90. Sobre a conjuntura mais alargada da ameaça mogol a Damão veja-se: RODRIGUES, Vítor, “Portuguese Daman under Pressure. The Mughal Threat (1572-1605)”, *Revista de Cultura*, nº 36, 2010, pp. 113-123.

¹⁷²³ Cf. MARKOVITS, Claude (dir.), *Op. Cit.*, pp. 105-108.

¹⁷²⁴ Cf. *Os Firangis na Chancelaria Mogol. Cópias Portuguesas de documentos de Akbar (1572-1605)*, edição de Jorge Flores e António Vasconcelos Saldanha, Nova Deli, FCG/Embaixada de Portugal, 2003, p. 23.

¹⁷²⁵ Cf. Mapa 4.

¹⁷²⁶ Cf. Carta do Padre Mateus Ricci ao Padre Manuel de Góis, Cochim, 18.I.1580 – PUB. *DI*, vol. XI, doc. 117.

¹⁷²⁷ Cf. *Os Firangis...*, p. 22.

¹⁷²⁸ A carta de Akbar encontra-se publicada por: SOUSA, Padre Francisco de, *Op. Cit.*, Segunda Parte, Conquista I, Divisão II, p. 936.

¹⁷²⁹ Cf. Carta do Padre Eduardo de Sande aos irmãos portugueses, Goa, 7.XI.1579 – PUB. *DI*, vol. XI, doc. 90.

¹⁷³⁰ Cf. Carta do Padre Gil Eanes Pereira a D. Henrique de Távora, Fatehpur Sikri, 5.VI.1579 – PUB. *Ibidem*, doc. 80.

o primeiro emissário mogol recebido formalmente pelo Estado da Índia, acolhendo aquele embaixador “com o maior gasalhado que pode ser, o mesmo que se fizera na entrada de hum Viso-Rey”. Para o efeito, colocou “grande parte da armada na barra” e, sabendo que o emissário mogol tencionava “entrar por mar, o forão tomar a Santiago, que está duas ou tres legoas da cidade, e com todo genero de instrumentos o levarão ao cais e dahi ao paço onde estava o Viso-Rey com toda a fidalguia esperando por elle”¹⁷³¹.

Fruto de tal situação, o vice-rei deslocara-se preventivamente ao Norte, encontrando-se em Damão a 13 de Dezembro de 1579, onde recebeu a notícia da conversão do dáimio de Bungo, que muito festejou, e onde antes ajudara a construir uma Igreja em Chaul¹⁷³². Recusara-se a autorizar a circulação de navios mogóis sem cartazes e, em Diu, a sua presença fora suficiente para intimidar os mouros, que rapidamente voltaram a pagar os direitos à alfândega¹⁷³³. A precaução de D. Luís advinha do facto de ter opinião contrária à dos missionários jesuítas, que consideravam não dever perder-se a oportunidade para tentar converter à fé cristã o mais poderoso soberano do subcontinente¹⁷³⁴, desconhecendo que Akbar os chamara para, no seio da sua política de ecletismo religioso, firmar a sua autoridade religiosa na corte de Fatehpur Sikri.

Na realidade, o conde vice-rei fora de opinião que os padres não deveriam ir ao Mogor pois receava que “Equebar os quisesse ter como em reféns, para obrigar os Capitães de Damão, Dio, & das armadas do Norte a dissimular com suas desordens”, motivo pelo qual, como o provincial jesuíta era de opinião contrária, foi convocada uma junta formada pelos bispos de Cochim, Malaca, China e o arcebispo de Goa a fim de desempatar a questão¹⁷³⁵. Evocando o antecedente do arcebispo D. Gaspar Leão Pereira que, em 1561, enviara padres a Ali Adil Shah com o mesmo intuito¹⁷³⁶, aquelas autoridades autorizaram a partida dos padres jesuítas¹⁷³⁷. Apesar de Ataíde ter aceite a

¹⁷³¹ Cf. Carta do Padre Mateus Ricci ao Padre Manuel de Góis, Cochim, 18.I.1580 – PUB. *Ibidem*, doc. 117, p. 839.

¹⁷³² Cf. Carta do Padre Rodrigo Vicente ao geral de Roma, Goa, 20.X.1580 – PUB. *Ibidem*, vol. XII, doc. 13.

¹⁷³³ Cf. SOUSA, Padre Francisco de, *Op. Cit.*, Segunda Parte, Conquista II, Divisão II.

¹⁷³⁴ Cf. *Ibidem*; Carta do Padre Rodrigo Vicente ao Padre Everardo Mercuriano, Goa, 13.XI.1579 – PUB. DI, vol. XI, doc. 94; Carta do Padre Fernando de Meneses ao Padre Everardo Mercuriano, Goa, 15.XI.1579 – PUB. *Ibidem*, doc. 97; Carta do Padre Mateus Ricci ao Padre Manuel de Góis, Cochim, 18.I.1580 – PUB. *Ibidem*, doc. 117.

¹⁷³⁵ Cf. SOUSA, Padre Francisco de, *Op. Cit.*, Segunda Parte, Conquista I, Divisão II, p. 938.

¹⁷³⁶ Cf. SUBRAHMANYAM, Sanjay, “Palavras do Idalcão...”, p. 516.

¹⁷³⁷ Destas, apenas se conhece o Parecer do arcebispo D. Henrique de Távara, Goa, 10.XI.1579 – PUB. DI, vol. XI, doc. 91.

decisão¹⁷³⁸, partiu preventivamente para o Norte. Nesse momento, circulavam rumores de ataque a Damão e outros dando conta que Akbar escrevera uma carta ameaçadora a Ali Adil Shah¹⁷³⁹, embora, apesar de logo em 1577 Akbar a ter equacionado¹⁷⁴⁰, a expansão mogol no Decão só viesse a arrancar na década de 1590.

A preocupação de D. Luís com a possibilidade de prisão dos missionários escolhidos, os padres Juan de Mezquita, Rudolfo Acquaviva e Francisco Henriques¹⁷⁴¹, após o afastamento dos Padres Francisco de Monclaros¹⁷⁴² e Manuel Teixeira¹⁷⁴³, deve ter-se mantido ainda durante o ano de 1580, quando voltaram a circular rumores de que Akbar atacaria portos lusos. Mas o próprio imperador mogol apressou-se a desmentir tal em missivas para Filipe II, em 1582-83¹⁷⁴⁴. Aqueles missionários, que partiram de Goa em Fevereiro de 1580 rumo a Fatehpur Sikri, para a que foi a primeira embaixada junto de Akbar e que se prolongaria até inícios de 1583, defrontaram-se com a estupefacção do imperador mogol quando soube que o vice-rei não os quisera enviar por receio que ele próprio os prendesse, o que o levava a gabar a coragem e determinação dos padres¹⁷⁴⁵.

Na realidade, a preocupação de D. Luís de Ataíde era, naquele contexto, justificada. Como antever então, mesmo tendo em conta que o primeiro embate com o Estado da Índia correria bem para os Portugueses em 1572, que o poderoso soberano mogol não tencionaria envolver-se no comércio marítimo do Índico ou até deter uma armada de guerra? Não tinha Akbar ocupado o Bengala e, assim, obtido nova porta marítima para o seu império? Num momento em que tantas oportunidades de expansão se prefiguravam no horizonte mogol, quem daria por certo que não seria o Estado da Índia o próximo alvo a atacar? Se bem que a actuação de Ataíde tenha sido de molde a acautelar a situação em tal cenário, não podendo prever que Akbar não estaria interessado em atacar a Ásia Portuguesa, haverá que sublinhar que, autorizando a partida dos religiosos, D. Luís partilhava com eles o projecto de hipotética conversão do soberano mogol.

¹⁷³⁸ Cf. SOUSA, Padre Francisco de, *Op. Cit.*, Segunda Parte, Conquista I, Divisão II.

¹⁷³⁹ Cf. Carta do Padre Fernando de Meneses ao Padre Everardo Mercuriano, Goa, 17.XI.1579 – PUB. *DI*, vol. XI, doc. 97.

¹⁷⁴⁰ Cf. ALAM, Muzzafar, SUBRAHMANYAM, Sanjay, “A expansão mogol...”, p. 22.

¹⁷⁴¹ Cf. Carta do Padre Rodrigo Vicente ao Padre Everardo Mercuriano, Goa, 17.XI.1579 – PUB. *DI*, vol. XI, doc. 101; Carta do Padre Nuno Rodrigues aos irmãos portugueses e europeus – PUB. *Ibidem*, doc. 105.

¹⁷⁴² Cf. Carta do Padre Rodrigo Vicente ao Padre Everardo Mercuriano, Goa, 17.XI.1579 – PUB. *Ibidem*, doc. 101.

¹⁷⁴³ Cf. Carta do Padre Manuel Teixeira ao Padre Everardo Mercuriano, Cochim, 10/30.I.1580 – PUB. *Ibidem*, doc. 110.

¹⁷⁴⁴ Cf. FLORES, Jorge, *Firangistân...*, p. 101.

¹⁷⁴⁵ Cf. Carta do Padre Francisco Henriques ao Padre Lourenço Pires, Fatehpur Sikri, 6.IV.1580 – PUB. *DI*, vol. XII, doc. 1.

Porém, viria a falecer sem saber do fracasso da sua aposta, enquanto outros problemas dominavam então a sua agenda: Malaca, Molucas e Ceilão.

Pouco após chegar, não eram conhecidas em Goa quaisquer notícias relativas a Malaca ou às Molucas¹⁷⁴⁶, pelo que, apenas durante o primeiro semestre do ano de 1579, o vice-rei foi informado da derrota do Achém em Malaca às mãos da esquadra de Matias de Albuquerque, da perda definitiva de Ternate e do estabelecimento português em Tidore¹⁷⁴⁷. Já no final do ano, o conde vice-rei foi informado das frágeis tréguas assinadas com Ternate, da prisão temporária do soberano de Tidore e do falecimento do soberano de Bacan às ordens de Baab Ulah de Ternate (r. 1570-1583)¹⁷⁴⁸. Tais notícias chegavam tardiamente e vinham intercaladas com pedidos de socorro militar¹⁷⁴⁹, de justiça¹⁷⁵⁰ e apelos de conquista e submissão definitiva das Molucas¹⁷⁵¹.

Estando D. Luís informado que Baab Ulah, quando conquistara a fortaleza de Ternate, em 1575, prometera devolvê-la caso os Portugueses fizessem justiça da morte do sultão Hairun¹⁷⁵² e, em consonância com cartas que recebera de D. Sebastião¹⁷⁵³, em data incerta, decidiu, em 1579, enviar a esquadra de Diogo de Azambuja às Molucas, com cartas suas e de D. Sebastião, autorizando a entrega do assassino do sultão Hairun¹⁷⁵⁴. A missão, essencialmente militar de tal armada, é confirmada por uma provisão vice-real de 1579, na qual se afirma que aquela esquadra fora enviada não para tratos, mas para resolver assuntos de guerra¹⁷⁵⁵. No entanto, a missão viria a ser abortada, pois, à passagem pela ilha de Java, a esquadra foi enfraquecida por combates no local e o

¹⁷⁴⁶ Cf. Carta do Padre Gomes Vaz ao Padre Everardo Mercuriano, Goa, 20.X.1578 – PUB. *Ibidem*, vol. XI, doc. 33.

¹⁷⁴⁷ Cf. Carta do Padre Rodrigo Vicente ao Padre Everardo Mercuriano, Goa, 29.III.1579 – PUB. *Ibidem*, vol. XI, doc. 49.

¹⁷⁴⁸ Cf. Carta do Padre Lourenço Pinheiro ao Padre Everardo Mercuriano, Goa, 14.XI.1579 – PUB. *DM*, vol. II, doc. 18.

¹⁷⁴⁹ Cf. Carta do Padre Diogo Pinto ao Padre Everardo Mercuriano, Malaca, 25.X.1580 – PUB. *DI*, vol. XII, doc. 19.

¹⁷⁵⁰ Cf. Carta do Padre Jerónimo Rodrigues ao Padre Rodrigo Vicente, Tidore, II.1579 – PUB. *DM*, vol. II, doc. 12 na qual mencionava que se esperava uma mensagem da Índia relativa ao caso de justiça da morte do sultão Hairun.

¹⁷⁵¹ Cf. Carta do Padre Jerónimo Rodrigues ao Padre Rodrigo Vicente, Tidore, II.1579 – PUB. *Ibidem* na qual referia que deveria ser enviada uma armada de reconquista à região para a submissão definitiva de Ternate, aproveitando que Tidore rejeitara as propostas de Ternate para uma confederação contra os Portugueses e antes que Tidore alterasse o seu posicionamento.

¹⁷⁵² Cf. *DHMPPO (Insulíndia)*, vol. IV, pp. 317 e 320.

¹⁷⁵³ Cf. *Ibidem*, p. 365.

¹⁷⁵⁴ Cf. *Ibidem*; Carta do Padre Gomes Vaz ao geral de Roma, Malaca, 3.XII.1580 – PUB. *DM*, vol. II, doc. 26.

¹⁷⁵⁵ Provisão do vice-rei D. Luís de Ataíde, Goa, 20.VIII.1579 – PUB. *APO*, fascículo 6, parte III, doc. 796.

assassino de Hairun foi morto¹⁷⁵⁶. Nessa altura, já ninguém advogava a sua entrega a Baab Ulah, dado que poucos acreditavam que este viesse a devolver a antiga fortaleza portuguesa¹⁷⁵⁷. Por este motivo defendia-se um relacionamento mais próximo com o soberano de Tidore, apostado em colocar-se do lado dos Portugueses para escapar à hegemonia regional de Ternate¹⁷⁵⁸.

Também durante aquele complicado ano de 1579, Ataíde deverá ter sido informado acerca dos quatro sultões reinantes no Achém¹⁷⁵⁹ e de que Matias de Albuquerque, após desentendimentos com o capitão de Malaca, D. João da Gama¹⁷⁶⁰, rumava, em inícios de 1580, à Índia para solicitar ao vice-rei a sempre adiada expedição do Achém¹⁷⁶¹. Tal sucedia após não se ter verificado qualquer cerco a Malaca em 1579¹⁷⁶² e Matias de Albuquerque ter aprisionado o rei de Linga¹⁷⁶³ e quase capturado o soberano de Johor, motivo este que o fizera deslocar-se à Índia para não perder a ocasião de aproveitar as dificuldades internas no Achém para efectivar a sua conquista. Dizia-se, então, que o próprio Achém preparava defesas para receber a armada do vice-rei da Índia¹⁷⁶⁴.

Logo que aportou em Cochim, Matias de Albuquerque foi recebido entusiasticamente¹⁷⁶⁵, mas teve uma recepção bem mais fria por parte do conde vice-rei. Albuquerque viera pedir a Ataíde 1000 homens para a jornada, caso o vice-rei não pudesse ir em pessoa àquela conquista. Porém, D. Luís não dera uma resposta ao fidalgo devido ao cerco a que, já então, a praça de Colombo era alvo. Submetendo ao conselho de capitães a problemática de como socorrer o Ceilão e patrocinar a conquista do Achém sem dinheiro, o vice-rei respaldou-se no assento deste órgão para negar o pedido a Matias de Albuquerque. Para tal, o vice-rei rodeara-se de criaturas suas no conselho para lograr que este votasse a concessão a Albuquerque de apenas 400 homens¹⁷⁶⁶.

¹⁷⁵⁶ Cf. Carta do Padre Gomes Vaz ao geral de Roma, Malaca, 3.XII.1580 – PUB. *DM*, vol. II, doc. 26.

¹⁷⁵⁷ Cf. *DHMPPPO (Insulíndia)*, vol. IV, p. 365.

¹⁷⁵⁸ Cf. LOBATO, Manuel, *Op. Cit.*, p. 121.

¹⁷⁵⁹ Cf. ALVES, Jorge dos Santos, *Op. Cit.*, pp. 171-172.

¹⁷⁶⁰ Cf. “Vida e acções...”, caps. 7 e 8.

¹⁷⁶¹ Cf. *Ibidem*, cap. 9; Carta do Padre Manuel Teixeira ao Padre Everardo Mercuriano, Cochim, 10/30.I.1580 – PUB. *DI*, vol. XI, doc. 117.

¹⁷⁶² Cf. Carta do Padre Francisco de Chaves ao Padre Everardo Mercuriano, Malaca, 20.XI.1579 – PUB. *DI*, vol. XI, doc. 103; Carta do Padre Gonçalo de Moura ao Padre António de Vasconcelos, Malaca, 3.XII.1579 – PUB. *Ibidem*, doc. 106.

¹⁷⁶³ Senhor das ilhas daquele nome situadas a sueste de Singapura. Cf. *Glossário Antroponímico...*

¹⁷⁶⁴ Cf. Carta do Padre Jorge Fernandes ao Padre Pedro Lopes, Malaca, XII.1579 – PUB. *Ibidem*, doc. 107.

¹⁷⁶⁵ Cf. Carta do Padre Mateus Ricci ao Padre Emanuel de Góis, Cochim, 18.I.1580 – PUB. *Ibidem*, doc. 117.

¹⁷⁶⁶ Cf. “Vida e acções...”, cap. 9.

Matias de Albuquerque, não obstante, aceitou a oferta, na condição de na Índia se preparar uma armada para ir ao Achém caso chegassem reforços de Portugal e terminasse o cerco a Colombo e de, na eventualidade do vice-rei se deslocar ao Achém, lhe dar a dianteira “pois lhe competia por El-Rei lhe haver encomendado a ele em particular aquela conquista”¹⁷⁶⁷. No entanto, o fidalgo partiu para a região sem que D. Luís de Ataíde ali fosse ter, acabando, por isso, por regressar à Índia, vindo a ser o salvador de Colombo, já em inícios de 1581.

Em causa para Ataíde poderá ter estado, tal como sucederia em 1581 com Bijapur, a necessidade de não aventurar o Estado da Índia em tempo de notícias tão incertas do Reino e também a preocupação com os acontecimentos ceilonenses. Contudo, o conde vice-rei não deixara de sentir necessidade de justificar, em missiva a D. Henrique, os motivos pelos quais não efectivara a jornada do Achém, que tão encomendada lhe tinha sido¹⁷⁶⁸. Argumentava D. Luís que, já em 1579, escrevera pedindo socorros do Reino para aquela conquista e que, como estes não tinham chegado e se iniciara entretanto o cerco de Colombo, levava o assunto a conselho de capitães que, perante a penúria financeira, decidira não autorizar a jornada por falta de meios e de forma a socorrer atempadamente Ceilão. Consciente que a sua decisão de enviar Matias de Albuquerque de novo para Malaca sem os desejados homens o agravara, pedia encarecidamente ao *cardeal-rei* que, pelo sangue, fazenda, geração e parentesco do fidalgo, lhe fizesse especial mercê. Após quase insinuar que o fidalgo estaria apto para ser governador da Índia, pedia que fosse provido de uma comenda na Ordem de Cristo, visto já ter hábito daquela ordem. Refere certamente o cronista de Matias de Albuquerque que tal fora a forma encontrada por Ataíde para remediar o fidalgo da sua atitude anterior¹⁷⁶⁹.

Mercê dessa missiva de D. Luís, Albuquerque recebeu cartas elogiosas do já D. Filipe I, que viria a nomeá-lo em 1591 como vice-rei para dois mandatos consecutivos, pois escrevera “que o zelo de Mathias de Albuquerque é como de si proprio, ou como o seu que o não pode mais encarecer”¹⁷⁷⁰. Desta forma, quando Albuquerque regressou à Índia, em Março de 1581, o conde vice-rei recebeu-o entusiasticamente pelo seu contributo definitivo para o fim do cerco a Colombo, a ponto de o conduzir a seu lado

¹⁷⁶⁷ Cf. *Ibidem*, p. 186.

¹⁷⁶⁸ Cf. Carta de D. Luís de Ataíde a D. Henrique, s.l., s.d. – PUB. *Ibidem*, pp. 187-188. A carta só poderá ter sido dirigida ao *cardeal-rei* e não a D. Sebastião, como afirma o cronista, pois nessa altura o vice-rei já estava informado do óbito do *Desejado*.

¹⁷⁶⁹ Cf. *Ibidem*, p. 189.

¹⁷⁷⁰ Cf. *Ibidem*, cap. 10, p. 190.

na procissão triunfal em Goa, dizendo honrá-lo por ser sobrinho do governador Afonso de Albuquerque. Todavia, o fidalgo ficou novamente agravado com D. Luís quando soube que este dele dissera que voltara para ir descansar à capitania de Ormuz, onde seria provido. Sentindo-se ofendido, Albuquerque quis embarcar de novo para Malaca, sendo impedido pelo conde vice-rei que recorreu ao provincial Rodrigo Vicente para se reaproximar do fidalgo¹⁷⁷¹.

O caso de Matias de Albuquerque é bem elucidativo da frágil posição em que Ataíde se encontrava nos meses finais da sua governação. Contudo, a sua atitude face ao fidalgo parece, tal como já evidenciara no seu primeiro governo, ser algo instrumental, na medida em que o vice-rei pretendia fazer daquele caso particular um exemplo para a restante fidalguia, sequiosa de saber quem sucederia no governo do Estado da Índia após a sua morte eminente. A forma, nem sempre directa e peculiar, como o vice-rei tendia a elogiar a fidalguia que se destacava militarmente é, aliás, bem patente no exemplo de D. Paulo de Lima Pereira. Este, que já fora protegido de Ataíde no seu primeiro governo, por ser filho bastardo do seu amigo D. António de Lima, tivera direito a ouvir do vice-rei quando regressara a Goa com os navios malabares aprisionados nas vésperas da sua morte: “Que é isto, senhor D. Paulo, quereis com vossas cavalarias obrigar a nossa inveja a que deseje ou intente dar-vos veneno?”¹⁷⁷². Na realidade, para o autor anónimo de *Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia*, manuscrito bastante semelhante ao *Soldado Prático* de Diogo do Couto¹⁷⁷³ e que deverá ter sido escrito durante o segundo governo de D. Luís¹⁷⁷⁴, D. Paulo de Lima Pereira era o modelo de fidalgo exemplar¹⁷⁷⁵, se bem que este, ao contrário de Albuquerque, nunca tenha alcançado nomeação vice-real.

A recusa de Ataíde de prover Matias de Albuquerque com os necessários homens para conquistar o Achém, e a despeito da inveja¹⁷⁷⁶ que poderá ter tido pelo fidalgo com a hipótese de este concretizar tal aspiração sua, a qual por duas vezes tentara realizar sem sucesso no seu primeiro governo, não era, contudo, desprovida de sentido. Quando em Outubro de 1578, o conde vice-rei enviara o novo capitão para Colombo, Mateus Pereira de Sampaio, não poderia antever que este logo declararia guerra a Rajasinha de

¹⁷⁷¹ Cf. *Ibidem*, cap. 11.

¹⁷⁷² Cf. SOUSA, Manuel de Faria e, *Op. Cit.*, vol. IV, Parte I, cap. XIX, p. 196.

¹⁷⁷³ Cf. *Primor e Honra...*, pp. 27-28.

¹⁷⁷⁴ Cf. *Ibidem*, p. 33.

¹⁷⁷⁵ Cf. *Ibidem*, p. 138.

¹⁷⁷⁶ Cf. “Vida e acções...”, cap. 9.

Sitawaka (r. 1581-1593)¹⁷⁷⁷, o qual em Maio de 1578 recebera de seu pai Mayadunne a doação dos reinos de Sitawaka e Kotte¹⁷⁷⁸. Quebrava-se então a paz podre mantida durante a longa capitania, em Colombo, de Diogo de Melo Coutinho (1573-1578). Logo em 1579 registaram-se desordens em Negapatão¹⁷⁷⁹ e o embaixador que D. Luís enviou a Golconda, em 1580, foi assassinado¹⁷⁸⁰, provavelmente em consequência da guerra que estalou em Ceilão.

Efectivamente, em Abril de 1579, após a rápida capitania de Fernão de Albuquerque, futuro governador da Índia¹⁷⁸¹, e nova nomeação pelo vice-rei de Manuel de Sousa Coutinho¹⁷⁸², fidalgo que se destacara no cerco de Goa e que seria governador da Índia entre 1588 e 1591¹⁷⁸³, Rajasinha colocava em marcha o maior exército de sempre para cercar Colombo¹⁷⁸⁴. Mesmo com diversos socorros do vice-rei, Manuel de Sousa Coutinho teve dificuldade em sustentar os diversos ataques que o já então soberano de Sitawaka lançou à faminta praça de Colombo¹⁷⁸⁵. Apenas a chegada dos 400 homens de Matias de Albuquerque, em Fevereiro de 1581, isto é, após quase dois anos de cerco ininterrupto, e uma bem planeada saída, permitiram expulsar Rajasinha que deixou para trás 9000 mortos no campo de batalha¹⁷⁸⁶. Também preocupado com o reino de Cândia, Ataíde dera ordens para que fosse protegido das ambições de Sitawaka¹⁷⁸⁷.

Aquele que, porém, veio a ser um dos factos mais importantes associados ao segundo mandato de D. Luís de Ataíde, a famosa doação de Ceilão, decorreu ainda durante o cerco. Dharmapala, soberano de Kotte, vendo-se sem sucessão, com o seu reino ameaçado pelas ambições de Rajasinha e percebendo que o seu baptismo, em 1557, não fora suficiente para captar o apoio português em defesa do seu reino¹⁷⁸⁸, decidiu

¹⁷⁷⁷ Cf. QUEIROZ, Padre Fernão de, *Conquista temporal e espiritual de Ceylão*, Colombo, H. C. Cottle Government Printer, 1916, vol. I, livro III, cap. 5.

¹⁷⁷⁸ Cf. *Ibidem*, cap. 6.

¹⁷⁷⁹ Cf. BAYÃO, Padre José Pereira, *Op. Cit.*, livro III, cap. XVIII. Já em 1577 se tinham também registado problemas na Costa da Pescaria prontamente acudidos pelos Portugueses através de Cochim (Cf. Carta do Padre Cristóvão Luís ao Padre Everardo Mercuriano, Costa da Pescaria, 15.XII.1577 – PUB. DI, vol. XI, doc. 3).

¹⁷⁸⁰ Cf. *Primor e Honra...*, p. 116.

¹⁷⁸¹ Cf. BIEDERMANN, Zóltan, *Op. Cit.*, p. 365. Entre 1619 e 1622 (Cf. VILA-SANTA, Nuno, “Fernão de Albuquerque” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://cham.fcsh.unl.pt/eve>).

¹⁷⁸² Cf. QUEIROZ, Padre Fernão de, *Op. Cit.*, livro III, cap. 6.

¹⁷⁸³ Cf. VILA-SANTA, Nuno, “Manuel de Sousa Coutinho” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://cham.fcsh.unl.pt/eve>

¹⁷⁸⁴ Cf. BIEDERMANN, Zóltan, *Op. Cit.*, p. 365.

¹⁷⁸⁵ Cf. QUEIROZ, Padre Fernão de, *Op. Cit.*, livro III, cap. 6.

¹⁷⁸⁶ Cf. *Ibidem*, cap. 7.

¹⁷⁸⁷ Cf. *Primor e Honra...*, p. 101.

¹⁷⁸⁸ Cf. BIEDERMANN, Zóltan, *Op. Cit.*, p. 367.

fazer doação de Kotte ao rei D. Henrique. Na que era uma doação irreversível¹⁷⁸⁹, a 12 de Agosto de 1580, Dharmapala fazia mais do que abdicar do seu reino, pois comprometia de forma definitiva o Estado da Índia na defesa da tradição imperial de Kotte contra as pretensões de Sitawaka, como afirma Zoltán Biedermann¹⁷⁹⁰. Quebrava-se então a tradicional oscilação portuguesa no apoio a diversos reinos em Ceilão e podia então iniciar-se um novo ponto de partida na presença portuguesa na região¹⁷⁹¹, o qual seria marcado por uma pronunciada territorialização da presença portuguesa.

Fora também provavelmente consciente das implicações duradouras daquela doação que D. Luís decidira abdicar do projecto achém, que se lhe asseverava mais sedutor. Neste sentido, a sua opção pela aposta de Ceilão e não pela conquista do sultanato achém, que em várias fases posteriores foi abordada e nunca chegaria a ser concretizada, foi plena de consequências. Ataíde não se limitara a dar o primeiro apoio a um maior investimento em Ceilão, como os socorros que enviou e a sua atitude perante Matias de Albuquerque evidenciam. Nesta área tudo aponta para que tenha mesmo realizado uma escolha clara por Ceilão, em detrimento do Achém, a qual se coadunava com toda a sua política de estabilização político-militar nos diferentes palcos do Estado da Índia. Não fora já essa a atitude que evidenciara frente a Bijapur e a Akbar? Não fora precisamente para alcançar a estabilização oriental que fora nomeado vice-rei? Não lhe pedira D. Sebastião claramente para escolher as prioridades e não se dispersar? Nesta lógica, é importante não esquecer que D. Luís sempre se evidenciou, quer nos vice-reinados, quer no generalato, como alguém muito ciente das tarefas e desafios de que era incumbido. Não será por acaso que foi sempre anotado o seu zelo governativo¹⁷⁹².

Uma postura de vigilância foi adoptada pelo conde vice-rei para lidar com a ameaça otomana. Informado de que o patriarca da Etiópia, D. André de Oviedo, falecera¹⁷⁹³, mantendo-se ao corrente dos avisos que recebera de D. Sebastião e conhecedor de uma episódica derrota otomana frente aos Safávidas em 1579¹⁷⁹⁴, Ataíde preferiu não

¹⁷⁸⁹ O documento da doação encontra-se publicado em *Colecção dos Tratados...*, tomo I, pp. 180-184.

¹⁷⁹⁰ Cf. BIEDERMANN, Zoltán, *Op. Cit.*, pp. 368-371.

¹⁷⁹¹ Cf. *Ibidem*, pp. 373-374.

¹⁷⁹² Sobretudo por MACEDO, Joseph Pereira de, *Op. Cit.*, livro II, p. 160 e seguintes.

¹⁷⁹³ Cf. Carta do Padre Gomes Vaz ao Padre Everardo Mercuriano, Goa, 20.X.1578 – PUB. *DI*, vol. XI, doc. 33.

¹⁷⁹⁴ Tal derrota insere-se na longa guerra que decorreu entre 1576 e 1590, entre Otomanos e Safávidas, tendo como pano de fundo a expansão otomana para a Geórgia e Azerbaijão (Cf. MANTRAN, Robert (dir.), *Op. Cit.*, p. 157).

acreditar nos rumores de que tal derrota significava o fim da ameaça otomana à Índia¹⁷⁹⁵ e enviou o agostinho Frei Simão de Moraes, de quem era próximo, em embaixada à Pérsia¹⁷⁹⁶. Fizera-o também por saber que tal vitória safávida fora acompanhada de convulsões internas na Pérsia, devido à viragem para o sunismo, e em virtude dos desentendimentos em Ormuz, a pretexto de uma mesquita que deveria ser derrubada, tema sobre o qual se negava tomar uma resolução sem mais informações¹⁷⁹⁷. Por esse motivo, viria a ser acusado de ter “humana condição mui terrível e indomita”¹⁷⁹⁸. O conde vice-rei procurou ainda informar-se se os rumores de que os etíopes teriam derrotado os Otomanos eram verídicos, enviando uma armada ao Mar Vermelho, imediatamente após a assinatura de pazes com Ali Adil Shah¹⁷⁹⁹ e a estabilização, por essa via, alcançada em Goa e no Malabar¹⁸⁰⁰. Mas, no ano seguinte, os problemas em Ceilão não permitiriam repetir tal acção¹⁸⁰¹. Em causa para Ataíde parece ter estado a necessidade de garantir que Ormuz não sofreria as sequelas da guerra entre Otomanos e Safávidas e que eventuais conflitos entre o Império Abissínio e a Porta não causassem investidas otomanas no canal de Moçambique, como se verificaria na década de 1580.

Outro aspecto em que o esforço estabilizador de D. Luís foi patente registou-se na sua tentativa de pôr termo aos abusos de diversos oficiais, os quais se prolongaram além do momento da sua chegada¹⁸⁰². Sempre atento aos assuntos da justiça, o conde vice-rei não deixou de, após ter delegado poderes nesta área à Mesa da Consciência e Ordens¹⁸⁰³ durante algum tempo, regulamentar diversos assuntos¹⁸⁰⁴. Procurando ainda manter-se arredado dos pedidos da fidalguia a si aparentada, D. Luís de Ataíde recusara

¹⁷⁹⁵ Cf. Carta do Padre Eduardo de Sande aos irmãos portugueses, Goa, 7.XI.1579 – PUB. *DI*, vol. XI, doc. 90.

¹⁷⁹⁶ Cf. *DHMPPO (Índia)*, vol. XII, p. 188.

¹⁷⁹⁷ Cf. Carta do Padre Fernando de Meneses ao Padre Everardo Mercuriano, Goa, 15.XI.1579 – PUB. *DI*, vol. XI, doc. 97. A viragem para o sunismo inseria-se no processo de lutas internas espoletado na Pérsia Safávida pelo falecimento de Xá Thamasp, o qual teria fim com a entronização de Abbas I, em 1585.

¹⁷⁹⁸ Cf. Carta do Padre Fernando de Meneses ao Padre Everardo Mercuriano, Goa, 15.XI.1579 – PUB. *Ibidem*, p. 741.

¹⁷⁹⁹ Cf. Carta do Padre Mateus Ricci ao Padre Manuel de Góis, Cochim, 18.I.1580 – PUB. *Ibidem*, doc. 117.

¹⁸⁰⁰ Cf. Carta do Padre Eduardo de Sande aos irmãos portugueses, Goa, 7.XI.1580 – PUB. *Ibidem*, doc. 90.

¹⁸⁰¹ Cf. Carta do Padre Rodrigo Vicente ao Padre Everardo Mercuriano, Cochim, 3.I.1581 – PUB. *Ibidem*, vol. XII, doc. 30.

¹⁸⁰² Cf. Carta do inquisidor Bartolomeu da Fonseca a D. Henrique, s.d., 20.XI.1580 – PUB. BAIÃO, António, *Op. Cit.*, vol. II, doc. XVIII que menciona a acção do vice-rei para pôr termo ao abuso de diversos oficiais da fazenda durante aquele ano.

¹⁸⁰³ Cf. Provisão do vice-rei D. Luís de Ataíde, Goa, 20.VIII.1579 – PUB. *APO*, fascículo 6, parte III, doc. 797.

¹⁸⁰⁴ Relativos a julgamentos das partes (Cf. Provisão do vice-rei D. Luís de Ataíde, Goa, 16.X.1579 – PUB. *Ibidem*, doc. 800) e a devassas (Cf. Provisão do vice-rei D. Luís de Ataíde, Goa, 15.XII.1580 – PUB. *Ibidem*, doc. 805).

pronunciar-se sobre a sucessão na capitania de Ormuz por vários dos candadatos serem seus parentes¹⁸⁰⁵. Talvez por isso mesmo tenha sido lembrado como um dos últimos vice-reis que pouco cedia às lógicas clientelares e de parentesco¹⁸⁰⁶.

A sua maior preocupação prendia-se, todavia, com a estabilização da situação financeira do Estado da Índia, razão pela qual chegara a usar dinheiros de D. Diogo de Meneses, vindos de Ormuz, para acudir às necessidades do Estado¹⁸⁰⁷. No entanto, contrariamente ao que sucedera no seu primeiro governo, Ataíde parece não ter optado pela centralização de receitas em Goa, pois, no que toca a Malaca, prescindiu de cobrar os direitos das mercadorias que circulavam na praça, desde que o regimento dos terços das fazendas fosse cumprido¹⁸⁰⁸. O esforço de D. Luís para estabilizar a situação financeira após os anos de dificuldades de António Moniz Barreto e de D. Diogo de Meneses surtiu efeito. Ao falecer, o conde vice-rei legava ao seu sucessor 71 500¹⁸⁰⁹ ou 100 mil pardaus¹⁸¹⁰, valores altos tendo em conta que dizem respeito a Março de 1581, isto é, apenas um mês após todos os gastos havidos com os socorros a Colombo, o que implica necessariamente poupanças anteriores.

Outra vertente em que se verificou uma mudança face ao primeiro governo foi a do relacionamento com as autoridades eclesiásticas e os religiosos em geral. Nesta, cumpre salientar que D. Luís não apenas patrocinou o baptismo da filha do Meale, sendo seu padrinho e baptizando-a de D. Luísa¹⁸¹¹, em aparatosa cerimónia que contou com a presença de toda a corte vice-real¹⁸¹², como também a casou com D. Henrique, bandara de Malaca e primo do rei de Ternate¹⁸¹³. Durante a guerra com Ali Adil Shah, o conde vice-rei convencera o reticente provincial jesuíta a ficar à frente do hospital de Goa¹⁸¹⁴, empenhando-se em agradecer-lhe pessoalmente o seu trabalho sempre que visitava

¹⁸⁰⁵ Cf. Provisão do vice-rei D. Luís de Ataíde, s.d., s.l. – PUB. *Ibidem*, doc. 798.

¹⁸⁰⁶ Cf. WINIUS, George Davison, *A Lenda Negra da Índia Portuguesa*, Lisboa, Edições Antígona, 1994, p. 125.

¹⁸⁰⁷ Cf. Carta do inquisidor Bartolomeu da Fonseca ao cardeal D. Henrique, s.l., 20.XI.1580 – PUB. BAIÃO, António, *Op. Cit.*, vol. II, doc. XVIII.

¹⁸⁰⁸ Cf. Bibliothèque Nationale de Paris, *Fonds Portugais*, Mss. 23, fls. 110 e 112.

¹⁸⁰⁹ Cf. CORREIA, José Manuel, *Op. Cit.*, vol. II, p. 274.

¹⁸¹⁰ Cf. BNP, cód. 11410, fl. 127v.

¹⁸¹¹ Cf. SOUSA, Padre Francisco de, *Op. Cit.*, Segunda Parte, Divisão I, Conquista II.

¹⁸¹² Cf. Carta do Padre Gomes Vaz ao Padre Everardo Mercuriano, Goa, 20.X.1578 – PUB. *DI*, vol. XI, doc. 33.

¹⁸¹³ Cf. Carta do Padre António Monserrate ao Padre Everardo Mercuriano, Goa, 26.X.1579 – PUB. *Ibidem*, doc. 89.

¹⁸¹⁴ Cf. Carta do Padre Rodrigo Vicente ao Padre Everardo Mercuriano, Goa, 13.XI.1579 – PUB. *Ibidem*, doc. 94.

aquela instituição¹⁸¹⁵. Fruto da sua ligação próxima ao provincial, acedera ao pedido jesuíta de reconstrução das Igrejas destruídas em Salsete durante a guerra com Bijapur, impondo que tal fosse feito de forma moderada para não hostilizar as populações autóctones¹⁸¹⁶. Empenhado em todos os assuntos da missão, Ataíde era retratado como muito “propitio con la Compañía”¹⁸¹⁷, pelo que, dando também cumprimento a ordens sebasticas, pagou diversas dívidas do Colégio de São Paulo de Goa¹⁸¹⁸.

Nem sempre, contudo, o relacionamento fora tão cordial. Em 1579 fora anotado que D. Luís era pouco benovelente com os jesuítas, sendo, ao invés, bastante próximo do franciscano Frei Manuel Pinto¹⁸¹⁹. No Reino havia mesmo quem duvidasse que viesse a fazer mercê à Companhia de Jesus, apesar de neste ser bastante próximo dos jesuítas¹⁸²⁰. Na realidade, tal como já sucedera durante o seu primeiro governo, Ataíde mantinha-se mais próximo de outros religiosos, tais como Frei Miguel dos Anjos, provincial agostinho¹⁸²¹ e, sobretudo, do franciscano, deputado da Inquisição e seu confessor, Frei André de Santa Maria. Este seria por ele recomendado para arcebispo de Goa¹⁸²², alcançando em 1588, mercê da intercessão de D. Luís, o provimento no bispado de Cochim¹⁸²³. A ligação íntima a Frei André de Santa Maria parece justificar-se por o franciscano ter sido um dos raros eclesiásticos que apoiara Ataíde na sua ideia de não autorizar a ida dos padres a Akbar¹⁸²⁴ e ainda pelos poderes que D. Henrique concedera a Ataíde, autorizando-o a apresentar nomes para dignidades eclesiásticas¹⁸²⁵.

Mas a oposição dos jesuítas manifestou-se assim que o vice-rei executou a ordem sebastica de passar a arrecadar para o Estado os presentes dos soberanos asiáticos¹⁸²⁶, apelidados de sagoates, a qual fora feita em detrimento, precisamente, da Companhia.

¹⁸¹⁵ Cf. Carta do Padre Rodrigo Vicente ao geral de Roma, Goa, 20.X.1580 – PUB. *Ibidem*, vol. XII, doc. 13.

¹⁸¹⁶ Cf. Carta do Padre Rodrigo Vicente ao Padre Everardo Mercuriano, Goa, 13.XI.1579 – PUB. *Ibidem*, vol. XI, doc. 94.

¹⁸¹⁷ Cf. Carta do Padre Rodrigo Vicente ao Padre Everardo Mercuriano, Goa, 3.I.1580 – PUB. *Ibidem*, vol. XII, doc. 30, p. 200.

¹⁸¹⁸ Cf. Carta do Padre Rodrigo Vicente ao Padre Everardo Mercuriano, Goa, 3.I.1580 – PUB. *Ibidem*.

¹⁸¹⁹ Cf. Carta do Padre António Monserrate ao Padre Everardo Mercuriano, Cochim, 12.I.1579 – PUB. *DI*, vol. XI, doc. 65.

¹⁸²⁰ Cf. Carta do Padre Sebastião Sabino ao Padre Everardo Mercuriano, Lisboa, 31.V.1579 – PUB. *Ibidem*, doc. 79.

¹⁸²¹ Cf. *DHMPPPO (Índia)*, vol. XII, p. 115.

¹⁸²² Cf. PAIVA, José Pedro, *Os Bispos de Portugal e do Império: 1495-1777*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006, p. 257.

¹⁸²³ Cf. *Ibidem*, p. 376.

¹⁸²⁴ Cf. *Ibidem*, p. 256.

¹⁸²⁵ SANTOS, Catarina Madeira, “Los virreyes...”, p. 91.

¹⁸²⁶ Cf. DIAS, Pedro, “O Palácio dos Vice-Reis” in *Goa e o Grão-Mogol*, edição de Jorge Flores e Nuno Vassalo e Silva, Lisboa, FCG, 2004, p. 83; WINIUS, George Davison, *Op. Cit.*, p. 86.

No entanto, o momento de maior tensão no relacionamento entre o conde vice-rei e as autoridades eclesiásticas registou-se em 1579, quando D. Luís de Ataíde procurou conselho relativo ao requerimento dos gentios de Salsete, que pediam autorização para poderem voltar a erigir os seus pagodes e praticar os seus ritos. Perante o pedido do vice-rei “não quizerão os Padres da Companhia achar se nesta Junta, ou porque os gentios os deraõ por suspeitos, ou porque entendêraõ a inclinação de Dom Luis, & nem quizerão approvar, nem reprovar publicamente o seu dictame pelo perigo, que havia de ambas as partes; se o approvavão, de offenderem a Deos, cuja honra devião zelar como fieis Ministros; se o reprovavão, de aggravarem o Viso-Rey, a quem não queriam desgostar, acautelados com a experiencia do seu primeiro governo”. Em face de tal situação, a resposta definitiva viria a ser dada pelo arcebispo D. Henrique de Távora que votaria pela não autorização¹⁸²⁷.

Outro dos opositores de D. Luís naquele sensível pedido, e também na questão dos presentes, fora o inquisidor Bartolomeu da Fonseca, que se opusera à intenção inicial de Ataíde aceitar o pedido dos gentios. No entanto, o conde vice-rei não hesitara, uma vez tomada a decisão de não autorizar pagodes e ritos gentílicos, em enfurecer-se com o arcebispo quando este escrevera ao capitão de Baçaim que deveria permitir os ritos a troco de dinheiro¹⁸²⁸. Por estes motivos, considerou-se que o conde vice-rei “emendou no segundo governo a desaffeição que nos havia mostrado no primeiro”¹⁸²⁹.

Apesar da relação com as autoridades eclesiásticas não ter sido tão abertamente conflituosa como no primeiro governo, cabe destacar que, no seu segundo mandato, Ataíde procurou não adoptar uma postura de confronto aberto, não abdicando, contudo, da sua tese fundamental: a não interferência dos eclesiásticos na esfera política. Esta afigurava-se tanto mais necessária a D. Luís quanto fora um dos motivos subjacentes ao agravamento da situação política desde a deposição do vice-rei D. António de Noronha, em 1573¹⁸³⁰. Neste sentido, os embates do primeiro governo de Ataíde acabaram por servir de barómetro para relações mais cordiais e estabilizadas no segundo governo.

Em suma, em todas os aspectos mencionados, constata-se que o 3º conde de Atouguia procurou novamente seguir todas as instruções que D. Sebastião lhe dera em 1577, se

¹⁸²⁷ Cf. SOUSA, Padre Francisco de, *Op. Cit.*, Segunda Parte, Divisão I, Conquista II, p. 927.

¹⁸²⁸ Cf. Carta do inquisidor Bartolomeu da Fonseca a D. Henrique, s.d., 5.XII.1579 – PUB. BAIÃO, António, *Op. Cit.*, vol. II, doc. XIV.

¹⁸²⁹ Cf. SOUSA, Padre Francisco de, *Op. Cit.*, Segunda Parte, Conquista II, Divisão II, p. 957.

¹⁸³⁰ Cf. VILA-SANTA, Nuno, “A Coroa e o Estado...”, p. 30.

bem que estas nem sempre tenham sido claras. A comparação com a situação que herdou e a situação que legou ao seu sucessor nos planos políticos, militar e financeiro demonstra como, genericamente, Ataíde foi bem-sucedido na sua missão de estabilização e “restauração” do Estado da Índia. Tal missão viria a ser plenamente continuada pelo seu sucessor Fernão Teles de Meneses e, já com os poderes em que o conde vice-rei D. Francisco Mascarenhas foi empossado por Filipe II, em 1581, viria a redundar numa estabilização definitiva do cenário político-militar. Desta forma, a acção de D. Luís durante o seu segundo mandato traduziu-se num momento de transição entre as últimas tendências do reinado sebástico e as iniciais do reinado filipino. Este facto é visível na revitalização dos projectos de conquista enquanto resposta à crise político-militar de 1565-75, cujos resquícios parecem ter sido extintos durante o segundo governo de D. Luís de Ataíde.

À data do seu falecimento, contudo, e diferentemente do que sucedeu no seu primeiro governo, apesar da situação ser aparentemente de acalmia, na realidade não era tão positiva como fora em 1571. A forma de governação mais distanciada e mais absoluta, adoptada por D. Luís e que, aliás, viria a ser praticada pelos seus sucessores, revelando novamente outros pontos de partida lançados pelo governo de Ataíde, demonstra igualmente como o fidalgo não deixou de se sentir directamente afectado pelas notícias alarmantes, quer pessoais, quer políticas, que ia recebendo do Reino. Estas influenciaram também o seu julgamento sobre a posição que o Estado da Índia deveria adoptar perante os tempos conturbados da crise dinástica e da guerra de sucessão à Coroa Portuguesa. Assim, urge compreender esta importante questão, começando por perceber como foram recebidas na Índia as sucessivas notícias do desastre de Alcácer-Quibir e do breve reinado do *cardeal-rei*.

IV.4. D. Luís de Ataíde e o processo da União Ibérica (1578-1582):

IV.4.1. O Reino encarado a partir do Estado da Índia: as desastrosas notícias

A 2 de Novembro de 1578, D. Henrique fazia partir, para Goa, D. Estêvão de Meneses e, para Malaca, João Camelo, a fim de noticiarem ao Estado da Índia a batalha de Alcácer-Quibir, o falecimento de D. Sebastião e a sua realeza. A chegada de D. Estêvão de Meneses a Goa deu-se em Maio de 1579, quando o vice-rei ainda se encontrava em guerra com Ali Adil Shah¹⁸³¹. O falecimento do *Desejado* que, como é

¹⁸³¹ Cf. SOUSA, Padre Francisco de, *Op. Cit.*, Conquista I, Divisão II.

sabido, nunca fora um monarca popular¹⁸³², não deixou, contudo, D. Luís e a fidalguia indiferentes. A tristeza que Ataíde então sentiu devia-se ao facto de ter alertado para os riscos atinentes à forma como a expedição fora planeada, razão pela qual considerou então que, mesmo tendo sido afastado para a Índia pelos seus amigos, fora a “clemência divina que o desviara daquela lagem fatal, debaixo da qual morreram tantos”¹⁸³³.

Fruto da ligação pessoal que tinha a D. Sebastião, do contexto de crise dinástica que se abria com o seu falecimento e ciente que era a primeira vez que ao Estado da Índia chegava a notícia da morte de um soberano português em batalha, Ataíde “aplicou o animo como leal vassalo a celebrar as exequias do Rey defunto com grande pompa, & majestade”¹⁸³⁴. No que foi uma escolha pessoal, D. Luís decidiu que as cerimónias seriam realizadas na Igreja do Colégio de São Paulo de Goa, a cargo dos jesuítas, custeando todos os gastos. Para realçar a grandeza da Monarquia em tempo do *Desejado* foram decoradas as paredes daquela Igreja com poesias latinas e em diversas línguas orientais. Ao centro foi colocada a tumba de D. Sebastião encimada pelo epitáfio do rei em letras capitulares. O arcebispo D. Henrique de Távora oficiou as vésperas, ficando a pregação a cargo do provincial jesuíta, Padre Rodrigo Vicente, e “estando o Viso-Rey de cadeyra rasa assim na prégação, como nos officios”¹⁸³⁵. Para o efeito, o conde vice-rei convocara “com muy grande aparato y concurso” toda a “clerizía, religiosos, personas nobles, populares, christianos y infieles”¹⁸³⁶.

A satisfação de D. Luís com os preparativos e pela forma como decorreu a cerimónia foram patentes, pois, como afirma o provincial jesuíta, as exéquias de D. Sebastião realizaram-se “com tanto aparato, que muchas personas que vieron las de emperadores, reyes e otros principes en Europa affirmaron que no avían visto otras de mayor ornato”. A magnificência chegara a convencer as restantes ordens religiosas, agravadas pelo vice-rei ter confiado os preparativos aos jesuítas, que “dixeron que bien supiera el Conde lo que escogía quando encomendo la obra a los Padres de la Compañía”¹⁸³⁷.

D. Luís não deixou, porém, de sentir na sua governação os efeitos da divulgação do desastre de Alcácer-Quibir. Neste ponto, o testemunho do Padre Rodrigo Vicente é

¹⁸³² Cf. VELOSO, José Maria de Queirós, *Op. Cit.*, p. 8.

¹⁸³³ Cf. “Vida e acções...”, cap. 11, pp. 191-192.

¹⁸³⁴ Cf. SOUSA, Padre Francisco de, *Op. Cit.*, Conquista I, Divisão II, p. 924.

¹⁸³⁵ Cf. *Ibidem*, p. 925.

¹⁸³⁶ Cf. Carta do Padre António Monserrate ao Padre Everardo Mercuriano, Goa, 26.X.1579 – PUB. *DI*, vol. XI, doc. 89, p. 661.

¹⁸³⁷ Cf. Carta do Padre Rodrigo Vicente ao Padre Everardo Mercuriano, Goa, 13.XI.1579 – PUB. *Ibidem*, doc. 94, p. 698.

sintomático quando destaca que “la prudencia del Conde Viso-Rey, que se ubo en ellas [novas] con mucho recado y consejo, todavía alborataron no poco los ánimos de los infieles nuestros vezinos y enemigos”. Ainda assim e apesar daquele contexto, fora possível assinar a paz com Bijapur em condições favoráveis para o Estado da Índia. Mas, a melhor descrição do espírito vivido com a derrota de Alcácer-Quibir é apresentada pelo Padre Eduardo de Sande: “Já sabe quanta tristeza quá causarião as tristes novas de Africa, assy polla perda geral como pollo detrimento particular deste Estado que mais se conserva polla grande opinião que de nós têm os imigos, que com grande poder que nós tenhamos; a qual opinião se diminuiu em grande parte com estas tristes novas, porque não se soou somente que se desbaratara o exercito dos portuguezes em Africa, mas cuydou-se que todo Portugal acabara”. Apenas a realeza do *cardeal-rei* alentara um pouco o ânimo geral¹⁸³⁸.

Os efeitos do desastre de Alcácer-Quibir passaram então a pesar na própria agenda política do vice-rei. Este não deixou de estar informado que durante o cerco de Colombo se comentava que a falta de socorros se devia àquele acontecimento¹⁸³⁹ ou, até, de que os Otomanos tinham aproveitado a ocasião para escrever ao negús etíope sugerindo a sua submissão e insinuando a hipótese de ataque ao Estado da Índia, embora viessem a ser derrotados¹⁸⁴⁰. Fruto precisamente desta situação, Ataíde empenhara-se em preparar uma grande cerimónia que, simultaneamente, alentasse os Portugueses e evidenciasse aos potentados asiáticos que a força do Estado da Índia não tinha sofrido qualquer dano sério. Àquela notícia juntou-se, em finais de 1580, com a chegada da armada enviada pelos governadores do Reino, a nova do falecimento de D. Henrique e da situação incerta em que se encontrava a sucessão. Quanto a este ponto, sabe-se apenas que D. Luís de Ataíde realizou as exéquias do *cardeal-rei* na Sé Primacial de Goa¹⁸⁴¹, desconhecendo-se mais pormenores.

Desta forma, os acontecimentos do Reino vieram contribuir decisivamente para agravar a situação em que se encontrava o conde vice-rei durante a fase final do seu governo. A acrescer às dificuldades que herdara e que procurava resolver, D. Luís tinha ainda de colmatar os efeitos político-militares do desastre de Alcácer-Quibir e da frágil

¹⁸³⁸ Cf. Carta do Padre Eduardo de Sande aos irmãos portugueses, Goa, 7.XI.1579 – PUB. *Ibidem*, doc. 90, pp. 672-673.

¹⁸³⁹ Cf. QUEIROZ, Padre Fernão de, *Op. Cit.*, livro 3, cap. 7.

¹⁸⁴⁰ Cf. Carta do Padre Rodrigo Vicente ao Padre Everardo Mercuriano, Goa, 13.XI.1579 – PUB. *DI*, vol. XI, doc. 95.

¹⁸⁴¹ Cf. SOUSA, Padre Francisco de, *Op. Cit.*, Conquista I, Divisão II.

sucessão de D. Henrique, e concomitantemente necessitava de assegurar uma tranquilidade mínima da fidalguia e eclesiásticos num momento particularmente sensível: a disputa pela sucessão do Reino e as suas consequências no Estado da Índia.

Tal tarefa afigurava-se ainda mais pesada para o vice-rei, tendo em conta as informações preocupantes que recebeu acerca da sua Casa e família. Na realidade, os seus dois únicos irmãos vivos, D. Álvaro Gonçalves de Ataíde e D. Vasco de Ataíde¹⁸⁴², tinham participado na jornada de Alcácer-Quibir. D. Vasco por ter sido directamente convocado por D. Sebastião¹⁸⁴³ e D. Álvaro por ter efectuado arrendamentos a fim de poder financiar a sua ida a África¹⁸⁴⁴, se bem que não surja apontado nas listas dos fidalgos que partiram ou que ficaram cativos. Àquela jornada foram ainda dois sobrinhos de D. Luís¹⁸⁴⁵: Simão da Cunha¹⁸⁴⁶ e Tristão da Cunha¹⁸⁴⁷.

Assim, quando foi informado que o seu irmão D. Vasco ficara cativo¹⁸⁴⁸, sendo pedidos 5000 cruzados pelo seu resgate¹⁸⁴⁹, e que faleceu no cativeiro, D. Luís terá lamentado a morte do irmão e ficado preocupado com o futuro da sua Casa. Não tendo à data um herdeiro vivo, e já de avançada idade, o desaparecimento de um dos seus irmãos, que poderia suceder-lhe caso algo lhe acontecesse ou a D. Álvaro Gonçalves, era pouco tranquilizador. Além disso, como D. Vasco não pagara na totalidade as arras a D. Luísa Henriques, pedia expressamente ao seu irmão D. Luís e à sua irmã D. Filipa de Ataíde que “não tomem a mal deixar eu o meu prazo a mynha molher posto que aja sido peça da fazenda de mynha may porque me moverão a isso as muitas obrigações que elles sabem que lhe tenho e não ter outra donde lhe satisfaça seu dote e arraz pello qual confio que o averão por bem e assy lho torno a pedir”¹⁸⁵⁰. Por aquele motivo, a alienação daquele património a favor de D. Luísa foi confirmada por D. Henrique¹⁸⁵¹.

¹⁸⁴² Cf. Genealogia 4: Ascendência e descendência de D. Luís de Ataíde, 3º conde de Atouguia (Século XVI).

¹⁸⁴³ Cf. BAYÃO, Padre José Pereira, *Op. Cit.*, livro V, cap. XIV; SERRÃO, Joaquim Veríssimo, “Documentos inéditos...”, doc. XXXIII.

¹⁸⁴⁴ Cf. VEIGA, Carlos Margaça, *Op. Cit.*, vol. II, p. 150.

¹⁸⁴⁵ Cf. Genealogia 4: Ascendência e descendência de D. Luís de Ataíde, 3º conde de Atouguia (Século XVI).

¹⁸⁴⁶ Cf. BAYÃO, Padre José Pereira, *Op. Cit.*, livro V, cap. XLIV.

¹⁸⁴⁷ Ficando cativo, motivo pelo qual pediu autorização a D. Henrique para vender bens. Cf. VEIGA, Carlos Margaça, *Op. Cit.*, vol. II, doc. 38.

¹⁸⁴⁸ Cf. SANTOS, Frei Manoel dos, *Op. Cit.*, livro II, cap. XXXVII.

¹⁸⁴⁹ Cf. BAYÃO, Padre José Pereira, *Op. Cit.*, livro V, cap. XLIV.

¹⁸⁵⁰ Cf. Testamento de D. Vasco de Ataíde, s.l., 5.I.1579 – PUB. *Colecção de São Lourenço*, vol. I, doc. 20, p. 62.

¹⁸⁵¹ Cf. VEIGA, Carlos Margaça, *Op. Cit.*, vol. I, p. 255.

Talvez o acontecimento que, todavia, mais directamente terá afectado o ânimo de D. Luís tenha sido o facto de um dos filhos que tivera com D. Isabel de Meneses ter falecido pouco antes de partir e de outro, provavelmente D. Valentim Afonso de Ataíde¹⁸⁵², ter falecido muito jovem e pouco depois da sua partida¹⁸⁵³. A situação pessoal que o 3º conde de Atouguia então vivia era, assim, bastante difícil e não deverá ter deixado de ter reflexos no seu governo. Ao conde vice-rei, afectado de forma tão profunda pelos dramas da sua família e Casa, não terá sido fácil prosseguir a afirmação da missão que levava para a Índia, em especial, nos momentos de maior dificuldade em impor a sua autoridade junto da fidalguia, tal como o caso de Matias de Albuquerque evidenciou. Ao reduzir-se a força anímica do vice-rei encurtar-se-ia também e decisivamente a sua margem de manobra na actuação política.

A consequência natural de tais eventos para Ataíde ficou clara nos seus insistentes pedidos de regresso antecipado. Em causa estava não apenas a necessidade de gerar herdeiro para garantir a continuidade da sua Casa, mas também a urgência de encontrar um sucessor que pudesse exercer a importante missão na qual fora empossado e para a qual o próprio fidalgo considerava ter deixado de ter condições para continuar a exercer. Nesta linha deverá igualmente colocar-se a possibilidade, referenciada na Introdução, de D. Luís ter pretendido acompanhar de perto os graves acontecimentos do Reino. Mas, terá, de facto, o fidalgo efectuado preparativos militares para socorrer a causa de D. António? A fim de compreender se D. Luís pretendeu ou poderia deter um papel de relevância no contexto da crise dinástica, importa começar por perceber como os diferentes protagonistas do poder naquele período encaravam o Estado da Índia e a sua figura de vice-rei em exercício.

IV.4.2. O Estado da Índia visto do Reino:

IV.4.2.1. O *cardeal-rei* e a Índia: atalhar a crise

Num reinado marcado pela luta de poderes¹⁸⁵⁴, pelo desmoronamento crescente da fidelidade aos Avis¹⁸⁵⁵, mas também por uma séria tentativa de se afirmar politicamente coerente com todas as suas posições e actuações anteriores¹⁸⁵⁶, D. Henrique não deixou de se preocupar, desde o início, com a Ásia Portuguesa. Tal como durante o período em

¹⁸⁵² Cf. *HGCRP*, tomo XII, parte I, p. 14; MORAES, Cristóvão Alão, *Op. Cit.*, vol. IV, p. 282.

¹⁸⁵³ Cf. Carta do Padre Martim da Silva ao Padre Everardo Mercuriano, Coimbra, 31.VIII.1579 – PUB. *DI*, vol. XI, doc. 85.

¹⁸⁵⁴ Cf. VEIGA, Carlos Margaça, *Op. Cit.*, vol. I, p. 7.

¹⁸⁵⁵ Cf. VALLADARES, Rafael, *Op. Cit.*, p. 49.

¹⁸⁵⁶ Cf. POLÓNIA, Amélia, *Op. Cit.*, p. 246.

que fora regente e, como defendera durante o período de governo do *Desejado*, o Estado da Índia era por si considerado como uma parcela importante do Império, a qual deveria ser mantida na lógica de um equilíbrio entre o Atlântico e o Índico¹⁸⁵⁷.

Assim se explica que, aquando do afastamento de Pedro de Alcáçova Carneiro e entre as múltiplas acusações que lhe dirigia, o *cardeal-rei* relembresse que aquele não provera a Índia como fora necessário, nos tempos finais de D. Sebastião¹⁸⁵⁸, isto é, aquando da partida de Ataíde, em 1577, e do envio da armada para a Índia, em 1578. Claramente preocupado com as questões relacionadas com o Império, logo em Setembro de 1578 se dizia que D. Henrique queria acudir a “otros negocios y importantes, como o eran Las Armadas de la India y Mina, y otras partes”¹⁸⁵⁹. Quando enviou as referidas velas para Goa e Malaca fizera seguir uma missiva sua para a Câmara de Goa, na qual narrava a derrota de Alcácer-Quibir e o início da sua realeza, dispondo-se a ouvir todos os pareceres que lhe fossem remetidos da Índia. Mas a sua decisão mais importante, anunciada nessa missiva, era a de manter o conde vice-rei D. Luís de Ataíde no cargo, reforçando a confiança e missão que D. Sebastião lhe conferira¹⁸⁶⁰. D. Cristóvão de Moura, embaixador nomeado por Filipe II para cumprimentar D. Henrique pelo falecimento de D. Sebastião, esperava que a chegada daquela importante missiva não causasse grande alvoroço na Ásia¹⁸⁶¹, facto que não veio a verificar-se pelo descrito anteriormente.

A actuação do *cardeal-rei* face ao Estado da Índia, no entanto, não se limitaria à confirmação, que, naquele contexto parecia lógica, da indigitação de Ataíde. Informado da situação político-militar que se vivia na Ásia e que presidira ao envio de D. Luís, D. Henrique começou, ainda em finais de 1578, a preparar o envio de 2000 homens de armas na armada do ano seguinte, no exacto momento em que respondia às missivas dos soberanos asiáticos e tratava do envio do arcebispo Mar Abraham¹⁸⁶². Mas, o problema dos resgates em África impediu o rei de arregimentar os referidos homens¹⁸⁶³, se bem

¹⁸⁵⁷ Cf. VILA-SANTA, Nuno, “A Coroa e o Estado...”

¹⁸⁵⁸ Cf. Cópia do papel que D. Henrique enviou a Pedro de Alcáçova Carneiro pelo corregedor Rui de Matos Noronha, s.l., 2.X.1578 – AGS, *Estado*, Leg. 395, doc. 263, fl. 2. Na resposta, datada de 6 de Outubro de 1578 (Cf. *Ibidem*, doc. 264), Alcáçova Carneiro não respondia a tal ponto em concreto.

¹⁸⁵⁹ Cf. Carta de D. Cristóvão de Moura a Filipe II, Lisboa, 25.IX.1578 – AGS, *Estado*, Leg. 397, doc. 29, fl. 1.

¹⁸⁶⁰ Cf. Carta de D. Henrique para a Câmara de Goa, s.l., 18.X.1578 – PUB. *APO*, fascículo 1, doc. 55.

¹⁸⁶¹ Cf. Carta de D. Cristóvão de Moura a Filipe II, s.l., 18.X.1578 – ACL, série azul 1708, p. 183.

¹⁸⁶² Cf. Carta de D. Cristóvão de Moura a Filipe II, Lisboa, 20.XI.1578 – AGS, *Estado*, Leg. 401, doc. 28.

¹⁸⁶³ Cf. Carta de D. Cristóvão de Moura a Filipe II, Lisboa, 25.XI.1578 – *Ibidem*, Leg. 397, doc. 36, fl. 1v.

que, em inícios de 1579, não tivesse desistido da sua intenção de mandar armadas à Índia, Brasil, Mina, Cabo Verde, Angola e Guiné¹⁸⁶⁴.

Para a armada destinada à Índia em 1579, o rei nomeou como capitão-mor João de Saldanha, o qual zarpou em Abril, na mesma altura da partida das armadas para o Brasil, Cabo Verde, São Tomé e Congo¹⁸⁶⁵. Nessa armada, seguia o novo visitador jesuíta, Padre Miguel de Sousa¹⁸⁶⁶, um novo provincial jesuíta, o Padre Manuel Rodrigues¹⁸⁶⁷, o arcebispo Mar Abraham¹⁸⁶⁸, o novo bispo de Cochim, D. Mateus, a confirmação de D. Henrique de Távora como arcebispo de Goa¹⁸⁶⁹, uma missiva para a Câmara de Goa, solicitando o tratamento da questão do empréstimo do 1% directamente com o conde vice-rei¹⁸⁷⁰ e ainda duas outras importantes ordens. A primeira sobre a confirmação henriquina da ordem sebastica de entrega do assassino do sultão Hairun ao sultão Baab Ulah de Ternate¹⁸⁷¹ e a segunda, uma carta que o rei escrevera a D. Luís, encomendando o prosseguimento das conversões, o bom tratamento do arcebispo Mar Abraham, bem como ordenando a entrega de diversas quantias a vários colégios jesuítas e o socorro à Etiópia no ano seguinte¹⁸⁷².

A atitude mais importante do *cardeal-rei*, plenamente reveladora de pensamento e actuação própria em relação ao Estado da Índia durante o seu reinado, foi, porventura, a de se dispor a nomear sucessor a Ataíde. Logo que recebera a notícia da derrota de Alcácer-Quibir e do falecimento dos seus filhos¹⁸⁷³, D. Luís enviara ao Reino um gentil-homem para noticiar a D. Henrique a assinatura da paz com Bijapur¹⁸⁷⁴ e, também muito provavelmente tal como muitos rumores já apontavam, para solicitar o regresso

¹⁸⁶⁴ Cf. Cópia de um bilhete do regedor António da Gama a D. Cristóvão de Moura – *Ibidem*, Leg. 398, doc. 30.

¹⁸⁶⁵ Cf. VEIGA, Carlos Margaça, *Op. Cit.*, vol. I, p. 246.

¹⁸⁶⁶ Cf. Carta do Padre Miguel de Sousa ao Padre Everardo Mercuriano, Lisboa, 24.II.1579 – PUB. *DI*, vol. XI, doc. 69.

¹⁸⁶⁷ Cf. Carta do Padre Manuel Rodrigues ao Padre Everardo Mercuriano, Lisboa, 31.III.1579 – PUB. *Idibem*, doc. 74.

¹⁸⁶⁸ Para o efeito escreveu ao vice-rei pedindo que favorecesse aquele bispo e prendesse o cismático e falsário Mar Simeão (Cf. Carta de D. Henrique a D. Luís de Ataíde, Lisboa, 27.III.1579 – PUB. SOUSA, Padre Francisco de, *Op. Cit.*, Conquista I, Divisão II, pp. 934-935). Sobre a figura do arcebispo Mar Abraham, veja-se: *DI*, vol. XI, docs. 5, 8, 10, 63A, 110, 114, 114A e 115.

¹⁸⁶⁹ Cf. BNP, cód. Alcobacense 308, fl. 174. O novo bispo ainda assistira à abertura das Cortes de Lisboa (Cf. VELOSO, José Maria de Queirós, *A perda...*, pp. 206-207).

¹⁸⁷⁰ Cf. Carta de D. Henrique à Câmara de Goa, Lisboa, 24.II.1579 – PUB. *APO*, fascículo 1, fl. 1.

¹⁸⁷¹ Cf. Carta do Padre Jorge Fernandes ao Padre Pedro Lopes, Malaca, XII.1579 – PUB. *DI*, vol. XI, doc. 107.

¹⁸⁷² Cf. Carta do Padre Leão Henriques ao Padre Everardo Mercuriano, Lisboa, 14.V.1579 – PUB. *DI*, vol. XI, doc. 78.

¹⁸⁷³ Cf. Carta do Padre Martim da Silva ao Padre Everardo Mercuriano, Coimbra, 31.VIII.1579 – PUB. *Ibidem*, doc. 85.

¹⁸⁷⁴ Cf. Carta de D. Cristóvão de Moura a Filipe II, s.l., 19.XII.1579 – AGS, *Estado*, Leg. 402, fl. 115.

antecipado e o envio de um sucessor¹⁸⁷⁵. Devido à boa fama que deixara na Índia e de que usufruía no Reino, circulava o rumor de que o *cardeal-rei* se preparava para nomear D. Diogo de Meneses como vice-rei e enviá-lo com os devidos poderes e reforços na armada de 1580¹⁸⁷⁶.

Apesar de ter sido indigitado, Meneses acabaria por não partir devido ao falecimento de D. Henrique e a ordem expressa dos governadores do Reino. Porém, a sua nomeação é elucidativa do ponto a que o rei estava disposto a ir na sua tentativa de estabilizar a situação no Estado da Índia. Disponibilizando-se a nomear D. Diogo, fidalgo que, na governação, tanto contrastara com D. Luís e que também seria visto na Ásia Portuguesa como um “libertador”, o *cardeal-rei* evidenciava não recear possíveis rupturas políticas a Oriente com tal sucessão e parecia ignorar que D. Diogo de Meneses já então deveria ser apoiante do Prior do Crato¹⁸⁷⁷.

As ordens que D. Henrique enviou são elucidativas de como se interessara pelo Estado da Índia e procurara mesmo contribuir para a sua plena recuperação. Ao contrário das últimas intervenções de D. Sebastião, as quais foram motivadas pela tentativa de angariar fundos para financiar a expedição a África, o *cardeal-rei* pretendia estabilizar plenamente a situação oriental e no restante Império, de forma a prepará-lo para os tempos conturbados que se avizihavam. A sua postura relativamente à Índia poderá ainda estar relacionada com o facto de as receitas da pimenta terem ajudado, de forma decisiva, a suprir a grave situação da Fazenda Real¹⁸⁷⁸, induzida pelo desastre de Alcácer-Quibir e pela necessidade de resgatar diversa fidalguia. Concentrado no seu objectivo político, D. Henrique parece ter desvalorizado as notícias que chegaram a Filipe II, através de Veneza, dando conta da conquista de Malaca por forças castelhanas¹⁸⁷⁹ e da própria tomada de Adém pelos Portugueses¹⁸⁸⁰, preferindo concentrar-se na defesa do Reino e do Império.

¹⁸⁷⁵ Cf. Carta do Padre Martim da Silva ao Padre Everardo Mercuriano, Coimbra, 31.VIII.1579 – PUB. *DI*, vol. XI, doc. 85.

¹⁸⁷⁶ Cf. Carta do Padre Martim da Silva ao Padre Everardo Mercuriano, Coimbra, 31.VIII.1579 – PUB. *Ibidem*.

¹⁸⁷⁷ Já nessa altura, o fidalgo ofertara a D. António um capecete indo-português que trouxera da Índia em 1578-79. Cf. VAZ, João Pedro, *Campanhas do Prior do Crato (1580-1589): Entre Reis e Corsários pelo Trono de Portugal*, Lisboa, Tribuna, 2005, p. 8.

¹⁸⁷⁸ Cf. VEIGA, Carlos Margaça, *Op. Cit.*, vol. I, p. 239. Efectivamente, em 1579, apesar de ter vindo pouca pimenta da Índia (Cf. Carta de D. Cristóvão de Moura a Filipe II, s.l., 31.VII.1579 – PUB. *CDIHE*, vol. VI, pp. 606-607), o vice-rei enviara 300 mil ducados (Cf. Carta de D. Cristóvão de Moura a Filipe II, Lisboa, 11.VIII.1579 – AGS, *Estado*, Leg. 397, doc. 107, fls. 3-3v.).

¹⁸⁷⁹ Cf. Carta de Filipe II a D. Cristóvão de Moura, Escorial, 15.IX.1579 – *Ibidem*, Leg. 405, fl. 149.

O investimento régio no Estado da Índia prendia-se com a temática sucessória, na medida em que, pretendendo garantir a estabilidade no Império, D. Henrique visava também assegurar que o mesmo estaria em condições de se defender militarmente em caso de guerra. Neste ponto, é importante relembrar que, perante as ameaças veladas de guerra de Filipe II, e ainda que, sendo favorável à candidatura de D. Catarina¹⁸⁸¹, irmã do falecido infante D. Duarte e duquesa de Bragança, o rei restaurou as ordenanças, ordenou diversos exercícios militares e reparações¹⁸⁸². Tal facto ligava-se ao sentimento geral que se vivia quanto à falta de um líder militar experiente que pudesse defender, em caso de guerra, o Reino¹⁸⁸³. Deste ponto de vista, conhecendo D. Luís de Ataíde há largos anos, sabendo que fora nomeado general por D. Sebastião e que, como se viu, era a figura portuguesa mais experiente da guerra do seu tempo, será de colocar a possibilidade de que, na intenção henriquina de fazer regressar Ataíde mais cedo, estivesse também subjacente a sua vontade de ter a seu lado um dos hipotéticos homens que poderia ajudar ou comandar a defesa do Reino.

Tal cenário afigura-se tanto mais plausível quanto se conclui que outra das funções desempenhadas pela Índia durante o breve reinado de D. Henrique e o período dos governadores foi a de fornecer homens experientes da guerra no palco asiático para a defesa do Reino. Tal situação advinha da aparente falta de experiência militar da principal nobreza do Reino, especialmente, tendo em conta os diversos falecimentos e aprisionamentos em Alcácer-Quibir. Assim, foram os casos dos anteriores governadores da Índia, D. Diogo de Meneses, António Moniz Barreto e de Tristão Vaz da Veiga, capitão de Malaca no período dos cercos de 1573-75. Não obstante, o *cardeal-rei* poderia manter ainda um nome em reserva para a defesa do Reino.

¹⁸⁸⁰ Tal sucedera após antes se ter estranhado que os Portugueses não tivessem conquistado Adém (Cf. Carta do cardeal Granvela ao secretário Cristóvão Salazar, Escorial, 2.IX.1579 – *Idem*, Leg. 1522, doc. 9), tendo a notícia da conquista circulado pouco depois (*Idem*, doc. 170).

¹⁸⁸¹ Queda por realizar ainda um estudo detalhado, apesar do recente trabalho de CUNHA, Mafalda Soares da, “Entre a violência e a negociação. A tomada de voz e obediência a Filipe II em terras do duque de Bragança” in *Economia, Instituições e Império. Estudos em Homenagem a Joaquim Romero Magalhães*, organização de Álvaro Garrido, Leonor Freire Costa e Luís Miguel Duarte, Coimbra, Almedina, 2012, pp.199-214, sobre as diferentes fases políticas da mal sucedida candidatura de D. Catarina. Importa lembrar que D. Catarina tinha a preferência clara do *cardeal-rei*, a qual poderá ter derivado da grande proximidade que D. Henrique sempre tivera em relação ao infante D. Duarte (Cf. AGS, *Estado*, Leg. 399, doc. final, fl. 1-1v.). Em nossa opinião, o principal óbice para D. Henrique e o Reino aceitarem a sua candidatura prendia-se com o facto de ser esposa de D. João, 6º duque de Bragança. Sendo D. Catarina rainha, D. João seria rei, o que não deixava de desagradar a vários sectores da nobreza: desde aqueles que se opunham à realeza da Casa de Bragança, passando por aqueles que consideravam que o duque, pela sua personalidade, não estaria à altura das circunstâncias.

¹⁸⁸² Cf. VEIGA, Carlos Margaça, *Op. Cit.*, vol. I, p. 239.

¹⁸⁸³ Como, aliás, seria apontado por D. Jerónimo Osório, bispo do Algarve (Cf. VELOSO, José Maria de Queirós, *Op. Cit.*, pp. 364-367).

Tal como sucedera antes de D. Sebastião anunciar a sua liderança da jornada de África e os seus opositores terem procurado criar uma candidatura alternativa, o nome de D. João Mascarenhas, o fidalgo que defendera Diu no seu segundo cerco em 1546-47, voltava a circular. A menção de que Mascarenhas poderia ser o defensor de Portugal, embora o seu sangue pudesse ditar o contrário, surge num documento de 1579 no qual se comentavam os nomes que D. Henrique poderia escolher para serem os cinco governadores do Reino após a sua morte¹⁸⁸⁴. Mas, como é sabido, D. João Mascarenhas cedeu à acção corruptora de D. Cristóvão de Moura¹⁸⁸⁵, o que o tornava incompatível com a defesa do Reino tal como, aliás, a sua actuação enquanto governador que, relembre-se, era o mais respeitado pelos seus feitos em Diu¹⁸⁸⁶, veio a comprovar. D. Francisco Mascarenhas, pela sua experiência de Chaul, poderia igualmente ser uma hipótese, embora, como se verá, rapidamente tenha sido captado por Moura.

Outro hipotético defensor, pelas suas convicções¹⁸⁸⁷ mas sem experiência militar conhecida, era Martim Gonçalves da Câmara, o qual era considerado verdadeiramente perigoso pela sua experiência anterior, pelo seu posicionamento anti-castelhano e pela sua capacidade de mobilizar resistências a Filipe II¹⁸⁸⁸. Outro nome ventilado foi o de D. Diogo de Sousa, o fidalgo que D. Sebastião nomeara como general da armada que levou a expedição a África, em 1578, na imediata sequência do afastamento de D. Luís de Ataíde¹⁸⁸⁹. No entanto, este fidalgo alegaria a impossibilidade de defesa do Reino por

¹⁸⁸⁴ Neste interessante documento anotava-se ainda como Martim Gonçalves da Câmara, apesar de opositor a Filipe II, não apoiava nenhum candidato, realçava-se a forte amizade do futuro governador Francisco de Sá de Meneses a Pedro de Alcáçova Carneiro, afirmava-se que o também futuro governador D. João Telo de Meneses fora “criatura” de Martim Gonçalves da Câmara mas que, devido a ser parente de D. Francisco de Faro, apoiava D. Catarina, chamava-se a atenção para a importância de granjear D. Diogo da Silveira, 2º conde da Sortelha, para o lado de Filipe II, por ser grande oficial da corte, e mencionava-se ainda o caso de D. Diogo de Castro, tido como apoiante há vários anos de Filipe II (Cf. AGS, Estado, Leg. 410, fl. 17). Na realidade, tal alinhamento é confirmado por um documento anónimo, em cifra e sem data mas da década de 1560, a que se refere o respectivo Legajo. Nessa ocasião, o seu filho e futuro 1º conde de Basto, D. Fernando de Castro, oferecera-se para servir Filipe II, sem conhecimento do pai e apenas com o apoio de alguns parentes e irmãos, tal como o fizera Pedro de Alcáçova Carneiro, aconselhando-se Filipe II a escrever a D. Diogo de Castro por ocasião do falecimento de alguns dos seus filhos (Cf. *Ibidem*, Leg. 381, doc. 18).

¹⁸⁸⁵ Ceder na altura em que Moura procurou aliciar os íntimos do *cardeal-rei*, alcançando Francisco de Sá e falhando o Padre Leão Henriques (Cf. VELOSO, José Maria de Queirós, *Op. Cit.*, p. 158).

¹⁸⁸⁶ Cf. VELOSO, José Maria de Queirós, *O Interregno dos Governadores e o breve reinado de D. António*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1956, p. 16.

¹⁸⁸⁷ Cf. Carta de D. Juan da Silva, s.l., 7.VII.1580 – AGS, *Estado*, Leg. 410, fl. 17.

¹⁸⁸⁸ Já temendo essa mesma capacidade, D. Cristóvão de Moura receara que D. Henrique pudesse indigitar Martim Gonçalves da Câmara como governador (Cf. Carta de D. Cristóvão de Moura a Filipe II, Lisboa, 21.VI.1579 – AGS, *Estado*, Leg. 397, doc. 105, fl. 1), ficando aliviado quando para o seu lugar foi escolhido D. João Telo de Meneses (Carta de D. Cristóvão de Moura a Filipe II, Lisboa, 25.VI.1579 – *Ibidem*, doc. 106, fl. 1v.).

¹⁸⁸⁹ Cf. BAYÃO, Padre José Pereira, *Op. Cit.*, livro V, cap. I.

falta de homens e armamento, demitindo-se do cargo de general do Alentejo¹⁸⁹⁰. Tal como D. Jerónimo Osório, bispo do Algarve, lembrava ao *cardeal-rei*, em missiva dias antes deste falecer, no caso de falta de um líder e condições para a defesa do Reino, também D. Diogo de Sousa terá preferido a União com Castela. Neste contexto, os hipotéticos nomes para a defesa não só não pareciam tão seguros quanto o de D. Luís, quer pela sua experiência, quer pela reputação, como se afigura plausível que o rei tenha pensado no fidalgo para tal cargo. Porém, o falecimento de D. Henrique e a cadência rápida dos acontecimentos rapidamente obliteraram tal possibilidade.

A problemática da falta de um líder militar para chefiar a defesa do Reino acentuou-se durante o período dos governadores. Com Diogo Lopes de Sousa, Francisco de Sá de Meneses e D. João Mascarenhas, corrompidos por D. Cristóvão de Moura, o arcebispo de Lisboa, D. Jorge de Almeida, imparcial relativamente a todas as candidaturas, e apenas com D. João Telo de Meneses, que fora próximo de Martim Gonçalves da Câmara e era apoiante da candidatura de D. Catarina, a ser claramente opositor de Filipe II¹⁸⁹¹, os preparativos de defesa militar foram sendo sempre adiados. Assim, só em Março de 1580, D. João Telo de Meneses logrou, com o apoio de Martim Gonçalves da Câmara e perante a oposição velada de D. João Mascarenhas, Francisco de Sá de Meneses e Diogo Lopes de Sousa, nomear D. Diogo de Sousa e D. Duarte de Meneses para o Algarve, António Moniz Barreto para a defesa do porto de Setúbal, D. Jorge de Meneses para a armada de alto bordo e para a defesa de Lisboa e Tristão Vaz da Veiga para a defesa de São Julião da Barra¹⁸⁹². Perante a demissão de D. Diogo de Sousa do cargo de general do Alentejo, no final daquele mês, e, possivelmente por D. João Mascarenhas, Francisco de Sá de Meneses e Diogo Lopes de Sousa terem percebido a inclinação antoniana de D. Diogo de Meneses, ficou decidido o seu desvio da Índia e a sua nomeação para o cargo de general do Alentejo¹⁸⁹³.

Tal sucedera dado que, entretanto, a sua indigitação para vice-rei fora cancelada no âmbito dos preparativos da armada destinada à Índia em 1580. Perante as dificuldades financeiras e a falta de homens, os governadores Francisco de Sá de Meneses, Diogo Lopes de Sousa e D. João Telo de Meneses anularam, a 17 de Fevereiro de 1580, a

¹⁸⁹⁰ Cf. VELOSO, José Maria de Queirós, *Op. Cit.*, pp. 74-76 e 81.

¹⁸⁹¹ Cf. *Ibidem*, p. 4.

¹⁸⁹² Cf. *Ibidem*, pp. 51-52.

¹⁸⁹³ Cf. *Ibidem*, pp. 74-76. A nomeação de D. Diogo de Meneses lembra a sugestão dos governadores Francisco de Sá de Meneses, D. João Mascarenhas e Diogo Lopes de Sousa a D. Cristóvão de Moura no sentido de nomear general o duque D. João, a qual visava comprometer a Casa de Bragança numa tomada de posição na luta contra Filipe II. Moura rejeitou a hipótese (Cf. *Ibidem*, p. 156).

nomeação vice-real de D. Diogo de Meneses, como noticiavam em carta escrita a D. Duarte de Castelo Branco¹⁸⁹⁴, antigo embaixador em Castela, meirinho-mor do Reino, vedor da fazenda e figura merecedora de um estudo detalhado pela importância da sua actuação no período da crise dinástica¹⁸⁹⁵. A decisão fora tomada após anteriormente se ter constatado a dificuldade de enviar bombardeiros à Índia naquele ano¹⁸⁹⁶ e a incapacidade de resolver a questão do marfim. O marfim fora enviado como cabedal à Ásia em data incerta, mas não fora aceite como meio de pagamento da pimenta, razão pela qual D. Luís o reenviara para o Reino e pedira resolução do caso¹⁸⁹⁷.

Apesar da anulação da nomeação de D. Diogo de Meneses como vice-rei da Índia, foi atribuída especial missão a Manuel de Melo da Cunha, capitão da armada de 1580, como noticiavam os governadores D. Jorge de Almeida, D. João Mascarenhas e Francisco de Sá, em missiva a D. Duarte de Castelo Branco, na qual pediam que alcançasse empréstimo para o cabedal a enviar à Índia naquele ano¹⁸⁹⁸. Em nova missiva, os governadores D. Jorge de Almeida, Francisco de Sá e D. João Telo de Meneses ordenavam a Manuel de Melo a entrega das novas vias de sucessão da Índia apenas a D. Luís de Ataíde, impondo obrigação de realização de auto da entrega. A urgência da partida da armada determinava que esta devia zarpar independentemente

¹⁸⁹⁴ Cf. Carta dos governadores do Reino a D. Duarte de Castelo Branco, Almeirim, 17.II.1580 – BA, 49-X-1, fls. 428-428v.

¹⁸⁹⁵ Neto do 1º conde de Vila Nova de Portimão, cuja Casa perdera o título com D. João III, D. Duarte foi uma figura influente na corte de D. Sebastião por ter sido meirinho-mor do Reino desde 1558 e embaixador em Castela na década de 1570. Boa parte da sua correspondência, presente na Biblioteca da Ajuda, a qual foi utilizada no capítulo anterior e também será neste, é de grande importância para o conhecimento do reinado sebástico e henriquino, sobretudo tendo em conta as dificuldades em encontrar documentação portuguesa para este período. No início do reinado do *cardeal-rei*, D. Duarte chegara a ser um dos defensores da hipótese do casamento régio (Carta de D. Cristóvão de Moura a Filipe II, s.l., 18.II.1579 – AGS, *Estado*, doc. 28), tendo, por isso, ganho a confiança do rei que o mandou para prender D. António no exacto momento em que se dizia que era seu apoiante (Cf. Carta de António de Matos de Noronha a Filipe II, Santarém, 21.XI.1579 – *Ibidem*, fl. 118). Quando, por fim, D. Cristóvão de Moura alcançou a sua adesão a Filipe II, o próprio monarca castelhano perguntou a Moura se não seria caso de lhe fazer mercê especial atendendo à sua importância e às várias tentativas anteriores de o captar (Cf. Carta de Filipe II a D. Cristóvão de Moura, Madrid, 26.I.1580 – *Ibidem*, fl. 206), acabando por decidir escrever-lhe (Cf. Carta de Filipe II a D. Cristóvão de Moura, Madrid, 25.II.1580 – *Ibidem*, doc. 217). A verdadeira importância da captação de D. Duarte, o qual viria a embarcar com os governadores para Aiamonte com as principais jóias da Casa Real, privando D. António daquela importante fonte de financiamento, é sintetizada pelo facto de anteriormente ter caluniado D. Juan da Silva junto de D. Sebastião por ser “hechura de Martim gonçauluez y su hermano” (Cf. Carta de D. Juan da Silva a Filipe II, Lisboa, 30.V.1576 – *Ibidem*, Leg. 393, doc. 143, fl. 1v.). Por estes motivos, compreende-se que Filipe II lhe tenha confirmado a vedoria da fazenda e, pouco depois, outorgado o título de 1º conde de Sabugal.

¹⁸⁹⁶ Cf. Carta dos governadores a D. Duarte de Castelo Branco, s.l., II.1580 – BA, 49-X-2, fl. 41.

¹⁸⁹⁷ Cf. *Ibidem*, fl. 388.

¹⁸⁹⁸ Cf. Carta dos governadores do Reino a D. Duarte de Castelo Branco, Almeirim, 16.III.1580 – BA, 49-X-1, fls. 428-428v.

das condições meterológicas¹⁸⁹⁹. Mas, como a armada não partira logo, ainda a 29 de Março os governadores D. Jorge de Almeida, D. João Mascarenhas e Diogo Lopes de Sousa insistiam para que tal acontecesse rapidamente, mesmo que os capitães das naus não estivessem nomeados, pois confiavam que D. Luís poderia confirmar as nomeações¹⁹⁰⁰. Naquela armada seguiram as últimas mercês de D. Henrique a diversas missões¹⁹⁰¹, confirmadas pelos governadores, cartas para o rei de Cochim, para o arcebispo Mar Abraham¹⁹⁰² e provisões gerais de mercês à Cristandade¹⁹⁰³.

Não inovando em relação à política do *cardeal-rei*, os governadores tentaram que a armada partisse rapidamente perante o agravamento dos acontecimentos. Numa altura em que a disputa sucessória ameaçava resolver-se pelas armas, devido aos insistentes pedidos de Filipe II para ser declarado herdeiro de D. Henrique pelos governadores e, perante o início dos preparativos de resistência do Prior do Crato e da Casa de Bragança, estes pretendiam que a armada zarpasse para a Índia antes que o início da guerra o impedisse. Por essa razão, tinham escrito uma missiva desconhecida a Ataíde, na qual narravam a situação em que ficara o Reino após o falecimento do rei¹⁹⁰⁴, visando mantê-lo informado numa fase de grandes incertezas relativamente ao futuro.

IV.4.2.2. O Prior do Crato, os antonistas e a Índia: a salvação?

Pouco antes do *cardeal-rei*, também D. António escrevera ao conde vice-rei, prometendo-lhe mercês em troca do seu apoio¹⁹⁰⁵. Tratou-se da primeira de várias iniciativas do Prior do Crato, que se destinavam a disputar a Filipe II a sucessão de Portugal no âmbito do Império. Figura controversa e modernizante num tempo de transição, tal como D. Sebastião, D. António concitou interpretações diversas. No entanto, a sua postura no período da crise dinástica não pode ser compreendida sem atentar ao que fora o seu percurso anterior, como bem insiste Carlos Coral¹⁹⁰⁶.

¹⁸⁹⁹ Cf. Carta dos governadores do Reino a D. Duarte de Castelo Branco, s.l., 19.III.1580 – *Ibidem*, fls. 469-469v. No dia seguinte voltariam a insistir na rápida partida da armada (Cf. Carta dos governadores do Reino a D. Duarte de Castelo Branco, s.l., 20.III.1580 – *Ibidem*, fls. 475-475v.).

¹⁹⁰⁰ Cf. Carta dos governadores do Reino a D. Duarte de Castelo Branco, Almeirim, 29.III.1580 – *Ibidem*, fl. 486.

¹⁹⁰¹ Cf. Rol das mercês do rei D. Henrique – PUB. *DI*, vol. XI, doc. 70.

¹⁹⁰² Cf. Carta dos governadores do Reino para a Índia, Almeirim, III.1580 – *DI*, vol. XI, doc. 121.

¹⁹⁰³ Cf. *APO*, fascículo 6, parte III, docs. 801, 802 e 803.

¹⁹⁰⁴ Cf. CONESTAGE, Ierosme, *Op. Cit.*, livro VIII, pp. 224-230; HERRERA, Antonio de, *Primera Parte de la Historia General del Mundo*, por Iuan Godinez de Millie, Valladolid, 1606, livro IX, cap. X.

¹⁹⁰⁵ Cf. CONESTAGE, Ierosme, *Op. Cit.*, livro VIII, pp. 224-230; HERRERA, Antonio de, *Cinco libros...*, livro III, fls. 137v.138.

¹⁹⁰⁶ Cf. CORAL, Carlos Jokubauskas, *Op. Cit.*, p. 55.

Nascido em 1534, fruto da união do infante D. Luís com Violante Gomes, “A Pelicana”, D. António teve inicialmente uma trajectória bastante semelhante à de D. Duarte, bastardo de D. João III¹⁹⁰⁷. Começando por receber uma educação humanista, aquando da crise existencial do infante D. Luís e do esboroamento dos seus planos de maior intervenção política na década de 1540, a D. António passou a ser dada uma educação de cariz contra-reformista¹⁹⁰⁸. Pretendia o infante D. Luís fazer dele a segunda figura da família real na Igreja, o natural sucessor do cardeal D. Henrique, razão pela qual encomendou a este último que orientasse D. António na vida religiosa que lhe fora delineada¹⁹⁰⁹. No entanto, quando o infante D. Luís faleceu e apercebendo-se da fragilidade da sucessão de D. João III, D. António aproximou-se do *Piedoso*. Este, por ocasião de uma visita à corte, mandou retirar das armas de D. António o traço indicativo da sua bastardia e concedeu-lhe o direito de preceder ao infante D. Duarte¹⁹¹⁰.

Aos olhos de D. João III, que vira toda a sua descendência e boa parte dos seus irmãos falecer, e perante a frágil saúde de D. Sebastião, D. António afigurava-se naturalmente como uma possibilidade, ainda que remota, de sucessão. As implicações de tal gesto joanino na trajectória de D. António foram decisivas, na medida em que, para si e seus apoiantes, o gesto do *Piedoso* se aproximara de uma legitimação. Nesse sentido, e nunca esquecendo o papel que o infante D. Luís procurara desempenhar na corte de D. João III, já durante as regências, D. António não hesitou em abandonar os votos clericais, disputar as precedências com o infante D. Duarte e com a Casa de Bragança e reivindicar presença no conselho de Estado, tal como aliás, as Cortes de 1562 sugeriram¹⁹¹¹.

Tal postura do Prior do Crato, então acusado de vida duvidosa e de gastos excessivos, mas também apostado em procurar reconstruir todo o património da Casa de seu pai, o que nunca conseguiu, valeu-lhe a inimizade de D. Catarina e do cardeal-infante D. Henrique. Assim se explica o seu desterro da corte e mesmo a sua permanência na corte de Filipe II em 1565¹⁹¹². Porém, com o início do governo de D. Sebastião e quase em segundo momento de prefiguração da própria crise dinástica, D. António regressou à corte, onde não tardou a envolver-se de novo na disputa política com o infante D.

¹⁹⁰⁷ Cf. *Ibidem*, p. 102.

¹⁹⁰⁸ Cf. *Ibidem*, p. 111.

¹⁹⁰⁹ Cf. *Ibidem*, pp. 119-128.

¹⁹¹⁰ Cf. *Ibidem*, pp. 133-134.

¹⁹¹¹ Cf. *Ibidem*, pp. 138-139.

¹⁹¹² Cf. *Ibidem*, pp. 140-144.

Duarte¹⁹¹³. À medida da aproximação de Alcácer-Quibir, o Prior do Crato que, relembre-se, participou com o *Desejado* naquela expedição apesar dos desentendimentos com este, foi ganhando cada vez mais apoiantes. Não apenas aglutinando opositores de D. Catarina, D. Henrique e D. Sebastião¹⁹¹⁴, mas perfilando-se também como um possível sucessor dada a inexistência de descendência do rei¹⁹¹⁵.

Desta forma, quando D. António regressou do cativo e lançou a sua candidatura à sucessão do *cardeal-rei* não se tratou de algo improvisado, pois a sua candidatura vinha reavivar a divisão no interior da Casa de Avis¹⁹¹⁶, presente no primeiro episódio da crise dinástica em 1542: a disputa em torno do casamento da infanta D. Maria com Filipe II ou com o infante D. Luís. Considerando-se o natural herdeiro da tradição política representada pelo infante D. Luís e o *Último Avis*, o Prior do Crato não deixou, no contexto da crise dinástica, de contar com o apoio de importantes sectores da nobreza.

Se é verdade que a esmagadora maioria da nobreza apoiou Filipe II, numa lógica de conservação¹⁹¹⁷, é, contudo, importante não esquecer que alguns nomes de peso apoiaram D. António. Além de D. Francisco de Portugal, 3º conde de Vimioso e o seu mais importante apoiante¹⁹¹⁸, bem como boa parte dos membros desta Casa¹⁹¹⁹, o Prior do Crato contou com o apoio do sempre fiel Diogo Botelho, seu vedor da fazenda, que chegara a casar com D. Luísa, sua filha¹⁹²⁰, de D. João Coutinho, 4º conde de Redondo, de D. Diogo Forjaz Pereira, 4º conde da Feira, de diversos membros da Casa de Cantanhede, de diversos Britos, de Duarte de Lemos, senhor da Trofa¹⁹²¹ e, até ao que

¹⁹¹³ Cf. *Ibidem*, p. 146.

¹⁹¹⁴ Cf. *Ibidem*, p. 152.

¹⁹¹⁵ Cf. *Ibidem*, p. 158.

¹⁹¹⁶ Cf. *Ibidem*, pp. 13-14.

¹⁹¹⁷ Cf. BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando, *Portugal en la Monarquía...*, vol. I, p. 487; BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando, *D. Filipe I*, p. 102.

¹⁹¹⁸ Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *O Reinado de D. António, Prior do Crato*, vol. I, Coimbra, Instituto de Alta Cultura, 1956, p. 46. Relembre-se que D. Cristóvão de Moura também procurou corromper os membros da Casa de Vimioso devido aos seus parentescos com Casas castelhanas, e mais em particular D. Francisco de Portugal que fora importante figura na corte de D. Sebastião. Porém, as tentativas de Moura fracassaram na medida em que, apesar de pela sua fundação, a Casa de Vimioso estar umbilicalmente ligada à Casa de Bragança, D. Francisco de Portugal, como neto do 1º conde de Vimioso que, em 1542, se opusera ao casamento da infanta D. Maria com o príncipe Filipe, terá preferido seguir a escolha do seu antepassado. Tudo aponta que seja esse o motivo que explique o apoio de D. Francisco a D. António, embora fosse importante efectuar um estudo a esta importante Casa e figura.

¹⁹¹⁹ Cf. *Ibidem*, vol. I, p. 97 e, entre os quais se encontrava D. João de Portugal, bispo da Guarda e único bispo do Reino que apoiou o Prior do Crato.

¹⁹²⁰ Cf. *Ibidem*, vol. I, p. 182.

¹⁹²¹ Cf. *Ibidem*, vol. I, pp. 135-136.

parece, do próprio João Gonçalves da Câmara, 2º conde da Calheta¹⁹²². Em momentos mais episódicos teve o apoio de outras Câmaras, tais como o próprio Martim Gonçalves da Câmara bem como do próprio arcebispo de Lisboa e governador D. Jorge de Almeida¹⁹²³. Além destas figuras, D. António detivera amizades, que para os agentes de Filipe II viriam a ser verdadeiramente problemáticas, com D. Jorge de Lencastre, 2º duque de Aveiro¹⁹²⁴, com D. Manuel de Meneses, 5º marquês de Vila Real¹⁹²⁵, com Francisco Barreto de Lima, vedor de D. Sebastião¹⁹²⁶, com D. Francisco Pereira, que fora embaixador em França e membro do conselho de D. Sebastião desde o período das regências¹⁹²⁷, e, inclusivamente, com o próprio D. Duarte de Castelo Branco, mandatado pelo *cardeal-rei* para o prender¹⁹²⁸. Além destas figuras, o Prior do Crato angariara o apoio das principais figuras, estantes no Reino que se tinham destacado no palco asiático: D. Diogo de Meneses, António Moniz Barreto e Tristão Vaz da Veiga.

Na lista de amigos a quem contava fazer mercê quando fosse rei, D. António elencava igualmente D. Isabel de Meneses, condessa de Atouguia¹⁹²⁹. Neste sentido e por um lado, tendo conhecido o próprio D. Luís de Ataíde em Tânger, em 1574, e tentado disputar-lhe o generelato em 1577 e, por outro lado, considerando a ligação de Ataíde a Diogo Botelho a quem, como se viu, confiara a gestão da sua Casa, entre 1568 e 1572, e ainda que recebera apoios de importantes figuras da nobreza, não deverá suscitar admiração que o Prior do Crato tivesse a expectativa de que também o 3º conde de Atouguia pudesse vir a seu apoiante. Procurando desde o início opor-se à imagem que a

¹⁹²² O qual, com o seu filho Rui Gonçalves da Câmara, titulado como 1º conde de Vila Franca do Campo por Filipe II, assistiu ao juramento de D. António de cumprir o acordado nas Cortes de Lisboa de 1579 (Cf. CASTRO, Padre José de, *O Prior do Crato*, Lisboa, União Gráfica, 1942, p. 126). Começara por apoiar D. António pela sua ligação a Martim Gonçalves da Câmara e a D. Manuel de Portugal, embora fosse afirmado que, antes de falecer apoiaria Filipe II (Cf. AGS, *Estado*, Leg. 416, fl. 319).

¹⁹²³ Tal como do governador D. João Telo de Meneses, que aquando da tentativa de prisão, em Setúbal, dos governadores consideradores traidores (Francisco de Sá de Meneses, D. João Mascarenhas e Diogo Lopes de Sousa) contou explicitamente com o apoio daquelas importantes figuras (Cf. VELOSO, José Maria de Queirós, *Op. Cit.*, p. 170). O caso de D. Jorge de Almeida é particularmente interessante uma vez que o Papa Gregório XIII lhe confiara, nada mais nada menos, o julgamento, em conjunto com o núncio apostólico, monsenhor Frumento, sobre a questão da legitimidade do Prior do Crato. O julgamento nunca chegou a ser realizado, mas a inclinação do núncio em prol de D. António foi vista como uma verdadeira ameaça para os agentes de Filipe II (Cf. *Ibidem*, pp. 44-47).

¹⁹²⁴ O qual em Alcácer-Quibir procurou resolver, sem sucesso, o desaguisado entre D. António e D. Sebastião a propósito de um criado de Cristóvão de Távora.

¹⁹²⁵ Ainda antes da queda de Setúbal circulou o rumor de que D. Manuel de Meneses, pela anterior amizade com o Prior do Crato e, apesar de ter sido convencido por D. Jorge de Noronha, seu primo, a apoiar Filipe II, preparava reforços de Leiria para o vir socorrer (Cf. AGS, *Estado*, Leg. 419, fl. 185).

¹⁹²⁶ Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Op. Cit.*, vol. I, p. 136.

¹⁹²⁷ O qual insistira, sem sucesso, junto do *cardeal-rei*, em finais de 1579, para não desnaturalizar D. António (Cf. VELOSO, José Maria de Queirós, *A perda...*, p. 237).

¹⁹²⁸ Cf. nota 1895.

¹⁹²⁹ Cf. *Provas*, tomo II, parte II, p. 173.

bem sucedida propaganda filipina dele transmitia, D. António não quis aceitar o título de rei, preferindo o de defensor do Reino, pois considerava que tal título só lhe poderia ser outorgado em Cortes que julgassem o pleito sucessório. Por esse motivo, mandara convocar Cortes em Lisboa para o dia 20 de Julho de 1580, as quais acabaram por não se concretizar devido à evolução da guerra¹⁹³⁰.

Claramente ciente de que a guerra com Filipe II seria travada não só no Reino, mas também no Império, o Prior do Crato não hesitou, já depois de aclamado rei, em enviar missivas para o Brasil, São Tomé, Açores, Cabo Verde, capitães de África e, provavelmente, de novo para a Índia, a fim de pedir apoios¹⁹³¹. Sabe-se mesmo que, a 5 de Julho de 1580, D. António escreveu a todas as partes do Império solicitando o seu juramento como rei de Portugal¹⁹³². Porém, e por estar crente que Alcântara poderia ser uma nova Aljubarrota, o Prior do Crato rejeitou o conselho de D. Pedro da Cunha de embarcar para o Brasil e ali sediar a sua resistência¹⁹³³. Contudo, não deixaria de se interessar pela Índia e de manter a expectativa que D. Luís de Ataíde pudesse vir a jurá-lo como rei. Apesar da disputa de 1577, não fora o 3º conde de Atouguia um dos fidalgos que acompanhara D. Sebastião nos momentos mais importantes da afirmação da sua realeza, inclusivamente face a Filipe II? Não contava o próprio D. António nas suas fileiras de apoiantes com uma das figuras em quem D. Luís mais confiara?

Nesta perspectiva, importa afirmar que alguns membros da Casa de Atouguia participaram na batalha de Alcântara ao lado do Prior do Crato. Referimo-nos a D. Álvaro Gonçalves de Ataíde e a D. Luís Gonçalves de Ataíde¹⁹³⁴, irmão e primo de D. Luís de Ataíde respectivamente, bem como a diversos outros Câmaras, e, mormente, aos sobrinhos de D. Luís¹⁹³⁵, Lopo de Brito e Cristóvão de Brito, filhos de D. Antónia de Ataíde e de João de Brito, os quais faleceram em Alcântara¹⁹³⁶. Além disso, no quadro da sua estratégia negocial face à França de Henrique III (r. 1574-1589) e à Inglaterra de Isabel I (r. 1558-1603), D. António não poderia dispensar o Império enquanto arma

¹⁹³⁰ Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Op. Cit.*, vol. I, pp. 32, 35, 54 e 59; VEIGA, Carlos Margaça, *Op. Cit.*, vol. I, p. 373.

¹⁹³¹ Cf. CORDOBA, Luis Cabrera de, *Op. Cit.*, tomo II, cap. XXIV.

¹⁹³² Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Op. Cit.*, vol. I, p. 60.

¹⁹³³ Cf. *Ibidem*, vol. I, p. 106.

¹⁹³⁴ Cf. AGS, *Estado*, Leg. 422, doc. final.

¹⁹³⁵ Cf. Genealogia 4: Ascendência e descendência de D. Luís de Ataíde, 3º conde de Atouguia (Século XVI).

¹⁹³⁶ Cf. HGCRP, tomo XII, parte I, p. 15.

negocial, o que necessariamente incluiria sempre a Ásia Portuguesa, objecto de um interesse francês bem conhecido.

A expectativa do Prior do Crato e dos antonistas quanto a um hipotético auxílio da Índia não se esgotava, contudo, na esperança de um apoio pessoal por parte de D. Luís de Ataíde. Tal apoio poderia traduzir-se de várias formas, não apenas no juramento de D. António no Estado da Índia, mas também na esperança de um socorro militar enviado por Ataíde ou, mesmo, num seu regresso antecipado, que lhe permitisse ajudar ou comandar as hostes de D. António. Não era afinal o próprio Prior do Crato alguém com fracos conhecimentos militares e um comandante pouco experiente de guerra, como já ficara evidente em Tânger, em 1574¹⁹³⁷, e seria ainda mais notório na Batalha de Alcântara? Não se reforçara o sentimento geral do Reino acerca da falta de um líder militar experiente na hora de enfrentar as forças de Filipe II? Deste ponto de vista, convirá ter presente que, tendo conhecido pessoalmente o 3º duque de Alba, em 1547, em Muhlberg, D. Luís conhecera e aprendera com ele muitas das suas táticas de guerra. Para os antonistas, quem melhor senão D. Luís para, com um mínimo de hipóteses de sucesso e aproveitando não só esses conhecimentos, mas explorando também debilidades, enfrentar as forças de D. Fernando Álvarez de Toledo, em especial, após o falecimento de D. Diogo de Meneses, considerado na altura o melhor general de que o Reino dispunha¹⁹³⁸?

Sendo certo que não existem, do lado do Prior do Crato¹⁹³⁹, referências documentais concretas a estas possibilidades dada a rápida cadência da factologia político-militar da época, tendo presentes as alusões que sempre foram feitas ao apoio militar de Ataíde a D. António e, sobretudo, tendo em conta as múltiplas esperanças de que o fenómeno antonista sempre se alimentou¹⁹⁴⁰, considera-se que as interrogações suscitadas poderão efectivamente ter pesado na mente dos antonistas. No contexto da guerra de 1580-81 e até abandonar efectivamente Portugal, para o Prior do Crato, a Índia, tal como já sucedera com a hipótese de partir para o Brasil, e viria a ocorrer com os episódios da

¹⁹³⁷ Como tal foi considerado por D. Sebastião quando o afastou da capitania de Tânger na primeira passagem a África, nomeando para aquele lugar D. Duarte de Meneses.

¹⁹³⁸ Cf. SUBRAHMANYAM, Sanjay, “A matter of...”, p. 463.

¹⁹³⁹ A principal documentação que se conhece, mencionada por Veríssimo Serrão no seu trabalho sobre D. António, encontra-se associada ao fundo da ANTT sobre D. António e os seus descendentes. No entanto, devido ao incêndio do arquivo do Prior do Crato e às próprias vicissitudes da guerra com Filipe II, julgamos que muita da documentação terá desaparecido ainda no próprio século XVI. Porém, e paradoxalmente, a abundância de documentação proveniente do arquivo de Filipe II (Simancas), permite aclarar de forma decisiva diversas etapas da vida e acção do Prior do Crato.

¹⁹⁴⁰ Cf. CORAL, Carlos Jokubauskas, *Op. Cit.*, p. 31.

guerra nos Açores em 1582-83, afigurava-se uma hipótese de salvação para uma causa que, no campo militar, somava derrotas.

No que à Índia diz respeito, acresce que, além dos argumentos aduzidos, outro decisivo permite compreender como o Estado da Índia não seria tão só uma miragem longínqua para os antonistas. Na medida em que D. António contava com o apoio de D. Diogo de Meneses, figura então falada para suceder ao 3º conde de Atouguia e ali extremamente popular, os agentes de Filipe II não poderiam deixar de equacionar o risco de uma sublevação antoniana na Ásia Portuguesa ou, mesmo, de uma deslocação de D. António para a Índia. Importa, assim, antes de perceber qual o posicionamento de D. Luís, avaliar como Filipe II, no seio da guerra que o opôs ao Prior do Crato, terá encarado tal problemática.

IV.4.2.3. Filipe II e a Índia:

IV.4.2.3.1. A conquista de Portugal e a submissão do Império: a rebelião a Oriente?

Quando a 31 de Janeiro de 1580, o *cardeal-rei* completava 69 anos e deixava o mundo dos homens, Filipe II planeava há muito os passos seguintes. Não tendo logrado que D. Henrique assinasse uma declaração proclamando-o como herdeiro da Coroa Portuguesa, a despeito do *cardeal-rei* ter iniciado negociações para entregar a Coroa ao monarca castelhano¹⁹⁴¹, este rapidamente entendeu que necessitaria de um líder militar para concretizar as suas ameaças de guerra. Após o fracasso das negociações com D. Catarina, o duque D. João e, em particular, com o Prior do Crato¹⁹⁴², e recusando sempre, devido à sua condição de cabeça coroada, sujeitar-se ao pleito sucessório que D. Henrique ditara, Filipe II iniciara um caminho sem retorno, no qual carecia de assegurar uma vitória em Portugal. Num momento em que era formalmente deposto dos Países Baixos pelo seu inimigo Guilherme de Orange¹⁹⁴³, o excepcional empenho de Filipe II na questão portuguesa¹⁹⁴⁴ traduzia também uma resposta aos problemas e reputação da Monarquia Hispânica¹⁹⁴⁵.

Apesar da componente negocial ter tido um relevante papel para captar a principal nobreza e clero, e de ter sido igualmente determinante a postura filipina, recuperando a

¹⁹⁴¹ Cf. VELOSO, José Maria de Queirós, *Op. Cit.*, pp. 397 e seguintes.

¹⁹⁴² Cf. VELOSO, José Maria de Queirós, *O Interregno...*, pp. 31-34.

¹⁹⁴³ Cf. BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando, *D. Filipe I*, p. 36.

¹⁹⁴⁴ Cf. ÁLVAREZ, Manuel Fernández, *Felipe II...*, p. 519.

¹⁹⁴⁵ Cf. BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando, *Portugal en la Monarquia...*, vol. I, p. 71.

carta manuelina de 1499, na qual o Monarca Católico concedia de antemão diversos privilégios e garantias, como refere Fernando Bouza¹⁹⁴⁶, não menos importante foi, desde o início, a componente de ameaça armada e de conquista, como defende Rafael Valladares¹⁹⁴⁷. Sabendo-se que, à data, tencionara escolher D. Pedro Téllez-Girón, 1º duque de Ossuna (v. 1537-1590) para liderar o processo de conquista de Portugal, por o ter promovido a duque e em atenção aos seus serviços junto do *cardeal-rei*, a Filipe II, contudo, foi imposta a escolha do experiente 3º duque de Alba¹⁹⁴⁸. Não só devido à imagem de implacabilidade que deixara nos Países Baixos, quando ali fora governador¹⁹⁴⁹, mas igualmente pela previsão de que a conquista não seria tão facilitada como muitos pensaram, o que implicaria a necessidade do veterano das guerras da Monarquia. Porém, cumpre frisar que o monarca castelhano procurou opôr-se à nomeação do duque de ferro. Não só por este então se encontrar desterrado da corte, como por saber que Alba não fora favorável à agregação de Portugal por conquista¹⁹⁵⁰. Não fora essa, aliás, a primeira vez que o velho duque tivera, em tão importante tema, opinião contrária, sendo a relação entre ambos marcada, do lado de Filipe II, por um misto de admiração, respeito e receio pelas opiniões, posição e papel de Alba¹⁹⁵¹.

Sem dúvida que o 3º duque de Alba, escolhido mais por motivos políticos do que militares¹⁹⁵², sabia que, contrariamente ao que muitos pensavam, a campanha portuguesa não seria um simples passeio militar¹⁹⁵³ e, como Rafael Valladares afirma, “o avanço de Alba iria pôr à prova tudo o que fora negociado pelos agentes de Filipe II antes da sua chegada. Esses sabiam, e desde então temiam, que o exército do duque acabaria por ser mais necessário do que o previsto. E assim foi”¹⁹⁵⁴. Precisamente por este facto, Alba evidenciou, em várias ocasiões, desconforto com a missão conferida na

¹⁹⁴⁶ Cf. *Ibidem*, vol. I, p. 15.

¹⁹⁴⁷ O qual considera que, desde Dezembro de 1578, a estratégia é eminentemente militar (Cf. VALLADARES, Rafael, *Op. Cit.*, p. 44), embora também afirme ser difícil distinguir se a via negocial ou a armada foi a mais decisiva na estratégia de Filipe II (Cf. *Ibidem*, p. 32). O próprio Fernando Bouza afirma que, em última instância, foram as armas que garantiram a incorporação de Portugal (BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando, *Op. Cit.*, vol. I, p. 15).

¹⁹⁴⁸ Cf. VELOSO, José Maria de Queirós, *Op. Cit.*, p. 47.

¹⁹⁴⁹ Cf. VALLADARES, Rafael, *Op. Cit.*, p. 57.

¹⁹⁵⁰ Cf. BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando, *Op. Cit.*, vol. I, p. 103.

¹⁹⁵¹ Já precisamente devido ao estatuto e ambições do duque de ferro, o próprio Carlos V, nas suas célebres instruções ao então príncipe Filipe, na década de 1540, o alertara no sentido de não lhe conferir demasiado poder. Porém, ao contrário do pai, o facto de Filipe II não ser um guerreiro obrigou-o a recorrer mais do que eventualmente pretendia ao 3º duque de Alba, como sucedeu neste caso em que Filipe II não pretendia que a vitória militar de Alba lhe permitisse reconstruir a sua facção na corte (Cf. MALTBY, William S., *Op. Cit.*, p. 280).

¹⁹⁵² Cf. VALLADARES, Rafael, *Op. Cit.*, pp. 64-65.

¹⁹⁵³ Cf. *Ibidem*, p. 44.

¹⁹⁵⁴ Cf. *Ibidem*, p. 54.

medida em que, tal como já lhe sucedera nos Países Baixos, o seu perfil essencialmente militar nem sempre se coadunava bem com a missão política dele esperada.

Desta forma, antes mesmo de dar início à invasão, Alba ouviu a opinião do antigo embaixador castelhano em Portugal, o experiente e insinuante D. Juan de Borja, quando este, em Março de 1580, isto é, ainda antes da invasão, colocou à consideração de Filipe II se deveria ou não escrever à Ásia com brandura, de forma a garantir que o Estado da Índia o apoiaria. Com aquela missiva a Filipe II, em que perguntava pela resolução régia¹⁹⁵⁵, Alba despertaria involuntariamente todo o intenso debate que viria a desembocar na nomeação do primeiro vice-rei da Índia nomeado pelos Áustrias, D. Francisco Mascarenhas, 1º conde de Vila da Horta. Por este facto, importa acompanhar esse debate, que foi paralelo às diferentes fases do processo de conquista de Portugal durante o ano de 1580 e sem o qual não se poderá compreender qual a postura adoptada por Filipe II face ao Estado da Índia e a D. Luís de Ataíde.

Em resposta ao pedido do 3º duque de Alba, Filipe II remeteu a D. Cristóvão de Moura e ao duque de Ossuna a carta em que D. Juan de Borja emitira aquela opinião, solicitando as suas opiniões relativamente ao seu juramento no Estado da Índia que considerava “mucho dificultoso si los desse Reyno no se allanan y me Juran pacíficamente, Que haziendo lo ellos mismos, assegurarían lo de la India”¹⁹⁵⁶. A vontade de auscultar opiniões sobre a Índia decorria também no exacto momento em que chegavam ao Monarca Católico informações do Brasil, acerca do qual se dizia que poderia rebelar-se caso a sucessão filipina no Reino não corresse de feição¹⁹⁵⁷.

D. Cristóvão de Moura respondeu a Filipe II que, caso este não fosse jurado rei em Portugal, “no se yo como se ha de persuadir a un VisoRey que esta seis mill leguas de aqui a obedeseer a V. M. por sola una carta suya en que se lo ruegue teniendo otras de su Reyno en que se han de dezir lo contrario. Ni que negoçiaçon basta para esta”, acrescentando que “Y si Portugal si viene a conquistar por Armas, forçosamente se allanaza la India”, embora “si no se quere perder y consumir porque dos anos que dexe de yr armada basta para que se acaben y consumir, y si fueren tan emperrados que se

¹⁹⁵⁵ Cf. Carta do 3º duque de Alba a Filipe II, Lerena, 29.III.1580 – AGS, *Estado*, Leg. 413, fl. 277.

¹⁹⁵⁶ Cf. Carta de Filipe II a D. Cristóvão de Moura, Guadalupe, 1.IV.1580 – *Ibidem*, Leg. 405, doc. 233.

¹⁹⁵⁷ Cf. Relação que António de Viegas entregou ao duque de Ossuna – *Ibidem*, Leg. 406, fl. 111.

dexen acabar mejor conquistará V. M. La tierra con su grande poder y mucha fuerza, y lo mismo acaescerà en las otras partes”¹⁹⁵⁸.

A problemática acabou por ser esquecida com o início da invasão de Portugal, embora Filipe II tivesse, ainda em Junho de 1580, pedido informações sobre a Índia através do vice-reinado de Nápoles¹⁹⁵⁹. Esta só viria a ser plenamente retomada a propósito dos receios de que D. António pudesse interessar-se pela Índia ou pelas armadas que desta vinham anualmente. Os primeiros alertas que Filipe II recebeu vieram de Luís César, chefe dos armazéns da Casa da Índia, corrompido por Moura. Este aconselhou a que a descarga das naus da Índia, naquele ano de guerra, fosse feita em Setúbal e ainda que, imediatamente após a chegada daquelas naus, deveria ser enviado um homem por terra à Índia para noticiar a sucessão filipina¹⁹⁶⁰.

Este acontecimento parece datar de finais de Julho de 1580, altura em que o secretário da Índia, Nuno Álvares Pereira, nomeado por Filipe II a 19 de Julho¹⁹⁶¹, por ocasião da queda de Setúbal, chamava a atenção de Filipe II para que, caso D. António fosse derrotado em Portugal, “se acolheria a Índia” e que o faria “milhor tendo consigo Dom Diego de meneses”. Por isso, aconselhava o Monarca Católico a mandar Luís César falar com o duque de Alba para impedir a saída do Prior do Crato do Reino ou que o este capturasse as armadas da Índia, Brasil e São Tomé, que entretanto tinham chegado à Terceira¹⁹⁶². Após ter falado com Alba, Nuno Álvares informava que este estava preocupado, pois se D. António partisse para a Índia e levasse consigo D. Diogo de Meneses este “o fará receber nella por ser muy bem quisto dos soldados. E estes sam os monstros que o duque de alua diz que se podem temer em semelhantes casos”¹⁹⁶³.

Com o desembarque de Alba em Cascais e a derrota de D. Diogo de Meneses, a decisão de o degolar foi apresentada por Alba a Filipe II que a aprovou integralmente¹⁹⁶⁴. Não se tratou apenas de fornecer um exemplo do que sucederia a quem ousasse resistir às forças de Filipe II e de abater o general de D. António, mas, primordialmente, de privar o Prior do Crato da figura que melhor do que ninguém

¹⁹⁵⁸ Cf. Carta de D. Cristóvão de Moura a Filipe II, Almeirim, 7.IV.1580 – *Ibidem*, Leg. 414, fls. 99v.-100.

¹⁹⁵⁹ Cf. Relação das cartas de Juan de Marglan a D. Juan de Zúñiga de 4, 5, 9, 13 e 15 de Junho de 1580 – *Ibidem*, Leg. 1081, doc. 97. D. Juan de Zúñiga era então vice-rei de Nápoles.

¹⁹⁶⁰ Cf. Advertimento de Luís César a Filipe II, s.l., 1580 – *Ibidem*, Leg. 416, fl. 32.

¹⁹⁶¹ Cf. Carta de D. Duarte de Castelo Branco a Filipe II, Castro Marim, 19.VII.1580 – AGS, *Secretarias Provinciales Portugal*, Leg. 2650, doc. 9.

¹⁹⁶² Cf. Advertimento de Nuno Álvares Pereira a Filipe II, s.l., VII.1580 – AGS, *Estado*, Leg. 420, fl. 285.

¹⁹⁶³ Cf. Advertimento de Nuno Álvares Pereira a Filipe II, s.l., VII.1580 – *Ibidem*, fl. 288.

¹⁹⁶⁴ Cf. Instrução de Filipe II ao 3º duque de Alba, s.l., VIII.1580 – *Ibidem*, Leg. 425, fl. 84.

poderia obter o seu juramento no Estado da Índia. Por esta mesma razão, um dos cronistas que relata o destino de Meneses afirma que, caso este tivesse partido para a Índia, “no ay duda sino que pusiera todo lo de aquellas partes en mucha confusion”¹⁹⁶⁵.

Mesmo no caso de não partir com D. António para a Ásia Portuguesa, por acreditar que conseguiria derrotar as forças de Alba, Meneses permaneceria o antonista com mais possibilidades de sucesso na hora de congregar apoios no Estado da Índia em prol do Prior do Crato. Porém, e apesar de provavelmente D. António estar disso ciente, a sua carência de um líder militar levava-o a nomear Meneses como seu general, pois a sua presença era mais necessária no Reino. Desta forma, tal como faria com o conselho de D. Pedro da Cunha relativo ao Brasil e não querendo passar a imagem de cobarde, o Prior do Crato decidiu enfrentar as forças de Alba e desvalorizar as possibilidades que o Império lhe abria, as quais poderiam ter alterado significativamente o rumo da guerra.

Tal não implica, todavia, que D. António tenha perdido o interesse pelo que se passava no Império. Tal sucedia pouco depois de Filipe II ser informado que a sempre influente rainha-mãe de França, Catarina de Médicis (v. 1519-1589), poderia convencer o filho, o rei Henrique III, a atacar a Ásia Portuguesa, aproveitando-se das concessões que os embaixadores do Prior do Crato em Paris estariam dispostos a fazer em troca de apoio francês. Considerou-se que, para esse efeito, o melhor seria enviar na armada para a Índia do ano seguinte a notícia da sucessão, o decreto dos governadores do Reino e aviso da ameaça francesa¹⁹⁶⁶. Por essa altura, D. Nuno Álvares Pereira mencionava também que D. António escrevera a D. Duarte de Meneses, capitão de Ceuta e futuro vice-rei da Índia, bem como à Madeira e aos Açores, sobre as naus da Índia das quais pretendia apossar-se. Alertava ainda que o Prior do Crato poderia utilizar o porto de Peniche para ancorar as naus capturadas, pelo que urgia preventivamente enviar armada à região e convencer a condessa D. Isabel de Meneses a impedir que tal acontecesse, utilizando o antigo governador do Reino e seu tio, Diogo Lopes de Sousa¹⁹⁶⁷.

Filipe II, que já em Junho de 1580 tinha dado ordem de envio de navios de prevenção aos Açores¹⁹⁶⁸, começou por desvalorizar os rumores das ordens de D. António

¹⁹⁶⁵ Cf. HERRERA, António de, *Op. Cit.*, livro III, fls. 112-112v.

¹⁹⁶⁶ Cf. Aviso do comendador-mor a Filipe II, s.l., VI.1580 – *Ibidem*, Leg. 419, fl. 179.

¹⁹⁶⁷ Cf. Avisos de Nuno Álvares Pereira a Filipe II, s.l., s.d. – *Ibidem*, fl. 203.

¹⁹⁶⁸ Cf. VALLADARES, Rafael, *Op. Cit.*, p. 146.

relativamente às naus da Índia, embora tenha avisado o duque de Alba¹⁹⁶⁹. Mas, quando soube que o Prior do Crato poderia utilizar o porto de Peniche para passar a França, Inglaterra ou Índia, ou simplesmente tomar as naus, escreveu a Alba pedindo que diligenciasse para impedir que tal sucedesse¹⁹⁷⁰. Pouco após, foram dadas ordens a D. Álvaro de Bázan, 1º marquês de Santa Cruz (v. 1526-1588), a quem, pela importância dos seus serviços e experiência, Filipe II também convocara para o processo de conquista de Portugal, com o intuito de vigiar aquele porto¹⁹⁷¹. Para o duque de Alba urgia não apenas impedir que aquelas naus pudessem juntar-se à armada de D. António, estante no Tejo, e fazer fracassar os planos de fuga do Prior do Crato¹⁹⁷², mas também impedi-lo de se assenhorear do dinheiro que aquela armada trazia.

Imediatamente após a sua derrota na Batalha de Alcântara, voltara a circular o rumor de que D. António iria embarcar em Peniche e Filipe II voltara a escrever a Alba, dando-lhe ordem para impedir que o Prior do Crato fugisse para a Índia, Inglaterra, França ou tentasse tomar as naus¹⁹⁷³. Quando, em inícios de Setembro, as naus da Índia, Brasil e ilhas chegaram a Lisboa, intencionalmente aguardando pelo desfecho da guerra em tão importante ponto, Filipe II ficara bastante satisfeito pela obediência que lhe tinham demonstrado¹⁹⁷⁴ e por saber que D. António não conseguira apoderar-se dos quatro milhões de ouro que vinham a bordo¹⁹⁷⁵. Tal sucedera após diversos rumores, uns dando conta de que a armada seria¹⁹⁷⁶ ou não¹⁹⁷⁷ favorável ao Prior do Crato, outros de que tinha chegado em diferentes fases da guerra em Lisboa¹⁹⁷⁸. Mas, uma das decisões mais importantes daquela fase data precisamente de finais de Agosto, quando

¹⁹⁶⁹ Cf. Carta de Filipe II ao 3º duque de Alba, Badajoz, 5.VIII.1580 – PUB. *CDIHE*, vol. XXXV, pp. 66-67.

¹⁹⁷⁰ Cf. Cópia da carta de Filipe II ao 3º duque de Alba, Badajoz, 7.VIII.1580 – PUB. *Ibidem*, pp. 70-71.

¹⁹⁷¹ Cf. Memória das cartas que se hão de escrever – AGS, *Estado*, Leg. 419, fl. 233.

¹⁹⁷² Cf. Carta do 3º duque de Alba a Filipe II, Lisboa, 17.VIII.1580 – *Ibidem*, Leg. 413, fl. 175.

¹⁹⁷³ Cf. Instrução de Filipe II ao 3º duque de Alba, Badajoz, 27.VIII.1580 – *Ibidem*, Leg. 425, fl. 54, a qual vinha na sequência da Carta do 3º duque de Alba a Filipe II, Belém, 26.VIII.1580 – *Ibidem*, Leg. 413, fl. 163.

¹⁹⁷⁴ Cf. Carta de Filipe II ao duque de Medina Sidónia, Badajoz, 1.IX.1580 – PUB. *CDIHE*, vol. XXVII, p. 272.

¹⁹⁷⁵ Cf. AGS, *Estado*, Leg. 414, fl. 258.

¹⁹⁷⁶ Cf. *Ibidem*.

¹⁹⁷⁷ Cf. HERRERA, António de, *Op. Cit.*, livro III, fls. 112-112v.

¹⁹⁷⁸ Parece ser consensual que chegou à barra do Tejo antes da Batalha de Alcântara (Cf. CÓRDOBA, Luís Cabrera de, *Op. Cit.*, livro XIII, caps. I e II; CONESTAGE, *Op. Cit.*, livro VI, pp. 77-78 e livro VII, pp. 109-110; BPE, cód. CIV/1-18, fls. 41 e 45-45v./cód. CV/1-2d., fl. 90), embora haja quem afirme que chegara depois (Cf. *Jornada de África del Rey...*, p. 57). O responsável pela chegada da armada fora Gonçalo Francisco, a quem se aconselhara fazer mercê (Cf. Carta de D. Frances de Alava a Gabriel Zayas, Lisboa, I.1581 – AGS, *Estado*, Leg. 426, doc. não numerado). Os rumores elucidam sobre a relevância de capturar a armada para impedir que D. António escapasse ou angariasse dinheiro.

Alba começara a tratar dos assuntos relativos à Índia¹⁹⁷⁹, possivelmente na sequência da chegada de um mercador da Índia com notícias de conteúdo desconhecido¹⁹⁸⁰.

Filipe II comentava tal decisão e a de enviar navios a Peniche com agrado “porque no se si la condessa de Atauguia se hauia atrevido a hazer lo”¹⁹⁸¹. Em resposta a tal missiva, Alba informou Filipe II dos preparativos relativos à Índia: “Las cartas de la camara desta çiudad para la India se quedan haZiendolo en conformidad de la memoria que V. m. embio y en estando echas las embiare a v.m. y con estas van las cartas que vinieron de la Jndia”. Sobre a condessa da Atouguia dizia que lhe noticiaria que se escrevia a D. Luís por terra, pelo que lhe pedira que escrevesse “al Conde en conformidad de Una memoria que le embie y que embiasse las cartas por tres vias en veniendo las cartas las embiare”, acrescentando que “esta senõra ha estado sempre tan fina en el seruicio de su Magestad que quando yo le escriuy que se fuesse a meter en Peniche y levantasse alguna gente para seguridad de aquel puerto lo hizo como yo lo podria dessear y aqui me ha embiado a offreçer su casa deudos y haZienda con tan buena Voluntad que su Magestad tiene obligaçion de hazer le mucha merçed”¹⁹⁸². A tentativa de se fazer embarcar em Peniche, em Setembro de 1580¹⁹⁸³, ocorria num momento em que D. António noticiava esperar ainda o socorro das naus da Índia¹⁹⁸⁴.

Apesar de ser sua amiga, a condessa D. Isabel não hesitou em colocar-se ao serviço de Filipe II, não apenas em virtude da derrota militar do Prior do Crato. A sua decisão poderá ter sido motivada por se encontrar a gerir a Casa de Atouguia na ausência de D. Luís e por pertencer ao grupo de outras importantes Casas, parentes do bispo capelão-mor D. Jorge de Ataíde. Estas encontravam-se na mesma situação que a sua e considerava-se implicitamente que, devido à fragilidade da ausência dos seus titulares, facilmente apoiariam Filipe II, mesmo após o regresso destes¹⁹⁸⁵. Porém, conhecendo bem Filipe II, Alba não apenas enviou as cartas triplicadas da condessa D. Isabel para o seu marido, nas quais certamente daria conta da derrota de D. António na batalha de Alcântara e o aconselharia a optar por Filipe II a troco de mercês, mas “tambien embio la

¹⁹⁷⁹ Cf. Carta do 3º duque de Alba a Filipe II, Lisboa, 30.VIII.1580 – *Ibidem*, Leg. 413, fls. 158-159.

¹⁹⁸⁰ Cf. Carta de Jerónimo de Arzeo a Gabriel Zayas, Badajoz, 6.VIII.1580 – *Ibidem*, Leg. 420, fl. 61.

¹⁹⁸¹ Cf. Instrução de Filipe II ao 3º duque de Alba, Badajoz, 5.IX.1580 – *Ibidem*, Leg. 425, fl. 84.

¹⁹⁸² Cf. Carta do 3º duque de Alba a Filipe II, Lisboa, 6.X.1580 – *Ibidem*, Leg. 413, fl. 118.

¹⁹⁸³ Cf. VAZ, João Pedro, *Op. Cit.*, p. 52.

¹⁹⁸⁴ Cf. Carta de D. António à vila de Monção, Rabaçal, 31.VIII.1580 – PUB. VEIGA, Carlos Margaça, *Op. Cit.*, vol. II, doc. 58.

¹⁹⁸⁵ No grupo eram ainda incluídas as Casas da Castanheira, Vidigueira, Monsanto, Cascais, Odemira, Atalaia e Mogadouro, entre outras menos importantes (Cf. Advertências de Frei Bernardo ao 3º duque de Alba, 1579? – *Ibidem*, Leg. 401, fls. 256-257).

carta que me escriuie la Condessa por donde vera V. m. la pretençon que tiene”. O velho duque aconselhava Filipe II a fazer-lhe mercê por ser uma senhora honrada e a escrever-lhe “diziendo le que por la Relaçion que yo he hecho a su Magestad a entendido el cuydado y voluntad con que aqui a acudido a su seruiço que se lo agradece mucho y terna quenta con hazer le la merçed que los seruiços de su Marido y suyos merescen”¹⁹⁸⁶. Efectivamente, Filipe II escreveu a D. Isabel de Meneses, no sentido de captar de vez o apoio da sua Casa, como comprova ordem dada a Nuno Álvares Pereira¹⁹⁸⁷. Contudo, em Novembro de 1580, voltariam a circular rumores de que D. António embarcaria em Peniche “porque son muy deudos y amigos del Botello”¹⁹⁸⁸, desconhecendo-se se D. Isabel tomou alguma medida preventiva.

Desta forma, apenas após a derrota do Prior do Crato na batalha de Alcântara, Filipe II viria a ter condições para se debruçar seriamente sobre o problema do seu juramento no Estado da Índia. No entanto, como ficaria evidente, Filipe II não esquecera o conselho de D. Cristóvão de Moura. A tese deste de que a Índia poderia ser conquistada, caso não aceitasse jurar Filipe II, colocava vários problemas. Desde logo, saber quem se nomearia para tal efeito? Em tal cenário e atendendo a que se trataria de uma missão com forte componente marítima, o mais provável nomeado seria D. Álvaro de Bázan, 1º marquês de Santa Cruz. Porém, a efectivar-se tal nomeação, não saberia Filipe II que estaria a violar a promessa que fizera, através do duque de Ossuna ao *cardeal-rei*, de nomear apenas portugueses para cargos e missões relativos à Coroa Portuguesa? Nesse cenário, quem então poderia escolher? Que garantias teria o Monarca Católico de que o Estado da Índia, enquanto rede de portos marítimos, e não tanto como domínio territorial contínuo, o juraria? Não seria preferível nomear simplesmente um novo vice-rei, dando ordem de regresso a D. Luís de Ataíde como o fidalgo e a sua esposa lhe pediam? Antes de tomar tão importante decisão e bem consciente dos problemas e riscos a ela associados, Filipe II decidiu ouvir de novo os seus conselheiros.

IV.4.2.3.2. Um vice-rei em discussão: a nomeação de D. Francisco Mascarenhas e o marquesado de Santarém

O processo que desembocaria na decisão filipina de autorizar o regresso do conde vice-rei D. Luís de Ataíde e a sua substituição por D. Francisco Mascarenhas iniciou-se

¹⁹⁸⁶ Cf. Carta do 3º duque de Alba a Filipe II, Lisboa, 9.X.1580 – *Ibidem*, Leg. 413, fl. 113.

¹⁹⁸⁷ Cf. Advertimento de Nuno Álvares Pereira, s.l., 11.X.1580 – *Ibidem*, Leg. 420, fl. 280.

¹⁹⁸⁸ Ou seja, de Diogo Botelho. Cf. Cópia da carta de Sancho de Ávila ao 3º duque de Alba, s.l., XI.1580 – PUB. *CDHIE*, vol. XXXV, p. 120.

em Outubro de 1580. Pessoalmente preocupado com as questões da Ásia Portuguesa, Filipe II ordenou a D. Duarte de Castelo Branco, então a exercer as funções de vedor da fazenda, que procedesse como era hábito para o contrato das naus da Índia¹⁹⁸⁹. Pouco depois era D. Juan da Silva quem considerava que a problemática oriental e açoriana, principalmente devido à ameaça do Prior do Crato, deveria ser tratada por inteiro e não em partes, em especial a importante questão de se enviar ou não novo vice-rei à Índia¹⁹⁹⁰. O alerta de Silva surgia no exacto momento em que o embaixador castelhano em Paris alertava para o facto da armada francesa de socorro a D. António, comandada por Strozzi, poder ter como destino a Madeira, os Açores ou a Índia¹⁹⁹¹. Tal acontecia após as negociações dos agentes do Prior do Crato naquela corte com vista a entregar à França o comércio da Índia e algumas possessões no Brasil a troco de auxílio militar¹⁹⁹². Com aquela abordagem, mesmo derrotado, D. António evidenciava, na qualidade de rei proclamado, não desistir do que considerava ser a sua ambição legítima a ser jurado no Império, como relembra Guida Marques¹⁹⁹³.

Apesar de derrotado militarmente, o Prior do Crato e os seus apoiantes começavam a evidenciar a singular capacidade de resistência e persistência que caracterizaria o antonismo no período da União Dinástica¹⁹⁹⁴, merecedora de maior atenção historiográfica¹⁹⁹⁵, conseguindo mobilizar as tradicionais resistências francesa e inglesa à hegemonia hispânica, ainda que de forma moderada. Não obtendo da França, mesmo após a promessa de entrega de partes do Brasil, a quebra da paz com Filipe II, D. António logrou, contudo, até ao seu falecimento, em 1595, passar a constituir um verdadeiro problema à escala de toda a Monarquia Hispânica¹⁹⁹⁶. Foi precisamente no

¹⁹⁸⁹ Cf. Carta de Filipe II a D. Duarte de Castelo Branco, Badajoz, 12.X.1580 – FDUL, Colecção PS/MC, caixa 6, pasta 10, doc. 164.

¹⁹⁹⁰ Cf. Carta de D. Juan da Silva a Gabriel Zayas, Lisboa, 15.X.1580 – AGS, *Estado*, Leg. 418, fl. 214.

¹⁹⁹¹ Cf. Cópia da carta de Diogo Maldonado a Filipe II, Paris, 19.X.1580 – *Ibidem*, Leg. 414, fl. 271.

¹⁹⁹² Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Op. Cit.*, vol. I, p. 235.

¹⁹⁹³ Cf. MARQUES, Guida, “La dimension atlantique de l’opposition antonienne et l’enjeu brésilien (1580-1640)”, *Anais de História de Além-Mar*, vol. IV, 2003, pp. 219-220.

¹⁹⁹⁴ Cf. *Ibidem*, p. 214; SCHAUB, Jean-Frédéric, *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, pp. 60-62.

¹⁹⁹⁵ Em particular, quanto à importante questão de averiguar se a acção de D. António no sentido de captar apoios para conquistar Portugal foi desencadeada apenas quando aos monarcas daqueles reinos mais convinha ou se o Prior do Crato teve a capacidade de influenciar a postura belicista da Inglaterra de Isabel I face a Filipe II ou a que França veio a adoptar já nos inícios do século XVII. Outro ponto relevante seria o de compreender em que medida o exemplo da resistência do antonismo foi, ou não, aproveitado posteriormente pelos Braganças, aquando da Restauração.

¹⁹⁹⁶ Facto que se comprova pelas diversas tentativas de assassinato de que foi alvo, ordenadas por Filipe II, e pelo pânico que causavam os boatos dos seus desembarques e preparativos, como sucedeu, em 1590, no México (Cf. MARQUES, Guida, “La dimension...”, pp. 226-227). Neste sentido, não nos parece exagerada a afirmação de que foi necessária toda a mobilização do poder da Monarquia Hispânica para

contexto das negociações do embaixador do Prior do Crato junto de Catarina de Médiçis que D. Juan da Silva alertou Filipe II para as possíveis consequências no Estado da Índia.

Considerava o antigo embaixador filipino junto de D. Sebastião, o qual deteve um papel de aconselhamento fundamental em todo o processo de agregação de Portugal à Monarquia Hispânica, como relembra Fernando Bouza¹⁹⁹⁷, que o experiente Tristão Vaz da Veiga não deveria ser enviado por terra à Índia para noticiar a sucessão de Filipe II. Ao invés, opinava que tal facto apenas deveria ser conhecido na Ásia Portuguesa com a armada ida do Reino que “lleuese el suçesor de don luys porque esta tan mal quisto que por el mismo caso que el tenga parte de su Magestad segurasen la contraria los de la india lo que no seria si les llega el mandado con el nuevo Virrey porque entonces serviria La destreça y Valor de don luys para establecer el imperio de su Magestad, sin que obste el odio que tienen, que se templara con el suçesor”. Acrescentava que tal “no dexa de ser bien considerado mas parece me que se puede cautelar con escriuir a don luys que se si julgare ser mas a proposito no publicar lo despacho por el peligro que ay (que para mi es manifesto) de que sepa en la yndia lo que aca passa primero que llegue la armada porque los ministros portugueses que residen en françia en Roma y en Veneçia auisaran alla por tierra conforme la Voluntad que tuuieren y moros y Turcos tienen tambien comodidad de hazer lo y sin duda lo haran”¹⁹⁹⁸.

Já precisamente devido aos alertas de D. Juan da Silva e por ainda não ter tomado uma resolução sobre se enviaria novo vice-rei, tal como D. Duarte de Castelo Branco lhe solicitava que fizesse¹⁹⁹⁹, Filipe II via com maus olhos o embarque de religiosos na armada, pois temia que estes viessem a defender D. António na Ásia²⁰⁰⁰. Este receio do Monarca Católico era ainda agravado por Alba que considerava que o tempo passava contra os interesses de um despacho rápido sobre o assunto da Índia. Aconselhava Filipe II a nomear alguém para debater o tema, dada a relevância de um despacho musculado. Temeroso, como já sucedera com o caso de D. Diogo de Meneses, das imprevisíveis

derrotar o Prior do Crato (Cf. CORAL, Carlos Jokubauskas, *Op. Cit.*, p. 220) apesar de ser importante detalhar a acção de D. António no exílio, sobretudo tendo em que conta que Veríssimo Serrão não chegou a publicar os volumes relativos a este período.

¹⁹⁹⁷ Cf. BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando, “Corte es decepcion...”, p. 476, em particular porque fora de opinião de que Filipe II não poderia falhar a incorporação pelas implicações na reputação da Monarquia junto dos seus inimigos (Cf. BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando, *Portugal en la Monarquia...*, vol. I, p. 71).

¹⁹⁹⁸ Cf. Carta de D. Juan da Silva a Filipe II, Lisboa, 19.X.1580 – AGS, *Estado*, Leg. 418, fl. 169.

¹⁹⁹⁹ Cf. Carta de D. Duarte de Castelo Branco a Filipe II, s.l., X.1580 – BA, 49-X-4, fl. 324.

²⁰⁰⁰ Cf. Carta do Padre Afonso Pacheco ao Padre Everardo Mercuriano, Badajoz, X. 1580 – PUB. *DI*, vol. XII, doc. 14.

consequências da chegada de antonistas ao Estado da Índia, e algo traumatizado com a resistência passiva então evidenciada pelos Portugueses, Alba lembrava ainda que “no ay hombre que no tenga en el Coraçon a don Antonio, y que llegar alla gente con este animo no podian hazer ningun buen efecto, a los que alla estan, que esta es una de las cosas que yo mas temo en este negocio, que no me puedo persuadir que se pueda embiar gente fiada desta qualidad”²⁰⁰¹. Por esta razão defendia ainda que Filipe II deveria comparecer em público para pôr fim aos rumores²⁰⁰².

No debate interveio igualmente o secretário da Índia, Nuno Álvares Pereira, redigindo um extenso parecer sobre a Índia²⁰⁰³. Neste, começava por mencionar a necessidade de um socorro directo a Malaca e às Molucas, lembrando ser importante decidir sobre o envio de sucessor a D. Luís, dada a sua insistência e a da sua esposa num regresso. Considerava ainda que Ataíde não poderia deixar de se preocupar com o juramento de Filipe II, ainda que estivesse desejoso de regressar ao Reino, mas assegurava que, mesmo estando o conde vice-rei “mal Reçebido da gente” da Índia, devido aos muitos fidalgos que tinham regressado, e até perante a volatilidade de opiniões da fidalguia, era importante não subvalorizar a autoridade de D. Luís. Esta tornava-o “temido, E obedecido, com muita notiçia da gente daquelas partes, assy christãos Vassalos de sua magaestade, como dos Reis mouros comarcãos, de que se entende que lhe tem Respeito pollas Vitorias que nellas tem aVidas”.

Álvares Pereira refrescava ainda a memória de Filipe II, afirmando que a questão fora levantada no tempo do *cardeal-rei* e que não duvidava que o grande senhor de Casa que era D. Luís de Ataíde “fará o que for serviço de sua majestade, E bem E quietação destes Reinos”. Sendo ainda necessário acautelar as reacções asiáticas à notícia da realeza filipina, seria conveniente enviar 2000 homens e 100 mil cruzados com o novo vice-rei mas, dado que provavelmente não haveria tempo para tal, aconselhava “encomendar este feito com muito encarecimento ao Conde visorrey, lembrando lhe o bom modo, Suauidade, E brandura com que o deue tratar, E se deue aVer com os Rejs comarcãos E gente da terra, com o certificar de pera o año seguinte lhe Jr sobçessor sem falta”. Novo vedor da fazenda deveria ser enviado, pois o anterior regressara ao Reino

²⁰⁰¹ Cf. Capítulo da carta do 3º duque de Alba a Gabriel Zayas, Lisboa, 25.X.1580 – AGS, *Estado*, Leg. 413, fl. 8.

²⁰⁰² Relembre-se que tal pedido vinha na sequência do que sucedera no governo dos Países Baixos a Alba. Na ocasião da sua partida, Filipe II prometera ao velho duque que após a missão de repressão, ele próprio se deslocaria para a missão de pacificação, o que nunca se verificou. Com tal alerta, Alba pretendia garantir que Filipe II não repetiria o que consideraria ser o errado precedente dos Países Baixos.

²⁰⁰³ Cf. Advertimento de Nuno Álvares Pereira a Filipe II, s.l., X.1580? – AGS, *Estado*, Leg. 419, fl. 285.

por desentendimentos com D. Luís, e ao capitão da armada da Índia deveriam ser concedidos poderes extraordinários para jurar Filipe II. Caso este fosse impedido de o fazer, iria para Moçambique governar na vagante ou mesmo em sucessão a Ataíde.

Não deixando de reconhecer que “este modo seja pesado ao conde”, afirmava que “o sofria polla certeza que terá de sua vinda”. Nesse sentido, terminava aconselhando Filipe II a um perdão geral, comutamento de penas e novos filhamentos, utilizando moradias já existentes, visto ser difícil recrutar homens para a armada. Simultaneamente, recomendava a criação de uma junta para discutir aqueles temas, ler a correspondência da Índia e prover rapidamente a todas as necessidades, sem cair no erro de enviar ordens de guerra contra o Achém como antes ocorrera, pois os tempos aconselhavam uma lógica de conservação. Acoplado a este advertimento de D. Nuno Álvares Pereira seguia um outro, informando Filipe II de que falara com D. João Mascarenhas, Francisco de Sá e Diogo Lopes de Sousa, isto é, com os três governadores do Reino, corrompidos por Moura, que assinaram o decreto de Castro Marim.

Estes sugeriam que se escrevesse desde logo a D. Luís por três vias de terra, a fim de que este tivesse a nova da sucessão dentro de cinco meses e que o judeu encarregue de levar tal nova partisse antes da armada alcançando Goa ainda antes da chegada da notícia oficial. Dessa forma o conde vice-rei poderia melhor gerir a situação. Recomendavam ainda informar Ataíde de que Lisboa era filipina e que a ela tinham aportado as naus da Índia, enviadas em 1580, asseverando que “Elles tem o Conde da Atouguia por homem que farà o serviço a V. Magestade muyto bem E que se la for ter Dom Antonio, o prenderá e fará delle o que lhe Vossa Magestade ordenar com muyta inteireza”. Porém, eram de opinião que “alem das cartas de negocio se lhe escreua outra particular em que V. Magestade lhe ofreça merçes e honrras entregando lhe a India paçifica e quita ou pera que o faça com mais animo”²⁰⁰⁴.

Foi precisamente em função das opiniões emitidas que, a 7 de Novembro de 1580, Filipe II mandou redigir, em Badajoz, um conjunto de missivas para a Índia. Numa das cartas dirigidas ao conde vice-rei²⁰⁰⁵, o Monarca Católico começava por afirmar a “muita e mui justa confiança que tenho de D. Luis d’ataide conde d’atouguia do meu

²⁰⁰⁴ Cf. Advertimento de Nuno Álvares Pereira a Filipe II, X. 1580? – Apêndice documental, doc. 9.

²⁰⁰⁵ Todas estas cartas foram copiadas no século XIX de fonte incerta e encontram-se na FDUL, Coleção PS/MC. Por serem, na sua maioria, desconhecidos os originais também foram transcritas. Cf. Cópia da carta de Filipe II a D. Luís de Ataíde, Badajoz, 7.XI.1580 – Apêndice documental, doc. 10/Ásia, X, i, 5, pp. 28-31.

conselho d'Estado e VisoRei nas partes da Índia” para lhe outorgar poderes para o jurar como rei no Estado da Índia a ele, como sucessor de D. Henrique, e ao seu herdeiro, o príncipe D. Diogo (v. 1575-1582). Tal missiva sucedia-se a outra, na qual Filipe II noticiava a sua versão dos acontecimentos do Reino²⁰⁰⁶, mencionando a rebelião de D. António, primeiro contra o *cardeal-rei* e, depois, contra ele próprio, o que o forçara a mandar o 3º duque de Alba para libertar o Reino. Este ficara “posto em minha obediência voluntariamente”, tendo Filipe II seguido o conselho de Silva no sentido de enviar o decreto dos governadores e a carta da Câmara de Lisboa.

Precisamente devido à derrota de D. António em Alcântara, Filipe II só então escrevera à Índia, apelando a Ataíde que “cumprindo com a obrigaça de voso sangue, e da anterior lealdade vosa, e de vossos antepassados me jureis e façais jurar neses Estados por verdadeiro Rei e Senhor natural de todos os Reinos, e senhorios desta Corôa, e me deis e façais dar a devida obediência, e em meu nome tomeis pose, e me enviais o juramento e menagem”. O Monarca Católico considerava que D. Luís o deveria fazer não só pelas promessas de privilégios que garantira, através do duque de Ossuna nas cortes de Almeirim de 1580, mas também “pelo muito que devo confiar de vós, e de gente tão nobre leal e cavaleiroza como sei que nesas partes residem”, confiando que Ataíde encontraria a melhor forma de o jurar e de o informar de tal.

Para Filipe II, contudo, e como se viu, o receio era também o do Prior do Crato se refugiar no Estado da Índia, o que motivaria outras duas cartas a D. Luís de Ataíde. Na primeira²⁰⁰⁷ começava por apelar ao próprio conhecimento que D. Luís dele tinha ao escrever que “Dom Antonio tem procurado nestas materias com que sabeis que costuma proceder em todas as suas coisas” apoios em França e Inglaterra para a sua causa, sobretudo após a derrota em Alcântara. Mencionava que o Prior do Crato procurava ajudas “pera se hir a eses Estados, que tendo lhe tambem denegados as prouera com muita instancia de pessoas particulares, e com grandes vantagens nelles no que elle pesuia de que recebera por Rei de boa vontade” e que fora derrotado recentemente no Porto por Sancho de Ávila, existindo de novo o risco de se embarcar para a Ásia, “o que não creio”. Por prudência, contudo, Filipe II encomendava “que tenhais cuidado se em tal caso elle não desembarque nem posa conseguir os efeitos, que certamente, antes o prendais e venhais a tal recado a elle e a todos os que com elle forem que de sua

²⁰⁰⁶ Cf. Carta de Filipe II a D. Luís de Ataíde, Badajoz, 7.XI.1580 – *Ibidem*, doc. 11.

²⁰⁰⁷ Cf. Carta de Filipe II a D. Luís de Ataíde, Badajoz, 7.XI.1580 – *Ibidem*, doc. 12.

chegada lá não posa nascer alteração ou perturbação alguma”. Uma vez mais o Monarca Católico confiava “de vosa prudencia e lealdade”, prometendo não esquecer agraciá-lo ao afirmar “de maneira a que me obrigueis a vos fazer por elle muitas honras e mercês”.

Ao conde vice-rei comunicou ainda Filipe II²⁰⁰⁸ as últimas notícias da fuga de D. António de Viana do Castelo, afirmando que este pretendia passar de novo à Índia pelo que “vos torno a encomendar que esteis mui prevenido porque chegando la seja preso, e embarcando pera lisboa de maneira que não possa per causa de alguãs alterações como o foi em alguns lugares do Reino” ali permanecer, reafirmando “como confio de vosa prudencia, e lealdade”. Num último momento, Filipe II mandara acrescentar o pedido a Ataíde que “procurais quanto a vos for possiuel que este uego se faça com o contentamento, e socego e quietação, que convem ao serviço de Deus, e meu”, pois teria “muita lembrança do respeito que muito mereçais pera em tudo o que se offerecer a vós, e a vosas queixas vos fazer honra, mercê e favor”.

De forma a noticiar a sua sucessão no Reino e a lograr o seu juramento na Índia, o Monarca Católico dirigira ainda uma carta à população de Goa²⁰⁰⁹, ao arcebispo D. Henrique de Távora²⁰¹⁰ e a um bispo²⁰¹¹, pedindo-lhes que aplicassem o seu zelo cristão na ajuda ao seu juramento. Contrariamente ao que fizera nas cartas para D. Luís, na carta ao arcebispo, Filipe II insinuava uma leve ameaça, ao afirmar, referindo-se ao seu juramento “o que não pudera deixar de ser ao contrario quando por alguma desinquietação me puser em desconfiança de sua lealdade [do Estado da Índia], cousa que eu muito sentira pelo muito que estimo a eses Estados”. Também na lógica de aplacar possíveis efeitos negativos da sua sucessão junto dos soberanos asiáticos, Filipe II escrevera a Ali Adil Shah²⁰¹², Murtaza Nizam Shah²⁰¹³ e ao Samorim de Calicute²⁰¹⁴, mostrando-se informado sobre as guerras anteriores e afirmando que pretendia manter a paz, tal como os anteriores reis de Portugal, prometendo ainda manutenção de aliança ao rei de Cochim²⁰¹⁵.

²⁰⁰⁸ Cf. Carta de Filipe II a D. Luís de Ataíde, Badajoz, 21.XI.1580 – *Ibidem*, doc. 17.

²⁰⁰⁹ Cf. Carta de Filipe II à população de Goa, Badajoz, 8.XI.1580 – PUB. APO, fascículo 1, doc. 57.

²⁰¹⁰ Cf. Carta de Filipe II ao arcebispo primaz da Índia, Badajoz, 7.XI.1580 – Apêndice documental, doc. 13.

²⁰¹¹ Cf. Carta de Filipe II a um bispo, Badajoz, 7.XI.1580 – *Ibidem*, doc. 14.

²⁰¹² Cf. Carta de Filipe II ao sultão de Bijapur, Badajoz, 7.XI.1580 – *Ibidem*, doc. 15.

²⁰¹³ Cf. Carta de Filipe II ao sultão de Ahmadnagar, Badajoz, 7.XI.1580 – *Ibidem*, doc. 16.

²⁰¹⁴ Cf. Carta de Filipe II ao Samorim de Calicute, Badajoz, 7.XI.1580 – FDUL, Coleção PS/MC, caixa 6, pasta 10, doc. 217.

²⁰¹⁵ Cf. Carta de Filipe II ao rei de Cochim, Badajoz, 7.XI.1580 – *Ibidem*, doc. 217v. Estas duas últimas não foram transcritas por serem iguais às dos sultões de Bijapur e Ahmadnagar, respectivamente.

Apesar do respeito e consideração que Filipe II nutria por D. Luís de Ataíde, bem evidente nas cartas que então lhe dirigiu, o Monarca Católico ainda não tomara uma resolução quanto a enviar-lhe, ou não, sucessor. Precisamente por esse facto, no sensível ponto do seu regresso não existia intencionalmente qualquer referência. Conhecendo o pedido de D. Luís, Filipe II não se pronunciara sobre o assunto não só por não ter tomado ainda uma decisão, mas também porque, na incerteza se Ataíde o juraria, ou não, na Índia, não poderia oferecer-lhe o que este mais desejava. Tal fora, aliás, o que o 3º duque de Alba, que também conhecera o fidalgo em Muhlberg, aconselhara insinuar quando escrevesse aquelas cartas²⁰¹⁶.

Entretanto, o debate prosseguia com D. Juan da Silva a não querer mais aconselhar Filipe II sobre temáticas orientais e a sugerir que se ouvissem as vozes de D. Duarte de Castelo Branco, Luís César, D. António Pinheiro, Pedro de Alcáçova Carneiro e Paulo Afonso²⁰¹⁷. Mandatado por Filipe II para realizar a Junta que D. Nuno Álvares lhe aconselhara, Alba prometeu tratar do assunto com a maior rapidez possível²⁰¹⁸, enquanto Filipe II se mantinha ao corrente dos preparativos para a armada da Índia²⁰¹⁹, confiando a D. Duarte de Castelo Branco o seu despacho²⁰²⁰. Na mesma fase instruiu o secretário Cristóvão Salazar para, através de Veneza, contactar um antigo mensageiro dos reis de Portugal, João Carnoça, por via de quem ordenava o envio das referidas cartas para o vice-rei da Índia e capitão de Ormuz, as quais só deveriam ser remetidas por duas vias e ser entregues pessoalmente, independentemente das despesas²⁰²¹.

Já em Dezembro, o conselho reunido por Alba voltara a questionar Filipe II sobre a problemática do envio de novo vice-rei, mas este respondera pedindo opiniões a Alba, D. Duarte de Castelo Branco e D. António Pinheiro²⁰²². A Castelo Branco, Filipe II

²⁰¹⁶ Cf. Carta do 3º duque de Alba a Gabriel Zayas, Lisboa, 4.XI.1580 – AGS, *Estado*, Leg. 413, fls. 84v.-85.

²⁰¹⁷ Cf. Capítulos da carta de D. Juan da Silva a Filipe II de 13 de Novembro de 1580 – *Ibidem*, leg. 410, fl. 139.

²⁰¹⁸ Cf. Cópia da carta do 3º duque de Alba a Filipe II, Lisboa, 13.XI.1580 – PUB. *CDIHE*, vol. XXXV, p. 136.

²⁰¹⁹ Cf. Carta de Filipe II a D. Duarte de Castelo Branco, Badajoz, 22.XI.1580 – FDUL, Colecção PS/MC, caixa 6, pasta 10, doc. 250.

²⁰²⁰ Cf. Carta de Filipe II a D. Duarte de Castelo Branco, Badajoz, 25.XI.1580 – BA, 49-X-1, fls. 265-266.

²⁰²¹ Cf. Carta de Filipe II a Cristóvão Salazar, Badajoz, 1.XII.1580 – AGS, *Estado*, Leg. 1523, doc. 352. Entretanto, fora sugerido que o judeu Paulo Sebastião fosse enviado à Índia com as referidas cartas para D. Luís de Ataíde e com o decreto dos governadores (Cf. Bilhete de André Gaspar Corço a Filipe II, s.l., s.d. – *Ibidem*, Leg. 427, doc. sem numeração).

²⁰²² Cf. AGS, *Secretarias Provinciales de Portugal*, Libro 1455, fls. 56-57.

pediu mesmo sugestão de nomes em caso de ser favorável ao envio de vice-rei²⁰²³. Em resposta, D. Duarte aconselhava que “por alguãs Razões” se devia conceder autorização a Ataíde para regressar. Aconselhava nomear “o mais honrado aparentado e Rico fidalguo, que em Portugal aja dos que la podem Jr porque assi sendo Jrão em sua companhia muytos fidalgos de calidade e jdade e pessoa com os quais conseguira mais facilmente que pera outro nenhũ meio o ser V. Md. Obedecido naquellas partes” e ter especial cuidado no provimento de cargos eclesiásticos e na comunicação dos acontecimentos do Reino²⁰²⁴.

Nem todos os membros da Junta, todavia, se tinham pronunciado pelo que Filipe II continuava sem tomar uma resolução. Malogradamente, não se conhecem todos os pareceres dos envolvidos, mas são conhecidos os nomes sugeridos por D. Duarte de Castelo Branco²⁰²⁵. Para vice-rei sugeria D. Francisco de Melo, 2º conde de Tentúgal, D. Fernando de Noronha, então futuro 3º conde restaurado de Linhares e figura que voltaria a ser falada para vice-rei da Índia em 1597, e três figuras experientes da Índia: D. Francisco Mascarenhas, D. Leoniz Pereira e Martim Correia da Silva. No caso de não ir vice-rei à Índia sugeriam-se para capitães da armada outros fidalgos experientes da Índia: D. Leoniz Pereira, D. Jorge de Meneses e Tristão Vaz da Veiga, os quais poderiam partir acompanhados de diversa fidalguia²⁰²⁶.

Entretanto, D. Juan da Silva defendia que era conveniente enviar sucessor a D. Luís “pero parece le tarde para resolver la prouision a tiempo que se pueda aprestar y despachar para el viage, el que huuire de yr”²⁰²⁷ e Pedro de Alcáçova Carneiro, temeroso da valia de D. Duarte de Castelo Branco junto de Filipe II, propusera o seu nome para vice-rei para o afastar do Reino²⁰²⁸. Todavia, só após pedir a lista dos providos nos cargos da Índia e de ouvir Miguel de Moura²⁰²⁹, Filipe II anunciou, em primeira mão a D. Duarte de Castelo Branco²⁰³⁰, a sua decisão de nomear D. Francisco

²⁰²³ Cf. Carta de Filipe II a D. Duarte de Castelo Branco, Elvas, 14.XII.1580 – BA, 49-X-1, fl. 273.

²⁰²⁴ Cf. Carta de D. Duarte de Castelo Branco a Filipe II, Lisboa, 16.XII.1580 – BA, 49-X-4, fls. 231-231v.

²⁰²⁵ Cf. Carta de D. Duarte de Castelo Branco a Filipe II, Lisboa, 24.XII.1580 – *Ibidem*, fls. 237-237v.

²⁰²⁶ Como D. Diogo de Lima, Vicente de Saldanha, João de Saldanha, D. Francisco de Almeida, D. Rodrigo de Sousa, D. António de Meneses, João Gomes da Silva, Manuel de Melo, Fernão de Mendonça, Miguel Teles de Moura e Vasco Fernandes Homem que fora governador do Monomotapa (Cf. *Ibidem*).

²⁰²⁷ Cf. Relação das cartas de D. Juan da Silva a Gabriel Zayas de 24, 26 e 27 de Dezembro de 1580 – AGS, *Estado*, Leg. 418, fl. 224.

²⁰²⁸ Cf. Carta de D. Juan da Silva a Gabriel Zayas, Lisboa, 2.I.1581 – *Ibidem*, Leg. 426, doc. final, o qual se opunha à intenção de Alcáçova Carneiro por considerar que D. Duarte era mais necessário no Reino.

²⁰²⁹ Cf. Carta de Filipe II a D. Duarte de Castelo Branco, Elvas, 10.I.1581 – *Ibidem*, fl. 288.

²⁰³⁰ Cf. Carta de Filipe II a D. Duarte de Castelo Branco, Elvas, 12.I.1581 – *Ibidem*, fl. 290.

Mascarenhas. O Monarca Católico assim decidira, numa altura em que Alba se preocupava com as vias de sucessão a remeter à Índia e com os atrasos na partida da armada²⁰³¹, quando D. Juan da Silva opinara que deveria enviar a armada rica e bem provida para ter fama de liberal²⁰³² e não tendo o assunto na Junta acabado de ser debatido devido à multiplicidade de outros temas a que urgia acudir²⁰³³.

Neste contexto, após reflectir sobre os diversos pareceres que recebera, Filipe II quis ele próprio colocar termo à questão, decidindo pessoalmente e pondo fim às discussões da Junta. Assim, escreveu a Alba que “por respectos de consideracion, me he resuelto, en que el Conde de Ataogüía, que al presente es Visorey de la India, se venga a este Reyno, y nombiado en su lugar a don Francisco Mascareñas, por entender que concurren en su persona las buenas partes [que] para aquel cargo se requieren y assi para que lo tengais entendido, como es razon como para que lo digais de mi parte a las personas con quien se ha tratado esta materia”²⁰³⁴.

Os motivos da escolha de Mascarenhas que, como afirma Diogo do Couto, fora nomeado pela sua reputação de liberal e, mormente, pela sua anterior acção no cerco de Chaul²⁰³⁵, remetem, porém, para um processo anterior de captação daquele fidalgo. Como se viu D. Francisco, filho segundo de D. João Mascarenhas, passara, tal como D. Diogo de Meneses, largos anos no Oriente, tendo antes sido criado na corte, tal como Matias de Albuquerque, por ser filho de um dos grandes oficiais da corte²⁰³⁶. Regressado da Índia ainda em tempo de D. Sebastião, foi a Alcácer-Quibir. Tendo aconselhado D. Sebastião a não dar batalha campal ao exército de Muley Maluco²⁰³⁷, ficou cativo²⁰³⁸ e foi resgatado como plebeu²⁰³⁹. Pouco depois de regressar ao Reino, D. Cristóvão de Moura não tardou em tentar captar o seu apoio, precisamente devido à sua fama no cerco de Chaul²⁰⁴⁰. Após ter enviado uma carta que não merecera resposta do fidalgo, Moura lograra encontrar-se com D. Francisco, que considerava “persona de

²⁰³¹ Cf. Relação da carta do 3º duque de Alba a Filipe II, Lisboa, 13.I.1581 – *Ibidem*, Leg. 414, fl. 38.

²⁰³² Cf. Capítulos da carta de D. Juan da Silva a Gabriel Zayas, s.l., 14.I.1581 – *Ibidem*, Leg. 410, fl. 34.

²⁰³³ Cf. Carta do 3º duque de Alba a Filipe II, Lisboa, 14.I.1581 – *Ibidem*, Leg. 425, fl. 140.

²⁰³⁴ Cf. Instrução de Filipe II ao 3º duque de Alba, Elvas, 15.I.1581 – *Ibidem*, fl. 362.

²⁰³⁵ Cf. *Ásia*, X, i, 9.

²⁰³⁶ Cf. LABRADOR ARROYO, Félix, *Op. Cit.*, p. 210.

²⁰³⁷ Cf. SUBRAHMANYAM, Sanjay, “A matter of...”, p. 469.

²⁰³⁸ Cf. VILA-SANTA, Nuno, “D. Francisco Mascarenhas” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://cham.fcsh.unl.pt/eve>

²⁰³⁹ Cf. VELOSO, José Maria de Queirós, *A perda...*, p. 35.

²⁰⁴⁰ Cf. Carta de D. Cristóvão de Moura a Filipe II, Lisboa, 3.IX.1579 – AGS, *Estado*, Leg. 401, fl. 184v.

importancia”, e captara decisivamente o seu apoio²⁰⁴¹. Concorreram para este acontecimento, a ligação de D. Francisco Mascarenhas à família de D. Diogo de Castro, cujo filho, D. Fernando de Castro, viria a ser titulado como 1º conde de Basto por Filipe II, de quem Mascarenhas era cunhado²⁰⁴².

O próprio Monarca Católico fizera questão de agradecer a Moura²⁰⁴³ a captação de D. Francisco que, juntamente com Tristão Vaz da Veiga, nas Cortes de Almeirim de 1580²⁰⁴⁴, representara o braço da nobreza. Além disso, Mascarenhas guardara pessoalmente a vida de D. João Mascarenhas, Francisco de Sá e Diogo Lopes de Sousa durante os complicados dias daqueles governadores em Setúbal²⁰⁴⁵. O perfil militar que evidenciara na Índia e em África, e que era acentuado pelo facto de ser irmão do capitão-mor dos ginetes, Fernão Martins Mascarenhas, explica o interesse de Filipe II pela sua figura. D. Francisco, que cedo se declarou por Filipe II²⁰⁴⁶, veio a receber, em Fevereiro de 1581, a sucessão no cargo de capitão-mor dos ginetes na Casa Real Portuguesa²⁰⁴⁷. Beneficiando do desaparecimento de seu pai, D. João Mascarenhas, que em vão pedira o título de conde de Trancoso para a sua linhagem²⁰⁴⁸, recebeu ainda título de 1º conde de Vila da Horta, em capitalização de todos os serviços da sua linhagem²⁰⁴⁹, com especial destaque para os do seu tio e anterior vice-rei D. Pedro Mascarenhas²⁰⁵⁰.

A missão de que Filipe II o mandou é bem elucidativa dos motivos pelos quais todos os outros pretendentes ao cargo de vice-rei foram afastados. Conhecendo bem a figura de D. Luís de Ataíde desde, pelo menos, o seu pedido de dispensa de casamento e que lhe fora noticiado que poderia ir em embaixada à sua corte, em 1575, depois pessoalmente em Guadalupe, em 1576, tendo acompanhado todo o processo que originou o seu afastamento do cargo de general, em 1577, e dada a situação que então se vivia, o Monarca Católico não poderia deixar de ter dúvidas sobre qual seria o posicionamento de Ataíde. Não fora D. Luís um dos fidalgos que acompanhara de perto

²⁰⁴¹ Cf. Carta de D. Cristóvão de Moura a Filipe II, Almeirim, 19.XI.1579 – *Ibidem*, Leg. 405, fl. 25.

²⁰⁴² Cf. *Ibidem*, Leg. 408, fl. 272.

²⁰⁴³ Cf. Carta de Filipe II a D. Cristóvão de Moura, Escorial, 13.IX.1579 – *Ibidem*, Leg. 400, fl. 108; Instrução de Filipe II a D. Cristóvão de Moura, Madrid, 4.I.1580 – *Ibidem*, Leg. 415, fl. 195).

²⁰⁴⁴ Cf. *Ibidem*, Leg. 416, fl. 81.

²⁰⁴⁵ Cf. VELOSO, José Maria de Queirós, *O Interregno...*, p. 116.

²⁰⁴⁶ Declarara-se favorável a Filipe II em Évora no início da invasão (Cf. AGS, *Estado*, Leg. 408, fl. 272).

²⁰⁴⁷ Cf. LABRADOR ARROYO, Félix, *Op. Cit.*, p. 210.

²⁰⁴⁸ Cf. AGS, *Estado*, Leg. 400, fl. 240.

²⁰⁴⁹ Cf. CONTI, Santiago Fernández, MILLÁN, José Martínez (dir.), *Op. Cit.*, vol. I, p. 897.

²⁰⁵⁰ Cf. VILA-SANTA, Nuno, *D. Afonso de Noronha...*, p. 143.

D. Sebastião nalguns dos mais delicados momentos da afirmação da sua realeza? Não fora inclusivamente Ataíde uma arma que o *Desejado* utilizara contra os seus interesses? Não tivera D. Luís contactos com antonistas declarados como Diogo Botelho e familiares, que tinham apoiado o Prior do Crato em Alcântara, falecendo alguns deles em sua defesa? Não chegara o próprio Filipe II a duvidar da posição da condessa D. Isabel de Meneses? Não era também D. Luís de Ataíde, pela sua experiência, um hipotético candidato à defesa do Reino contra as forças do 3º duque de Alba? Não estaria Filipe II ciente que o 3º conde de Atouguia poderia, caso decidisse apoiar D. António, causar-lhe sérios problemas, não o jurando na Índia?

Efectivamente, caso D. Luís de Ataíde se negasse a jurar Filipe II como rei no Estado da Índia, como se poderia assegurar que posteriormente a Ásia Portuguesa aceitaria Filipe II? Como Moura escrevera, não era tida quase por certa uma rebelião no Estado da Índia? Enquanto entidade essencialmente marítima, mais do que territorial, como se poderia garantir que caso Ataíde recusasse jurar Filipe II, uma qualquer expedição pudessem alcançar plenamente o juramento filipino em todas as praças do Estado? No caso de existir tal expedição, quem se nomearia e como decorreria tão incerta guerra? À repetição de todas estas interrogações, que já antes se teriam colocado na mente de Filipe II, acrescia o facto de o Estado da Índia ser uma entidade política que, nas décadas de 1560-70, temera seriamente que o estabelecimento castelhano nas Filipinas viesse a degenerar numa guerra aberta nas Molucas. Como pedir então a essa entidade que aceitasse por rei quem era visto como inimigo e rival? A identidade do Estado da Índia, que pouco tinha de comum com outros domínios da Monarquia de Filipe II, poderia assim não aceitar a realeza filipina.

Em Janeiro de 1581, fruto da guerra que se vivia com D. António, do mal-estar gerado pela incapacidade filipina em capturar o Prior do Crato, figura que o próprio Monarca Católico comparara ao seu inimigo Orange²⁰⁵¹ e que só veio a ser derrotada com a mobilização de todo o poder da Monarquia Hispânica²⁰⁵², Filipe II não tinha como assegurar que D. Luís de Ataíde não acolheria D. António no Estado da Índia. Se por um lado, as informações que colhera da Índia indicavam a posição de fragilidade política em que o vice-rei se encontrava, e mesmo tendo no Reino relevantes apoiantes da sua realeza que lhe garantiram que o 3º conde de Atouguia o juraria como rei, a

²⁰⁵¹ Cf. VALLADARES, Rafael, *Op. Cit.*, p. 60.

²⁰⁵² Cf. CORAL, Carlos Jokubauskas, *Op. Cit.*, p. 220.

verdade era que um posicionamento contrário de Ataíde poderia causar sérios problemas à Monarquia Hispânica. E ainda que D. Luís aceitasse a realeza filipina, como se poderia garantir, dada a sua posição política enfraquecida, que a sua autoridade seria suficiente para o jurar rei? Pelas problemáticas de identidade já mencionadas e especificidade do próprio Estado da Índia, não poderia o vice-rei fracassar no momento do juramento, caso a opinião dominante não fosse favorável a Filipe II?

Desta forma, apesar da segurança que Filipe II evidenciara nas cartas escritas ao conde vice-rei, em Novembro de 1580, e como a guerra com o Prior do Crato demonstraria, pelo menos, até à sua derrota definitiva nos Açores, em 1583, o que era certo num momento, era incerto no seguinte. Como monarca de gabinete e bastante papaleiro que era, os aguçados sentidos de prudência e perspicácia de Filipe II não poderiam deixar de prevalecer. Neste sentido, o Monarca Católico saberia correr o risco efectivo de a sua realeza, ainda que aceite no Reino, não colher aprovação no Império, e mais em particular, no Estado da Índia. Nesse sentido, e nunca abstraindo, quer do estatuto político, social e militar que Ataíde detivera no reinado de D. Sebastião e até, durante a sua ausência do Reino, no reinado de D. Henrique, quer das expectativas dos antonistas, e na dúvida, a única posição prudente que Filipe II poderia adoptar seria a de não deixar unicamente nas mãos do fidalgo o desfecho de tão imprevisível cenário.

Nesta lógica, a escolha vice-real de D. Francisco Mascarenhas e a sua titulação como 1º conde de Vila da Horta, posteriormente comutada para a Vila de Santa Cruz, relembram plenamente a do próprio D. Luís, em 1577. Não fora a titulação condal um dos mecanismos que D. Sebastião encontrara para reforçar a autoridade política e social do vice-rei então enviado à Índia? Contudo, mais importante ainda é a escolha do próprio Mascarenhas. Como se viu, D. Francisco não só fora o grande homem de confiança que D. Luís de Ataíde escolhera durante o seu primeiro vice-reinado para lidar com o cerco de Chaul, como detinha uma evidente correspondência de perfil militar com o 3º conde de Atouguia. Ora, no contexto das incertezas de 1581, a escolha filipina de Mascarenhas pretendia ser dissuasora para o próprio Ataíde, caso o seu posicionamento fosse contrário. Para D. Luís seria até algo irónico que um fidalgo que vira crescer na sua sombra fosse enviado à Índia para assegurar que uma hipotética posição contrária da sua parte não teria consequências consideradas nefastas. Nesse sentido, na escolha de D. Francisco, Filipe II, que tão bem conhecia Ataíde, pretendia

evitar as graves consequências de uma possível guerra entre vice-reis, como as que recentemente tinham ocorrido com o caso do governador António Moniz Barreto.

Necessitando afirmar-se desde o primeiro momento nos assuntos do Reino mas também nos da Índia como pleno sucessor dos Avis, e sabendo que convinha deixar claro a Ataíde a irreversibilidade da sua realeza sem, contudo, o afrontar directamente, cremos plenamente que Filipe II se tenha disposto a conceder o título de 1º marquês de Santarém ao fidalgo caso este aceitasse entregar-lhe a Índia, como afirma Diogo do Couto²⁰⁵³. Segundo este cronista, Filipe II dera uma patente secreta a Mascarenhas para este entregar pessoalmente a Ataíde no caso de este aceitar a sua realeza. A afirmação do cronista, parece, aliás, ser corroborada pelo excerto de uma carta do 3º duque de Alba a Gabriel Zayas, colocado no início deste capítulo, no qual este considerava que Filipe II não deveria conceder a Ataíde “la merçed del titulo por Juro de heredad sola”. Caso se tivesse tratado da confirmação do título de 3º conde de Atouguia, julgamos que Alba a teria redigido de outra forma. Este considerava que, no caso específico de D. Luís de Ataíde, que também ele reencontrara em Guadalupe, em 1576, “antes me parece se le deue escriuir una carta muy graciosa con palabras muy buenas y generaçes dizendo le que su Magestad terna quenta con hazer le mucha merçed y fauores, cer le a el y a su casa como se deue a sua persona y seruiçios”²⁰⁵⁴.

A atribuição do marquesado de Santarém, que catapultava D. Luís ao quinto título de maior grandeza em Portugal, abaixo dos duques de Bragança e de Aveiro, e dos marqueses de Vila Real e de Ferreira, afigura-se ainda com mais sentido olhando à política de titulações que Filipe II prosseguiu durante o seu reinado português. Não esquecendo as crescentes dificuldades dos Avis, desde meados de Quinhentos, para remunerar os serviços dos fidalgos mais importantes²⁰⁵⁵, sendo talvez esse um dos motivos que explica o afunilamento das titulações da época²⁰⁵⁶, Filipe II jogou decisivamente com as ambições da nobreza de conservação, nuns casos, noutros, de promoção, para obter apoios decisivos à sua realeza. Sendo conhecida a importância do consentimento nobiliárquico para a manutenção do Portugal dos Áustrias²⁰⁵⁷, é

²⁰⁵³ Cf. *Ásia*, X, i, 9.

²⁰⁵⁴ Cf. Carta do 3º duque de Alba a Gabriel Zayas, Lisboa, 4.XI.1580 – AGS, *Estado*, Leg. 413, fls. 84v.-85. O sublinhado é original da missiva.

²⁰⁵⁵ Cf. LABRADOR ARROYO, Félix, *La Casa Real...*, p. 45.

²⁰⁵⁶ Cf. OLIVEIRA, Luís Filipe, RODRIGUES, Miguel Jasmins, “Um processo de reestruturação do domínio social da nobreza. A titulação na 2ª dinastia”, *Revista de História Económica e Social*, nº 22, Janeiro-Abril de 1988, pp. 77-114.

²⁰⁵⁷ Cf. SCHAUB, Jean-Frederic, *Op. Cit.*, p. 46.

relevante lembrar que os monarcas desta dinastia foram bastante mais generosos que os Avis na concessão de títulos, em particular, numa época de inflação dos mesmos²⁰⁵⁸.

Filipe II deu o exemplo criando novos títulos, dando sucessão a vários antigos e efectuando promoções diversas²⁰⁵⁹, casos que procurámos contabilizar. Entre os novos títulos encontraram-se o 1º conde de Azinhoso (D. Nuno Mascarenhas²⁰⁶⁰), o 1º conde de Penaguião (Francisco de Sá de Meneses²⁰⁶¹), o 1º conde de Sabugal (D. Duarte de Castelo Branco), o 1º conde de Idanha (Pedro de Alcáçova Carneiro), o 1º conde de Basto (D. Fernando de Castro), o 1º conde de Vila da Horta (D. Francisco Mascarenhas), o 1º conde de Vila Franca do Campo (Rui Gonçalves da Câmara), o 1º conde de Castelo Rodrigo (D. Cristóvão de Moura) e o 1º conde de Ficalho (D. Francisca de Aragão). Nos títulos com sucessão encontraram-se o 4º conde de Atouguia (D. João Gonçalves de Ataíde), o 3º conde de Monsanto (D. António de Castro), a tentativa de restauração de 2º conde de Tarouca (D. Duarte de Meneses²⁰⁶²), o 3º conde de Linhares (D. Fernando de Noronha), o 4º conde de Portalegre (D. Juan da Silva²⁰⁶³), o 2º conde de Atalaia (D. Francisco Manoel) e o 2º marquês de Ferreira (D. Francisco de Melo). Entre os promovidos encontraram-se o 1º duque de Vila Real (D. Manuel de Meneses), os duques de Torres Novas (aos primogénitos da Casa de Aveiro) e o 1º marquês de Santarém (D. Luís de Ataíde).

Do universo destas titulações, Filipe II começou por atribuir as que D. António Pinheiro lhe sugeriu: a restauração dos condados a D. António de Castro, a D. Duarte de Meneses e a D. Fernando de Noronha e do marquesado a D. Francisco de Melo, bem como a criação do condado de Sabugal²⁰⁶⁴. Pela primeira vaga de titulações foram ainda

²⁰⁵⁸ Cf. CUNHA, Mafalda Soares da, “Títulos portugueses”, p. 210.

²⁰⁵⁹ Cf. *Ibidem*, p. 218.

²⁰⁶⁰ Existe referência de que D. Henrique atribuiu já tal título (Cf. SOUSA, Manuel de Faria e, *Historia del Reyno de Portugal*, Ambers, En casa de Juan Bautista Verdussen, 1730, parte III, cap. XVIII).

²⁰⁶¹ Miguel de Moura sugeriu ao *cardeal-rei* a atribuição de títulos de conde a Francisco de Sá de Meneses e a D. João Mascarenhas (LOUREIRO, Francisco de Sales, *Miguel de Moura...*, p. 138), mas, em 1580, ambos esperavam títulos pois “por breuidade da morte [de D. Henrique] e por duvidas de como não ha prouisoos. E somante ha suas verdades, E os ditos de lião Henriquez e miguel de mora, esperarão merçe, e aumento no modo. E o que digo del Rey que lhes fazia, he secreto pera o Vulgo aynda” (Parecer anónimo a D. Cristóvão de Moura, s.l., s.d. – AGS, *Estado*, Leg. 416, fl. 319). Devido à recusa da Câmara de Matosinhos em aceitar a concessão do título ao fidalgo, este foi-lhe trocado por Filipe II para Penaguião (Cf. ANDRADE, Francisco Miranda de, “O poeta e conde de Matosinhos D. Francisco de Sá de Meneses”, *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, Matosinhos, nº 26, 1982, p. 86).

²⁰⁶² O fidalgo, por motivos desconhecidos, não aceitou a intenção filipina de lhe restaurar o título por alegar pretensão à restauração do condado de Viana do Alentejo. Cf. VILA-SANTA, Nuno, “D. Duarte de Meneses” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://cham.fcsh.unl.pt/eve>

²⁰⁶³ O qual casara com a herdeira do mordomo-mor D. Álvaro da Silva, 3º conde de Portalegre, e vira negado por D. Henrique o seu provimento naquele relevante cargo por ser toledano de nascimento.

²⁰⁶⁴ Cf. Memorial do bispo D. António Pinheiro – AGS, *Estado*, Leg. 416, fl. 320.

abrangidos, nas Cortes de Tomar, Francisco de Sá de Meneses, D. Juan da Silva, Pedro de Alcáçova Carneiro, o duque de Bragança D. João, agraciado com a Ordem do Tosão de Ouro²⁰⁶⁵, e D. Francisco Mascarenhas na condição de só ostentar o título quando chegasse à Índia²⁰⁶⁶. Como pleno continuador da política nobiliárquica dos Avis²⁰⁶⁷, ao atribuir o marquesado de Santarém a D. Luís de Ataíde, Filipe II iniciava a sua política de criar mais concorrentes à Casa de Bragança, a qual foi plenamente confirmada posteriormente com a equiparação da Casa de Aveiro à Casa de Bragança na concessão do ducado de Torres Novas aos seus primogénitos e, sobretudo, com a promoção da Casa de Vila Real a ducado. Tal justificava-se, aos olhos de Filipe II, pela necessidade de criar concorrência à maior Casa portuguesa que apesar de o ter jurado, através das ambições do duque D. João, lhe tentara disputar o trono, um facto que o Monarca Católico não podia esquecer. Na estrutura das fidelidades à nova dinastia que pretendia impor, Filipe II precisava de deixar claro que, apesar da continuidade de predomínio da Casa de Bragança no âmbito da nobreza titulada, e ao contrário do que até então parece ter sucedido, esse predomínio não seria feito em detrimento das ambições dos seus mais directos concorrentes os quais, ao serem promovidos, encontrariam-se-iam em melhores de condições de disputar a primazia aos Braganças.

Pela lógica do que foi descrito anteriormente, não só a concessão do marquesado de Santarém a D. Luís de Ataíde encontrava lugar na política nobiliárquica de Filipe II, como era, num outro sentido, uma inevitabilidade após a nomeação de D. Francisco Mascarenhas e respectivo encarte condal. Não escrevera anteriormente Filipe II de forma bastante respeitosa ao 3º conde de Atouguia, prometendo-lhe mercês e honras? Não saberia Filipe II que, atribuindo o marquesado de Santarém, uma das mais importantes cidades do Reino nos arredores da qual a Casa de Atouguia, desde o século XV, detinha propriedades, e o local onde D. António fora aclamado rei, confiava a D. Luís de Ataíde, como faria com D. Cristóvão de Moura²⁰⁶⁸, um dos pontos mais simbólicos da Monarquia e da própria guerra que travava com D. António? Não seria tal, em certo sentido, sintoma de que, apesar de tudo, Filipe II confiava que o 3º conde de Atouguia o juraria como rei no Estado da Índia?

²⁰⁶⁵ Cf. DANVILA Y BURGURRO, Alfonso, *Felipe II y la sucession...*, p. 318.

²⁰⁶⁶ Cf. *Ásia*, X, i, 9.

²⁰⁶⁷ Cf. DANVILA Y BURGUERO, Alfonso, *Op. Cit.*, p. 319.

²⁰⁶⁸ Cf. MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Santiago, “D. Cristóvão de Moura e a Casa dos Marqueses de Castelo Rodrigo. Proposta de investigação e linhas de análise sobre o grande privado de D. Filipe I” in *Governo, Política e Representações do Poder no Portugal Habsburgo e nos seus Territórios Ultramarinos (1581-1640)*, direcção de Santiago Martínez Hernández, Lisboa, CHAM, 2011, p. 84.

Com esse gesto, a personalidade política de Filipe II não apenas se limitava a corresponder aos anseios de engrandecimento de D. Luís, naturais a qualquer titular da aristocracia. Pretendia evidenciar como, apesar da nomeação preventiva de D. Francisco Mascarenhas, Filipe II não perdera consideração pelo fidalgo, procurando assegurá-la junto deste, evidenciando a sua manutenção no contexto da transição dinástica. Nesse sentido, aquela titulação evidenciava também alguma admiração de Filipe II pela figura que lhe poderia causar tantos problemas. Mas para o Monarca Católico que melhor forma poderia existir para captar um possível adversário do que agraciá-lo com uma mercê excepcional num tempo de acontecimentos singulares? Filipe II não só seguira essa lógica na captação de diversa nobreza no Reino como, perante os seus mais temíveis adversários, o Prior do Crato e o duque D. João, não hesitou em mostrar disponibilidade para negociar grandes mercês a troco do seu juramento. Deste modo, se compreende a indigitação de D. Luís como 1º marquês de Santarém, a qual, colocando-o numa posição ímpar na nobreza titulada do seu tempo, no quadro da política nobiliárquica de Filipe II, só poderá ser justificada atendendo ao contexto de excepção que então se vivia: a guerra de sucessão e o início da dinastia de Áustria.

A excepcionalidade das mercês de Filipe II que tanto atraiu a nobreza durante a crise dinástica, transmitindo a ilusão da ilimitação do seu poder, fá-lo-ia ser recordado como um monarca bastante generoso com a nobreza²⁰⁶⁹, e ficou também patente nos preparativos para a partida da armada de D. Francisco Mascarenhas. Assim, logo após ter anunciado a sua decisão de nomear Mascarenhas, Filipe II voltou a encomendar os assuntos da Índia a D. Duarte de Castelo Branco²⁰⁷⁰, pedindo-lhe que apurasse quais os montantes que se costumavam dar aos vice-reis por ocasião da sua partida, e enviando Miguel de Moura para o auxiliar²⁰⁷¹. Pediu ainda ao seu vedor que se concentrasse no aviamento da armada²⁰⁷², acompanhando as nomeações para os principais cargos²⁰⁷³.

Pela mesma altura em que era aconselhado a enviar uma embaixada à Pérsia Safávida para atacar o Império Otomano e, assim, garantir a segurança da Europa e da Ásia Portuguesa²⁰⁷⁴, Filipe II recebera notícias desconhecidas da Índia que o deixaram

²⁰⁶⁹ Cf. BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando, *Op. Cit.*, vol. I, p. 324.

²⁰⁷⁰ Cf. Carta de Filipe II a D. Duarte de Castelo Branco, Elvas, 16.I.1581 – BA, 49-X-1, fl. 302.

²⁰⁷¹ Cf. Carta de Filipe II a D. Duarte de Castelo Branco, Elvas, 20.I.1581 – *Ibidem*, fl. 304.

²⁰⁷² Cf. Carta de Filipe II a D. Duarte de Castelo Branco, Elvas, 21. I.1581 – *Ibidem*, fl. 312.

²⁰⁷³ Cf. Carta de D. Duarte de Castelo Branco a Filipe II, Lisboa, 25.I.1571 – BA, 49-X-4, fls. 243-244v.

²⁰⁷⁴ Cf. Carta de João Baptista Antonelli a Filipe II, Lisboa, 26.I.1581 – AGS, *Estado*, Leg. 424, fl. 192.

tranquilizado²⁰⁷⁵. Porém, o mês de Fevereiro foi particularmente complicado devido aos planos ingleses e franceses de intervenção na Ásia Portuguesa²⁰⁷⁶ e, em particular, com a questão de se evitar o envio de antonistas à Índia, tal como Alba tanto recomendara, o que levou D. Francisco Mascarenhas a ser alertado para este aspecto²⁰⁷⁷. Já quanto à possibilidade de embarcar soldados castelhanos, o Monarca Católico chegara a autorizá-la devido aos constantes atrasos na partida da armada, mas pedira segredo para não escandalizar o Reino²⁰⁷⁸, pois tratar-se-ia de uma violação das promessas que fizera. No entanto, Filipe II trocava correspondência com Mascarenhas sobre a revisão dos contratos dos gancares²⁰⁷⁹, aconselhamento de figuras para o servir na Índia²⁰⁸⁰ e favorecimento dos missionários²⁰⁸¹. Quando, no final do mês, D. Francisco e D. Duarte se juntaram para preparar melhor a partida²⁰⁸², as questões do cabedal e do envio de soldados castelhanos não estavam ainda resolvidas, autorizando Filipe II, o pagamento excepcional de soldos por quatro meses para resolver o segundo problema²⁰⁸³.

Dados os diversos assuntos que aguardavam resolução, Filipe II aceitara a sugestão de Alba para Mascarenhas e Castelo Branco passarem a despachar as questões pendentes²⁰⁸⁴. Como não se conseguiria enviar o cabedal necessário à Índia, o Monarca Católico pedira a D. Duarte que convencesse os mercadores a financiarem o dinheiro que faltava, pois já tinha sido forçado a desviar fundos de Castela²⁰⁸⁵, acabando por confiar a D. Francisco o despacho dos assuntos pendentes devido à doença de D. Duarte²⁰⁸⁶. Quando Castelo Branco logrou convencer os mercadores a realizar o empréstimo, Filipe II de imediato questionou se as naus partiriam para a Índia com as destinadas ao restante Império²⁰⁸⁷ e pediu que a questão do marfim, levantada por D.

²⁰⁷⁵ Cf. Instrução de Filipe II ao 3º duque de Alba, Elvas, 27.I.1581 – *Ibidem*, Leg. 425, fl. 339.

²⁰⁷⁶ Cf. Carta do 3º duque de Alba a Filipe II, Lisboa, 5.II.1581 – *Ibidem*, fl. 162. Possivelmente a propósito de uma fracassada tentativa francesa para fazer embarcar D. António em Peniche (Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Op. Cit.*, p. 201).

²⁰⁷⁷ Cf. Carta de Miguel de Moura a Gabriel Zayas, Elvas, 11.II.1581 – AGS, *Estado*, Leg. 420, fl. 234.

²⁰⁷⁸ Cf. Instrução de Filipe II ao 3º duque de Alba, Elvas, 18.II.1581 – *Ibidem*, Leg. 425, fl. 384.

²⁰⁷⁹ Cf. Carta de Filipe II a D. Francisco Mascarenhas, Elvas, 23.II.1581 – FDUL, Coleção PS/MC, caixa 6, pasta 11, doc. 43.

²⁰⁸⁰ Cf. Cartas de Filipe II a D. Francisco Mascarenhas, II-III.1581 – *Ibidem*, docs. 47, 49, 50-53 e 57.

²⁰⁸¹ Cf. Carta de Filipe II a D. Francisco Mascarenhas, Elvas, 14.II.1581 – *Ibidem*, doc. 33.

²⁰⁸² Cf. Carta de D. Duarte de Castelo Branco a Filipe II, Lisboa, 21.II.1581 – BA, 49-X-4, fls. 269-270.

²⁰⁸³ Cf. Carta de Filipe II a D. Duarte de Castelo Branco, Elvas, 28.II.1581 – BA, 49-X-1, fls. 336.

²⁰⁸⁴ Cf. Cópia da minuta de carta de Filipe II ao 3º duque de Alba, Arronches, 1.III.1581 – PUB. *CDIHE*, vol. XXXIV, pp. 71-74.

²⁰⁸⁵ Cf. Carta de Filipe II a D. Duarte de Castelo Branco, Portalegre, 5.III.1581 – BA, 49-X-1, fls. 337-338.

²⁰⁸⁶ Cf. Carta de Filipe II a D. Duarte de Castelo Branco, Crato, 7.III.1581 – *Ibidem*, fls. 341-342.

²⁰⁸⁷ Cf. Carta de Filipe II a D. Duarte de Castelo Branco, Tomar, 21.III.1581 – *Ibidem*, fls. 351-352.

Luís de Ataíde, fosse resolvida²⁰⁸⁸. Também escrevera à Câmara de Goa noticiando o envio de dois socorros por terra para avisar da nomeação de D. Francisco²⁰⁸⁹, bem como, no mesmo sentido, ao provincial Padre Rodrigo Vicente²⁰⁹⁰.

Mascarenhas, porém, só partiu, após diversos percalços, a 8 de Abril²⁰⁹¹, sem qualquer antonista a bordo²⁰⁹² e levando sete naus e 2000 homens²⁰⁹³, diverso armamento²⁰⁹⁴, ordem para criar uma alfândega em Chaul e outra em Cochim²⁰⁹⁵, e uma carta para serem quitadas as menagens a D. Luís de Ataíde²⁰⁹⁶. De forma a assegurar que D. Francisco, o qual levava uma limitada agenda de reforma²⁰⁹⁷, a despeito dos poderes que levou, cumpriria integralmente o que lhe era pedido, Filipe II concedeu-lhe ainda: várias comendas para os seus filhos e netos, 30 mil cruzados de ajudas de custo, fora os 40 mil que lhe seriam dados na Índia, doze hábitos de Cristo, Avis e Santiago e autorização especial para nomear todos os cargos abaixo de feitor e de juiz de alfândega²⁰⁹⁸.

Para Filipe II estava, uma vez mais, em causa assegurar condições ao vice-rei nomeado para alcançar o seu juramento, razão pela qual concedera também, tal como fizera com D. Cristóvão de Moura durante o reinado do *cardeal-rei*, “muitos Alvarás assinados em branco pera todos os Privilégios, liberdades, honras e mercês que da sua parte promettesse às Cidades, Capitães, e Fidalgos que pusessem duvida ao jurarem por Rey, que lhe ficassem logo feitas, e assignadas”. Afirmo Couto que o fizera mais para “traze llos á obediencia por esta via, que por castigos, e rigores”²⁰⁹⁹.

Na realidade, além do evidente grau de confiança que depositava em D. Francisco Mascarenhas para cumprir tal missão e que o levaria a nomeá-lo, em 1593, como um dos governadores de Portugal para suceder ao cardeal-arquiduque Alberto (v. 1559-1621), Filipe II permanecia inseguro sobre o que poderia acontecer na Índia. Apesar de,

²⁰⁸⁸ Cf. Carta de Filipe II a D. Duarte de Castelo Branco, Tomar, 29.III.1581 – *Ibidem*, fls. 356-356v.

²⁰⁸⁹ Cf. Carta de Filipe II à Câmara de Goa, Tomar, 22.III.1581 – PUB. *APO*, fascículo 1, doc. 58.

²⁰⁹⁰ Cf. Carta de Filipe II ao Padre Rodrigo Vicente, Tomar, III.1581 – PUB. *DI*, vol. XII, doc. 42.

²⁰⁹¹ Cf. Carta de D. Duarte de Castelo Branco a Filipe II, Lisboa, 8.IV.1581 – BA, 49-X-4, fls. 306-306v.

²⁰⁹² Cf. Cópia da carta do 3º duque de Alba a Filipe II, Lisboa, 8.IV.1581 – PUB. *CDIHE*, vol. XXXIV, pp. 216-218 visto, antes, Filipe II o ter pedido expressamente a Alba (Cf. Cópia da carta do secretário Jerónimo Arceo a Gabriel Zayas, Lisboa, 2.IV.1581 – PUB. *Ibidem*, pp. 191-194).

²⁰⁹³ Cf. *Ásia*, X, i, 9.

²⁰⁹⁴ Cf. CORREIA, José Manuel, *Op. Cit.*, vol. II, doc. CII.

²⁰⁹⁵ Cf. MATOS, Artur Teodoro de, *O Estado da Índia...*, pp. 27-28.

²⁰⁹⁶ Cf. Bibliothèque Nationale de Paris, *Fonds Portugais*, Mss. 23, fl. 115.

²⁰⁹⁷ Cf. SUBRAHMANYAM, Sanjay, “A matter of...”, p. 470.

²⁰⁹⁸ Cf. *Ásia*, X, i, 9.

²⁰⁹⁹ Cf. *Ibidem*, p. 64.

em todos os preparativos para a partida da armada, Filipe II ter tentado afirmar a sua continuidade face aos Avis, razão pela qual se empenhara em seguir os hábitos instituídos e acompanhar tudo de perto, era, como refere o embaixador veneziano, indisfarçável o contexto em que Mascarenhas partia com tantos homens, dinheiro e poderes: “per dubbio di qualche sollevatione in quello paese, como ha molta ragione di temere, vedendo che nel regno medesimo con la sua presenza et con ogni sorte di amorivolezza non si puo assicurar di loro et per inditio evidenti del loro mal animo verso di lei, oltre atri particolari”²¹⁰⁰. Na realidade, a confirmação da sucessão filipina no Estado da Índia só chegaria a Filipe II durante o ano de 1582, tendo para tal contribuído de forma decisiva o posicionamento de D. Luís de Ataíde.

IV.4.3. A posição de D. Luís e a transição filipina no Estado da Índia

A frase de Joseph Pereira de Macedo, colocada no início deste capítulo, relativa ao posicionamento de Ataíde face à União Dinástica, contrariamente ao que preliminarmente se poderá pensar, resume bem a importância histórica da sua decisão. Como já afirmado, o vice-rei recebeu cartas, quer de D. António, quer do próprio Filipe II, solicitando o seu apoio e respectivo juramento no Estado da Índia. Porém, importa atentar ao exacto contexto em que estas foram enviadas e recebidas pelo fidalgo.

O polémico cronista Conestage²¹⁰¹ afirma que D. Luís recebeu, através da armada de 1579, cartas do Prior do Crato e de Filipe II apresentando as suas candidaturas à Coroa Portuguesa, e, por via da armada de 1580, dos próprios governadores, narrando-lhe os acontecimentos do Reino. Em função desses acontecimentos, teria feito partir o capitão-mor nomeado pelos governadores, Manuel de Melo da Cunha, de regresso ao Reino com ordem para dizer que a Índia juraria o pretendente que em armas estivesse a vencer a guerra²¹⁰². Contudo, o cronista Herrera apresenta uma versão bem diferente ao referir que “Luego que murio el Rey don Enrique escriuió [Filipe II] à don Luys de Atayde, Conde de la Touguia, Visorrey de la India, informando le de la justicia que tenia y de sua intencion. Y en la misma sustancia le escriuieron tambien algunos de los cinco Gouernadores: por lo qual aunque don Luys de Atayde recibio en vn tiempo despachos

²¹⁰⁰ Cf. Carta de Zuan Francesco Marosini, Madrid, 6.III.1581 – PUB. OLIVEIRA, Julieta Teixeira Marques de, *Fontes documentais de Veneza referentes a Portugal*, Lisboa, CNCDP/INCM, 1997, doc. 245, p. 250.

²¹⁰¹ Cf. MANUPPELLA, Giacinto, *A Lenda Negra de Jerónimo de Franchi Conestaggio e da sua Unione del Regno di Portogallo alla Corona di Castiglia (Génova, 1585)*, Coimbra, separata da Revista da Universidade de Coimbra, 1984.

²¹⁰² Cf. CONESTAGE, Ierosme, *Op. Cit.*, livro VIII, pp. 224-230.

de don Antonio, en que le pedia que le obedeciese, ofreciendo le grandes mercedes, se determinó de no obedecer le”²¹⁰³. No entanto, numa outra crónica, Herrera afirma que nas cartas de Filipe II este lhe fizera “muchas promesas”, às quais D. Luís dera crédito “por causa de otras que yvan con ellas de los Gobernadores”. Mas Ataíde só tomara a resolução de seguir Filipe II “a tiempo que ya las naves [de Manuel de Melo da Cunha] eran partidas, y devian de ser en las Islas de los Açores”²¹⁰⁴, isto é, nos finais de 1580, sem ter recebido todas as cartas mencionadas que o Monarca Católico lhe escrevera de Badajoz, em Novembro de 1580.

A verdade é que, não obstante a crónica de Conestage ser normalmente apontada como transmitindo uma versão dos acontecimentos pouco verossímil, neste caso o cronista italiano parece ter razão. Assim se pode inferir da resposta de Filipe II à carta de D. Cristóvão de Moura em que este noticiara, em Setembro de 1578, como o *cardeal-rei* tencionava enviar navios à Índia para noticiar a sua sucessão. Nessa missiva de Outubro de 1578, o Monarca Católico pedira já que não se perdesse ocasião de escrever a D. Luís de Ataíde para o favorecer²¹⁰⁵. E a provar que essa carta foi efectivamente escrita, apesar de ser desconhecida tal como as restantes que Filipe II escreveu ao fidalgo, bem como as do próprio Prior do Crato ou as dos governadores, encontra-se outra missiva endereçada por Filipe II a Gabriel Zayas na qual ordenava que se escrevesse ao conde vice-rei²¹⁰⁶. Dado que cronologicamente tal carta não poderá ter partido naquelas velas, é plausível que, tal como Conestage afirma, a mesma tenha sido enviada através da armada de 1579.

Quanto à carta dos governadores, que Ataíde veio a receber, ainda em finais de 1580, apesar de também ser desconhecida, será possível alvitrar que a mesma tenha sido escrita por alguns dos testamenteiros nomeados pelo fidalgo, designadamente por Diogo Lopes de Sousa, D. João Mascarenhas e Francisco de Sá de Meneses, que foram apoiantes da realza filipina e chegaram a garantir a Filipe II, como se viu, que D. Luís o juraria. Nesta carta, é provável que os governadores além de narrarem o que consideravam ser a rebelião de D. António, antes e depois do falecimento de D. Henrique, como fariam no decreto de Castro Marim, tenham também aconselhado Ataíde a optar por Filipe II. Todavia, o vice-rei só poderá ter tomado conhecimento dos

²¹⁰³ Cf. HERRERA, Antonio de, *Op. Cit.*, livro III, fls. 137v.-138.

²¹⁰⁴ Cf. HERRERA, Antonio de, *Primera Parte de la Historia General del Mundo*, por Iuan Godinez de Millie, Valladolid, 1606, livro XI, cap. X, p. 450.

²¹⁰⁵ Cf. Carta de Filipe II a D. Cristóvão de Moura, s.l., 27.X.1578 – ACL, série azul, pp. 231-232.

²¹⁰⁶ Cf. Carta de Filipe II a Gabriel Zayas, s.l., 29.X.1578 – *Ibidem*.

acontecimentos vividos no Reino até Março de 1580, isto é, decerto terá previsto a guerra entre Filipe II e o Prior do Crato, se bem que não deva ter tido forma de conhecer a sua evolução.

Dado ter falecido em Março de 1581, dificilmente terá tido informação da batalha de Alcântara, não terá recebido as cartas que D. Isabel de Meneses, a pedido de Filipe II e de Alba, lhe dirigiu em Setembro de 1580, nem tão pouco as que o Monarca Católico lhe endereçou em finais de 1580, ou as que entregara a D. Francisco Mascarenhas. No caso das cartas de D. Isabel, apesar de terem sido escritas em Setembro e de poderem chegar por terra à Índia em seis meses, antes de D. Luís falecer, parece-nos que para a mente de Filipe II só faria sentido que estas fossem enviadas em conjunto com as suas.

Por conhecer Filipe II e a sua corte, Ataíde poderá, contudo, ter alvitado que a invasão do Reino seria comandada pelo seu conhecido 3º duque de Alba. Não saberia D. Luís, pela sua anterior experiência, que a agregação de Portugal, enquanto importante Monarquia da Europa do seu tempo, não seria fácil e que, portanto, seria necessário chamar o veterano das guerras da Monarquia, o qual, tal como em Mulhberg, era sempre convocado para fazer face aos contextos mais complexos? Carecendo de mais informações sobre o que se passava, Ataíde enviou emissários por terra para tentar apurar o que se passava, havendo notícia de que António Baroche foi, em três ocasiões, expressamente enviado a Filipe II por D. Luís e pelo seu sucessor, desconhecendo-se, contudo, as datas e acontecimentos associados a cada envio²¹⁰⁷.

Foi precisamente neste contexto de incertezas acerca do que sucederia no Reino que se afirmou que “se dobraram estas ansias ao nosso Conde com o pio desejo de ver o estado de sua pátria melhorado”²¹⁰⁸. Seria esse o sintoma de que D. Luís de Ataíde seria efectivamente apoiante de D. António e que estaria disposto a auxiliá-lo, acolhendo-o no Estado da Índia, ou preparando um exército para vir em seu socorro como se afirmou? Infelizmente, a resposta a esta importante questão não poderá ser dada com absoluta certeza dada a inexistência de cartas de serviços da Índia para este período e, considerando, sobretudo, a falta de correspondência pessoal de Ataíde. Porém, não se conhecendo evidências documentais indicadoras que D. Luís preparava um exército de

²¹⁰⁷ O que se sabe através das cartas de mercê a António Baroche de 1584 nas quais são mencionadas as referidas viagens (Cf. VITERBO, Sousa, *Viagens da Índia a Portugal por terra e vice-versa. Resenha Histórica e Documental*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1898, pp. 22-25).

²¹⁰⁸ Cf. “Vida e acções...”, cap. 11, p. 192.

socorro ao Prior do Crato, o que a ter ocorrido teria, certamente, deixado alguma referência, afigura-se pouco verossímil que Ataíde tenha apoiado D. António.

Em suporte desta afirmação decorrem um conjunto de ilacções possíveis de efectuar de referências indirectas, em particular, do segundo governo vice-real de Ataíde e da sua trajectória. Cabe lembrar que, no final do seu governo, o vice-rei sofria de doença prolongada que naturalmente lhe dificultaria a organização de qualquer exército e, ainda mais, o seu hipotético comando. Observou-se até, como deste ponto de vista, a corrida à sucessão de D. Luís se iniciou ainda em vida do fidalgo e como lhe poderiam faltar apoios na fidalguia para o recrutamento de um exército. Além disso, como se constatou já, a situação político-militar asiática e toda a governação que Ataíde prosseguira encaminhara-se no sentido de não arriscar guerras. Tal fora evidente no posicionamento face a Bijapur, ao Império Mogol, a Malaca e a Ceilão. Como esperar então que o mesmo fidalgo, que tantas dificuldades tivera em estabilizar a situação do Estado da Índia, missão para a qual fora expressamente mandatado, colocasse em risco aquilo que tanto tempo levava a serenar no contexto das incertezas da guerra de sucessão? Neste ponto todo o perfil de prudência que o fidalgo evidenciou no segundo governo, indicia que não arriscaria tal guerra. A estes motivos acrescem ainda os de ordem pessoal.

Tendo em conta que, como se assinalou, vários amigos e familiares de Ataíde seguiram o Prior do Crato e que poderá ser plausível que os antonistas tenham tido alguma expectativa sobre o seu posicionamento, não poderão ser ignorados, porém, os sinais que D. Luís dera anteriormente. Apesar de conhecer pessoalmente D. António, além de não se conhecerem evidências de uma relação próxima entre este e o fidalgo, importa não esquecer que os dados conhecidos vão no sentido inverso. Não se constatou até que Ataíde fora especialmente próximo do infante D. Duarte, o grande adversário político do Prior do Crato? Deste prisma, seria expectável que D. Luís, que sempre procurava afirmar-se politicamente coerente, viesse a apoiar a figura que fora adversária do referido infante? De facto, a lógica do seu apoio ao infante D. Duarte poderia suscitar até a hipótese de Ataíde preferir a candidatura de D. Catarina. No entanto, também neste ponto voltam a escassear dados que permitam confirmar tal possibilidade.

A estas problemáticas acresce uma outra fundamental: a situação pessoal em que se encontrava o fidalgo durante a totalidade do seu segundo governo da Índia. Já se observou como Ataíde solicitara insistentemente o seu regresso por não ter descendência directa para lhe suceder. Neste sentido, o seu principal objectivo no retorno ao Reino

não poderia deixar de ser o de garantir descendência para a sua Casa, de forma a assegurar a sua continuidade e evitar que a riqueza e engrandecimento que acumulara corresse o risco de se esfumarem. Não era a preservação da descendência e da memória da Casa algo de fundamental para um membro da mais elevada nobreza, como o era D. Luís de Ataíde? Não demonstrara sempre Ataíde durante todo o seu percurso uma grande preocupação com a sua imagem de grande fidalgo²¹⁰⁹?

Neste cenário cumpre suscitar outra interrogação: Que garantias lhe poderia então oferecer um pretendente a rei não coroado, como o Prior do Crato, frente a um pretendente coroado, como Filipe II, de que mesmo no caso de não ter sucessão poderia ser encontrada uma solução que evitasse a extinção ou incorporação da sua Casa na Coroa? Não será difícil crer que, deste ponto de vista, Filipe II ofereceria mais garantias a D. Luís. Além disso, enquanto homem que conhecera, talvez até melhor do que muitos seus contemporâneos no Reino, o poderoso exército de Carlos V, que privara com Filipe II e com o próprio 3º duque de Alba, Ataíde sabia que seria duvidoso D. António derrotar militarmente as forças filipinas sem um líder militar experiente, difícil de encontrar naquela conjuntura. Deste modo, pela lógica dos motivos aquilatados, Ataíde dificilmente poderia ser apoiante de D. António. Contudo, para alguém que acompanhara a política sebastica de firmar o afastamento face a Filipe II, poderá não ter deixado de causar perplexidade e até tristeza a ironia histórica de o rei que servira, ao falecer, ter aberto o caminho para a realeza do seu adversário estratégico.

Esta ideia surge, aliás, expressa na frase atribuída ao fidalgo e sempre interpretada como a afirmação de que seria apoiante do Prior do Crato e que tivera intenção de arregimentar um exército para o auxiliar: “Morra eu quando seja tudo contra Portugal”²¹¹⁰. Todavia, tal frase, se efectivamente proferida por Ataíde, facto não confirmado em fontes quinhentistas, indiciando tratar-se de uma atribuição posterior, pode também remeter para o sentimento de tristeza e mesmo resignação do fidalgo, constatada deste prisma, perante a morte de D. Sebastião, breve realeza do *cardeal-rei* e subsequente “previsível” vitória de Filipe II. Mais do que uma declaração de antonismo, a qual, como mencionado não é corroborada, antes pelo contrário, é contraditada noutras fontes, tal frase reforça a profundidade da ligação de Ataíde àquele que fora, sem dúvida, o seu rei em todos os sentidos: D. Sebastião. Além disso, como se viu, por

²¹⁰⁹ Sobre este tema veja-se o capítulo V.

²¹¹⁰ Cf. DUARTE, Manuel Marques, “Conclusão” in PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, p. 90.

falecer, em Março de 1581, D. Luís dificilmente terá tomado conhecimento da vitória filipina em Alcântara, pelo que dificilmente poderia ter pronunciado aquela frase em apoio de D. António. Mas, mesmo admitindo que Ataíde apoiara o Prior do Crato ou até que tenha sido informado da batalha de Alcântara, o tom melancólico da frase não é em si próprio indiciador de que estaria resignado perante a derrota da causa que apoiaria?

Desta forma, e na lógica do perfil de prudência do fidalgo, a questão a colocar é outra: como poderia D. Luís de Ataíde com a sua posição vincular a de todo o Estado da Índia, declarando-se a favor de um dos pretendentes, sem ter notícias concretas sobre a evolução da guerra? Sem dúvida que a sua experiência político-militar, bem como as suas condições anímicas o deveriam aconselhar a aguardar até obter dados mais seguros. Com os poucos detalhes que tinham chegado, nomeadamente a carta dos governadores que deveria indiciar-lhe a provável vitória de Filipe II, o vice-rei poderá efectivamente ter decidido apoiar Filipe II no final de 1580 e, inclusivamente preparado o seu juramento, como afirma o cronista Herrera²¹¹¹, ainda que, em nossa opinião, só tenha pensado fazê-lo logo que chegassem notícias mais concretas.

Veio a ser, contudo e precisamente, nesse processo de espera por informações mais concretas, que o fidalgo faleceu sem tomar formalmente posição por qualquer dos candidatos e sem que, se saiba, tenha arregimentado qualquer exército. A única referência conhecida é uma carta escrita pelo fidalgo em Outubro de 1580, isto é, já após ter recebido a referida missiva dos governadores. Nessa missiva²¹¹², em que pede novamente para regressar ao Reino, é patente o estado de prostração anímica em que Ataíde se encontrava, o qual dificilmente lhe daria forças para arregimentar ou liderar qualquer exército em favor do Prior do Crato.

As suas palavras, sendo de tal forma elucidativas do sempre mencionado final amargurado que o fidalgo teve²¹¹³, não tanto pela questão de ser apoiante de D. António, mas, acima de tudo, pela referida situação pessoal em que se encontrava, merecem um acompanhamento estreito. Começando por relembrar que servia há 42 anos na guerra, D. Luís afirmava-se pessoalmente agravado por não lhe ter sido concedida licença de regresso, tendo em conta a sua fama de zeloso e amante da verdade pois considerava que “não mereço a V. A. este tratamento nem dilatar me mais esta merçe, se mais

²¹¹¹ Cf. HERRERA, Antonio de, *Cinco Libros...*, livro IV, fl. 181v.

²¹¹² Cf. Carta de D. Luís de Ataíde aos governadores do Reino?, s.l., 15.X.1580 – Apêndice documental, doc. 8.

²¹¹³ Cf. DUARTE, Manuel Marques, “Conclusão” in PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, p. 90.

picados tiuerem permitido não me ter V. A. feito como me promete na Carta que me este anno escreueo” pois “sou de 60 anos que por serem passados em continuos trabalhos naufragios e perigrições julgo os e sinto os como de 20 e como de 20 me são entradas as indisposições co Enfadamento de vida e de tudo”. Numa lógica de quem apenas pretendia falecer com um mínimo de serenidade e, naquela que seguramente seria uma dolorosa confissão para quem era conhecido como um valente guerreiro, à semelhança da que o vice-rei D. Garcia de Noronha fizera em 1539, Ataíde afirmava-se sem forças para governar: “afirmo lhe polla verdade que a seu serviço deuo que não conuem ao mesmo serviço seruir sse de hum home doente [e] velho neste Cargo e obrigação que me tem emcomendado porque posto que nem a velhiçe e muitos anos meus, nem as indisposições não serão tantas he tanto o dezeio que tenho posto muito que a Deus deue de fazer conta com minha alma neste derradeiro quarto e ando já tão cheo de escrupolos de o não poder fazer com as inquietações que nelle tenho que de nenhũa maneira posso acabar comigo tratar ja esta materia”. Não obstante, terminava a missiva declarando acreditar que, naquela fase, já lhe teria sido enviado sucessor.

A doença prolongada acabaria por vitimar o conde vice-rei a 10 de Março de 1581²¹¹⁴, em Goa, tendo, contudo, tido tempo para reservar a sua sepultura junto da do seu irmão D. João de Ataíde²¹¹⁵, ordenando aí ser sepultado com o hábito franciscano e da Ordem de Cristo. Foram então abertas as vias de sucessão, enviadas pelos governadores do Reino na armada de 1580²¹¹⁶, através das quais foi nomeada outra figura que D. Luís de Ataíde vira crescer política e militarmente: Fernão Teles de Meneses, um dos fidalgos que se destacara no auxílio a D. Francisco Mascarenhas em Chaul²¹¹⁷. Derrotado nas suas ambições de suceder ao conde vice-rei saiu D. Pedro de Meneses²¹¹⁸, irmão de D. Diogo de Meneses. Se bem que a sucessão de Fernão Teles de Meneses tenha sido bem acolhida por todos “porque por suas partes, e qualidades era muito amado, e bemquisto de todos”²¹¹⁹, precisamente devido a essa anterior forte ligação a Ataíde, o novo governador do Estado da Índia não deixou, no entanto, de se retirar das cerimónias da sua entronização “com bem diferente sentimento dos parentes, amigos, criados de hum, e outro, porque huns choravam a perda do Viso-Rey, outros

²¹¹⁴ Com 75 anos (Cf. MACEDO, Joseph Pereira de, *Op. Cit.*, livro II, p. 162).

²¹¹⁵ Que um primo Botelho lhe pedira em vão (Cf. *Ásia*, X, i, 1).

²¹¹⁶ Cf. *Ibidem*, X, i, 1.

²¹¹⁷ Cf. VILA-SANTA, Nuno, “Fernão Teles de Meneses” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>

²¹¹⁸ Cf. *Ásia*, X, i, 1.

²¹¹⁹ Cf. *Ibidem*, p. 4.

festejavam a nova sucessão do Governador; e assim aqui que estavam repartidos, todos os que presentes estavam, nestes dous actos de tristeza, e de alegria”²¹²⁰. A ambivalência de sentimentos na sucessão do conde vice-rei era, então, o espelho de como a sua autoridade e força se tinham diluído progressivamente.

Na qualidade de irmão de João Gomes da Silva, o fidalgo candidato ao vice-reinado em 1577 e embaixador de Portugal em Roma, que acompanhara as manobras de Filipe II para impedir o casamento do *cardeal-rei* e o julgamento do caso da legitimidade do Prior do Crato, de Fernão Teles era consensualmente esperado um bom governo²¹²¹. Este iniciara o seu governo escrevendo precisamente ao seu irmão que ficara então como governador interino do Estado da Índia, pois não duvidava que viria sucessor²¹²². Por via deste irmão, ainda antes de ser governador, Fernão Teles poderá ter recebido informações decisivas em momento anterior à chegada das cartas de Filipe II.

Até essa data, a principal missão do governador foi a de procurar manter a situação herdada do governo do conde vice-rei. Tentando serenar os intuitos bélicos de Rajasinha, em Ceilão²¹²³, mas também não se envolver nas guerras intestinas de Bijapur²¹²⁴, Fernão Teles aproveitou os últimos preparativos de armadas que D. Luís fizera para os despachar²¹²⁵ e não quis prover a capitania-mor do Malabar²¹²⁶, pois pretendia reservar o aviamento das principais armadas para a chegada do novo vice-rei²¹²⁷. Mas, nas vésperas da chegada de D. Francisco Mascarenhas, o governador não conseguira manter a boa saúde financeira do Estado, herdada de Ataíde²¹²⁸, e confrontava-se com um cenário pouco pacífico: em Goa, devido às pazes assinadas por D. Luís serem incumpridas e o embaixador de Bijapur se encontrar retido; em Baçaim,

²¹²⁰ Cf. *Ibidem*, p. 5.

²¹²¹ Cf. *Ibidem*; Carta do Padre Francisco de Monclaros ao Padre Everardo Mercuriano, Goa, 26.III.1581 – PUB. *DI*, vol. XII, doc. 43; Carta do Padre Rodrigo Vicente ao Padre Everardo Mercuriano, Goa, 30.III.1581 – PUB. *Ibidem*, doc. 46.

²¹²² Fernão Teles de Meneses dava então “grandes muestras de gobernar muy bien y toda esta ciudad está muy alegre de aver sucedido él, y lo mismo estarán las otras partes de la India como supieren. Estas nuevas se pueden dar al Embaxador, aunque creo las sabrá por cartas del mismo Governador su hermano, el qual embía un correo de pie de aqui a Europa, y lleva también esta carta; y la mesma llevarán por otra vía unos venezianos que están en estas partes” (Cf. Carta do Padre Rodrigo Vicente ao Padre Everardo Mercuriano, Goa, 30.III.1581 – PUB. *Ibidem*, p. 378).

²¹²³ Cf. Carta do Padre Marco António Porcari ao Padre Cláudio Acquaviva, Cochim, 30.XI.1581 – PUB. *Ibidem*, doc. 74.

²¹²⁴ Cf. *Ásia*, X, i, 2.

²¹²⁵ Cf. *Ásia*, X, i, 2-3.

²¹²⁶ Acabando por nomear Matias de Albuquerque para a capitania-mor do Malabar. Cf. *Ibidem*, X, i, 8.

²¹²⁷ Cf. CORREIA, José Manuel, *Op. Cit.*, vol. II, doc. CIV.

²¹²⁸ D. Luís deixara-lhe 196 803 pardaus e Fernão Teles viria a entregar apenas 129 741 pardaus, valor no qual se contabilizavam diversas despesas que fizera (Cf. *Ibidem*, vol. II, doc. CV).

devido às ameaças de guerra do rei de Coles; em Damão, com os rumores de cerco de Akbar; no Malabar devido às tradicionais guerras com os corsários e piratas malabares; em Colombo, com os rumores da preparação de novo cerco por Rajasinha; em Malaca e nas Molucas dada a ausência de notícias; em Ormuz devido à ocupação do Camorão²¹²⁹ e à queda de Mascate²¹³⁰.

Precisamente em virtude da situação “anti-climática”²¹³¹ que se vivia e duvidando da força militar e da situação financeira do Estado, Fernão Teles optou por não arriscar, tal como Ataíde já fizera, adotando uma estratégia de conservação²¹³² quando, por fim, chegou a Goa a fusta que trazia as cartas escritas por Filipe II para D. Luís e toda a Índia, a 1 de Setembro de 1581. A chegada de tal navio causou “grande alvoroço no povo; porque como as cousas do Reyno ficavam por determinar, estavam todos esperando pelas náos pera saberem a resolução dellas”²¹³³. Lidas as cartas de Filipe II, o decreto de Castro Marim, bem como a carta da Câmara de Lisboa, e tendo em conta os poderes que o Monarca Católico conferira a Ataíde, para ser jurado, Fernão Teles de Meneses decidiu-se a jurá-lo rei²¹³⁴.

Em causa estiveram não apenas a referida situação incerta nos prismas político-militar e financeiro, mas igualmente interesses pessoais do próprio governador. Descendente dos Teles de Meneses, que tinham servido na Casa do infante D. Luís, e tendo sido criado “em sua mocidade com o Prior do Crato”²¹³⁵, Fernão Teles percebeu que o juramento de Filipe II era irreversível, em nossa opinião, sobretudo, por então se ter tomado conhecimento na Índia da derrota de D. António em Alcântara. Percepcionando que corria o risco, devido à sua anterior ligação ao Prior do Crato e da sua família ao infante D. Luís, de ter destino incerto caso não jurasse de imediato Filipe II, Fernão Teles de Meneses rejeitou todos os pareceres para adiar o juramento e, confiando no parecer dos letrados, dispôs-se a de imediato, jurar o Monarca Católico²¹³⁶. Com tal atitude pretendia “que se visse que nem obrigações particulares de criação, e amizade,

²¹²⁹ Cf. Treslado do auto de entrega da Índia ao vice-rei conde da Horta, D. Francisco Mascarenhas, por parte do Governador Fernão Teles de Meneses - Bibliothèque Nationale de Paris, *Fonds Portugais*, Mss. 23, fls. 115-116.

²¹³⁰ Devido a investida otomana, sendo a praça recuperada por D. Gonçalo de Meneses, capitão de Ormuz (Cf. SOUSA, Manuel de Faria e, *Ásia Portuguesa*, vol. IV, Parte 1, cap. XX).

²¹³¹ Cf. SUBRAHMANYAM, Sanjay, “A matter of...”, p. 470.

²¹³² Cf. *Ibidem*, p. 471.

²¹³³ Cf. *Ásia*, X, i, 3, p. 18.

²¹³⁴ Cf. *Ibidem*.

²¹³⁵ Cf. *Ibidem*, X, i, 4, pp. 22-23.

²¹³⁶ Cf. *Ibidem*, X, i, 3.

nem outros alguns respeitos eram bastantes pera o mudarem da sua antiga lealdade, nem pôr-lhe por isso culpas, que nelle haviam de ser mais estranhadas que em todo outro Fidalgo, que naquelle lugar estivera”²¹³⁷. Por esta razão, também ele, que fora servidor de D. António, tal como o faria em 1582 ao chegar aos Açores e entregar-se de imediato à armada do marquês de Santa Cruz²¹³⁸, ainda na Índia “nunca quis acceitar cartas do Prior do Crato, quando tratava da sua pretensão, e se queria justificar com todos os Fidalgos”²¹³⁹. Além disso, pretendia jurar Filipe II “primeiro que lhe chegassem as naus do Reyno, em que estava certo vir-lhe successor, por lhe ser ganhado por mão, e a elle só ficar devendo ElRey tamanho serviço”²¹⁴⁰ e, dessa forma, assegurar o seu ingresso no serviço do Monarca Católico, corrigindo assim a sua “mácula” antoniana.

Por este motivo, o juramento de Filipe II na maioria das praças da Índia²¹⁴¹, excepto em Moçambique²¹⁴², foi realizado por ordens suas e não do vice-rei D. Francisco. Infrutíferas foram as tentativas de Mascarenhas para efectuar o juramento filipino em Ormuz às suas ordens ou, mesmo, para interceptar os mensageiros que Fernão Teles fizera partir para a corte do Monarca Católico, em meados de Setembro de 1581, informando do seu juramento e da situação pacífica da Índia²¹⁴³. As iniciativas de D. Francisco que, como se viu, fora especialmente escolhido por Filipe II, para o jurar na Índia justificavam-se pois, à chegada aos Ilhéus Queimados, a 26 de Setembro de 1581, logo que fora informado do falecimento de D. Luís e de como Fernão Teles já jurara Filipe II, “o sentio em extremo, porque quizera elle ser o que fizera aquelle serviço”.

O vice-rei, contudo, “não deixou de dar muitas graças a Deos Nosso Senhor, porque sempre pareceo no Reyno que haveria neste negocio muito que fazer” e de considerar milagre não ter existido no Estado da Índia qualquer “alteração, movimento, nem inquietação alguma, o que foi permissão Divina, porque nestas partes andavam muitos homens da obrigação do Infante D. Luiz, e de seu filho D. Antonio, que em partes tão

²¹³⁷ Cf. *Ibidem*, X, i, 4, p. 23.

²¹³⁸ Cf. HERRERA, Antonio de, *Op. Cit.*, livro IV, fl. 181.

²¹³⁹ Cf. *Ásia*, X, i, 4, p. 23.

²¹⁴⁰ Cf. *Ibidem*, X, i, 8, p. 54.

²¹⁴¹ Realizados a 25 de Novembro de 1581 em Cochim, Coulão, pelo rei de Cranganor, Damão, Diu, Cranganor, Chaul, Mangalor e Baçaim respectivamente (Cf. *Gavetas*, vol. III, docs. 2619-2625, 2627-2628 e 2631) e, a 15 de Novembro de 1581, em Ormuz (Cf. *Ibidem*, doc. 2629).

²¹⁴² Aproveitando a sua passagem na região, D. Francisco Mascarenhas fez o juramento a 20 de Agosto de 1581 (Cf. *Ibidem*, doc. 2630).

²¹⁴³ Cf. *Ásia*, X, i, 9.

apartadas, e remotas puderam causar alguma perturbação; pois no Reyno, tão perto do castigo, não faltáram alvoratadores que o inquietaram por muytas maneiras”²¹⁴⁴.

Nenhum destes factos, no entanto, significa que a realeza de Filipe II tenha sido entusiasticamente aceite, tal como algumas cartas de missionários faziam crer²¹⁴⁵, pois, logo que Fernão Teles anunciou a sua intenção de jurar Filipe II, “ficáram todos muito sobresaltados, e tristes, lembrando-lhes novamente aquela desastrada perdição de todo o Portugal, e de hum Rey pedido a Deos com tantas lagrimas, romarias, procissões, e esmolos, acabar tão miseravelmente com hum tamanho exercito, em que quasi todos os homens da India perderam pais, irmãos, parentes e amigos, e que naquele Rey moço se acabára a sucessão dos Reys naturaes; e como os mais daquelles Fidalgos em sua mocidade se créarão com elle, que cada dia sempre tratarão seus vassallos como filhos; e que agora, posto que El Rey D. Filippe era havido por muito Catholico, e humano Principe, todavia primeiro que lhes viesse a saber todos os nomes, passariam muitos tempos: e que forçado havia de haver novo modo de procedimento, porque sempre mudanças de Reynos trazem grandes novidades. Todas estas cousas lhes davam muitos cuidados, não deixando contudo de prosseguirem naquela sua antiga lealdade”²¹⁴⁶.

Esta mesma ideia surge também no único relato concreto que detalha o processo de chegada da notícia da União Dinástica e respectivo juramento de Filipe II: o caso das Molucas. O então capitão de Tidore, Diogo de Azambuja (1576-1586), realizando um discurso muito similar ao do governador em Goa, só jurou aquele monarca em Março de 1582, já depois de lhe chegarem os correios do governador, quando Francisco de Dueñas, mandatado pelo governador castelhano das Filipinas, ali aportou, noticiando a irreversibilidade da União Dual²¹⁴⁷. A breve menção à forma como tudo decorreu²¹⁴⁸ demonstra ainda como na região do Estado da Índia onde a rivalidade e ameaça castelhana era mais sentida, o juramento não deixou de ser feito com algum receio.

²¹⁴⁴ Cf. *Ibidem*, pp. 69-70.

²¹⁴⁵ Nomeadamente do Padre Rodrigo Vicente, provincial jesuíta, a quem Filipe II endereçara uma carta insinuando ameaças aos eclesiásticos que não o jurassem, o que poderá ter motivado a sua resposta. Afirmava este que “estes Estados están quietos y contentos con el Rey que Dios nuestro Señor les ha dado, por ser ele solo qual ellos tenían necesidad” (Carta do Padre Rodrigo Vicente ao Padre Cláudio Acquaviva, Goa, 6/7.XI.1581 – PUB. *DI*, vol. XII, doc. 64, p. 378). Mesmo assim, e tal como no Reino, não deixara de haver a esperança de que a União Dinástica pudesse beneficiar o Estado da Índia pois tinha-se “por pronostico agradable ver el amor y estima con que Su Magestad ha sido recebido, de lo mucho que con esta mudança haga Su Magestad en estas partes” (Cf. Carta do Padre Rodrigo Vicente ao Padre Cláudio Acquaviva, Goa, 6/7.XI.1581 – PUB. *Ibidem*).

²¹⁴⁶ Cf. *Ásia*, X, i, 4, p. 21.

²¹⁴⁷ Cf. LOBATO, Manuel, “Implementar a União Ibérica na Ásia” in *O Reino, as Ilhas e o Mar Oceano. Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos*, Lisboa, CHAM, 2007, p. 800.

²¹⁴⁸ Azambuja escusou-se até à chegada de Dueñas a realizar o juramento (Cf. *Ibidem*, pp. 792-793).

Desta forma, a realeza de Filipe II, tal como ocorrera no Reino, era aceite mais por resignação do que por convicção, pois “se vio tambem ser tudo guiado por particular prudencia de Deus Nosso Senhor, de dez anos a esta parte, desfazendo tudo o que podia romper esta união”, motivo pelo qual “se fez tudo mais suavemente”²¹⁴⁹. Consciente de um final de ciclo e do início de outro, até no plano simbólico, Fernão Teles de Meneses quis afirmar-se enquanto pleno e derradeiro sucessor da memória política dos Avis. Nesse sentido, pode ser interpretada a sua iniciativa de se mandar pintar e, em seguida, encerrar a casa dos retratos dos vice-reis, a qual fora reconstruída com todos os retratos dos vice-reis do reinado sebástico, desde o governador Francisco Barreto em diante renovados, sob ordens de D. Luís²¹⁵⁰. Com esta ordem que afirmava a sua continuidade face à herança de Ataíde, se explica que Fernão Teles, que se mandara retratar na qualidade do último governador da Índia nomeado pelos Avis, tivesse mandado encerrar a Casa dos retratos dos governadores e vice-reis dos Avis e que viesse a ser aberta uma nova casa de retratos para os vice-reis e governadores dos Áustrias.

Após os receios de Alba de que D. Diogo de Meneses pudesse levar D. António para a Índia e ali o jurar rei e sediar a sua resistência a Filipe II, não poderia ter sucedido facto mais irónico do que ser por iniciativa de alguém que fora tão próximo do Prior do Crato, que Filipe II fora jurado. Não obstante, no contexto daquela guerra, o caso de Fernão Teles de Meneses foi apenas mais um de vários casos de deserção da causa antonista que, vencida pelos acontecimentos, não deixaria de ir perdendo apoiantes em prol da nova dinastia até à sua extinção, já nas vésperas da Restauração²¹⁵¹. No entanto, fica ainda claro que, como tanto insiste Couto, caso D. António tivesse partido para a Índia dificilmente os interesses de Filipe II poderiam ter sido acautelados. Como evitar que a esmagadora maioria da fidalguia estante a Oriente, com grande proximidade emocional à figura de D. Sebastião, não encarasse, após a morte de D. Henrique, o Prior do Crato como seu sucessor natural e o *Último Avis*? Possivelmente também consciente deste problema, D. Luís de Ataíde terá decidido não jurar nenhum dos candidatos.

Não poderia a sua autoridade nos meses finais da sua existência estar bem mais minada do que se pressupunha no Reino? No quadro dos seus dramas pessoais, das

²¹⁴⁹ Cf. Cópia da carta ânua da Índia Oriental, Goa, XI.1581 – PUB. *DHMPPO (Índia)*, vol. XII, doc. 77, p. 735.

²¹⁵⁰ Cf. *Ásia*, X, i, 14.

²¹⁵¹ Após o falecimento de D. António, o seu filho D. Cristóvão não desistiria de recuperar a Coroa Portuguesa, só abdicando do que considerava serem os seus direitos e declarando fidelidade a D. Filipe III na década de 1630.

incertezas do cenário político-militar asiático, e dos seus achaques, teria o fidalgo capacidade efectiva para jurar qualquer um dos pretendentes? Na dúvida, como afirmado, D. Luís terá decidido esperar pela clarificação dos acontecimentos e, assim, contribuído, à sua forma, para o desenlace da própria História. Como já mencionado, numa guerra em que o ritmo dos acontecimentos era demasiado rápido e em que, em vários momentos, os pequenos acontecimentos poderiam ter alterado o rumo geral, o não juramento de D. António no Estado da Índia acabaria por ser mais uma das derrotas que a sua causa veio a somar. E foi precisamente quanto a este aspecto que a posição de Ataíde, no contexto da crise dinástica, veio a ser mais decisiva.

Não jurando o Prior do Crato, D. Luís de Ataíde abriu, de facto, caminho ao juramento de Filipe II, e assim, deu o mote para muito do que sucederia. Na verdade, as intenções que, desde sempre, se atribuíram a Ataíde encontram algum paralelo no caso do Brasil, onde se afirma que o governador Lourenço da Veiga (1578-1581) também fora um antonista e, mesmo, que falecera desgostoso quando soubera que o seu irmão Tristão Vaz da Veiga entregara Belém a Alba²¹⁵². Também no Brasil, apesar de ser mencionada uma aclamação antoniana em Pernambuco²¹⁵³, foi tentado, sem qualquer sucesso, o juramento de D. António através das armadas francesas enviadas à região²¹⁵⁴. Os receios de que Veiga não jurasse o Monarca Católico foram, todavia, ultrapassados com o seu falecimento em Junho de 1581²¹⁵⁵. Face a esta região e após várias hesitações, Filipe II enviara Frutuoso Barbosa para combater os corsários na Paraíba e noticiar a sua sucessão. Precavera-se ainda ao enviar uma armada extraordinária ao Estreito de Magalhães de forma a garantir que a causa antoniana não teria adeptos no Brasil²¹⁵⁶. Desta forma, quando nomeou o novo governador-geral, Manuel Teles Barreto, Filipe II já estava informado do falecimento de Veiga e de como o seu juramento no Brasil se encontrava em curso²¹⁵⁷. No entanto, seria importante detalhar melhor em que medida o posicionamento do Brasil, no contexto da crise dinástica e da

²¹⁵² Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *O Brasil e a realeza de D. António, Prior do Crato. Novos dados de um problema histórico*, Coimbra, Coimbra Editora, 1959, pp. 15-16.

²¹⁵³ Cf. MARQUES, Guida, “La dimension...”, p. 222.

²¹⁵⁴ Visto Strozzi, na sequência das negociações dos embaixadores do Prior do Crato em Paris, levar ordens para depois de render os Açores, Madeira e Cabo Verde, rumar ao Brasil para ali alcançar o juramento de D. António (Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Op. Cit.*, pp. 15-16 e 19).

²¹⁵⁵ Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal. O Governo dos Reis Espanhóis (1580-1640)*, vol. IV, Braga, Editorial Verbo, 2000, pp. 165-166.

²¹⁵⁶ Cf. MARQUES, Guida, “La dimension...”, p. 222.

²¹⁵⁷ Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Op. Cit.*, pp. 165-166.

guerra de sucessão, tão cobiçado pelo apetite de Catarina de Médicis, foi decisivo, comparando-o com o do outro pólo do Império: o Estado da Índia.

Creemos que, porém, ao contrário do que foi aconselhado a D. António, seria na Índia onde este teria melhores condições para ser acolhido e sediar a sua resistência. No Brasil, não só se encontrava militarmente mais perto das investidas dos domínios próximos de Filipe II, como tendia a surgir como o “aliado do inimigo”, isto é, dos Franceses. Por comparação, no Estado da Índia, o Prior do Crato detinha não apenas vários partidários, mas ainda maior distância geográfica de Filipe II, o que dificultaria seriamente a este último quaisquer intervenções militares. Tendo em conta que alguns sectores da Ásia Portuguesa já antes quiseram separar-se sob o pretexto do governo de alguém de sangue real²¹⁵⁸, a possibilidade de D. António ser bem acolhido era elevada. Não pensara também o próprio D. Sebastião passar à Índia, em 1572 e não fora tal conhecido na Ásia Portuguesa? Neste sentido, uma hipotética boa recepção do Prior do Crato pela fidalguia na Índia poderia, de facto, ter invertido, pelo menos, em parte, o rumo da guerra. Ora, é precisamente neste quadro que a ausência de posicionamento favorável de D. Luís de Ataíde face a D. António, enquanto a sua causa ainda não sofrera as derrotas de Alcântara e dos Açores, contribuiu decisivamente para o alicerce da nova dinastia.

Esta mesma lógica viria a justificar que, em 1600, Pedro da Costa, o homem a quem Filipe II encarregara de enviar à Índia, com a maior brevidade possível, o decreto de Castro Marim de forma a garantir o seu juramento, viesse a pedir mercê ao seu sucessor, relembrando que o fizera “com a breuidade que couinha e sua Magestade encomendaua de que se conseguiu entregar a Índia e retirar se a maior parte da fidalguia deste reino de seruir a Dom Antonio”²¹⁵⁹. À parte algum exagero desta frase, importa frisar que a sucessão filipina no Estado da Índia decorreu de forma semelhante ao que sucedera no Reino. Tendo o Portugal dos Áustrias nascido “marcado por la inadecuación de ser fruto de la Herencia y de la Conquista, del Pacto y de la Merced”²¹⁶⁰, também no Estado da Índia a sucessão filipina, tal como os testemunhos apresentados confirmam, foi sentida dessa forma. Nas cartas remetidas para a Índia, em finais de 1580, tal como fizera na sua estratégia para a agregação de Portugal, Filipe II seguiu uma linha de negociação, mas também de insinuação de ameaças. Nesse sentido, é possível que o instável

²¹⁵⁸ Cf. THOMAZ, Luís Filipe, “A crise...”, p. 505. Em tempo do vice-rei D. Constantino de Bragança.

²¹⁵⁹ Cf. CURTO, Diogo Ramada, *Op. Cit.*, p. 128.

²¹⁶⁰ Cf. BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando, *Op. Cit.*, vol. II, p. 788.

equilíbrio de ambas as componentes (negociação/conquista), o qual ajudaria a explicar no Reino a Restauração de 1640²¹⁶¹, também tenha tido os seus reflexos nos anos seguintes no Estado da Índia, sobretudo, no momento de aclamar rei na Ásia Portuguesa D. João, 8º duque de Bragança²¹⁶². Importará, por isso, aprofundar as dinâmicas de continuidade e ruptura introduzidas pelo governo dos Áustrias no Estado da Índia durante o período da União Dual²¹⁶³.

A confirmação do juramento filipino no Estado da Índia só chegaria a Filipe II já durante o ano de 1582²¹⁶⁴. Apesar de, ainda em 1581, através da chegada das naus da Índia, de Manuel de Melo da Cunha, acerca das quais tantos rumores circularam²¹⁶⁵, o Monarca Católico ter ficado a saber do seu estado pacífico, não haveria certeza de que tal sucedera. Apesar disso, e já em Lisboa, após o seu juramento nas Cortes de Tomar, o novo rei de Portugal ficou bastante aliviado quando recebeu Manuel de Melo da Cunha e soube que D. Luís o tencionava jurar rei²¹⁶⁶ e que a armada de Cunha não fora capturada nos Açores por D. António. Tendo chegado mais tarde do que o esperado, Cunha, que começara por afirmar que só faria homenagem aos governadores do Reino, quando ancorou na Terceira e se apercebeu da guerra, dirigiu-se a Lisboa, onde a sua chegada foi festejada por se julgar que teria levado a armada para Inglaterra²¹⁶⁷.

A confirmação do falecimento de D. Luís de Ataíde e do seu juramento na Índia apenas chegariam a D. Filipe I em finais de Junho de 1582, quando o próprio Fernão Teles de Meneses chegou aos Açores a bordo da armada que trazia as cartas, desconhecidas, do vice-rei D. Francisco Mascarenhas com aquelas novas. D. Filipe I comentava com agrado aquelas notícias e o envio de um elefante, por parte de

²¹⁶¹ Cf. *Ibidem*.

²¹⁶² Sobre o tema: Cf. FERREIRA, José, *A Restauração de 1640 no Estado da Índia*, dissertação de mestrado policopiada, Lisboa, FCSH-UNL, 2011.

²¹⁶³ Estando actualmente em preparação a dissertação de doutoramento de João Luís Ferreira intitulada *A Monarquia Hispânica e o Estado da Índia durante o reinado de Filipe IV (1621-1640)*, sob orientação de Alexandra Pelúcia e Pedro Cardim, seria importante realizar análises equivalentes para os reinados de Filipe II e Filipe III, de forma a obter-se uma visão global, mais alicerçada, das mudanças no Estado da Índia com a entronização e governação dos Áustrias.

²¹⁶⁴ Sendo explicitamente afirmado que não chegou no ano de 1581 (Cf. HERRERA, Antonio de, *Op. Cit.*, livro IV, fl. 152), o que se afigura com sentido visto ser improvável os correios enviados por terra da Índia por Fernão Teles de Meneses, em Setembro de 1581, chegarem antes do início de 1582.

²¹⁶⁵ Relembre-se que o seu regresso coincidiu com a batalha naval de Vila Franca do Campo e que às autoridades filipinas interessava garantir, como em 1580, que a armada não seria capturada por D. António. Nesse contexto, circulara o rumor de que Manuel de Melo da Cunha era favorável ao Prior do Crato (CONESTAGE, Ierosme, *Op. Cit.*, livro VIII, pp. 224-230; CÓRDOBA, Luis Cabrera de, *Op. Cit.*, tomo II, livro XIII, cap. V).

²¹⁶⁶ Cf. CÓRDOBA, Luis Cabrera de, *Op. Cit.*, tomo II, livro XIII, cap. V.

²¹⁶⁷ Cf. Carta de Francesco Morosini e Mateus Zane, s.l., 4.IX.1581 – PUB. OLIVEIRA, Julieta Teixeira Marques de, *Op. Cit.*, doc. 263; CONESTAGE, Ierosme, *Op. Cit.*, livro VIII, p. 231.

Mascarenhas, às suas amadas filhas, as infantas Isabel Clara Eugénia e Catarina Micaela²¹⁶⁸, e saberia que, desde então, uma outra relevante questão se levantaria. A sucessão de Ataíde, o fidalgo a quem enviara o título de 1º marquês de Santarém e que não o chegara a receber por ter falecido, e figura que tanto temera, mas que acabara por contribuir para o sucesso do seu juramento no Estado da Índia, acabara de se iniciar. Aquela boa notícia para D. Filipe I, constituía mais uma derrota para D. António para o qual, a partir da derrota naval na batalha de Vila Franca do Campo, o ano de 1582 marcaria o início do encerramento das possibilidades, sempre incertas, que até então aquela guerra lhe propiciara.

IV.5. Uma Casa disputada (1582-1589)

Quando chegou ao Reino a notícia do falecimento do 3º conde de Atouguia, em 1582, a sua esposa, D. Isabel de Meneses, permaneceu de forma interina à frente da Casa de Atouguia²¹⁶⁹. D. Filipe I autorizara a condessa a manter provisoriamente os bens da Casa, apesar de ter dado ordem para que estes fossem integrados na Coroa²¹⁷⁰. Contudo, o *Prudente* não tardaria a ser pressionado para alterar a sua decisão, desde logo, pela própria condessa D. Isabel. Tendo ficado acordado no contrato de casamento de D. Isabel e de D. Luís, em 1575, que o seu dote lhe seria pago a partir dos rendimentos da Casa de Atouguia, independentemente do seu esposo falecer ou não, D. Isabel não recebera, ainda em 1582, grande parte das arras²¹⁷¹. Em 1575, D. Sebastião acedera a não assentar tal mercê nos livros de chancelaria e estipulara que a vontade de Ataíde deveria ser cumprida, após a sua morte e independentemente de quem fosse rei e das ordenações do Reino²¹⁷². Além disso, D. Luís encarregara D. Isabel de gerir a sua Casa juntamente com Diogo de Castro Pacheco, e, sobretudo, de criar um dos seus bastardos: D. Manuel de Ataíde²¹⁷³. Dado que se encontrava em dificuldades financeiras e ainda

²¹⁶⁸ Cf. Carta de D. Filipe I às infantas Isabel Clara Eugénia e Catarina Micaela, Lisboa, 30.VI.1582 – PUB. *Cartas para duas infantas meninas. Portugal na Correspondência de D. Filipe I para as suas filhas (1581-1583)*, edição de Fernando Bouza-Álvarez, Lisboa, Publicações Dom Quixote/CNCDP, 1999, doc. XXIII. Até então soubera, por terra, do seu juramento mas não do óbito de D. Luís (Cf. Carta de D. Filipe I às infantas Isabel Clara Eugénia e Catarina Micaela, Lisboa, 4.VI.1582 – PUB. *Ibidem*, doc. XXI).

²¹⁶⁹ Cf. ANTT, *Casa de Povolide*, Maço 1, nº 21, fls. 3-5v.

²¹⁷⁰ Para tal lhe passara um alvará (Cf. ANTT, *CDFI*, Livro 6, fl. 120v., Lisboa, 1.IV.1582).

²¹⁷¹ Cf. ANTT, *Casa de Povolide*, Maço 1, nº 21, fls. 2-5v.

²¹⁷² O que surge mencionado num padrão de tença de 200 mil reais outorgado por D. Filipe I a D. Isabel (Cf. ANTT, *CDFI*, Livro 15, fl. 157, Lisboa, 8.IV.1585).

²¹⁷³ Cf. ANTT, *Casa de Povolide*, Maço 1, nº 21, fls. 14-14v. e 17-17v. Desconhece-se a data de nascimento e identidade da mãe, sendo inexistente carta de legitimação nas chancelarias régias.

não recebera o remanescente, D. Isabel solicitou a D. Filipe I, em 1584, ser ressarcida das suas arras, através do assentamento do seu pagamento, a partir de bens da Casa²¹⁷⁴.

Sabendo que a sua pretensão corria o risco de não ser atendida, a condessa viúva pediu o auxílio de D. Filipa de Ataíde, irmã de D. Luís, a qual conjuntamente com o doutor Lopo Sentil, anterior partidário da realeza filipina, apresentou formalmente o pedido ao *Prudente*. A reforçar o seu pedido, D. Isabel anexava um excerto, sem data, do testamento de D. Luís de Ataíde. Já em 1577, por ocasião da sua última partida para a Índia, Ataíde pedira a D. Sebastião que, em caso de falecer sem sucessão, como veio a suceder, a Casa de Atouguia fosse entregue a seu irmão D. Álvaro Gonçalves de Ataíde e que, na falta deste e de descendência sua, fosse entregue a seu primo D. Luís Gonçalves de Ataíde²¹⁷⁵. Tendo o *Desejado* acedido ao seu pedido, em 1577, mas prevendo que o contexto de crise dinástica e de lutas no Reino colocaria em risco a execução do seu pedido, D. Luís decidira-se já na Índia a realizar um codicilho, de teor desconhecido, no qual nomeava diversas figuras para fazer cumprir as suas últimas vontades.

As suas escolhas revelam não só contactos anteriores, bem como que o próprio Ataíde, de certo modo, previra a vitória de Filipe II. Por este motivo, nomeara alguns dos, para si, mais importantes e previsíveis apoiantes da realeza filipina a fim de exectuar o seu testamento. Além da escolha óbvia da sua esposa D. Isabel de Meneses, D. Luís elencara a irmã D. Filipa de Ataíde caso ainda fosse viva, o bispo capelão-mor D. Jorge de Ataíde, seu primo, Francisco de Sá de Meneses, D. João Mascarenhas, Jerónimo da Cunha, Diogo de Castro Pacheco, Francisco Serrão, Simão Gonçalves Preto, D. Pedro Borges, o geral do mosteiro de Xabregas e o Padre Estêvão Leitão. Além destes testamenteiros, D. Luís indigitava como seus procuradores o doutor Lopo Sentil e o doutor Álvaro Vaz²¹⁷⁶. Escolhendo a irmã D. Filipa de Ataíde, que fora camareira-mor de D. Catarina, Ataíde sabia que a ligação desta à rainha, que fora tia de D. Filipe I, poderia ser relevante para convencer o monarca a atender o seu pedido.

No caso, porém, de tal escolha não ser suficiente, D. Luís também se precavera apontando o bispo capelão-mor D. Jorge de Ataíde, cuja importância de parentescos

²¹⁷⁴ Cf. *Ibidem*, fls. 10v.-12 e 15-15v.

²¹⁷⁵ Como é referido no primeiro documento de confirmação a D. João Gonçalves de Ataíde da posse da Casa: a doação da Atouguia, Peniche, castelo de Monforte de Rio Livre e das terras de Vilar Seco de Lomba e Vale de Paçó (Cf. ANTT, *Confirmações Gerais*, Livro 11, fl. 25, Madrid, 20.VI.1588).

²¹⁷⁶ Cf. ANTT, *Casa de Povolide*, Maço 1, nº 21, fls. 14-14v.

para a captação de apoios iniciais à dinastia de Áustria²¹⁷⁷ e ligação pessoal a Filipe II, é bem conhecida, dois dos cinco governadores do Reino e o chanceler-mor: Francisco Sá de Meneses, D. João Mascarenhas e Simão Gonçalves Preto, respectivamente. Aqueles dois governadores do Reino provavelmente não só lhe tinham escrito em 1580 noticiando os acontecimentos do Reino, como seriam, para Ataíde uma garantia junto de Filipe II. Além disso, o perfil cortesão e algo militar de ambos encontrava equivalência no do próprio D. Luís de Ataíde²¹⁷⁸, motivo pelo qual se poderá descortinar a existência de uma relação anterior com estes, sobre a qual, contudo, não se conhecem dados.

D. Filipe I aceitou ao pedido de D. Isabel de Meneses²¹⁷⁹ e permitiu até que o desejo de D. Luís de Ataíde de que seu irmão D. Álvaro Gonçalves de Ataíde, apesar de ter ido a Alcântara ao lado de D. António, ficasse na posse da Casa, mas sem o título²¹⁸⁰. Tal sucedia pois D. Álvaro jurara D. Filipe I nas Cortes de Tomar e ainda marcaria presença nas Cortes de Lisboa de 1583, nas quais foi jurado o futuro D. Filipe II²¹⁸¹. No entanto, devido ao seu falecimento, pouco depois em data incerta, e dada a inexistência de descendência sua, o problema da sucessão na Casa de Atouguia voltou a colocar-se.

Através da nomeação, em caso de falta de D. Álvaro e da sua descendência, a favor de seu primo D. Luís Gonçalves de Ataíde, não apenas por o seu irmão D. Álvaro ter casado com a irmã deste, D. Isabel da Silva²¹⁸², D. Luís de Ataíde evidenciou não se esquecer da aliança estratégica de seu bisavô D. Martinho, 2º conde de Atouguia: o consórcio original com a linhagem dos Câmaras, em segundas núpcias, de D. Isabel da Silva de Ataíde com Simão Gonçalves da Câmara, “O Magnífico”²¹⁸³. Perante a possibilidade da falta de sucessão de D. Álvaro, no cenário de extinção da sua Casa e tendo que escolher uma linhagem aparentada para legar a sua memória e Casa, D. Luís de Ataíde fez uma escolha muito clara.

²¹⁷⁷ Cf. BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando, *Portugal no tempo...*, p. 152.

²¹⁷⁸ Sobretudo no caso de Francisco de Sá de Meneses, que era comendador da Ordem de Cristo, provedor da Misericórdia do Porto e também ele um senhor de terras do litoral que se empenhara pessoalmente no restauro de fortalezas no Porto e em Matosinhos (Cf. ANDRADE, Francisco Miranda de, *Op. Cit.*, p. 88).

²¹⁷⁹ Concedendo-lhe a referida tença de 200 mil reais, a qual deveria ser paga, a partir dos inícios de 1586, com base nos rendimentos da Casa na Atouguia e em Peniche (Cf. nota 2174).

²¹⁸⁰ Cf. *Nobreza de Portugal...*, vol. II, p. 333.

²¹⁸¹ Cf. BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando, *Portugal en la Monarquia...*, vol. I, p. 408.

²¹⁸² Cf. Genealogia 4: Ascendência e descendência de D. Luís de Ataíde, 3º conde de Atouguia (Século XVI).

²¹⁸³ Cf. Genealogia 3: Descendência de D. Álvaro de Ataíde e de D. Martinho, 1º e 2º condes de Atouguia – Divisão das Casas de Atouguia e Castanheira (Séculos XV-XVI).

Optando por D. Luís Gonçalves de Ataíde, o qual era precisamente filho de D. Isabel da Silva de Ataíde e de Simão Gonçalves da Câmara²¹⁸⁴, em quem se tinha apoiado para o seu segundo enlace e para se aproximar da rainha D. Catarina, D. Luís de Ataíde excluía liminarmente a outra possibilidade: a entrega da sua Casa à descendência do seu cunhado Tristão da Cunha²¹⁸⁵, entre a qual se contavam a sua última esposa, D. Isabel de Meneses, com a qual casara numa tentativa desesperada de evitar o desaparecimento da sua Casa, e, mormente, Simão da Cunha de Ataíde. A sua escolha não só traduzia uma maior ligação a D. Luís Gonçalves de Ataíde do que à família da sua última esposa, como ainda que, na hora de decidir quem teria melhores condições para assegurar a continuidade da sua Casa e memória, D. Luís optou pelos mais prestigiados Câmaras, que considerava melhor posicionados junto de D. Filipe I que os Cunhas. Enquanto, meio-irmão²¹⁸⁶ de Martim Gonçalves da Câmara, do Padre Luís Gonçalves da Câmara e do 1º conde da Calheta, titulado por D. Sebastião, D. Luís Gonçalves de Ataíde contaria, decerto, com maiores apoios que o ramo secundário dos Cunhas, aos quais, por então ainda não estava assegurada a fundação da Casa de Povolide²¹⁸⁷.

No seu cálculo, D. Luís de Ataíde apenas não pudera antever dois factos decisivos: o posicionamento, inicialmente contrário e já apontado, do 2º conde da Calheta à candidatura de Filipe II e que D. Luís Gonçalves de Ataíde, ao que tudo indica por influência dos seus meios-irmãos Câmara, viria a acompanhar D. António a Alcântara. Apesar de posteriormente perdoado por D. Filipe I, D. Luís Gonçalves perdera dois filhos em Alcácer-Quibir²¹⁸⁸ e vira outro excluído do perdão geral²¹⁸⁹. No entanto, o *Prudente* não podia esquecer nem a sua genealogia, nem, sobretudo, todo o seu percurso

²¹⁸⁴ Cf. Genealogia 11: Parentesco com os Câmaras (Séculos XV-XVI).

²¹⁸⁵ Cf. Genealogia 4: Ascendência e descendência de D. Luís de Ataíde, 3º conde de Atouguia (Século XVI).

²¹⁸⁶ Cf. Genealogia 11: Parentesco com os Câmaras (Séculos XV-XVI).

²¹⁸⁷ A Casa de Povolide recebera os seus primeiros bens através do casamento de Simão da Cunha, trinchante de D. João III, com D. Isabel de Meneses, por via do casamento de Tristão da Cunha com a irmã de D. Luís, D. Helena de Ataíde, e, sobretudo, com o casamento, em 1583, de Simão da Cunha de Ataíde, sobrinho de D. Luís de Ataíde, com D. Inês de Melo, herdeira de Duarte de Melo, senhor de Povolide, Paradela e Castro Verde (Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *O Crepúsculo...*, p. 112; Genealogia 13: Parentesco com os Cunhas (Séculos XV-XVI). Já antes este sobrinho de D. Luís recebera confirmação da carta de privilégio de fidalgo (Cf. ANTT, *CDFI (Privilégios)*, livro 2, fl. 129v., Lisboa, 23.III.1581). Precisamente devido ao casamento de seu pai ter trazido bens para a Casa de Povolide, Simão da Cunha de Ataíde pediu, em várias ocasiões, de forma a fundamentar a posse de diversos bens, traslado de documentos pertencentes à Casa de Atouguia. É fruto desta situação que se explica que tenha sido no fundo desta Casa na ANTT que foi possível localizar diversos documentos da Casa de Atouguia.

²¹⁸⁸ Martim Gonçalves de Ataíde e Manuel da Câmara (Cf. *Les Sources Inédites por l'Histoire du Maroc. Première Série Dynastie Sa'diene. Archives et Bibliothèques d'Espagne*, tomo III, edição de Chantal de la Vérone, Paris, Paul Geuthner, 1961, doc. CXXI).

²¹⁸⁹ João Gonçalves da Câmara (Cf. AGS, *Estado*, Leg. 422, doc. 1).

político anterior. Além de ter sido especialmente próximo de Pedro de Alcáçova Carneiro e da rainha D. Catarina, D. Luís Gonçalves ficara no Reino, por ordem expressa de D. Sebastião antes de partir para África, em 1578, por ser considerado um fidalgo mais velho²¹⁹⁰ e, especialmente, por ter sido nomeado um dos dez coadjutores dos cinco governadores interinos que o *Desejado* deixara nomeados²¹⁹¹.

A estes factos acresceu o de ter sido convocado pelo *cardeal-rei* para as Cortes de Lisboa de 1579²¹⁹² e de, em 1580, D. Cristóvão de Moura ter escrito a Filipe II que era “un cauallero viejo y principal que tiene un hijo captiuo en fez, en la Juderia en casa de vensarlme y llamasse el Captiuo Simon Gonçalez da camara” e “pretende su padre que su Magestad le mande encomendar al padre Marin”, lembrando Moura que era “persona a quien todo se deue y para mim sera muy grande lo que en esto se mandare”²¹⁹³. Desta forma, depois de se ter declarado fiel a D. Filipe I, marcando presença no juramento do futuro D. Filipe II nas Cortes de Lisboa de 1583²¹⁹⁴, e, em particular, de ter sido, conjuntamente com o seu primogénito D. João Gonçalves de Ataíde, nomeado testamenteiro por D. Álvaro Gonçalves de Ataíde, para tratar da capela de D. Maria de Magalhães²¹⁹⁵, mãe de D. Luís de Ataíde, D. Luís Gonçalves encontrava-se em condições de reclamar formalmente a sucessão da Casa de Atouguia.

Deverá tê-lo feito em 1584-85, embora não haja menção a datas, pois foi já após o falecimento de D. Álvaro que escreveu a D. Filipe I. Na longa missiva àquele dirigida, D. Luís Gonçalves lembrava que D. Luís de Ataíde encomendara a sucessão à sua pessoa, na sequência de D. Álvaro, e alegava que o próprio D. Filipe I o preferira a ele em vez de D. Álvaro, mas que nunca o provera. Ao invés, o *Prudente* mandara-lhe perguntar se queria suceder na Casa de Atouguia por mercê ou por justiça, ao que D. Luís respondera por justiça, enviando à corte o seu herdeiro, D. João Gonçalves, para explicar ao rei tal resposta. Não tendo o Monarca Católico gostado da sua resposta, decidira prover D. Álvaro na Casa, mandara-lhe responder que ele próprio decidiria a

²¹⁹⁰ Cf. VAENA, António de, *Chronica de El Rey Dom Sebastião único deste nome em Portugal* – BNP, cód. 3663, parte II, cap. 45.

²¹⁹¹ Cf. VEIGA, Carlos Margaça, *Op. Cit.*, vol. I, p. 202.

²¹⁹² Cf. Carta de D. Henrique a D. Luís Gonçalves de Ataíde, s.l., IX.1578 – ANTT, CCI-111-42.

²¹⁹³ Cf. Capítulos da carta de D. Cristóvão de Moura a Filipe II, Almeirim, 13.V.1580 – AGS, *Estado*, Leg. 402, fl. 193. Posteriormente, este filho de D. Luís Gonçalves veio a receber, atendendo aos serviços prestados em Tânger e em Alcácer-Quibir, autorização para trazer fazendas da Índia (Cf. ANTT, *CDFI*, livro 11, fl. 131v., Lisboa, 23.II.1583) e uma tença de 200 mil reais (Cf. *Ibidem*, livro 15, fl. 105, Lisboa, 23.II.1585). Casou-se com D. Isabel de Albuquerque, filha do vice-rei Aires de Saldanha (1600-1605).

²¹⁹⁴ Na companhia de D. Álvaro Gonçalves de Ataíde (Cf. nota 2181).

²¹⁹⁵ Cf. ANTT, *Hospital de São José*, livro 159 das capelas de São Francisco de Xabregas, fls. 41-53.

quem entregar a Casa e quisera impor o casamento do seu herdeiro com D. Maria de Castro, donzela das infantas suas filhas. Para D. Filipe I a resposta do fidalgo não só fora demasiado altiva, como o monarca não estaria suficientemente seguro da sua fidelidade pelo que exigiu que esta fosse provada através do casamento do seu herdeiro.

Para D. Luís Gonçalves de Ataíde aquela resposta fora “a mais noua que nunca rei nenhum destes reinos deu em todas as casas que vagarão sem terem nenhũa merecimento igoães aos do conde dom luis e meus”, sobretudo, tendo em conta que o Desembargo do Paço lhe dera razão²¹⁹⁶. D. Luís lembrava ao rei que prometera guardar os costumes do Reino e socorreu-se de diversos exemplos de Casas, como a de D. Duarte de Meneses, então vice-rei da Índia, para afirmar que já antes tivera diversas demandas na justiça e que tanto D. Sebastião como D. Catarina lhe tinham garantido que sucederia na Casa de Atouguia. O próprio *cardeal-rei* votara-lhe o seu apoio, pelo que D. Luís não compreendia a atitude de D. Filipe I e solicitava-lhe que reponderasse a sua decisão²¹⁹⁷.

Como é sabido por diversos episódios do seu reinado castelhano, todavia, o *Prudente* não aceitava que a sua autoridade fosse colocada em causa e muito menos da forma como D. Luís Gonçalves fizera, argumentando com antecedentes e promessas de monarcas anteriores, o que o forçaria a tomar a decisão que não pretendia. Neste ponto é importante ter presente a frase lapidar de Manuel Fernández Álvarez sobre a personalidade política de D. Filipe I, a qual tão decisivamente ajuda a explicar porque o monarca não concedeu a Casa de Atouguia a D. Luís Gonçalves: “Cuando Felipe II se vestía el manto regio, la severidad con que imponía a sus mandatos y el rigor con el que trataba a quienes osaban enfrentárse-le, era su nota más acusada”²¹⁹⁸. O tom em que D. Luís escreveu a sua missiva a D. Filipe I, comprova bem como, respaldado no que considerava ser o seu elevado estatuto social e político, não temera enfrentá-lo.

Desta forma, D. Filipe I decidiu, em gesto semelhante ao de D. João III relativamente ao 4º duque de Bragança D. Jaime²¹⁹⁹, aguardar pelo falecimento do velho D. Luís Gonçalves a fim de ter condições para concretizar o seu intento inicial: entregar a Casa ao seu herdeiro, D. João Gonçalves de Ataíde, na condição expressa que este casasse com D. Maria de Castro, filha e herdeira de Martim Afonso de Miranda, o qual fora

²¹⁹⁶ Cf. Carta de D. Luís Gonçalves de Ataíde a El-Rei, s.l., s.d. – ANTT, CM, Maço 2, doc. 213, fl. 1.

²¹⁹⁷ Cf. Carta de D. Luís Gonçalves de Ataíde a El-Rei – *Ibidem*, fls. 1v-2.

²¹⁹⁸ Cf. ÁLVAREZ, Manuel Fernández, *Op. Cit.*, p. 939.

²¹⁹⁹ Na sua fase final de vida, a propósito do casamento de D. Isabel com o infante D. Duarte.

camareiro-mor do cardeal D. Henrique até este ser rei²²⁰⁰. Servindo-se provavelmente da intercessão da sua irmã, D. Isabel da Silva, que fora casada com D. Álvaro Gonçalves, D. João veio a receber a Casa²²⁰¹, possivelmente após a morte do pai. Tendo integrado as ordenanças dos governadores do Reino²²⁰² e não tendo, que se saiba, acompanhado D. António, D. João Gonçalves cedo deverá ter-se colocado ao serviço de D. Filipe I pois, logo em Março de 1585, este monarca proveu-o na Casa de Borgonha²²⁰³ com o importante cargo de gentil-homem de boca do rei²²⁰⁴, por influência do seu primo, o bispo capelão-mor D. Jorge de Ataíde²²⁰⁵.

O *Prudente* decidira, assim, como faria noutros casos análogos, não incorporar na Coroa os bens da Casa de Atouguia, tanto mais que já antes acedera, no quadro da ameaça de extinção de várias Casas, devido ao desastre de Alcácer-Quibir e à guerra de sucessão, a revogar, caso a caso, a Lei Mental²²⁰⁶, entregando Casas a ramos colaterais a fim de evitar a extinção das mesmas²²⁰⁷. Essa fora, a par com as novas titulações, a sua maior concessão à nobreza²²⁰⁸ pois dela dependera decisivamente o consentimento nobiliárquico à União Dual. Acabando por reforçar os poderes da nobreza, sobretudo em comparação com os tempos de D. Sebastião e de D. Henrique²²⁰⁹, apesar dos pedidos contrários que recebera²²¹⁰, D. Filipe I encetava já a afirmação da dependência dos titulares das Casas face à nova dinastia, tal como os seus sucessores fariam²²¹¹.

No caso específico da Casa de Atouguia, porém, a postura filipina encontra também explicação, como referia D. Luís Gonçalves na sua missiva, na importância dos serviços de D. Luís de Ataíde. Já se observou como ao não jurar D. António no Estado da Índia, D. Luís prestara um inestimável serviço ao Monarca Católico no seio das incertezas da guerra de sucessão em 1580-81. Por outro lado, tendo o *Prudente* decidido já antes

²²⁰⁰ Como surge mencionado na carta de concessão do castelo de Arguim a D. João Gonçalves de Ataíde na qual se lê que D. Maria de Castro herdara do seu irmão Diogo de Miranda aquele e outros bens que tinham pertencido a Martim Afonso de Miranda (Cf. ANTT, *CDFI*, livro 28, fl. 14, Lisboa, 4.I.1592).

²²⁰¹ Cf. LABRADOR ARROYO, Félix, *Op. Cit.*, p. 490.

²²⁰² Cf. VEIGA, Carlos Margaga, *Op. Cit.*, vol. I, p. 354.

²²⁰³ Cf. FERNÁNDEZ CONTI, Santiago, LABRADOR ARROYO, Félix, “El servicio de la nación portuguesa a través de la Casa Real, 1581-1598” in *La Monarquía de las naciones. Patria, nación y naturaleza en la Monarquía de España*, edição de Antonio Alvares Álvarez-Ossorio, Bernardo J. García, Fundación Carlos Ambers, s.d., 2004, p. 171.

²²⁰⁴ Como surge identificado em todos os documentos da chancelaria de D. Filipe I.

²²⁰⁵ Cf. FERNÁNDEZ CONTI, Santiago, MARTÍNEZ MILLÁN, José (dir.), *Op. Cit.*, vol. I, p. 878.

²²⁰⁶ Cf. BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando, *D. Filipe I*, pp. 181-182.

²²⁰⁷ Cf. BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando, *Portugal en la Monarquía...*, vol. I, p. 517.

²²⁰⁸ Cf. BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando, *D. Filipe I*, p. 183.

²²⁰⁹ Cf. SCHAUB, Jean-Frédéric, *Op. Cit.*, p. 29.

²²¹⁰ Cf. BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando, *Portugal en la Monarquía...*, vol. I, pp. 502-507.

²²¹¹ Cf. *Ibidem*, vol. I, p. 521.

outorgar-lhe o título de marquês de Santarém, como poderia ignorar a última vontade de D. Luís de Ataíde? Na realidade, que margem teria para permitir que com tal atitude a Casa de Ataíde, a qual, lembre-se detinha a representação da linhagem, se extinguisse, em especial, tendo em conta a sua postura perante outras Casas? Como permitir a extinção simbólica da memória de um fidalgo que não deixara de admirar em vida²²¹²?

Tudo aponta para que aquando do início do processo de entrega da Casa de Atouguia a D. João Gonçalves de Ataíde em 1587-88²²¹³, D. Filipe I já há muito o tivesse planeado pois, como escrevera a D. Luís Gonçalves e se confirma por documentos de chancelaria, a plena posse da Casa apenas ficou assegurada com o casamento de D. João Gonçalves com D. Maria de Castro, o qual só veio a confirmar-se plenamente em 1589²²¹⁴. Anteriormente, por ocasião da confirmação dos diversos bens da Casa a D. João Gonçalves, D. Filipe I afirmara que esta ocorria, devido, principalmente, aos serviços que D. Luís de Ataíde prestara aos reis seus antecessores e a ele próprio²²¹⁵.

²²¹² Deve notar-se ainda como o *Prudente* tinha na sua biblioteca um exemplar do *Commentario do cerco de Goa* de António de Castilho (Cf. BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando, *D. Filipe I*, p. 268).

²²¹³ Através de um longo processo de confirmações, o qual se iniciou com uma carta geral de confirmação das principais doações da Coroa à Casa: a carta de concessão da Atouguia, de Peniche, do castelo de Monforte de Rio Livre, de Vinhais e das terras de Vilar Seco de Lomba e Vale de Paçó (Cf. ANTT, *Confirmações Gerais*, livro 11, fl. 25, Madrid, 20.VI.1588). Posteriormente foram confirmadas todas as doações e privilégios da Casa, principiando pelo privilégio para que os presos das suas terras de Trás-os-Montes não pudessem ser levados pelos corregedores (Cf. ANTT, *CDFI*, livro 19, fl. 158, Madrid, 22.VI.1588), seguido da carta de doação da alcaidaria-mor da Atouguia (Cf. *Ibidem*, fl. 152, Madrid, 23.VI.1588), da carta para apresentar escrivão ao seu ouvidor (Cf. *Ibidem*, fl. 157, Madrid, 23.VI.1588), da carta para apresentar tabelião em Cernache (Cf. *Ibidem*, livro 19, fl. 146v., Madrid, 23.VI.1588), da carta para confirmar juízes na Atouguia e em Cernache (Cf. *Ibidem*, fl. 151, Madrid, 23.VI.1588), da carta para não se colocarem presos em Cernache (Cf. *Ibidem*, fl. 148v, Madrid, 23.VI.1588), da carta para o ouvidor das suas terras conhecer os agravos dos juízes (Cf. *Ibidem*, fl. 155, Madrid, 23.VI.1588), da carta para que os juízes e tabeliães da Atouguia se chamem por ele (Cf. *Ibidem*, fl. 150, Madrid, 23.VI.1588), da doação da Atouguia (Cf. *Ibidem*, fl. 142, Madrid, 24.VI.1588), da doação dos direitos reais dos celeiros de Besteiros e Lafões (Cf. *Ibidem*, fl. 142, Madrid, 24.VI.1588), da doação de Cernache (Cf. *Ibidem*, fl. 142, Madrid, 24.VI.1588), da carta concedendo jurisdição crime e cível nas suas terras (Cf. *Ibidem*, fl. 163, Madrid, 24.VI.1588), da carta, do tempo de D. Afonso de Ataíde, autorizando a venda de dois casais no termo de Penela (Cf. *Ibidem*, fl. 161v., Madrid, 24.VI.1588), da doação do castelo e terra de Monforte de Rio Livre (Cf. *Ibidem*, fl. 159v., Madrid, 24.VI.1588), da doação de Vilar Seco de Lomba (Cf. *Ibidem*, fl. 159v., Madrid, 24.VI.1588), da doação de Vinhais e do seu castelo (Cf. *Ibidem*, fl. 159v., Madrid, 24.VI.1588), da doação dos celeiros de Besteiros e Lafões (Cf. *Ibidem*, fl. 266, Lisboa, 17.IX.1588), da doação das jugadas dos vinhos dos Bairros, no termo de Santarém (Cf. *Ibidem*, fl. 266, Lisboa, 17.IX.1588), terminando na confirmação da doação das jugadas dos vinhos da Tojoza (Cf. *Ibidem*, fl. 266, Lisboa, 17.IX.1588).

²²¹⁴ Como se lê na carta de segurança de dote e arras na qual se refere que D. João receberia 258 104 cruzados de dote da mãe de D. Maria, tendo de pagar 8155 cruzados de arras (Cf. ANTT, *CDFI*, livro 19, fl. 149v., Madrid, 9.VI.1589). Fruto do casamento, D. Maria veio a receber as pescarias do Rio Ouro e Cabo Branco (Cf. *Ibidem*, fl. 146v., Madrid, 15.IX.1590).

²²¹⁵ Cf. ANTT, *CDFI*, livro 19, fl. 266, Lisboa, 17.IX.1588.

Efectivamente a doação de novas mercês a D. João Gonçalves de Ataíde, tais como a entrega dos Paços da Serra da Atouguia²²¹⁶, a autorização para aforar bens e reguengos²²¹⁷, e, sobretudo, a importante doação do castelo de Arguim, por influência da sua esposa²²¹⁸, só ocorreram após a concretização do seu casamento. O enlace, além de ser mais uma evidência de como D. Filipe I, na sua política nobiliárquica, procurou associar famílias suas apoiantes a antigos servidores dos últimos Avis, na mira de melhor firmar o consentimento nobiliárquico à sua realeza, veio confirmar que a nova fase na História da própria Casa de Atouguia se tinha iniciado.

A Casa não só fora entregue, na prática, a um ramo colateral dos Câmaras da Casa da Calheta, como, ainda em 1589, D. João Gonçalves teria, após todos os rumores da guerra de sucessão em 1580-81, e no ano do seu casamento, a sua primeira prova de fogo: o desembarque de D. António, em Peniche. Nessa ocasião, os receios que D. Afonso de Ataíde transmitira a D. João III, em 1542, confirmaram-se plenamente com o Prior do Crato a rumar a Lisboa com grande facilidade, perante a incapacidade de D. João Gonçalves para o sustentar. As defesas que D. Luís de Ataíde se empenhara em construir em Peniche, também não impediram a marcha do exército de D. António. Pelo contrário, a boa recepção do Prior do Crato na região e a facilidade do desembarque, indicavam que a obra de D. Luís ficara incompleta. Seria ainda em busca da sua afirmação como pleno herdeiro da memória de D. Luís de Ataíde que, nos anos seguintes, D. João Gonçalves de Ataíde, 4º conde de Atouguia, se empenharia em ampliar defesas na região. Foi ainda nessa lógica que D. Isabel de Meneses se esforçou em trazer da Índia os últimos pertences de D. Luís de Ataíde²²¹⁹, o que o próprio D. Filipe I viria a ordenar ao vice-rei D. Duarte de Meneses (1584-1588)²²²⁰.

²²¹⁶ A Serra d'el-rei onde estanciaram diversos reis. Cf. *Ibidem*, livro 16, fl. 188, Lisboa, 4.VIII.1589.

²²¹⁷ Em Besteiros e Lafões. Cf. *Ibidem*, Lisboa, 18.XII.1590.

²²¹⁸ O qual lhe fora concedido para defender a região pela sua vida e do seu herdeiro. Cf. nota 2214.

²²¹⁹ Em especial um cofre e pedraria que o conde vice-rei, pela sua ligação aos franciscanos, confiara ao Colégio dos Reis Magos de Goa (Cf. LOPES, F. Félix, "Os Franciscanos no Oriente Português de 1584 a 1590", *Stvdia*, nº 9, Janeiro de 1962, p. 83), deixando-o a cargo do seu vedor João Álvares Soares. Para o efeito, D. Isabel de Meneses fez um contrato com os capitães da armada que iria à Índia em 1585, prometendo entregar-lhes 5% do valor em causa, se lhe trouxessem o cofre (Cf. ANTT, *15º Cartório Notarial de Lisboa*, livro de notas nº 69, caixa 15, fls. 65v.-68).

²²²⁰ Cf. Carta de D. Filipe I a D. Duarte de Meneses, Lisboa, 10.I.1587 – PUB. *Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa*, nº 2, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1955, p. 271. O gesto do rei e da condessa deverá estar relacionado com as dívidas que D. Luís de Ataíde deixara ao Colégio de Goa, relativas à questão dos sagoates (Cf. Carta do Padre Nuno Rodrigues ao Padre Cláudio Acquaviva, s.l., 2.XI.1581 – PUB. *DI*, vol. XII, doc. 78).

Capítulo V: A construção de uma memória e de um exemplo

*“o que foi erro e desventura grande, porque
Se nam fora eleito pa tornar a India e ficara
no Reino, era tam grande capitam E destro
na disciplina militar, que se Fora na
companhia de el Rey, E Se lhe entregara o
cargo de general como parecia crediuel nam
fora possiuel concluir sse a perdição del Rey
com tamanho estrago”
(Jornada del-rei D. Sebastião a África²²²¹)*

V.1. D. Luís de Ataíde no seu século: a configuração de um mito

O ano de 1572, quando D. Luís de Ataíde regressou ao Reino após o termo do seu primeiro vice-reinado, marcou, no plano simbólico, o início de um longo processo de mitificação da sua figura. Este, que tivera o contributo em vida do próprio D. Luís, prolongou-se naturalmente após o seu falecimento, o qual urge analisar previamente à extracção de conclusões em torno da importância histórica da sua figura e acção.

Já se apontou como, em Julho de 1572, Ataíde foi alvo de uma recepção excepcional por parte de D. Sebastião e do Reino em geral. Foram ainda mencionados o empenho do rei em divulgar os acontecimentos orientais, sem referência ao nome de D. Luís, e o interesse do embaixador D. Juan de Borja. No entanto, e no exacto ano em que saía a primeira edição dos *Lusíadas* de Luís de Camões, dedicados a D. Sebastião, a qual, de certa forma, surgia na sequência da publicação durante os anos de 1560, das crónicas de João de Barros e de Fernão Lopes de Castanheda, o interesse despertado por Ataíde não se limitou àqueles factos. Empenhado, em 1574, na apresentação à Europa das vitórias da sua Monarquia o *Desejado* aproveitou o envio do novo embaixador português a Roma, João Gomes da Silva, para solicitar que Aquiles Estaço lesse uma oração de obediência ao novo papa Gregório XIII²²²².

A escolha de Estaço para tal missão justificava-se pelo seu currículo: tinha vivido com João de Barros e com André de Resende, estudado na Universidade de Coimbra e estado presente no Concílio de Trento, juntamente com Fernão Martins Mascarenhas²²²³. Naquela ocasião, e tal como já sucedera em 1572, na carta remetida por D. Sebastião aos bispos do Reino, na qual ordenava procissões e pregações devido

²²²¹ Cf. *Jornada del-rey*..., cap. XI, p. 36.

²²²² Cf. PEREIRA, Belmiro Fernandes, “A fama portuguesa...”, p. 48.

²²²³ Cf. PEREIRA, Belmiro Fernandes, *As orações de obediência de Aquiles Estaço*, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1991, pp. 14, 18 e 23.

às vitórias na Ásia, o nome de D. Luís de Ataíde voltava a ser omitido, sendo apenas realçado o nome do rei português. Num momento de preparação da primeira passagem a África, o *Desejado* não terá hesitado em assim proceder a fim de convencer o Papa que tais acontecimentos orientais ajudariam a legitimar a sua próxima partida²²²⁴.

Se bem que obliterado o seu nome, D. Luís não deixou de ser alvo de uma divulgação europeia das suas acções. Porém, e ao invés do que pretendia D. Sebastião, a acção pessoal de Ataíde durante os cercos viria a ser difundida por toda a Europa quando, em 1575, uma antologia de poemas, que haviam sido dedicados à sua figura em Portugal, foi publicada em Roma²²²⁵. O interesse do fidalgo pelos cronistas e poetas do seu tempo, o qual, relembre-se, decorria da anterior amizade de seu avô D. João de Ataíde com Garcia de Resende e dos poemas do seu pai, ficara já evidente no seu relacionamento com o cronista João de Barros. A este emprestara 12 mil reais para que pudesse passar a África, em 1574. Já antes, conhecera dois filhos seus, Lopo de Barros e Jerónimo de Barros, os quais lhe tinham prestado serviços durante o seu primeiro governo²²²⁶.

Os referidos poemas dedicados a D. Luís de Ataíde foram escritos em Latim, por André de Resende, Pedro Sanches e Inácio de Moraes²²²⁷, em gesto que pretendia aproximar os encómios a Ataíde ao de figuras da Antiguidade Clássica. Quanto ao poema de Resende, falecido em 1573, é plausível que tenha sido escrito pouco após a chegada do fidalgo ao Reino, em 1572, importando lembrar que a relação entre ambos é anterior, como aponta o escrito já mencionado de Resende sobre o papel de Ataíde na construção e defesa da fortaleza de Peniche. Dos três autores, André de Resende era o que apresentava o poema mais extenso, principiando com a ideia, então em voga, do declínio da Índia e da superioridade moral de D. Luís. Assim, afirmava o poeta que “Congratulo-me, Luís, por teres voltado vencedor das negras Índias, e mais ainda por não trazes despojosos e ouro de lá, donde, não raro, outros generais tem trazido enormes riquezas, mas com reduzida grandeza”. Comparado a Paulo Emílio²²²⁸ e depois

²²²⁴ Cf. *Ibidem*, p. 67; PEREIRA, Belmiro Fernandes, “A fama portuguesa...”, p. 48.

²²²⁵ Cf. *Ibidem*.

²²²⁶ Cf. *Documentos Inéditos sobre João de Barros. Sobre o escritor seu homónimo contemporâneo, sobre a família do historiador e sobre os continuadores das suas “Decadas”*, edição de António Baião, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1917, pp. 71, 121 e 151.

²²²⁷ Encontrando-se publicados em latim e transcritos em português em PEREIRA, Belmiro Fernandes, “A fama portuguesa...”, pp. 60-73.

²²²⁸ General e político romano do século II a.c. responsável por diversas campanhas na Hispânia e, sobretudo, pela sua vitória contra Perseu e conquista da Macedónia, a qual foi reduzida a província do Império Romano.

de descritas as suas qualidades militares durante o cerco de Goa, ignorando-se o cerco de Chaul, Resende narrava ainda a prevenção de D. Luís no final do mesmo: “Tu, coberto de glória e fama eterna, voltas para a cidade por ti defendida com tanto valor, e, depois de acender os devidos lumes nos santos altares, fazes todos os esforços para que o inimigo repellido, caso tente de novo a guerra, não cause, por falha nossa, à traição, qualquer dano”.

Resende considerava que “jamais alguém desempenhou com maior lealdade, ou mais honestamente” o cargo de vice-rei da Índia. Considerado um exemplo para os futuros vice-reis, André de Resende afirmava claramente que, no final do seu governo, D. Luís pretendia recompensar a fidalguia da Índia com os bens da sua Casa, visto ser “um magnânimo desprezador das riquezas” que voltara de um “mundo rico, pobre e carregado de dívidas”. Seguindo a tradição cultural na qual fora instruído, André de Resende não hesitava, por todos aqueles motivos, em lançar um desafio: “Apresente agora a antiguidade os seus exemplos, e ouse, procure, justificadamente, comparar com o seu feito um outro qualquer”. Já então D. Luís de Ataíde era visto como um exemplo para a posteridade, facto patente na interrogação de Resende: “Não foste tu, pois, o primeiro a dar aos anos vindouros exemplos que ânímos valorosos devem retomar?”

Por esta mesma razão, e certamente testemunha de tal acontecimento, André de Resende terminava o seu poema narrando a recepção de 1572, em moldes que não deixam de ser elucidativos do que esteve em jogo naquele momento da vida do fidalgo: “Tiveste, contudo, no teu regresso – grande era o desejo de te ver – a alegria com que foste recebido, quando o povo e os padres e toda a nobreza, acorrendo ao cais, ao saíres dos navios, te saudaram com aclamações. Foi decretada em tua honra uma procissão solene e o Rei pio, tomando-te a seu lado, conduziu-te aos altos templos para agradecer aos santos, apesar de o orador, de pé, do alto do púlpito, não ser capaz de, pela palavra, conter a agitação e regozijo, nem de, com um gesto, exortar ao silêncio a multidão, que se esforçava por te ver de mais perto”.

De estilo diferente, mas não menos encomiástico de Ataíde, são os quatro poemas de Pedro Sanches. Num primeiro, era lembrado como no final dos cercos se atribuía a D. Luís a afirmação de que “Nenhum ouro foi deixado nos acampamentos pelo inimigo derrotado, não há qualquer cidade que a mão vencedora possa despojar, não quer isto dizer, ó companheiros, que o vosso esforço seja vão e que eu não sofra”, razão pela qual dissera a todos “ponde a saque minha casa”. Por aquele motivo e já num segundo poema, considerava Sanches que Ataíde era “ânimo indomável e valoroso, paciente dos

trabalhos, desprezador do ouro, verdadeiro amor à pátria”, acrescentando que o “insigne general” tinha alcançado “eterna fama”, garantindo até que “se não fores conhecido na terra, sê-lo-ás no céu”.

Os feitos do fidalgo levaram mesmo Pedro Sanches, tendo em conta que Luís de Camões não incluía nos *Lusíadas* qualquer referência directa a D. Luís de Ataíde, a pedir, num terceiro poema, que “Por lei se determine, agora, que ninguém, a não ser a musa de Marão, cante os valorosos feitos do grande Ataíde”. O apelo a que alguém proclamasse de forma épica os feitos de armas de D. Luís, apesar de não atendido no imediato, não caiu, contudo, no esquecimento.

Já o padre jesuíta Inácio de Moraes (v. 1532-1598), que, em 1572, fizera a pregação e lera o sumário das vitórias de Ataíde em Lisboa²²²⁹, no seu poema em honra do fidalgo realçava a missão reformadora e a correspondência, evidenciada no seu governo, entre a elevada nobreza de Ataíde e o seu forte carácter: “Para as terras do Oriente, como vice-rei, tu partiste, Luís, a fim de levars a lei e a justiça aos Indos. Na verdade, a ti, a excelente sabedoria de uma excelsa índole indicou-te o caminho para as culminâncias de tão alta honra. E tal como a jóia que o fúlvido ouro abraça, assim brilha a luz da tua estirpe aumentada pelos teus feitos. A virtude, livre da cobiça, eminente se mostra e, sob teu comando, gloriosos feitos se cometem pela santa fé”. A imagem de um cruzado bem-sucedido bem como o perfil de despojamento e ascese, o qual recordaria a Ataíde o seu avô D. João, levaria Moraes a comparar D. Luís a São Luís de França, mas também ao perfil reformador de Augusto, o primeiro Imperador Romano²²³⁰. No entanto, o jesuíta também considerava que D. Luís não desdizia dos grandes generais romanos pois “Tu, bravo guerreiro, tu, excelente capitão, tu és a honra e a rara glória do teu povo. Maior que César, tu vences os Garamantes e os Indos e, com guerras justas, estendes a tua fama”.

Todos estes poemas dedicados a D. Luís de Ataíde foram, como se afirmou, publicados em 1575, isto é, ainda em vida do fidalgo. Tal veio a constituir uma das singularidades da sua trajectória, na medida em que Ataíde, ao contrário de outros vice-reis e governadores da Índia igualmente tão elogiados, como o foram Afonso de Albuquerque ou D. João de Castro, a quem viria a ser comparado mais tarde, teve

²²²⁹ Para a contextualização do relevante papel desempenhado por este jesuíta em diversos momentos do reinado sebástico, no relacionamento com os jesuítas de Roma mas também no retrato que fez de diversas figuras da sua época, veja-se: CARVALHO, José Adriano de Freitas, *Poesia e hagiografia*, Porto, Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade, Faculdade do Porto, 2007.

²²³⁰ Cf. PEREIRA, Belmiro Fernandes, “A fama portuguesa...”, pp. 53 e 57.

oportunidade de contribuir ele próprio para o processo de mitificação da sua figura. Este aspecto ressalta do facto de mesmo não querendo D. Sebastião patrocinar oficialmente uma crónica dos feitos de D. Luís de Ataíde, acima de tudo, para não ter de premiar toda a fidalguia que se tinha destacado nos cercos de Chaul e de Goa²²³¹, essa crónica ter começado a ser preparada ainda em vida do fidalgo. Apesar de não ter contado com o apoio régio, todavia, o seu autor numa tentativa de alcançar a publicação, viria a dedicá-la a D. Sebastião²²³².

O cronista António Pinto Pereira, oriundo de Mogadouro, estaria ligado à Casa de Atouguia desde o casamento de Fernão de Sousa com D. Mécia de Castro, filha do 1º conde de Atouguia, e pertenceria à Casa de Luís Álvares de Távora, cunhado do primeiro enlace de D. Luís de Ataíde²²³³. Para a preparação da sua crónica, Pinto Pereira teve oportunidade de entrevistar D. Luís e D. Francisco Mascarenhas, de entre muitas outras testemunhas dos cercos²²³⁴. Nessas entrevistas, é bem possível que Ataíde tenha contribuído de forma decisiva, ainda que desconhecida, para alicerçar o seu próprio mito. Este aspecto é particularmente relevante tendo presente que a crónica de Pinto Pereira, escrita entre 1572 e 1575, circulou desde então manuscrita²²³⁵. Assumindo-se como uma reacção ao *Commentario do cerco de Goa, e Chaul no anno de 1570 sendo viso-rei D. Luis de Ataide* de António de Castilho, publicado em 1573, Pinto Pereira não ignorava que, no seu opúsculo, Castilho omitira o papel de liderança desempenhado por D. Luís no desfecho dos cercos. O então guarda-mor da Torre do Tombo ter-se-á deixado influenciar, como revela uma carta de Cristóvão de Távora, pelos pedidos da fidalguia sequiosa de ver os seus nomes e feitos exaltados²²³⁶. Por este motivo, o seu opúsculo aponta largamente aquela fidalguia e pouco se refere ao vice-rei, o que terá levado Pinto Pereira a pretender fazer justiça ao papel por este desempenhado²²³⁷.

²²³¹ Cf. DUARTE, Manuel Marques, “Traçado biográfico de António Pinto Pereira” in PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, p. 17.

²²³² Cf. DUARTE, Manuel Marques, “A Historia da India, da sua feitura à sua impressão” in *Ibidem*, p. 20.

²²³³ Cf. *Ibidem*, pp. 16 e 20. Cf. Genealogia 2: Descendência de D. Álvaro de Ataíde, 1º conde de Atouguia (Século XV); Genealogia 4: Ascendência e descendência de D. Luís de Ataíde, 3º conde de Atouguia (Século XVI).

²²³⁴ Cf. DUARTE, Manuel Marques, “Traçado biográfico de António Pinto Pereira” in *Ibidem*, pp. 13, 15 e 21.

²²³⁵ Cf. *Ibidem*, p. 17.

²²³⁶ Cf. DUARTE, Manuel Marques, “A vida de D. Luís de Ataíde à luz da historiografia portuguesa” in PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, pp. 32-33.

²²³⁷ Cf. DUARTE, Manuel Marques, “A projecção de Pinto Pereira na historiografia portuguesa” in *Ibidem*, p. 64.

Procurando realizar um esforço de distanciamento em relação à figura de D. Luís e afirmar os pergaminhos de historiador do seu tempo, facto patente no prólogo ao leitor da crónica, António Pinto Pereira concentrou-se na descrição minuciosa de todos os acontecimentos do primeiro vice-reinado. Tal não deixou de implicar, como era natural, que fizesse, de forma moderada, o panegírico da figura de Ataíde durante a crónica, como fica ainda evidente no elogio final da sua obra²²³⁸. Este começa por realçar a feliz escolha feita por D. Sebastião, em 1568, e o facto de D. Luís se ter afirmado como um restaurador do Estado da Índia. Contudo, Pinto Pereira salientava que fora a personalidade do fidalgo que justificara muito do que acontecera, pois não só era “muy pronto, & pontual nas cousas do serviço de Deus, & delRey” como, e facto que tantas vezes destacara durante a crónica, procedeu “no meo daquela turbulencia com a mesma ordem & ser, com que podera proçeder na mayor quietaçam, & tranquilidade”.

Recordava Pinto Pereira que Ataíde tivera a fortuna de ter bons conselheiros e soldados ao seu dispor, ainda que tal, por si só, não justificasse o bom desfecho dos cercos. Neste ponto era de novo a personalidade de D. Luís que auxiliava definitivamente a explicar tal desenlace pois “senão pode negar terem concorrido na pessoa deste Visorey muytas partes & calidades, tam altas que cada huma de muytas que nelle se acharão juntas foy (em tempos antigos) bastante para fazer claros, & famosos muytos homens, a que o não impediram outras faltas, & culpas graues, que não ouue no Visorey Dom Luis”. Nesta lógica, tal como Pedro Sanches já fizera, Pinto Pereira não hesitara em comparar com os modelos da Antiguidade Clássica o seu modo de governar, a sua força física, a sua destreza, a sua coragem e, sobretudo, as suas qualidades de liderança enquanto comandante e soldado.

Para um fidalgo como D. Luís de Ataíde, que nascera e crescera numa Casa com ligações ao período da efervescência cultural do Humanismo e que protegera figuras controversas, como é o caso referenciado do escultor renascentista Filipe Brias, a ideia de ser comparado com os Antigos não poderá ter deixado de o agradar. Tendo em conta que os poemas que lhe eram dedicados e que a crónica de Pinto Pereira foram elaborados no período anterior à sua segunda nomeação vice-real, compreende-se como, no âmbito da estratégia para a sua Casa, do seu relacionamento com D. Sebastião e da sua presença na corte, era central que também ele próprio desse um contributo para o moldar do mito nascente. Não concorreria tal para melhor alicerçar a sua posição social

²²³⁸ Cf. PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, livro II, cap. LIIII, pp. 631-632.

e política? Não era afinal a preocupação com a imagem uma das principais características dos membros da alta nobreza, como era o caso de Ataíde? Não dependeria definitivamente do seu patrocínio a forma como seria retratado para a posteridade? Conquanto estas questões possam não ter uma resposta concreta, importará relembrar que, durante toda a sua vida, D. Luís sempre revelou uma grande preocupação com a imagem, fosse na corte de D. Sebastião, como o episódio do generalato demonstra, fosse na própria Índia, como o início do seu segundo governo atesta.

Nada do afirmado, porém, obsta a que o caso de Ataíde fosse singular pois, como é sabido, a mitificação das principais figuras da nobreza que se destacaram no palco oriental iniciou-se, em regra, após a sua morte, e não durante a sua vida. No entanto, a trajetória de crescente mitificação de D. Luís de Ataíde veio também ela a padecer das consequências do seu afastamento do cargo de general e da segunda nomeação vice-real, em 1577. Não tendo até então obtido que D. Sebastião patrocinasse a publicação da crónica de António Pinto Pereira, D. Luís logrou, ao invés, que lhe fosse dedicado um soneto de autoria atribuída a Luís de Camões²²³⁹.

Em tal soneto, que tanto contrasta com os que lhe tinham sido dedicados por André de Resende, Pedro Sanches e Inácio de Moraes, é bem evidente não apenas o início da fase descendente da sua carreira, mas também o princípio de uma nova etapa de mitificação do fidalgo. Ao contrário da primeira, marcada pelo elogio das qualidades pessoais, no contexto dos sucessos do seu primeiro vice-reinado e do apogeu da sua carreira, a segunda, não esquecendo esse mesmo panegírico, seria marcada pela lamentação do seu afastamento do Reino e, principalmente, pelas consequências que se considerava que tal teve em Alcácer-Quibir e durante a própria crise dinástica. Luís de Camões, no seu soneto verdadeiramente revelador destes aspectos, sintetizou bem estas duas etapas da mitificação de Ataíde, motivo pelo qual se justifica a sua transcrição:

“Que vençais no Oriente tantos Reis,
Que de novo nos deis da Índia o estado,
Que escureçais a fama que ganhado
Tinham os que a ganharam a infieis

²²³⁹ Cf. *Sonetos de Camões. Corpus dos Sonetos Camonianos*, edição e notas de Cleonice Serôa da Motta Berardinelli, Braga, Barbosa & Xavier, 1980, p. 525.

Que do tempo tenhais vencido as leis,
Que tudo, enfim, vençais co tempo armado,
Mais é vencer na pátria desarmado,
Os monstros e as quimeras que vanceis

E assi, sobre vencerdes tanto imigo,
E por armas fazer que, sem segundo,
Vosso nome do mundo ouvido seja,

O que de nós dá mais nome inda no mundo,
É vencerdes, Senhor, no Reino amigo,
Tantas ingratidões, tão grande inveja”²²⁴⁰

O tom compensatório de tal soneto, sobretudo, com a menção clara das ingratidões e da inveja, confirma que deverá ter sido escrito por ocasião da sua segunda partida para a Índia. É inclusivamente atribuída a D. Luís de Ataíde uma resposta em soneto²²⁴¹, e não há duvida que o próprio Ataíde se dedicou, seguindo as pisadas do seu avô e do seu pai, à poesia²²⁴². Porém, foi ainda no século XVI que alguns cronistas narrantes de Alcácer-Quibir realçaram as consequências do seu afastamento daquela expedição. Como a frase introdutória deste capítulo demonstra, considerava-se que o fidalgo poderia ter impedido, com os seus conhecimentos e experiência, aquele desastre militar. Um outro cronista mais sucinto afirma mesmo que, com o seu afastamento, “ficou o Exército defraudado de uma cabeça principal que podia ter para o seu efeito”²²⁴³. Tais afirmações, em nossa opinião, não se reportariam unicamente ao contexto de Alcácer-Quibir, mas também ao da própria crise dinástica. Neste sentido, traduziam a lamentação do afastamento daquele que se considerava poderia ter sido um hipotético defensor do Reino perante a invasão castelhana de 1580. Tal não significa, contudo, que se atribuisse a D. Luís de Ataíde um apoio à causa do Prior do Crato, o qual volta a não ser referido, pois tal afirmação decorria do seu posicionamento durante o reinado de D. Sebastião. Precisamente por este último aspecto não se deverão desligar tais afirmações do contexto de afirmação de um fenómeno cultural emergente: o sebastianismo.

²²⁴⁰ Cf. *Ibidem*, p. 122.

²²⁴¹ Cf. *Ibidem*, p. 525.

²²⁴² Sendo-lhe seguramente atribuído um poema em co-autoria com Pedro da Cunha. Cf. *Ibidem*, p. 546.

²²⁴³ Cf. *Jornada de África del Rey...*, p. 14.

V. 2. Perspectivas posteriores: o mito assegurado

Se até 1581 vinham sendo criadas todas as condições para a configuração de um mito, a partir do falecimento de Ataíde, o seu processo de mitificação conheceu uma confirmação posterior, evidente nas múltiplas referências à sua figura e acção²²⁴⁴. Num certo sentido, em 1601, ao confirmar a D. João Gonçalves de Ataíde o título de 4º conde da Atouguia, D. Filipe II de Portugal (r. 1598-1621) parecia não esquecer tal processo. Na ocasião, o rei afirmava fazê-lo tendo em atenção os merecimentos dos anteriores condes de Atouguia e “em particular aos do conde dom luis de ataide seu tio que forão taes e de tal qualidade e mereçimento que he justo e deuido que eu tenha delles memoria e lembrança”²²⁴⁵. Estaria o *Pio* a referir-se unicamente aos serviços do fidalgo à Coroa ou teria também em consideração a reputação que alcançara depois da morte?

A resposta parece ser a de que D. Filipe II, para tão importante gesto de confirmação, terá levado também em linha de conta a memória *post-mortem* de D. Luís de Ataíde. Retrato em vida como um vice-rei restaurador, D. Luís era menção comum no Estado da Índia de inícios do século XVII, então confrontado com os problemas causados pela chegada de Neerlandeses e Ingleses. Precisamente na viragem do século, Diogo do Couto terminava a sua década oitava, na qual narrava os acontecimentos do primeiro governo de Ataíde. Apesar de, como assinalado, não ter grande simpatia pela figura de D. Luís²²⁴⁶, Couto não deixou de apreciar os seus feitos militares escrevendo, relativamente aos cercos, que “pode ser que por isso ordenasse que sucedesse neste tempo de D. Luís de Atayde que com sua prudencia, constancia e arteficio foy curando todas estas chagas, o que não sei se fizera outro”²²⁴⁷. Já no segundo *Soldado Prático*, também divulgado por aqueles anos, Couto não deixou de fazer o contraste dos tempos conturbados que então se viviam com os da governação de Ataíde, afirmando que “o tempo do viso-rei D. Luís de Taíde é acabado, que, com aquela sua grande prevenção se sustentou contra todos”²²⁴⁸.

As qualidades demonstradas por Ataíde durante o seu primeiro governo foram também reconhecidas pelo autor anónimo da crónica de Matias de Albuquerque²²⁴⁹. Dado bem revelador de como a imagem de D. Luís também se fizera sentir na Índia, logo um ano depois do seu falecimento, em 1582, o autor anónimo do *Livro das*

²²⁴⁴ Cf. PEREIRA, Belmiro Fernandes, “A fama portuguesa...”, p. 59.

²²⁴⁵ Cf. ANTT, *Confirmações Gerais*, livro 12, fl. 13, Lisboa, 14.V.1601.

²²⁴⁶ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima, *Diogo do Couto...*, vol. II, p. 814.

²²⁴⁷ Cf. *Ibidem*, vol. I, livro VII, cap. XI, p. 706.

²²⁴⁸ Cf. COUTO, Diogo do, *O Soldado...*, Parte I, Cena X, p. 107.

²²⁴⁹ Cf. “Vida e acções...”, cap. 9.

Cidades, e Fortalezas já se referia de forma elogiosa e encomiástica à governação de Ataíde²²⁵⁰. Poucos anos mais tarde, o próprio D. Estevão de Ataíde, capitão de Moçambique, aquando do cerco neerlandês de 1607-08, no prólogo da sua história dedicada ao vice-rei D. Francisco da Gama, 4º conde da Vidigueira, em que narrava tal acontecimento, relembra a acção de Ataíde. Para D. Estêvão, D. Luís sintetizava, por si só, todos os serviços prestados pela linhagem dos Ataídes no palco oriental e as suas “obras maruilhozas Nunca o tempo poderá poder [sic] em esquesimento aynda que tenha postas outras muito grandes O qual excedendo a muytos, a ningem çede porque aynda que não conquistou de nouo este Estado todauia todo o defendeo e não merece mais louuor o que Conquista de nouo que o que defende e conserua o conquistado”²²⁵¹.

Fora precisamente a importância da lógica de conservação e restauração que o Estado da Índia vivia nas primeiras décadas do século XVII que, tendo correspondência com o que tinha sido a governação de D. Luís de Ataíde, veio explicar o motivo de ter sido no reinado de D. Filipe II que a crónica de António Pinto Pereira foi publicada. Provavelmente apoiada por D. João Gonçalves de Ataíde, 4º conde de Atouguia²²⁵² e sob a protecção de Frei Miguel da Cruz, geral da Ordem de Cristo e figura próxima daquele monarca²²⁵³, a crónica de Pinto Pereira veio a ser publicada pela primeira vez em Coimbra, em 1616. A publicação enquadrava-se num momento de proliferação de cronistas do Reino e, acima de tudo, pretendia fornecer um modelo do perfeito governador e vice-rei, numa conjuntura marcada pela necessidade de defesa do Estado da Índia²²⁵⁴. Não poderia então a acção de D. Luís de Ataíde na descrita luta contra a Liga Islâmica fornecer um exemplo de liderança, guerra e aprendizagem numa fase em que a problemática da liderança vice-real era particularmente sentida²²⁵⁵?

Esta mesma lógica e o facto de, apesar de publicada, a crónica de Pinto Pereira não ter tido grande divulgação, veio a explicar que, já em 1633, Joseph Pereira de Macedo

²²⁵⁰ Cf. *Livro das Cidades...*, fl. 19v.

²²⁵¹ Cf. BA, 54-V-11, fls. 3-3v.

²²⁵² Cf. DUARTE, Manuel Marques, “A vida de D. Luís de Ataíde à luz da historiografia portuguesa” in PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, p. 37.

²²⁵³ Cf. DUARTE, Manuel Marques, “Quem era Fr. Miguel da Cruz” in PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, pp. 23-24.

²²⁵⁴ Cf. CURTO, Diogo Ramada, *Op. Cit.*, pp. 309-316 e 477-478.

²²⁵⁵ Sobretudo tendo em conta que um dos problemas de que o Estado da Índia, durante o reinado de D. Filipe II, parece ter padecido foi o da falta de vice-reis com grande experiência militar, de que o caso do vice-rei D. Martim Afonso de Castro (1605-1607), falecido em combate em Malaca, é paradigmático. São também conhecidos os infortúnios militares do vice-rei Rui Lourenço de Távora (1609-1613) e do governador Fernão de Albuquerque (1619-1622). Dos vice-reis daquele reinado, Aires de Saldanha (1600-1605) e D. Jerónimo de Azevedo (1613-1617) parecem ter sido os mais preparados para exercer o cargo.

tenha publicado uma segunda crónica sobre D. Luís de Ataíde. Valendo-se daquele pseudónimo e da sua ligação a D. Filipe III de Portugal (r. 1621-1640), a intenção de Frei Francisco de Santo Agostinho de Macedo com tal publicação seria precisamente a de divulgar tal exemplo. Por essa razão principiara por fazer um resumo da crónica de Pinto Pereira, optando posteriormente por evoluir para um relato da vida de D. Luís com algumas imprecisões²²⁵⁶.

Não esquecendo que Ataíde não chegara a tomar posição formal em favor dos Áustrias e procurando abafar tal polémica, Macedo não só não fazia qualquer referência concreta ao seu segundo governo, deixando a insinuação da ameaça que poderia ter representado no contexto da guerra de sucessão, como no elogio de D. Luís²²⁵⁷ retomava Pinto Pereira. Relembrando como fora um vice-rei exemplar, Macedo considerava que, ao contrário do que sucedera com tantos outros vice-reis, Ataíde fora bem-sucedido em todos os domínios e que, por isso, fora, em 1572, bem recebido e não preso, como a tantos outros sucedera. Defendia também que fora afortunado por não ir a Alcácer-Quibir perder reputação como general ou morrer como soldado e, sobretudo, por não ter estado no Reino ao tempo da guerra de sucessão. Por isso, concluía que “venció con su fama, la muerte y el oluido, y lo que es mas, la murmuracion, y la embidia”.

A referência a D. Luís como um “Grande” da corte de D. Sebastião, feita por D. Francisco Manuel de Melo²²⁵⁸, e a continuação da mitificação da sua acção durante o seu primeiro governo, pelo cronista Manuel de Faria e de Sousa²²⁵⁹, asseguraram a presença da memória de Ataíde no período subsequente à Restauração de 1640. Mas, antes, e no exacto ano da primeira publicação da crónica de Pinto Pereira, em verdadeiro sinal do mito que já então era, o túmulo de D. Luís de Ataíde no convento do Bom Jesus de Peniche, que ele próprio fundara e onde se mandara sepultar, foi aberto. Encontrou-se então o seu corpo “inteiro, ainda que mirrado, e com a pelle sobre os ossos. Ainda mais se observou esta inteireza no pé esquerdo, e mão direita”²²⁶⁰. Também o epitáfio da sua sepultura, o qual, pela referência a Mulhberg e ao cerco de

²²⁵⁶ Cf. DUARTE, Manuel Marques, “A projecção de Pinto Pereira na historiografia portuguesa” in PEREIRA, António Pinto, *Op. Cit.*, pp. 70-71.

²²⁵⁷ Cf. MACEDO, Joseph Pereira de, *Op. Cit.*, livro II, pp. 162-168.

²²⁵⁸ Cf. MELO, D. Francisco Manuel de, *D. Teodósio II*, Porto, Livraria Civilização, 1944, p. 209.

²²⁵⁹ Na *Ásia Portuguesa* onde D. Luís de Ataíde chega a ser comparado ao conquistador de Évora, Geraldo, “Sem Pavor”, e se afirma que ao regressar em 1572 Ataíde não trouxera riquezas mas sim águas do Ganges, Indo, Tigre e Eufrates que depositara em Peniche (Cf. SOUSA, Manuel de Faria e, *Op. Cit.*, vol. IV, parte 1, caps. XII e XIX).

²²⁶⁰ Cf. BELÉM, Frei Jerónimo de, *Op. Cit.*, livro VI, cap. XXV, p. 115.

Goa, lembrava a longa enumeração dos feitos presente no epitáfio do 1º conde de Atouguia, era elucidativo de como o fidalgo se convertera num mito:

“Luís, da família de Ataíde, de grande linhagem,
E Conde de Atouguia, está depositado neste túmulo.
Libertou Goa pela lança, e, Governador da própria terra,
corajosamente tomou o aroma como Carlos V.
Ínclito Luís, a suprema esperança da Pátria,
herdeiro de sangue, na inscrição fúnebre colocará a sua obra”²²⁶¹

A menção a D. Luís como a suprema esperança da pátria, independentemente de ter sido deixada em testamento pelo próprio ou ter sido colocada por decisão dos seus familiares, é bem elucidativa da imagem de figura singular mas algo subaproveitada que para a posteridade se pretendia deixar. Precisamente devido a este facto, já durante o século XVIII os cronistas de D. Sebastião não hesitaram em retratar Ataíde como um herói excepcional²²⁶² daquele reinado. Não apenas por se considerar que tinha previsto o desastre de Alcácer-Quibir²²⁶³, mas principalmente, por se afigurar que a sua acção no primeiro vice-reinado suplantara “aos seus primeiros conquistadores em direcções políticas, e empresas militares”²²⁶⁴. Por estes motivos, D. Luís foi retratado como a figura naturalmente predestinada a restaurar o Estado da Índia em 1568²²⁶⁵, razão pela qual a sua mera saída motivara o declínio²²⁶⁶. Nesta lógica, considerava-se ainda que fora alguém digno de governos mais importantes que o da Ásia Portuguesa, possivelmente na corte²²⁶⁷.

²²⁶¹ O qual no século XVIII também foi mandado picar pelo marquês de Pombal (Cf. BNP, Caixa 3, nº 26, fls. 3v. e 15v.). Agradeço particularmente à Professora Leonor Santa Bárbara a gentileza de traduzir o epitáfio, originalmente em latim. Apesar de algumas dúvidas de transcrição, cremos que seja esta a versão mais acertada.

²²⁶² Sobretudo Barbosa Machado que o apelida de “invencível Heroe” no prólogo da sua crónica (Cf. MACHADO, Diogo Barbosa, *Op. Cit.*, tomo I, p. VIII), que coloca o vice-rei D. Antão de Noronha, em 1568, a vaticinar a Ataíde as suas vitórias posteriores (Cf. *Ibidem*, tomo III, cap. VIII) e o apelida de herói no título do capítulo da sua recepção em 1572.

²²⁶³ Cf. *Ibidem*, tomo IV, livro I, cap. XXI.

²²⁶⁴ Cf. *Ibidem*, tomo III, livro II, cap. XV, p. 443.

²²⁶⁵ Cf. LAFITAU, Joseph François, *Histoire des Découvertes et Conquetes des Portugais dans le Nouveau Monde*, tomo II, Paris, por Saugrain Pere e Jean-Baptiste Coignard, 1733, p. 601.

²²⁶⁶ Cf. CASTRO, Damião de Lemos de Faria e, *Historia geral de Portugal e suas conquistas*, Lisboa, Tipografia Rollandiana, 1800, tomo XVI, livro LVII, cap. IX.

²²⁶⁷ Cf. MENEZES, D. Manoel de, *Op. Cit.*, Parte II, cap. XXIV; BAYÃO, Padre José Pereira, *Op. Cit.*, livro II, cap. IX.

O epílogo lógico do processo de mitificação de Ataíde, particularmente na continuidade com as leituras setecentistas, deu-se quando, em 1812, estreou no teatro São Carlos uma peça intitulada *D. Luiz de Atayde ou a tomada de Dabul. Drama Heroico*, da autoria de José Agostinho de Macedo²²⁶⁸. Na peça, que decorria durante o seu segundo vice-reinado, o fidalgo autoproclamava-se sucessor de Afonso de Albuquerque e de D. João de Castro e assumia como sua principal missão instruir a fidalguia. Não deixando de se queixar das dificuldades da governação após Alcácer-Quibir, em gesto mitificado, Ataíde perdoava oficialmente o tanadar de Dabul, acusado de traição. Assim, D. Luís oferecia-lhe a sua espada e exortava todos a seguirem uma, considerada sábia, política de não confronto. Por esta última razão também não era feita menção ao seu posicionamento face à guerra de sucessão.

Lançado que fora o trilho da comparação com os brilhantismos de Afonso de Albuquerque e de D. João de Castro, retomado posteriormente por alguns autores liberais²²⁶⁹, não tardou a que a Câmara de Peniche, por ocasião da tresladação dos ossos de D. Luís de Ataíde, do destruído convento do Bom Jesus para a Igreja de Nossa Senhora da Ajuda de Peniche, viesse a dedicar-lhe um pequeno estudo no qual se mencionava a sua frase antes de morrer (“Morra eu quando seja tudo contra Portugal”) e como fora contrário à realeza de Filipe II²²⁷⁰. Foi a partir de então, e que se saiba, que a ideia de que Ataíde fora apoiante de D. António começou a circular, fazendo o seu percurso no século XX.

Em suma, todas estas referências comprovam como a figura de D. Luís foi sendo aproveitada, ao longo dos séculos e em diversos contextos políticos e culturais. Em função de cada um desses contextos, foram sendo acrescentadas informações sobre a sua vida e acção, nem sempre condicentes com a verdade histórica. Neste sentido, a interrogação a colocar, finda a análise da trajectória do fidalgo e feita a separação entre verdade histórica e mito, será: qual a verdadeira importância histórica da actuação de D. Luís de Ataíde no Reino e no Império?

²²⁶⁸ Consultável em BNP, cód. 12902.

²²⁶⁹ Cf. CHAGAS, Manuel Pinheiro, *História de Portugal popular e ilustrada*, vol. IV, Lisboa, Sociedade Editora, 1890, p. 226.

²²⁷⁰ Cf. ARTHUR, Maria Ribeiro, “D. Luiz...”, pp. 1-4.

Conclusão

Foi assinalado que, pelas circunstâncias do seu nascimento, em particular, enquanto secundogénito, D. Luís de Ataíde não estaria predestinado ao percurso de vida que teve. Se o falecimento de seu irmão, D. Martim Gonçalves de Ataíde, o catapultou ao estatuto de herdeiro da Casa de Atouguia, o que em si mesmo era um acontecimento algo comum, já as múltiplas referências, no seu tempo, à singularidade da sua figura convidam a observar outros aspectos da sua carreira. Deste ponto de vista, considera-se que a singularidade reside não tanto na figura de Ataíde, mas sim na sua carreira e na forma como a mesma foi percepcionada no século XVI. A comparação da sua trajectória com a de outras figuras do Reino e do Império, permite entrever não apenas aspectos comuns mas também de diferenciação, os quais permitem ponderar esta questão.

A partir do momento em que Ataíde assumiu a herança da Casa de Atouguia, a sua condição de senhor de uma das mais importantes Casas do Reino abriu-lhe novas oportunidades de ascensão social. Contrastando com o que era comum para os titulares de Casas no Reino, aquando da sua primeira nomeação para vice-rei da Índia em 1568, D. Luís deverá ter tido consciência de que fora um poucos detentores de uma importante e antiga Casa, a aceitar tal nomeação²²⁷¹. Se para a Coroa era importante beneficiar da sua autoridade social em momento tão complexo como o que a batalha de Talikota ocasionara, para Ataíde a forma como veio a desempenhar o seu primeiro governo permitiu-lhe alcançar decisivamente um dos seus primordiais objectivos: recuperar o título condal. Este aspecto não mereceria realce caso o período em que D. Luís de Ataíde alcançou o título não tivesse sido marcado, como igualmente se referenciou, pela extrema parquez sebástica na concessão de títulos nobiliárquicos. É conhecida a pretensão de diversas figuras destacadas da época, designadamente da corte²²⁷², à titulação e como esta não foi alcançada com aquele monarca, o que permite entrever como D. Luís é um caso de excepção no âmbito da corte sebástica. Contudo, e aspecto

²²⁷¹ Como se referenciou já antes D. Francisco Coutinho, 3º conde de Redondo, senhor daquela importante Casa, também fora nomeado vice-rei. Porém, diferentemente de Coutinho, e como também se assinalou, em 1568, Ataíde levou poderes reforçados que aquele não levava em 1561. O caso de D. Vasco da Gama também deve aqui ser lembrado, sobretudo por contraste com o de Coutinho e Ataíde, por à data da sua indigitação vice-real, em 1524, a Casa da Vidigueira ter origem recente.

²²⁷² Além das figuras ligadas ao cardeal-infante D. Henrique como D. João Mascarenhas ou Francisco de Sá de Meneses ou até do próprio Cristóvão de Távora. Apesar destas figuras pelo seu papel desempenhado na corte sebástica conviverem mais de perto com o rei, nunca deste conseguiram alcançar a concessão de um novo título. A comparação com D. António de Castro, pretendente à restauração do condado de Monsanto durante aquele reinado, é também elucidativa.

verdadeiramente singular da sua carreira, em especial quando comparada com a de anteriores vice-reis e figuras destacadas na Ásia Portuguesa do século XVI, é impossível não salientar que foi, como também se registou, em virtude dos seus serviços durante a primeira comissão ultramarina que Ataíde recuperou o seu título condal.

Em suma, se em vários casos a Expansão, e em especial, o serviço no Índico, permitiam manter o estatuto e, mais raramente, alcançar a concessão de um título de nobreza²²⁷³, de que é exemplo a titulação de D. Vasco da Gama como 1º conde da Vidigueira, no que toca a Ataíde, a especificidade da sua trajectória reside no facto de ter recuperado um antigo título através dos serviços na Índia. De facto, pelo serviço na Expansão, sobretudo no Índico, D. Luís de Ataíde recuperou um velho título quando os seus pares tendiam a consegui-lo em Marrocos²²⁷⁴ ou no serviço cortesão²²⁷⁵. Nesta lógica, também a promoção a marquês de Santarém pode ser encarada como um facto distintivo na trajectória de Ataíde, na medida em que todas as anteriores figuras promovidas àquele título, como sejam o 1º marquês de Vila Real ou o 1º marquês de Ferreira, detinham parentesco com a Casa Real, ligação que no caso de D. Luís era, como se viu, muito limitada²²⁷⁶. Desta forma, através da sua trajectória de serviços, um fidalgo que nascera secundogénito pôde ser protagonista de uma verdadeira promoção social rara para a cronologia em que viveu.

O exemplo da elevação ocasionada pela carreira de D. Luís de Ataíde não viria, aliás, a ser esquecido pelos seus sucessores à frente da Casa de Atouguia, em especial por D. Jerónimo de Ataíde, 6º conde de Atouguia. Este, figura destacada das guerras da Restauração e no apoio ao governo efectivo de D. Afonso VI (1662-1668), também viria a servir-se do Império, neste caso de um governo-geral no Brasil (1654-1657), para cimentar a sua posição social e política. Tal fora uma das fórmulas encontradas por D. Jerónimo para perpetuar a memória de um dos membros mais importantes da Casa, recuperando uma lógica de serviço no Império, embora na vertente brasileira, da qual a Casa ficaria conhecida²²⁷⁷. Contudo, a perpetuação da memória de D. Luís de Ataíde

²²⁷³ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, “A nobreza e a fundação...”, p. 68.

²²⁷⁴ Apesar de no reinado de D. Sebastião o serviço no Norte de África não ter garantido novas titulações (Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e, “A nobreza e a Expansão...”, p. 41).

²²⁷⁵ Cf. CUNHA, Mafalda Soares da, “Portuguese nobility...”, p. 37. Foi esse o caso referido no reinado de D. Sebastião de D. Diogo da Silveira, 2º conde de Sortelha, o qual recuperou o seu título apoiado no seu cargo de guarda-mor do rei, ou ainda de boa parte das titulações de conjuntura de D. Filipe I (Cf. CUNHA, Mafalda Soares da, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Aristocracia, poder e família...”, p. 57).

²²⁷⁶ Cf. nota 1357.

²²⁷⁷ Cf. GALVÃO-TELLES, João Bernardo, SEIXAS, Miguel Metelo de, “Em redor...”, p. 95.

afigurou-se tanto mais importante para os sucessores quanto, como também se assinalou, foi precisamente através da sua trajectória de serviços que a Casa de Atouguia engrossou o seu património de forma decisiva. Neste domínio, aliás, tudo aponta para que as principais doações feitas pelos Avis terão constituído o eixo vertebral do património da Casa, por isso muito dependente daquelas doações, até à sua extinção em 1759²²⁷⁸.

Boa parte, no entanto, da ascensão política e social de D. Luís de Ataíde ficou a dever-se à estratégia que delineou para o seu relacionamento com as diferentes figuras do poder. Se em tempo de D. João III e dos regentes na menoridade de D. Sebastião procurou manter-se próximo dos seus principais servidores a fim de estar informado dos principais acontecimentos sem, contudo, por eles ser directamente afectado, já durante o governo de D. Sebastião, através da sua participação directa em alguns dos acontecimentos mais importantes, Ataíde terá tomado consciência de que poderia criar margem de manobra para a sua própria ascensão. A implantação do seu novo estatuto, que fora cimentando durante o reinado sebástico, explica plenamente a forma como foi encarado pelo *cardeal-rei*, pelo Prior do Crato e, sobretudo, por Filipe II, que se dispôs a promovê-lo, como mencionado, a um dos maiores aristocratas do emergente Portugal dos Áustrias.

Sob outro prisma, é inegável que a estratégia de D. Luís não teria sido bem-sucedida se a sua postura assumidamente militar não se tivesse evidenciado já antes. Tendo o privilégio de se iniciar na arte da guerra com fidalgos tão experimentados como D. Estêvão da Gama e D. João de Castro, D. Luís de Ataíde assegurou, através da sua participação na batalha de Muhlberg, a continuação de importantes aprendizagens militares. Neste ponto, cabe realçar como esta experiência foi também decisiva, não apenas enquanto escola militar, mas também enquanto trunfo político habilmente utilizado pelo fidalgo em diversos contextos. O paralelismo do perfil militar de Ataíde com o pendor guerreiro da personalidade sebástica é também um factor fundamental para explicar, como se viu, não só o papel que, em diversos momentos do reinado, desempenhou, mas também a sua titulação em 1577. Na realidade, e apesar de ao longo

²²⁷⁸ Uma incursão aos bens confiscados pela Coroa à Casa de Atouguia em 1759 revela que, volvidos cerca de 150 anos após a morte de D. Luís de Ataíde, a doação de novos senhorios e comendas à Casa durante aquele período foi relativamente reduzida, merecendo destaque a concessão de duas rendosas comendas (Santa Maria de Olivença e Vila Velha de Ródão) a par de diversas rendas que se encontravam, por então, na sua maioria hipotecadas por dívidas (Cf. Arquivo do Tribunal de Contas, *Erário Régio*, pp. 896-898).

da sua carreira ter cruzado, dinâmicas políticas e militares na governação, como era comum em vários servidores da Coroa no Império do seu tempo, é importante manter presente que Ataíde foi primordialmente, pelo seu nascimento e primeiros passos de carreira, uma figura da guerra. Foi, aliás, precisamente o seu bem-sucedido desempenho militar que o catapultou nas diferentes fases de vida e que veio a explicar alguns dos acontecimentos mais marcantes da sua trajectória, como sejam a recepção de 1572, a nomeação de general, em 1577, ou a indigitação para 1º marquês de Santarém, em 1580.

Contextualizando adequadamente aqueles acontecimentos é possível compreender como estes ocorreram, em grande medida, em consequência do carisma militar que Ataíde cedo evidenciou. Por esta mesma razão, a sua figura não deixou de despertar sentimentos fortes nas principais figuras do poder com as quais lidou. Enquanto com D. Sebastião pode denotar-se alguma inveja, em 1572, e receio, em 1577, mas simultaneamente uma profunda admiração e respeito, com Filipe II sobressai alguma insegurança e hesitação, evidente no processo de nomeação do vice-rei D. Francisco Mascarenhas em 1580-81, embora também moldada por uma certa admiração pelo fidalgo. Já com D. António e com o *cardeal-rei* denotam-se a esperança de que os seus dotes militares pudessem ajudar definitivamente ao apoio da sua causa ou ao reequilíbrio do Estado da Índia, respectivamente.

Retratado ainda no século XVI, e sobretudo posteriormente, como uma figura destacada do seu tempo devido aos seus feitos militares e à sua personalidade, no elogio encomiástico das qualidades de D. Luís, em especial, a sua prudência, sintetizam-se alguns dos aspectos verdadeiramente mais relevantes da sua acção. Esta ilação pode ser extraída quando se interroga qual foi o seu contributo para o Reino e o Império da sua época. No elogio desde sempre feito à sua atribuída prudência encontra-se a resposta a esta importante questão, na medida em que face aos dois governos da Índia e ao generelato é possível identificar um perfil de actuação coerente por parte do fidalgo.

Apesar de não ser, na sua essência, um cortesão ou um político, D. Luís logrou conjugar com sucesso as componentes militar e política nos seus governos, sendo porventura este um dos motivos pelos quais tendeu a ser tão elogiado. No caso do seu primeiro governo oriental, tal torna-se evidente não apenas pela forma como enfrentou a Liga Islâmica, mas também pelas opções tomadas a nível político-militar e, sobretudo, no relacionamento com a fidalguia. Já no generelato, Ataíde visou harmonizar dois aspectos particularmente difíceis de conjugar: os intuitos políticos internos e externos de

afirmação sebástica e a melhor concretização possível, do ponto de vista militar, de uma jornada que comportava diversos riscos. No segundo vice-reinado, D. Luís procurou também fazer uso dos seus dotes militares, utilizando-os para vincar a autoridade da Coroa e estabilizar os diversos palcos do Estado da Índia. Se bem que a sua postura não tenha sido bem acolhida relativamente a Marrocos, devido ao facto do fidalgo ter sido afastado pelo rei, também no generelato é possível denotar como, mesmo almejando realizar aquela difícil conciliação, Ataíde não desistiu de manter um perfil de coerência governativa. Tal perfil que sempre cultivou viria a ser posteriormente apontado como um aspecto marcante da sua acção.

Com particular destaque para o caso do Estado da Índia, a imagem que logo em 1571 começou a difundir-se de um vice-rei restaurador, e que tão promovida pelo próprio fidalgo deverá ter sido, comporta, de facto, algum fundo de verdade. Enquanto durante o seu primeiro governo tal se encontra directamente associado à forma como lidou com o adverso cenário político-militar asiático, também durante o segundo vice-reinado a sua política de estabilização o aproxima dessa imagem. Porém, tentando superar a superficialidade das imagens, é importante destacar que, em ambos os governos, D. Luís de Ataíde concretizou uma gestão parcimoniosa do grande desafio estratégico que se colocava ao Estado da Índia na década de 1570: a difícil escolha entre o aprofundamento do tradicional imperialismo marítimo português ou a crescente territorialização da presença portuguesa. O imperativo de tal opção, acentuado pelo contexto da crise político-militar de 1565-1575, afigurava-se como um meio de sobrevivência para o próprio Estado da Índia, especialmente tendo em conta que esta vinha sendo colocada com crescente acutilância.

Entre 1568 e 1571, Ataíde parece ter decidido claramente pela primeira opção, com a tentativa de ocupação de Adém e as ocupações na costa do Canará, a qual não foi seguida de um projecto de territorialização local, ou na política de recuperação naval que prosseguiu. Tal não obsta a que D. Luís tenha evidenciando também interesse em projectos de territorialização no Guzerate, no Achém e no Monomotapa, os quais acabaria por não concretizar. Já entre 1578 e 1581 a sua política de estabilização parece enquadrar-se mais numa escolha de territorialização, visível no sacrifício da opção achém em prol de Ceilão. Em suma, em ambos os governos e sendo sensível aos diferentes apelos, D. Luís de Ataíde esteve consciente das dinâmicas das periferias do Estado e procurou responder a esses desafios, assumindo-os para si próprio. Todavia,

como se viu, nem sempre teve condições para os enfrentar como desejava, merecendo realce o facto de, aparentemente, ter sido o primeiro vice-rei da Índia a defender entusiasticamente diversos projectos de territorialização. Tal defesa não surgia apenas por convicção própria mas pretendia também responder a um dos desafios que, desde a década de 1540, o Estado da Índia vinha crescentemente a defrontar: continuar a expansão ou manter as conquistas. A esta importante questão, Ataíde deu diferentes respostas durante os seus governos, acabando por se manifestar seguidor da lógica expansionista. A sua opção era assumida por considerar que seria esta a via para alcançar a superação das diferentes crises que teve de enfrentar, sendo decidida em detrimento de opções estratégicas diferentes de anteriores vice-reis, como D. Antão de Noronha ou posteriores como D. António de Noronha.

Este aspecto remete directamente para uma outra faceta clara dos seus governos orientais: a centralização. Ciente da sua missão e procurando difundir a imagem de figura zelosa do serviço régio, D. Luís buscou sempre o melhor caminho para concretizar a afirmação da centralização régia. Tal aspecto é indissociável não apenas dos contextos de nomeação e poderes reforçados concedidos ao fidalgo em ambos os governos, mas também da sua relação e ligação pessoal com D. Sebastião. Porém, e apesar de frequentemente, como era habitual, Ataíde ter defrontado diferentes resistências e tentativas de condicionamento, tal como o relacionamento com as autoridades eclesiásticas o bem demonstra, não desistiu de afirmar a política centralizadora da qual fora empossado. Para tal, Ataíde criou para si próprio um espaço de manobra na actuação política que outros governadores e vice-reis do Estado da Índia do seu tempo, como Francisco Barreto²²⁷⁹, não conseguiram criar, não hesitando, assim, no afrontamento de interesses opostos. Este facto é particularmente visível na conhecida coragem militar que evidenciou nos cercos de 1570-71, mas também e, acima de tudo, na coragem política na forma como lidou com as autoridades eclesiásticas e com a fidalguia em ambos os governos. No que toca às primeiras, cumpre mesmo salientar que D. Luís de Ataíde foi o único vice-rei do reinado de D. Sebastião que não temeu discordar pública e oficialmente dos pareceres das autoridades eclesiásticas e dos jesuítas e enfrentar as consequências políticas da sua decisão ao mais alto nível da corte. Tal facto é bem elucidativo da sua concepção política de governo, compreensivelmente,

²²⁷⁹ O qual, como é sabido, na expedição do Monomotapa entre 1570 e 1573, foi condicionado pelas opiniões emitidas pelo jesuíta Francisco de Monclaros, por receio da influência dos jesuítas junto de D. Sebastião.

bastante próxima da que o próprio *Desejado* adoptava no Reino, e remete uma vez mais para a sua ligação a D. Sebastião.

Fruto de alguns destes factos, no exercício dos seus governos orientais D. Luís surge como um verdadeiro executante das políticas de centralização da Coroa para o Estado da Índia. Este aspecto deve igualmente merecer algum realce, pois, sobretudo quando comparado com os seus antecessores e sucessores do reinado sebástico, Ataíde parece emergir como um claro centralizador. Porém, e considerando que nem sempre as intruções que recebera forneciam respostas para diversas problemáticas, e no seio do espaço de manobra que criava para si próprio, Ataíde não deixou ele próprio de adoptar, principalmente durante o segundo vice-reinado, uma postura de governo menos aberta. As continuidades dessa postura e das suas políticas no Estado da Índia, durante o reinado de D. Filipe I, permanecem ainda por aprofundar, embora tudo aponte para que algumas das políticas seguidas por Ataíde tenham sido prosseguidas naquele período: não apenas na recuperação da tentativa de implementação das ordenanças, mas também na continuação da afirmação crescente da instituição vice-real em detrimento das autoridades eclesiásticas e dos jesuítas. Esta última parece ter prosseguido durante o período de D. Filipe I com o aprofundamento da política de elitização social na escolha dos vice-reis e no reforço dos seus poderes. Tal encontrar-se-ia ligado não apenas à directriz política seguida por Ataíde, mas seria também uma forma de afastar de forma duradoura a intervenção das autoridades eclesiásticas na crise política de 1576-77²²⁸⁰.

Neste aspecto é importante lembrar que a governação de Ataíde pretendeu ser um protótipo exemplar das políticas reformistas ensaiadas por D. Sebastião para o Império na década de 1570, motivo pelo qual o fidalgo seria, mais tarde, comparado ao reformador Imperador romano Augusto. Conquanto algumas delas, sobretudo para o caso de Estado da Índia, não tenham sido totalmente implementadas ou genericamente bem-sucedidas, importa referir que deixaram antecedentes, aproveitados em períodos posteriores, e que também neste aspecto a ligação pessoal de D. Luís ao *Desejado* ainda reforçava mais a sua determinação na implementação das reformas. Desta consideração derivou decisivamente a sempre atribuída marca pessoal deixada pelo fidalgo nos seus governos da Índia.

Foi precisamente em função dessa marca de persistência na afirmação do seu projecto político, independentemente das oposições suscitadas, da consciência de que fora um

²²⁸⁰ Cf. VILA-SANTA, Nuno, “Revisitando...”, p. 101-104.

“bom” executante da política régia que deixou nos seus governos da Índia e na sequência das imagens apologéticas da sua figura, que D. Luís de Ataíde tendeu a ser retratado como o perfeito vice-rei e como um exemplo para a posteridade. O facto de no início do século XVII, quando o Estado da Índia se encontrava a braços com os desafios neerlandês e inglês, se apontar a sua figura como um modelo a seguir, em termos de liderança militar e política, comprova como, implicitamente, lhe era reconhecido o estatuto de vice-rei mais importante da Ásia Portuguesa durante o reinado de D. Sebastião, senão mesmo um dos mais importantes do século XVI. Nesta lógica também se pode compreender e até inserir a afirmação de que os acontecimentos sucedidos no seu primeiro vice-reinado representaram o último grande desafio político-militar do Estado da Índia antes da chegada dos adversários europeus²²⁸¹.

Quanto ao generelato, não é difícil concluir como o fidalgo acabou por não desempenhar a função que muitos dele esperaram e que ele próprio desejou deter. Este aspecto remete directamente para as suas estratégia, participação e ligações clientelares na corte de D. Sebastião, como se viu, em grande parte desconhecidas, embora aparentemente comuns às de muitos outros protagonistas da corte de então. A ideia da figura que fora subaproveitada tendeu, como se viu, no período posterior a Alcácer-Quibir, a ser prolongada temporalmente através da afirmação constante de que Ataíde tinha condições para evitar aquele desastre militar e, implicitamente, evitar a morte de D. Sebastião. Se a primeira afirmação, sobretudo considerando os testemunhos conhecidos de Alcácer-Quibir, é difícil de aceitar, levando em linha de conta que o *Desejado* afastou sempre, e até ao último momento, todos os pareceres que desaconselhavam a batalha, já a segunda torna-se verdadeiramente inverosímil tendo em conta as intenções de D. Sebastião na sua ida a Alcácer-Quibir. Desta forma, e separando verdade histórica de mito, cabe salientar que, ainda que exista alguma verdade histórica na imagem de um D. Luís de Ataíde subaproveitado na preparação militar da expedição a Marrocos, o mesmo não sucede quanto à ideia de que poderia ter salvo o Reino das consequências de Alcácer-Quibir, convencendo o rei a não dar batalha ou liderando-a ele próprio. Os relatos conhecidos não deixam dúvida de que, mesmo que não tivesse sido afastado do Reino, dificilmente Ataíde teria conseguido demover D. Sebastião. Assim e neste ponto, a constatação é bem mais crua: o fidalgo,

²²⁸¹ Cf. MATOS, J. Semedo de, “A marinha...”, p. 17.

como tantos outros, não logrou, apesar do seu relacionamento próximo com o rei, demover o *Desejado* da realização da expedição nos moldes em que esta ocorreu.

A imagem idêntica de um hipotético salvador que se encontra para D. Luís, no período da crise dinástica, padece, em parte, do mesmo tipo de problemáticas das referidas para Alcácer-Quibir. Quanto a este ponto, cabe realçar como, devidamente contextualizados os acontecimentos, a verdadeira margem de intervenção de Ataíde era reduzida. Tal dependeu não apenas da cadência rápida dos acontecimentos no Reino e sua notícia na Índia, dos problemas de saúde e sucessão da Casa de D. Luís e dos desafios que o próprio Estado da Índia enfrentava, mas, particularmente, por se estar em presença de um conjunto de acontecimentos (o falecimento de um rei em batalha, a breve realeza do sucessor e uma disputa sucessória), que, na História de Portugal e do seu Império, nunca antes acontecera. Neste prisma, importa afirmar que nem mesmo em períodos históricos posteriores tal viria a suceder, o que deve contribuir para aquilatar da excepcionalidade daqueles acontecimentos. Como poderia então D. Luís de Ataíde, que sempre patenteara o mencionado perfil de prudência política e militar, arriscar-se a tomar partido por D. António, por antipatia com Filipe II, a figura cuja influência estratégica tanto tentara combater ao lado de D. Sebastião? Mesmo que não cultivasse simpatia pelo Monarca Católico, compreende-se que, neste ponto, apesar de encarado como uma possível e séria ameaça por Filipe II e como uma esperança pelo Prior do Crato e seus apoiantes, o que poderia dizer-se que D. Luís de Ataíde faria derivava já mais das imagens que dele se tinham criado do que das condições efectivas que o fidalgo detinha.

Desta forma, a ideia de que D. Luís poderia apoiar D. António ou mesmo que, não o apoiando, poderia ser contrário à realeza de Filipe II e poderia recusá-la no Estado da Índia, encontra-se mais próxima dos mitos que se geraram em torno da sua figura do que da verdade histórica. Todavia, tal não obsta a que a imagem que então já detinha de general subaproveitado, sobretudo, após o afastamento do generalato, circulasse e motivasse os receios de Filipe II. Este conhecia-o pessoalmente e já antes lhe reconhecera a sua importância, patrocinando a dispensa papal para o seu terceiro consórcio. Num certo sentido, o papel desempenhado por D. Luís de Ataíde durante a guerra de sucessão, enquanto hipotético candidato à defesa do Reino, quando conjugado com o facto de ser a figura de então mais preparada para eventualmente enfrentar a ameaça castelhana, aproxima-o da imagem de que seria um “Alba português”. Porém,

também esta imagem é ilusória, uma vez que, como se viu, D. Luís não detinha nem motivos nem condições efectivas para intervir em favor do Prior do Crato. No entanto, será relevante não esquecer também, como ficou demonstrado, o quanto a imagem que o fidalgo teve contribuiu para a forma como Filipe II começou por encarar a Ásia Portuguesa, as decisões que, em 1580-81, tomou relativas a esta e mesmo, em parte, a forma como viria a alcançar o seu juramento naquela decisiva parcela do Império.

Em suma, se a acção de Ataíde tendeu a ser mitificada ao longo dos tempos, ainda que algumas imagens e afirmações que dele foram sendo feitas, detenham algum fundo de verdade histórica, podendo ser corroboradas, nuns casos, e noutros colocadas como hipóteses de trabalho, cumpre salientar que muitas interrogações ficam sem resposta. Apesar disso, não deverá ignorar-se que Ataíde passou à História como uma figura marcante e que, nesse sentido, importa reflectir uma última vez sobre o seu contributo.

Tendo a sua carreira, em vários dos aspectos mencionados, sido singular, em especial, quando comparada com outras trajectórias quinhentistas, há que salientar que D. Luís sempre deu grande importância à imagem, mas que a sua trajectória não pode ser explicada sem considerar dois aspectos fundamentais: por um lado, o facto de ter nascido numa nobreza de velho solar com toda a herança simbólica que tal acarretava, e, por outro lado, o de ter sido sempre, e acima de tudo, uma figura da guerra. São essencialmente estas as duas permissas fundamentais que explicaram os diferentes trilhos que a sua carreira foi seguindo e que lhe permitiram encontrar-se em posição de moldar e contribuir para os acontecimentos do seu tempo.

Tal como tantas outras figuras do poder e talvez até mais do que uma figura inovadora do seu tempo, D. Luís de Ataíde é uma figura representativa do que foram a História e as dinâmicas do Reino e do Império nos reinados de D. Sebastião e D. Henrique. Em tempos conturbados e de transição como foram aqueles reinados, D. Luís logrou afirmar-se como uma âncora política e militar de um mundo em transição e de uma dinastia que se esboroava. Tal foi, aliás e precisamente, a imagem que se pretendeu transmitir do fidalgo para posteridade quando no epitáfio da sua sepultura se afirma que fora a suprema esperança da pátria, aspecto que remete directamente para a sua acção nos governos da Índia, no generalato e para o seu papel na crise dinástica, no qual Ataíde difundiu uma imagem de “natural” restaurador. Com tal difusão contribuiu para essa outra perspectiva decisiva: a da figura que poderia ter feito mais do que fez caso as circunstâncias o tivessem permitido. Por isso mesmo, ainda que permanecendo

aparentemente agrilhado à defesa de um passado imperial e de conquistas dos Avis, do qual pretendeu ser o agente e representante máximo no Oriente, muito ainda na lógica da refundação imperial de meados de Quinhentos²²⁸², e sem o saber, D. Luís de Ataíde não só criara condições para a sobrevivência do Estado da Índia: abria plenamente caminho à sua posterior evolução. É esse caminho das continuidades e rupturas, tantas vezes imperceptíveis aos diferentes protagonistas do poder no seu tempo, que se afigura importante ser trilhado por novos estudos.

²²⁸² Cf. XAVIER, Ângela Barreto, *Op. Cit.*, p. 32.

ANEXOS

Fontes e Bibliografia²²⁸³

Documentação Manuscrita

Arquivos Portugueses

Academia das Ciências (Lisboa)

Série Azul

Nº: 73, 266, 312, 1708, 1734, 1735, 1736, 1737, 1738, 1739, 1740 e 1741.

Série Vermelha

Nº: 141, 154, 155, 169, 478 e 479.

Arquivo da Casa de Bragança (Vila Viçosa)

Biblioteca de D. Manuel II

RES 5 adq – Livro de menagens del rei D. Manuel e de D. João III

Manuscritos: 1.

Arquivo Distrital de Bragança

Casa de Sampaio

Caixa 9

Arquivo Nacional Torre do Tombo (Lisboa)

Chancelarias Régias

Chancelaria de D. João I (Doações, Ofícios e Mercês): Livros 2 e 4.

Chancelaria de D. Afonso V (Doações, Ofícios e Mercês): Livros 1, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35 e 38.

Chancelaria de D. João II (Doações, Ofícios e Mercês): Livros 7, 8, 14, 17, 18, 19, 21, 23 e 26.

Chancelaria de D. Manuel I (Doações, Ofícios e Mercês): Livros 3, 16, 17, 19, 24, 25, 27, 28, 30, 31, 33, 39 e 44.

²²⁸³ Foi obtida autorização da orientadora e parecer favorável do Conselho Científico da FCSH-UNL para que a Bibliografia não contasse para o limite de 350 páginas da tese, podendo assim ser incluída nos Anexos. Foi também autorizado que o corpo de texto tivesse 350 páginas. Tal limite foi também cumprido, uma vez que, segundos os regulamentos, a contagem deve-se iniciar-se na primeira página da Introdução.

Chancelaria de D. João III (Doações, Ofícios e Mercês): Livros 1, 5, 6, 8, 10, 12, 15, 18, 21, 24, 26, 31, 32, 33, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 46, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 58, 60, 67, 71 e 72.

Chancelaria de D. João III (Privilégios): Livros 1, 2 e 4.

Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique (Doações, Ofícios e Mercês): Livros 2, 4, 7, 9, 10, 11, 12, 15, 17, 19, 20, 22, 25, 26, 29, 31, 32, 37, 38, 39, 40, 42 e 44.

Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique (Privilégios): Livros 7 e 9.

Chancelaria de D. Filipe I (Doações, Ofícios e Mercês): Livros 1, 2, 6, 7, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 27, 28 e 32.

Chancelaria de D. Filipe I (Privilégios): Livros 2 e 7.

Leitura Nova:

Estremadura: Livros 2, 7 e 8.

Odiana: Livros 1 e 3.

Além-Douro: Livros 1 e 3.

Místicos: Livros 3, 4 e 5.

Livro de Extras

Chancelaria da Ordem de Cristo: Livros 1, 3 e 4.

Chancelaria da Ordem de Santiago: Livro 1.

Confirmações Gerais: Livros 2, 3, 5, 11, 12 e 14.

Corpo Cronológico

Maços da Parte Primeira: 1, 2, 17, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 87, 89, 90, 91, 92, 95, 98, 101, 104, 107, 108, 109, 111 e 112.

Maços da Parte Segunda: 23, 24, 27, 34, 64, 193, 200, 217, 239, 240 e 243.

Maços da Parte Terceira: 10 e 12.

Cartas Missivas

Maços: 1, 2 e 3.

Manuscritos da Livraria

Nº: 321, 1155 e 2631.

Miscelâneas Manuscritas da Graça

Nº 280

Caixa 5, tomo II

Tomo I C

Tomo II E

Tomo 4 E

Miscelâneas Manuscritas

Vol. 4

Cartas dos Governadores de África

Nº 371

Colecção de São Vicente

Livros: 1, 2, 3, 4, 8, 9, 10, 11 e 12.

Feitos Findos

Diversos, Maço 2

Núcleo Antigo

871 – Cartas de e para o rei

139 - Moradias da Casa Real

Maços: 1 e 2.

136^a – Livro dos cavaleiros e escudeiros que andam na companhia do rei D. Manuel e seus pagamentos para os anos de 1504 a 1507

139 – Pagamentos de moradias e soldos (1519)

142 – Livro das adições de moradias (1527)

122 e 123 - Emmentas da Casa Real

Livros: 1, 4 e 5.

Casa da Rainha D. Catarina:

1543 – 143C

1550 – 143D

1553 – 145
1559 – 166
1565 – 171
1567 – 172
1572 – 174
1575 – 176

Casa do Infante D. Luís:

1536 – 177
1538 – 178
1542 – 179
1543 – 189
1544 – 182
1545 – 181
1551 – 183
1552 – 184
1553 – 185
1554 – 185^a
1555 - 186

Instituição de morgados e capelas

Nº 204

Hospital de São José

Livros: 1 e 155.

Casa de Povolide

Maço: 1 nº 21, 3, 5, 41 e 62.

Caixa 5, Maço 9

Caixa 21

Administração da Casa de Pancas

Maço 39

Casa de Santa Iria

Maço 8

Caixa 13

15º Cartório Notarial de Lisboa

Livro de Notas nº 69, caixa 15

Biblioteca Nacional da Ajuda (Lisboa)

Códices: 44-XIII-42, 44-XIV-4, 49-IX-38, 49-X-1, 49-X-2, 49-X-4, 49-X-5, 49-XI-77, 49-XII-14, 49-XII-24, 50-II-35, 50-IV-32, 50-V-22, 51-II-14, 51-IX-22 e 54-V-11.

Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa)

Códices: 411, 477, 886, 887, 1758, 1613, 3663, 7638, 8570, 9555, 10605, 11410, 12902 e 13117.

Códices Alcobacenses: 308.

Manuscritos: 64, 199 nº6, 206 e 218.

Condes de Resende: Caixa 73.

Colecção Pombalina: 648.

Biblioteca Pública de Évora

Códices: CIII/1-14, CIII/2-17, CIII/2-20, CIII/2-21, CIII/2-22, CIII/2-24, CIII/2-26, CIV/IV, CIV/1-18, CV/1-2, CV/1-2d., CV/1-3, CV/1-3d, CV/1-4, CV/1-19, CV/2-9, CV/1-39d., CVI/1-7 e CXI/1-11.

Archivum Romanum Societatis Iesu (Revista Brotéria - Lisboa)

Lusitania

Nº 61, 64, 65 e 68.

Goa

Nº 12 I-II, 13 I-II, 31 I-II, 32 I, 38 I-II e 47;

Biblioteca da Universidade de Coimbra

Manuscritos: 502 e 656.

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Colecção PS/PC (Manuscritos Pereira e Sousa – Mendonça Cortês)

Caixa 6, pasta 7

Caixa 6, pasta 10

Caixa 6, pasta 11

Arquivos estrangeiros

Archivo General de Simancas

Secretarias de Estado:

Portugal: Legajos 371, 374, 375, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428 e 8769.

Castela: Legajos 75, 158, 159, 160 e 161.

França: Legajos K 1447, 1487 e 1555.

Alemanha: Legajo 644.

Flandres: Legajo 502.

Milão: Legajos 1193, 1194 e 1195.

Veneza: Legajos 1522, 1523, 1524 e 1526.

Nápoles: Legajos 1081, 1082 e 1583.

Sicília: Legajos 1149 e 1150.

Secretarias Provinciales:

Portugal: Legajo 2650; Libros 1455 e 1579.

Biblioteca Nacional de Madrid

Manuscritos: 409, 1753, 2422, 2860, 7448, 9087 e 12866.

Biblioteca Nacional de Paris

Códices: 20.

Fonds Portugais:

Manuscritos: 23.

Colectâneas documentais

Archivo dos Açores, 12 volumes, Ponta Delgada, Tipografia do Archivo dos Açores, 1878-1892.

A Inquisição de Goa. Correspondência dos Inquisidores da Índia (1569-1630), vol. II, edição de António Baião, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930.

As Gavetas da Torre do Tombo, 12 volumes, edição de António da Silva Rego, Lisboa, Centro de Estudos Históricos, 1960-1977.

Archivo Portuguez Oriental, edição de J. H. da Cunha Rivara, 6 volumes, Nova-Goa, Imprensa Nacional, 1857-1877.

Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa, 45 volumes, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1954-1971.

Cartas de D. João de Castro, edição de Elaine Sanceau, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954.

Cartas para duas infantas meninas. Portugal na Correspondência de D. Filipe I para as suas filhas (1581-1583), edição de Fernando Bouza-Álvarez, Lisboa, Publicações Dom Quixote/CNCDP, 1999.

Chancelarias Portuguesas: D. João I, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.

Chancelarias Portuguesas: D. Duarte, Lisboa, Centro de Estudos Históricos, Universidade de Lisboa, 1998.

Coleccion de documentos inéditos para la historia de España, 84 volumes, edição de D. Pedro Sainz Baranda e D. Miguel Salvá, Madrid, Imprenta de la viuda de Calero, 1842-1885.

Colecção de São Lourenço, 3 volumes, edição de Elaine Sanceau Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973-1983.

Colecção de Tratados e Concertos de Pazes que o Estado da India Portuguesa fez com os Reis e Senhores com quem teve relações nas partes da Asia e Africa Oriental desde o principio da conquista até ao fim do século XVIII, edição de Júlio Firmino Judice Biker, 14 volumes, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881-1887.

“Colectânea de documentos acerca de D. Sebastião” in *Stvdia*, edição de Luciano Ribeiro, n.º 5 (Janeiro de 1960), pp. 135-257.

Contribuição para o epistolário do cardeal-rei, edição de Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1962.

Correspondence d'un ambassadeur castillan au Portugal dans les années 1530 – Lope Hurtado de Mendoza, edição de Aude Viaud, Lisboa, FCG, 2001.

Corpus Documental de Carlos V, edição de Manuel Fernandez Álvarez, 5 volumes, Salamanca, Universidad de Salamanca-Consejo Superior de Investigaciones Cientificas-Fundacion Juan March, 1975-1981.

Dépêches de M. de Forquevaux ambassadeur du roi Charles IX en Espagne 1565-1572, edição de M. L'Abbé Douais, 2 volumes, Paris, Imprimerie E. Jamin, 1900.

Documenta Indica, 18 volumes, edição de Joseph Wicki, Roma, Monumenta Historica Soc. Iesum 1948-1988.

Documenta Malucensia, 3 volumes, edição de Hubert Jacobs, Roma, Institutum Historicum Societatis Iesu, 1974-1984.

Documentação Henriquina, edição de José Manuel Garcia, Maia, Castoliva Editora, 1995.

Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente (Índia), 13 volumes, edição de António da Silva Rego, Lisboa, CNCDF/FO, 1992-2000.

Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente (Insulíndia), 5 volumes, edição de Artur Basílio de Sá, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954-1958.

Documentação Ultramarina Portuguesa, edição de António da Silva Rego, 5 volumes, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1967.

Documentos das chancelarias reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos, edição de Pedro Azevedo, Lisboa, Academia das Ciências, 1915.

Documentos de D. João III, edição de Mário Brandão, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1937-1941.

Documentos do Corpo Cronológico referentes a Marrocos (1488 a 1511), edição de António Baião, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925.

“Documentos inéditos para a história do reinado de D. Sebastião”, *Boletim da Universidade de Coimbra*, edição de Joaquim Veríssimo Serrão, vol. XXIV, Coimbra, 1958.

Documentos Inéditos sobre João de Barros. Sobre o escritor seu homónimo contemporâneo, sobre a família do historiador e sobre os continuadores das suas “Decadas”, edição de António Baião, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1917.

Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central, edição de António da Silva Rego, 9 volumes, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962-1989.

Filipe II de Espanha, rei de Portugal (Colectânea de documentos filipinos guardados em Arquivos Portugueses), 2 volumes, coordenação de Francisco Ribeiro da Silva, Salamanca, Fundación Rei Afonso Henriques, s.d.

História Quinhentista do Segundo Cerco de Diu, edição de António Baião, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927.

Inventários e Sequestros das Casas de Távora e Atouguia em 1759, edição de Luiz de Bivar Guerra, Lisboa, Edições do Arquivo do Tribunal de Contas, 1954.

Jean Nicot ambassadeur de France en Portugal au XVI^e siècle. Sa Correspondence diplomatique inedite, edição de Edmond Falgairolle, Paris, Augustin Challamel, 1897.

La Correspondence des premiers nonces permanents au Portugal 1532-1553, 2 volumes, edição de Charles Martial de Witte, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1976-1980.

Les sources inédites de l'Histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sadienne, 4 volumes, direcção de Pierre de Cenival, David Lopes e Robert Ricard, Paris, Paul Geuther, 1934-1948.

Les Sources Inédites por l'Histoire du Maroc. Première Série Dynastie Sa'diene. Archives et Bibliothèques d'Espagne, tomo III, edição de Chantal de la Vérone, Paris, Paul Geuthner, 1961.

Letters of John III King of Portugal 1521-1557, edição de J. D. M. Ford, Cambridge, Harvard University Press, 1931.

Monumenta Henricina, 14 volumes, Coimbra, Comissão Executiva do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, 1960-1973.

Os Firangis na Chancelaria Mogol. Cópias Portuguesas de documentos de Akbar (1572-1605), edição de Jorge Flores e António Vasconcelos Saldanha, Nova Deli, FCG/Embaixada de Portugal, 2003.

Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo, desde o principio da monarchia portugueza até aos nossos dias, edição do Visconde de Santarém, 18 volumes, Paris, Casa de J. P. Aillaud, 1842-1869.

Regimentos das Fortalezas da Índia, edição de Panduroga S. S. Pissurlencar, Goa, Tipografia Rangel, 1951.

Registo da Casa da Índia, 2 volumes, edição de Luciano Ribeiro Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954.

Sonetos de Camões. Corpus dos Sonetos Camonianos, edição e notas de Cleonice Serôa da Motta Berardinelli, Braga, Barbosa & Xavier, 1980.

Fontes Narrativas

ANDRADE, Francisco de, *Crónica de D. João III*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1976.

ANDRADE, Jacinto Freire de, *Vida de D. João de Castro, quarto viso-rey da India*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1835.

ANDRADE, Miguel Leitão de, *Miscelânea*, introdução de Manuel Marques Duarte, Lisboa, INCM, 1993.

ÁVILA Y ZÚÑIGA, D. Luís, *Comentario del Illustre Senor Don Lvis de Avila y Çuñiga Comendador Mayor de Alcantara: de la Guerra de Alemaña hecha por Carlo V, Maximo Emperador Romano, Rey de España, en el año de M. D. XKVI. Y M. D. XLVII*, Anvers, en casa de Iuan Steelsio, 1549.

BAYÃO, Padre José Pereira, *Portugal cuidadoso e lastimado com a vida, e perda do senhor Dom Sebastião, o desejado de saudosa memoria*, Lisboa Occidental, na Officina de Antonio de Sousa da Sylva, 1737.

BELÉM, Frei Jerónimo, *Chronica Serafica da Santa Provincia dos Algarves*, 4 volumes, Lisboa, Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1750-1758.

Cancioneiro Geral de Garcia de Resende, edição de André Crabbé Rocha, 5 volumes, Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, 1973.

Carlos V. Memorias, edição de Manuel Fernandez Álvarez, Madrid, Ediciones Cultura Hispanica, 1960.

CARVAJAL, Luis del Marmol, *Description General de Africa*, Madrid, Instituto de Estudios Africanos del patronato Diego Saavedra Fajardo, 1953.

CASCÃO, João, “Relação da jornada de el-rei D. Sebastião quando partiu da cidade de Évora”, in LOUREIRO, Francisco de Sales, *Uma Jornada ao Alentejo e Algarve: a alteração das linhas de força da política nacional*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984.

CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, 2 volumes, edição de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão, 1979.

CASTANHOSO, Miguel de, *Dos Feitos de D. Cristóvão da Gama em Etiópia*, Lisboa, Sociedade de Geografia, 1875.

CASTILHO, António de, *Commentario do cerco de Goa, e Chaul no anno de 1570 sendo visor-rei D. Luis de Ataide*, Lisboa Ocidental, Officina Joaquiniana da Musica, 1736.

CASTRO, Damião de Lemos de Faria e, *Historia geral de Portugal e suas conquistas*, 20 volumes, Lisboa, Tipografia Rollandiana, 1786-1804.

CASTRO, D. João de, *Discurso da vida do Sempre Bem Vindo e Aparecido Rey D. Sebastião de Portugal*, introdução de Aníbal Pinto de Castro, Lisboa, INAPA, 1994.

CASTRO, D. João de, *Roteiro do Mar Roxo*, introdução de Luís de Albuquerque, Lisboa, Edições Inapa, 1991.

CASTRO, D. Fernando de, *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*, transcrição e notas de Luís de Albuquerque e Teresa Travassos Cortez da Cunha Matos, Tomar, CNCDP, 1995.

CENIVAL, Pierre de, *Chronique de Santa-Cruz du Cap de Gué (Agadir)*, Paris, Paul Geuthner, 1934.

CONESTAGE, Ierosme, *Histoire de La Reunion du Royaume de Portugal a La Couronne de Castille*, Paris, Chez Lovis Billaine, 1630.

CÓRDOBA, Luis Cabrera de, *Historia de Felipe II, rey de España*, tomo II, Madrid, Aribau, 1876.

CORREIA, Gaspar, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*, edição de José Pereira da Costa, Lisboa, Academia das Ciências, 1992.

CORREIA, Gaspar, *Lendas da Índia*, 4 volumes, edição de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão, 1975.

COUTO, Diogo do, *Vida de D. Paulo de Lima Pereira*, Lisboa, Escriptorio, 1903.

COUTO, Diogo do, *Da Ásia*, V, v-x, Lisboa, Livraria San Carlos, 1973-1975.

COUTO, Diogo do, *O Soldado Prático*, edição de Rodrigues Lapa, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1980.

COUTO, Diogo do, *O Primeiro Soldado Prático*, introdução e edição de António Coimbra Martins, Lisboa, CNCDP, 2001.

COUTINHO, Lopo de Sousa, *O Primeiro Cerco de Diu*, comentário de Luís de Albuquerque, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

Crónica do Xarife Mulei Mahamet e d'El-Rei D. Sebastião 1573-1578, edição de Francisco de Sales Loureiro, Lisboa, Heuris, 1987

VAENA, António de, *Chronica d'el-rei D. Sebastião*, Lisboa, Escriptorio, 1903.

Diario de Hans Khevenhüller, Embajador Imperial en la Corte de Felipe II, estudio introductorio de Sara Veronelli, transcripción y edición de Félix Labrador Arroyo, Madrid, Sociedad Estatal para la Conmemoración de los Centenarios de Felipe II y Carlos V, 2001.

DIAS, Nicolau, *Vida da Serenissima Princesa D. Joana filha del Rey D. Afonso quinto de Portugal a qual viveo santamente no Convento de Jesus d'Aveyro da Ordem dos Pregadores*, Lisboa, Officina de Francisco Villela, 1674.

Ditos Portugueses dignos de memória. História íntima do século XVI, edição de José Hermano Saraiva, s.l., Publicações Europa-América, s.d.

ESCOBAR, Antonio, *Recopilacion de la Felicissima Iornada que la Catholica Real Magestad del Rey don Phelipe nuestro señor hizo en la conquista del Reyno de Portugal: ansi en las cosas de la guerra como despues en laz paz antes que boluiesse a Castilla. Siendo Capitan general el Excellentissimo don Fernandalvarez de Toledo Duque de Alua*, Valência, en casa da viúva de Pedro de Huete, 1586.

EÇA, D. Duarte de, *Relação dos Governadores da Índia (1571)*, edição de R. O. W. Goertz, Codex Goa 38, Calgary, University Services, 1979.

FRIAS, Pedro de, *Crónica del-rei D. António*, edição de Mário Alberto Nunes Costa, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1955.

FRUTUOSO, Gaspar, *Saudades da Terra*, 4 volumes, Ponta Delgada, Tipografia do Diario dos Açores, 1926.

GIRON, Pedro, *Cronica del Emperador Carlos V*, edição de Juan Sanchez Montes, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, 1964.

GÓIS, Damião de, *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel*, anotações e prefácio de Joaquim Martins Teixeira de Carvalho e David Lopes, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926.

GÓIS, Damião de, *Crónica do Príncipe D. João*, edição e comentada de Graça Almeida Rodrigues, Lisboa, UNL, 1977.

GONÇALVES, Padre Sebastião, *Primeira Parte da História dos Religiosos da Companhia de Jesus e do que fizeram com a divina graça na conversão dos infieis a nossa santa fee catholica nos reynos e províncias da India Oriental*, edição de Joseph Wicki, 3 volumes, Coimbra, Atlântida, 1957-1962.

HERRERA, Antonio de, *Cinco Libros de la Historia de Portugal, y conquista de las Islas de los Açores, en los años de 1582 y 1583*, Madrid, en casa de Pedro Madrigal, 1591.

HERRERA, Antonio de, *Primera Parte de la Historia General del Mundo*, Valladolid, por Iuan Godinez de Millie, 1606.

HERRERA, Antonio de, *Segvnda Parte de la Historia General del Mundo*, Valladolid, por Iuan Godinez de Millie, 1606.

Historia do Cerco de Mazagão, edição de Agostinho Gavy de Mendonça, Lisboa, Biblioteca de Clássicos Portugueses, 1890.

História dos Portugueses no Malabar por Zinadím, edição de David Lopes, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898.

History of the Rise of the Mahomedan Power in India, till the year A. P. 1612, translated from the original persian of Mohamed Kasim Ferishta, edição de John Briggs, vol. III, Londrees, Longman, Rees, Orde, Brown and Green, Parernoster-now, 1829.

HOMEM, Frei Manuel, *Memória da disposição das armas castelhanas que injustamente inuadirão o Reyno de Portugal, no anno de 1580*, Lisboa, Officina Craesbekiana, 1655.

Jornada de África del Rey D. Sebastião Escrita por um Homem Africano, edição de Fernando Colapez e Júlio da Conceição Pedro, Lisboa, Livro Aberto, 2004.

Jornada del-rei dom Sebastião a África. Crónica de dom Henrique, edição de Francisco de Sales Loureiro, Lisboa, INCM, 1978.

LAFITAU, Joseph François, *Histoire des Découvertes et Conquetes des Portugais dans le Nouveau Monde*, 2 tomos, Paris, por Saugrain Pere e Jean-Baptiste Coignard, 1733.

LANDIM, Gaspar Dias, *O Infante D. Pedro. Chronica Inedita*, edição de Luciano Cordeiro, 3 volumes, Lisboa, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, 1892-1894.

LEÃO, Duarte Nunes, *Cronicas e vidas dos reys de Portugal, D. Duarte, undecimo, e D. Affonso V, duodecimo*, Lisboa, Officina de Joze de Aquino Bulhoes, 1780.

Livro das Cidades, e Fortalezas, qve a Coroa de Portugal tem nas Partes da India, e das Capitanias, e mais Cargos qve nellas ha, e da Importancia Delles, edição de Francisco Paulo Mendes da Luz, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960.

LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, introdução de Humberto Baquero Moreno e prefácio de António Sérgio, 2 volumes, Barcelos, Livraria Civilização, 1990.

LOUREIRO, Fernando Goes, *Breve Symma y Relacion de las Vidas, y Hechos de los Reyes de Portugal, y cosas sucedidas en aquel Reyno desde su principio hasta el ano de MDXCV*, Mântua, por Francisco Osana, 1606.

MACEDO, Joseph Pereira de, *Vida del Grande D. Lvis de Attayde, tercer conde de Attougvia y Virrey de la India dos vezes*, Madrid, Imprensa do Reino, 1633.

MACHADO, Diogo Barbosa, *Memorias para a Historia de Portugal, que comprehendem o governo delrey D. Sebastião, unico em o nome, e decimo sexto entre os Monarchas Portuguezes*, 4 tomos, Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1736-1757.

MELO, D. Francisco Manuel de, *D. Teodósio II*, Porto, Livraria Civilização, 1944.

Memórias da última condessa de Atougua, edição do Padre Valério A. Cordeiro, Braga, Villela & Irmão, 1917.

MENDONÇA, Jerónimo de, *Jornada d’Africa*, edição de F. Maria Rodrigues, Porto, Imprensa Recreativa do Instituto Escholar de S. Domingos, 1878.

MENEZES, D. Manoel, *Chronica do muito alto, e muito esclarecido príncipe D. Sebastião, decimosexto rey de Portugal*, Lisboa Occidental, na Officina Ferreyriana, 1730.

MESA, Sebastian de, *Iornada de Africa por El Rey Don Sebastian y Union del Reyno de Portugal a la Corona de Castilla*, Barcelona, por Pedro Laucaualleria, 1630.

MOURA, Miguel de, *Chronica do Cardeal Rei D. Henrique e Vida de Miguel de Moura*, Lisboa, Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1840.

NUNES, Leonardo, *Crónica de D. João de Castro*, comentário de Luís de Albuquerque, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

OSÓRIO, D. Jerónimo, *Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, edição de Joaquim Ferreira, Porto, Livraria Civilização – Editora, 1944.

PARADA, D. Juan de Baena, *Epitome de la vida, y hechos de Don Sebastian Dezimo Sexto Rey de Portugal, Y Vnico deste Nomnre. Jornadas que hizo à las Conquistas de Africa, y su muerte desgraciada. Com Discursos Escolasticos, Politicos, Historiales, y Morales, deduzidos de la mesma Historia*, Madrid, Por Antonio Gonçalez de Reys, 1692.

PEREIRA, António Pinto, *História da Índia no tempo em que a governou o visorei D. Luís de Ataíde*, introdução de Manuel Marques Duarte, Lisboa, INCM, 1984.

PINA, Rui de, *Chronica de D. Afonso V*, edição de G. Pereira, Lisboa, Escriptorio, 1901-1902.

PINA, Rui de, *Crónica do rei D. Duarte*, edição de António Borges Coelho, Lisboa, Editorial Presença, 1966.

PINA, Rui de, *Crónica de D. João II*, comentário de Luís de Albuquerque, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia (Anónimo do Século XVI), edição de Laura Monteiro Pereira, Ericeira, Mar de Letras, s.d.

PORTUGAL, D. Jozé Miguel João de, *Vida do Infante D. Luiz*, Lisboa Ocidental, Na officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1735.

QUEIROZ, Padre Fernão de, *Conquista temporal e espiritual de Ceylão*, 2 volumes, Colombo, H. C. Cottle Government Printer, 1916.

REBELO, Padre Amador, *Relação da vida d'elrey D. Sebastião*, leitura, introdução e notas de Francisco de Sales de Mascarenhas Loureiro, Lisboa, separata da Revista da Faculdade de Letras, 1977.

Relações de Pero de Alcáçova Carneiro Conde da Idanha do tempo que ele e seu pai, António Carneiro, serviram de secretários (1515 a 1568), edição de Ernesto de Campos Andrada, Lisboa, Imprensa Nacional, 1937.

RESENDE, Garcia de, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, edição fac-similada com prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, INCM, 1973.

RODRIGUES, Bernardo, *Anais de Arzila*, 2 volumes, Lisboa, Academia das Ciências, 1915.

RODRIGUES, Francisco, *História da Companhia de Jesus na assistência a Portugal*, 4 volumes, Porto, Livraria Apostolado da Imprensa, 1938.

SANDOVAL, Prudencio, *Historia de la vida y hechos del emperador Carlos V*, 2 volumes, Barcelona, Por Sebastian de Cormellas, 1625.

SANTA CRUZ, Alonso de, *Crónica del Emperador Carlos V*, 5 volumes, Madrid, Imprenta del Patronato de Huérfanos de Intendencia é Intervencin Militares, 1920-1925.

Santa Cruz do Cabo de Gue D'Agua de Narba. Estudo e Crónica, edição de Mohammed Nadir, João Marinho Santos e José Manuel Azevedo e Silva, Viseu, Palimage Editores, 2007.

SANTOS, Frei Manoel dos, *Historia Sebastica*, Lisboa Occidental, Na officina de Antonio Pedrozo Galram, 1735.

SAN ROMAN, Frei Antonio de, *Iornada y muerte del Rey Don Sebastian de Portugal, sacada de las obras del Franchi, ciudadano de Genoua, y de otros muchos papeles autênticos*, Valhadolide, pelos herdeiros de Iuan Yñiguez de Lequerica, 1603.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, “A crónica de D. João III de António Castilho” in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. II, 1970, pp. 317-403.

SOARES, Pero Roiz, *Memorial*, edição de M. Lopes de Almeida, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1953.

SOLEDADE, Fernando da, *História Seráfica Cronológica da Ordem de São Francisco*, 4 volumes, Lisboa, Officina António Pedrozo Gabram, 1720-1736.

SOUSA, Frei Luís de, *Anais de D. João III*, 2 volumes, prefácio e notas de M. Rodrigues Lapa, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1951-54.

SOUSA, Manuel de Faria e, *Historia del Reyno de Portugal*, Ambers, En casa de Juan Bautista Verdussen, 1730.

SOUSA, Manuel de Faria e, *Europa Portuguesa*, 3 volumes, Lisboa, Na officina de Antonio Craesbeeck, 1679.

SOUSA, Manuel de Faria e, *Ásia Portuguesa*, tradução de Manuel Burquets, 6 volumes, Porto, Livraria Civilização, 1945.

SOUSA, Padre Francisco de, *Oriente Conquistado a Jesus Cristo pelos Padres da Companhia de Jesus da Província de Goa*, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1978.

TÁVORA, Rui Lourenço, *Historia dos Varoens Illvstres do Appelido Tavora continvada em os senhores da Caza e Morgado de Caparica*, Paros, Sebastiam Cramoisy, 1658.

TRINDADE, Frei Paulo da, *Conquista Espiritual do Oriente*, 3 volumes, Lisboa, Centro de Estudos Históricos, 1962-67.

VASCONCELOS, Don Agustin Manuel y, *Sucession del Señor Rey Don Filipe Segundo en la Corona de Portugal*, Madrid, por Pedro Tazo, 1639.

VELÁSQUEZ, Isidro, *La Entrada que en el Reino de Portugal hizo la S. C. R. M. de Don Philippe, Invictissimo Rey de las Españas, segundo deste nombre, primero de*

Portugal, assi com su Real presencia, como com el exercito de su felice campo, Salamanca, por Manuel de Lyra, 1583.

“Vida e acções de Mathias de Albuquerque Cappitão e Viso-Rey do Estado da India”, *Mare Liberum*, CNCDP, nº 15, Junho de 1998, pp. 143-245.

ZÚÑIGA, Don Francés de, *Crónica Burlesca del Emperador Carlos V*, edição de José Antonio Sánchez Paso, Salamanca, Ediciones Universidad Salamanca, 1989.

ZURARA, Gomes Eanes, *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, introdução, actualização de texto e notas de Reis Brasil, Mem Martins, Publicações Europa-América, s.d.

ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica da tomada de Ceuta*, introdução e notas de Reis Brasil, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1992.

Obras de referência

BAÇAL, Abade de, *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança*, 12 volumes, edição de Gaspar Martins Pereira, Bragança, Câmara Municipal/Instituto dos Museus, 2000.

DALGADO, Sebastião Rudolfo, *Glossário Luso-Asiático*, 2 volumes, Lisboa, Academia das Ciências, 1983.

Dicionário de História dos Descobrimentos, 2 volumes, direcção de Luís de Albuquerque, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

Dicionário de História de Portugal, 6 volumes, direcção de Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d.

Dicionário de História Religiosa de Portugal, 3 volumes, direcção de Carlos Moreira de Azevedo, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000-01.

DORNELLAS, Affonso de, *História e Genealogia*, vol. I, Lisboa, Livraria Ferin, 1914.

FARIA, António Machado de, *Armorial Lusitano*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1961.

FARIA, António Machado de, *Livro de linhagens do século XVI*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1961.

FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, 3 volumes, Lisboa, INCM, 1973.

GAYO, Felgueiras, *Nobiliário de famílias de Portugal*, 12 volumes, Braga, edição de Carvalhos de Basto, 1992.

Glossário Antroponímico da antiga historiografia portuguesa, pelo visconde de Lagoa, I parte – Ásia e Oceânia, Lisboa, Junta de Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, 1953.

GODINHO, António, *Liuro da Nobreza e Perfeçam das Armas*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1956.

Inventário artístico ilustrado de Portugal, 9 volumes, direcção de José Correia de Azevedo, Lisboa, Edições NovaGesta, 1991-1992.

Livro do Armeiro-Mor, Lisboa, Edições Inapa-Academia Portuguesa de História, 2000.

LEAL, Augusto, *Portugal Antigo e Moderno*, 12 volumes, Braga, Barbosa & Xavier, 2006.

MORAES, Cristóvão Alão, *Pedatura Lusitana*, 6 volumes, Braga, Edições Carvalho de Basto, 1997-1998.

RÊGO, Rogério de Figueiroa, *Soldados da Índia (Séculos XVI). Notícias genealógicas e biográficas*, Torres Vedras, Por Mares Nunca Dantes Navegados, 1956.

SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, edição revista de M. Lopes de Almeida e César Pegado, Coimbra, Atlântida Editora, 1946-1955.

SOUSA, D. António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 6 volumes, Coimbra, Atlântida Editora, 1946-1954.

TAVORA, D. Luiz Lencastre e, *Dicionário das famílias portuguesas*, Lisboa, Quetzal Editores, 1989.

ZÚQUETE, Afonso, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1960.

ZÚQUETE, Afonso, *Tratado de todos os Vice-Reis e Governadores da Índia*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1962.

Bibliografia

A Companhia de Jesus e a Missionação no Oriente. Actas do Colóquio Internacional, edição de Nuno da Silva Gonçalves, Lisboa, Brotéria/Revista de Cultura/Fundação Oriente, 2000.

ALAM, Muzzafar, SUBRAHMANYAM, Sanjay, “A expansão mogol no Decão, 1570-1605: perspectivas contemporâneas” in *Goa e o Grão-Mogol*, edição de Jorge Flores e Nuno Vassalo e Silva, Lisboa, FCG, 2004, pp. 14-43.

ÁLVAREZ, Manuel Fernández, *Felipe II y su Tiempo*, Madrid, Espasa Calpe, 1998.

ÁLVAREZ, Manuel Fernández, *Carlos V. Un hombre para Europa*, Madrid, Editorial Espasa-Calpe, 1999.

ÁLVAREZ, Manuel Fernández, *Carlos V, el César y el Hombre*, Madrid, Fundacion Academia Europea de Yuste/Espasa, 2006.

ÁLVAREZ, Manuel Fernández, *El Duque de Hierro: Fernando Álvarez de Toledo, III Duque de Alba*, Madrid, Espasa, 2007.

- ALVES, Ivone Correia, *D. Diogo de Meneses*, Cascais, Câmara Municipal, 2010.
- ALVES, Jorge Manuel dos Santos, *O Domínio do Norte de Samatra. A História dos sultanatos de Samudera-Pacém e de Achém, e das suas relações com os Portugueses (1500-1580)*, Lisboa, SHIP, 1999.
- ANDRADE, Francisco Miranda de, “O poeta e conde de Matosinhos D. Francisco de Sá de Meneses”, *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, Matosinhos, nº 26, 1982, pp. 75-91.
- AQUARONE, J. B., *D. João de Castro. Gouverneur et Vice-Roi des Indes Orientales (1550-1548)*, Montpellier, Presses Universitaires de France, 1967-68.
- ARAÚJO, Julieta, *Os Dominicanos na Expansão Portuguesa (Séculos XV e XVI)*, Lisboa, Edições Colibri, 2009.
- ARTHUR, Maria Ribeiro, “D. Luiz de Athayde”, *Occidente*, vol. XXI, Lisboa, 1898, pp. 82-83.
- Armamento de los ejércitos de Carlos V en la guerra de Alemania 1546-1547*, Madrid, Imprenta del Servicio Geográfico del Ejército, 1947.
- ASCH, Ronald G., BIRKE, Adolf M., *Princes, Patronage, and the Nobility. The Court of the Beginning of the Modern Age. 1460-1650*, Nova Iorque, German Historical Institute London/Oxford University Press, 1991.
- AUBIN, Jean, *Le capitaine Leitão: un sujet insatisfait de D. João III*, separata da Revista da Universidade de Coimbra, Coimbra, Coimbra Editora, 1983.
- AUBIN, Jean, “La noblesse titrée sous D. João III. Inflation ou fermeture?” in *Le Latin et l’astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, vol. I, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1996, pp. 371-383.
- AVELAR, Ana Paula, *Visões do Oriente. Formas de sentir no Portugal de Quinhentos*, Lisboa, Edições Colibri, 2003.
- Ayyar, Krishna K. V., *The Zamorins of Calicut*, Calicute, Norman Printing Bureau, 1938.
- BAÑOS-GARCIA, Antonio Villacorta, *D. Sebastião, rei de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006.
- BARATA, José Alberto Leitão, *Os Senhores da Navegação. O domínio português dos mares da Ásia por meados do século XVI*, Cascais, Câmara Municipal, 2003.
- BIEDERMANN, Zoltán, *A aprendizagem de Ceilão. A presença portuguesa em Sri Lanka entre estratégia talaassocrática e planos de conquista territorial (1506-1598)*, dissertação de doutoramento policopiada, Lisboa, FCSH-UNL, 2005.

BRAGA, Isabel Drumond, *O Mosteiro de Guadalupe e Portugal. Séculos XIV-XVIII. Contribuição para o Estudo da Religiosidade Peninsular*, Lisboa, Centro de História da Universidade Nova, 1994.

BRAGA, Isabel Drumond, *Península Ibérica: Um Espaço, Dois Reinos (Interrelações na Época de Carlos V)*, dissertação de doutoramento policopiada, Lisboa, FCSH-UNL, 1996.

BRANCO, Manuel da Silva Castelo, “As Ordens Militares na Expansão Portuguesa: Vice-Reis e Governadores da Índia que, no século XVI, tiveram os hábitos de Avis, Cristo e Santiago” in *As Ordens Militares em Portugal, Actas do 1.º Encontro sobre Ordens Militares*, Palmela, Câmara Municipal, 1991, pp. 57-66.

BRAUDEL, Fernand, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995.

BRAUN, Rudolph, “Staying on Top: Socio-Cultural reproduction of European Power Elites” in *Power Elites and State Building*, edição de Wolfgang Reinhard, s.d., Clarendon Press, 1996, pp. 235-259.

BORDIEU, Pierre, “L’illusion biographique” in *Actes RSS*, nsº 62/63, pp. 69-72.

BOUCHON, Geneviève, THOMAZ, Luís Filipe, *Voyage dans les Deltas du Ganges et de l’Irraouaddy. Relation Portugaise Anonyme (1521)*, Paris, FCG, 1988.

BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando, *Portugal en la Monarquía Hispanica (1580-1640): Felipe II, las Cortes de Tomar e y la Genesis del Portugal Catolico*, 2 volumes, Madrid, Editorial de la Universidade Complutense de Madrid, 1987.

BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando, “Corte es decepción. Don Juan de Silva, Conde de Portalegre” in *La Corte de Felipe II*, direcção de José Martínez Millán, Madrid, Alianza Editorial, 1999, pp. 451-502.

BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando, *Portugal no Tempo dos Filipes. Política, Cultura, Representações (1580-1668)*, prefácio de António Manuel Hespanha, tradução de Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.

BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando, *D. Filipe I*, s.l., Círculo de Leitores, 2005.

BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando, *Felipe II y el Portugal “dos povos”. Imágenes de esperanza y revuelta*, prólogo de Nuno Gonçalo Monteiro, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2010.

BUESCU, Ana Isabel, *Memória e Poder. Ensaio de História Cultural (Séculos XV-XVIII)*, Lisboa, Cosmos, 2000.

BUESCU, Ana Isabel, “A persistência da cultura manuscrita em Portugal nos séculos XVI e XVII” in *Ler História*, nº 45, 2003, pp. 19-48.

BUESCU, Ana Isabel, *D. João III*, s.l., Círculo de Leitores, 2005.

BUESCU, Ana Isabel, *Catarina de Áustria. Infanta de Tordesilhas. Rainha de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007.

BUESCU, Ana Isabel, “A infanta Beatriz de Portugal e o seu casamento na Casa de Sabóia (1504-1521)” in *Portugal e o Piemonte: A Casa Real Portuguesa e os Sabóias*, coordenação de Maria Antónia Lopes Blythe Alice Raviola, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2012, pp. 51-100.

BUSCHGES, Christian, “La corte virreinal como espácio político. El gobierno de los virreyes de la America hispánica entre monarquía, élites locales y casa nobiliária” in CARDIM, Pedro, PALOS, Joan-Lluís, *El mundo de los virreys en las monarquias de España y Portugal*, Vervuert, Iberoamericana, 2012, pp. 319-344.

CADENAS Y VICENT, Vicente de, *Dos Años en la vida del Emperador Carlos V (1546-1547) vistos por los embajadores venetos, por suas atribuídas “Memorias”, y la Batalla de Muhlberg por sus próprios escritos*, Madrid, Hidalguia, 1988.

CAEIRO, Francisco, *O Arquiduque Alberto de Áustria. Vice-Rei e Inquisidor-mor de Portugal. Cardeal Legado do Papa. Governador e Depois Soberano dos Países Baixos*, Lisboa, Edição de autor, 1961.

CALADO, Mariano, *Sobre a fortaleza de Peniche*, Câmara Municipal, Peniche, 1983.

CALADO, Mariano, *Visão cronológica da história de Peniche*, Lisboa, Silvas, 1999.

CALADO, Mariano, *Fortificações da região de Peniche*, s.d., Silvas, 2000.

CAMPOS, Nuno Silva, *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*, Évora, Colibri/Centro Interdisciplinar de História, Cultura e Sociedades da Universidade de Évora, 2004.

CARDIM, Pedro, “A diplomacia portuguesa no tempo de D. João III. Entre o Império e a reputação” in *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, edição de Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, Lisboa, CHAM, 2004, pp. 627-660.

CARDIM, Pedro, COSTA, Leonor Freire, CUNHA, Mafalda Soares da, “Introdução” in *Portugal na Monarquia Hispânica. Dinâmicas de integração e conflito*, organização de Pedro Cardim, Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, Lisboa, CHAM/CIDEHUS/Gabinete de História Económica e Social, Red Columnaria, 2013, pp. 9-14.

CARDIM, Pedro, MIRANDA, Susana Munch, “Virreyes e governadores de las posesiones portuguesas en el Atlántico y en el Índico (Siglos XVI-XVIII)” in CARDIM, Pedro, PALOS, Joan-Lluís, *El mundo de los virreys en las monarquias de España y Portugal*, Vervuert, Iberoamericana, 2012, pp. 177-202.

CARVALHO, Andreia Martins de, «The King’s Agent in the East: the Choice of Nuno da Cunha, Governor of Portuguese India», in *Indo-Portuguese History: Global Trends. Proceedings of XI International Seminar on Indo-Portuguese History – 2003. Silver Jubilee Session*, ed. por Fátima Gracias, Charles Borges e Celsa Pinto, Goa, 2005, pp.117-127.

CARVALHO, Andreia Martins de, *Nuno da Cunha e os capitães da Índia (1528-1539)*, dissertação de mestrado policopiada, Lisboa, FCSH-UNL, 2006.

CARVALHO, Maria Paula Coelho de, *A acção ultramarina de D. António de Ataíde, 1º Conde da Castanheira*, dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, Lisboa, FLUL, 2001.

CARVALHO, José Adriano de Freitas, *Poesia e hagiografia*, Porto, Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade, Faculdade do Porto, 2007.

CASTRO, Padre José de, *O Prior do Crato*, Lisboa, União Gráfica, 1942.

CHAGAS, Manuel Pinheiro, *História de Portugal popular e ilustrada*, vol. IV, Lisboa, Sociedade Editora, 1890.

COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I o que re-colheu Boa Memória*, s.d., Círculo de Leitores, 2005.

CORAL, Carlos Jokubauskas, *O último Avis: D. António, o antonismo e a crise dinástica portuguesa (1540-1640)*, dissertação de mestrado policopiada, São Paulo, Universidade São Paulo, 2010.

CORREIA, José Manuel, *Os Portugueses no Malabar (1498-1580)*, dissertação de mestrado policopiada, vol. II, Lisboa, FLUL, 1991.

CORREIA, José Manuel, *Os Portugueses no Malabar (1498-1580)*, Lisboa, CNCDP, INCM, 1997.

CORREIA, Margarida Sérvulo, *As Viagens do Infante D. Pedro*, Lisboa, Gradiva, 2000.

CORTESÃO, Jaime, *O Império Português no Oriente*, Lisboa, Portugália, 1968.

COSTA, André, *Os Secretários e o Estado do Rei: luta de corte e poder político. Séculos XVI-XVII*, dissertação de mestrado policopiada, Lisboa, FCSH-UNL, 2008.

COSTA, João Paulo Oliveira e, “D. Sebastião, o homem para lá do mito” in *A Monarquia Portuguesa. Reis e Rainhas na História de um Povo*, direcção de João Aguiar e Bento de Moraes Sarmiento, Lisboa, Selecções do Reader’s Digest, 1999, pp. 306-319.

COSTA, João Paulo Oliveira e, “A nobreza e a Expansão - Particularidades de um fenómeno social complexo” in *A Nobreza e a Expansão. Estudos Biográficos*, coordenação de João Paulo Oliveira e Costa, Cascais, Patrimonia, 2000, pp. 12-51.

COSTA, João Paulo Oliveira e (dir.), *Descobridores do Brasil. Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, Lisboa, SHIP, 2000.

COSTA, João Paulo Oliveira e, “A nobreza e a fundação do Estado Português da Índia” in *Vasco da Gama, homens, viagens e culturas*, edição de Joaquim Romero de Magalhães e Jorge Flores, vol. II, Lisboa, CNCDP, 2001, pp. 39-73.

COSTA, João Paulo Oliveira e, “Fernão Lourenço, tesoureiro e feitor da Casa da Mina e Índia (c. 1481-1504). Uma carreira de sucesso” in *Aquém e Além da Taprobana. Estudos Luso-Orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard*, edição de Luís Filipe Thomaz, Lisboa, CHAM, 2002, pp. 57-69.

COSTA, João Paulo Oliveira e, “O Império Português em meados do século XVI” in *Anais de História de Além-Mar. Homenagem a Luís Filipe Thomaz*, volume III, Lisboa, CHAM, 2002, pp. 87-121.

COSTA, João Paulo Oliveira e, “A estrutura de comando do Estado da Índia durante o governo de D. Henrique de Meneses” in *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do nascimento de D. João III*, edição de Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, Lisboa, CHAM, 2004, pp. 307-318.

COSTA, João Paulo Oliveira e, *D. Manuel I (1469-1521). Um Príncipe do Renascimento*, s.l., Círculo de Leitores, 2005.

COSTA, João Paulo Oliveira e, *Henrique, o Infante*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009.

COSTA, João Paulo Oliveira e, RODRIGUES, Vítor, *Portugal y Oriente: El Proyecto Indiano del Rey Juan*, Madrid, Editorial Mapfre, 1992.

COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto, *A Ordem Militar do Hospital em Portugal: dos finais da Idade Média à Modernidade*, Fundação Eugénio de Almeida, Porto, 2000.

COUTO, Dejanirah, LOUREIRO, Rui (dir.), *Revisiting Hormuz: Portuguese Interactions in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period*, Wiebaden, FCG, 2008.

COUTO, Jorge, *A construção do Brasil. Ameríndios, Portugueses e Africanos, do Início do Povoamento a Finais de Quinhentos*, Lisboa, Cosmos, 1997.

CRUZ, Abel dos Santos, *A nobreza portuguesa em Marrocos no século XV (1415-1464)*, dissertação de mestrado policopiada, Porto, FLUP, 1995.

CRUZ, Maria Augusta Lima, “A viagem de Gonçalo Pereira Marramaque do Minho às Molucas ou os itinerários da fidalguia portuguesa no Oriente” in *Stvdia*, nº 49, Lisboa, 1989, pp. 315-340.

CRUZ, Maria Augusta Lima, *Diogo do Couto e a década 8ª da Ásia*, 2 volumes, Lisboa, INCM/CNCDP, 1993.

CRUZ, Maria Augusta Lima, “O assassinio do rei de Maluco. Reabertura de um processo” in *As Relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente. Actas do VI Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, edição de Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz, Lisboa/Macau, CNCDP/Fundação Oriente, 1993, pp. 511-529.

CRUZ, Maria Augusta Lima, “Degredados e arrenegados portugueses no espaço Índico nos primórdios do século XVI”, *Textos e História*, vol. 6, nº1-2, 1998, pp. 169-184.

CRUZ, Maria Augusta Lima, *D. Sebastião*, s.l., Círculo de Leitores, 2006.

CRUZ, Maria Leonor Garcia da, *Lourenço Pires de Távora e a política portuguesa no Norte de África no século de Quinhentos*, 2 volumes, Lisboa, dissertação de mestrado policopiada, FLUL, 1988.

CRUZ, Maria Leonor Garcia da, “As controvérsias ao tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África” in separata *Mare Liberum*, nº 13-14, Junho 1997-Dezembro 1997, s.l., CNPCDP, s.d.

CRUZ, Maria Leonor Garcia da, “Lourenço Pires de Távora, diplomata e conselheiro de Estado, na Índia e em Marrocos” in *Retratos do Império. Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*, organização de Ronaldo Vainfas, Georgina Silva dos Santos e Guilherme Pereira das Neves, Rio de Janeiro, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2006, pp. 357-373.

CRUZ, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo, *Rui Fernandes de Almada. Diplomata português do século XVI*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura-Centro de Estudos Históricos da FLUL, 1971.

CRUZ, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo, “A Questão de Baçorá na menoridade de D. Sebastião (1557-1568). A perspectiva das informações colhidas na Índia e as iniciativas de governo”, *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, nº 6, 5ª série, Dezembro de 1986, pp. 49-64.

CRUZ, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo, *As Regências na menoridade de D. Sebastião. Elementos para uma história estrutural*, 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1992.

CRUZ, Maria do Rosário Themudo Barata de Azevedo, “A União Ibérica e o mundo atlântico. 1580 e o processo político português” in *A União Ibérica e o Mundo Atlântico. Segundas Jornadas de História Ibero-Americana*, Lisboa, Edições Colibri, 1997, pp. 47-64.

CUNHA, Mafalda Soares da, *Linhagem, Parentesco e Poder. A Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa, Fundação Casa de Bragança, 1990.

CUNHA, Mafalda Soares da, “A nobreza portuguesa no início do século XV: renovação e continuidade”, *Revista Portuguesa de História*, vol. XXXI-2, 1996, pp. 219-252.

CUNHA, Mafalda Soares, “Nobreza, rivalidade e clientelismo na primeira metade do século XVI. Algumas reflexões”, *Penélope*, nº 29, 2003, pp. 33-48.

CUNHA, Mafalda Soares da, “Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII)” in *Modos de Governar. Ideias e práticas políticas no Império Português séculos XVI a XIX*, organização de Maria Fernanda Bicalho e Vera Lúcia Amaral Ferlini, São Paulo, Alameda Casa Editorial, 2005, pp. 69-92.

CUNHA, Mafalda Soares da, “Portuguese nobility and overseas government. The return to Portugal (16th to 17th centuries)” in *Rivalry and conflict. European traders and Asian Trading Networks in the 16th and 17th centuries*, edição de Ernst van Veen e Lornad Blussé, Leiden, CNWS Publications, 2005, pp. 35-54.

CUNHA, Mafalda Soares da, “Títulos portugueses y matrimonios mixtos en la Monarquía Católica” in *Las Redes del Imperio. Élités Sociales en la articulación de la Monarquía Hispánica, 1492-1714*, organização de Bartolomé Yun Casalilla, Madrid, Marcial Pons Historia/Universidad Pablo de Olavide, 2009, pp. 205-232.

CUNHA, Mafalda Soares da, “Aristocracia e cortes senhoriais. Patrocínio, mecenato e clientelismo como práticas de reputação. Séculos XV-XVI”, Évora, Universidade de Évora-CIDEHUS, 2011.

CUNHA, Mafalda Soares da, “Entre a violência e a negociação. A tomada de voz e obediência a Filipe II em terras do duque de Bragança” in *Economia, Instituições e Império. Estudos em Homenagem a Joaquim Romero Magalhães*, organização de Álvaro Garrido, Leonor Freire Costa e Luís Miguel Duarte, Coimbra, Almedina, 2012, pp.199-214.

CUNHA, Mafalda Soares, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Vice-reis, governadores e conselheiros de governo do Estado da Índia (1505-1834)”, *Penélope*, nº 15, 1995, pp. 91-120.

CUNHA, Mafalda Soares da, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Jerarquía nobiliaria y corte en Portugal (Siglo XV-1832)” in *Poder y Movilidad Social. Cortesanos, Religiosos y Oligarquías en la Península Ibérica (Siglos XV-XIX)*, edição de F. Chacón Jiménez e Nuno Gonçalo Monteiro, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Universidad de Murcia, 2006, pp. 181-212.

CUNHA, Mafalda Soares da, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Aristocracia, poder e família em Portugal, séculos XV-XVIII” in *Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica. Elementos para uma História Comparativa*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS/Universidad de Murcia, 2010, pp. 47-75.

CURTO, Diogo Ramada, *Cultura Política no Tempo dos Filipes (1580-1640)*, Lisboa, Edições 70, 2011.

DANVILA Y BURGUERO, Alfonso, *Don Cristobal de Moura. Primer Marqués de Castel Rodrigo (1538-1613)*, Madrid, 1900.

DANVILA Y BURGUERO, Alfonso, *Felipe II y El Rey Don Sebastián de Portugal*, Madrid, Espasa-Calpe, 1954.

DANVILA Y BURGUERO, Alfonso, *Felipe II y la sucesión de Portugal*, Madrid, Espasa-Calpe, 1956.

DAURIL, Alden, *The making of an enterprise. The Society of Jesus in Portugal in Portugal, its empire and beyond, 1540-1750*, Stanford, Stanford University Press, 1996.

DÁVILA, Maria Barreto de, *D. Fernando I, 2º duque de Bragança: vida e acção política*, dissertação de mestrado policopiada, Lisboa, FCSH-UNL, 2009.

DESCIMON, Robert, “Power elites and the Prince: The State as Enterprise” in *Power Elites and State Building*, edição de Wolfgang Reinhard, s.d., Clarendon Press, 1996, pp. 101-121.

DESWARTE-ROSA, Sylvie, “Espoirs et désespoir de l’infant D. Luís” in *Mare Liberum*, nº 3, 1991, pp. 243-298.

DIAS, João José Alves, *Cardeal D. Henrique: 1512-1580. Obra Impressa*, Lisboa, BNP/Centro de Estudos Históricos, 2012.

DIAS, Pedro, *Arte Indo-Portuguesa*, Lisboa, Almedina, 2004.

DIAS, Pedro, “O Palácio dos Vice-Reis” in *Goa e o Grão-Mogol*, edição de Jorge Flores e Nuno Vassalo e Silva, Lisboa, FCG, 2004, pp. 68-97.

DÍAZ-TOLEDO, Aurelio Vargas, *Os livros de cavalaria em Castela e Portugal. Um caso particular: a Selva de Cavalaria Famosas, de António de Brito da Fonseca*, separata PeterLang, Sonderdruck, 2005.

DÍAZ-TOLEDO, Aurelio Vargas, *Un mundo de maravillas y encantamientos: los libros de caballerías portugueses*, separata Actas del XI Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval, León, 2005.

DÍAZ-TOLEDO, Aurelio Vargas, *Os Livros de Cavalaria Portugueses dos Séculos XVI-XVII*, Parede, Pearlbooks, 2012.

DISNEY, A. R., *A Decadência do Império da Pimenta. Comércio Português na Índia no início do século XVII*, Lisboa, Edições 70, 1981.

DISNEY, A. R., *A History of Portugal and the Portuguese Empire*, vol. II, Nova Iorque, Cambridge University Press, 2009.

DORÉ, Andréa, *Sitiados: Os cercos às fortalezas portuguesas na Índia (1498-1622)*, São Paulo, Alameda, 2010.

DUARTE, Luís Miguel, *D. Duarte requiem por um rei triste*, s.d., Círculo de Leitores, 2005.

DUARTE, Manuel Marques, “Traçado biográfico de António Pinto Pereira” in PEREIRA, António Pinto, *História da Índia no tempo em que a governou o visorrei dom Luís de Ataíde*, Lisboa, INCM, 1984, pp.13-17.

DUARTE, Manuel Marques, “A História da Índia, da sua feitura à sua impressão” in PEREIRA, António Pinto, *História da Índia no tempo em que a governou o visorrei dom Luís de Ataíde*, Lisboa, INCM, 1984, pp. 19-22.

DUARTE, Manuel Marques, “Quem era Fr. Miguel da Cruz” in PEREIRA, António Pinto, *História da Índia no tempo em que a governou o visorei dom Luís de Ataíde*, Lisboa, INCM, 1984, pp. 23-24.

DUARTE, Manuel Marques, “A Índia Portuguesa em 1568” in PEREIRA, António Pinto, *História da Índia no tempo em que a governou o visorei dom Luís de Ataíde*, Lisboa, INCM, 1984, pp. 25-28.

DUARTE, Manuel Marques, “A vida de D. Luís de Ataíde à luz da historiografia portuguesa” in PEREIRA, António Pinto, *História da Índia no tempo em que a governou o visorei dom Luís de Ataíde*, Lisboa, INCM, 1984, pp. 29-37.

DUARTE, Manuel Marques, “Plano da *Historia da India*” in PEREIRA, António Pinto, *História da Índia no tempo em que a governou o visorei dom Luís de Ataíde*, Lisboa, INCM, 1984, pp. 39-40.

DUARTE, Manuel Marques, “Como o autor viu a figura de D. Luís de Ataíde” in PEREIRA, António Pinto, *História da Índia no tempo em que a governou o visorei dom Luís de Ataíde*, Lisboa, INCM, 1984, pp. 41-47.

DUARTE, Manuel Marques, “A visão cultural de Pinto Pereira” in PEREIRA, António Pinto, *História da Índia no tempo em que a governou o visorei dom Luís de Ataíde*, Lisboa, INCM, 1984, pp. 49-61.

DUARTE, Manuel Marques, “A projecção de Pinto Pereira na historiografia portuguesa” in PEREIRA, António Pinto, *História da Índia no tempo em que a governou o visorei dom Luís de Ataíde*, Lisboa, INCM, 1984, pp. 63-90.

DUARTE, Manuel Marques, “Conclusão” in PEREIRA, António Pinto, *História da Índia no tempo em que a governou o visorei dom Luís de Ataíde*, Lisboa, INCM, 1984, pp. 91-92.

EHRHARDT, Marion, *Um opúsculo alemão do século XVI sobre a história portuguesa do Oriente*, Frankfurt, Borsenverein des Deutschen Buchhandles E.V., 1964.

FARELO, Mário, “Ao serviço da Coroa no século XIV: o percurso de uma família de Lisboa, os “Nogueiras” in *Lisboa Medieval. Os Rostos da cidade*, coordenação de Luís Krus, Luís Filipe Oliveira e João Luís Fontes, Lisboa, Livros Horizonte/IEM, 2007, pp. 145-168.

FARELO, Mário, “Os morgadios dos Nogueiras: entre a estratégia de poder e a lógica documental” in *Arquivos de Família, Séculos XIII-XX: que presente, que futuro?*, organização de Maria de Lurdes Rosa, Lisboa, CHAM/IEM, 2012, pp. 185-204.

FAUSTINO, Agostinho Correia, *Atouguia da Baleia. Resenha Sintetizada da Proto-História da Antiga e Actual Vila de Atouguia da Baleia*, 3ª edição, Atouguia, Junta de Freguesia, 2006.

FEIO, Gonçalo Maria Duarte Couceiro, *A problemática militar no reinado de D. Sebastião: instituição e reforma*, dissertação de mestrado policopiada, Lisboa, FLUL, 2003.

FERNANDES, Maria, *O Rei D. António*, Coimbra, Coimbra Editora, 1944.

FERNÁNDEZ CONTI, Santiago, LABRADOR ARROYO, Félix, “El servicio de la nación portuguesa a través de la Casa Real, 1581-1598” in *La Monarquía de las naciones. Patria, nación y naturaleza en le Monarquía de España*, edição de Antonio Alvariño Álvarez-Ossorio, Bernardo J. García, Fundación Carlos Amberes, s.d., 2004, pp. 162-187.

FERNÁNDEZ CONTI, Santiago, MARTÍNEZ MILLÁN, José (dir.), *La Monarquía de Felipe II: La Casa del Rey*, 2 volumes, Madrid, Fundación Mapfre Tavera, 2005.

FERREIRA, Ana Maria Pereira, *Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*, Redondo, Patrimonia, 1995.

FERREIRA, José, *A Restauração de 1640 no Estado da Índia*, dissertação de mestrado policopiada, Lisboa, FCSH-UNL, 2011.

FERREIRA, Maria Margarida Oliveira, *D. Francisco da Gama, vice-rei da Índia, 1596-1600: subsídios biográficos: o seu governo e a sua época à luz da correspondência oficial*, dissertação de licenciatura policopiada, Coimbra, FLUC, 1971.

FIGANIER, Joaquim, *História de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir) 1505-1541*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1955.

FLÔR, Pedro, “Novos dados sobre o escultor renascentista Filipe Brias”, *Arte Teoria*, 11, 2008, pp. 124-132.

FLORES, Jorge, *Firangistân e Hindustân. O Estado da Índia e os Confins Meridionais do Império Mogol (1572-1636)*, dissertação de doutoramento policopiada, Lisboa, FCSH-UNL, 2004.

FLORES, Maria da Conceição, *Os Portugueses e o Sião no Século XVI*, Lisboa, CNCDP/INCM, 1995.

FONSECA, Luís Adão, *D. João II*, s.l., Círculo de Leitores, 2005.

FONTES, João Luís Inglês, *Percursos e memória: do Infante D. Fernando ao “Infante Santo”*, dissertação de mestrado policopiada, Lisboa, FCSH-UNL, 1999.

FRUTUOSO, Eduardo, GUINOTE, Paulo, LOPES, António, *Naufrágios e outras perdas da “Carreira da Índia”. Séculos XVI e XVII*, Lisboa, CNCDP, 1998.

GALVÃO-TELLES, João Bernardo, SEIXAS, Miguel Metelo de, “Em redor das armas dos Ataídes: problemática da “família heráldica” das bandas”, separata Armas e Troféus, IX série, Janeiro-Dezembro de 2008, pp. 53-95.

GASPAR, João Gonçalves, *A Princesa Santa Joana e a sua Época (1452-1490)*, Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 1981.

GODINHO, Rui Landeiro, *A carreira da Índia. Aspectos e problemas da torna-viagem (1550-1649)*, Lisboa, Fundação Oriente, 2005.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Les Finances de l'État Portugais des Indes Orientales (1517-1635). Matériaux pour une étude structurale et conjoncturelle*, Paris, FCG/Centro Cultural Português, 1982.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 4 volumes, Lisboa, Editorial Presença, 1982-1984.

GOERTZ, R. O. W., "Attack and defense techniques in the siege of Chaul, 1570-1571" in *II Seminário de História Indo-Portuguesa*, Lisboa, IICT e Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1985, pp. 265-294.

GOMES, Rita Costa, *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*, s.l., Difel, 1995.

GOMES, Rita Costa, "A curialização da nobreza" in *O Tempo de Vasco da Gama*, direcção de Diogo Ramada Curto, Lisboa, CNCDP/Difel, 1998, pp. 179-187.

GOMES, Rita Costa, *D. Fernando*, s.d., Círculo de Leitores, 2005.

GOMES, Saul António, *D. Afonso V O Africano*, s.d., Círculo de Leitores, 2006.

GONZAGA, Manuela, *Imperatriz Isabel de Portugal*, Lisboa, Bertrand Editora, 2012.

GUEDES, Maria Ana Marques, *Interferência e Integração dos Portugueses na Birmânia, ca 1589-1630*, s.l., Fundação Oriente, s.d.

HERCULANO, Alexandre, "Viagem do cardeal Alexandrino" in *Opúsculos*, tomo VI, Lisboa, Tavares Cardoso & Irmão – Editores, 1897, pp. 49-97.

HERMANN, Jacqueline, *No Reino do Desejado. A construção do Sebastianismo em Portugal (Séculos XVI e XVII)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

Historia de España de Menéndez Pidal - La España del Emperador Carlos V. El Hombre, La política española, la Política Europea, tomo XX, direcção de José Maria Zamora e coordenação de Manuel Fernández Álvarez, Madrid, Escalpe, 1990.

HOLT, P. M., LAMBTON, Ann K. S., LEWIS, Bernard, *The Cambridge History of Islam*, vol. 2A, Cambridge, Cambridge University Press, 1970.

JESUS, Roger Lee de, *O Segundo Cerco de Diu (1546). Estudo de História Política e Militar*, dissertação de mestrado policopiada, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2012.

JORDAN, Annemarie, *The development of Catherine of Austria's Collection in the Queen's Household: its character and cost*, dissertação de doutoramento policopiada, Brown University, 1994.

- JORDAN, Annemarie, *A Rainha Colecionadora: Catarina de Áustria*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012.
- KAGAN, Richard L., *El Rey Recatado. Felipe II, la Historia y los cronistas del rey*, Salamanca, Universidad de Valladolid, 2004.
- KAMEN, Henry, *Early Modern European Society*, Nova Iorque, Routledge, 2000.
- KAMEN, Henry, *El Gran Duque de Alba. Soldados de la España Imperial*, Madrid, Planeta de Agostini, 2004.
- KAMEN, Henry, *Filipe I. O rei que uniu Portugal e Espanha*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008.
- KOHLER, Alfred, *Carlos V 1500-1558: Una biografía*, Madrid, Marcial Pons, 2000.
- LABRADOR ARROYO, Félix, “La casa de la reina Catalina de Portugal: estrutura y facciones políticas (1550-1560)”, *Miscelánea Comillas*, nº 61, 2003, pp. 203-252.
- LABRADOR ARROYO, Félix, *La Casa Real en Portugal (1580-1621)*, Madrid, Ediciones Polifemo, 2009.
- LACERDA, Teresa, “Os Meneses de Cantanhede e o projecto manuelino” in *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do Colóquio Internacional*, edição de João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Rodrigues, Lisboa, UNL, 2004, pp. 75-99.
- LENCASTRE, D. António de Queiroz de Vasconcelos e, *Dom Jorge 2º duque de Coimbra*, Porto, Caminhos Romanos, 2011.
- LLAVE, Ricardo Cordoba de la, PITA, Isabel Beceira, *Parentesco, poder y mentalidad. La nobleza castellana. Siglos XII-XV*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990.
- LIND, Gunner, “Great friends and small friends: Clientelism and the Power Elite” in REINHARD, Wolfgang (ed.), *Power Elites and State Building*, s.d., Clarendon Press, 1996, pp. 123-147.
- LOBATO, Manuel, *Política e Comércio dos Portugueses na Insulíndia. Malaca e as Molucas de 1575 a 1605*, Lisboa, Instituto Português do Oriente, 1999.
- LOBATO, Manuel, *Comércio, conflito e religião. Portugueses e espanhóis nas ilhas Molucas entre 1512 e 1618. Contribuição para o estudo da presença europeia na Insulíndia na Época dos Descobrimentos*, trabalho apresentado para efeitos de prestação das provas de acesso à categoria de Investigador Auxiliar, Lisboa, IICT, 2003.
- LOBATO, Manuel, “Implementar a União Ibérica na Ásia” in *O Reino, as Ilhas e o Mar Oceano. Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos*, Lisboa, CHAM, 2007, pp. 785-811.

LOCKYER, Roger, "Writing Historical Biography", *History Today*, XXXIV, 1984, p. 46-70.

LOPES, F. Félix, "Os Franciscanos no Oriente Português de 1584 a 1590", *Stvdia*, nº 9, Janeiro de 1962, pp. 29-142.

LOPES, Maria Antónia, SÁ, Isabel dos Guimarães, *História Breve das Misericórdias Portuguesas 1498-2000*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2008.

LOPES, Sebastiana Pereira, *O Infante D. Fernando e a nobreza fundiária de Serpa e Moura (1453-1470)*, dissertação de mestrado policopiada, Lisboa, FCSH-UNL, 1997.

LOUREIRO, Francisco de Sales de Mascarenhas, *O Padre Luís Gonçalves da Câmara e D. Sebastião*, Coimbra, separata o Instituto, 1973.

LOUREIRO, Francisco de Sales Mascarenhas, *Miguel de Moura (1538-1599). Secretário de Estado e Governador de Portugal*, dissertação de doutoramento, Lourenço Marques, 1974.

LOUREIRO, Francisco de Sales, "O Enquadramento Europeu de uma embaixada portuguesa à Pérsia" in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XI, Paris, FCG, 1977, pp. 491-506.

LOUREIRO, Francisco de Sales, *D. Sebastião antes e depois de Alcácer-Quibir*, Lisboa, Documenta Historica, 1978.

LOURENÇO, Maria Paula Marçal, "Mulheres e Homens ao serviço da Casa de D. Catarina de Áustria", *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXVI, vol. 1, 2002-2003, pp. 365-390.

LOURENÇO, Maria Paula Marçal, "Fidelidades, resistências e memória na Casa Real Portuguesa no tempo dos Filipes" in *Colóquio O Sebastianismo: Política, Doutrina e Mito (Sécs. XVI-XIX)*, Lisboa, Edições Colibri/Academia Portuguesa de História, 2004, pp. 69-86.

LOURENÇO, Maria Paula Marçal, "O séquito e a casa de D. Catarina de Áustria: a família real, a Índia e os grupos de poder" in *D. João III e o Império*, edição de Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, Lisboa, CHAM, 2004, pp. 175-184.

LUGAN, Bernard, *Histoire du Maroc*, Paris, Critérion, 1992.

KENISTON, Hayward, *Francisco de los Cobos: secretario de Carlos V*, Madrid, Castalia, 1980.

MACEDO, Jorge Borges, *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força*, s.d., Instituto da Defesa Nacional, 1987.

MACPHERSON, Kenneth, SUBRAHMANYAM, Sanjay (dir.), "From Biography to History; Essays in the Social History of Portuguese Asia 1500-1800", *Mare Liberum*, nº 5, 1993.

MACZAK, Antoni, “The Nobility-State Relationship” in *Power Elites and State Building*, edição de Wolfgang Reinhard, s.d., Clarendon Press, 1996, pp. 189-206.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, “A Sociedade” in *História de Portugal. No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, vol. III, direcção de José Mattoso e coordenação de Joaquim Romero de Magalhães, s.d., Círculo de Leitores, 1993, pp. 469-509.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, “No Oriente” in *História de Portugal. No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, vol. III, direcção de José Mattoso e coordenação de Joaquim Romero de Magalhães, s.d., Círculo de Leitores, 1993, pp. 111-113.

MAGRO, F. A., “Problemas económicos e monetários no reinado de D. Sebastião” in *Colóquio O Sebastianismo: Política, doutrina e mito (Sécs. XVI-XIX)*, Lisboa, Edições Colibri/Academia Portuguesa de História, 2004, pp. 203-213.

MAJUMDAR, R. C. (dir.), *The History and Culture of the Indian People*, vol. VII, Bombaim, Bharatiya Vidya Bhavan, 1994.

MALEKANDATHIL, Pius, *Portuguese Cochin and the maritime trade of India 1500-1663*, s.d., Manohar, 2001.

MALFATI, Cesare, *El Archiduque Maximiliano Gobernador de España. Su Viaje a Valladolid en 1548 y su Boda con la Infanta Maria*, Barcelona, Sociedad Alianza de Artes Gráficas, 1958.

MALTBY, William S., *Alba: a biography of Fernando Alvarez de Toledo, third duke of Alba, 1507-1582*, Londres/Berkeley/Los Angeles, University of California Press, 1983.

MANTRAN, Robert (dir.), *Histoire de l'Empire Ottoman*, Lille, Fayard, 2003.

MANUPPELLA, Giacinto, *A Lenda Negra de Jerónimo de Franchi Conestaggio e da sua Unione del Regno di Portogallo alla Corona di Castiglia (Génova, 1585)*, Coimbra, separata da Revista da Universidade de Coimbra, 1984.

MARKOVITS, Claude (dir.), *Histoire de l'Inde Moderne (1480-1950)*, Lille, Fayard, 1994.

MARQUES, Guida, “La dimension atlantique de l’opposition antonienne et l’enjeu brésilien (1580-1640)”, *Anais de História de Além-Mar*, vol. IV, 2003, pp. 213-246.

MARQUES, João Francisco, *A Parenética Portuguesa e a Dominação Filipina*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de História da Universidade do Porto, 1986.

MARQUES, Marisa, *A ascensão da família Távora no século XV*, dissertação de mestrado policopiada, 2 volumes, Lisboa, FLUL, 2000.

MARTÍNEZ, Pedro Soares, *História Diplomática de Portugal*, s.l., Editorial Verbo, 1986.

MARTÍNEZ HERNANDEZ, Santiago, “D. Cristóvão de Moura e a Casa dos Marqueses de Castelo Rodrigo. Proposta de investigação e linhas de análise sobre o grande privado de D. Filipe I” in *Governo, Política e Representações do Poder no Portugal Habsburgo e nos seus Territórios Ultramarinos (1581-1640)*, direcção de Santiago Martínez Hernández, Lisboa, CHAM, 2011, pp. 69-96.

MARTÍNEZ MILLÁN, José (dir.), *La Corte de Carlos V*, 5 vols., Madrid, Sociedad Estatal para la Conmemoración de los Centenarios de Felipe II y Carlos V, s.d.

MARTÍNEZ MILLAN, José, “Élites de poder en las Cortes de las Monarquías española y portuguesa en el siglo XVI: los servidores de Juana de Austria”, *Miscelánea Comillas*, nº 61, 2003, pp. 169-202.

MARTÍNEZ MILLAN, José, “Las naciones en el servicio doméstico de los Austrias españoles” in *La Monarquía de las naciones. Patria, nación y naturaleza en la Monarquía de España*, Fundación Carlos Amberes, edição de Antonio Álgvarinõ Álgvarez-Ossorio e Bernardo J. García, s.d., 2004, pp. 131-162.

MARTÍNEZ RUIZ, Enrique, “El Gran Capitán y los inicios de la Révolucion Militar Española” in *Córdoba, El Gran Capitán y Su Época*, Córdoba, Publicaciones de la Real Academia de Córdoba, 2003, pp. 153-176.

MARTINS, Maria Odete Soares, *A Missionação nas Molucas no século XVI. Contributo para o estudo da acção dos Jesuítas no Oriente*, Lisboa, CHAM, 2002.

MARTINS, Oliveira, *História de Portugal*, Lisboa, M. Gomes Editor, 1893.

MATOS, Artur Teodoro de, *O Estado da Índia nos anos de 1581-1588. Estrutura Administrativa e Económica. Alguns Elementos para o seu Estudo*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982.

MATOS, Artur Teodoro de, *O orçamento do Estado da Índia 1571*, s.l., CNCDP, 1999.

MATOS, J. Semedo de, “A marinha de D. Sebastião (26) – O Vice-Rei D. Luís de Ataíde”, *Revista da Armada*, nº 459, Janeiro de 2012, p. 17.

MEDEIROS, Maria Dulcina Vieira Coelho de, *O Infante D. João (1400-1442). Subsídios para uma biografia*, dissertação de mestrado policopiada, Lisboa, FLUL, 1999.

MENDONÇA, Manuela, *D. João II. Um Percurso humano e político nas origens da Modernidade em Portugal*, Lisboa, Estampa, 1991.

MERLIN, Pierpaolo, “Beatriz de Portugal e o governo do ducado de Sabóia (1521-1538)” in *Portugal e o Piemonte: A Casa Real Portuguesa e os Sabóias*, coordenação de Maria Antónia Lopes Blythe Alice Raviola, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2012, pp. 101-132.

MIRANDA, Susana Munch, *A administração da Fazenda Real no Estado da Índia (1517-1640)*, dissertação de doutoramento policopiada, Lisboa, FCSH-UNL, 2007.

MOÑINO, Antonio Rodriguez, *Viaje a España del Rey Don Sebastian de Portugal (1576-1577)*, Valencia, Editorial Castalia, 1956.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1832)*, Lisboa, INCM, 2002.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *D. José. Na sombra de Pombal*, s.l., Círculo de Leitores, 2006.

MONTEIRO, Saturnino, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol. III, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1992.

MONIZ, Maria Celeste, *Glória e Miséria nas Décadas da Ásia de Diogo do Couto*, Lisboa, Edições Colibri, 2004.

MORENO, Humberto Baquero, “A conspiração contra D. João II: o julgamento do duque de Bragança” in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. II, FCG, 1970, pp. 47-103.

MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*, 2 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1979-1980.

MORENO, Humberto Baquero, “La noblesse portugaise pendant le règne d’Alphonse V”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XXVI, Lisboa/Paris, FCG, 1989, pp. 399-415.

MORENO, Humberto Baquero, *O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra – Itinerários e Ensaio Histórico*, Porto, Universidade Portucalense, 1997.

NADIR, Mohammed, *Santa Cruz do Cabo de Guér (Agadir) e a Região de SUS. Presença Portuguesa (1505-1541)*, dissertação de mestrado policopiada, Coimbra, FLUC, 2004.

NASSIET, Michel, *Parenté, Noblesse et États Dynastiques. XV-XVI siècles*, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2000.

NAYEEM, M. A., “Bijapur and Portuguese India: 1508-1686” in *Vasco da Gama e a Índia*, vol. I, Lisboa, FCG, 1999, pp. 201-222.

Nova História Militar de Portugal, vol. II, direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, coordenação de António Manuel Hespanha, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004.

OLIVAL, Fernanda, “The military orders and the nobility in Portugal 1500-1800”, *Mediterranean Studies*, nº XI, 2002, pp. 71-88.

OLIVAL, Fernanda, “Norte de África ou Índia? Ordens militares e serviços (século XVI)” in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental. Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*, edição coordenada por Isabel Cristina F. Fernandes, Lisboa, Câmara Municipal de Palmela, 2005, pp. 769-795.

OLIVEIRA, António de, *Poder e Oposição Política em Portugal no Período Filipino (1580-1640)*, Lisboa, Difel, 1990.

OLIVEIRA, Julieta Teixeira Marques de, *Fontes documentais de Veneza referentes a Portugal*, Lisboa, CNCDP/INCM, 1997.

OLIVEIRA, Julieta Teixeira Marques, *Veneza e Portugal no século XVI: subsídios para a sua história*, Lisboa, CNCDP/INCM, 2000.

OLIVEIRA, Luís Filipe, RODRIGUES, Miguel Jasmins, “Um processo de reestruturação do domínio social da nobreza. A titulação na 2ª dinastia”, *Revista de História Económica e Social*, nº 22, Janeiro-Abril de 1988, pp. 77-114.

OLIVEIRA, Luís Filipe, “A expansão quatrocentista portuguesa: um processo de recomposição social da nobreza” in *Jornadas de História Medieval. 1383-85 e a crise geral dos séculos XIV-XV*, Lisboa, 1985, pp. 199-206ª.

OLIVEIRA, Luís Filipe, *A Casa dos Coutinhos. Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*, Cascais, Patrimonia, 1999.

PAIVA, José Pedro, *Os Bispos de Portugal e do Império: 1495-1777*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006.

PAVIOT, Jacques, *Portugal ey Bourgogne au XVe siècle*, Lisboa-Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian/CNCDP, 1995.

PELÚCIA, Alexandra, “From Dom Garcia de Noronha do Dom João de Castro: appointment mechanisms for the government of the Estado da Índia” in *Global Trends Proceedings of XI – International Seminar on Indo-Portuguese History*, Goa, 2003, pp. 129-143.

PELÚCIA, Alexandra, *Martim Afonso de Sousa e a sua linhagem: trajetórias de uma elite no Império de D. João III e de D. Sebastião*, Lisboa, CHAM, 2009.

PEREIRA, Belmiro Fernandes, *As orações de obediência de Aquiles Estaço*, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1991.

PEREIRA, Belmiro Fernandes, “A fama portuguesa no ocaso do Império: a divulgação europeia dos feitos de D. Luís de Ataíde” in *Humanismo Português na Época dos Descobrimentos. Actas do Congresso Internacional*, Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos/Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1993, pp. 47-82.

PEREIRA, Carlos Renato, *História da Administração da Justiça no Estado da Índia (Século XVI)*, 2 volumes, Lisboa, Agência do Ultramar, 1964.

PEREIRA, João Cordeiro, “A Estrutura Social e o seu Devir” in *Nova História de Portugal – Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, coordenação de João Alves Dias, vol. V, Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 277-336.

PEREIRA, Mário Baptista, *Atouguia da Baleia. Seus Forais, seus termos – lembrando o passado*, Atouguia, Junta de Freguesia, 2006.

PERES, Damião, *1580: O Governo do Prior do Crato*, Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1929.

PERES, Damião, *História da Igreja em Portugal*, vol. I, Porto, Portucalense Editora, 1967.

PEROSTIANY, J. G., *Honra e Vergonha. Valores das Sociedades Mediterrânicas*, 2ª edição, Lisboa, FCG, 1988.

PINTO, Paulo, *Portugueses e Malaio. Malaca e os Sultanatos de Johor e Achém 1575-1619*, Lisboa, SHIP, 1997.

PINTO, Paulo, *No extremo da Redonda Esfera – Relações Luso-Castelhanas na Ásia, 1565-1640 – um ensaio sobre os impérios ibéricos*, dissertação de doutoramento policopiada, Lisboa, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica, 2010.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, “Os de Ataíde. De Santa Cruz do Tâmega à Corte Régia (Séculos XII a XV)”, separata Armas e Troféus, IX série, Janeiro-Dezembro de 2008, pp. 31-51.

POLÓNIA, Amélia, *D. Henrique, o cardeal-rei*, s.l., Círculo de Leitores, 2005.

PONTES, Luís Filipe Matança da Costa Monteiro, *Do mundo da corte ao mundo da memória: subsídios para o estudo da mentalidade cavaleiresca da nobreza portuguesa, 1400-1521*, dissertação de mestrado policopiada, Lisboa, FCSH-UNL, 2008.

REINHARD, Wolfgang, “Power Elites, State Servants, Ruling Classes, and the Growth of State Power” in *Power Elites and State Building*, edição de Wolfgang Reinhard, s.d., Clarendon Press, 1996, pp. 1-18.

REIS, João C., *A empresa da conquista do senhorio do Monomotapa*, organização, Lisboa, Heuris, 1984.

RIBEIRO, Aquilino, *Constantino de Bragança VII Vizo-Rei da Índia*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1984.

RIBEIRO, Victor, *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, edição fac-similada de José Vitorino de Pina Martins, Lisboa, Academia das Ciências, 1998.

RODRIGUES, Martinho Vicente, *Santarém no tempo dos Filipes*, 2 volumes, Santarém, Câmara Municipal, 1997.

RODRIGUES, Vítor, *A Evolução da Arte da Guerra dos Portugueses no Oriente (1498-1622)*, trabalho apresentado para efeitos de prestação das provas de acesso à categoria de Investigador Auxiliar, Lisboa, IICT, 1998.

RODRIGUES, Vítor, *Da Goa de Albuquerque à Goa Seiscentista: aspectos da organização militar da capital do “Estado da Índia”*, separata da Revista Militar, Lisboa, Ministério da Ciência e Tecnologia/IICT, 2001.

RODRIGUES, Vítor, “As Companhias de Ordenanças em Marrocos nos reinados de D. Manuel e D. João III” in *D. João III e o Império*, edição de Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, Lisboa, CHAM, 2004, pp. 185-195.

RODRIGUES, Vítor, “O município de Goa, peça fundamental para a afirmação e sobrevivência do Estado da Índia (1610-1625)” in *O Reino, as Ilhas e o Mar Oceano. Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos*, Lisboa, CHAM, 2007, pp. 669-684.

RODRIGUES, Vítor, “Portuguese Daman under Pressure. The Mughal Threat (1572-1605)”, *Revista de Cultura*, nº 36, 2010, pp. 113-123.

ROGERS, Francis M., *The Travels of the Infante Dom Pedro of Portugal*, Cambridge, Harvard University Press, 1961.

ROSA, Maria de Lurdes, *O morgadio em Portugal sécs. XIV-XV*, Lisboa, Estampa, 1995.

ROSA, Maria de Lurdes, “Entre a corte e o ermo: reformismo e radicalismo religiosos (fins do século XIV-século XV)” in *História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira de Azevedo, vol. I, coordenação de Ana Maria C. M. Jorge e Ana Maria S. A. Rodrigues, s.l., Círculo de Leitores, 2000, pp. 492-505.

ROSA, Maria de Lurdes, “*As Almas Herdeiras*”. *Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)*”, dissertação de doutoramento policopiada, Lisboa, FCSH-UNL, 2005.

ROSA, Maria de Lurdes, “Além da aventura, aquém do capitalismo?: elementos para a história de Fernão Lourenço (1480-1505), um “perito económico” in *Lisboa Medieval. Os Rostos da cidade*, coordenação de Luís Krus, Luís Filipe Oliveira e João Luís Fontes, Lisboa, Livros Horizonte/IEM, 2007, pp. 335-367.

ROSA, Maria de Lurdes, “Os espelhos e os seus outros lados. Inventários e gestão da informação documental do Viscondado de Vila Nova de Cerveira/Marquesado de Ponte de Lima e família Brito-Nogueira” in *Arquivos de Família, Séculos XIII-XX: que presente, que futuro?*, organização de Maria de Lurdes Rosa, Lisboa, CHAM/IEM, 2012, pp. 571-596.

ROTBERG, Robert I., “Biography and Historiography”: Mutual Evidentiary and Interdisciplinary Considerations”, *Journal of Interdisciplinary History*, XL:3, 2010, pp. 305-324.

RUSSELL, Peter, *Henrique, O Navegador*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.

RUSSO, Mariagrazia, "Un'edizione perduta, un manoscritto sconosciuto e una traduzione italiana inedita: i documenti della Década X di Diogo do Couto nella Biblioteca Angelica di Roma" in *Italia – Portogallo. Viaggi nella storia e nella cultura*, edição de C. M. Radulet, Sette Città, Viterbo, 2008, pp. 135- 168.

SÁ, Isabel dos Guimarães, *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

SALLMANN, Jean Michel, *Géopolitique du XVI siècle 1490-1618*, Manchecourt, Éditions du Seuil, 2003.

SAMPELAYO, Luis Sanz, "Ceriñola/Garellano: La Cuna de Los Tercios" in *Córdoba, El Gran Capitán y Su Época*, Córdoba, Publicaciones de la Real Academia de Córdoba, 2003, pp. 177-213.

SANTOS, Catarina Madeira, "*Goa é a chave de toda a Índia*". *Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*, Lisboa, CNCDP, 1999.

SANTOS, Catarina Madeira, "Los virreyes del Estado de la India en la formación del imaginario imperial portugués" in CARDIM, Pedro, PALOS, Joan-Lluís, *El mundo de los virreys en las monarquias de España y Portugal*, Vervuert, Iberoamericana, 2012, pp. 71-117.

SANCEAU, Elaine, *D. João de Castro*, Porto, Livraria Civilização – Editora, 1946.

SANCEAU, Elaine, "Uma narrativa portuguesa da Expedição Portuguesa de 1541 ao Mar Roxo" in *Stvdia*, nº 9, Janeiro de 1962, pp. 199- 234.

SANTOS, Henrique Matheus dos, *Monographia historica de Cernache e apontamentos biographicos*, Lisboa, Estamparia do Banco de Portugal, 1921.

SCHAUB, Jean-Frédéric, *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

SEABRA, Ana Dulce Ribeiro Carocha de, *No princípio era o texto: contributo para a edição crítica do texto de Diogo do Couto da Década Décima*, Lisboa, Colibri, 1994.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *O Reinado de D. António, Prior do Crato*, 2 volumes, Coimbra, Instituto de Alta Cultura, 1956.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *O Brasil e a realeza de D. António, Prior do Crato. Novos dados de um problema histórico*, Coimbra, Coimbra Editora, 1959.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Itinerários de El-Rei D. Sebastião*, 2 volumes, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1962-63.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *A Embaixada em França de Brás de Alvide (1548-1554)*, Paris, FCG, 1969.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal. O Governo dos Reis Espanhóis (1580-1640)*, vol. IV, Braga, Editorial Verbo, 2000.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal. O Século de Ouro (1495-1580)*, vol. III, s.d., Editorial Verbo, 2001.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, “D. Sebastião à luz dos seus itinerários” in *Colóquio O Sebastianismo: Política, Doutrina e Mito (Sécs. XVI-XIX)*, Lisboa, Edições Colibri/Academia Portuguesa de História, 2004, pp. 13-38.

SILVA, Manuel Ferreira da, *Os Conventos também se convertem*, Lisboa, Edições Asa, 1995.

SILVA, Pedro Courelas da, “De Zarco a Simão da Câmara, O Magnífico” in *A nobreza e a expansão. Estudos Biográficos*, coordenação de João Paulo Oliveira e Costa, Cascais, Patrimónia, 2000, pp. 87-119.

SOUSA, Ivo Carneiro de, *A Rainha D. Leonor (1458-1525). Poder, Misericórdia, Religiosidade e Espiritualidade no Portugal do Renascimento*, Lisboa, FCT/FCG/MCES, 2002.

SOUSA, João Silva de, *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.

SOUSA, João Silva de, *D. Duarte – Infante e Rei – e as Casas Senhoriais*, Lisboa, SHIP, 1991.

SOUSA, Luís Costa e, *A arte na guerra. A arquitectura dos campos de batalha no Portugal de Quinhentos*, Lisboa, Tribuna, 2008.

SOUSA, Luís Costa e, *Alcácer-Quibir: Visão ou delírio de um rei?*, Lisboa, Tribuna da História, 2009.

STEIN, Burton, *A History of India*, New Delhi, Oxford University Press, 1998.

STEIN, Burton, *The New Cambridge History of India*, vol. I -2 (Vijayanagara), Cambridge, Cambridge University Press, s.d

SUBRAHMANYAM, Sanjay, *O Império Asiático Português 1500-1700. Uma História Política e Económica*, Lisboa, Difel, s.d.

SUBRAHMANYAM, Sanjay, “The tail wags the dog or some aspectos of the external relations of the Estado da Índia, 1570-1600”, *Moyen Orient & Océan Indien*, nº 5, 1988, pp. 131-157.

SUBRAHMANYAM, Sanjay, “A matter of alignment: Mughal Gujarat and the Iberian World in the Transition of 1580-81”, *Mare Liberum*, nº 9, 1995, pp. 461-479.

SUBRAHMANYAM, Sanjay, “Notas sobre um rei congelado: o caso de Ali bin Yusuuf Adil Khan, chamado Maleação” in *Passar Fronteiras. II Colóquio Internacional sobre*

mediadores culturais, séculos XV-XVIII, edição de Rui Loureiro e Serge Gruzinski, Lagos, Centro de Estudos Gil Eanes, 1999, pp. 265-290.

SUBRAHMANYAM, Sanjay, “Palavras do Idalcão. Um encontro curioso em Bijapur no ano de 1561”, *Cadernos do Noroeste*, vol. 15 (1-2), Braga, 2001, pp. 513-524.

SUBRAHMANYAM, Sanjay, “O suspiro do mouro: a triste vida de um príncipe muçulmano em Goa, no século XVI” in *Retratos do Império. Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*, organização de Ronaldo Vainfas, Georgina Silva dos Santos e Guilherme Pereira das Neves, Rio de Janeiro, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2006, pp. 407-435.

TAVIM, José Alberto, *Judeus e cristãos-novos em Cochim. História e Memória (1500-1662)*, Braga, Edições da APPACDM, 2003.

TEIXEIRA, André, “Nuno Fernandes de Ataíde, o nunca está quedo, capitão de Safim” in *A Nobreza e a Expansão. Estudos Biográficos*, Cascais, Patrimonia, 2000, pp. 159-207.

TEIXEIRA, André, *Baçaim e o seu território (1534-1736). Administração e sociedade*, dissertação de doutoramento policopiada, Lisboa, FCSH-UNL, 2010.

THOMAZ, Luís Filipe, *Os Portugueses em Malaca (1511-1580)*, dissertação de licenciatura policopiada, Lisboa, FLUL, 1964.

THOMAZ, Luís Filipe, “A Crise de 1565-1575 na História do Estado da Índia”, *Mare Liberum*, nº 9, Junho de 1995, pp. 481-519.

THOMAZ, Luís Filipe, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1998.

VALLADARES, Rafael, *Castilla y Portugal en Asia (1580-1680). Declive imperial y adaptación*, Louvain, Presses Universitaires de Louvain, 2001.

VALLADARES, Rafael, *A Conquista de Lisboa - Violência militar e comunidade política em Portugal. 1578-1583*, Lisboa, Texto Editores, 2010.

VAZ, João Pedro, *Campanhas do Prior do Crato (1580-1589): Entre Reis e Corsários pelo Trono de Portugal*, Lisboa, Tribuna, 2005.

VILA-SANTA, Nuno, "O Vice-Reinado de D. Antão de Noronha (1564-1568) no contexto da crise do Estado da Índia de 1565-1575", *Anais de História de Além-Mar*, vol. XI, Lisboa/Ponta Delgada, 2010, pp. 63-101.

VILA-SANTA, Nuno, "Revisitando o Estado da Índia nos anos de 1571 a 1577", *Revista de Cultura*, nº 36, Macau, 2010, pp. 88-112.

VILA-SANTA, Nuno, *D. Afonso de Noronha, Vice-Rei da Índia: Perspectivas políticas do Reino e do Império em meados de Quinhentos*, Lisboa, CHAM, 2011.

VITERBO, Sousa, *Viagens da Índia a Portugal por terra e vice-versa. Resenha Histórica e Documental*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1898.

VITERBO, Sousa, “A avó materna de Afonso de Albuquerque (os penhoristas do século XV)” in *Arquivo Historico Portuguez*, vol. 1, nº 12, Dezembro de 1903, pp. 413-421.

VEIGA, Carlos José Margaça, *Poder e Poderes na Crise Sucessória Portuguesa*, dissertação de doutoramento policopiada, 2 volumes, Lisboa, FLUL, 1999.

VELOSO, José Maria de Queirós, *D. Sebastião 1554-1578*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1935.

VELOSO, José Maria de Queirós, *A Perda da Independência: O Reinado do Cardeal D. Henrique*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1946.

VELOSO, José Maria de Queirós, *Estudos Históricos do Século XVI*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1951.

VELOSO, José Maria Queirós, *O Interregno dos Governadores e o breve reinado de D. António*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1956.

WICKI, Joseph, “Duas cartas oficiais de vice-reis da Índia escritas em 1561 e 1564”, *Stvdia*, nº 3, Janeiro de 1959, pp. 36-89.

WICKI, Joseph, “Duas relações sobre a situação da Índia Portuguesa nos anos de 1568 e 1569”, *Stvdia*, nº 8, Julho de 1961, pp. 133-220.

WINIUS, George Davison, *A Lenda Negra da Índia Portuguesa*, Lisboa, Edições Antígona, 1994.

XAVIER, Ângela Barreto, “Tendências na Historiografia da Expansão Portuguesa. Reflexões sobre os destinos da história social”, *Penélope*, nº 22, 2000, pp. 141-179.

XAVIER, Ângela Barreto, *A Invenção de Goa. Poder Imperial e Conversões Culturais nos Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

Entrada de sítios na internet

VILA-SANTA, Nuno, "A trajetória de D. Duarte de Eça: de capitão deposto a capitão de Goa" - <http://www.iict.pt/pequenano-breza/arquivo/Doc/t9s1-01.pdf>

VILA-SANTA, Nuno, “D. Diogo de Meneses” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://www.cham.fcs.unl.pt/eve>

VILA-SANTA, Nuno, “D. Duarte de Meneses” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://cham.fcs.unl.pt/eve>

VILA-SANTA, Nuno, “Francisco Barreto” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://www.cham.fcs.unl.pt/eve>

VILA-SANTA, Nuno, “D. Francisco Mascarenhas” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>

VILA-SANTA, Nuno, “Fernão de Albuquerque” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://cham.fcsh.unl.pt/eve>

VILA-SANTA, Nuno, “Fernão Teles de Meneses” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>

VILA-SANTA, Nuno, “Matias de Albuquerque” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>

VILA-SANTA, Nuno, “Manuel de Sousa Coutinho” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* – <http://cham.fcsh.unl.pt/eve>

Documento 1 - Carta que mandou frei Jerónimo da Azambuia a dom Afonso de taide consolando o da morte de dom Martinho Gonçalves seu filho que morreo no cabo de guee (Cópia), Santarém, 12.IV.1541 (BPE, códice CIII/2-22, fls. 59v.-60v.)

“*Senhor*

Não saber mais sedo esta ma e triste noua da morte do senhor seu filho foi cauza de acudir tão tarde a tão justa e deuida obrigação se me parecera *que* tão sertã ferida não solda tam sedo *temperamento* com esta memoria abrilla [sic] de mim. bem sei que uossa *merce* esperaua consolação, mas tambem sabe quanta nessecidade eu neste cazo tenho della nisto se pudera conçolar sabendo auer *muitos* que por esta cauza tem della nessecidade assi que de mim não a espere *nem* queira mas comigo chore o reino por annos pois por nossos pecados tanta e tam nobre *gente* morreo e agardessa muito aos *que* morrerão sua morte pois com a [sic] alheos danos satisfazzem as proprias culpas e pecados nosso senhor se contente com esta uingança a qual foi em ssi mui grande ainda que pequena *pera* satisfação de tanta e tam grandes culpas e pecados, praza a nosso *senhor* que a não de maior ho qual eu creio que fara se sentir com ella em nos emmenda que de nos espera e não nos diga o que aos Judeos por Geremias sérios e não se sentirão as outros e não se doerão assim *que* nos e todo o pouo temos cauza de lamentar mas os que morrerão tem rezão de dar muitos Lououres a Deos que os quis fazer sacrificio de nosos pecados dando lhes tam honrradas mortes que são mais materia de Inueia que de tristeza, e em não fica sem muita obrigação a Deos e sem muita gloria e contentamento e mo fazer tambem auenturado que gerou *filho* *pera* satisfação das culpas da comunidade e Reinno. Tem que o grande Rei deue de como princepe lementou e gerou sual e Jonatas, e ho pouo de Israel que nos montes de gelboe foi destruido e mal diçe aos montes com grandes maldiçõens donde/fl. 60/donde tais mortos e a cauza foi por nessecidade que deles tinha o Reino mas consolou sse assi e deu gloria aos mortos com espantos de como puderão morer louados de tanta fortaleza que quasi os faria iuenciueis

²²⁸⁴ Os critérios adoptados para a transcrição foram os seguidos em *Álbum de Paleografia*, edição de João José Alves Dias, A. H. de Oliveira Marques, Teresa F. Rodrigues, Lisboa, Editorial Estampa, 1987, isto é: transcrição em linha contínua, separando fólios e páginas originais; respeito absoluto pela ortografia do texto original, mantendo maiúsculas e minúsculas e unindo palavras ou sílabas separadas; desenvolvimento das abreviaturas em itálico; colocação entre [] de tudo o que tenha sido acrescentado ao texto original e da [sic] para os erros.

dizendo como foi posiuél que tão fortes morressem soube o nobre Rei dar aos mortos gloria e aos uiuos culpa e cautella, bem sei que a humanidade e carne fora seu officio mas sei que não pode, choro consola com muita boa cauza pode Um dizer que chorou dauid seu filho Absalão filho de obediente ingrato, e dezeizoso de sua morte e quem tem mais Rezão de chorar filho obediente agardesido e dezeiozo da honra de seus padres o qual o demoueo a lançar ce com os christãos em tempo tam perigozo mas a mim me parece que se fora tal e morrera tal morte como o de Um não no chorara dauid por isso chorou sua morte *porque* morreo mal e como mão querendo uos ensinar o prudente Rej que os bons mortos são mais materia de alegria que de choro elle tem grande honrra pera ho mundo em morrer pella patria e mais *pera* com Deos em morrer por honrra de seu sangue e de sua fee ho que pode sentir he morrer tam mancebo e fora de tempo luxo não ter morte certeza de tempo nem se pode dizer sem tempo feito, o que em todo tempo se pode fazer e mais a meu uer he caminho de maior gloria em tal idade saber hum mancebo hobrigar a paixão e mostrar o que delle no futuro tempo se podia esperar podera ser sem duuida cremos que não achara uelho a morte com tanto louor porque se cremos o Autor do liuro dos macabeus não consente deos morrer a todos pella saude da paixão assim que pera ho mundo não lhe falta gloria em morrer mancebo nem *pera* com Deos lhe falta obrigação em tam sedo lhe querer dar o premio que da a muitos mui tarde deixo outro não pequeno bem e beneficio de deos em no levar em tal tempo e tal idade porque não cahise em os laços do demonio e mundo donde lhe tem sedo quitação, o qual *quanto* beneficio hera de deos digão torna te minha alma em teu descanso pois, o *senhor* te fez tam gramde bem quando Dauid levou ha minha alma da morte morrendo o corpo meus olhos de lagrimas e meus pais de queda e de lugar donde podião escorregar e cair pois quem ouzara aqui cair se de couza que consigo tras tantas liberdades, e he tam bia e tam proueitoza diante de Deos a morte dos bons que ate os maos a dezeiam uio exemplo temos enbalam o qual dizia uendo o arraial de Israel morre minha alma morte de uistos e serão minhas derradeiras couzas semelhantes e as destes a Justiça diuina não sabe dar aos maos morte de bons nem matar os [sic] inustamente com a morte de uistos chorem os infieis mouam nos as mortes/fl. 60v./pois com ellas entrarão em nouos e perpetuos trabalhos pois segundo seu pareser morrem *pera* nunca uiuerem mas os christãos dis Paulo aos thesalonisenses não nos emtristesamos *com* morte ou com o dos nosos mortos pois incerta a esperança de sua perpetua uida. não sente bem da fee da ressureição dos mortos que asim os chora como se de todo morrecem a meu fraco iuizo a morte dos bons não se a de sentir senão pella falta que no mundo fasem e

por serem castigo *com* que Deos nos castiga: e lancar mãos nelles porque nos podem ser dados como aos filhos de Jaiobe quando no Agipto forão presos os quais uendo se na prizão lançarão logo mão de seu maior pecado que foi uender seu Jrmão porque ainda que asim não seia não deixa de ser grão prudencia tomar de qualquer mal ocazião de bem e da emmenda da uida e guardasem muitos neste cazo do impeto muito mais da mermuraçam dirigida a perfeição de folgar com os castigos ou trabalhos ao menos saia do que faz qualquer cristão que he ter nelle paciencia: A qual eu espero em nosso *senhor* que lhe dara com tanta consolação como eu dezeio e de noso *senhor* espero quedei a tal pessoa, em uida e estado praza a nosso *senhor* acresente *pera* seu seruiço deste sanctarem a 12 dabril de 1541 annos.

a) Frei geronimo”

Documento 2 – Carta de D. António de Ataíde, 1º conde da Castanheira, a Martim Afonso de Sousa sobre o primeiro casamento de D. Luís de Ataíde, Almeirim, 5.IV.1544 (ANTT, Miscelâneas Manuscritas da Graça, vol. 4, fls. 451-451v.)

“*Senhor*

Muyto follguey de vosa merçe ser comtemte dos custumes e da condição de dom lluis datayde. e do que achou que se laa delle dizia. e eu lhe afirmo que elle lhe merece em emsuar bem suas cousas. e parecer lhe *que* he homem *pera* o quererdes ter por parente na qual cousa eu tjuera mujto que lhe dizer se me não pegera *por* muytas Razões que a dom lluis vinha melhor que nenhũa outra e porque mo asy pareceo falley a ell Rey nosso *senhor* niso. e sua alteza mo Recebeo bem. e tambem falley a dom lluis allgũas vezes e elle me não acabou de Respomder determinadamente porque seu pay não tem aynda Reposta *em* seus Requerimentos sem a comcrusão dos quaes elle diz que não ha de casar nem *emtender em* negocio algũu de casamemto seu senão depois de serem acabados/ e não me pareceo muyto grande *jmcomueniente* *pera* este caso dizer lhe jsto/ pois estaa craro que vosa merçe *tambem* lhe não deue de querer dar esa sua parenta senão depois delle ter o de seu pay e avoos. *porque* ajmda que dom lluis tenha callidades e outra fazemda. a fora a que rogue *pera* qualquer outro/fl. 451v./

“homem que naçera sem ter outros auueres ser bom casamento *em* o que acertou de as ter taes como as elle tem no que Rogue fica tão amarelotado se o escrudem dellas. que voga muyto menos *que* muytos dos que *em* tudo estão muyto atras/ elle he agora ydo a ceyta onde tem comsjgo dous jrmaos. e ao serviço de tres feyto apos os de seus avoos não pode ser que sua alteza não filhe de fazer merçe a hũ. do que tamto tempo haa que amda naquela casa. e se lha fizer depois de lha ter fejta terey eu cuidado de fazer no negocio tudo o que *em* mym for porque venha a efejto e eu por sem duujda que avera pouca neseçydade do meu trabalho por que sua alteza ha ade ter muyta lembrança do que lhe vosa merçe sobre yso escreueo e lhe eu de vosa parte pedj/ e prazera a noso *senhor* que vira a bom fim. e se asy for ganhara dom luis niso mujto bem pelo que me toca o d ambos e boa prouua he de mo parecer asy ser eu o que fallo neste negocio podendo lhe llargamemte respomder que estaua pejado nelle/ esta não vay por minha mão porque não tenho desposição *pera* a fazer beijo as mãos de vosa merce dalmejrim a b dabrilll de 544”.

Documento 3 – Carta de D. Luís de Ataíde a D. António de Lima, Atouguia da Baleia, 15.V.1563 (Paço ducal de Vila Viçosa, Biblioteca D. Manuel II, Mss. I, fl. 192)

“*Senhor*

Cujdej que sso no dia do Jujzo se podjrjão Ja esperar sentenças Justas e verdadeyras e agora soube por um sargento meu que me dela oje veo que achara vosa merçe quem lhe fizesse Justiça e que derão por vosa merçe sentença na causa em que a esperava mjll annos dera sentenças por vosa merçe e sempre lho veja o que lhe desejo e a mjm o contentamento que tive disto asi ser quando ujr vosa merçe lhe djrej um seruiço que lhe daqj fiz com um Jujz destas de quem soube quam bem estava no negocio mas soube o em tanto segredo que por jso e porque não auja de que avjsar vosa merçe pois estava bem lho não mandej djzer e taobem porque me pareceo que tjrja vosa merçe Ja liure diso ueja vosa merçe se mando algum seruiço de mjm e pois sabe que²²⁸⁵ esta casa he sua e tão obrigada a seu seruiço quejra sedo [sic] pera que lhe poder prestar beijo as mãos a v. m. deste porto a xb de Maio de lxiiij anos

²²⁸⁵ Ms.: palavra riscada “*ser* [?]”.

Ao doutor Lopo Sejtill me faça v. m. merçe de dar por mjm o pora bem *e* as graças desta *sententia* de v. m. obrigando-me de nouo a sua obydiencia porque asi lhe que este so benefçjo pudera ser parte peroo eu ser mais *serujdor* de v. m.

a) dom luis datayde

/no verso/

+

Ao senhor D. Antonio de Ljma meu senhor

+

1563

Do *Senhor* do[m] [Lu]js d'Atajde²²⁸⁶

Documento 4 - Carta de D. Luís de Ataíde a D. António de Lima, Atouguia da Baleia, 2.VI.1563 (Paço Dual de Vila Viçosa, Biblioteca D. Manuel II, Mss. I, fls. 197-197A)

“*Senhor*

Tem o gustom tanta força que se converte em natureza *e* faz-se dele lej *e* por jso vjsjto vosa merçe e o *senhor* Martim Afonso de Mjranda da morte deste *senhor* que acabou como filho *e* neto de quem era *e* tamto em seu lugar que se lhe dexe [sic] d’auer grande inueja Deõs ljure Orão dos turqos *e* a mjm de frades de São Gironjmo a que ej major medo depois *que* tenho frey Rodrigo por contendor que achey d’Argell vosa merçe me anjma la o doutor porque como o tiuese posto em Colota *e* com o fauor de uosa merçe ate a frey Rodrigo terey em pouqo²²⁸⁷ *e* muyta confiança tenho que ha o *senhor* conde de Leçer [sic] porque tenho nouas dese arezoado do doutor *e* porque sem duujda tem o *senhor* conde rezão beijo as mãos a uosa merçe deste porto a dous de Junho

serujdor de uosa merçe

²²⁸⁶ Ms.: selo de lacre negro com as armas dos Ataídes da Casa da Atouguia.

²²⁸⁷ Ms.: palavra riscada.

a) dom luis datayde

/no verso/

+

Ao senhor D. Antonio de Ljma pjrejto [sic] meu senhor

+

1563

De dom Lujs d'Atajde

Recebida a oito de Junho

Pera respomder

fl. 197 A/ “Ao senhor D. António de Lima meu senhor”²²⁸⁸.

Documento 5 - Parte da Carta Geral escrita em Cochim no Collegio dos Padres da Companhia de Js. que ueio da India na nao do Visorey Dom Luis de Tayde e Recebida aos 24 dias do mes de Julho, anno de 1572. Na qual se relata o que na India acontesseo no anno de 1570 e 71 (BNP, Códice 8570, fls. 141-142v.²²⁸⁹)

“Coniuraran se cà este anno contra nos os mais dos Principes poderosos dos Infieis destas partes fasendo liga universal de nam cessarem atee nam deitarem delas a todos os Portugueses e xpãos, que nellas auia. A esta conta o Achem Rey da Ilha de Samatra uesinho de Malaca, depois do anno passado ir destrosado do cerquo *que* lhe pos, tornou logo este anno a mandar sua armada de 70 uelas a correr o mar daquella Cidade, e impedir lhe os mantimentos. O Samorim nosso imigo mandou *tambem* a sua de ladroes correr esta costa do Malauar, que se espalharam por todo o mais mar da India.

O Njsimaluco Rey de Guzarate²²⁹⁰ em pessoa pos cerco à nossa fortaleza de Chaul com sento e cinquenta mil combatentes pouco mais ou menos, e grande numero de Alifantes couem a saber 400, e de caualos sessenta mil pouco mais ou menos, *e* a artelharia a mais grossa *que* ateè gora se uio na India. Mandou *tambem* outro esquadram de gente de caualo às terras, e Cidade de Baçaim, que a tinham como cercada.

²²⁸⁸ Lacre com as armas dos Ataídes.

²²⁸⁹ Cópia do século XVIII.

²²⁹⁰ Tratava-se do soberano de Ahmadnagar e não do Guzerate.

O Hjdalcão Rey da terra firme de Goa²²⁹¹ autor principal de esta liga deceo *tambem* em pessoa sobre a Cidade de Goa, cabessa das nossas da India com²²⁹² 60 mil homens de pe, e trinta e cinco mil de caualo, e dous mil Alifantes, *e* artelharia com que cercou quasi toda aquella ilha. E abrangoe *tambem* outro Reisinho a cercar a noua fortaleza de Onor, que o anno passado os nossos ganharam.

O Samorim *tambem* cercou despois a fortaleza de Chale com perto de sem mil homens. De modo *que* quasi no mesmo tempo *tinham* cinco fortalezas cerquadas soo nesta costa da India, determinando de por mar, e por terra os inimigos de nossa sancta Fee deita la de todo destas partes.

Os Christãos, como souberam desta liga fizeram *tambem* outra com Deos nosso *senhor*, de quem soó *podiam* esperar socorro e a uida, com muitas orasoes, e sacrificios, e frequentia de sacramentos. Comesaram logo as Porçissões gerais, e particulares pollas uillas, e cidades, os jeiuns, orasões, e disciplinas polos moesteiros. Neste collegio alem do Jeium, e disciplinas, que nelle auia se augmentou logo a orasam mental, e ladainhas, *que* todos os dias os irmaos disem iuntos em hua parte, e os estudantes, e meninos da escola em outras, que *faziam* suas procissoes particulares a seu tempo, alem das geraes pera que eram pedidos, *e* o mesmo se *fazia* pollas mais cidades, e fortalezas da India, e casas da Companhia della.

Com estas, e semelhantes ajudas prouue a nosso *senhor* que assi como a ligua dos Infieis era mais contra *deus*, e sua sancta fee, e nome, que contra nossos mercimentos, assi saio elle tanto por ella, e foi tanto por nos, que quando os imigos mais atribulados, e cercados cuidauam *que* nos *tinham*, Entam nos deu *deus* nosso *senhor* maiores, e mais gloriosas uictorias delles por mar, e por terra. Porque a nossa armada, cuio capitam mor era Luis de Melo, a qual acudio a Malaca peleijando com a dos imigos dia das onze mil uirgens do anno de 70 (a que aquella Cidade tem especial deuasam por hua cabessa sua, que em nossa casa tem) sete uelas nossas uenceram setenta dos imigos tomando muitas dellas, e desbaratando as mais.

Dahi a doze dias nos deu nosso *senhor* outra grande uictoria no mar desta costa do Malauar, porque encontrando se o capitam mor della Dom diogo de Menezes com o Capitam mor do Samorim que uinha dar principio à liga *com* hũ salto *que* fez em hũa fortaleza, e o andaua festeiando defronta de outra nossa, o desbaratou, e matou a elle

²²⁹¹ Riscado “cabessa”.

²²⁹² Riscado “sem”.

com quinhentos mouros outros dos mais nobres, e escolhidos tomando lhe quasi todas as embarcações, que trasia, que o Samorim muito sentio./

fl. 141v./No cerco de Goa nos deu nosso *senhor* grande uictoria, porque depois do imigo o continuar por muito tempo, tentando entrar aquella ilha com tres mil homens mouros nobres, e escolhidos de sua guarda os perdeo todos à sua custa sendo mortos polos nossos. E assi depois de noue ou des meses que o cerco durou lhe foi necessario retirar se com perda segundo disem de dez mil homens pouco mais ou menos, e grande parte de Alifantes e caualos, que com a gerra, *tempos*, e enfermidades lhe morreram.

Sobre todas foram milagrosas as uictorias, que o *senhor* por sua misericordia nos concedeo em Chaul, porque uindo aquelle imigo mais soberbo, e poderoso *que* todos os outros com o numero de gentes, Alifantes, caualos, Artelharia, que esta dito, e nam sendo os nosso [sic] mais de 800 ate 900 homens, *e* a cidade situada em hũa praia, sem muros nem outra defensam mais que a que elles continuamente com suas mãos fasiam, prouue a nosso *senhor* dar lhe muitas, e mui insignes uictorias, porque alem de em todos os combates, que tiueram sairem vencedores, e fazerem *muitas* saidas como as de Jonathas, muitos mancebos fidalgos soo com os da sua obrigasam, punham em fugida os imigos fazendo estrago nelles. E em especial se uio isto dia dos bem aventurado [sic], Apostolo sam Pedro, e sam Paulo, em que o mesmo Rey em pessoa ia como desesperado de uer o muito *que* o cerco duraua, e o grande dano, que lhe tinham feito, quis elle mesmo em pessoa dar hũ combate Real metendo nelle todo o resto, em que prouue a Nosso *Senhor* ficou quasi de todo desbaratado. E assi auendo noue meses que o cerco duraua, e tendo pelo discurso delles metidos na cidade quarenta mil pelouros de Artelharia grossa, foi forçado retirar se com perda de quarenta mil homens seus, e grande numero de cauallos, e Aliphantes, e algũa de sua artelharia. E assi aquelle que ao principio tam soberbo uinha contra nossa sancta fee, e seus verdadeiros filhos daquela cidade foi lhe forçado pedir pazes, que lhe *concederam* e fizeram com muita onra deste estado. Affirmam muitas pessoas dignas de fee, *que* no dia deste combate Real se uiram entre os christaos cercados algũas marauilhas, e milagres do *Senhor*, como foi ter a maré chea por tres horas continuas, que o combate durou, em hum passo por onde os imigos com ella uasar poderam entrar a cidade, e que chouendo sobre elles e sua artelharia nom chouera na nossa. E sobre tudo que os imigos afirmaram depois de feitas as pazes, uerem o dia do mesmo conbate, em quanto elle durou a Virgem Sacratissima nossa *senhora* sobre as estâncias dos Christaos mostrando se sua protectora, e defensora especial deste estado, *e* que uindos depois das pazes feitas à cidade pediam lhes

mostrassem aquella molher fermosa, e resplandescente, que ao tempo do combate geral sobre o muro uiram entre as armas, espantando se nam ser feridas dellas, *e* que levando os Christaos às Jgreias, e mostrando lhes as Jmagens da uirgem nossa *senhora* se lansaram de giollos com a cabessa pello cham fazendo lhe reuerentia, e offerescendo lhe does, hum dos quais uendo a se fizera christão com toda sua familia. Nem he muito de duuidar disto, uendo o espicial amor, que a Virgem nossa *senhora* nos tem, *e* o que della temos em outras semelhantes esprementado, *e* a deusasam, e aparelho com que aquelles catholicos soldados andauam, porque segundo todos affirmam á mor parte deles todas as homanas se confessauam, e commungauam com seu capitão, E nam se ouuia entre elles maa palavra, ou desgosto algum, mas todos com muita conformidade, amor, e zelo de defender sua fee, e estado. De modo *que* geralmente se desia dos soldados de Chaul que mais paresiam congregasam de deuotas e religiosos, que companhia de soldados, e gente de gerra: Neste tempo era Capitam geral de Chaul Dom Francisco Mascarenhas. Saído o inuerno uieram de lá os nauios, que nos trouxeram nouas destas grandes uictorias, e por mostra dellas hum grande pilouro de sete palmos em roda, que aqui uieram offerecer à Madre de *deus*, e deixaram à porta deste collegio, sobre quem os Jrmaos, que uem de fora, em quanto o porteiro tarda, se assentam, como sobre hũa cadeira, ou trepressa, por sua grandeza, Ouuidas as nouas de tam grandes uictorias quis esta Cidade fazer hũa procissam geral dando grassas a Nosso *Senhor* por ellas: fiseram na em hum dia de nossa *senhora*, *e* em hum templo seu reconhecendo lhe o beneficio que della receberam: quiseram que lhes pregasse o Padre Rejtor, o que se fes com muita satisfasam, e alegria de todos. O cabido desta Cidade por ordem do Bispo, quis tambem em reconhecimento dos *que* por nos tambem pellejaram fazer hum officio solenne polos defunctos que nestas gerras acabaram, e pediram ao padre que lhes pregasse a elle, o *que* tambem fes com a mesma satisfasam. A Jrmandade da misericordia desta cidade quis tambem fazer o mesmo, a que tambem de casa pregaram.

No principio deste ueram uindo o capitam mor desta costa Dom Diogo de Menezes com hũa armada a socorrer a fortaleza de Chale, cuio cerco ainda duraua, e achando o imigo mais poderoso do que cuidava deseio a/fl. 142/a [sic] esta Cidade pera acrescentar a armada, e refazer se do necessario temporal, *e* muito mais se refes no spiritual: os capitães, e soldados que trasia nos consolaram, e alegraram aqui a todos de uer o bom aparelho spiritual que trasiem. En todo o tempo *que* aqui estiveram, ouue sempre entre elles muita pas, e conformidade, e nam ouue quem delles se queixasse, como dos soldados se costuma: E alem de se uirem confessando e comungando pollas fortalezas

que de caminho tomauam, conforme ao perigo pera que uinham, nesta Cidade o fizeram outra vez todos. O capitam mor se confessou neste Collegio com muita parte dos fidalgos, e soldados *que* com elle uinham, os quais pedindo das reliquias pera o perigo, se despediram de nos *muito* confiados *que* o *senhor* os auia de ajudar, como por sua misericorida os ajudou: porque nam chegando os nossos a quatrocentos homens, estando o Samorim com perto de cem mil homens sobre aquella fortaleza e tendo a barra assestada de mujta artelharia de ambas as partes, os nossos confiados em o *senhor*, romperam com a armada por meo de muitas bombardas, e poder dos immigos, e socorreram por entam àquella fortaleza, cuia gente acharam ja em estado, que quasi se determinauam a manter de carne humana dos imigos, que matauam, antes *que* entrega la. Este socorro foi hum dos mais temerosos, e arriscados, que à dias nesta parte se uio, e onde nosso *senhor* obrou algũas marauilhas: porque segundo os Capitaes da armada e fortaleza depois aqui ao padre contaram, muitos pelouros de artelharia deram aos christãos nas costas, e nos peitos caindo lhe aos peis, sem lhe fazerem nenhum mal, dos quais uieram aqui offereser alguns aos templos. Afirmaram *tambem* uer se o Apostolo Santhiago²²⁹³ correr da fortaleza à estança dos immigos capeando aos christaos, que a socorressem. Os que desta cidade deste²²⁹⁴ socorro foram, tornando a ella, se uieram logo assi armados como uinham a offerescer á Madre de *deus* dando lhe grassas pollas merces, que lhes fisera, e offerecendo lhe os pilouros de que os liurara”.

Documento 6 - Carta de D. Luís de Ataíde a D. António de Lima, Almada, 15.VII.1575 (Paço Ducal de Vila Viçosa, Biblioteca D. Manuel II, Mss. I, fls. 198199v.).

“*Senhor*

Custumado sou a receber de uosa merçe merçes e vosa merçe a nos fazer e a todos os seus por esta lembrança lhe bejijo as mãos e vosa merçe me faça deuer se pode emtemder dese bacharell o como ujimos ele e eu e o estado de meus negocjos e como o cargo deles foj recebido de Martjm Gonçallvez que lhe tanto encomendou o rigor deles e quanto aos negocjos de v. m. /fl. 198v./ ate oje não creio se tem falado em nenhum a el rey mas creio que amtes que se daquj vaa se tratara do negocjo e jsto que oje parece não

²²⁹³ Riscado “dar”.

²²⁹⁴ Riscado “corro”.

no hej por çerto hamanhã segumdo tudo anda jmcerto mas por muy certo deue v. m.
d’aver que nas couzas de seu *seruiço* me não ficara nada por fazer guarde nosso *senhor*
a muito jllustre pessoa de v. m. e seu estado *acrescemte* como deseja d’Almada a xj de
Junho de *setemta e cynco* beijo as mãos a v. m. muito

a) dom luis datayde

/no verso/

Ao *muito jllustre senhor*

o *senhor* dom Amtonjo de Ljma ... mande-me v. m. logo esa carta a Djogo Botelho por
me fazer merce

+

1575

De dom Lujs d’Atajde /²²⁹⁵.

Documento 7 - Carta de D. Sebastião a D. Cristóvão de Moura anunciando a nomeação de D. Luís de Ataíde como general, Lisboa, 2.IV.1577 (AGS, Estado, Leg. 394, doc. 237, fls.1-1v.)

“Don Christoual de Mora

yo el Rey os enuio mucho a saludar fue de tan grande contentamiento para mi la
venida del embaxador don Juan de Silua por las buenas nuevas, que por el y por unas
cartas supe de la salud del *serenissjmo* Rey mi tio si bien la quisiera oyr mucho mas
perfecta, como desseo que sempre la tenga, que me paresçio luego sin mas dilaçion
mandar despachar este correo para me alegrar que luego con el, y tambien para lo demas
que en esta os dire/ Encomiendo os mucho que luego visiteis de mi parte al *Serenissjmo*
Rey mi tio, y le deis el parabien de su salud, y que su carta, respuesta de la mia, y suas
recaudos que me dio el embaxador es todo bien conforme a lo *que* yo le merezco/ y que
por todo le beso las manos. y no le scriuo agora, desseando mucho hazer lo, porque en
esta su conualescençia querria que en ella solo se occupasse, y no en tomar trabajo de

²²⁹⁵ fl. 199v./ - Lacre dos Ataídes.

me responder, puesto que se *que* nunca esto lo sera para el Que me hara *merced* de embiar me por vos muchas nuevas de si, para q vos despacheis con ellas este correo y que de mi las doy que quedo bueno louores a Dios, como deuo estar siendo tan buenas las *que* del tengo.

Tambien direis al Serenissjmo Rey mi Tio que paresciendo me ya tiempo de nombrar persona para el cargo de general de la empresa que determino mandar hazer, se me offrescia entre las personas que para ella puedo escoger, hazer esta eleccion en Don luy de Atayde, por sus qualidades, experiencia, sangre, y finalmente por concurrir en el todas aquellas partes que se requieren para tal cargo en tal empresa, en que espero sere del seruido a mucho contentamiento mio como lo fuy en la Gouernacion del estado de la India, y en las de/fl 1v./mas cosas que se le han encargado De que me parescio dar le cuenta como es razon, por ser cosa desta qualidad y tan principal en esta empresa, que con el tengo tratado que spero por sua respuesta para me acabar de resolver en esto, y que me parescia se ordenasse algun estratagema para poder se encubrir y dissimular el secreto que se pretende que tanto importa y se me Offerescia para este effecto, publicar se que lo que hago y pretendo hazer, es con intento y determinacion de embiar a tomar a Azamor y el cabo de Gue y dar a entender que entre mi y el Xarife ay platicas y intelligencias para ayudar le yo a defender se del Meluco su enemigo Tambien acordaua se hablase en la fortificacion de Çepta que por la importancia de que es podria la gente persuadir se della si no huuiera en esto preparaciones que son propriamente indicios y demonstraciones de empresa y no de fortificacion Estas cosas referireis al Serenissjmo Rey mi Tio, y le direis de mi parte, que offresciendo se me ellas, y siendo la materia de la importancia *que* Vee, y qual piden los effectos y progressos della el secreto y dissimulacion para meJor poder se proceder en ella, no me quise resolver en lo que destas dissimulaciones se seguiria sino en comunicar se las y pedir lle en esto su parescer, sabiendo *que* la que dellas escogiere, essa sera la mejor y auisareis me de su respuesta y tambien me scriuires, que persona determina el Serenissjmo Rey mi Tio de embiar en suas galeras y con su Infanteria, por que holgare de lo saber y dizeis le que me parescieron muy bien los memoriales que el Duque de Alua me embio por el embaxador y que estoy muy contento dellos scripta em lisboa a ij de Abril 1577

a) Rey”

Documento 8 - Cópia de hũa carta do conde daTouguia D. Luis de Attayde vizoRey que foi da India, Goa, 15.X.1580 (BA, códice 51_II-14, fls. 45v.-46v.²²⁹⁶)

“*Porque* hei de escreuer a V. A. sobre o meresimento dos *que* uos ca seruem bem e por fazer o *que* me por V. A. he mandado em seu Regimento e por cumprir com minha obrigação pareceu me *que* deuia tratar *primeiro* do aggrauo que me V. A. fez em me dilatar a Licença pera me poder ir pera Portugal auendo 42 annos *que* siruo na guerra, cujas Leys iubilão em Vinte annos aos *que* a profição pera poder deixar as armas e pendura las como os Captiuos fazem aos seus ferros quando saem do Catiueiro, se V. A. não tiuera a experiencia de meus seruissos e a do zello de Verdade com *que* des *que* naçi fiz o seu e os ouuera de Julgar por informações, elles não forão feitos na praça e em todas as partes do mundo *e* tam aprouados do mundo todo, e do mesmo *Deus* tão faltas são as Informaçois dos homes *que* pudera crer *que* me tinham Culpa nisso, e *que* por elles erão tão maL vistos de V. A. não mereço a V. A. este tratamento nem dilatar me mais esta merce, se mais picados tiuerem permitido não ma ter V. A. feito como me promete na Carta que me este anno escreueo, sou de 60 annos/fl.46/*que* por serem passados em continuos trabalhos naufragios *e* perigrinaçois julgo os e sinto os como de 20 e como de 20 me são entradas as indisposições co Enfadamento de vida e de tudo o *que* não for dezejar de entender o muito *que* deuo a nosso *Senhor*, e quam mal lhe sempre serui as *muito e muito* grandes merces *que* de sua diuina *Magestade* tenho recebidas em todo o discurso da vida, *e quanto* a minhas desposições *e* velhiçe assy he como tenho ditto a V. A. *e quanto* ao *que* Cumpre ao seruiço de V. A. affirmo lhe polla verdade *que* a seu seruiço dueo *que* não conuem ao mesmo seruiço servir sse de hum home doente velho neste Cargo *e* obrigação *que* me tem emcomendado *porque* posto que nem a velhiçe e *muitos* annos meus, nem as indisposições não serão tantas he tanto o dezeio *que* tenho posto *muito que* a *Deus* deue de fazer conta com minha alma neste derradeiro quarto *e* ando já tão cheo de escrupolos de o não poder fazer com as inquietações *que* nelle tenho *que* de nenhũa *maneira* posso acabar comigo tratar ja esta materia, e este meu requerimento com menos instançia com menos ifficacia *e* importunação e posto *que* creyo *que* V. A. me tera feito merce de me ter mandado successor me pareçeo tornar lho a pedir de nouo mostrando lhe o fundamento do *porque* assy lhe/fl. 46v./pesso pera que se V. A. ma teuer feita ter mais gosto disso *e* se meus

²²⁹⁶ A presente versão é uma cópia do século XVIII. Uma outra encontra-se em BGUC, Mss. 496, fls. 177v-178, com ligeiras diferenças, tendo-se optado pela presente por ser de leitura mais acessível.

peccados outra Couza tiuerem permitido não ma dilatar como eu Creyo da muita virtude e igualdade de V. A. guarde nosso *senhor* a muito Real pessoa de V. A. e sua Vida e Real estado acrescente como por V. A. he dezejado, de Goa a 15 de Outubro de 1580

a) O Conde Dom Luis de Attayde”

Documento 9 – Advertimento de Nuno Álvares Pereira a Filipe II sobre D. Luís de Ataíde e a Índia, X. 1580? (AGS, Leg. 420, fl. 281)

“A Dom Joam mazcarenhas, françisco de sà, Diego lopez de sousa, parece que V. Magestade, deue logo mandar escreuer ao conde VisoRey da Jndia por tres uias por terra por iudeus vaSsalos do turco que se acharão em Veneza, porque desta maneira lhe irá o despacho a mão dentro de çinco meses a mais tardar. *Item* que loguo se aujse a *lixboa* que se aperçebão tres nauios de auiSo que partão em fim de outubro com o mesmo despacho E que fará mujto ao caso ter o despacho o VisoRey por terra primeiro (como tera se partir loguo) pera ordenar as cousas como lhe parecer antes de ninguem ter a noua nem a poder ter senão quem elle quiser. *Item* que depois fará mujto ao caso tambem chegarem os nauios que dem noua e se saiba da gente delles comumente como *lixboa* está por voSsa Magestade paçifica E que as naos descarregarom nella E que partes ouuerom o seu sem contradição. E *que* desta maneira se quietará tudo sem alteração. Elles tem o Conde da Atouguia por homem que farà o serviço de V. Magestade muyto bem E *que* se la for ter Dom Antonio, o prenderá e fará delle o que lhe Vossa Magestade ordenar com *mujta* inteireza *Item* parece lhes que alem das cartas de negocio se lhe escreua outra particular em que V. Magestade lhe ofreça merçes e honrras entregando lhe a Jndia paçifica e quita ou pera que o faça com mais animo”.

Documento 10 – Cópia da carta de Filipe II a D. Luís de Ataíde concedendo-lhe poderes para o jurar na Índia, Badajoz, 7.XI.1580 (FDUL, *Colecção PS/MC*, Caixa 6, Pasta 10, doc. 219, fls. 1-1v.)²²⁹⁷

“D. Filipe etc. Faço saber aos *que* esta *minha* carta de poder bastante virem *que* pela muita e mui justa confiança que tenho de D. Luis d’ataide conde d’atouguia do meu

²²⁹⁷ Todos os documentos do número 10 ao 17 foram transcritos a partir de cópias do século XIX.

conselho d' Estado e VisoRei nas partes da India, e confiando outrosi *que* os capitães móres, governadores vereadores e officiaes das Camaras, Fidalgos, Caualleiros, soldados e mais pouos das cidades e fortalezas daquelas partes sabendo como devem ter sabido *que* por falecimento do Senhor Rey D. Henrique meu tio *que* Deos tem, me pertenceu justa, e legitimamente a sucessão e senhorio dos ditos Reinos sobre isso na farão, cumprindo com aquillo a *que* tão justamente estão obrigados lembrando-se de sua, e da anta [sic] lealdade de seus antepassados me receberão, e jurarão pacificamente por seu verdadeiro Rei e Senhor natural de todos os ditos Reinos e senhorios como Deus foi servido o *que* seja, e ao Serenissimo Principe D. Diogo meu mui caro e amado filho primogenito por Rei e meu sucessor deles por fim de meus dias, e a todos os mais descendentes meus sucessores dou ordem de substabelecer, e com todos os poderes em disto [sic] acostumados, e nos primeiros *pera que* cada hum de seus substabelecidos em meu nome os possa receber por meus bons, e leaes vassalos, e do dito Serenissimo Principe meu filho, por fim de meus dias, e de todos os mais meus descendentes e sucessores como dito he, e receber deles a homenagem, e juramento de fidelidade, e lealdade e farei todos os mais estritos, *que* em tal caso se requerem, e costumão fazer com todas as evidencias, e descendencias posto *que* sejam tais e de tal qualidade *que* requeirão mais expressa declaração especialmente na ordem prometer as ditas cidades, Fortalezas, cayes e officiaes da governança, fidalgos, caualleiros, soldados, e mais gente dellas/fl 1v./sobre mesma fé, e palavra real, *que* Resguardarei, e mandarei guardar todos priuilegios, *que* tiuerem dos tres Reis meus predecessores de gloriosa memoria usos, e costumes a seus e tão inteiramente como por eles lhe forão concedidos, e guardados, e *que* se lhe cumprirão respectivamente no *que* a cada hũ tocar todas as graças, mercês, e liberdades, e franquezas, *que* nas Côrtes de Almeirim por minha parte propoz, e ofereceu o Duque d'osuna meu primo *pera* todos os naturaes dos ditos Estados da India, e sselado com o sselo de minhas armas Reaes da dita Corôa de Portugal, e prometo sempre em meu Nome e do Serenissimo meu filho, e de todos os mais sucesores della tudo auue lo do conde VisoRei, e cada hum de seus subestabelecidos feita, e concedo pela maneira *que* dito he, em virtude deste poder, e na firmeza de tudo lhe mandei pasar esta carta por mim assinada, e sellada com meu sello. Dada na cidade de Badajoz a 7 de Novembro de 1580”.

Documento 11 – Cópia da carta de Filipe II a D. Luís de Ataíde sobre os acontecimentos do Reino, Badajoz, 7.XI.1580 (FDUL, *Colecção PS/MC*, Caixa 6, Pasta 10, doc. 221, fls. 1-2)

“Amado Conde VisoRei Amigo. Eu El Rei vos Enuio *muito* saudar bem deveis de ter entendido como por falecimento do *Senhor* Rey D. *Henrique* meu Tio, *que* aja gloria me pertenceu justa, e legitimamente a sucessão dos *Reinos* e senhorios desta Coroa de Portugal como a seu parente Barão mais velho, e mais chegado, e em entendendo a notoriedade de *minha* justiça e do *que* o dito Rei sobre iso tinha declarado *que* vereis pelo Decreto dos Governadores do Reino, *que* com esta vai D. Antonio filho não legitimo do *Senhor* Infante D. Luis meu tio *que* Deus tem solicitou, e induziu alguns Procuradores dos Povos, *que* resturtarão as ditas Cortes com algũas impertinencias, *que* moverão a fim de as dilatar da maneira *que* o dito *Senhor* Rei faleceu antes de se acabarem de determinar as duvidas, *que* a seus tinhão movidos, e sendo os Governadores do Reino *que* tiuerão por seu falecimento juntos em Setuval com os Procuradores das Côrtes, *que* tinham começadas pera dar fim ao dito negocio o dito D. Antonio na villa de Santarem com alguns povos sediciosos, e rebeldes *que* o seguem e com algũa gente do povo peitada, e induzida com promessas, e rasões falsas contra vontade das justiças e Regedores, e nobres da terra se levantou com nome de Rey, e dahi se foi metter em Lisboa, e achando a despejada por causa da peste por tambem mover contra vontade da camara, e da gente do governo della os quais todos se forão fugindo pera os ditos governadores a vila de Setubal como teue o mais largamente vereis pelo dito decreto, e a seus vista sua rebelião foi forçado mandar eu o Duque d’alva meu primo do meu Conselho d’Estado e meu Capitao geral com exercito tomar pose do Reino, e lançar o dito D. Antonio de Lisboa, e dos mais lugares, *que* forçoza, e tiranicamente tinha usurpados, e o [sic] oprimidos o *que* dito Duque fez com muita facilidade, pela lealdade, e bom exemplo, com *que* os prelados, e estado dos nobres, e todos/fl 1v./o Povo nisso procedeu, e estando ora o Reino posto em *minha* obediencia voluntariamente como tambem entendeis das cartas dos ditos governadores e da Camara de Lisboa asentei de vos informar de tudo pera *que* o entendais, e cumprindo com a obrigaça de voso sangue, e da anterior lealdade vosa, e de vosos antepassados me jureis e façais jurar neses Estados por verdadeiro Rei e *Senhor* natural de todos os *Reinos*, e senhorios desta Corôa, e me deis e façais dar a devida obediencia, e em meu nome tomeis a pose, e me enviais o juramento e menagem das cidades, vas [sic], e

Fortalezas dellas e dos capitães dellas *segundo* costume, e da *mesma* maneira façais jurar o Serenissimo Principe D. Diogo meu mui amado *filho* primogenito por verdadeiro Rei e sucessor por fim de meus dias de todos os ditos Estados, por via do meu poder *que* para iso mando, tudo perante vos, e elles *que* alem de fazerdes aquillo, *que* tão justamente estais obrigados será parte *pera* sempre folgar de vos honrar favorecer, e fazer mercê nas ocasiões *que* se offerecerem, e podereis segurar sobre maté [sic] a palavra Real a todas as cidades vilas e fortalezas fidalgos, cavaleiros soldados e mais gente dellas *que* alem de lhes cumprir e mandar cumprir asi nelles como os *que* ao diante nelles pedirem seus priuilegios, usos, e costumes e tudo o mais, *que* o Duque d'osuna meu primo de *minha* parte propoz nas Côrtes de Almeirim como no *dito* poder he declarado terei com eses Estados pelo muito *que* estimo muito por ter conta *pera* sempre lhes procurar todo com/fl.2/sentimento possivel em beneficio dellas, e das pessoas *que* nelles me servirem ainda *que* seja muito a custa de *minha* fazenda e pelo muito *que* devo confiar de vós, e de gente tão nobre leal e cavaleiroza como sei *que* nesas partes residem escuso de vos encomendar mais o *que* niso deveis fazer senão o *que* espero *que* pelas naos de viagem, e por terra, e com navios de aviso por todas as vias, *que* melhor poder ser me envieis recado de como neste *negocio* me tendes servido, compre a confiança *que* me disso fica, e conhecimento largas lembranças do *que* entenderdes *que* convem prover *pera* proçe aviamento deses Estados. Escrita em Badajoz a 7 de Novembro de 1580”.

Documento 12 – Cópia da carta de Filipe II a D. Luís de Ataíde sobre a possibilidade de D. António, Prior do Crato, fugir para a Índia, Badajoz, 7.XI.1580 (FDUL, Colecção PS/MC, Caixa 6, Pasta 10, doc. 227, fl. 1).

“Conde VisoRei Amigo. Etc. Por outra carta vos escrevo, o *que* geralmente podereis mostrar a todos o *que* mais pasa em parte *que* será somente *pera* vós e *pera* os senhores de *que* vos quiserdes fiar he *que* D. Antonio tem procurado nestas materias com *que* sabeis *que* costuma proceder em todas as suas coisas e a seus solicitou, e procurou por todas as vias *por* honde ajudas dos Reis de França, e Inglaterra, e doutras partes *pera* esta sua empresa, e sendo sua pertensão tão injusta não achou em ninguem favor *pera* ella, e depois de desbaratado junto de Lisboa com algũa pouca gente *que* ahi ajuntou forçada, e oprimida foi avisado *que* elle vendo se excluido das ajudas *que* pertendia *pera* o Reino as solicitava *pera* se hir a eses Estados, e *que* tendo lhe tambem denegados as

prouera com muita instancia de pessoas particulares, e com grandes vantagens nelles no *que* elle pesuia de *que* recebera por Rei de boa vontade e porque depois *que* escapou da dita batalha a 25 de Agosto pasado andou ajuntando a gente, com *que* se foi metter no Porto fazendo guerra, e dentro nelle muitas extorsões, e roubos chamando se ainda Rei mandou o duque d'alva hum capitão sobre elle *que* o desbaratou no Porto a 20 de Outubro, e lhe escapou fugindo, e anda escondido pela commarca d'entre doiro e Minho procurando embarcar se segundo dizem a Inglaterra ou a Rochela, e porque he elle grande tervelo poderá ser *que* vá ter a esas partes o *que* não creio vos Encomendo muito *que* tenhais cuidado se em tal caso elle não desembarque nem posa conseguir os effeitos, *que* certamente, antes o prendais e venhais a tal recado a elle e a todos os *que* com elle forem *que* de sua chegada lá não posa nascer alteração ou perturbação alguma, e confio de vosa prudencia e lealdade *que* procedais neste negocio de maneira *que* me obriguias a vos fazer por elle muitas honras e mercês. Escrita em Badajoz a 7 de Novembro de 1580”.

Documento 13 – Cópia da carta de Filipe II ao arcebispo primaz da Índia, Badajoz, 7.XI.1580 (FDUL, Colecção PS/MC, Caixa 6, Pasta 10, doc. 220, fls. 1-1v.)

“Reverendo em Christo Padre Arcebispo Primaz das Indias Amen. Etc. confiado estou de vosa prudencia *que* tereis bem entendido como por falecimento do Senhor Rey D. Henrique meu Tio *que* Deus tem me pertenceu justa, e legitimamente a sucessão dos Reinos e senhorios desta Corôa de portugal como a seu parente varao mays velho, e mais de idade, e posto *que* a letrados prudentes basta a notoriedade de minha justiça satisfação dos *que* o não forem ficará seruindo o deuer dos governadores *que* com esta vos enuio. Mando meu poder ao VisoRei pera tomar por mim a posse neses Estados, e me fazer jurar nelles por Rei e senhor natural como Deus quis *que* o fosse, e como já nestes Reinos me tem jurado, muito vos Encomendo *que* por vós, e por vosso [sic] ministros, ajudeis em tudo o *que* em vos for, e fazeis neste negocio o *que* se espera de vosa virtude pera *que* perseguindo todos vosso exemplo cumprão com a obrigação da costumada, e anterior lealdade dos Portugueses fazendo nelles o *que* se deve ver de gente tão nobre, e cavaleirosa como he a pera dita nesas partes alem de se fazerem o *que* cumpre a sua quietação, e corege será causa pera eu ter com elles muito singular conta e procurar todo o acrescentamento posiuel deses Estados, em seu beneficio delles [sic], o *que* não pudera deixar de ser ao contrario quando por alguma desinquietação me puser

em desconfiança de sua lealdade, cousa *que* eu muito sentira pelo muito *que* estimo a eses Estados, e pela muita esperança *que* tenho de com esforço dos mesmos Portuguezes, e com *grande* nome e prosperidade sua entendam nesas partes o culto diuino E pois vedes a calidade do caso as utilidades do *que* se pretende, e os *grandes* inconvenientes *que* do contrario/fl. 1v./sobre *minha* fé, e palavra real, *por* eles guardarei, e mandarei guardar todos os priuilegios, que tiverem dos tres reis como predecessores de gloriosa *memoria* usos, e costumes asi e tão inteiramente como por elles lhe forão concedidos, e guardados, e *que* se lhe cumprirão respectivamente no *que* a cada hum tocar todas as graças, mercês e liberdades, e franquezas, *que* nas Côrtes de Almeirim por *minha* parte propoz, e ofereceu o Duque d'osuna meu [enviado] *pera* todos os naturaes dos ditos estados da India, e sellado com o sello de *minhas* armas Reaes da dita Corôa de Portugal, e prometo d'aver por bem, firme, e valiozo deste dia *pera* todo o sempre em meu nome e do Serenissimo meu *filho*, e de todos os mais sucessores della todo o zelo do conde visorei, e cada hum de seus substabelecidos feita, e concedendo pela maneira *que* dito he, em virtude deste poder, e *pera* firmeza de tudo lhe mandei pasar esta carta por mim asinada e sellada com o *dito* sello. Dada na cidade de Badajoz a 7 de Novembro de 1580”.

Documento 14 – Cópia da carta de Filipe II a um bispo, Badajoz, 7.XI.1580 (FDUL, Colecção PS/MC, Caixa 6, Pasta 10, doc. 224)

“Reverendo Bispo Amen. Etc. confiado estou de vosa prudencia vos tereis bem entendido como por falecimento do *Senhor* Rei D. *Henrique* meu tio *que* *Deus* tem me pertenceu justa e legitimamente a sucesão dos *Reinos* e *Senhorios* desta Corôa de Portugal como a seu parente varão mais velho, e mais chegado, e posto *que* a letrados prudentes basta a notoriedade de *minha* justiça *pera* satisfação dos *que* não sabem ficarã servindo o direito dos *governadores* *que* com esta vos Envio, mando meu poder ao VisoRei *pera* tomar por mim a pose nesas Estados, e me fazer jurar nelles por Rei e *Senhor* natural a uontade de *Deus* quis *que* o fosse em nome já nestes *Reinos* me tem jurado muitos vos Encomendo *que* por vos e seus *ministros* o ajudeis em tudo o *que* em vos fór e façais neste *negocio* o *que* se espera de vosa *virtude* *pera* *que* seguindo todos voso exemplo cumpram com a obrigaçam da costumada e antiga lealdade dos Portugueses *porque* fazendo elles o *que* deve crer de gente tão nobre, e cavalleiroza como he a *que* habita nessas partes alem de fazerem o *que* cumpre a sua quietação, e

logo será cauza *pera* ter com elles, *muíto* singular conta, e procurar todo o contentamento posível deses Estados, em seu beneficio delles o *que* não poderá deixar de ser ao contrario *quando* por algũa desinquietação sua *que* Deus não permita me puserem em desconfiança de sua lealdade, coisa *que* eu *muíto* sentira, e a tormento *pera* eses Estados, e pela *muíta* esperança, *que* tenho de com o braço dos *mesmos* Portuguezes, com *grande* nome e espero com o de sua estender nesas *gentes* o culto diuino, e pois vedes a *qualidade* do caso as *qualidades* *que* se pretende e os *grandes* inconvenientes, *que* do contrario se seguirão *muíto* vos Encomendo, e Rogo *que* com zelo tão christão como sei *que* tendes procureis *quanto* a vos for possível *que* este *negocio* se faça com o contentamento, e socego, e quietaçam *que* convem ao serviço de Deus, e meu sendo certo *que* terei *muíta* lembrança do *que* espero *que* nisto me mereceis *pera* em tudo o *que* se offerecer a vós, e a vosas coizas vos fazer honra, mercê, e favor. Escrita em Badajoz a 7 de Novembro de 1580”.

Documento 15 – Cópia da carta de Filipe II ao sultão de Bijapur, Badajoz, 7.XI.1580 (FDUL, Coleção PS/MC, Caixa 6, Pasta 10, doc. 225)

“D. Felipe etc. Faço saber a vos *muíto* nobre e poderoso Rei Xa ali Idalxá *que* sendo *Nosso Senhor Deus* servido *que* eu sucedese na Corôa destes *Reinos* e *Senhorios* de Portugal mandara tomar pose dos Estados *que* da dita Coroa tem nesas partes da India, e pareceu me coisa de avisar vos disso, e *que* tendes por certa *que* sempre terei a *mesma* vontade *que* os *senhores* Reis meus predecesores dos *Reinos* de Portugal sempre tiverão de paz, e concordia com vossos antepasados, e procurarei sempre de a conservar em toda a amizade e boa correspondencia de meus VisoReis e vasallos como a vosa pessoa, em vossos subditos, e porque fui informado *que* tivestes guerra com eses Estados folgarei agora *pera* jamais de entenderdes cauzas della *pera* procurar de mantes *que* se continue sempre com voso toda a boa paz, e amizade, *que* El Rei D. Manuel meu falecido Avô *que* esta no Ceo teve com os vossos, porque a vosa amizade estimarei eu sempre em *muíto* e o *que* vos convier de mim, e de meus Estados, *que* justo for, tereis *muíto* certo.

Muito nobre, e poderoso rei Xa Ali Idalxa *Nosso Senhor* vos alumie com a sua graça, e com ella haja vosa pessoa e Real Estado em sua guarda. Escrita em Badajoz a 7 de Novembro de 1580”.

Documento 16 – Cópia da carta de Filipe II ao sultão de Ahmadnagar, Badajoz, 7.XI.1580 (FDUL, *Colecção PS/MC*, Caixa 6, Pasta 10, doc. 226)

“D. Felipe etc. Faço saber a vos *muito* nobre, e *muito* poderoso Rei Izamuxá *que* sendo Deus Nosso Senhor servido *que* eu sucedese na Corôa dos Reinos de Portugal mando ora tomar pose dos Estados, *que* a dita Corôa tem nesas partes da India, e pareceu me coisa justa fazer vo lo saber e certificar a vos *que* sempre terei a mesma vontade *que* os Senhores Reis meus predecesores da dita Corôa de Portugal tiveram de paz, e amizade convosco, e com vossos antepasados, e procurarei sempre de conservar com toda boa correspondencia de meus VisoReis, e vasallos, com vosa pessoa, e com os vossos, porque tenho informação *que* estivestes de guerra com eses Estados folgarei de saber agora os iso meus [sic] a cauza della *pera* procurar de *minha* parte *que* se continue sempre connosco a boa amizade, *que* El Rey D. Manuel meu Senhor e Avô *que* Deus tem tinha com vossos antepasados e esperarei contentamento de me escreverdes, e avisardes de tudo, e a seus de terei de toda vosa prosperidade.

Muito nobre, e poderoso Rei Izamuxá, Nosso Senhor vos alumie com sua graça e com ella haja vosa pessoa e Real Estado em sua guarda. Escrita em Badajoz a 7 de Novembro de 1580”.

Documento 17 – Cópia da carta de Filipe II ao D. Luís de Ataíde com as últimas novas da guerra com D. António, Prior do Crato, Badajoz, 21.XI.1580 (FDUL, *Colecção PS/MC*, Caixa 6, Pasta 10, doc. 249)

“Conde VisoRei Amigo Eu El Rey Etc. Por outras duas cartas, *que* com esta vão tereis entendido o estado das coisas de D. Antonio até 7 deste mês, e até hoje que são 21 não se sabe delle mais senão *que* querendo-se em Viana embarcar quando escapou do desbarato do Porto não pode sahir com o tempo contrario e vendo sobre si a gente *que* o seguia se desembarcou em habito de grumete, deixando tudo o *que* levava na praia em poder dos soldados, e gente *que* o seguia, alguns dizem *que* o viram depois morto, não se sabe ao certo, *que* seper [sic] delle, e faz se toda a diligencia *pera* *que* sendo vias se não posa embarcar porem porque poderia ser embarcado com algũa via, e hir ter a eses estados, *que* he o *que* elle pretende vos torno a encomendar *que* esteis mui prevenido porque chegando la seja preso, e embarcado *pera* lisboa de maneira *que* não possa per causa de algũas alterações como o foi em alguns lugares do Reino com *muito* proveito

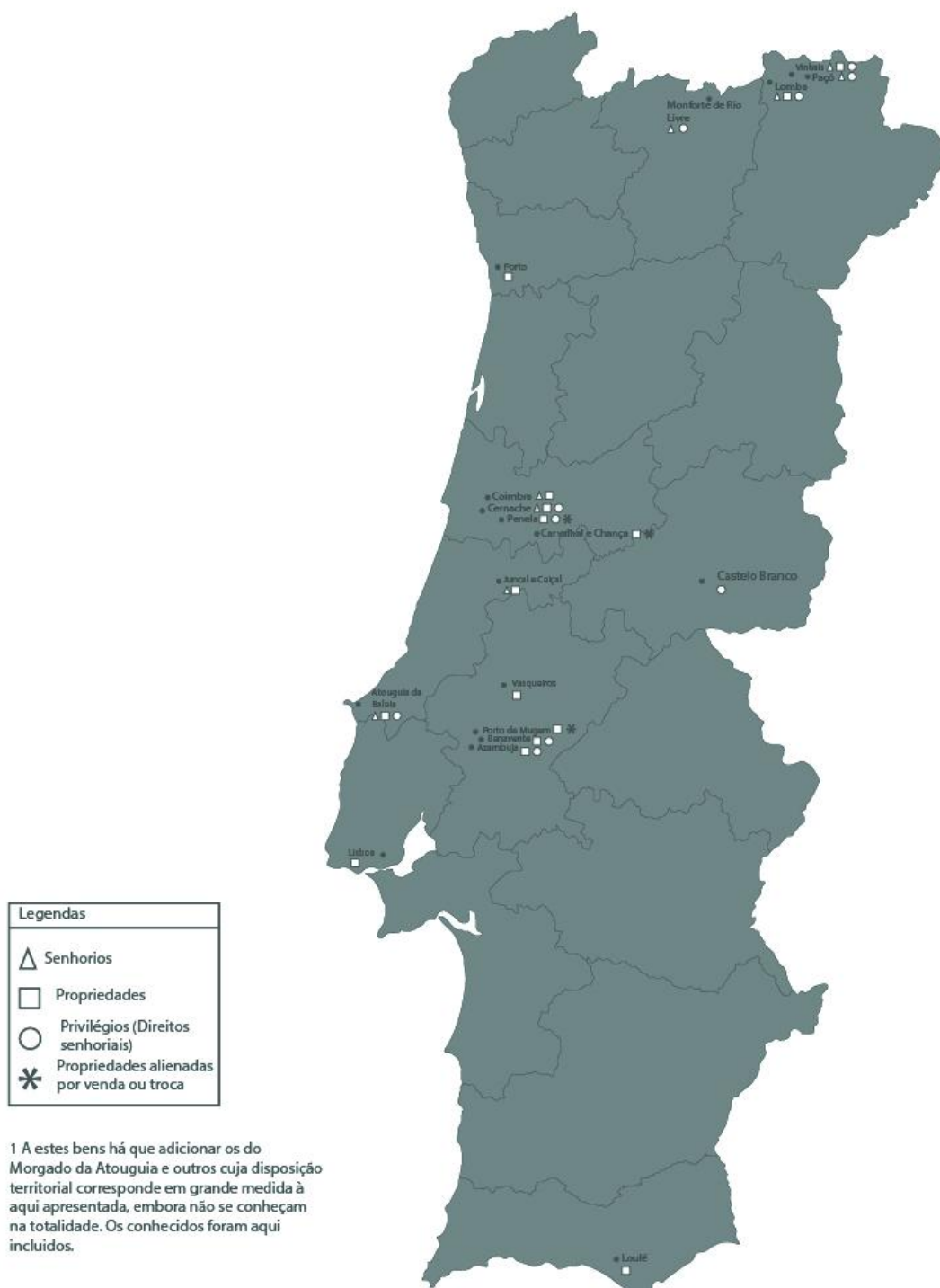
do povo, e contra o serviço de *Deus*, e meu e pois vedes a *calidade* do caso sou certo *que* vos auereis nelle como confio de vosa prudencia, e lealdade. Escrita em Badajoz a 7 de *Novembro* de 1580.

muito vos Encomendo, e rogo *que* com zelo tão Christão como sei *que* tendes procurais *quanto* a vos for possiuel *que* este uego se faça com o contentamento, e socego e quietação, *que* convem ao serviço de *Deus*, e meu, sendo certo *que* terei muita lembrança do respeito *que* muito mereçais pera em tudo o *que* se offerecer a vós, e a vosa [sic] queixas vos fazer honra, mercê, e favor. Escrita em Badajoz a 7 de *Novembro* de 1580”.

Mapas

Mapa 1

ESTRUTURA PATRIMONIAL DA CASA DE ATOUGUIA ATÉ AO INÍCIO DA DÉCADA DE 1550 ¹

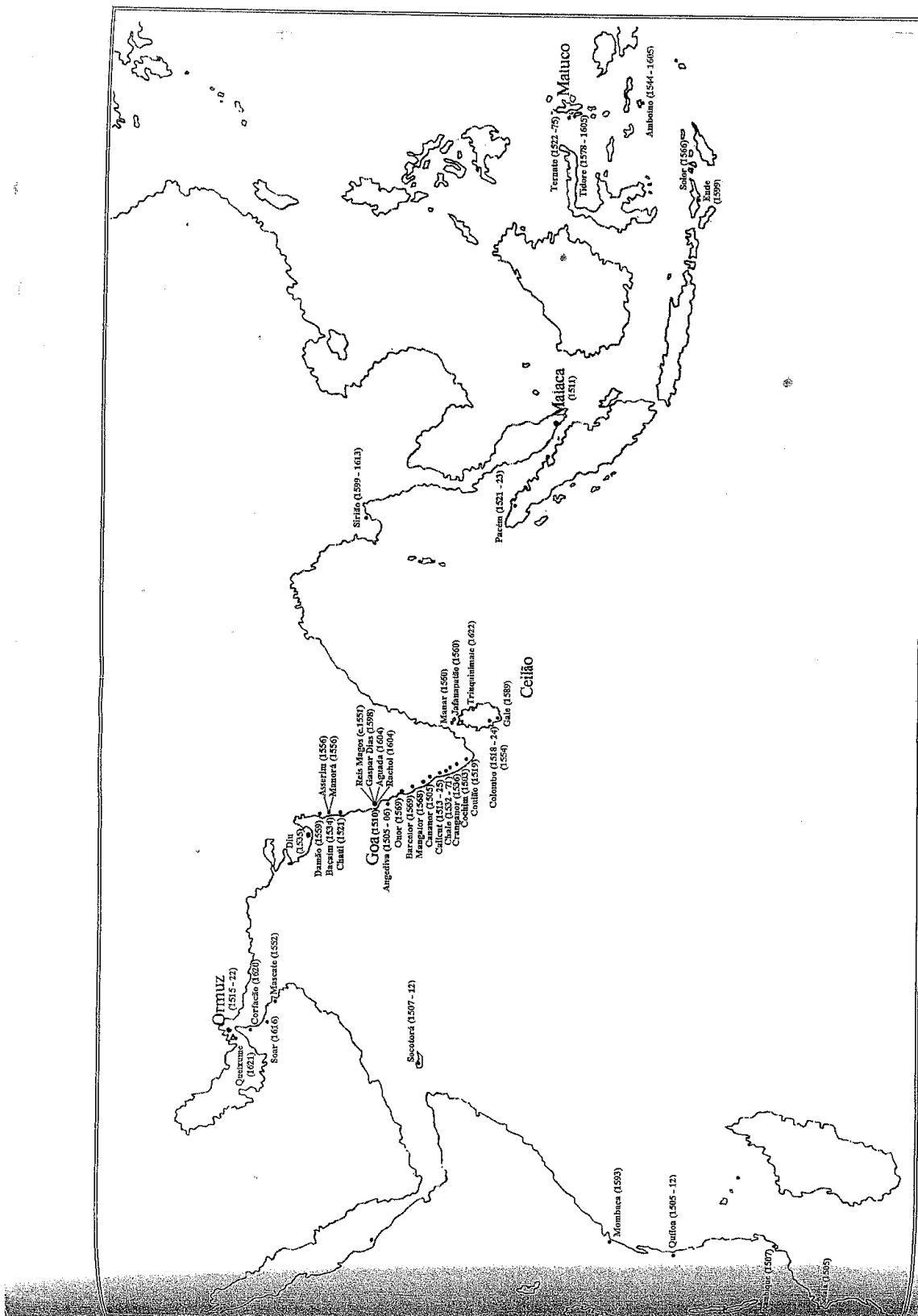


Mapa 2

ESTRUTURA PATRIMONIAL DA CASA DE ATOUGUIA À MORTE DE D. LUÍS DE ATAÍDE EM 1581 ¹



Mapa 3 – Fortalezas do Estado da Índia até ao final da década de 1570²²⁹⁸



²²⁹⁸ Este mapa foi adaptado a partir do presente em RODRIGUES, Vítor, *A evolução da arte...*, vol. II.

Mapa 4 - O Estado da Índia, os Sultanatos do Decão e o Império Mogol nas décadas de 1560-70



- regiões recentemente ocupadas pelo Império Mongol
- regiões recentemente ocupadas pelo Sultanato de Bijapur

Quadros
Quadro 1

Estrutura patrimonial da Casa de Atouguia (1383-1598)²²⁹⁹

Estrutura concedida	Data da concessão/Beneficiário(s)	Referência
Doação de Cernache, casais de Chança, no termo de Alvaizere, e Carvalhal, termo de Albergaria-a-Velha, e do padroado da Igreja de Palema no termo de Penela.	15 de Junho de 1425 – Álvaro Gonçalves de Ataíde	Chancelaria de D. Afonso V, Livro 20, fl. 4
Doação dos castelos e vilas de Monforte de Rio Livre, Vinhais, Lomba e Vale de Paçó	10 de Julho de 1439 – Álvaro Gonçalves de Ataíde	Chancelaria de D. Afonso V, Livro 20, fl. 4
Doação de uns pardieiros em Loulé	9 de Janeiro de 1440 – Álvaro Gonçalves de Ataíde	Chancelaria de D. Afonso V, Livro 9, fl. 86v.
Doação da Quinta do Judeu em Porto de Mugém no termo de Santarém	22 de Agosto de 1443 – Álvaro Gonçalves de Ataíde	Chancelaria de D. Afonso V, Livro 25, fl. 141
Doação de bens no Porto	21 de Janeiro de 1445 - Álvaro Gonçalves de Ataíde	Chancelaria de D. Afonso V, Livro 25, fl. 68v.
Doação da Atouguia e padroado da sua Igreja	17 de Dezembro de 1448 – Álvaro Gonçalves de Ataíde	Livro 3 de Místicos, fl. 110-110v.
Doação da alcaidaria-mor de Coimbra	8 de Agosto de 1449 – Álvaro Gonçalves de Ataíde	Livro 3 de Místicos, fl. 117
Doação do Campo do Lobão, no termo de Coimbra	8 de Setembro de 1449 – Álvaro Gonçalves de Ataíde	Livro 4 de Místicos, fl. 22
Doação de Ceçal e Juncal com a sua	18 de Outubro de 1453 – D. Guiomar de Castro	Chancelaria de D. Afonso V, Livro 4, fl. 65

²²⁹⁹ Não será feita referência a confirmações dos bens mas antes à primeira data da sua concessão, sendo que todos os bens apresentados foram sempre confirmados.

terra junto à Quinta de Arzila		
Doação dos paços e horta do Laranjal em Xabregas para fundação do Convento de São Francisco	17 de Outubro de 1455 – D. Guiomar de Castro	Chancelaria de D. Afonso V, Livro 15, fl. 16
Doação de direitos na judiaria de Castelo Branco ²³⁰⁰	8 de Junho de 1464 – D. Martinho de Ataíde	Chancelaria de D. Afonso V, Livro 8, fl. 137
Doação dos casais de Vasqueiros em Santarém ²³⁰¹	16 de Julho de 1469 – D. Martinho de Ataíde	Chancelaria de D. Afonso V, Livro 31, fl. 75
Doação de casas em Vinhais	1 de Junho de 1489 – D. João de Ataíde	Livro 3 de Além-Douro, fl. 146
Doação dos direitos reais da Atouguia	10 de Fevereiro de 1507 – D. Afonso de Ataíde	Chancelaria de D. João III, Livro 51, fl. 141v.
Doação dos direitos do vinho que sai de Peniche	10 de Maio de 1511 – D. Afonso de Ataíde	Chancelaria de D. João III, Livro 72, fl. 17v.
Compra dos direitos sobre a dízima do pescado da Atouguia ²³⁰²	27 de Março de 1518 – D. Afonso de Ataíde	Chancelaria de D. Manuel I, Livro 39, fl. 97
Carta de administração de capela em Loulé ²³⁰³	Reinado de D. Manuel – D. Afonso de Ataíde	Chancelaria de D. João III, Livro 1, fl. 128
Venda dos casais de Chança e Carvalhal, no termo de Penela, da Quinta da Vasqueira e de fazendas em Cernache ²³⁰⁴	3 de Dezembro de 1539 – D. Afonso de Ataíde	Chancelaria de D. João III, Livro 40, fl. 2

²³⁰⁰ Comprados a Galiote Pereira, conselheiro régio, com autorização de D. Afonso V.

²³⁰¹ Tratou-se de uma troca. D. Martinho de Ataíde cedeu ao irmão D. Álvaro de Ataíde a Quinta do Judeu, em troca destes casais, com a devida autorização de D. Afonso V.

²³⁰² Comprada a D. António de Noronha a troco do trespasse de uma tença de 160 mil reis, devidamente autorizada por D. Manuel I.

²³⁰³ Doad a por Martim Farto, habitante de Loulé, a D. Afonso de Ataíde, sendo a doação confirmada por D. João III em 1532. Não existe referência a esta doação na chancelaria de D. Manuel I.

²³⁰⁴ A venda foi motivada pela necessidade de angariar 850 mil reis para D. Afonso de Ataíde dotar a filha D. Filipa de Ataíde que se ia casar com D. Diogo de Castro.

Arrendamento da alcaidaria-mor de Coimbra e do Campo do Lobão, no termo de Coimbra ²³⁰⁵	Década de 1550 – D. Afonso de Ataíde	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Livro 40, fl. 292v.
Comenda e alcaidaria-mor de Castro Marim	13 de Março de 1576 – D. Luís de Ataíde	Chancelaria da Ordem de Cristo, Livro 3, fl. 238v.
Doação dos celeiros de Besteiros, no almoxarifado de Viseu ²³⁰⁶	16 de Setembro de 1577 – D. Luís de Ataíde	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Livro 40, fl. 292v.
Doação dos celeiros de Lafões, no almoxarifado de Viseu ²³⁰⁷	16 de Setembro de 1577 – D. Luís de Ataíde	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Livro 40, fl. 292v.
Doação dos foros de Penajóia, no almoxarifado de Lamego ²³⁰⁸	16 de Setembro de 1577 – D. Luís de Ataíde	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Livro 40, fl. 292v.
Doação das jugadas da Tojoza, no termo da Golegã	16 de Setembro de 1577 – D. Luís de Ataíde	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Livro 40, fl. 292v.
Doação de direitos agrícolas e das jugadas dos vinhos dos bairros em Santarém ²³⁰⁹	16 de Setembro de 1577 – D. Luís de Ataíde	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Livro 40, fl. 292v.
Doação da Quinta de Remeles ²³¹⁰	Reinado de D. Sebastião – D. Luís de Ataíde	Livro 11 das Confirmações, fl. 35
Doação dos Paços da Serra, no termo da Atouguia	4 de Agosto de 1589 – D. João Gonçalves de Ataíde	Chancelaria de D. Filipe I, Livro 16, fl. 188

²³⁰⁵ Foram arrendados em tempo de D. João III à Coroa por prazo não referido e em data não referida. Sabe-se que D. João III doou estes bens a D. João de Lencastre, duque de Aveiro (Cf. Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, fl. 223v.). Como consequência, D. Luís de Ataíde passou a auferir de uma tença anual de 550 mil reis até que o rei estabelecesse os direitos reais compensatórios naquele valor.

²³⁰⁶ Em data não referida, D. Luís de Ataíde solicitou a D. Sebastião o estabelecimento em direitos reais dos 550 mil. Estudado o caso fez cinco novas doações à Casa de Atouguia de forma a perfazer os 550 mil reis. Esta foi avaliada em 163 944 reis anuais.

²³⁰⁷ Avaliada em 55 150 reis anuais.

²³⁰⁸ Avaliada em 82 839 reis anuais.

²³⁰⁹ Parte dos rendimentos doados a D. Luís estavam afectos à Igreja de Nossa Senhora da Alcáçova de Santarém pelo que D. Henrique passou um alvará de tença de 17 810 reis para compensar D. Luís a 18 de Março de 1579 (Cf. Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Livro 42, fl. 223v.).

²³¹⁰ O documento em questão está ilegível mas só faz referência a uma confirmação de D. Filipe I, pelo que pressupõe-se que a doação terá sido feita por D. Sebastião, dado não serem conhecidos mais dados.

Doação do castelo de Arguim ²³¹¹	4 de Janeiro de 1592 – D. João Gonçalves de Ataíde	Chancelaria de D. Filipe I, Livro 28, fl. 14
---	--	--

²³¹¹ A doação fora feita por ocasião do casamento de D. João Gonçalves de Ataíde com D. Maria de Castro, herdeira de seu irmão Diogo Miranda Henriques, anterior senhor do castelo. D. Filipe I fizera a doação para evitar mais gastos para a Fazenda Real e na condição de D. João defender o castelo, como refere o documento.

Quadro 2

Privilégios concedidos à Casa de Atouguia (1383-1598)²³¹²

Privilégio	Data da concessão/Beneficiário(s)	Referência
Carta para Monforte de Rio Livre ser couto de homiziado	10 de Outubro de 1420 – Álvaro Gonçalves de Ataíde	Chancelaria de D. João I, Livro 4, fl. 12v.-13
Carta de privilégio aos amos e caseiros	24 de Outubro de 1425 – Álvaro Gonçalves de Ataíde	Chancelaria de D. Afonso V, Livro 25, fl. 3
Carta de coutada a mata da Azenha no termo de Benavente	20 de Outubro de 1430 – Álvaro Gonçalves de Ataíde	Chancelaria de D. Afonso V, Livro 11, fl. 100v.
Carta de coutada a Quinta da Foz no termo de Benavente	2 de Julho de 1431 – Álvaro Gonçalves de Ataíde	Chancelaria de D. Afonso V, Livro 18, fl. 12
Isenção de pagamento de impostos e encargos concelhios a Monforte de Rio Livre	21 de Outubro de 1440 – Álvaro Gonçalves de Ataíde	Chancelaria de D. Afonso V, Livro 27, fl. 110v.
Carta de coutada ao termo da vila de Cernache	7 de Outubro de 1450 – Álvaro Gonçalves de Ataíde e D. Guiomar de Castro	Livro 3 de Místicos, fl. 102
Isenção ao concelho de Monforte de Rio	7 de Abril de 1453 – D. Martinho de Ataíde	Chancelaria de D. Manuel I, Livro 27, fl. 25

²³¹² Neste apêndice não são incluídas as confirmações de privilégios, optando-se por referir os privilégios que foram sempre confirmados posteriormente. Desta forma, foram excluídos privilégios concedidos como autorizações de casamentos, aforamentos e concessão de títulos, já referidos ao longo do corpo da tese.

Livre de servir na guerra, ter cavalos, ter besteiros do conto e autorização para usar arma própria		
Carta de coutadas as terras da Azambuja	11 de Setembro de 1454 – D. Guiomar de Castro	Chancelaria de D. Afonso V, Livro 10, fl. 98
Carta para os seus besteiros não andarem de besta muar	15 de Fevereiro de 1461 – D. Guiomar de Castro	Chancelaria de D. Afonso V, Livro 1, fl. 20v.
Carta para os moradores de Cernache não servirem de besteiros	30 de Agosto de 1462 – D. Guiomar de Castro	Chancelaria de D. Afonso V, Livro 1, fl. 63
Isenção a 4 homens dos seus concelhos para não pagarem impostos concelhios e não serem besteiros do conto	21 de Maio de 1463 – D. Martinho de Ataíde	Chancelaria de D. Afonso V, Livro 8, fl. 28.
Carta para colocar coimeiros nas suas terras da Azambuja	1 de Outubro de 1464 – D. Guiomar de Castro	Chancelaria de D. Afonso V, Livro 8, fl. 60
Carta para ser tida por vizinha de Santarém ²³¹³	12 de Fevereiro de 1467 – D. Guiomar de Castro	Chancelaria de D. Afonso V, Livro 38, fl. 31v.

²³¹³ Posteriormente este mesmo privilégio que ainda foi confirmado a D. Martinho de Ataíde, foi passado a D. Álvaro de Ataíde por D. Manuel I, deixando então de integrar os privilégios concedidos à Casa de Atouguia e passando para a Casa da Castanheira.

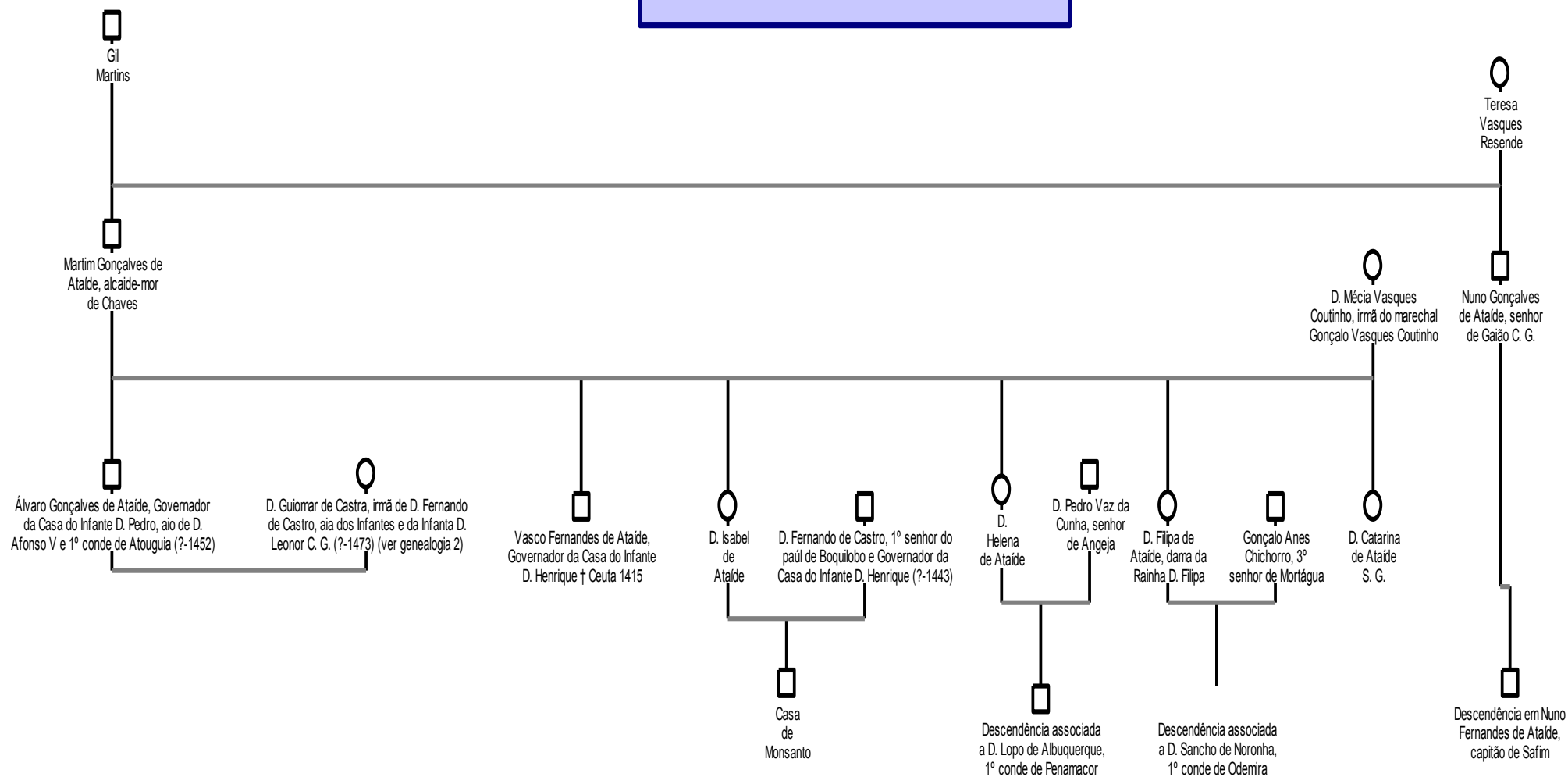
Autorização régia para julgar os presos que estiverem no castelo de Coimbra	5 de Julho de 1508 – D. Afonso de Ataíde	Chancelaria de D. João III, Livro 51, fl. 144
Carta para ter meirinho em Monforte de Rio Livre	19 de Setembro de 1508 – D. Afonso de Ataíde	Chancelaria de D. João III, Livro 51, fl. 145v.
Alvará para os moradores de Cernache não aquartelarem presos	19 de Dezembro de 1508 – D. Afonso de Ataíde	Chancelaria de D. João III, Livro 51, 144
Alvará para o alcaide pequeno de Coimbra não julgar casos de justiça sem ele	29 de Julho de 1509 – D. Afonso de Ataíde	Chancelaria de D. João III, Livro 51, fl. 144
Carta para Cernache ser vila separada de Coimbra	23 de Janeiro de 1513 – D. Afonso de Ataíde	Chancelaria de D. Manuel, Livro 24, fl. 78v.
Carta para conhecer agravos e apelações dos seus concelhos	27 de Julho de 1518 – D. Afonso de Ataíde	Chancelaria de D. Manuel, Livro 44, fl. 85
Carta para confirmar juizes ordinários na Atouguia e em Cernache	4 de Dezembro de 1522 – D. Afonso de Ataíde	Chancelaria de D. João III, Livro 51, fl. 144
Carta para poder colocar os presos das suas cadeias no castelo de Monforte	19 de Agosto de 1532 – D. Afonso de Ataíde	Chancelaria de D. João III, fl. 53v.

de Rio Livre		
Alvará do quinto das presas e autorização para trazer até 6 caixas de mercadorias e pimenta	9 de Dezembro de 1567 – D. Luís de Ataíde	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Livro 22, fl. 45v.
Alvará para trazer 20 pipas de vinho da Índia	13 de Fevereiro de 1568 – D. Luís de Ataíde	Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Livro 22, fl. 306v.
Carta das pescarias do Rio do Ouro e Cabo Branco ²³¹⁴	15 de Setembro de 1590 – D. Maria de Castro	Chancelaria de D. Filipe I, Livro 21, fl. 146v.

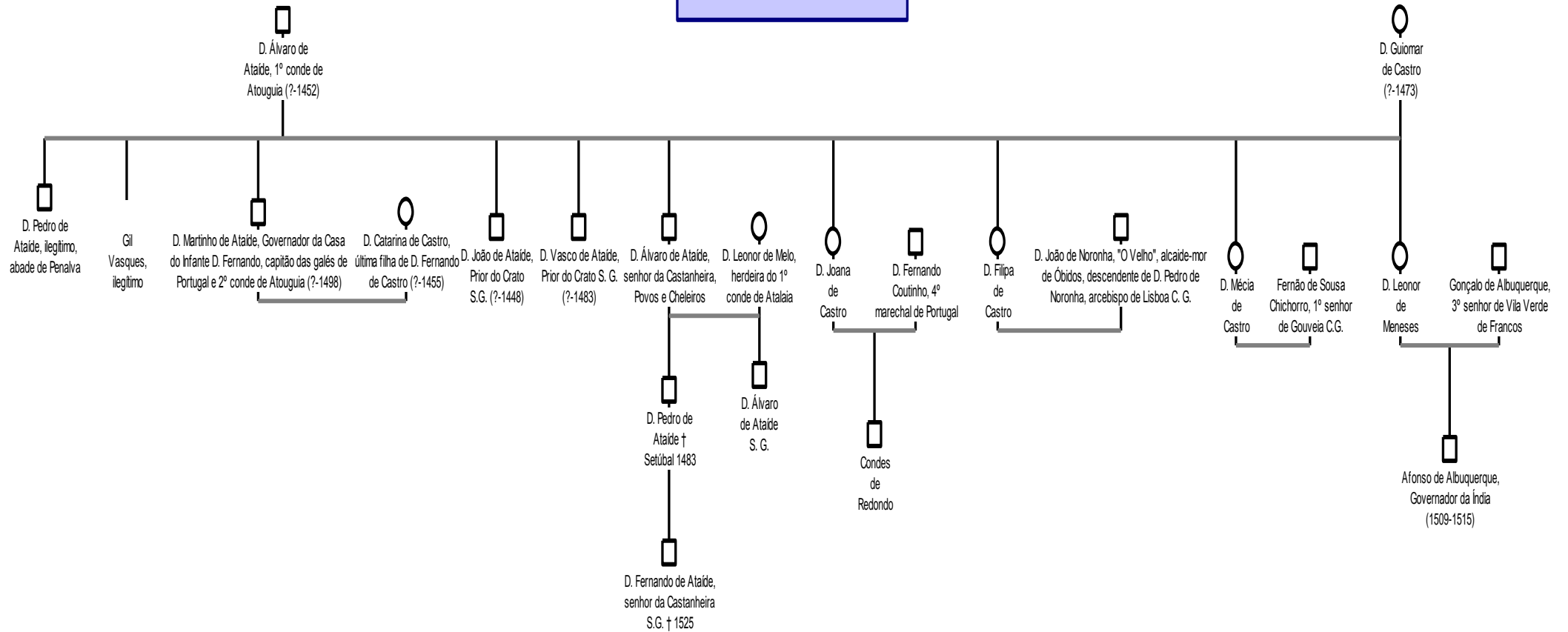
²³¹⁴ Recebeu esta mercê na qualidade de herdeira de seu irmão Diogo de Miranda Henriques e por se ter casado com D. João Gonçalves de Ataíde, segundo refere o documento.

Anexo Genealógico

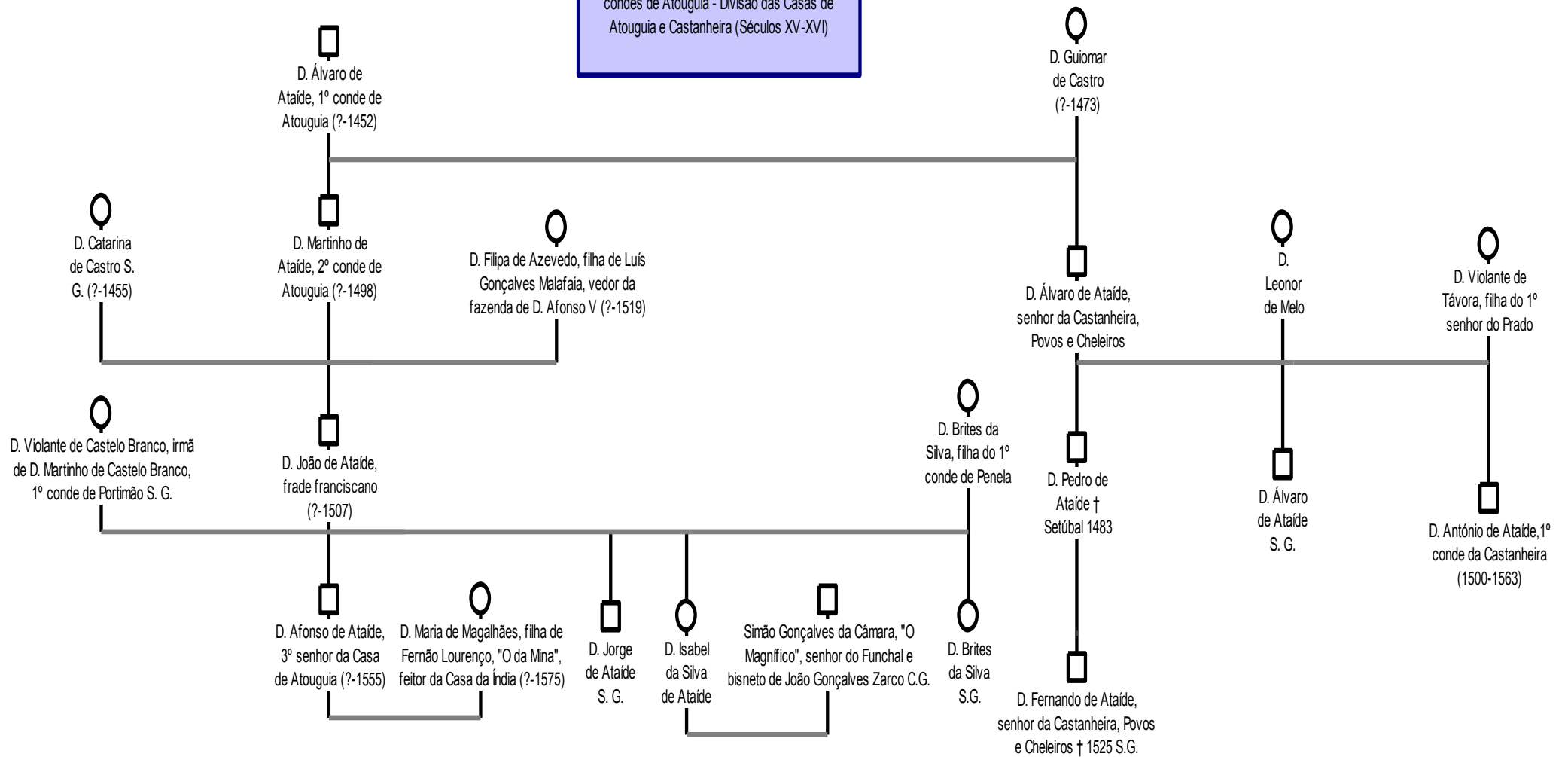
Genealogia 1: Ascendência e descendência dos Ataides (Séculos XIV-XV)



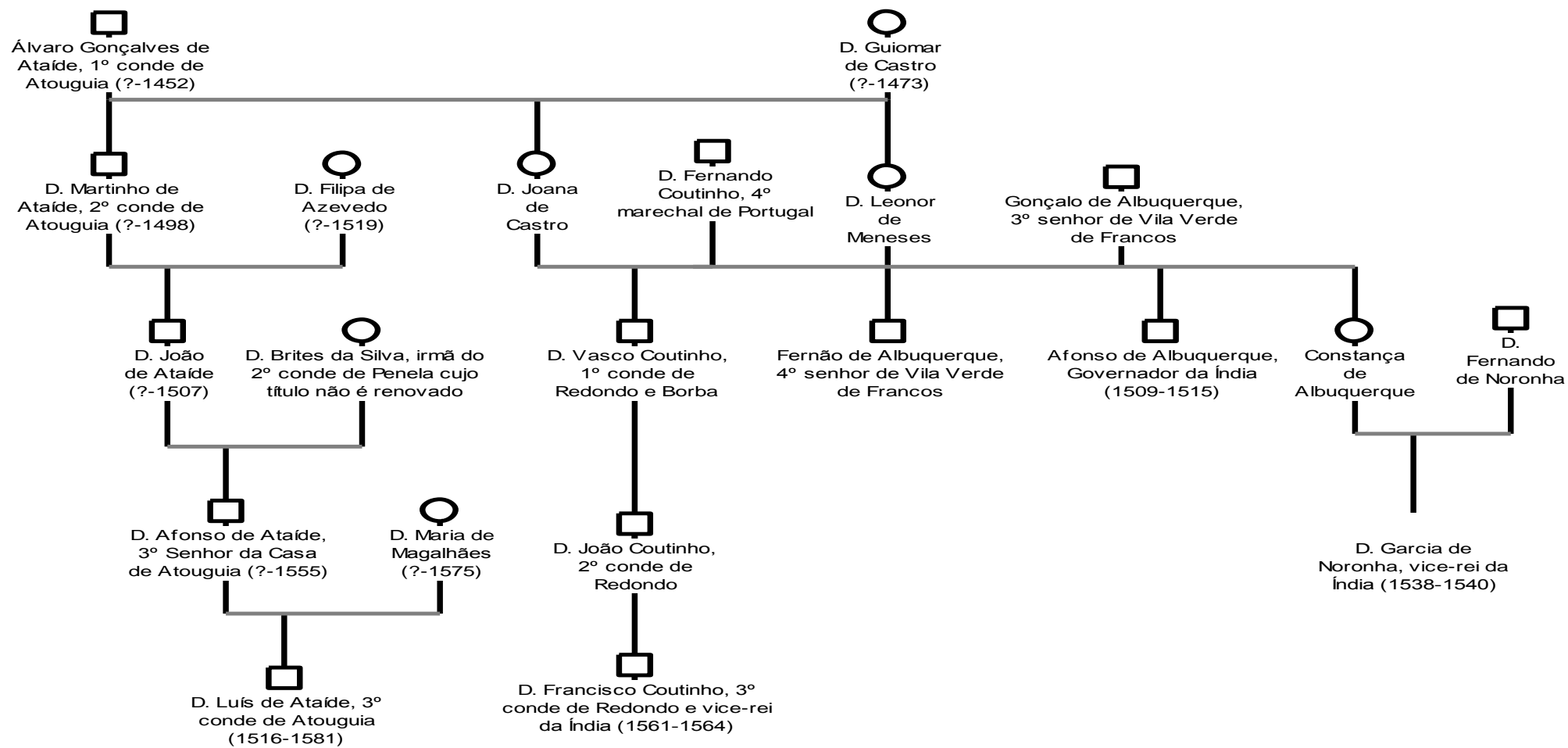
Genealogia 2: Descendência de D. Álvaro de
Ataide, 1º conde de Atouguia (Século XV)

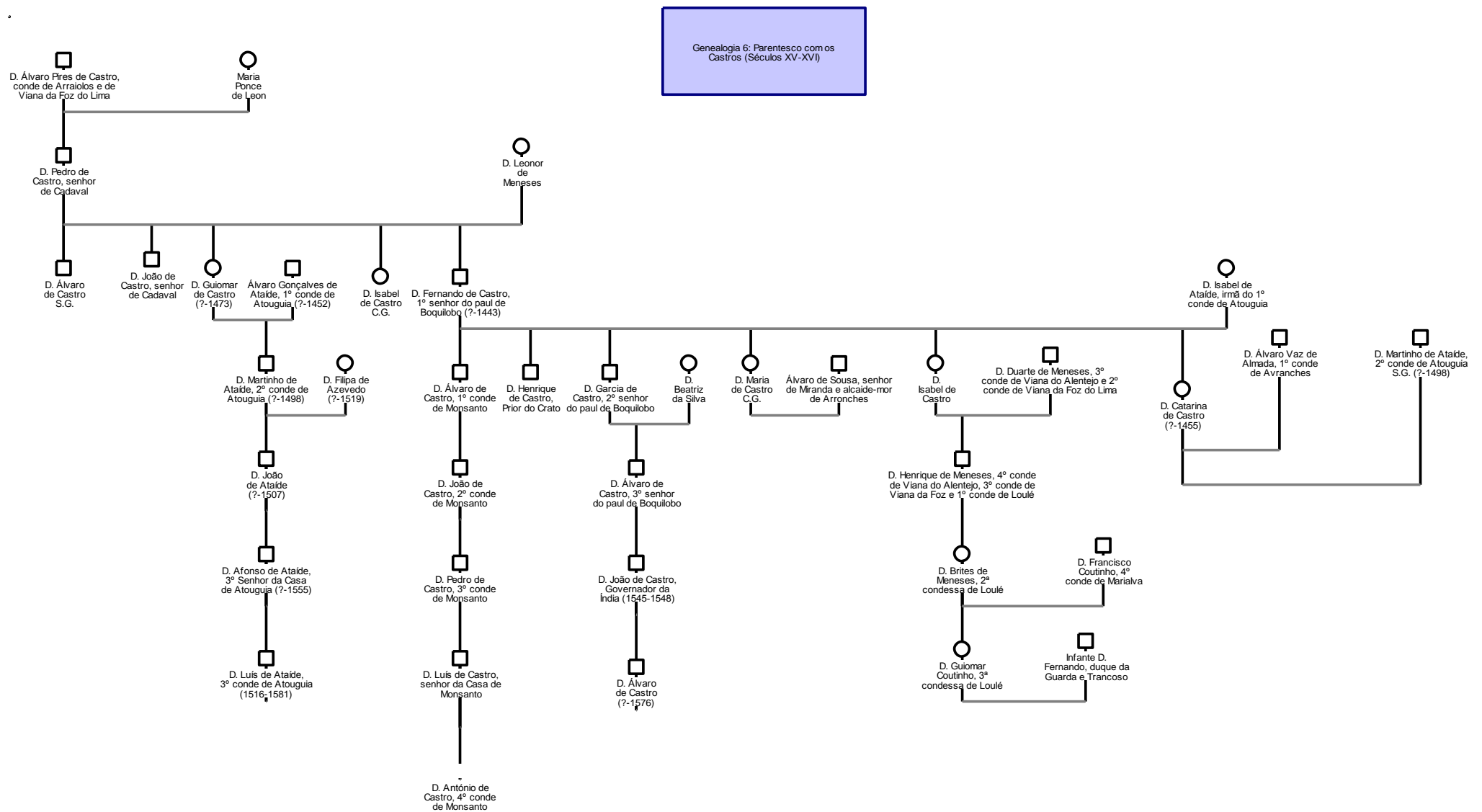


Genealogia 3: Descendência de D. Álvaro de Ataíde e D. Martinho de Ataíde, 1º e 2º condes de Atouguia - Divisão das Casas de Atouguia e Castanheira (Séculos XV-XVI)

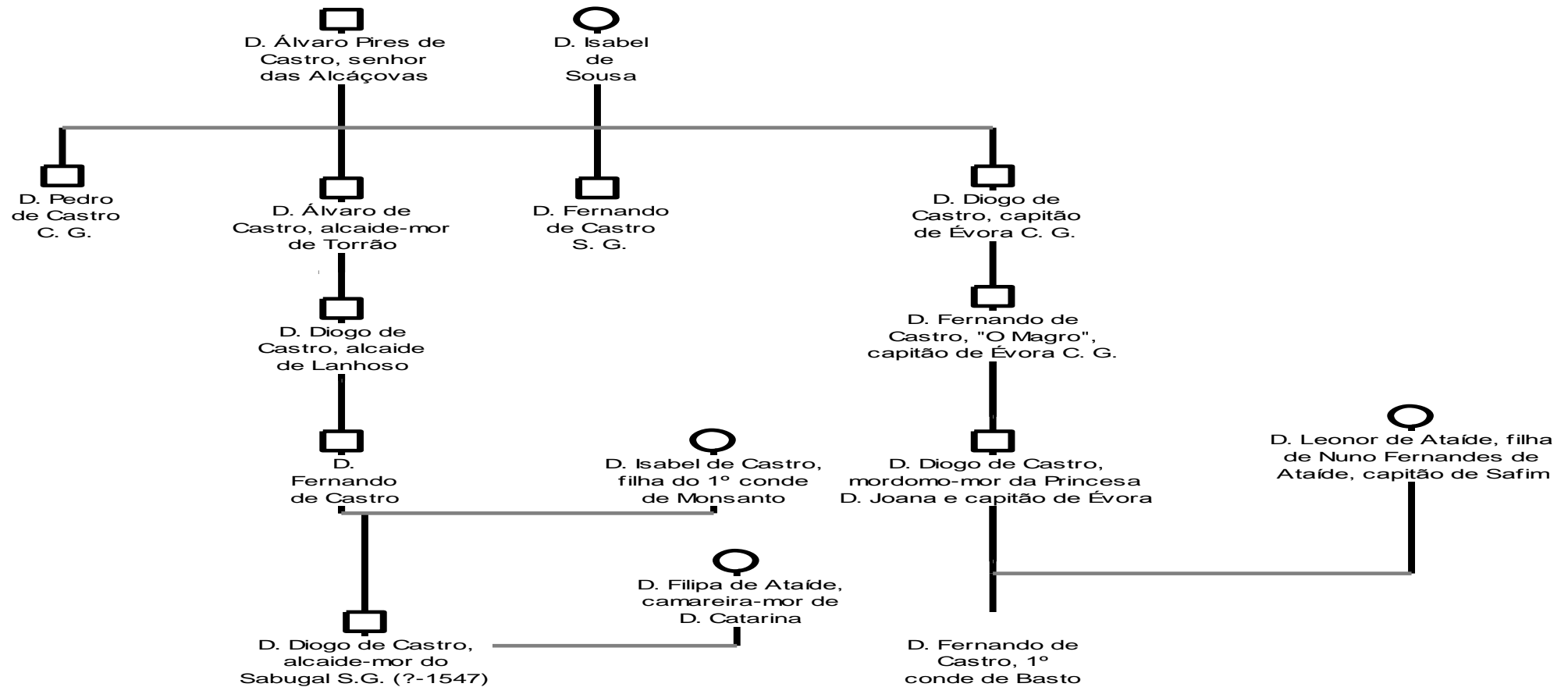


Genealogia 5: Parentescos
colaterais de D. Luís de
Ataíde, 3º conde de Atouguia
(Séculos XV-XVI)

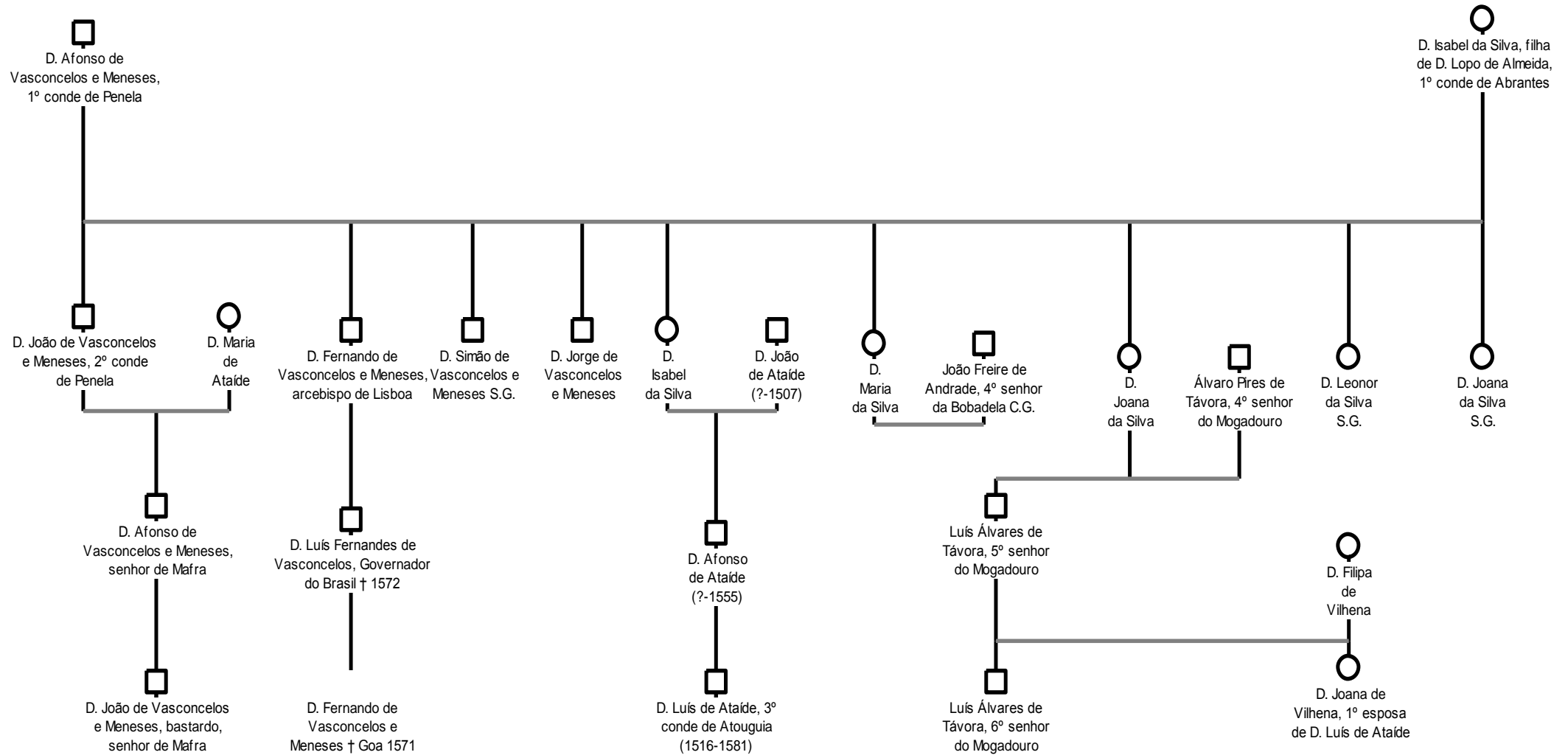




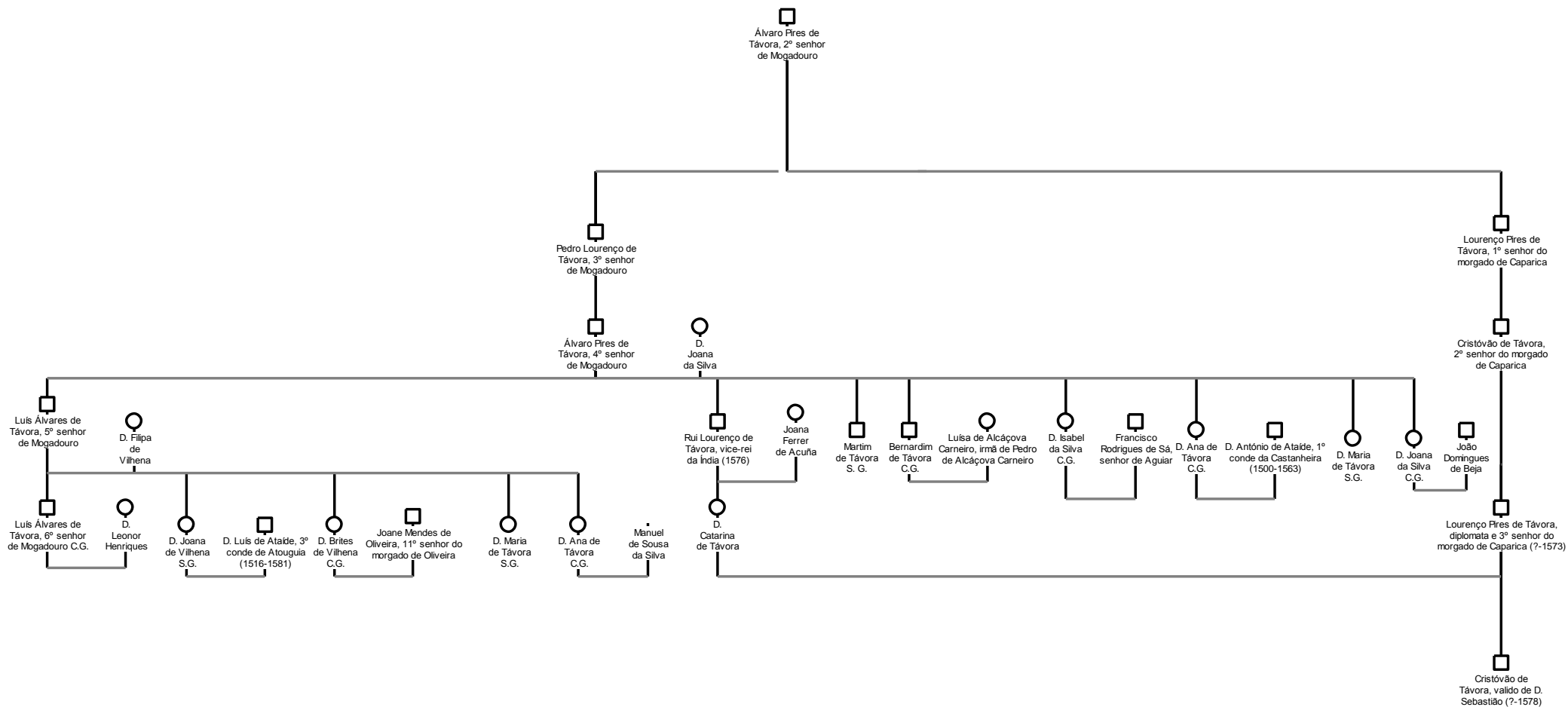
Genealogia 7: Ascendência de
D. Diogo de Castro (Séculos
XV-XVI)



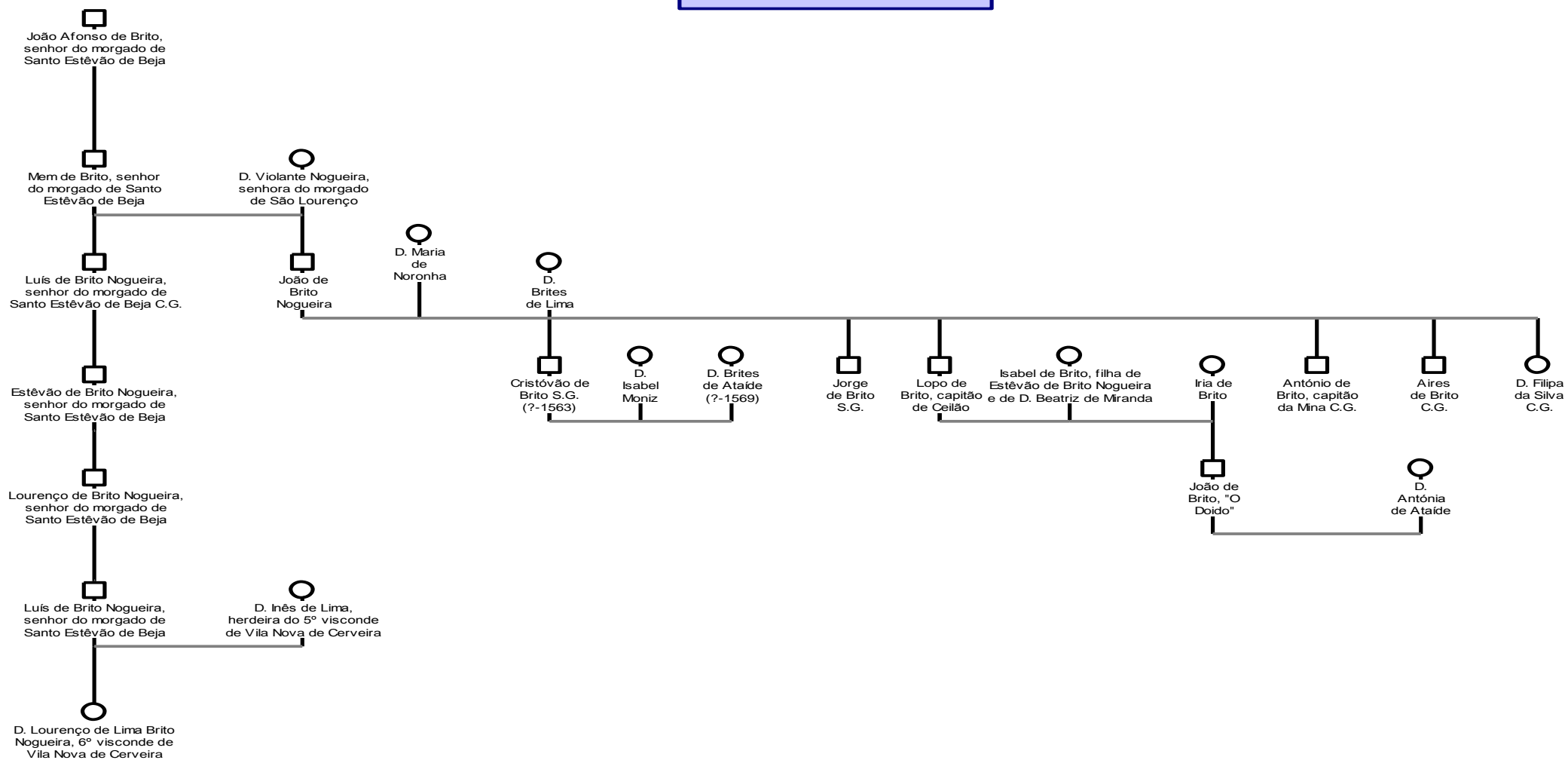
Genealogia 8: Parentesco com os Vasconcelos e Meneses (Séculos XV-XVI)



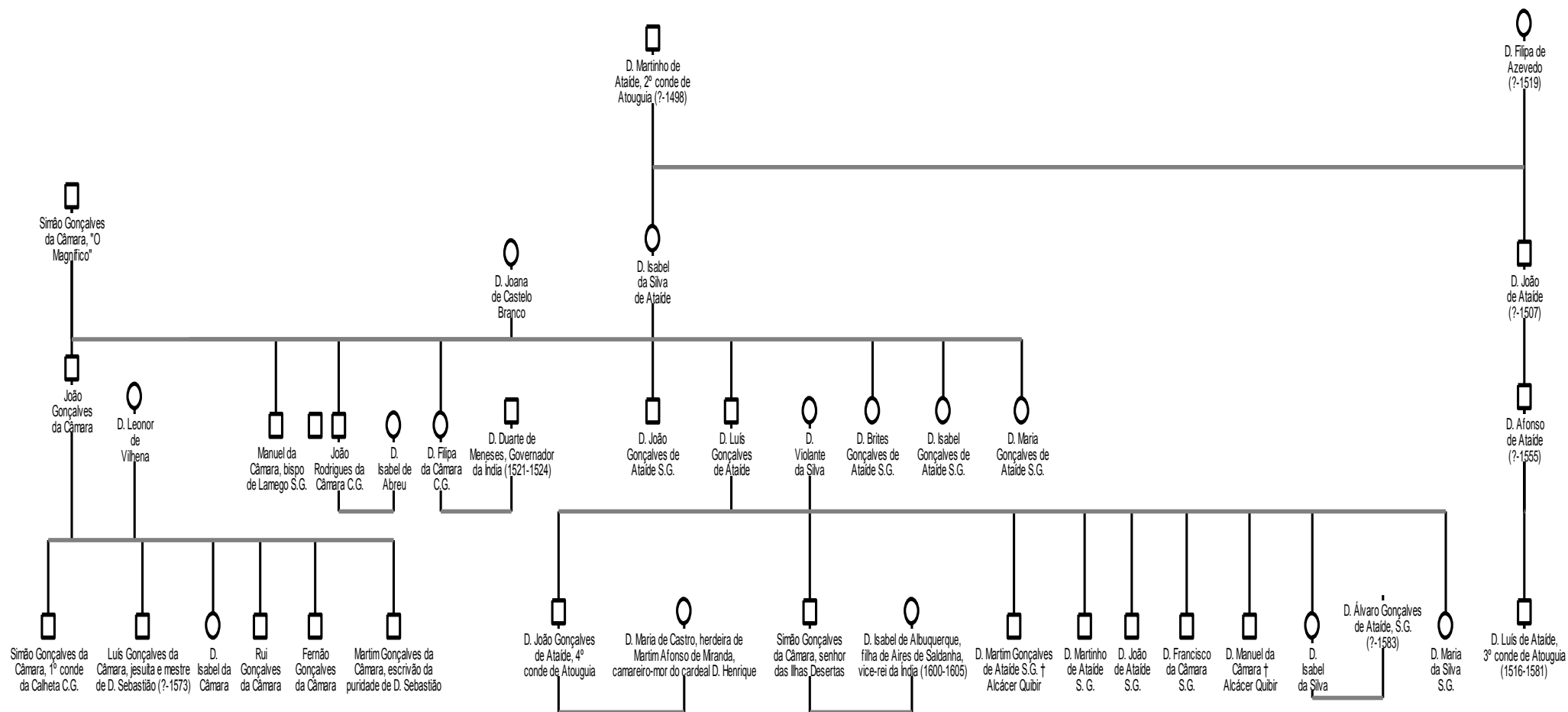
Genealogia 9: Parentesco com os Távora (Séculos XV-XVI)



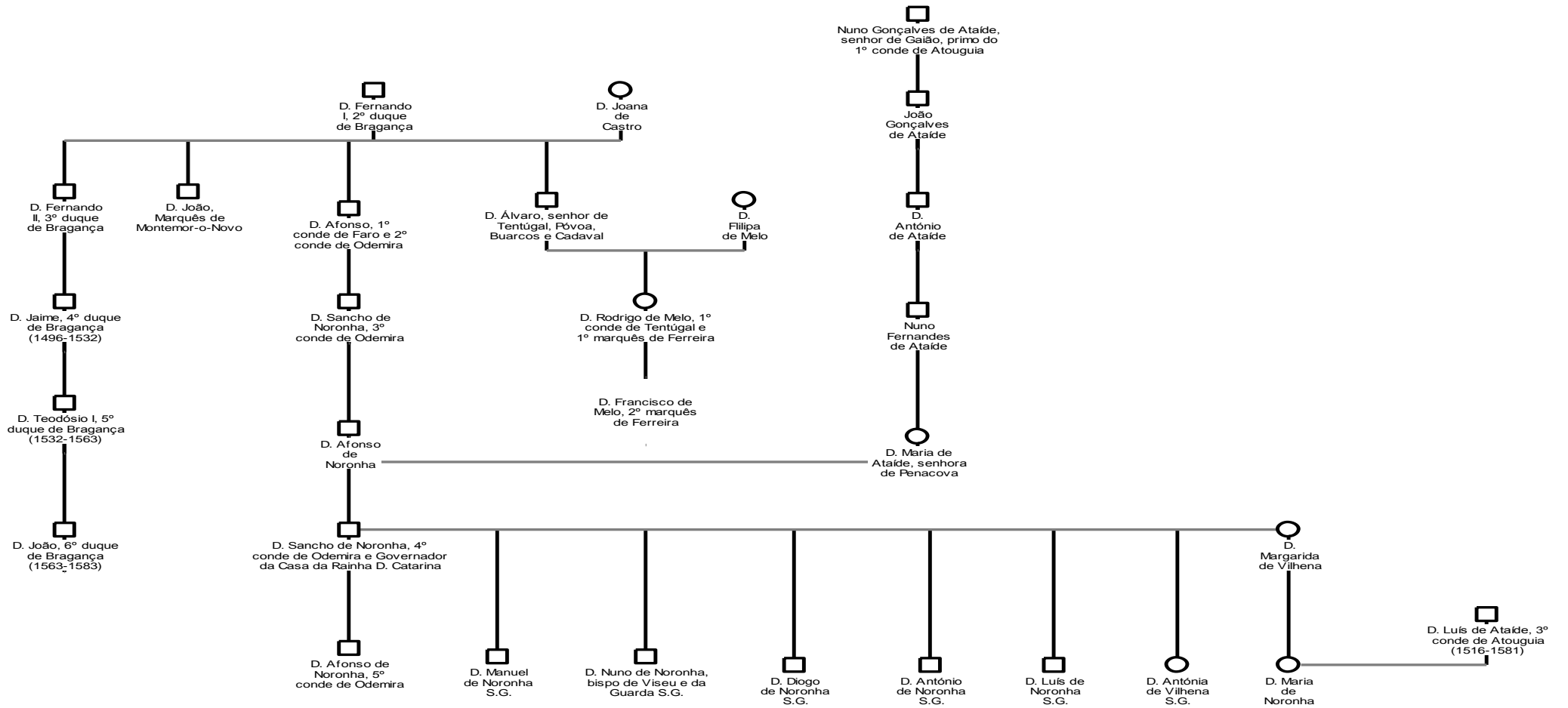
Genealogia 10: Parentesco com os Britos
(Séculos XV-XVI)



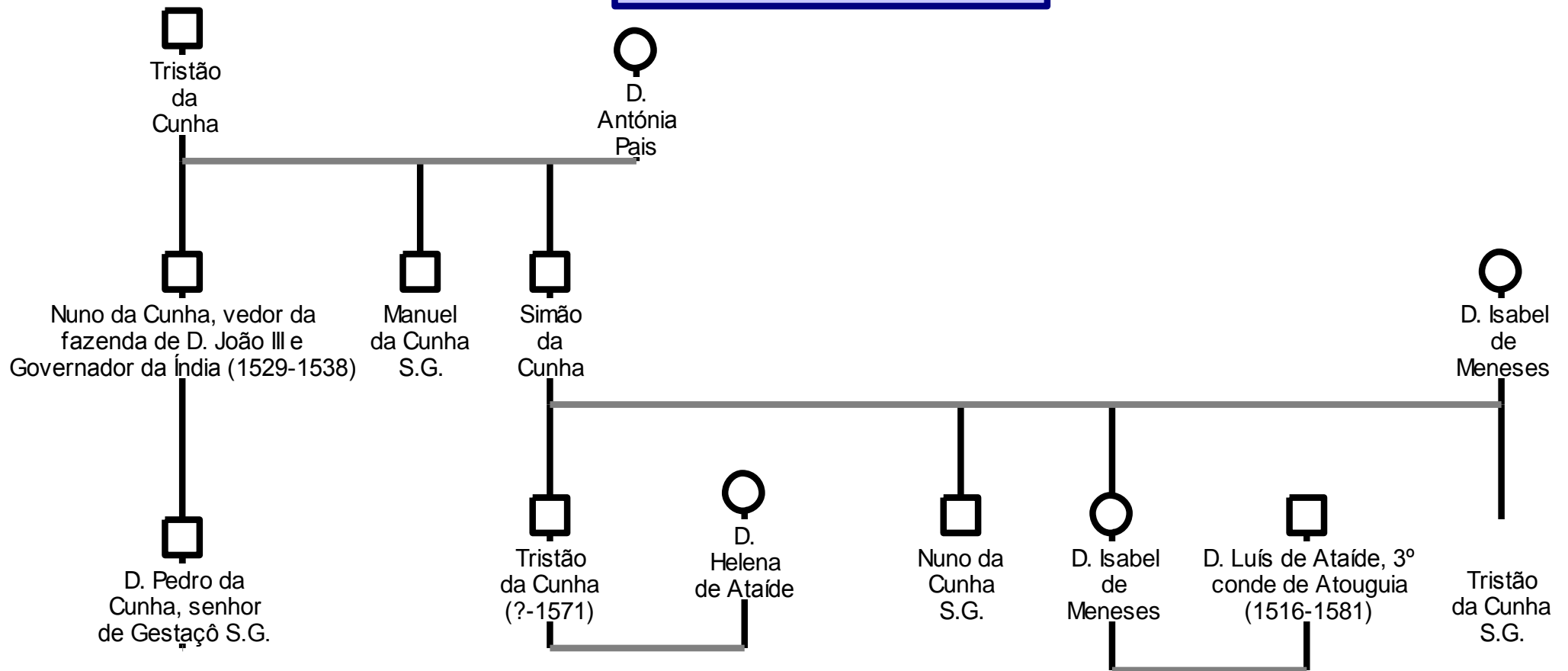
Genealogia 11: Parentesco com os
Câmaras (Séculos XV-XVI)



Genealogia 12: Parentesco com os
Noronhas - Casa de Faro/Odemira
(Séculos XV-XVI)



Genealogia 13: Parentesco com
os Cunhas (Séculos XV-XVI)



Genealogia 14: Parentesco
com os Botelhos (Séculos
XV-XVI)

